

**RESISTÊNCIAS,
GÊNERO E FEMINISMOS**
contra as ditaduras no Cone Sul

Joana Maria Pedro
Cristina Scheibe Wolff
Ana Maria Veiga
(Organização)

**RESISTÊNCIAS,
GÊNERO E FEMINISMOS**
contra as ditaduras no Cone Sul

Ilha de Santa Catarina
Editora Mulheres
2011

© 2010, Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff; Ana Maria Veiga

Coordenação editorial
Zahidé Lupinacci Muzart

Conselho editorial
Dominique Fougeyrollas (IRISSO/CNRS)
Elisete Schwade (UFRN)
Eulalia Perez Sedeño (CSIC)
Jules Falquet (U.ParisVII)
Kazuko Takemura (Ochanomizu U.)
Luiz Mello (UFG)
Maria Dolores Perez Murillo (U. de Cádiz)
Maria Luiza Femenias (U. La Plata)
Miguel Vale de Almeida (ICSTE)
Paola Bacchetta (UCB)
Suely Gomes Costa (UFF)
Yonissa Wadi (UNIOESTE)

Revisão
Gerusa Bondan

Capa
Gracco Bonetti

Projeto gráfico e diagramação
Rita Motta - Ed. Tribo da Ilha

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

ISBN: 978-85-8047-003-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Leny Helena Brunel CRB 14/540

R433 Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no
Cone Sul / organização Joana Maria Pedro, Cristina
Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga. – Florianópolis :
Ed. Mulheres, 2011.
2009.
416 p.

1. Feminismo. 2. Ditaduras – Cone Sul. 3. Gênero.
4. Leituras Feministas. I. Pedro, Joana Maria.
II. Wolff, Cristina Scheibe. III. Veiga, Ana Maria.

CDU 396

Editora Mulheres
Rua Joe Collaço, 430
88035-200 Florianópolis, SC
Fone/Fax: (048) 3233-2164
e-mail: editoramulheres@floripa.com.br
www.editoramulheres.com.br

SUMÁRIO



Apresentação 11

A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul:
um relato de viagens e algumas reflexões 19

Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff

[FEMINISMOS EM TEMPOS DE DITADURA]

Um mosaico de discursos: redes e fragmentos nos movimentos
feministas de Brasil e Argentina 47

Ana Maria Veiga

A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Ar-
gentina..... 71

Soraia Carolina de Mello

Sexualidade e erotismo nas páginas dos periódicos feministas
(Brasil e Argentina – décadas de 1970 e 1980) 93

*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e
Maria Cristina de Oliveira Athayde*

Leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil e na Argentina... 119

Joana Vieira Borges

Entre o feminismo e a esquerda:contradições e embates da dupla militância 145

Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga

Mulheres operárias na Argentina e no Brasil: uma análise de jornais da década de 1970..... 165

Gisele Maria da Silva

Movimentos feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos..... 191

Gabriela Miranda Marques

[REPRESSÃO, REVOLUÇÃO E CULTURA]

Os *Nunca más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991) 213

Mariana Joffily

Mulheres em guarda contra a repressão..... 233

Ana Rita Fonteles Duarte

Trajetórias de mulheres em movimentos sociais no campo: comparações entre Brasil e Paraguai (1960-1989)..... 259

Larissa Viegas de Mello Freitas

As mulheres na luta armada no Cone Sul 281

Andrei Martin San Pablo Kotchergenko

Falar de si, falar de nós: performances e feminilidades alternativas no teatro sul-americano (1975-1984) 299

Gabriel Felipe Jacomel

Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile 325

Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro

| | |
|--|-----|
| Fé e relações de gênero nas esquerdas cristãs: Brasil e Chile no contexto das ditaduras latino-americanas..... | 353 |
| <i>Priscila Carboneri de Sena e Vivian Barbosa Moretti</i> | |
| Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980)..... | 371 |
| <i>Lilian Back</i> | |
| Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais..... | 391 |
| <i>Sergio Luis Schlatter Junior</i> | |
| Bibliografia geral | |
| Autoras/ Autores..... | 409 |

APRESENTAÇÃO



Este livro é resultado de quatro pesquisas que se desdobraram em vários projetos: “Movimento de Mulheres e Feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)” e “Do feminismo ao gênero: circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)”, coordenados por Joana Maria Pedro,¹ e “Relações de gênero na luta da esquerda armada: Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul (1960-1979)” e “O gênero da resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul (1964-1989)”, coordenados por Cristina Scheibe Wolff.² Todos estes temas das pesquisas podem ser resumidos em três palavras: “Gênero, Feminismos e Ditaduras”.

Estas pesquisas contaram com apoio do CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa, da FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa em Santa Catarina e da Secretaria das Mulheres, na forma de apoio à pesquisa, bolsas de produtividade, de iniciação científica e de PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Esta temática já foi alvo de um primeiro livro, publicado pela Editora Mulheres em 2010, intitulado “Gênero, Feminismos e

1 Projeto financiado pelo CNPq, com bolsa de produtividade 1B, além de auxílios-pesquisa e de obter recursos da FAPESC.

2 Projeto financiado pelo CNPq, com bolsa de produtividade 2, além de auxílios-pesquisa e de obter recursos da FAPESC.

Ditaduras no Cone Sul”, como resultado do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, realizado entre 4 e 7 de maio de 2009 na Universidade Federal de Santa Catarina. O livro que ora apresentamos é diferente; ele é resultado de uma pesquisa cotidiana realizada pelas coordenadoras e pelas/os diversas/os estudantes que fazem parte do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História. Evidentemente este livro não traz todas as pesquisas já realizadas. Muita coisa foi publicada pelas pessoas que compõem a equipe em revistas, coletâneas, colóquios, mas é, sem dúvida, o resultado de muitos esforços de uma pesquisa que continua em andamento e que, esperamos, ainda vá render muitos frutos.

12

Por se tratar de um trabalho de equipe, coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, várias pessoas que dele participaram fizeram seus projetos com vistas a trabalhos de conclusão de curso, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Criaram novas temáticas dentro do tema maior. Nem todas as pessoas da equipe, todavia, estão publicando neste livro. Várias delas começaram na pesquisa como bolsistas de Iniciação Científica ou de aperfeiçoamento e hoje são mestrandas ou doutorandas. Outras chegaram como doutorandas ou pós-doutorandas e hoje são professoras em outras instituições.

O primeiro capítulo do livro, intitulado “A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões”, foi escrito pelas coordenadoras da pesquisa com o intuito de contar os caminhos metodológicos e também a experiência de muitas viagens de pesquisa. Gênero, história oral, histórica comparativa e história do tempo presente são abordados como estratégias de interpretação para os dados compilados em viagens por todo o Cone Sul, com mais de 150 entrevistas realizadas.

A partir daí dividimos o livro em duas partes, agrupando os capítulos escritos por temáticas. Na primeira parte, **Feminismos em tempos de ditadura**, estão os artigos que enfocam mais especificamente as trajetórias do movimento feminista que se articulava em vários dos países pesquisados neste período. A segunda parte, **Repressão, revolução e cultura**, agrupa artigos sobre como gênero e repressão se articularam; como movimentos e organizações de

esquerda incorporaram mulheres e como seus discursos utilizaram o gênero; como novos movimentos de mulheres se formaram frente às ditaduras, assim como os ecos dessas revoluções e relações na cultura e nos comportamentos.

As trajetórias das autoras e autores dos capítulos deste livro nos ajudam a ver a história da pesquisa realizada no Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

Ana Maria Veiga entrou na pesquisa quando estava fazendo seu Mestrado. Realizou algumas viagens para a Argentina para coletar dados. O texto que ela apresenta neste livro, “Um mosaico de discursos: redes e fragmentos nos movimentos feministas de Brasil e Argentina”, é resultado de sua Dissertação de Mestrado. Nele, a autora mostra as redes de relações existentes entre os feminismos do Brasil e da Argentina, focalizando suas solidariedades e rupturas. Além de escrever este capítulo, Ana fez a revisão e organização dos textos deste livro retirando algumas repetições, normatizando a escrita. Isso a tornou, também, uma coordenadora da obra. Atualmente Ana Maria Veiga faz Doutorado em História na UFSC, discutindo cinema feminista.

13

Soraia Carolina de Mello iniciou como bolsista de Iniciação Científica nesta equipe. Desde o início envolveu-se com a questão do trabalho doméstico, tema que aborda no capítulo intitulado “A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina”. Dedicou-se a essa temática na Monografia de Graduação e no Mestrado. O trabalho doméstico foi um problema levantado pelo feminismo de Segunda Onda e que até hoje não foi resolvido: como dividir as tarefas que tornam o lar habitável? Soraia mostra esta discussão a partir dos periódicos feministas do Brasil e da Argentina. Neste momento ela faz Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz iniciou na pesquisa quando cursava seu Doutorado e continuou nela durante o Pós-Doutorado. No capítulo “Sexualidade e erotismo nas páginas dos periódicos feministas (Brasil e Argentina – décadas de 1970 e 1980)”, escrito junto com Maria Cristina de Oliveira Athayde, discute a maneira como os periódicos feministas do Brasil e da Argentina abordaram

a temática Sexualidade e Erotismo, apesar do conservadorismo das esquerdas de onde eram oriundos. Atualmente Luciana se prepara para assumir o cargo de professora universitária na Universidade Estadual do Paraná.

Maria Cristina de Oliveira Athayde iniciou na equipe quando fazia sua Graduação, como bolsista de Iniciação Científica. No Mestrado defendeu sua Dissertação sobre a temática sexualidade e erotismo presentes nas páginas de periódicos feministas argentinos e brasileiros, conforme aparece no capítulo que assina com Luciana Klanovicz. Atualmente Maria Cristina é professora na rede pública de Florianópolis, onde leciona a disciplina de História.

14 Joana Vieira Borges iniciou-se na equipe como bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Fez seu Mestrado sobre a questão das leituras feministas e o capítulo que apresenta neste livro, intitulado “Leituras feministas de *O Segundo Sexo* no Brasil e na Argentina”, foi resultado de sua Dissertação. Neste capítulo a autora focaliza, principalmente, as diferentes leituras que foram feitas do livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, utilizando entrevistas e publicações, e mostrando o quão diferentes são as apropriações do livro. Joana Vieira Borges atualmente faz Doutorado em História na UFSC.

Isabel Cristina Hentz foi bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/UFSC e desta forma participou da equipe. O capítulo que apresenta, em coautoria com Ana Maria Veiga, se chama “Entre o feminismo e a esquerda: contradições de embates da dupla-militância” e é resultado de seu trabalho na pesquisa. Neste capítulo a autora enfatiza as tensões entre as feministas que atuavam também em outros grupos políticos e as que apenas se identificavam com o feminismo. Atualmente Isabel está cursando Mestrado em História na UFSC.

Gisele Maria da Silva foi bolsista de Iniciação Científica do CNPq e atuou na equipe até sua Graduação em História. O texto que apresenta neste livro, intitulado “Mulheres operárias na Argentina e no Brasil: uma análise de jornais da década de 1970”, é resultado de sua Monografia. Nele, a autora discute periódicos ligados aos movimentos de mulheres no Brasil e na Argentina, mostrando suas diferenças e similitudes. Por meio deles, focaliza as mulheres operárias. Gisele deixou o grupo e vive atualmente em Belo Horizonte.

Gabriela Miranda Marques começou na equipe como bolsista de Iniciação Científica. Fez duas viagens aos países do Cone Sul para coletar fontes. O capítulo que apresenta, intitulado “Movimentos feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos”, é resultado das pesquisas que fez para a Monografia de final de Graduação e para o Mestrado. Neste capítulo a autora discute as tensas relações entre a Igreja e os vários grupos feministas, mostra como são plurais tanto as pessoas que atuam na Igreja como aquelas que se identificam com o feminismo. Atualmente Gabriela cursa o Doutorado em História na Universidade Federal de Santa Catarina.

Mariana Joffily veio participar do LEGH em 2008, após terminar seu Doutorado na Universidade de São Paulo. Ela propôs um projeto de Pós-Doutorado, financiado pelo CNPq, e ficou um ano trabalhando conosco no LEGH antes de ser aprovada em concurso público para História da América na Universidade do Estado de Santa Catarina. Durante este período, Mariana desenvolveu a pesquisa que deu origem ao artigo “Os *Nunca más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”, em que compara os diversos relatórios produzidos no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai em torno de denúncias às torturas, mortes e desaparecimentos de pessoas a partir de uma perspectiva de gênero.

Ana Rita Fonteles Duarte iniciou na equipe quando fazia seu Doutorado em História na UFSC. O capítulo que apresenta é resultado de sua tese e se chama “Mulheres em guarda contra a repressão”. Nele a autora focaliza os movimentos pela anistia no Brasil e as Madres da Plaza de Maio na Argentina. Usa a categoria “jogos de gênero” para explicar a maneira como estas mulheres atuaram na defesa de seus familiares. Atualmente Ana Rita é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Larissa Viegas de Mello Freitas entrou na equipe como bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/UFSC. Realizou viagens de campo ao Paraguai e a várias cidades brasileiras. O capítulo que apresenta é resultado de suas pesquisas e se intitula “Trajetórias de mulheres em movimentos sociais no campo: comparações entre Brasil e Paraguai (1960-1989)”. Nele, a autora discute a maneira como os movimentos de mulheres rurais se apropriaram das discussões do feminismo e o incorporaram em suas bandeiras de luta. Larissa está cursando Mestrado em História na UFSC.

O trabalho de Andrei Martin San Pablo Kotcherenko é uma versão de um artigo que ganhou o Prêmio 'Construindo a Igualdade de Gênero', promovido pela Secretaria Especial de Políticas das Mulheres e o CNPq em 2009. Andrei foi bolsista de Iniciação Científica no Laboratório e está concluindo sua Graduação em História. O artigo "A participação das mulheres na luta armada no Cone Sul" discute esta participação em diversas organizações da esquerda armada, especialmente no Brasil e no Chile.

Gabriel Felipe Jacomel entrou na equipe com bolsa de monitor da disciplina Introdução aos Estudos Históricos, em seguida se candidatou à bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/UFSC. Fez sua Monografia de final de curso sobre as questões do Cone Sul; fez viagem de campo para Santiago do Chile, onde coletou diversas fontes; fez seu Mestrado em História na UFSC. O capítulo que apresenta neste livro, intitulado "Falar de si, falar de nós: performances e feminilidades alternativas no teatro sul-americano (1975-1984)", é resultado de suas pesquisas na Graduação e no Mestrado. Neste capítulo, o autor discute o teatro feminista no Brasil e no Chile, mostrando-o como uma forma de divulgação e de tensões no enfrentamento com as ditaduras e os diversos grupos de esquerda. Atualmente atua em grupos de teatro.

Karina Janz Woitowicz participou da equipe de pesquisa durante seu curso de Doutorado feito no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Fez viagem de pesquisa ao Chile e em seguida passou quatro meses em Santiago, fazendo seu estágio doutoral financiado pela CAPES. O capítulo que apresenta, com coautoria de Joana Maria Pedro, intitula-se "Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile" e faz um estudo cruzado entre os feminismos do Brasil e do Chile, mostrando semelhanças e diferenças. Karina já defendeu sua Tese de Doutorado e atualmente é professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Priscila Carboneri de Sena e Vivian Barbosa Moretti foram bolsistas de Iniciação Científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História ao longo de sua Graduação em História. Priscila, em seu trabalho de conclusão, trabalhou sobre a participação de religiosos católicos, especialmente freiras, nas lutas da esquerda

armada no Brasil e no Paraguai, enquanto Vivian dedicou-se a estudar duas organizações de esquerda de origem na Teologia da Libertação: a AP no Brasil e o MAPU no Chile, sob a perspectiva das relações de gênero. O capítulo “Brasil e Chile no contexto das ditaduras militares latino-americanas: fé e relações de gênero nas esquerdas cristãs” foi escrito em conjunto pelas duas estudantes, com fontes e discussões que também usaram em suas pesquisas, e trabalha especialmente a questão da fé e das relações de gênero nos grupos de esquerda que se originaram e mantiveram relações com a teologia da libertação.

Lilian Back foi bolsista de Iniciação Científica e de estágio no LEGH, realizou um intercâmbio na Universidade de Buenos Aires e atualmente é aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Seu trabalho de conclusão de curso enfocou basicamente o mesmo tema do artigo aqui apresentado, com o título “Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada do Brasil e Argentina (1960-1980)”. O artigo analisa discursos dos grupos de guerrilha de esquerda que conectam moral, gênero e sacrifício, enfocando principalmente as organizações Ação Libertadora Nacional (ALN), no Brasil, e *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), na Argentina.

Sergio Luis Schlatter Junior começou a participar da equipe como bolsista de Permanência da UFSC, vinculado ao projeto. Dedicou-se a discussões entre o público e o privado e, principalmente, à interferência da política na vida pessoal de militantes. O capítulo que apresenta, intitulado “Sujeitos e amores: relações pessoais e revolução”, reflete estas pesquisas. Atualmente se prepara para concluir o curso de Graduação na UFSC.

Esse livro tem também um caráter de manifesto: é possível fazer pesquisa em História de maneira coletiva, com a participação de estudantes e professores de vários níveis de formação. A produção coletiva em História é possível e capaz de produzir frutos suculentos e doces, apesar de tratar, neste caso, de tempos amargos.

Joana Maria Pedro,
Cristina Scheibe Wolff e
Ana Maria Veiga

A PESQUISA SOBRE GÊNERO, FEMINISMOS E DITADURAS NO CONE SUL: um relato de viagens e algumas reflexões

*Joana Maria Pedro
Cristina Scheibe Wolff*



Quando nós, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff,¹ pegamos um táxi que nos levaria a mais uma entrevista em Santiago do Chile, puxando conversa, Cristina perguntou ao taxista o que ele achava da presidente Michelle Bachelet. Ele contestou prontamente: “Eu não entendo. Como pode uma mulher mandar no país? Lá em casa mando eu”. A isso nós respondemos que no Brasil também é assim, o marido sempre tem a última palavra: “Sim senhora!”.²

Este foi o clima de “sexismo” explícito que encontramos em Santiago, capital do Chile, quando a visitamos pela primeira vez em 2007. Essa viagem foi uma das muitas que fizemos aos vários países que compõem nosso ambicioso projeto comparativo: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, ou seja, o chamado Cone Sul.

A etnografia não é habitualmente pensada como uma metodologia para os estudos históricos. Entretanto, quando se trabalha com a História Oral e com a História do Tempo Presente, esta metodologia não pode ser descartada. Primeiro porque, para

1 Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff coordenaram esta pesquisa em conjunto.

2 Este é um texto feito a quatro mãos. Às vezes o pronome ‘eu’ aparece na voz da Joana, e às vezes na voz da Cristina. Decidimos utilizar esta forma para contar a história da pesquisa.

fazer as entrevistas, é preciso encontrar as pessoas, ganhar sua confiança, saber o que perguntar e como perguntar. Em segundo lugar, porque para compreender as informações é preciso conhecer o contexto em que elas são geradas, as motivações dos depoentes, sua situação atual – já que a memória é sempre produzida no presente. E mais, historiadores/as são contadores/as de histórias e precisam descrever contextos – paisagens, lugares, cheiros, climas para dar cor e sabor a essas narrativas. Como falar da história de um país que nunca visitamos? Claro, nossos relatos sempre serão incompletos, mas ir para um lugar, viver um pouco ali, ajuda muito a compreender diferenças nem sempre perceptíveis em estatísticas ou livros de História e Sociologia. Fazer uma história assim é retomar talvez um pouco a forma com que trabalhou Heródoto, considerado por muitos o “pai da História”. Só que em vez de irmos para o Egito ou para a Pérsia, nossa pesquisa tratou de comparar dados, experiências, discursos e histórias do nosso ponto de partida – o Brasil – com os outros países do Cone Sul.

Mas o que seria este projeto? O projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul” foi formado através da conjunção de dois principais projetos de pesquisa, que por sua vez se desdobraram em outros: “Movimento de Mulheres e Feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)”, coordenado por Joana Maria Pedro³ e “Relações de gênero na luta da esquerda armada: uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul (1960-1979)”, coordenado por Cristina Scheibe Wolff.⁴ A partir dos projetos das professoras, várias alunas e alunos de Doutorado, Mestrado, Graduação e também algumas pós-doutorandas propuseram projetos de pesquisa que confluíram para a temática geral e que aparecem em capítulos deste livro, bem como teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos e capítulos de outros livros listados nas páginas finais. Além dos projetos, em maio de 2009 organizamos o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e

3 Este projeto foi financiado pelo CNPq, com bolsa de produtividade 1C, além de auxílios-pesquisa e recursos da FAPESC.

4 Este projeto foi financiado pelo CNPq, com bolsa de produtividade 2, além de auxílios-pesquisa e recursos da FAPESC.

Ditaduras no Cone Sul,⁵ que mobilizou pesquisadoras, pesquisadores e protagonistas das histórias de todos esses países.

Como os projetos têm propostas de pesquisa, objetivos e metodologia que se entrecruzam, assim como bases geográficas e temporais que coincidem, a equipe de pesquisa tem trabalhado em conjunto nas seguintes atividades: coleta de material em arquivos, através da digitalização de documentos; realização, transcrição e revisão de entrevistas orais; levantamento bibliográfico com a formação de um acervo no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC; discussão de textos, livros e metodologias; organização e participação em eventos e publicações.

Um dos grandes pressupostos da pesquisa, e que tem garantido sua originalidade na historiografia atual, é o uso da categoria gênero para análise desta história. Acompanhamos o pensamento de Reinhard Koseleck,⁶ que constata que as categorias de análise também têm sua historicidade.

Já sabemos o quanto o feminismo, o movimento de mulheres e de gays e lésbicas⁷ têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. O campo da história, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma história militante e, portanto, não “científica”, continua a

5 Este colóquio gerou anais eletrônicos, disponíveis no site www.coloquioconesul.ufsc.br/ e o livro PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. Disponível em formato pdf no site www.ieg.ufsc.br/livros_eletronicos.php.

6 KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006. Neste texto ele se refere aos conceitos. Estamos extrapolando a discussão para as categorias de análise.

7 Estamos entendendo como movimento feminista as lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres estamos entendendo que se trata de mobilizações cujas reivindicações não são apenas de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres. Ver, a este respeito, Helena Hirata et al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presse Universitaires de France, 2000, p. 125-130. Por movimentos gays e lésbicos entendemos as lutas que exigem que a sociedade reconheça indivíduos que consideram seus relacionamentos íntimos com pessoas do mesmo sexo como essenciais à sua identidade. No entanto, convém destacar que algumas lésbicas não querem ser vistas como parte do movimento gay; querem ser identificadas como mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres e consideram suas atitudes “um ato político”. Ver: ARRIOLA, Elvia R. Desigualdades de gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. *Estudos Feministas*, v. 2, n.2, 1994, p. 388-427.

assombrar as pesquisas, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como classe, raça/etnia e geração também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; entretanto, não parecem sofrer a mesma desconfiança e desqualificação.

Nesta pesquisa, o uso da categoria gênero é fundante da problemática. É com o pressuposto de que gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos – para citar novamente a conhecida argumentação de Joan Scott⁸ – que temos conduzido nossa argumentação. Entendemos que as relações de gênero permearam a maneira como homens e mulheres viveram as ditaduras, como se apropriaram ou não das ideias feministas e como participaram dos movimentos armados e de outros que fizeram resistência às ditaduras. Da mesma maneira entendemos que foi com base no gênero que as mulheres foram vigiadas, perseguidas, presas e torturadas pelos diversos regimes militares. Assim, estamos escrevendo uma história da luta armada e das diversas formas de resistência às ditaduras no Cone Sul, bem como da apropriação das ideias feministas neste período, levando em conta diferenças, vantagens e desvantagens de uma pessoa ser reconhecida como homem ou como mulher nesta situação. Quando falamos em reconhecimento, estamos pressupondo, juntamente com Judith Butler, que o sexo não é um dado biológico sobre o qual o gênero é construído; ao contrário, é apenas um ideal regulativo materializado num corpo através de práticas normativas reiteradas.⁹

Seguindo com os relatos das viagens, em cada país acumulamos entrevistas com mulheres e com alguns homens que contactamos por e-mail antes de sair do Brasil. Ao chegarmos lá, muitas vezes já tínhamos alguns encontros marcados, endereços, nomes.

8 SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

9 BUTLER, LACLAU y ZIZEK. *Contingência, hegemonia, universalidade*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 34.

Viajamos quase sempre no domingo para poder aproveitar bem a semana. Ao chegarmos, cansadas, conseguíamos no máximo telefonar para algumas pessoas, confirmar visitas para entrevistas, pedir novos contatos.

Na segunda-feira pela manhã, depois do café em algum hotel, em geral muito barato – afinal, os recursos para as diárias tinham que cobrir hotel, refeições, táxis, livros que queríamos comprar e fotocópias que precisávamos fazer – saíamos para a primeira entrevista. No início da semana, logo que chegávamos, as primeiras entrevistas eram feitas pelas duas pesquisadoras. Entretanto, como uma bola de neve, à medida que a semana avançava e as entrevistas iam sendo feitas, mais pessoas eram contatadas e indicadas por nossas entrevistadas, de tal maneira que no final da semana cada uma ia para um local diferente e os dias começavam a parecer pequenos diante de tanta demanda. Notamos, invariavelmente, uma “vontade de narrar”. Ao saber que outras colegas feministas ou ex-militantes já haviam sido contatadas e entrevistadas, várias mulheres se dispunham a nos contar sua versão do que havia acontecido.

No Paraguai, na Bolívia e no Uruguai chegamos a nos assustar com este fenômeno, que quem trabalha com história oral costuma chamar de “bola de neve”: o número de possíveis depoentes vai crescendo à medida que as pessoas se comunicam e se informam sobre a existência de uma pesquisa que pretende narrar como algo aconteceu, fazer parte da história, narrar, deixar registrada a lembrança, ultrapassar a fragilidade da vida.¹⁰ Pensamos que isso era o que movia as pessoas que nos receberam tão bem. Elas geralmente eram solícitas em mostrar fontes, nos deixar fotocopiar, apresentar os livros que escreveram sobre a temática.

Em 2006 fui (Cristina) a um evento na Argentina (*VII Jornadas de Historia de las Mujeres de Córdoba*, em Villa Giardino, Córdoba, Argentina, de 25 a 28 de outubro). No congresso conheci algumas pesquisadoras que trabalhavam com a temática e consegui fazer seis entrevistas, algumas bastante longas e muito interessantes.

10 SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 311.

Estive também em Buenos Aires, onde comprei livros, conheci a sede do projeto Memoria Abierta, a Libreria de Mujeres e a Libreria de las Madres e iniciei a pesquisa no Arquivo do CeDinCi¹¹ fotografando periódicos feministas e documentos de organizações de esquerda da Argentina e do Uruguai. Também tive contato com colegas argentinas que se mostraram de grande importância para as subsequentes viagens e que colaboraram com nosso Colóquio realizado em 2009, como Dora Barrancos, Fernanda Gil Lozano, Andrea Andújar, Alejandra Ciriza, Alejandra Oberti, entre outras.

Depois fomos juntas, Cristina e Joana, ao Chile, onde realizamos 6 entrevistas, cinco delas com mulheres. Apesar deste pequeno número, aproveitamos a viagem para trabalhar nos acervos da FLACSO e da revista *Isis Internacional*, que foram extremamente importantes para várias pesquisas realizadas pela equipe. As entrevistas também foram significativas e abriram caminho para outras, realizadas em 2008 por Joana e os estudantes Karina e Gabriel.

Em novembro de 2007 estive (Cristina) mais uma vez na Argentina, para o *III Encuentro Internacional de Publicaciones Feministas*. Além de aprender muito sobre a história dessas publicações em vários países do Cone Sul, pude entrevistar mais quatro pessoas, sendo uma chilena, uma espanhola e duas argentinas. Visitei também a biblioteca do IDES (*Instituto de Desarrollo Económico y Social*), onde fotocopiei e digitalizei textos e documentos.

A maioria das pessoas com quem conversamos nos concedeu a entrevista sem se preocupar com o uso de seu nome, demonstrando grande confiança nas pesquisadoras e em nossa instituição. É claro que sempre procuramos mostrar a seriedade de nosso trabalho. Uma das maneiras de fazer isso era levar conosco livros que publicamos anteriormente, exemplares da revista *Estudios Feministas (REF)*, que ajudamos a editar na UFSC, e alguns livros organizados como resultado do Seminário Internacional Fazendo Gênero. Além de demonstrar nosso pertencimento a uma instituição ativa e produtiva, aproveitamos para divulgar esses materiais em outros países. Mesmo assim, duas pessoas entrevistadas

11 Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina, cf. www.cedinci.org.

na Argentina pediram que mantivéssemos seus nomes em sigilo. Ambas tinham maridos desaparecidos ou mortos pela ditadura e consideravam que os filhos não gostariam de ter sua história divulgada desta forma. Respeitamos a vontade de nossas entrevistadas.

Em dezembro de 2007 estive (Joana), com Gabriela Miranda Marques,¹² que na época era estudante de graduação com bolsa PIBIC, na Bolívia. Fomos a Santa Cruz de la Sierra e La Paz. O primeiro contato foi feito através de Giovana Villa, uma funcionária de um museu etnográfico em Santa Cruz de la Sierra. O professor Marcos Fábio Freire Montysuma a havia encontrado num evento de História Oral no Acre e lhe dissera de nosso interesse em conhecer pessoas possíveis de entrevistar, envolvidas com feminismo e com resistências às ditaduras na Bolívia. Ela prontamente respondeu ao nosso e-mail e, ao chegarmos em Santa Cruz,¹³ foi nos encontrar no hotel onde estávamos hospedadas. Falou de várias pessoas que dirigiam ONGs e a *Asociación de Mujeres*. Telefonou para algumas, nos deu os contatos de outras. A partir daí, Giovana se tornou nossa guia em Santa Cruz. Alertou-nos para os golpes que se costuma aplicar nos turistas, como o de pessoas que se fazem passar por policiais, exigindo que se mostre o passaporte e depois pedem dinheiro para a devolução. Na tarde do domingo em que chegamos fomos alvos desta tentativa de golpe, porém já estávamos prevenidas.

Na segunda-feira começamos as visitas, sempre levadas por Giovana, para diferentes lugares. Ficamos sabendo dos problemas pelos quais a Bolívia estava passando e vivemos de perto esta situação. Recentemente uma nova Constituição tinha sido aprovada pela constituinte convocada pelo presidente Evo Morales.¹⁴ A região, conhecida como “Media Luna”,¹⁵ na qual se inclui Santa Cruz de la Sierra, não aceitava a nova constituição e clamava por

12 Gabriela Miranda Marques atualmente é estudante de Mestrado, sendo orientada pelo Prof. Rogério Luis de Souza e coorientada por mim.

13 Usamos recursos da FAPESC.

14 De descendência indígena, Juan Evo Morales Ayma nasceu em 26 de outubro de 1959. Tornou-se presidente em 22 de janeiro de 2006.

15 A região da Media Luna – assim chamada devido ao formato do território parecer uma meia lua – é formada originalmente pelos departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando. Na disputa em torno da Nova Constituição, Cochabamba juntou-se a estes departamentos, formando o que se chamou de “Media Luna Ampliada”.

autonomia. O debate e as acusações de parte a parte estavam fervilhando: enquanto o governo de Evo Morales acusava a região da Media Luna de querer “separatismo”, esta acusava o governo de atentar contra os interesses da região. Lembremos que a Media Luna considera sua população “mais branca”, com um componente indígena menor. Bom, não foi o que vimos, pois a composição da população é de muitos mestiços. Certamente a diferença está na forte presença das tradições indígenas na região de La Paz, onde são constantemente referenciadas.

Este conflito em Santa Cruz estava sendo manifestado principalmente na praça em frente ao governo provincial – Santa Cruz é capital do Departamento de Santa Cruz, principal local da resistência ao governo de Evo Morales. Nesta praça nos deparamos com barracas de lona e com inúmeras pessoas fazendo greve de fome. Vimos também uma passeata de advogados – muitos vestindo terno e gravata, alguns de camisa social, com suas esposas, algumas delas usando “tailleur” e salto alto. Uma faixa anunciava “Abogados – presente”. Uma lista colada num painel denunciava os nomes das pessoas que eram consideradas “traidoras” da Media Luna, que não aprovavam ou não estavam empenhadas na luta pela autonomia da região. Entre estas pessoas, constatamos, encontravam-se algumas de nossas entrevistadas.

Nas entrevistas que fizemos, muitas se referiram à “autonomia” ou à “união” ou à “conciliação”. Organizaram suas narrativas, referindo-se ao passado, tendo como orientação do relato os acontecimentos daquele final de ano de 2007, com muita tensão e o medo de uma possível guerra civil que dividiria o país.

Fotografamos as passeatas, as manifestações e a greve de fome. Em meio às fotos fomos abordadas por coordenadores da mobilização que visava à autonomia da Media Luna. Queriam saber o que estávamos fotografando, quem éramos, se estávamos a serviço de Evo Morales ou não. Informamos que estávamos fazendo pesquisa, que éramos historiadoras brasileiras, que viemos somente para pesquisar. Queriam provas de nossa condição. Tomaram nossas câmeras fotográficas. Dei-me conta de que eu não tinha qualquer documento que dissesse que era professora e pesquisadora. Gabriela lembrou então que ela tinha um cartão com foto e

brasão da Universidade e que lhe dava acesso ao RU – Restaurante Universitário. Entregou para os coordenadores da manifestação, que se afastaram com as câmeras e o cartão de Gabriela. Voltaram quase uma hora depois – enquanto esperávamos temerosas de perder as fotos das entrevistadas, as fotos da documentação que tínhamos feito e o cartão do Restaurante Universitário. Devolveram tudo e recomendaram que não tirássemos mais fotos da manifestação. É interessante notar que dizer que éramos brasileiras não surtiu qualquer efeito. No Departamento de Santa Cruz moram inúmeros brasileiros e na lista dos “inimigos da autonomia” vimos o nome de um deles. Notamos também que eles usavam como divulgação de suas atividades e suas causas uma reportagem que tinha saído recentemente na revista *Veja*, no Brasil, falando de suas reivindicações e mostrando o quanto a região da Media Luna era a mais rica da Bolívia. Enfim, ser brasileira, nesta situação, não significava mesmo qualquer presunção de neutralidade.

27

Na saída de Santa Cruz já tínhamos vários nomes para procurar em La Paz. Nesta cidade, porém, a situação era outra. Ao chegarmos ao aeroporto, a pressão atmosférica provocava tonturas e dores de cabeça para quem, como nós, vivia no litoral. Localizada em El Alto, fica a 4.061 metros de altitude. A sensação é de perda de equilíbrio e vai passando com o tempo. Fiquei com náuseas e dor de cabeça, mas com Gabriela foi pior, ela teve uma indigestão. Nada que não se normalizasse rapidamente. Chegando ao hotel, os atendentes, muito solícitos, indicaram um medicamento e chás de folhas de coca. No dia seguinte, com algum esforço, pudemos começar a telefonar para as pessoas e marcamos as primeiras entrevistas.

Diferente do que encontramos em Santa Cruz, as entrevistadas não se referiam nem à “autonomia”, nem à “união” ou à “conciliação”. As pessoas que entrevistamos estavam apoiando as atitudes de Evo Morales em relação à questão da “Media Luna” e à Nova Constituição recentemente elaborada. Já a oposição afirmava sua ilegalidade, uma vez que a tinha boicotado, não comparecendo às discussões. A constituição foi aprovada em dezembro de 2007 e um referendun popular estava sendo marcado para a aprovação da nova Carta Constitucional, o que ocorreu em janeiro de 2009.

Foi justamente em dezembro de 2007 que estivemos na Bolívia fazendo as entrevistas e coletando dados. Nesta ocasião fizemos 16

entrevistas com mulheres, entre Santa Cruz e La Paz. A televisão, o rádio e os jornais discutiam tudo isso. Havia ameaças de guerra civil e de fechamento dos aeroportos. Bom, isto não impediu nossa pesquisa, mas confesso que na hora de voltar tivemos medo de ficar retidas no país. Foi somente quando o avião da Aerosur – companhia boliviana de aviação – pousou em São Paulo que nós nos sentimos mais seguras, não apenas por causa das condições políticas explosivas da Bolívia, mas também devido às condições dos aviões. Fazer pesquisas também tem seus riscos.

Em fevereiro de 2008 fomos, Cristina e Joana, para Assunção, capital do Paraguai. Lá nosso contato foi Adelina Puccineli. Ela é a diretora do Museu Etnográfico Andres Barbeiro e Cristina já a conhecia do Colóquio *Le Paraguay à l'Ombre de ses Guerres*, organizado pelos professores Luc Capdevila, Capucine Boidin e Nicolas Richard sobre a História do Paraguai, em 2005, em Paris, França. Adelina tinha contatado antecipadamente várias pessoas a fim de nos encontrarem no Museu para conversas e entrevistas. Nesta viagem conseguimos colher 17 depoimentos, de 12 mulheres e 5 homens. Fotografamos revistas, fizemos fotocópias, compramos livros. O país estava se preparando para as eleições que pela primeira vez elegeriam um presidente de um partido que não era o do governo Stroessner, e isso gerava uma grande expectativa. Foi muito interessante ver que pessoas que na época estavam fazendo campanha ou se colocando como candidatas, ou trabalhando em ONGs, na nossa segunda visita estavam trabalhando para o governo, o novo.

Muitas vezes é este o contexto da pesquisa: um grande investimento, um grande trabalho, como garimpar ouro. Nem sempre trazemos apenas pepitas, muitas vezes encontramos bastante cascalho. Como pesquisadoras acadêmicas, portanto, estrangeiras em dois sentidos, por sermos de outra nacionalidade e por virmos de outro campo, precisamos aceitar o que nos oferecem. As redes de contatos que essas pessoas possuem “queimariam” as possibilidades de novas entrevistas caso recusássemos alguma das que estavam oferecendo seu depoimento. Afinal, nossa posição era a de estar recebendo um favor destas depoentes. Além disso, as pessoas que nos receberam e foram nossas guias nos países também estariam em situação complicada se

fôssemos descorteses com as pessoas que passaram a nos telefonar, oferecendo-se para dar um depoimento.

O Paraguai que visitamos estava bem próximo das eleições presidenciais que ocorriam em 20 de abril de 2008.¹⁶ Os ânimos estavam exaltados. O país estava cheio de observadores e jornalistas estrangeiros. Nós éramos duas estrangeiras a mais. Certamente o apoio que recebemos de Adelina foi fundamental para o trabalho de coleta de dados.

Em março de 2008 estive (Cristina) com os estudantes Andrei Martin San Pablo Kotchergenko, Priscila Carbonieri de Sena e Lilian Back no Uruguai e na Argentina. Enquanto eu e Andrei fazíamos entrevistas e coletávamos dados em Montevideú, Priscila e Lilian seguiram para Buenos Aires para coletar dados na Biblioteca Nacional e no CeDinCi, onde as encontrei por um dia. Trouxemos 12 entrevistas do Uruguai, muitas fotos de documentos, livros, panfletos e periódicos. Nossa colega Graciela Sapriza foi muito acolhedora e nos abriu as portas do Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos da Universidad de la Republica del Uruguay. Neste pequeno arquivo, com instalação um tanto precária, há um excepcional acervo de documentos das organizações de esquerda daquele país, incluindo o MLN Tupamaros, mas as pessoas que entrevistamos tiveram que ser contatadas de outra maneira. Como meu interesse era especialmente por feministas, uma forma de encontrar alguns nomes foi através de listas de abaixo-assinados – no caso usei especialmente uma do CLAM, Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, numa campanha sobre aborto. A estratégia da “bola de neve” também foi muito importante.

Nos dias em que estivemos em Montevideú, em março de 2008, comemorava-se o aniversário da primeira grande manifestação da Frente Ampla¹⁷ – a coalizão de centro-esquerda que assumiu o governo do país após a queda da ditadura militar – realizada em 1971.

16 O resultado foi a vitória do ex-bispo Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança (APC). Sua eleição interrompeu 61 anos de governo do Partido Colorado, dos quais 35 anos (1954 a 1989) foram sob a ditadura do general Alfredo Stroessner.

17 Sobre isso cf. *La coalición de izquierda Frente Amplio celebra el aniversario de su primer acto en 1971*, disponível em www.soitu.es/soitu/2008/03/27/info/1206583219_699145.html, acesso em 30.01.2009. Tratei sobre este caso no artigo WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, 2009, p. 124-130.

Havia uma grande discussão que perpassou várias das entrevistas que realizamos: no grande evento comemorativo nenhuma mulher havia sido convidada para discursar no palanque encabeçado pelo Presidente Tabaré Vázquez. É claro que os vários movimentos de mulheres reclamaram muito, o que fez com que fosse convidada a subsecretária de Turismo, Lilián Kechichián, para compor o palanque. A escolha foi criticada, pois ao contrário dos homens chamados a falar, militantes reconhecidos e importantes no cenário político uruguaio, não foram chamadas mulheres consideradas de maneira equivalente. Ao mesmo tempo havia grande decepção com Tabaré Vázquez com relação à lei de descriminalização do aborto, que estava sendo votada no Senado favoravelmente, mas que o presidente prometia vetar. Esses fatos foram levantados nas entrevistas e se mostraram importantes nas narrativas de várias das entrevistadas. Lembro especialmente da fala de Carmem Beramendi, que dizia que os homens é que tinham ficado como protagonistas da memória da luta contra a ditadura: “Os homens saíam do cárcere e faziam conferência com a imprensa, as mulheres saíam do cárcere e iam correndo encontrar com suas famílias”.¹⁸

Não era a primeira vez que uma pessoa da equipe viajava para o Uruguai e para a Argentina. Entre 10 e 17 de setembro de 2006 Roselane Neckel foi para Montevidéu para participar de um evento da AUGM – Associação de Universidades do Grupo Montevidéu. Nesta ocasião Roselane entrevistou três uruguaias e uma argentina que se identificavam com o feminismo e que se encontravam no evento. Além disso, estive em bibliotecas e arquivos de onde trouxe muito material e fontes de pesquisa.

Em agosto de 2008 estivemos novamente na Bolívia, agora Joana e Cristina (desta vez quem passou muito mal na viagem fui eu, Cristina). Tivemos a inestimável ajuda do Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, da UFF, geógrafo e amigo, que através de Shirley Orozco nos colocou em contato com Dunia Mokrani. Dunia, além de nos dar uma entrevista, nos passou uma extensa lista de mulheres: feministas, sindicalistas, acadêmicas, militantes de esquerda,

18 BERAMENDI, Carmem. Entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff. Montevidéu, Uruguai, 28.03.2008. Transcrição de Larissa Viegas de Mello Freitas. Acervo do LEGH/UFSC.

com telefones e e-mails. Além disso, ainda conversamos com Marcelo Câmara, jornalista do *Brasil de Fato*, estudioso dos movimentos sociais na Bolívia e orientando de Carlos Walter. Ele nos deu outros contatos e dicas já no dia da chegada em La Paz. Nesta viagem fizemos 13 entrevistas, as primeiras juntas, mas no decorrer da semana, como sempre, os contatos eram tantos que tivemos que nos separar. Também compramos muitos livros, embora não tenhamos encontrado acervos organizados de periódicos e outros documentos que nos permitissem digitalizar este material. Desta vez não nos deparamos com a questão da Media Luna ou do separatismo. Em La Paz, naquele momento, se vivia apenas muito entusiasmo com o governo de Evo Morales, apesar da pichação do grupo feminista *Mujeres Creando: "El Che y el Evo son lo mismo: Padres Irresponsables"*.¹⁹ Outra coisa que nos chamou a atenção nas entrevistas que realizamos foi a importância da carreira de Sociologia na *Universidad Mayor de San Andrés*, em La Paz, no final dos anos 1960. Uma boa parte das pessoas que entrevistamos havia começado a militar a partir de seus estudos nesta instituição, que foi fechada por Hugo Banzer durante a ditadura que estabeleceu entre 1971 e 1978.

31

Em setembro deste mesmo ano eu, Joana, já estava novamente singrando os ares do Cone Sul, desta vez na viagem para Santiago do Chile, em companhia de Gabriel Jacomel, então estudante de Graduação, e Karina Waitowicz, doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Nós três fizemos mais 12 entrevistas, com o auxílio de Kemy Oyarzun para contatar especialmente feministas. Uma das coisas que procurávamos era o uso do teatro na divulgação do feminismo chileno – objeto da Dissertação de Gabriel Jacomel – e a questão dos grupos que lutavam pelos direitos sexuais e reprodutivos – tema do Doutorado de Karina Waitowicz. Foi procurando estas pessoas que acabamos por entrevistar “Flora”²⁰. Ela nos fora indicada por outra entrevistada que tivera papel importante nas atividades artísticas do feminismo chileno.

Fomos recebidos por “Flora” com muita gentileza – pelo menos inicialmente. Como estávamos os três, Gabriel, Karina e eu,

19 Cf. www.topicsandroses.com/spip.php?article59. Acessado em 09.11.2010.

20 Criamos um codinome para não constrangê-la.

presentes na entrevista, ela questionou como um homem – se referia a Gabriel – poderia ser feminista. Ela não acreditava nesta possibilidade. E, quanto mais ele explicava seu empenho como pesquisador e como feminista, ela mais o desqualificava. Seu principal argumento era que um homem só poderia ser feminista no momento em que abdicasse das vantagens que a sociedade lhe dava por ser um homem. Diante disso, Gabriel calou-se e ficou apenas ouvindo a entrevista. Com Karina a questão foi outra: o fato dela ser, além de bonita, muito elegante. A entrevistada criticou as mulheres que usavam saltos altos (felizmente Karina estava de tênis) e se vestiam de maneira a parecerem muito frágeis. Minha parte nos questionamentos foi o fato de eu ser professora universitária. Ela considera uma contradição ser acadêmica e feminista. Ou se é uma coisa, ou outra. Meus argumentos de nada adiantaram. Ela me perguntou então se eu era lésbica. Eu, felizmente, respondi “Ainda não”, deixando em aberto o futuro. Ela pareceu gostar da resposta e aceitou fornecer a entrevista para nós.

Depois que saímos deste encontro perturbador algo muito importante nos aconteceu. Muitas pessoas – possíveis entrevistadas – passaram a nos procurar, pois souberam que “Flora” nos havia recebido e dado uma entrevista. Acontece que recentemente tinham feito um documentário com entrevistas de várias mulheres que haviam participado, nos anos oitenta, da formação do feminismo no Chile. “Flora” tinha se negado a participar. Dissera que não participaria de uma “História Oficial” do feminismo chileno. Ao saberem que tínhamos seu testemunho, todas quiseram nos fornecer sua versão dos acontecimentos. Voltamos com 10 novas entrevistas e muitos documentos.

O que vimos acontecer foi aquilo que Michel Pollak chama de “enquadramento da memória”.²¹ As entrevistadas se esforçavam para que a história que iríamos narrar tivesse a versão que elas propunham. Evidentemente é isso que qualquer pessoa entrevistada tenta fazer – oferecer sua versão e esperar que ela seja apropriada por quem entrevista, dando assim a direção do que vai ser narrado.

21 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

O que vimos nesta visita de 2008 ao Chile foi um movimento coletivo para definir a direção da escrita da história.

Em nossa primeira estada no país, Joana e eu (Cristina) tínhamos reservado um hotel pela internet, um bem barato, mas muito conveniente por ser no centro da cidade, o Hotel Londres. Quando falávamos onde estávamos hospedadas e passávamos o endereço para várias das entrevistadas, sentíamos que elas nos olhavam de um jeito diferente: “Ah, na Rua Londres, é?” Na quinta-feira à noite, ao voltarmos de mais uma entrevista, nos deparamos com uma cena para nós inusitada: havia um círculo de pessoas, segurando velas, algumas com fotos preto e branco nas mãos ou com camisas impressas, muitos cartazes, uma delas tocando violão, e chamavam nomes, aos quais as pessoas respondiam: “Presente”. Era uma manifestação do grupo de familiares de desaparecidos, pois nosso hotel ficava em frente a um conhecido centro de tortura dos anos de 1973 e 1974, “Londres 38”.²² Essa experiência de virar a esquina e dar de cara, literalmente, com as consequências da ditadura sobre a qual estávamos estudando foi muito importante. E mais, no outro dia, de manhã, a casa que na noite anterior tinha a fachada coberta por cartazes colados, tinha sido repintada de cinza durante a madrugada, por cima dos cartazes, certamente em função de que ali ainda funcionava uma repartição do Exército Chileno. Quando Joana voltou lá, com Gabriel e Karina, encontrou a casa transformada em um centro de memória sobre os desaparecidos na ditadura, sede de uma ONG. Nas quintas à noite ainda se fazia a mesma manifestação, agora com luzes elétricas, projeção de vídeo, sistema de som, panfletos impressos. Mas continuavam a fazer a chamada dos desaparecidos. “Presente”. Essa mudança certamente esteve relacionada aos caminhos políticos do Chile no período com o governo de Michelle Bachelet.

Talvez devamos atribuir também ao contexto do governo de uma mulher o fato de, nessa mesma cerimônia, em 2008, terem projetado no final um videoclipe de Nathalie Cardone, em que a cantora espanhola interpreta a música “*Hasta Siempre*”, melodia composta por Carlos Puebla em homenagem a Che Guevara, quando este líder

22 Sobre esse centro de tortura veja-se www.londres38.cl. Acessado em 09.11.2010.

político partiu de Cuba para o Congo em 1965. A letra destaca a alegria de sua partida para conquistar novos lugares para o socialismo, para “libertar” novos territórios. Esta música já foi interpretada por muitos cantores, como o grupo musical cubano Buena Vista Social Club, cujo videoclipe está disponível no site Youtube, da mesma forma que o de Nathalie Cardone.

No videoclipe de Cardone a música começa em tom fúnebre. Ao invés de celebrar a alegria da viagem para a conquista de novas liberdades, o que se celebra é a morte de Che Guevara. No início a cantora aparece visitando um lugar onde estaria o corpo de Che logo após sua morte. Em seguida a melodia ganha um ritmo mais rápido e ela aparece treinando com uma metralhadora, atirando sobre várias garrafas. Depois sai com uma criança no colo e uma metralhadora nas costas, andando a cavalo ou a pé, chamando as pessoas para a seguirem. O clipe termina com uma grande passeata, onde as mulheres são maioria e vão à frente, lideradas pela cantora, que segue sempre com a criança no colo e a metralhadora pendurada. Enfim, indicando uma nova personagem da militância no caminho da revolução: as mulheres.

A ONG que ocupou a casa se chama *Colectivo Londres 38* e diz agrupar

[...] ex detenidos sobrevivientes, familiares de detenidos desaparecidos y ejecutados, ex militantes y militantes de izquierda sin partido que en el año 2005 nos planteamos la tarea de visibilizar la historia y la presencia en la ciudad del recinto de detención, tortura y exterminio que funcionó en calle Londres.²³

Poderiam, para expor suas propostas políticas de militantes de esquerda, usar o clipe do conjunto cubano Buena Vista Social Club, por exemplo. O que perguntamos é: por que escolheram o clipe da cantora espanhola? A escolha de um videoclipe onde é evidente o protagonismo feminino teria relações com o fato de o país estar sendo governado por uma mulher?

Questões como estas, que surgiram nas visitas aos diversos países, temos buscado registrar em “cadernos de campo”. Neles

23 Ver o site www.londres38.cl/1937/channel.html.

constam os nomes, endereços e telefones das pessoas que visitamos, além do contexto de cada visita, dos problemas enfrentados, do que movimenta os noticiários locais, provocando conversas e discussões. Partimos do pressuposto de que tudo isso interfere nas narrativas da memória. Embora se refiram ao passado, cada uma dessas pessoas vive no presente e é desse olhar que partem – diante de nossa solicitação – seus retornos ao passado.

Para cada pessoa entrevistada entregamos um roteiro de questões que nos interessavam, onde constavam perguntas como: 1) No período de 1964 a 1985 identificou-se com o feminismo? 2) Em que circunstâncias? 3) Como viveu o período da ditadura (o que fazia e onde)? 4) Que coisas aconteceram para que passasse a se identificar com o feminismo? 5) Quais leituras e/ou pessoas tiveram influência? 6) Divulgou estas ideias? 7) Por que meios? Etc. Além do roteiro, entregamos um formulário de autorização para o uso da entrevista. Com ele a pessoa fornece seus dados (nome, data de nascimento, endereço, telefone, e-mail, número de documentos) e atesta que permite que a entrevista seja usada na pesquisa e que está consciente disso. Estes cuidados nos ajudam. Entendemos que estamos sendo éticas/os ao esclarecermos muito bem o que esperamos da entrevista e o que faremos com ela.

Uma vasta bibliografia vem dando conta dos cuidados que a/o pesquisadora/or deve tomar na relação estabelecida com as pessoas que concedem relatos, entrevistas, depoimentos. Uma das coisas a perceber, e que Portelli ressalta, reside na ideia de que a pessoa entrevistada não é uma “mera depositária de fatos”;²⁴ neste caso, o trabalho da/o historiadora/or é, antes de tudo, um “experimento de igualdade”²⁵ em que se presta a “aprender um pouquinho” com aquela/e que se dispõe a recebê-la/o em sua casa ou em seu local de trabalho. Isto porque a pessoa que relata também tem seu juízo de valor sobre o que foi vivenciado e, nesse sentido, seria ingênuo tomar uma pessoa como um “informante”, disponível para que alguém possa “filosofar” a partir de seu relato.

24 PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p.59-72.

25 PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.15, abr/1997, p. 13-49.

Outro aspecto essencial refere-se ao uso ético dos materiais coletados, orientado no princípio de que jamais será usado de modo a constranger a pessoa ou transcrito de modo a dar um sentido diferente daquele que foi proferido e que se encontra gravado. É com estes cuidados que abordamos cada uma das pessoas que aceita nos receber para o trabalho que nos dispomos realizar.

O ano de 2009 foi um ano mais tranquilo em termos de viagens ao Cone Sul. Tivemos o colóquio já mencionado, em maio, e aproveitamos para entrevistar várias das pessoas que dele participaram. As entrevistas foram feitas especialmente por doutorandas, mestrandas e alunas de graduação. Algumas dessas estudantes também viajaram: Ana Maria Veiga fez várias entrevistas e fotografou documentos na Argentina; Deusa Maria de Sousa também foi à Argentina, assim como Mariana Joffily, na época pós-doutoranda. Lilian Back, como aluna de Graduação, fez intercâmbio em Buenos Aires, de onde nos mandou textos e documentos. Entrevistamos várias pessoas que vieram a Florianópolis para eventos ou que vivem nessa cidade, algumas vezes em entrevistas coletivas no LEGH.

Nossa última viagem de pesquisa foi ao Paraguai, e dessa vez fomos preparadas, em quatro pesquisadoras: Joana, Cristina, Larissa Freitas e Mirian Nascimento. Fizemos relativamente poucas entrevistas, quatro, mas pudemos explorar o acervo incrível do chamado Arquivo do Terror. *O Centro de documentación y archivo para la defensa de los derechos humanos*, mantido com auxílio da UNESCO pela Corte Suprema do Paraguai, em Assunção, abriga uma parte do que constituiu o acervo do sistema de informação do governo Stroessner. São milhares de documentos que incluem fichas de pessoas suspeitas ou presas, relatórios de vigilância de casas de suspeitos, relatos de reuniões, transcrição de reuniões de sindicatos, associações estudantis e partidos políticos, depoimentos, listas de pessoas presas, material “subversivo” apreendido e muito mais. Através deste arquivo, embora não se possa saber muito das atividades da polícia e do governo – somente seus interesses –, é possível reconstituir o cotidiano dos opositores ao regime detalhadamente, minuto a minuto. É possível saber quem entrava e saía do país, quem participava de que partido ou associação. As fichas de algumas das pessoas que entrevistamos podem ser encontradas ali

e podemos até cotejar aquilo que nos contaram com a narrativa dos chamados Pyragué (pés peludos, em Guaraní, pois não se escuta quando se aproximam) – como eram conhecidos esses vigilantes que ficavam atentos a todos os movimentos das pessoas suspeitas.

Quase ao mesmo tempo em que estávamos no Paraguai, Rosmeri Moreira e Gabriela Miranda Marques foram ao Chile, onde exploraram os arquivos ligados à Igreja Católica e à Polícia Feminina de Santiago. Nesta viagem ao Paraguai e ao Chile começamos a fazer algo que nos propusemos no início da pesquisa: contatar nossas entrevistadas e pedir que relesem seus depoimentos, corrigindo a transcrição e autorizando o uso e eventualmente a publicação da entrevista. Não conseguimos contato com todas, mas esta é uma das tarefas em andamento atualmente.

37

Histórias do tempo presente

Um dos pressupostos que tem conduzido esta pesquisa é a noção de estar escrevendo uma História do Tempo Presente. Esta noção, bastante recente na historiografia, tem nos ajudado a entender que há muito se abandonou a arrogância de se achar que é possível uma neutralidade na narrativa histórica. É pensar que a história, como a memória, é sempre revisitada com os olhos do presente; que sempre se faz uma história a partir do presente de quem a escreve, não importando o quão longínquo no tempo está o objeto da narrativa.

Como qualquer escrita da história, a do Tempo Presente é feita de “moradas provisórias”, sua constante é a mudança e sua lei é a renovação. Nas palavras de François Bédarida, “[...] é consolador pensar que seus adeptos têm o privilégio de uma fonte da eterna juventude”.²⁶ As fontes costumam ser numerosas, elas não foram destruídas, as pessoas que participaram dos acontecimentos ainda estão vivas e podem contar suas versões. Nenhum funcionário, visando reduzir a quantidade de papel acumulado, mandou queimar ou destruir, por inúmeras formas, aquilo que ele considera um estorvo. Ainda se vive as consequências, as paixões estão acesas.

26 BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 219-229.

Paixões ainda acesas – este era considerado um grande problema para quem, no passado recente, pretendia escrever uma história de coisas que haviam ocorrido há menos de 50 anos. Era preciso esperar que a geração que havia vivido tudo aquilo tivesse morrido. Esta era uma recomendação feita por quem acreditava ser possível fazer uma história que, uma vez escrita, seria a verdade a ser decorada e repetida pelas futuras gerações. Para a História do Tempo Presente as “paixões acesas” são as principais aliadas. Elas são capazes de não deixar esquecer, de fazer emergir na fala das pessoas que entrevistamos os detalhes, as minúcias, os quadros de sentimentos que retornam quando solicitados, que ainda doem, que fazem chorar ou sorrir as várias depoentes.

38 Em 1991, Jean-Pierre Rioux perguntava: “Pode-se fazer uma história do presente?”.²⁷ Ele mesmo advogou esta possibilidade, mostrando que “o argumento da falta de recuo não se sustenta”. Afinal, é o próprio historiador – no nosso caso as historiadoras (e alguns historiadores) – “[...] desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre em todos os lugares e por todo tempo, o famoso ‘recuo’”. Mas ele mesmo reconhece que não é tão simples assim. Há um constante imbricamento do passado com o presente. E isso se expressa na forma de traumas, choques, recalques manifestos muitas vezes na memória.²⁸ Rioux considera, então, que a História do Tempo Presente, como qualquer outra história digna deste nome, tem como missão

mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico [...] ela não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humilde verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo.²⁹

É então com esta perspectiva que estamos escrevendo uma história sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul, com a

27 Trata-se de artigo publicado na *Historical Reflections. Réflexions Historiques*, 1991, v. 17, n. 3, Alfred University, Nova York, p. 297-305. Referência registrada em RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 39-50.

28 Ibidem, p. 49.

29 Ibidem, p. 50.

consciência de que esta é uma narrativa que recorre a todo arsenal de instrumentos exigidos para a escrita da história e que mesmo assim estará sempre sujeita a novas interpretações. Que por buscar depoimentos, estará sujeita a questionamentos das próprias pessoas que nos cederam entrevistas. Todas sempre acham que poderiam ter escrito diferente e muitas pessoas consideram-se com maior autoridade para isso por terem “vivido” esse tempo e seus acontecimentos. É sob estes riscos que escrevemos as páginas que se seguem.

Histórias cruzadas, comparações, desafios

One can try to analyze in comparative terms and tell a story, nevertheless. It is not necessary to choose between histoire comparé and histoire croisée. The aim is to combine them.³⁰

39

As viagens que temos feito aos diversos países do Cone Sul têm sido, também, viagens hermenêuticas. Já dizia Gadamer que o historiador faz uma viagem ao passado e, assim, retorna vendo o presente com outros olhos: “[...] como viajantes, sempre voltamos para casa com novas experiências”.³¹ O mesmo se pode dizer de viagens como as nossas, que exploram o passado e outros países. Mas, invariavelmente, retornamos ao presente e ao Brasil, que são nossos pontos de referência.

A comparação em História tem sido, a um só tempo, muito usada e bastante questionada. Benjamin Kedar chama a atenção para a discussão que ocorreu paralelamente à própria definição e debate do método histórico, passando por Langlois, que já sugeria que a comparação era o principal método que permitia ao historiador estabelecer relações causais entre fenômenos e buscar leis

30 KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, 44. February, 2003. Tradução livre. “Sem dúvida, cada um pode tentar analisar em termos comparativos e contar uma história. Não é necessário escolher entre história comparada e história cruzada. O objetivo é combiná-las”.

31 GADAMER, Hans Georg. *Verdad y método*. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. 4. ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1991, p. 537.

que regulassem sua sucessão.³² Depois dele, inúmeros historiadores, entre os mais renomados, valeram-se da comparação em história; não faltam porém objeções a serem levantadas. A grande objeção parece estar ligada à ideia de que cada fato histórico é algo único, determinado por uma rede de acasos e causalidades complexas, geralmente denominada “contexto histórico”, e como tal seria impossível comparar o incomparável. Por outro lado, como argumenta Kedar, os historiadores que se debruçam sobre a história comparativa têm chamado a atenção para seus vários propósitos e utilidades: trata-se de compreender as particularidades de um determinado contexto ou acontecimento histórico, mas se trata, também, de generalizar algumas conclusões e análises. As particularidades aparecem mais quando se procura focalizar as diferenças, como proposto por Marc Bloch, por exemplo. Mas uma análise que se concentra nas semelhanças entre dois contextos propicia possibilidades muito interessantes e diferenciadas, que podem ser exploradas em estudos de caso.

Foi isso que nos propomos fazer: iniciar um estudo histórico que, ao estabelecer comparações, não deixe de respeitar e mesmo destacar as particularidades de cada uma das regiões envolvidas em nossa pesquisa. Partimos das especificidades da história de cada país, mas, também, procuramos traçar linhas gerais e características comuns, seguindo assim as recomendações de Heinz-Gerhard Haupt.³³

Tal como propõem Jurgen Kocka e Heinz-Gerard Haupt, consideramos que “há uma afinidade estreita entre a pesquisa histórica analiticamente orientada e a comparação histórica. Isto explica a força particular, o apelo particular, a dificuldade particular e – em nossa opinião – a atração particular da comparação histórica”.³⁴ Ou

32 KEDAR, Benjamin Z. Outlines fo Comparative History proposed by practicing historians. In: KEDAR, Benjamin Z. (ed). *Explorations in Comparative History*. Jerusalem: The Hebrew University Magnes Press, 2009, p.1-35, p. 1.

33 HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 205-213.

34 “There is a close affinity between analytically oriented historical research and historical comparison. This explains the particular strength, the particular appeal, the particular difficulty, and – in our opinion –the particular desirability of historical comparison”. Tradução livre. KOCKA, Jurgen and HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparison and Beyond: traditions, scope and perspectives. In: _____ (eds.). *Comparative and transnational history: Central European approaches and new perspectives*. New York: Berghahn Books, 2009, p. 1-30, p. 17.

seja, a história que se utiliza da comparação é basicamente uma história que não prescinde da análise e da interpretação, já que uma simples narração de fatos não propicia a comparação.

Certamente, é bem mais simples descrever o que encontramos nas fontes que coletamos nos diversos países do Cone Sul, cruzar estas fontes, verificar as temporalidades diversas; ver onde se assemelham e onde se distanciam é o que dá qualidade para a história que estamos escrevendo.

Temos, entretanto, claro, como já salientou Kocka, que a história comparativa não é tanto uma metodologia, mas sim, muito mais, uma perspectiva.³⁵ Isso fica mais claro quando se pensa que, para além da história comparativa,³⁶ também estamos fazendo o que tem sido chamado por alguns de história cruzada, *histoires croisées*, ou *entangled histories*. Ou seja, não estamos pensando que os países do Cone Sul são entidades separadas, que podem ser analisadas como contextos diferenciados, e comparadas, mas que as histórias vividas em cada um desses países, onde nossas depoentes estiveram em suas trajetórias, encontram-se emaranhadas com as histórias de outros lugares, tempos e pessoas.

Lembramos que, além de todos estes países estarem vivendo sob ditaduras, em datas que coincidem, há uma intensa circulação de militantes de resistência a estas ditaduras e de pessoas ligadas à repressão, constituindo aquilo que foi chamado de “Projeto Condor”. Esta rede de relações, tanto de resistência como de repressão, envolveu os diversos países, implicando apoios múltiplos, resultados de um ambiente histórico que repercute não somente nas fronteiras como para além delas.

Na proposta de Werner e Zimmermann, a *histoire croisée* “[...] associa formações sociais, culturais e políticas, geralmente em nível nacional, que se assume que tenham relações entre si. Além disso, engaja-se na pesquisa sobre o próprio processo de entrecruzamento,

35 KEDAR, Benjamin Z. Outlines of Comparative History proposed by practicing historians. In: KEDAR, Benjamin Z. (ed). *Explorations in Comparative History*. Jerusalem: The Hebrew University Magnes Press, 2009, pp.1-35, p. 23.

36 Aqui há uma utilização da expressão de WERNER, Michael and ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: *histoire croisée* and the challenge of reflexivity. *History and Theory*, 45 (February 2006), 30-50; e de KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, 42 (February 2003), 39-44.

em termos práticos, bem como intelectuais".³⁷ Para estes autores, a história cruzada pertence ao grupo das perspectivas relacionais da história, como as perspectivas comparativas e os estudos de transferências, as chamadas *connected history* e *shared history* (história conectada e história compartilhada).³⁸ Além disso, a história cruzada colocaria uma maior ênfase na geração de sentido, ou seja, nas maneiras como os cruzamentos se fazem a partir da cultura.³⁹ Apesar das muitas dificuldades e problemas levantados pelos autores que se debruçam sobre a possibilidade do uso das comparações e dos entrecruzamentos na construção do conhecimento histórico, acreditamos que não devemos nos acovardar.

42 Temos levado em conta que o conhecimento histórico é relacional e comparativo por excelência. Sendo construído no presente sobre o passado, ele pressupõe um diálogo e uma interação entre tempos e lugares diferentes. Em segundo lugar, somente a comparação permite determinadas desnaturalizações, estranhamentos e desconstruções. Tal como o trabalho de Margareth Mead⁴⁰ permitiu ver que alguns comportamentos são construídos socialmente, e não como reflexo de uma natureza sexuada, a comparação histórica pode ajudar a ver caminhos diferentes nas construções sociais e culturais, mesmo quando, como no nosso caso, processos semelhantes ocorrem nas sociedades estudadas; mesmo quando esses processos se entrecruzam, compartilham e se conectam.

Como explica Jurgen Kocka, existe certa tensão entre as propostas da história comparativa e da história cruzada, mas esta é uma tensão aparente. A proposta da história cruzada é muito instigante, mas pode dar a entender continuidade onde há necessariamente rupturas. Ou seja, em qualquer "história" há uma seleção de fatos, a construção de uma narrativa e de uma análise pelo historiador, não somente na história comparativa.

37 [...] associates social, cultural, and political formations, generally at the national level, that are assumed to bear relationships to one another. It furthermore engages in an inquiry regarding the very process of intercrossing in practical as well as intellectual terms. Tradução livre. WERNER e ZIMMERMANN, Bénédicte. Op. cit., p. 31.

38 Idem.

39 In contrast to the mere restitution of an 'already there', *histoire croisée* places emphasis on what, in a self-reflexive process, can be generative of meaning. *Ibidem*, p. 32.

40 MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

[...] abordagens comparativas somente enfatizam e deixam particularmente manifesto o que está implícito em qualquer tipo de trabalho histórico: um forte componente seletivo e construtivo. A história comparativa compele seus praticantes a refletir explicitamente sobre essas premissas epistemológicas do seu trabalho, enquanto essas premissas estão frequentemente apenas implícitas em outras perspectivas.⁴¹

E é justamente com esta perspectiva que estamos escrevendo sobre as relações de gênero e feminismos nas lutas de resistências às ditaduras no Cone Sul. O ambiente é, como já vimos, propício a esta abordagem. Os países são próximos geograficamente, viveram num mesmo período governos ditatoriais e reagiram a eles das mais diversas maneiras, num momento em que ao nível internacional as pessoas estavam discutindo mudanças culturais intensas que envolviam revolução sexual e feminismos. É para buscar a especificidade destas configurações, que não são isoladas, ao contrário, se cruzam, que a perspectiva da história comparada e da história cruzada é utilizada.

43

Os trabalhos que apresentamos neste livro mostram um pouco do desafio que assumimos em nossa pesquisa, tentando combinar narrativas elaboradas com os elementos dos testemunhos de nossas depoentes e dos documentos que pesquisamos com uma análise centrada nas relações de gênero e na construção do movimento feminista. Buscamos, portanto, cruzar fronteiras, cruzar documentos, histórias e ao mesmo tempo compará-las para tecer o conjunto de narrativas que o leitor ou a leitora vai encontrar nas páginas que se seguem. Esperamos, com isso, contribuir para uma compreensão mais ampla de acontecimentos e relações marcadas por esses períodos de repressão, mas também de lutas por liberdade e igualdade em todos os países do Cone Sul.

41 “[...] comparative approaches only emphasize and make particularly manifest what is implicit in any kind of historical work: a strong selective and constructive component. Comparative history compels its practioners to explicitly reflect upon these epistemological premises of their work, while these premises are frequently just implicit in other approaches”. Tradução livre. KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, 42 (February 2003), 39-44, p. 43-44.



FEMINISMOS EM TEMPOS DE DITADURA



UM MOSAICO DE DISCURSOS: redes e fragmentos nos movimentos feministas de Brasil e Argentina

Ana Maria Veiga



Esta investigação começou dentro do projeto *Cone Sul*, com uma viagem a Buenos Aires em 2007, quando tive a oportunidade de conhecer e entrevistar algumas mulheres que protagonizaram os primeiros anos do feminismo pós-1968 na Argentina.¹ O acervo documental foi complementado com testemunhos de feministas brasileiras contemporâneas a elas² que também constituíram um campo de militância política em meio à opressão militar observada nos dois países com histórias aparentemente anacrônicas, mas que se tocam em alguns aspectos similares. De um panorama mais amplo à especificidade de cada país, cada grupo ou indivíduo, podemos encontrar fragmentos e rupturas, mas também uma tentativa de união, de formação de redes de trocas e circulações que fizeram parte da história dos movimentos feministas tanto do Brasil, quanto da Argentina.

Partindo da organização desses testemunhos buscamos analisar, comparar e compreender esses discursos como falas providas de lugares determinados, distintos, embora muitas vezes situados

1 Para isso contei com o apoio da historiadora argentina Fernanda Gil Lozano, que me apresentou a Mirta Henault, Sara Torres e Leonor Calvera.

2 Essas entrevistas, como as argentinas, fazem parte do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

dentro de um mesmo grupo ou posicionamento político. Escolhemos trabalhar com entrevistas e com materiais publicados por algumas dessas mulheres que relatam parte dos anos da chamada Segunda Onda feminista nos dois países, momento raro de trocas, reivindicações e clandestinidade.

O livro de Elizabeth Jelin, em *Los trabajos de la memoria*, fala da importância dos testemunhos orais para a reconstituição da memória como espaço de luta política sobre as ditaduras militares nos países do Cone Sul. Jelin vê na memória mais uma reconstrução do que uma lembrança e no testemunho a construção de memórias; isso implica numa pluralidade de vozes e na circulação de múltiplas “verdades”.³ Devidamente problematizadas, elas podem valorizar e dar novo fôlego ao trabalho historiográfico.

48

Da Argentina contamos com a entrevista de Mirta Henault, além de seu texto “*La mujer y los cambios sociales*”, publicado no livro de 1970 *Las mujeres dicen basta*, que nos dá a visão de uma mulher política,⁴ trotskista, como era a maioria das argentinas socialistas. Mirta nos apresenta um parâmetro da dupla militância entre as feministas argentinas de esquerda. Utilizamos também sua participação na revista *Brujas* de outubro de 2006, que analisa, por meio do depoimento de algumas feministas, a presença das socialistas no feminismo dos “*tempranos ‘70*”.

Outro nome importante é Leonor Calvera, de quem analisamos uma entrevista e o livro *Mujeres y feminismo en la Argentina*, de 1990, no qual relata sua própria experiência e a participação de outras feministas na UFA – *Unión Feminista Argentina* – e em outros poucos grupos que compunham o cenário das reivindicações por igualdade naquele momento. Leonor é uma das feministas teóricas (mas também prática, como faz questão de frisar), que deu bases para a reflexão mais complexa sobre a opressão sofrida pela “mulher” – usando o termo corrente no período.

3 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2. ed. Buenos Aires: 2002, p. 100.

4 Na Argentina as militantes políticas eram chamadas “mulheres políticas” (termo que adoto neste capítulo ao me referir a elas), diferentemente do Brasil, onde as expressões “militantes” ou mulheres “filiadas” a partidos políticos aparecem com bastante frequência nos relatos.

A autobiografia de María Elena Oddone nos apresenta o ponto de vista e as escolhas narrativas da principal editora do periódico *Persona*, que surgiu em 1974, desapareceu com o golpe de 1976 e foi retomado durante parte da década de oitenta. Oddone é o raro exemplo de uma feminista considerada de direita (o que contrasta com as outras pela íntima relação do feminismo sul-americano com o campo da esquerda); ex-mulher de um militar, ela descobriu na luta pelos direitos das mulheres sua razão de viver, mas sem deixar de lado alguns antigos valores, como a repulsa a Juan Domingo Perón e seus seguidores, além da marca individualista num meio onde a horizontalidade era palavra de ordem.⁵

Por fim, de Sara Torres temos uma entrevista realizada em março de 2007 e outra publicada na mencionada revista *Brujas* em outubro de 2006. Sara é a chamada “feminista de ação”. Nunca publicou livros, mas esteve nos bastidores da maioria das pesquisas e publicações, atuando ao mesmo tempo como mentora e executora de projetos. Com ela completamos o rol das feministas argentinas escolhidas para este artigo.

Quanto às brasileiras, temos a entrevista de Maria Lygia Quartim de Moraes, além de seu depoimento registrado no livro *A experiência feminista nos anos 70*. Maria Lygia, como a argentina Mirta Henault, também protagonizou a cena daquela década como militante política de esquerda e oferece uma representação que parte do ponto de vista das mulheres que tiveram seu primeiro contato com o feminismo no exterior e voltaram para incrementar o cenário das reivindicações das brasileiras em um momento delicado da nossa história. Maria Lygia marca bastante as diferenças entre as mulheres guiadas por seus partidos políticos e aquelas que reivindicavam autonomia para discutir especificamente as questões das mulheres.

Naquela época Heleieth Saffioti não se dizia feminista, mas seu livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicado em 1969, se transformou num marco para o feminismo brasileiro. Como militante política de esquerda, vamos ver o que seu testemunho tem

5 Entendia-se como horizontalidade a proposta de um movimento não hierárquico, descentralizado, no qual a liderança seria de todas as componentes, não de apenas algumas.

a esclarecer. Com ela, um fantasma que rondava as mulheres que reivindicavam a igualdade de direitos nas décadas de 1960 e 1970 é evidenciado: dizer-se feminista era o mesmo que assumir pesados rótulos, forjados para conter o avanço das mulheres e silenciá-las por meio de uma “vergonha social”.

Analisamos também a entrevista de Moema Toscano e seu livro *A revolução das mulheres*, publicado com Mirian Goldenberg, que traça um panorama do feminismo no Brasil. Moema também enriquece a compreensão de um momento crucial para os avanços alcançados pelo feminismo como movimento social a partir da década de setenta.

Verena Alberti alerta para a tentação que pode rondar os historiadores (na aproximação com esse tipo de fonte) no sentido de quererem construir memórias, enquanto sua tarefa é a de estudar a sua constituição. Diferentemente da autobiografia, ela apresenta a entrevista como objeto de autoria de dois autores: o entrevistado e o entrevistador. “Mesmo que o entrevistador fale pouco, [...] a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico, político, etc. – sobre ações passadas, e também suas ações”.⁶ Sendo assim, os relatos devem ser devidamente problematizados para que possam auxiliar na composição de questões historiográficas.

Ao falarem de si e de todo um contexto, essas vozes permitem entrecruzar informações e pontos de vista numa escala comparativa que possibilita a compreensão de relações e influências que guiaram as trajetórias destas mulheres e de tantas outras. A teia feminista se faz mais visível, assim como as trocas ou fontes comuns que alimentaram suas reflexões, tanto no Brasil quanto na Argentina e quem sabe em outros países.

Os discursos escritos e os transcritos são colocados aqui em um mesmo patamar como testemunhos e escolhas narrativas. Certamente apresentam diferenças e contradições que constituem campos e estratégias de luta, de acordo com as redes de relações e interesses que procuramos apontar. Não é possível tomá-los como

6 ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 169.

componentes de uma verdade, mas como peças que remontam um cenário complexo, vivido e lembrado de maneira diferente por cada uma das protagonistas, as quais acabam por escolher ou apagar momentos de suas vidas, segundo os olhos do presente, com a memória seletiva que acionamos quando contamos uma ou muitas histórias.

Fragmentos do feminismo

As capas do periódico *Muchacha* e do livro *Las mujeres dicen basta* ilustram a chamada da revista argentina *Brujas* de outubro de 2006. Esta publicação faz um balanço do Feminismo Socialista nos anos 1970. Mirta Henault fazia parte do grupo *Nueva Mujer* e foi uma das responsáveis pela publicação do mencionado livro, no qual assina o artigo “*Las mujeres y los cambios sociales*”. A preocupação e a luta por transformações sociais, incluindo classe e gênero, estiveram no centro da agenda feminista durante esses anos.

Mirta destacava o profundo condicionamento das mulheres para suportarem sua forma de vida alienada, enquanto os homens compunham a elite de técnicos e dirigentes que explorava o mundo. Só as mulheres poderiam fazer a revolução “nos cimentos da sociedade” que levaria com ela toda a humanidade.⁷ Esta visão se contrapunha à visão dos partidos políticos de esquerda que viam no fim da questão de classe também a emancipação das mulheres, portanto descartavam a necessidade de uma luta específica. Para Mirta Henault, “*una revolución no puede ser llamada como tal si no transforma las formas tradicionales de la vida cotidiana que involucran la esclavitud de las mujeres en el hogar conservándolas en la servidumbre doméstica e impidiendo su desarrollo cultural como sujetos autónomos*”.⁸

Sem criticar diretamente os partidos e grupos políticos, ela deixava clara a invalidação de qualquer luta política que não contemplasse a opressão sobre as mulheres. Lamentava o retrocesso

7 HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Las Mujeres Dicen Basta*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Mujer, 1970, p. 17.

8 “Uma revolução não pode ser chamada como tal se não transforma as formas tradicionais da vida cotidiana que mantêm a escravidão das mulheres dentro do lar, conservando-as na servidão doméstica e impedindo seu desenvolvimento cultural como sujeitos autônomos”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 24.

russo nesse sentido, depois do avanço alcançado por Lênin,⁹ e completava dizendo que a ação revolucionária das mulheres representaria a revolução mais profunda, autêntica e necessária para a realização da espécie humana.¹⁰

O discurso apresentado acima dá o tom da militância crítica da década de 1970 na Argentina, onde muitas “mulheres políticas” tinham pensamento autônomo dentro dos partidos no que se referia ao tema ‘mulheres e opressão’. Mirta Henault atenta para o fato de que a ação reivindicativa das mulheres chegou à Argentina no começo dos anos setenta, um momento em que aumentavam os conflitos com os militares.¹¹ Além disso, algumas feministas também sofreram ameaças da chamada *Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)*, grupo paramilitar que atuou de 1973 a 1976, durante o governo peronista (apoiado também por ele). Mirta Henault foi uma das que fizeram parte da lista de ameaçadas e ameaçados de morte por este violento grupo.

A obra que mudou sua cabeça foi *Women, the longest revolution*, da britânica Juliet Mitchell, trabalho que Mirta traduziu para as discussões de seu grupo com o título *Las mujeres, la revolución más larga*. O texto, que fazia uma reflexão sobre a realidade das mulheres nos grupos de esquerda, foi publicado originalmente na Inglaterra em 1966 e traduzido no Brasil em 1967.

Na reunião com algumas companheiras, Mirta Henault logo percebeu que a subjetividade feminina começava a mudar; as mulheres precisavam ser *personas*. Deixou de ser marxista para se tornar feminista, mesmo sem perder sua postura de esquerda.¹² A partir daí, em um momento de grande atividade, *Nueva Mujer*, seu grupo que reunia mulheres socialistas, resolveu aderir à *UFA – Unión Feminista Argentina* –, formada em 1970. Segundo Mirta, ela e as companheiras foram influenciadas pela teoria política das feministas dos Estados Unidos e da Europa, de onde muitas vinham para falar sobre suas ações, algumas consideradas incompatíveis com a

9 Ibidem.

10 Ibidem, p. 40.

11 HENAULT, Mirta. *Nueva Mujer. Brujas*. Año 25, n. 32. Buenos Aires, octubre, 2006.

12 HENAULT, Mirta. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 23.02.2007. Transcrita por Soraia Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

situação argentina, que estava abalada neste período pela ação da *Triple A* e pela oscilação entre os governos ditatoriais.

Mirta Henault esteve no Brasil em 1974 e, mesmo durante o regime militar brasileiro, percebia uma clara diferença, ressaltando que no Brasil se podia dançar com as pessoas em uma festa e que o tema sexualidade não constituía um tabu tão grande quanto na Argentina. Para ela o Brasil se mostrou como um país mais aberto, se comparado à “puritana esquerda argentina” (palavras suas), onde temas como a sexualidade eram execrados. E para as mulheres políticas feministas, sexualidade e trabalho – o doméstico e o assalariado – formavam o eixo pelo qual se conduzia à opressão.¹³

A brasileira Heleieth Saffioti escreveu uma tese, em 1966, que foi publicada em livro apenas em 1969 – *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Autodidata, estudou Marx e Lukács sozinha. Seu segundo livro foi *O Poder do Macho*, publicado também nos EUA e bastante resenhado na Europa. Quanto a outras autoras marxistas que escreveram sobre a opressão das mulheres, comenta: “[...] não há assim uma sistematização, os aspectos do capitalismo que acabam complicando a vida da mulher, ao contrário de tudo que se tinha dito até aquele momento e eu continuo defendendo aquela tese”.¹⁴ Heleieth custou a se autodenominar feminista, pois as pressões sociais sobre o termo eram bastante pesadas, mas, com o passar do tempo e as conquistas dos grupos, esse encontro foi inevitável. Seu primeiro livro foi o ponto de partida e referência para grande parte das feministas brasileiras, principalmente no campo da esquerda.

Para Maria Lygia Quartim de Moraes, no início da década de 1970 a luta armada era mais importante que o feminismo. Exilou-se no Chile em 1971, onde fez os primeiros contatos com as novas ideias vindas dos Estados Unidos e da Europa. Em seguida partiu para Paris, depois do golpe contra Salvador Allende em 1973. Em 1975 voltou para o Brasil e se envolveu com grupos feministas, passando a fazer parte da editoria do primeiro jornal a se autodenominar feminista, o

13 Ibidem.

14 SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista a Joana Maria Pedro. São Paulo-SP, 02.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

Nós Mulheres, que circulou a partir de 1976.¹⁵ No grupo *Nós Mulheres*, as participantes podiam discordar entre si das teses feministas, mas concordavam sempre com relação à postura marxista. Muitas delas haviam voltado do exílio. Como Mirta Henault, Maria Lygia também foi ameaçada pelo equivalente à *Triple A* no Brasil – a Aliança Anticomunista Brasileira¹⁶ – que formava, junto com o Comando de Caça aos Comunistas, o perfil do terrorismo paramilitar deste lado da fronteira.

No livro *A experiência feminista dos anos 70*, ela aponta trocas entre Rio de Janeiro e São Paulo, com notícias que chegavam a São Paulo vindas do Centro da Mulher Brasileira no Rio,¹⁷ mas as trocas e interações com outras regiões não aparecem. O outro jornal que tinha as mulheres como tema central no período, o *Brasil Mulher*, propunha falar dos problemas comuns a todas as mulheres do mundo, o que nos faz pensar em uma rede de relações, ou ao menos na intenção de que isso pudesse acontecer. A distribuição do *Nós Mulheres*, a partir de 1976, era feita em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro,¹⁸ seguramente se expandindo com a largada da Organização das Nações Unidas com a designação da Década da Mulher (1975 a 1985). Esta notícia chegou aos principais centros urbanos brasileiros, mobilizando ações de mulheres em todo o país.

Segundo Maria Lygia, as militantes que moraram no exterior puderam conhecer mais profundamente a literatura feminista e suas autoras, como Juliet Mitchell, já citada pela argentina Mirta Henault. Nos grupos de esquerda, as ex-exiladas eram vistas como as “francesas”. Na Argentina também havia o preconceito das que foram sobre as que ficaram e vice-versa. Leonor Calvera comenta: “as que ficaram na ditadura eram mal vistas por aquelas que foram para o exterior. As que vinham do exterior, que tiveram maior possibilidade econômica de ir, de repente nos olhavam

15 MORAES, Maria Lygia Quartim. Entrevista a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis-SC, 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

16 Ibidem.

17 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: UNESP, 1990.

18 Ibidem, p. 24.

como colaboracionistas, quando nós tínhamos ficado com um terror espantoso”.¹⁹

Maria Lygia lembra que duas editoras do periódico *Nós Mulheres* foram ameaçadas de morte por órgãos parapoliciais e por isso tiraram seus nomes das páginas da publicação, um ato para proteger também as companheiras. O mesmo não aconteceu na Argentina, com María Elena Oddone. Sara Torres conta que, tendo sido ameaçada publicamente pela *Triple A*, Oddone não abriu mão de ir a um encontro de bairro onde estariam mais de quarenta pessoas que também corriam risco de morte. Oddone sustentou que não tinha nada a temer; as outras companheiras ameaçadas acabaram indo embora.²⁰ As ações individuais também devem, portanto, ser consideradas quando se posiciona o feminismo como “movimento”. O trabalho em grupo e o individual, a horizontalidade e as hierarquias, tudo isso deve ser levado em conta quando buscamos compreender as redes de relações.

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, na publicação dos periódicos feministas as editoras escreviam para as “outras” – operárias, donas de casa, etc. –, evitando olhar para si próprias como sujeitos da opressão. Ela afirma que falavam sobre economia, de acordo com a tendência marxista das editoras dos jornais, para quem queria discutir a vida sexo-afetiva. “Em compensação, introduziram a questão da autonomia do movimento de mulheres exatamente como estava sendo discutida na França e na Itália”.²¹ Com esta afirmação, a autora evidencia a importância da identificação com a matriz europeia e da atualidade dos temas.

Entendemos que a distinção ideológica era bastante importante num momento em que apenas se dizer feminista já significava ganhar rótulos e um lugar determinado. Mesmo assim, o primeiro editorial de *Nós Mulheres*, de maio de 1976, apontava o feminismo como maneira de fazer política.²² Para Maria Lygia, seu

19 CALVERA, Leonor. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

20 TORRES, Sara. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01.03.2007. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

21 MORAES. Op. cit., p. 30.

22 Ibidem, p. 31.

contemporâneo *Brasil Mulher* servia como instrumento de uma política predominantemente masculina, tomado depois de 1977 por um grupo de militantes políticas ligadas a partidos, as quais deixaram as questões específicas do feminismo em segundo plano.²³ Para ela, no *Brasil Mulher* o âmbito pessoal não era colocado em discussão.

A mulher operária tornou-se símbolo para a imprensa feminista, como meio de legitimar seu discurso, pois as editoras dos periódicos queriam mostrar que o feminismo não era coisa de pequeno-burguesas, alheias às lutas sociais,²⁴ apesar de no Brasil a maioria das componentes do movimento feminista ser de classe média. Isso não quer dizer que não estivessem nos bairros da periferia fazendo trabalhos de base e procurando conscientizar as mulheres trabalhadoras pobres; elas também estavam (mesmo que muitas vezes essa “conscientização” pudesse significar um diálogo não articulado sobre hierarquia social e cultural).

Michel Foucault nos faz pensar nos discursos como espaços de disputas de poder, onde os próprios discursos podem ser este poder como espaços para falas autorizadas, legitimadas.²⁵ Assim, a imprensa feminista buscava legitimidade e distinção, querendo comprovar sua validação em um contexto específico, onde as questões ligadas às mulheres tinham, via de regra, que passar pelo crivo da “luta maior”, a luta de classes.

Ainda sob esse aspecto, é interessante observar que algumas feministas brasileiras de esquerda chegaram a publicar livros em parceria com mulheres pobres, migrantes, trabalhadoras, ou seja, escreveram a “experiência” de vida destas mulheres, como foi o caso de Danda Prado, que assinou um livro com Cícera F. Oliveira. *Cícera, um destino de mulher* contava a história da migrante nordestina que veio morar no Rio de Janeiro e virou operária têxtil; além disso, trazia as reflexões de Danda sobre essa história de vida. Outro livro é *Vida de mulher*, de Maria (Lygia) Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva, migrante, empregada doméstica, mãe solteira, operária e

23 Ibidem, p. 37.

24 Ibidem, p. 82.

25 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Traduzido por Laura F. A. Sampaio. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

militante sindical.²⁶ Podemos perceber isso como certa tendência de algumas feministas a buscar uma aproximação com a experiência dessas mulheres pobres, talvez para arriscar uma reflexão mais fiel sobre a realidade da qual queriam se apropriar e introduzir o campo feminista teórico. Lembramos que nem Danda Prado nem Maria Lygia Quartim de Moraes eram de famílias pobres, ao contrário.

A feminista e mulher política argentina Ladis Alanis foi operária e aderiu à UFA – *Unión Feminista Argentina* – pela indicação de Mirta Henault. Aproveitamos aqui uma pequena parte de sua entrevista à revista *Brujas*, no número que fala sobre o feminismo socialista nos anos setenta. Ladis conta que muitas mulheres na UFA não aderiram à luta de classes, enquanto a preocupação dela era como incorporar o feminismo a essa luta.²⁷ Como contraponto a seu argumento, encontramos a entrevista de Sara Torres na mesma edição. Sara defende a posição de que a luta das mulheres estava acima da luta de classes, já que a opressão sofrida por elas permeia todas as classes.²⁸ De qualquer modo, relata que não sabiam como conciliar as questões de gênero com as questões de classe. A maioria das feministas argentinas era de esquerda, mesmo as que não pertenciam oficialmente a partidos ou a grupos políticos.

Sara rememora um acontecimento que dá a dimensão das rupturas internas e das posições individuais que se sobressaíam nos grupos feministas. Quando elaboravam o congresso pelo Ano Internacional da Mulher, em meio a muita discussão entre os diversos núcleos, María Elena Oddone disse às mulheres do PC argentino que fossem “*discutir con los machos*” e que depois voltassem, aludindo ao controle masculino ao qual aquelas mulheres estariam submetidas, via partido político. O resultado disso foi uma brusca ruptura e a exclusão das feministas da organização do congresso, além da proibição da entrada delas no evento.²⁹ Esse tipo de acontecimento deixa clara a ausência de uma unidade ou “identidade” para o movimento feminista argentino.

26 *Mulherio*. Resenhas. Ano 3, n. 14. São Paulo, 1983, p. 8, 9 e 19.

27 ALANIS, Ladis. Entrevista. *Brujas*. Año 25, n. 32. Buenos Aires, octubre, 2006, p. 81.

28 TORRES, Sara. Entrevista. *Brujas*. Año 25, n. 32. Buenos Aires, octubre, 2006, p. 84.

29 Sara Torres conta que conseguiu entrar no evento disfarçada, usando peruca e óculos, para denunciar a exclusão das feministas. Obviamente, acabou expulsa.

Sara Torres entrou para a militância feminista em 1970, quando descobriu nesse meio o seu lugar, longe das hierarquias às quais estava socialmente acostumada.³⁰ A primeira vez que veio ao Brasil foi em 1979 (momento de ditadura militar nos dois países), para o I Congresso da Mulher Paulista. Neste encontro de São Paulo e no I Encontro Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro, foram feitos alguns primeiros contatos que resultariam na formação de uma rede futura. Ela relembra que as primeiras feministas com quem as argentinas se conectavam mais eram as uruguaias e as brasileiras.³¹ Mesmo com esse intercâmbio e circulação, o “movimento feminista” era designado mais pela aparência de unidade do que pelo conteúdo de suas reivindicações. Sara guarda hoje uma caixa com material feminista exclusivamente brasileiro, entre outras tantas, que juntou com a ajuda de um amigo que visitava o país com frequência.³²

58

Tanto Sara Torres quanto Ladis Alanis e Mirta Henault mencionam traduções de materiais e visitas de feministas do exterior aos grupos da Argentina. Sara lembra que os materiais que vinham de fora eram traduzidos, datilografados e rodados no velho mimeógrafo, com papel estêncil, e assim eram distribuídos dentro dos grupos.³³ Muitas vezes a leitura era seguida de tradução simultânea.³⁴ Na tradução muito se perdia, mas o principal das ideias que mudariam aos poucos as cabeças daquelas mulheres, e depois de outras, estava lá. A partir dessas leituras, iniciaram também os grupos de “conscienciação” (como preferiam chamar as argentinas), no sentido de dentro para fora, já que “conscientização” era uma palavra usada pelos partidos políticos com o significado de ensinamento, esclarecimento, partindo de alguém ou de algum grupo que sabia mais do que os outros.

30 TORRES, Sara. Op. cit., p. 83.

31 TORRES, Sara. Entrevista a Ana Maria Veiga. Op. cit.

32 Hoje este material está sendo digitalizado por alunas e alunos da Universidad de Buenos Aires ligados ao Instituto Interdisciplinar de Estudios de Género da Facultad de Letras y Filosofía.

33 Leonor Calvera, por correio eletrônico em julho de 2008 a Ana Maria Veiga, esclareceu que antes da utilização do mimeógrafo a tradução era feita sempre simultaneamente para as companheiras, por aquelas que sabiam os outros idiomas, como María Luisa Bemberg, Gabriella Christeller e ela.

34 TORRES, Sara. Entrevista a Ana Maria Veiga. Op. cit.

De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes, no Brasil a busca de uma “identidade” para o feminismo teve início de fato em 1979, simultaneamente ao I Congresso da Mulher Paulista, ainda em parte tutelado por homens, via partido político (no caso, o PC). Para ela, naquele momento buscava-se a compreensão da experiência individual como testemunho de uma situação mais geral.³⁵ Vê na metade dos anos setenta a fase pioneira do feminismo no Brasil, que passou depois a ser encampado também por órgãos do governo, e atenta para o descompasso cronológico entre os feminismos no Brasil e na Argentina.³⁶ Vamos situar um pouco melhor esse descompasso.

A entrada das vizinhas argentinas na militância feminista teve início nos primeiros anos da década de 70, ainda sem o pano de fundo da ditadura militar, mas com a intransigência e as ameaças dos paramilitares no período que antecedeu ao último golpe. A efervescência feminista nessa primeira etapa aconteceu entre 1970 e 1976. No momento em que elas foram forçadas a se recolher, começavam a deslanchar as manifestações das feministas no Brasil – onde até então estiveram caladas –, na onda do Ano Internacional da Mulher, com suas discussões e festividades. Além disso, a ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, já dava alguns poucos ares de calmaria. As publicações puderam acontecer e como eram “coisas de mulheres”, muitas vezes passavam despercebidas pela censura.

Moema Toscano foi uma das protagonistas da década em que o feminismo foi reeditado aqui e em alguns países de língua espanhola, que juntos compõem hoje o bloco denominado Cone Sul. Ela não era do Partido Comunista, mas simpatizava com a esquerda. Destaca “[...] a importante influência que os movimentos feministas americano e europeu tiveram para a construção do feminismo brasileiro”³⁷ e também os rótulos que vieram junto com a adesão; segundo Moema, para o senso comum “o feminismo é um luxo de mulheres que não têm o que fazer; é coisa de mulher lésbica, feia e mal-amada”.³⁸ Já teríamos lido/ouvido isso em outro lugar?

35 MORAES, M. L. Q. de. Op. cit., p. 53.

36 Ibidem, p. 74.

37 TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 13.

38 Ibidem, p. 14.

O “novo feminismo” brasileiro, nome também usado para falar no feminismo da Segunda Onda, teve um marco histórico para Moema Toscano: “os anos 70 marcam uma reviravolta no movimento feminista, que começa então a colocar como eixo de sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes”.³⁹ A sexualidade feminina era a questão fundamental do movimento, de acordo com ela. Os questionamentos já começaram nos anos 60, com as leituras de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que inaugurou a renovação da literatura feminista.⁴⁰

60

No Brasil, Rose Marie Muraro (em 1967) e Heleieth Saffioti (1969) deram os primeiros passos na construção de uma literatura própria, com raízes na esquerda política.⁴¹ Seus livros foram seguidos pela tradução de *A mística feminina*, de Betty Friedan, para o português.⁴² Ou seja, de acordo com as informações de Moema Toscano, a efervescência das ideias feministas no Brasil já teve início antes mesmo da década de 1970 começar, o que diverge da proposta de Maria Lygia Quartim de Moraes, que passou os primeiros anos deste período fora do país.

Moema Toscano fala de uma menor resistência aos movimentos feministas por parte da esquerda e da igreja a partir do Ano Internacional da Mulher – 1975. Ela é mais uma autora que aponta este período como o momento em que as brasileiras começavam a voltar do exílio, trazendo “na bagagem”⁴³ teorias e práticas do feminismo vivido no exterior,⁴⁴ e confirma que o maior apelo do

39 Ibidem, p. 30.

40 A pesquisa de Joana Vieira Borges mostra que *O Segundo Sexo* pode não ter influenciado diretamente a maioria das feministas do período, mas era leitura obrigatória dentro do círculo feminista. Cf. BORGES, Joana Vieira. *O Segundo Sexo: leituras no Brasil*. In: *Fronteiras – Revista Catarinense de História, Dossiê História e Gênero*, 15, Florianópolis: ANPUH-SC, junho de 2007, p. 55-67. E também no capítulo deste livro intitulado Leituras feministas de *O Segundo Sexo* no Brasil e na Argentina.

41 Em 1967 Rose Marie Muraro escreveu *A mulher na construção do futuro* e em 1969 Heleieth Saffioti publicou *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

42 TOSCANO e GOLDENBERG. Op. cit., p. 32.

43 A crítica a uma visão totalizante do feminismo trazido pelas ex-exiladas é formulada no capítulo “Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância”, de Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga, neste livro.

44 TOSCANO e GOLDENBERG. Op. cit., p. 35.

feminismo esteve relacionado a este momento. Foi quando ajudou a fundar o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, com Rose Marie Muraro e Santinha, entre outras.⁴⁵ Tudo isso, mais as reivindicações que vieram à tona com os debates da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – instalada para averiguar a situação da “mulher”, semeou um campo de conquistas alcançadas, sempre em parte, vale dizer, a partir dos anos 1980.

As feministas estiveram nos bairros, nas favelas, centros comunitários e sindicatos. Moema afirma que seu grupo era mais de ação, enquanto outros grupos fechavam-se em torno da reflexão.⁴⁶ As brasileiras foram às ruas e à imprensa, constituindo assim uma forma de luta eficiente e organizada. Na década de 1980, ao contrário das argentinas que puderam se manifestar novamente, as feministas brasileiras iniciaram um período de desmobilização, ou de transformação, com a aproximação de tempos menos duros e com as demandas das mulheres de certa forma encampadas pelo governo.⁴⁷ Assim como na Argentina, muitas feministas questionaram essa aproximação com o Estado, denunciando a dissolução do movimento e, conseqüentemente, o enfraquecimento das reivindicações, entre elas a legalização do aborto, até hoje não alcançada. Para muitas também a irrupção dos estudos de gênero veio, de certa forma, “esvaziar” a luta feminista.

Fernanda Gil Lozano, que traça o panorama dos grupos feministas nos primeiros anos de 1980, período da transição democrática argentina, aponta a revalorização dos espaços democráticos nesta década, em contrapartida à busca da transformação social do feminismo da década anterior. A autora assinala que, se por um lado essa reorientação legitimou uma derrota social irreversível, por outro permitiu maior abertura a perspectivas que dariam novo impulso ao movimento feminista.⁴⁸

45 TOSCANO, Moema. Entrevista a Roselane Neckel. São Paulo-SP, 16.02.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

46 Ibidem.

47 TOSCANO e GOLDENBERG. Op. cit., p. 41.

48 GIL LOZANO, Fernanda. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (dir). *Historia de las mujeres en España y América Latina – del siglo XX a los umbrales del XXI*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006, p. 889.

Trazemos agora o testemunho de Leonor Calvera, uma das principais teóricas do feminismo na Argentina: “[...] aqui nunca houve o reconhecimento de que havia coisas teóricas, mas aqui, óbvio que as teóricas, entre as quais eu me encontro, éramos as que faziam as ações”.⁴⁹ Ou seja, de acordo com sua fala, teoria feminista e prática estavam intimamente ligadas naquele momento.

Em 1990 Leonor publicou *Mujeres y feminismo en la Argentina*, livro que remonta a história, com ênfase nos primeiros anos da Segunda Onda, dos quais ela foi protagonista desde a formação do primeiro grupo, a *Unión Feminista Argentina – UFA –*, em 1970. A primeira formação contava com outra teórica (para Leonor, a figura central do grupo), Nelly Bugallo, a cineasta María Luisa Bemberg, a condessa Gabriella Christeller e a própria Leonor Calvera. Em seguida outras vieram unir-se a elas: operárias, intelectuais e burguesas.

62

[...] todos [sic] manejávamos o idioma, então organizamos e começamos a traduzir o que eram as “*Notes from the first year*”, as “*Notes from the second year*”, as “*Notes from the third year*”, de *As noites americanas*, que eram todos pequenos artigos sobre distintos aspectos da condição da mulher, um pouco para resgatar isto e para ver que não se havia perdido o que haviam feito as feministas do começo do século, que eram muito avançadas aqui na Argentina. Pusemos (o nome) união, pelas velhas uniões; União Feminista Argentina e brincamos com o UFA – essa é uma expressão de Ufa, basta! Acabou! Estamos fartas!⁵⁰

Leonor vislumbrava um esboço do novo feminismo nos panfletos das estadunidenses, que pareciam oferecer um espelho à experiência e aos testemunhos das argentinas. Serviram como guia e propaganda naquele começo do movimento.⁵¹ Por outro lado, ressentia-se hoje por não ter havido uma maior aproximação com as feministas de outros países latino-americanos.

Estamos como sempre olhando mais e publicando e escutando mais as vozes europeias ou norte-americanas

49 CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

50 Ibidem.

51 CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Op. cit, p. 33.

do que as do nosso próprio continente. [...] Então, o que fizeram sempre conosco, os latino-americanos? Nos separaram. E no lugar de nos vermos como latino-americanos – inclusive o que nos convém, sermos irmãos – não! Olhamos aos norte-americanos, escutam os que nos dizem os norte-americanos e os europeus.⁵²

Calvera conta que liam Betty Friedan, Kate Milet, Germaine Greer, Shulamith Firestone, Robin Morgan, além de outras e das clássicas obras de Simone de Beauvoir, Margaret Mead e da anterior Virginia Woolf. Ali estava o pensamento renovador, combustível para aqueles anos decisivos. María Luisa Bemberg e Gabriella Christeller traziam o material de fora. Observavam um sentimento de igualdade com as “*hermanas del Norte*”.⁵³ Leonor Calvera critica a escola francesa, que tinha como chave o texto escrito, e admite a influência do feminismo radical dos Estados Unidos sobre a UFA. Mas mesmo com as diferenças entre este e os outros grupos podia identificar algumas trocas entre eles. Para Leonor, ainda que a UFA estivesse mais influenciada pelo feminismo radical estadunidense do que *Nueva Mujer* (de Mirta Henault) ou do que a inclinação de Oddone às análises existencialistas de Simone de Beauvoir, era inegável que havia uma legítima e fluída rede de comunicação, apesar de algumas diferenças de enfoque.⁵⁴

As redes locais podem ser observadas mesmo em um momento nada fácil para o feminismo, que buscava sobreviver entre tantas estratégias traçadas para que fosse desacreditado. Leonor lembra que nenhuma mulher queria ser confundida com as feministas, “*guerrilleras, amargadas y de conducta lesbiana*”.⁵⁵ Ser protagonista de sua própria história significava ser masculinizada, ou seja, tomar um lugar destinado aos homens (é interessante observar o termo “*guerrilleras*” usado para falar das feministas). Isso criava uma espécie de autocensura e repressão entre algumas companheiras. Externamente, suas reivindicações apareciam deturpadas.

52 CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

53 CALVERA, Leonor. *Mujeres...* Op. cit., p. 34.

54 Ibidem, p. 45.

55 Ibidem, p. 47.

Vi que as mulheres estavam muito entregues aos partidos políticos, que eram feministas a partir dos partidos políticos, mas seguindo as diretrizes políticas e não as diretrizes feministas, antepondo os interesses partidários, quando nós sempre dissemos que uma coisa é a política e outra é o partidarismo político.⁵⁶

A Leonor Calvera estava designada a elaboração teórica do grupo, assim como a Nelly Bugallo. Com o recolhimento forçado, em 1976, começou a trabalhar sobre um livro que foi publicado em 1982: “o pano de fundo que me acompanhou ao longo da redação de *El género mujer* foi uma espessa cortina de obscuridade social”, que vinha desde o ano de 1974, com a intensificação das ameaças da *Triple A*. Neste longo período de recolhimento, “[...] sonhá-vamos com a reconstrução futura do feminismo, e para isso nos preparávamos”.⁵⁷

Em 1981 Leonor Calvera foi convidada pela estadunidense Robin Morgan para participar da coletânea *Sisterhood is Global*, que reuniu textos de mulheres de mais de setenta países em um trabalho coletivo, na busca de se criar uma rede, um laço de união que se formava pela causa feminista.⁵⁸ Entre os nomes estavam Simone de Beauvoir, representando a França, e Danda Prado, pelo Brasil. O livro foi publicado em 1984, recebendo duras críticas, como representante de certo tipo de feminismo, de classe média, branco e imperialista.⁵⁹

Ao contrário da união tão admirada, Leonor também se refere ao individualismo de María Elena Oddone, que provocou rupturas dentro do movimento. Oddone lançou o periódico *Persona* em 1974, que teve dez números nessa primeira fase; virou boletim em 1975, desaparecendo com a ditadura e voltando em 1980. Ela participava de todas as manifestações feministas, como atesta em sua autobiografia, mas o estilo individualista acabou por separá-la da maioria das feministas, que buscava romper com as hierarquias, situando-as no mundo governado pelos homens. Denominada pelas outras

56 CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

57 Ibidem.

58 CALVERA. *Mujeres...* Op. cit., p. 75.

59 Cf. DAVIS, Kathy. *How feminism travels across borders – The making of Our bodies, Our-selves*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

‘uma feminista de direita’ – o que podemos comprovar em vários momentos de sua autobiografia –, a polêmica María Elena Oddone é assim descrita por Sara Torres:

Era mulher de um militar e ela se considerava a presidente do movimento, e lhe explicávamos todo o tempo que não podíamos nos unir, porque se ela presidia um movimento, um movimento horizontal e de pares não podia ter uma presidente. Isso ela nunca entendeu. [...] Ela via um meio e se lançava, ela sozinha, se esquecia de que formava parte de um grupo.⁶⁰

Sara completa argumentando que entre a maioria das feministas havia mais divergências de personalidades do que propriamente de conceitos e que isso minava a possibilidade de união.

65

Feminismo de direita?

Agora vamos buscar compreender então o que nos comunica María Elena Oddone, esta personagem tão singular. Na autobiografia intitulada *La pasión por la libertad: memórias de una feminista*, publicada em 2001, faz um apanhado geral de sua vida, obviamente com ênfase no feminismo dos anos 1970. De acordo com a narrativa, envolveu-se com o feminismo por não se contentar em ser apenas dona do seu destino; ela queria isso para todas as mulheres.⁶¹ Localiza o começo do movimento feminista argentino em 1971, ao contrário das outras.

A leitura de *O Segundo Sexo* mudou sua vida e a levou à separação conjugal. Depois vieram os livros de Betty Friedan e da líder feminista italiana Carla Lonzi, que criou na década de 1970 o grupo *Rivolte Femine*, escreveu o livro *Sputiamo su Hegel* (Cusparamos sobre Hegel), entre outros, e foi bastante lida e citada pelas argentinas.

Oddone organizou localmente o grupo de feministas radicais *MLF – Movimiento de Liberación Femenina*, seguindo as diretrizes dos grupos análogos nos Estados Unidos (do *Women’s Liberation Front*)

60 TORRES, Sara. Entrevista. Op. cit.

61 ODDONE, María Elena. *La pasión por la libertad: memórias de una feminista*. Buenos Aires: Ediciones Colihue Mimbipa, 2001, p. 10.

e de vários países europeus. Saía nas manifestações com cartazes que diziam “Não à maternidade, sim ao prazer”. Podemos imaginar a repercussão desses atos na fechada sociedade argentina daqueles tempos. Frequentemente sua figura polêmica era convidada pelos meios de comunicação para falar em nome do movimento feminista: “*con mucha audacia yo aceptaba todas las invitaciones que recibía de los medios. En la televisión y en las radios ponían a mi lado personas que defendían el rol tradicional femenino, porque para los medios ese enfrentamiento era show*”.⁶²

66

Oddone sentia-se injustiçada, pois as companheiras confundiam sua liderança com autoritarismo; logo ela, que havia sobrevivido com boa autoestima a vinte e cinco anos de um casamento opressor. Sua liderança refletia a luta por ideais e sua “natural rebeldia”. Vê a si própria como uma mulher de ação.⁶³

Ela e seu periódico *Persona* foram perseguidos pela *Triple A*, que era contra o feminismo ou contra qualquer manifestação que pudesse subverter a ordem social. De acordo com seu relato, tiveram que deixar o prédio que alugavam. Diz não ter simpatizado com a esquerda nem com a direita, já que ambas não faziam nada pelas mulheres, mas chegou a reivindicar solidariedade para as mães que tiveram seus filhos mortos pela esquerda, ou seja, as mães dos militares, de direita.⁶⁴ Mostra indignação com a morte de militares pelos bandos de subversivos.⁶⁵

Quanto ao encontro ao qual compareceu e foi acusada de colocar outras companheiras em risco, Oddone diz que não houve um mal-entendido, mas posições políticas opostas. Sobre a campanha que as feministas argentinas fizeram nos anos 1980 pelo pátrio poder (*patria potestad*), ela diz que a ideia foi sua, não de Sara Torres, como afirma o livro de Leonor Calvera. Na entrevista aqui analisada, Sara conta que Oddone tomou indevidamente as assinaturas

62 “Com muita audácia eu aceitava todos os convites que recebia dos meios de comunicação. Na televisão e nas rádios colocavam ao meu lado pessoas que defendiam o papel tradicional feminino, porque para os meios de comunicação esse enfrentamento era espetáculo”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 149.

63 *Ibidem*.

64 *Ibidem*, p. 186.

65 *Ibidem*, p. 205.

que estavam guardadas no cofre de sua casa e foi apresentá-las às autoridades, como se todo o trabalho do grupo fosse um projeto seu. Oddone argumenta: *“a la distancia de los años transcurridos, esas pequeñeces tan humanas de la envidia y las rivalidades se pierden ante lo real y concreto de un triunfo que nos pertenece a todas las que contribuímos a conseguir la modificación de la ley”*.⁶⁶

Ao trabalhar sobre autobiografias, Giovanni Levi alerta que os historiadores devem se manter atentos à fragmentação, à variação de tempos, ao caráter contraditório e paradoxal dos pensamentos e da linguagem dos protagonistas.⁶⁷ O objeto da descrição pode ser analisado como probabilidade, não como propriedade. Para ele também a coerência faz parte de uma ilusão. Aponta a complexidade das redes de relações nos grupos sociais e atenta para a definição dos indivíduos em relação aos grupos.⁶⁸ Certamente o depoimento de Oddone não pode representar o amplo leque das ideias feministas nem ser tomado como a voz de um movimento tão complexo.

María Elena Oddone tinha consciência de que “todos” os grupos feministas tinham a ideia “equivocada” de que todas eram iguais e ninguém devia se destacar; sabia que ficavam furiosas com ela por não pensar assim e por conseguir destaque na imprensa. Por seu lado, argumenta que ela apenas era a crítica mais radical de todos e cada um dos pseudovalores que foram inventados para rebaixar sua condição humana.⁶⁹ Ou seja, considerava-se uma mulher de visão, que realmente merecia destaque.

Um breve traçado de teias e estratégias

Todas as divergências abordadas, que vão de datas a opiniões e posturas políticas, compõem o cenário fragmentado dos movimentos feministas no Brasil e na Argentina. Certamente havia inúmeras contradições, e não podia ser diferente nesse encontro de tantas

66 Ibidem, p. 173.

67 LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 170.

68 Ibidem, p. 173.

69 Oddone. María E. Op. cit., p. 281.

mulheres ávidas por mudar os ditames impostos sobre suas vidas, e por tanto tempo. As redes evidentemente se formaram: locais – como a que fomentava as trocas dentro de um mesmo país – e internacionais, com a apropriação de textos, as trocas e as viagens a outros países. Lembramos que muitas feministas argentinas vieram ao Brasil naquele momento.

68 Mas a rede maior que encontramos por meio desses testemunhos se dá com os países pioneiros das ideias feministas, principalmente França e EUA, o primeiro país influenciando mais as brasileiras e o segundo as argentinas, como percebemos em termos gerais. De fora vinham as teorias, aplicadas e algumas vezes inovadas com a tradução para o português e o espanhol. De lá também voltavam as exiladas, inegáveis veículos desses materiais e ideias. Pisavam novamente um solo de especificidades, pois certamente não era o mesmo praticar o feminismo onde se podia falar livremente ou nos países onde o autoritarismo, o preconceito, a ameaça e a censura predominavam.

De qualquer modo, a rede aparece na unidade das reivindicações, nos grupos de reflexão ou de conscientização e, fundamentalmente, nos resultados futuros que se notam hoje em dia na sociedade e na vida de grande parte das mulheres da América Latina e do mundo. Mesmo sem se darem conta, as possibilidades do cotidiano delas têm muito a ver com a luta das mulheres que fizeram história naqueles pioneiros anos 1970.

Segundo Ilse Scherer-Warren, o movimento feminista está entre os movimentos sociais e culturais mais relevantes que entraram em cena e se expandiram pelo mundo a partir da década de 1970.⁷⁰ Ela ressalta a ação da sociedade civil por meio dos potenciais de articulação dos sujeitos/atores sociais, com o foco na luta de classes cedendo espaço às ações coletivas contemporâneas: “as modificações nas abordagens não são o mero fruto de um repensar teórico. Há transformações nas realidades internas dos países latino-americanos e externas com repercussões transnacionais sobre a prática efetiva dos movimentos sociais”. Segundo a autora, as modificações históricas conduzem ao repensar das

70 Com essa opinião concordam também Eric Hobsbawm, Stuart Hall, Geoff Eley, entre outros(as) autores(as).

teorias.⁷¹ Mesmo assim, a questão da luta de classes permaneceu (ao menos naqueles anos) na “ideologia” de muitas feministas de esquerda, tanto brasileiras quanto argentinas, sendo que muitas delas contribuíram na formação da rede feminista a partir do exílio forçado pelo contexto repressivo das ditaduras militares.

Quanto à memória e aos testemunhos, vale ressaltar o aspecto da temporalidade que permeia todos eles. As falas analisadas neste capítulo são de mulheres que protagonizaram os anos da Segunda Onda do feminismo no Brasil e na Argentina, escreveram sobre eles mais de uma década depois e contaram suas experiências em entrevistas em um espaço de tempo de mais de trinta anos. A reelaboração dos discursos deve ser considerada e problematizada. Como e em função de que se organizou aquilo que ficou na memória de cada uma delas?

69

É certo que não podemos ignorar essa variação temporal, ao mesmo tempo em que ela não é tomada como impedimento para que os depoimentos sejam nivelados em um mesmo patamar e para que parte daquela história seja também remontada com base nesses relatos, afinal, sabemos hoje que é impossível trabalhar com um parâmetro de verdade, principalmente nos campos da memória e da história do tempo presente, onde reinam as possibilidades.

Se alguns fatos presenciados foram os mesmos, as divergências ficam por conta dos pontos de vista e das interpretações próprias de quem os viveu. Mas uma coisa é certa: se as leituras, os temas e as reivindicações eram tão próximos, uma ampla rede pode ser percebida naquele momento, mesmo sem trocas diretas, com raras exceções.⁷² O movimento político, cultural e social que varreu o mundo no final dos anos 1960 deu fôlego às aspirações e ações feministas que aos poucos foram se multiplicando e marcando presença em todas as partes do mundo. Dos fragmentos podemos inferir uma rede, tecida ao menos na intenção das mulheres que compunham pequenos grupos e que hoje fazem parte do chamado movimento feminista mundial.

71 SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996, p. 14-21.

72 Cf. VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2009.

A QUESTÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO: recortes do Brasil e da Argentina



Soraia Carolina de Mello

O fato de o trabalho doméstico ser uma função designada em diferentes sociedades como exclusivamente ou primordialmente feminina não é novidade para ninguém. Não são necessários dados estatísticos ou bibliografia de referência no assunto para saber que esse trabalho – que na maioria das vezes não é reconhecido como trabalho – é tradicionalmente “coisa de mulher”. E essa relação entre mulheres e trabalho doméstico, ainda que afirmada pelos feminismos¹ e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na ideia da “naturalização” dessas funções. A família, e em especial a maternidade, se mostram como as principais legitimadoras de tal relação, que traz em si o peso de séculos de reafirmação de que “ser mulher” é ter cuidado, reclusão, dedicação, paciência; é se voltar para a esfera privada, é ser esposa e ser mãe.

A naturalização do trabalho doméstico como função feminina se insere em um grupo de ideias a respeito de relações sociais e morais que são comumente identificadas como conservadoras ou tradicionais; que os feminismos, em especial os de Segunda Onda,

1 Sobre a periodização do feminismo aqui utilizada, ver PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 26, n. 52, jul/dez 2006, p. 249-272.

relacionavam diretamente ao domínio patriarcal.² O interessante e o inquietante sobre essa questão é que, nos mais de 30 anos transcorridos entre as primeiras discussões a respeito do trabalho doméstico feitas pelos feminismos e os nossos dias, muitos avanços significativos podem ser observados no que se refere, por exemplo, aos direitos das mulheres (no emprego, na saúde, na educação, etc.) e às liberdades sexuais, mas a questão do trabalho doméstico apresenta uma relativa estagnação.

Pesquisas atuais³ indicam que valores tradicionais convivem com novos valores de uma maneira complexa em nossa sociedade, em especial nas famílias; e a grande representação dos valores tradicionais, a questão que parece de alguma forma intocada ou muito pouco tocada pelos “novos tempos”, é exatamente a do trabalho doméstico, do papel de esposa e mãe. É ainda mais impressionante observar que as mulheres casadas, jovens em geral, apresentam posições mais conservadoras do que as esposas de meia-idade, equiparando-se às opiniões das esposas de idade avançada.⁴ Ou seja, a que poderia ser chamada de “nova geração” apresenta posições mais conservadoras que a geração anterior, contrariando expectativas de que o recorte geracional tende a caminhar para a “abertura”, no sentido de que quanto mais jovens as pessoas, menos conservadoras.

Admitindo assim que o trabalho doméstico feminino é largamente presente, que é transversal no que se refere à classe ou a características mais culturais, como religião ou nacionalidade,⁵ e

- 2 A ideia de uma ordem ou sistema patriarcal que legitimaria e manteria a opressão das mulheres foi muito corrente no feminismo de Segunda Onda. Apesar de no Brasil esse conceito ter perdido força, ele ainda é encontrado e em outros países da América Latina parece ser mais recorrente. Exemplos em HENAUT, Mirta. *De la rueca a la red. La economía sumergida*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001; e em BEDREGAL, Ximena. *Con mi feminismo mirando al Sur*. Disponível em: www.creatividadfeminista.org.
- 3 Um bom exemplo é a pesquisa *Gênero, trabalho e família*, realizada no Rio de Janeiro sob a coordenação das professoras Clara Araújo e Celi Scalón, integrada a um programa internacional comparativo entre vários países, o Social Survey Programme. Resultados da pesquisa brasileira podem ser observados em ARAÚJO, Clara; SCALÓN, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- 4 PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 160.
- 5 Ao menos no que se refere ao ocidente. Sobre o Brasil, cf. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, C. Op. cit., p. 173-201.

que apresenta relativa estagnação, se comparado com outros aspectos da vida privada e de liberdades individuais das mulheres,⁶ vale parar para observar a questão. Meu objeto de estudo são os feminismos⁷ do período que foi classificado como Segunda Onda feminista, mais especificamente no Cone Sul. E foi através desses feminismos, em especial no Brasil, que a questão do trabalho doméstico como um problema me chamou a atenção.

No presente capítulo, proponho-me a escrever uma breve história da discussão em torno do trabalho doméstico nos feminismos do Brasil e da Argentina, utilizando como fonte quatro periódicos: os argentinos *Persona* (a partir de 1974) e *Brujas* (a partir de 1983) e os brasileiros *Brasil Mulher* (1975-1985) e *Nós Mulheres* (1976-1978). É importante destacar que o recorte temporal proposto é o das fontes utilizadas (entre 1974-1986), e que esses periódicos possuem linhas editoriais centradas nas mulheres.

Os periódicos brasileiros apresentam uma quantidade muito maior de artigos discutindo o trabalho doméstico,⁸ mas isso pode se dever, pelo menos em parte, à falta de acesso a muitos números dos periódicos argentinos.⁹ Ainda assim, pontos comuns dentro dessa discussão aparecem nos periódicos de ambos os países, como a dupla jornada de trabalho; o trabalho doméstico como reprodutor da força de trabalho; as férias e dias livres como dias de trabalho para as mulheres (o trabalho doméstico como um trabalho que nunca acaba); a condição da empregada doméstica; a opinião de leitoras sobre a questão (sessão de cartas); a utilização de charges e do humor para

6 Ainda que admitido como um problema e como causa de conflito, como observado em PIKANÇO, F. Op. cit., p. 158.

7 Usamos o plural admitindo que o feminismo ocidental dos anos 1960-80, que seria entendido como feminismo de Segunda Onda, não foi um movimento homogêneo ou centralizado, mas sim um fenômeno heterogêneo e plural, melhor representado pelo termo “feminismos”.

8 Assim como o *Persona* argentino apresenta um número muito maior que seu conterrâneo *Brujas*.

9 Do *Brujas* foram consultados os números 1, 4 a 6, 9 a 12 e 14; do *Persona* os números 1 a 5, número 2 de 1980 e o número 1 de 1983, por serem os exemplares acessíveis na época em que o texto foi escrito. Esses exemplares fazem parte do acervo do CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina). Foram consultados todos os exemplares do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, que fazem parte do acervo do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – da Universidade Federal de Santa Catarina.

discutir o problema; a questão da família, da maternidade e do papel de esposa.

Não creio que as fontes permitam um texto comparativo, devido à disparidade nas datas de publicação, às diferenças entre os feminismos na Argentina e no Brasil e à grande quantidade de números do *Brujas* e do *Persona* aos quais não tivemos acesso. Mas essas fontes permitem, sem dúvida, estabelecer uma discussão a respeito da problematização do trabalho doméstico nos feminismos de Segunda Onda na Argentina e no Brasil, com o apoio de bibliografia tanto contemporânea às fontes quanto atual, ainda que limitada às especificidades desses quatro grupos observados.

Era uma vez a rainha do lar...

74

Em seu primeiro número, o periódico *Persona* problematiza o isolamento que sofrem as donas de casa, questão também presente no segundo número do jornal *Nós Mulheres*:

*Las mujeres, cada una "reina del hogar" dispersas en sus casas y en sus familias, viven en un aislamiento que les impide reconocer en ellas mismas y en sus hermanas la explotación a que son sometidas. Perdidas en las células incomunicadas de las familias tienen como único medio de contacto con el mundo al varón-marido, padre o hijo. Por eso la mujer no aparece en la historia escrita, pero sin ella los varones no habrían podido hacer la historia.*¹⁰

Esse isolamento também fica claro nas páginas do *Nós Mulheres* brasileiro, aqui na fala de uma dona de casa: “quando a gente fica fechada, pensa que o problema é só da gente. Mas no momento em que passa a conversar mais com outras donas de casa, a gente vê que o problema é geral. É geral na classe média, é geral na classe baixa, é geral... (Inês, 50 anos, 3 filhos)”.¹¹

10 “As mulheres, cada uma ‘rainha do lar’, dispersas em suas casas e suas famílias, vivem em um isolamento que as impede de reconhecer nelas mesmas e em suas irmãs a exploração a que são submetidas. Perdidas nas células incomunicáveis das famílias, têm como único meio de contato com o mundo o homem-esposo, pai ou filho. Por isso a mulher não aparece na história escrita, mas sem ela os homens não poderiam ter feito a história”. Tradução livre. *Persona*. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 27.

11 *Nós Mulheres*. Ano 1, n. 2 São Paulo, setembro/outubro de 1976, p. 8.

Em contato com essas fontes escolhidas, é possível observar que o trabalho doméstico da dona de casa e o trabalho doméstico da empregada doméstica são tratados como coisas distintas; e se pararmos para refletir a respeito, de fato são. Ainda que os serviços executados sejam praticamente os mesmos, as relações que envolvem esses serviços e essas mulheres são muito diferentes. Vale ressaltar que são questões intimamente interligadas, que ambas são ocupações majoritariamente femininas e socialmente desvalorizadas, permeadas inclusive pelas relações entre as donas de casa e as empregadas, e apesar de em muitos momentos aparecerem como uma coisa só nas fontes, são as próprias fontes que de alguma forma encaminham essa divisão. Para diferenciar o trabalho gratuito da dona de casa do trabalho remunerado da empregada doméstica, usamos aqui os termos “trabalho doméstico” e “emprego doméstico”, respectivamente. Empresto a terminologia de Zaíra Ary Farias,¹² lembrando que a argentina Mirta Henaut¹³ ainda a utiliza na primeira década do século XXI.

Este capítulo, através das fontes selecionadas, vem observar e analisar o trabalho doméstico, o trabalho gratuito da dona de casa. Essa opção foi feita por uma questão de espaço e pela escolha em priorizar o melhor tratamento de um dos aspectos levantados.¹⁴ Mesmo lidando apenas com o trabalho doméstico, as fontes ainda levantam mais discussões do que as apresentadas aqui. Esse recorte temático foi realizado buscando discutir um pouco melhor algumas das questões elencadas pelas fontes, ainda que para isso outras tenham sido excluídas.

É interessante observar como um ou outro periódico abordava a questão do trabalho doméstico e como isso se relacionava com sua linha editorial. O jornal *Brasil Mulher*, por exemplo, onde havia forte presença do Partido Comunista do Brasil,¹⁵ se mostrava

12 FARIAS, Zaíra Ary. *Domesticidade: cativo feminino?* Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983, p. 24.

13 HENAUT, Mirta. Op. cit., p. 9.

14 Para uma discussão mais satisfatória abordando o trabalho e o emprego (assalariado) domésticos, cf. MELLO, Soraia Carolina de. *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2010. Cf. também PITE, Rebekah E. *¿Solo se trata de cocinar? Repensando las tareas domésticas de las mujeres argentinas con Doña Petrona, 1970-1983*. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009, p. 187-205.

15 Referências sobre a história do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* podem ser encontradas em MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: UNESP, 1990.

76 mais preocupado com a questão do emprego doméstico, das condições de trabalho, etc., ainda que discutisse também o trabalho doméstico. Já o *Persona*, que trazia em seu próprio nome a forte preocupação com os direitos individuais (em especial das mulheres, já que era um periódico feminista),¹⁶ tinha como foco o trabalho doméstico e questões relacionadas a ele. No *Nós Mulheres* o trabalho doméstico apareceu muito mais, em especial nos dois primeiros números, mas o emprego doméstico também era discutido. Essa observação pode ser relacionada com o fato de o periódico ter sido “[...] o primeiro do feminismo de Segunda Onda brasileiro a declarar-se feminista”¹⁷ (havia, portanto, uma grande preocupação com os direitos específicos das mulheres), mas ao mesmo tempo ter estado vinculado a grupos de esquerda e ter afirmado sua preocupação com a luta geral e com a luta específica.¹⁸

Ainda que ao tratar do emprego doméstico o *Nós Mulheres* estivesse discutindo a esfera privada, ele discutia também a inserção ou a “subinserção” das mulheres na esfera pública, no mercado de trabalho, a desvalorização de seu emprego, seus baixos salários, etc., questões que possuíam algum espaço em grupos de esquerda e eram conhecidas das mulheres desses grupos. Já no caso do *Brujas*, ao menos nos exemplares consultados, tanto o trabalho como o emprego doméstico eram discutidos de forma esparsa, relacionados a outras questões, não aparecendo como manchetes das matérias ou como questão de destaque. Diferente dos demais periódicos aqui apresentados, o *Brujas* começou a ser publicado na década de 1980, e talvez aí possa ser encontrada a razão para a falta de foco no trabalho e no emprego domésticos, se observarmos as discussões em voga nos feminismos daquela década.¹⁹

16 *Persona*. ¿Por qué Persona? Ano 1, n. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 27.

17 Ao menos segundo MORAES, M. L. Q. Op. cit., p. 20-28. Vale lembrar que a autora fez parte do grupo que produziu o periódico e que a disputa a respeito de qual publicação seria pioneira pode estar presente em sua fala.

18 *Nós Mulheres*. Editorial. Ano 1, n. 1. São Paulo, junho de 1976, p. 1.

19 Na década de 1980 questões mais relacionadas com a sexualidade e com o corpo ganharam força entre os feminismos sul-americanos, sendo que as discussões sobre trabalho doméstico não estavam mais tão presentes.

Uma profissão invisível: dona de casa

Para esta análise, acho importante trazer as matérias de destaque por simbolizarem a importância da questão do trabalho doméstico para os feminismos estudados. No segundo número do *Nós Mulheres*, por exemplo, a chamada de capa era “Dona de casa: qual o reino desta rainha?”, e a matéria principal na folha central do jornal se intitulava “Nós Mulheres: donas de casa – A rainha do lar não tem cetro nem coroa...?”,²⁰ que começava questionando: “Se fizéssemos uma gigantesca exposição, em que mostrássemos todo o trabalho invisível da dona de casa – comida, roupa lavada, fraldas, tricô, crochê e tudo o mais – em quanto seria estimado esse trabalho? Quanto vale o trabalho desvalorizado e desprestigiado da dona de casa, e quem se beneficia dele?”.²¹ O *Brasil Mulher* trazia matérias de destaque nos números 10 e 11. Uma delas, “Mulher: um mito, até quando?”,²² de duas páginas, falava do papel de esposa e das responsabilidades e limitações sociais tradicionalmente femininas, e “Era uma vez a rainha do lar...”,²³ de uma página, que tentava descrever o dia a dia exaustivo de uma dona de casa, a dupla jornada, o acúmulo de responsabilidades. O *Persona*, em seu primeiro número, trazia uma matéria de 3 páginas: “La Profesión: Ama de Casa”.²⁴

77

No decorrer dessas matérias, uma grande quantidade de problemas relacionados à vida das mulheres era levantada. No *Persona*, por exemplo, se começava discutindo o “emprego” de dona de casa, com carga horária muito maior que qualquer outro emprego e que, apesar de haver cinco milhões de trabalhadoras na Argentina naquele momento (e só havia mulheres nesse emprego), não existia nenhum sindicato ou organização trabalhista; além disso, era um trabalho que não ajudava a desenvolver o intelecto. Aparecia aí certa desvalorização do trabalho doméstico que não encontramos em outras fontes que tentavam mostrar que este era um tipo de trabalho que não era “nato” com as mulheres, que era especializado e necessitava de aprendizado, com o intuito de valorizá-lo.

20 *Nós Mulheres*. Ano 1, n. 2. São Paulo, setembro/outubro de 1976, p. 8-9.

21 *Idem*.

22 *Brasil Mulher*. Ano 3, n. 10. São Paulo, 1977, p. 8-9.

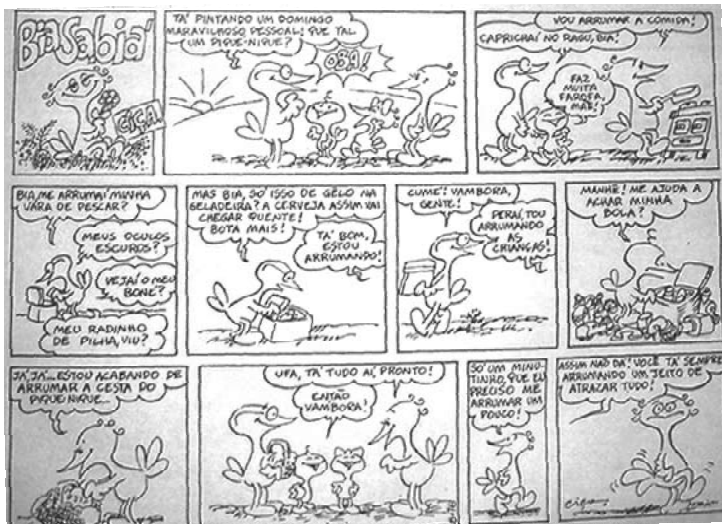
23 *Ibidem*, p. 12.

24 *Persona*. Buenos Aires, ano 1, n. 1, outubro 1974, p. 25-27.

Os discursos encontrados no *Nós Mulheres*, por exemplo, eram mais voltados a esse sentido de dar visibilidade ao trabalho doméstico não simplesmente porque era um trabalho ruim e realizado por mulheres, mas por ser importante e necessário para a sociedade, sendo que precisava ganhar mais atenção e ser reconhecido como trabalho. Na figura 1 podemos observar uma charge retirada do segundo número do *Nós Mulheres* que argumentava nesse sentido de mostrar, trazer à tona esse trabalho que parecia invisível, que ninguém percebia que era feito.

Figura 1²⁵

78



- 25 *Nós Mulheres*, São Paulo, n. 2, setembro/outubro 1976, p. 3.
- Tá pintando um domingo maravilhoso, pessoal! Que tal um piquenique?
 - OBA!
 - Vou arrumar a comida!
 - Caprichaí no rango, Bia!
 - Faz muita farofa, mãe!
 - Bia, me arrumaí minha vara de pescar? Meus óculos escuros? Vejaí o meu boné? Meu radinho de pilha, viu? Mas Bia, só isso de gelo na geladeira? A cerveja assim vai chegar quente! Bota mais!
 - Tá bom, estou arrumando!
 - Cumé! Vambora, gente!
 - Peraí, tou arrumando as crianças!
 - Manhê, me ajuda a achar minha bola?
 - Já, já... Estou acabando de arrumar a cesta do piquenique... Ufa, tá tudo aí, pronto!
 - Então vambora!
 - Só um minutinho, que eu preciso me arrumar um pouco!
 - Assim não dá! Você tá sempre arrumando um jeito de atrazar (sic) tudo!”

A feminista Danda Prado²⁶ pode ser citada como referência nesse esforço em dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho doméstico naquele momento. Ela explicava que existia de fato uma aprendizagem dos afazeres domésticos e que a realização das tarefas domésticas exigia conhecimentos específicos. Ou seja, ela buscava a valorização do trabalho doméstico explicitando sua complexidade. Falava que o esforço que as mulheres despendiam nesse trabalho era socialmente minimizado, ao ponto dele se tornar quase invisível. Mostrava-se indignada perante tamanha desvalorização de um trabalho tão importante para toda a sociedade e, tentando mostrar como esse era realmente um trabalho oneroso, citava as consequências físicas sofridas por inúmeras mulheres devido ao trabalho em casa, assim como suicídios de esposas desgastadas pela estafa.

79

Na figura 2 podemos observar outra charge, essa retirada do *Brasil Mulher*, que também surgiu com essa intenção de trazer à tona o esforço diário de uma dona de casa, de uma mulher que, segundo seu esposo, “não trabalhava”. Nessas charges podemos perceber como o trabalho doméstico era um alvo fácil para o humor. Por estar tão presente, conseguia ser reproduzido em piadas que eram automaticamente compreendidas, como se o trabalho doméstico fosse um fator que unificasse as mulheres por ser ao mesmo tempo tão comum a elas e tão invisível, tão desconsiderado.

Neuma Aguiar,²⁷ em meados dos anos oitenta, analisando o trabalho das mulheres na América Latina, comentava a invisibilidade do trabalho doméstico reproduzida pelos censos. Ela enfatizava categoricamente os censos, pois através deles eram feitas pesquisas e teorias baseando-se em estatísticas que ignoravam uma grande parcela do trabalho feminino. Vários fatores eram indicados para demonstrar de que maneira o trabalho feminino era considerado inatividade. Na hora da entrevista, por exemplo, quando se chamava o dono da casa para coletar as informações, ao invés do dono e da dona, geralmente o

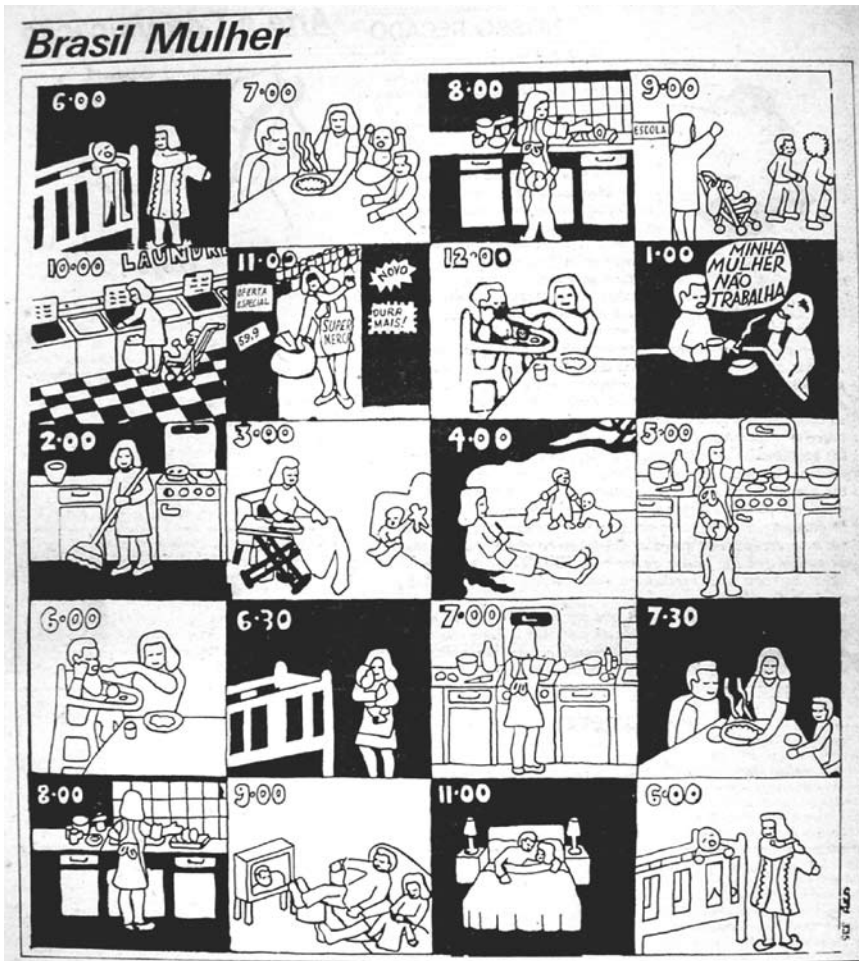
26 PRADO, Danda. *Ser esposa – a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 115-120. Esse livro é comentado no *Brasil Mulher* n. 16, de 1979, na última página.

27 AGUIAR, Neuma. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino e Casa e modo de produção. In: AGUIAR, Neuma (org). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 13-28; p. 247-273.

trabalho da mulher ficava sub-representado. Além disso, não se tinha uma listagem, no questionário, de tipos de trabalho em que o trabalho doméstico ou o emprego doméstico informal pudessem encontrar representações, portanto era considerado produtivo apenas o trabalho que se transformava em uma remuneração monetária. Nesses casos, grande parte das mulheres era considerada pelo censo como estando em condição inativa, mesmo que elas trabalhassem o dia inteiro em diversas ocupações diferentes.

Figura 2²⁸

80



Um trabalho sem valor

Assim, o exemplo do censo pode ser colocado como uma forma concreta de se construir a invisibilidade do trabalho doméstico. E os feminismos de Segunda Onda, ao discutirem a questão, colocavam em primeiro plano a visibilidade – como podemos observar em alguns exemplos supracitados –, para então questionar por que essa era uma ocupação quase que exclusivamente feminina. Mas o que, além dos censos, contribuiria para tal invisibilidade? Em *Persona* podemos encontrar uma das respostas possíveis:

*Vivimos en una sociedad regida por la producción de mercaderías, que se fabrican con el fin de ser vendidas y compradas. Esto produce dinero, que es el capital, indispensable para poder fabricar, vender y comprar. El capitalismo es la primera sociedad de la historia humana en la que la mayor parte de la producción es producción de mercancías [...]. Las mujeres en sus casas realizan una cantidad de cosas que no se venden y que no se compran, sino que están destinadas a ser consumidas por la familia, por lo tanto ese trabajo no produce dinero, es una producción sin valor. Que esto suceda en una sociedad cuyo valor dominante es el dinero es una flagrante contradicción y un problema crucial.*²⁹

81

E o artigo seguia falando dos censos e de como as mulheres eram consideradas inativas ou improdutivas por não participarem diretamente do ingresso de renda na família. Isso nos traz uma discussão que esteve presente nos periódicos observados,³⁰ que era a do trabalho doméstico como trabalho produtor ou apenas reprodutor da força de trabalho. O *Brujas*, em artigo intitulado “*El feminismo como ideología y como práctica política*”, afirmava:

29 “Vivemos em uma sociedade regida pela produção de mercadorias, que são fabricadas com o fim de serem vendidas e compradas. Isso produz dinheiro, que é o capital, indispensável para poder fabricar, vender e comprar. O capitalismo é a primeira sociedade da história humana em que a maior parte da produção é produção de mercadorias”. As mulheres em suas casas realizam uma quantidade de coisas que não se vendem e que não se compram, mas que estão destinadas a ser consumidas pela família. Este trabalho, portanto, não produz dinheiro, é uma produção sem valor. É uma flagrante contradição e um problema crucial que isso ocorra em uma sociedade cujo valor dominante é o dinheiro”. Tradução livre. *Persona*. La Profesión: Ama de Casa. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, 1974.

30 Com exceção do *Brasil Mulher*, que coloca o trabalho doméstico como necessário, mas não parece reivindicar seu caráter produtivo.

*Respecto al trabajo doméstico, existen numerosos estudios feministas, que – con algunas divergencias teóricas acerca del carácter de esta producción – coinciden en afirmar que se trata de un **trabajo productivo** realizado **gratuitamente por las mujeres** en el seno de la familia e cuyo carácter de trabajo se halla “oculto” por una visión naturalista que lo considera una tarea “natural” de las mujeres. [...] Economistas del Tercer Mundo han puesto en descubierto que la acumulación capitalista resultante de la plusvalía (aquella extraída exclusivamente del trabajo mercantil) se alimenta también en la acumulación permanente de base, o sea la basada en la explotación del trabajo doméstico no mercantil realizado por las mujeres en el hogar, trabajo que permite la **producción y reproducción de la fuerza de trabajo del marido y hijos a menor costo**. [...] En definitiva, todos estos estudios ponen en evidencia que la producción doméstica es una categoría económica y no una fatalidad biológica.³¹*

Uma carta enviada ao *Nós Mulheres* e publicada em seu primeiro número também nos traz essa questão:

A meu ver, o grande, o básico problema feminino é a desvalorização do trabalho doméstico, causado pelo advento do mercantilismo, e a valorização social com base na remuneração financeira do trabalho. É a economia do mercado e a sua mentalidade corruptora que provocaram a degradação do papel doméstico, socialmente tão importante como o da produção de alimentos.

Ninguém vai me convencer que lixar as unhas de um executivo numa barbearia seja mais importante que mudar as fraldas de um filho em casa. Nem que seja mais útil, ou mais necessário. O trabalho, porém, não vale por seu produto, e sim por seu preço. Essa é a primeira distorção

31 “A respeito do trabalho doméstico, existem numerosos estudos feministas, que – com algumas divergências teóricas acerca do caráter desta produção – concordam em afirmar que se trata de um **trabalho productivo** realizado **gratuitamente pelas mulheres** no seio da família e cujo caráter de trabalho se faz ‘oculto’ por uma visão naturalista que o considera uma tarefa ‘natural’ das mulheres. [...] Economistas do Terceiro Mundo e feministas descobriram que a acumulação capitalista resultante da mais-valia (aquela extraída exclusivamente do trabalho mercantil) se alimenta também na acumulação permanente de base, ou seja, aquela baseada na exploração do trabalho doméstico não mercantil realizado pelas mulheres no lar, trabalho que permite a **produção e reprodução da força de trabalho do marido e filhos a menor custo**. [...] Por fim, todos esses estudos colocam em evidência que a produção doméstica é uma categoria econômica e não uma fatalidade biológica” (grifo original). Tradução livre. *Brujas*. Ano 2, n. 6. Buenos Aires, 1984, p. 10-11.

mercantilista, totalmente absorvida e levada a seus últimos extremos pelo capitalismo.³²

Uma das discussões que giravam em torno da análise econômica do trabalho doméstico era sobre o barateamento dos salários que esse trabalho gratuito das mulheres proporcionava. Quer dizer, se as mulheres não desempenhassem esses serviços em casa, as famílias seriam obrigadas a pagar por eles, o que exigiria maiores salários. Jesus Albarracín³³ explica bem essa relação, em que coloca que, apesar de não ser regulado pela lei do valor, o trabalho doméstico não independe dessa lei e também se encontra intimamente relacionado com a mais-valia. Ou seja, se o trabalho doméstico não fosse feito gratuitamente, os/as trabalhadores/as precisariam de um salário maior para sua subsistência a fim de poder pagar por esse tipo de serviço. O autor ainda coloca que, com a incorporação de mulheres no trabalho assalariado, mantendo as responsabilidades do trabalho doméstico, ao capitalista surge a oportunidade de reduzir os salários, uma vez que o salário masculino não precisa mais sustentar a casa toda, pois tem o da mulher para “ajudar”. Assim, o autor relaciona trabalho doméstico, trabalho assalariado e mais-valia e admite que o trabalho doméstico, apesar de estar fora dos circuitos de mercado, é de grande serventia para o funcionamento deles.

Vale ressaltar certa ambiguidade que aparece no discurso de Albarracín. Ao mesmo tempo em que admite a “serventia” do trabalho doméstico, parece culpar a entrada das mulheres no mercado de trabalho pela baixa de salários e ainda não considera a função reprodutora da força de trabalho que as atividades domésticas representam. Na década de 1970, a questão da subordinação das mulheres começava a ser discutida a partir de um ponto de vista econômico, em que a teoria marxista se sobressaía, apoiada principalmente pelas feministas socialistas. Margareth Benston,³⁴ que

32 Trecho da carta de Tânia Jamardo Faillacce, de Porto Alegre-RS, extraída do *Nós Mulheres*. Ano 1, n.1. São Paulo, junho de 1976, p. 18.

33 ALBARRACÍN, Jesus. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999, p. 43-61.

34 BENSTON, Margareth. *A political economy of womens's liberations* (apud FARIAS, Zaíra A. Op. cit., p. 87).

escreveu sobre o tema em 1969, foi apontada como pioneira na observação da opressão das mulheres como uma opressão econômica. Com o trabalho doméstico em discussão, não é de se estranhar o surgimento de tal posição, considerando o momento em que as teorias marxistas tomavam força juntamente com as soluções economicistas.

Entre os nomes que surgiram discutindo o trabalho doméstico sob um viés econômico, ganhou destaque Cristine Dupont,³⁵ que considerava as mulheres a “classe” oprimida de um sistema que não o capitalista, mas o familiar³⁶ (ou patriarcal). E essa opressão era agravada pelo fato de que as mulheres não mudavam de emprego, nem recebiam por seu trabalho. Assim, a exploração da força de trabalho gratuita feminina se dava dentro do casamento e essa opressão, comum a todas as mulheres, fazia com que elas pertencessem a uma “classe” diferente da dos seus maridos.

Também teve destaque Mariarosa Dalla Costa, explicitando que, além de produzir valores de uso (como colocava Cristine Dupont), o trabalho doméstico era uma função essencial na produção da mais-valia (teoria utilizada por Albarracín). Suas teorias serviram de apoio às primeiras campanhas pelos salários para donas de casa,³⁷ considerando que estas produziram uma “mercadoria” para o capital, que seria seu marido e seus filhos, ou seja, a força de trabalho.³⁸ Essas teorias foram contestadas por diferentes análises econômicas e a questão sobre o trabalho doméstico ser produtivo ou improdutivo, em especial, se mantém em discussão e até hoje não encontrou um consenso,³⁹ já que a resposta difere conforme a teoria econômica utilizada por quem faz a análise.

35 DUPONT, Cristine. *O inimigo principal* (apud FARIAS, Z. A. Op. cit., p. 88-89).

36 A defesa de uma posição semelhante pode ser encontrada na página 28 do n. 5 do *Persona*, no artigo intitulado “*Las mujeres – una casta*”, o qual afirma: “Se é certo que a relação com a produção é o que determina a posição social dos indivíduos, não haverá nenhuma dificuldade em aceitar que ‘mulher’ indique uma situação social precisa, em que cada mulher compartilha a mesma relação fundamental de produção, ou seja, o trabalho doméstico”.

37 *Nós Mulheres*. Ano 1, n. 2. São Paulo, setembro/outubro de 1976, p. 15.

38 COSTA, Mariarosa Dalla. *Las mujeres y la subversión de la comunidad* (apud FARIAS, Zaíra. A. Op. cit., p. 90).

39 HENAUT, Mirta. Op. cit., p. 46.

Um trabalho que nunca acaba e a lógica do dom

Na defesa da ideia das mulheres como uma classe específica, argumentava-se que elas faziam parte de uma classe muito mais oprimida do que a classe trabalhadora por não possuírem sindicato ou qualquer organização trabalhista e, principalmente, por não receberem um salário por sua carga horária de trabalho ilimitada e pela ausência de dias de descanso.⁴⁰ As fontes nos trazem discussões a respeito do trabalho doméstico como um trabalho “infinito”, que nunca acaba. No décimo primeiro número do *Brasil Mulher*, por exemplo, temos uma charge da Bia Sabiá⁴¹ tratando do assunto, a qual pode ser observada na figura 3.

Figura 3⁴²

85



40 *Persona*. Ano 2, n. 5. Buenos Aires, 1975, p. 28-31.

41 Essas charges, sempre relacionadas com o trabalho doméstico, são comuns no *Nós Mulheres*, que publicou quatro delas em diferentes números.

42 *Brasil Mulher*. Ano 3, n. 11. São Paulo, 1978, p. 11.

“- Ah, que gioia! Adoro domingos... Hoje vou pescar na represa...

- Eu não... Estou cansada. A fábrica essa semana estava uma dureza. Vou aproveitar pra ler um pouco... Ver televisão... Não fazer nada...

- Depois que você arrumar a casa?

- Não... Hoje é domingo... Cada um pode arrumar sua própria bagunça.

- E o almoço, quem faz? E o lanche?

- Cada um prepara o seu, uai...

- Arrumar minha bagunça, preparar meu lanche? Quer dizer que vou ter que trabalhar num domingo?”

Já o terceiro número do *Persona* trazia uma matéria que ocupava três páginas, intitulada “*¿Vacaciones?*”,⁴³ que apresentava no início a foto de uma mãe cuidando de um filho pequeno na praia. O texto fazia uma diferenciação entre “sair de férias” e “ficar de férias”, contando a história fictícia de quatro mulheres com condições financeiras familiares muito diferentes. As férias delas eram distintas, mas nenhuma pôde de fato descansar, sempre tendo que cumprir com obrigações familiares, fossem essas cuidar dos filhos e da comida, ou então estar sempre bem arrumada e disposta para receber as visitas da família. A matéria anteriormente citada “*A rainha do lar não tem cetro nem coroa...?*”, do *Nós Mulheres*, trazia como primeiro tópico o título “Um trabalho que nunca acaba”, que discutia as condições de trabalho da dona de casa e seu “serviço interminável”.⁴⁴

86

Refletindo um pouco sobre a invisibilidade e a interminável jornada de trabalho da dona de casa, temos um fenômeno observado por Dominique Fougeyrollas-Schwebel,⁴⁵ que aponta de que forma o trabalho doméstico é associado à esfera extratrabalho e, portanto, é muitas vezes visto como uma das atividades de lazer da mulher. Dessa maneira, não fica difícil pensar por que não foi e não é visto como trabalho, por mais cansativo e por mais tempo que possa tomar, nem pela “infinitude” de sua jornada. Mesmo as feministas, engajadas na luta pela igualdade, acabavam assumindo para si as obrigações domésticas, como comenta Dominique Fougeyrollas-Schwebel: “assim, estimuladas por sua concepção de limpeza e ordem, inúmeras mulheres se encarregam da maior parte das tarefas domésticas, apesar do ideal igualitário que reivindicam”.⁴⁶ É uma divisão de tarefas bem clara, na qual o homem geralmente “dá uma ajudinha”, já que esse trabalho não é seu; e a falsa ideia de uma divisão das tarefas só contribui para a manutenção da situação de desigualdade. A autora explica isso através do conceito da “lógica do dom”, onde as mulheres, tão condicionadas desde crianças a ter certo tipo de comportamento e convencidas de que isso é algo natural a elas, acabam assumindo tais obrigações como naturais e estruturando a divisão de tarefas no lar. Às mulheres que

43 *Persona*. Ano 1, n. 3. Buenos Aires, dezembro de 1974, p. 24-26.

44 *Nós Mulheres*. Ano 1, n. 2. São Paulo, setembro/outubro de 1976, p. 8.

45 FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). Op. cit., p. 62-93.

46 Idem.

trabalham fora de casa cabe racionalizar seu tempo para terem condições de conciliar as duas (ou às vezes três) jornadas de trabalho, ou contratar alguém para ajudá-las.

Essa ideia de “lógica do dom” nos traz outra questão também presente nos periódicos observados e nos feminismos de Segunda Onda como um todo, e que é de suma importância: a naturalização das funções domésticas femininas. O papel familiar das mulheres e, em especial, a maternidade, eram apontados como os grandes vilões dessa questão. No quinto número do *Persona* havia uma matéria da sessão “*Digamos la verdad*”, intitulada “*El mito de la maternidad*”⁴⁷ que, ainda que não falasse diretamente em naturalização, criticava de forma veemente a associação das mulheres exclusivamente com a maternidade, afirmando essa função como reprodutiva e não criativa, como a “sociedade” parece se esforçar para fazer parecer. Havia na matéria uma preocupação com a “maternidade madura” – como chamaram –, a qual ocorreria no momento da vida em que a mulher se achasse preparada, sem pressões externas e sem ser sua razão suprema de existência. Havia também uma preocupação em apresentar as mães e esposas (porque uma mãe que não era uma “boa esposa” também não era uma “boa mãe”) como reprodutoras da dupla moral sexual, das desigualdades entre os sexos e das diferenças de oportunidades. Nesse ponto a educação aparecia como questão central, mostrando que essa aptidão “nata” das mulheres era uma construção cultural.

No terceiro número do *Persona* aparecia uma charge, reproduzida na figura 4, criticando a educação feminina através das brincadeiras separadas por gênero. O ponto defendido era que as mulheres não nasciam assim, mas eram educadas e precisavam dessa educação para se tornar dessa maneira, e o que a “sociedade” fazia era um grande esforço para que elas se convencessem que esse era seu destino, que era um fato biológico, natural, e que não fazia sentido ir contra ele. A matéria “*El mito de la maternidad*” citava em mais de um momento a filósofa francesa Simone de Beauvoir, o que é importante ressaltar porque, ao afirmar anos antes que “a mulher não nasce mulher, ela se torna”,⁴⁸ a autora desnaturalizava

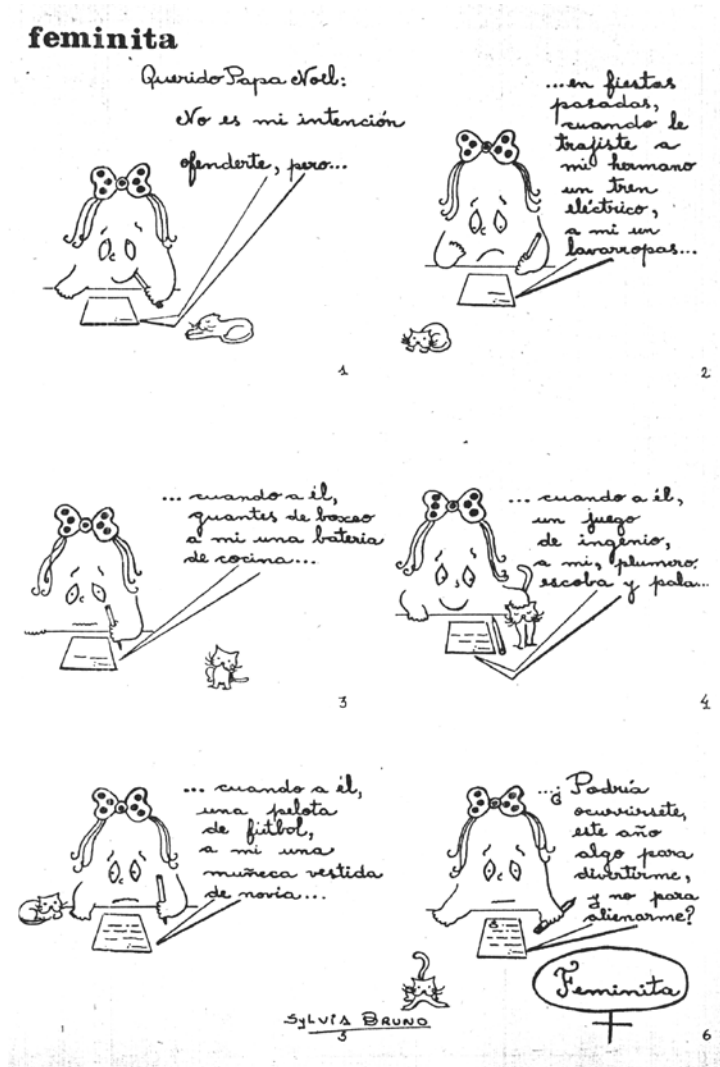
47 *Persona*. Buenos Aires, ano 2, n. 5, 1975, p. 9-10.

48 Referência a BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. Publicado na França em 1949, esse livro levanta questões consideradas pioneiras, e que foram apropriadas de inúmeras maneiras pelos movimentos feministas anos mais tarde.

as obrigações – inclusive domésticas – das mulheres e abria espaço para uma desconstrução social dessas obrigações.

Figura 4⁴⁹

88



49 “– Querido Papai Noel: Não é minha intenção te ofender, mas... no Natal passado, quando você trouxe ao meu irmão um trenzinho elétrico, para mim trouxe uma máquina de lavar roupas... quando para ele, luvas de boxe, para mim uma bateadeira... quando para ele, um jogo de talento, para mim, espanador, vassoura e pá... quando para ele, uma bola de futebol, para mim uma boneca vestida de noiva... Este ano você poderia trazer algo para me divertir, e não para me alienar?” Tradução livre. *Persona*. Ano 1, n. 3. Buenos Aires, dezembro de 1974, p. 21.

Avanços e permanências no trabalho doméstico

Um ponto importante e que merece ser mencionado sobre os feminismos de Segunda Onda na Argentina e no Brasil é o fato de que esses movimentos conviveram com e se desenvolveram durante ditaduras militares. Maria Lygia Quartim de Moraes, uma das militantes que produzia o *Nós Mulheres*, argumenta:

A emergência do feminismo na maior parte dos países da América Latina se fez no quadro do terrorismo de Estado imposto pelas ditaduras militares, outro fator importante, pois sempre conectou os movimentos emergentes à causa da democracia. [...] No Brasil, a inquestionável presença do feminismo como porta-voz dos direitos de cidadania às mulheres – alargando o próprio conceito de direitos humanos – soma-se à atuação de muitas feministas no movimento pela anistia e na luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.⁵⁰

89

Essa relação com movimentos de esquerda e de resistência era muito importante e se fazia presente nos discursos desses feminismos. Inclusive nas discussões sobre o trabalho doméstico essa relação aparecia, com os exemplos de como funcionava a divisão de tarefas no lar em países socialistas,⁵¹ ou quando se defendia que as donas de casa formavam uma classe, legitimando assim sua exploração. Portanto, a utilização de teorias de esquerda, sobretudo marxistas, e o compromisso com a luta pela democracia foram características marcantes desses feminismos.

A desconstrução da ideia do trabalho doméstico como função feminina foi outra característica marcante dos feminismos de Segunda Onda, e não só na América Latina. A desconstrução de todo um conceito naturalizado de feminilidade também. Muitas charges, cartas de leitoras e artigos como o “*Ser mujer: ¿Destino o*

50 MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago do Chile, 14-18 de julho de 2003, p. 9.

51 Exemplos em *Brasil Mulher*. Ano 1, n. 0. Londrina, 1975, p. 10; e em *Nós Mulheres*. Ano 1, n.1. São Paulo, junho de 1976, p. 4.

*decisión?*⁵² do primeiro número do *Persona*, ou o “Procura-se uma esposa”⁵³ do primeiro número do *Nós Mulheres*, não foram aqui utilizados. Também não nos aprofundamos em discussões a respeito da dupla jornada de trabalho feminina, da divisão sexual do trabalho, do papel social de esposa e mãe, da maternidade como multiplicadora das horas de trabalho, do direito à aposentadoria para donas de casa, ou da contracepção e do direito a creches públicas como questões intimamente ligadas ao trabalho doméstico. Todas essas discussões podem ser encontradas nas fontes consultadas.

Apesar disso, e assumindo as limitações deste texto, esperamos que ele possa contribuir como uma história, ainda que breve, desses movimentos e dessa luta que ainda não terminou. A questão do trabalho doméstico feminino está hoje muito presente e ainda figura entre as pautas de reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Apesar de ser um problema que persiste e que estruturalmente não se modificou, avanços gradativos e importantes podem ser observados depois da publicação dessas fontes. Podemos citar a possibilidade de aposentadoria para donas de casa⁵⁴ ou os resultados da IV Conferência Internacional sobre a Mulher da ONU, realizada em Beijing, na China, em 1995. Lá,

*la Red Internacional “Las Mujeres Cuentan”, con el apoyo de 1200 organizaciones no gubernamentales (ONG), que representaban a millones de mujeres y hombres de todas partes del mundo, consiguió que los gobiernos se comprometieran a medir y a valorar el trabajo no asalariado en las cuentas nacionales.*⁵⁵

52 *Persona*. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 28-31.

53 *Nós Mulheres*. Ano 2, n. 4. São Paulo, março/abril de 1977, p. 5.

54 A aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 385/2001), aprovado em primeiro turno, afirma que: “[...] permite aos trabalhadores de baixa renda, atendidos pelo futuro regime especial de previdência, se aposentarem por tempo de contribuição. A PEC paralela prevê que uma lei disciplinará esse regime especial, atendendo principalmente às donas de casa, com o benefício de um salário mínimo”. Texto retirado do Projeto de Emenda Constitucional da Deputada Federal Luci Choinacki, que institui benefício assistencial para as donas de casa (PEC 385-2001). Disponível em: www.luci.com.br/index.php?a=mostra_proposicoes.php&ID_MATERIA=263.

55 “[...] a Rede Internacional ‘As Mulheres Contam’, com o apoio de 1200 Organizações Não Governamentais (ONGs), que representavam milhões de mulheres e homens de todas as partes do mundo, conseguiu fazer com que os governos se comprometessem a medir e valorar o trabalho não assalariado nas contas nacionais”. Tradução livre. JAMES, Selma. El trabajo doméstico, si cuenta. *Revista Perspectivas/Isis Internacional*. n. 11, julio-septiembre 1998, p. 3.

Mais recentemente pudemos observar na imprensa, e não só na feminista, notícias sobre estudos referentes ao trabalho doméstico. O jornal *O Globo* publicou em 2006 uma reportagem onde afirmava que se o trabalho doméstico fosse contabilizado no PIB, essa atividade equivaleria a 12,76% do Produto Interno Bruto.⁵⁶ Isso corresponderia ao PIB do estado do Rio de Janeiro, que no Brasil só perde para o estado de São Paulo, e esse número seria maior que o PIB produzido pela agricultura no país, que girava na época em torno dos 10% do total. Em publicação do ano seguinte, o jornal nos dizia que o trabalho doméstico deveria demorar um pouco para entrar nas contas do governo que, apesar de ter se comprometido em calculá-lo no PIB, não estabeleceu a metodologia através da qual poderia realizar tal contabilidade.⁵⁷

De qualquer maneira, o fato de o trabalho gratuito realizado pelas mulheres em suas casas poder ser contabilizado oferece a ele visibilidade e status de trabalho (mesmo não produzindo capital de forma direta), o que representa um avanço significativo no reconhecimento da importância desse tipo de trabalho. Mas o problema persiste, e as reivindicações das mulheres estão longe de se esgotar.

91

56 *O Globo*. Rio de Janeiro, 05.03.2006. Primeiro caderno, p. 35.

57 ALMEIDA, Cássia. Trabalho doméstico ainda longe das contas nacionais. *O Globo*, 04.06.2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/06/04/296020314.asp>.

SEXUALIDADE E EROTISMO NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS FEMINISTAS (Brasil e Argentina – décadas de 1970 e 1980)



*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Maria Cristina de Oliveira Athayde*

A emancipação da mulher, para mim, não quer dizer que queremos tomar o lugar do homem, ser homens ou concorrer com eles. [...] Queremos ser dignamente emancipadas. Queremos viver num mundo melhor, sem insegurança e violência. Para o progresso. Mulheres e homens juntos, livres, emancipados, sem neuroses. Uma emancipação cultural, econômica e sexual. O poder de escolha em nosso País.

Norma Bengell¹

A epígrafe, assinada pela atriz brasileira Norma Bengell, é exemplar para pensar o momento histórico, social e político das décadas de 1970 e 1980. As mulheres sul-americanas, assim como as europeias e as norte-americanas estavam, em grande parte, vivenciando mudanças significativas em seus modos de ser e de viver.

O ressurgimento do movimento feminista, comumente denominado Segunda Onda², balançou as estruturas das relações familiares ao

1 Nós Mulheres. Cartas. Ano 2, n. 6. São Paulo, agosto/setembro de 1977, p. 14. Acervo Edgard Leuenroth.

2 Sobre o tema, cf. ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminino dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.

questionar valores até então pensados como “direitos adquiridos e inalienantes” dos homens e de uma sociedade “patriarcal”³. As mulheres saíam às ruas das grandes cidades para lutar por seus direitos em relação ao corpo e ao prazer, bem como para lutar pelos direitos de outras minorias, como os negros e os homossexuais⁴.

Palavras de ordem e expressões como “O prazer sem limites”, “É proibido proibir” e “Quanto mais faço amor, mais tenho vontade de fazer a revolução”, misturavam-se em passeatas onde se combinavam ativistas feministas, líderes antirracistas, *hippies* e outros. Na segunda metade do século XX, todo um novo pensamento estava surgindo⁵.

Nos Estados Unidos da América era a época dos grandes movimentos contra a guerra do Vietnã, a favor dos direitos civis, do “poder negro” e do reconhecimento da beleza dos negros, de campanhas pela cultura, e também dos assassinatos de John e Bob Kennedy e de Martin Luther King. Debatia-se o “casamento aberto” e novas formas de viver em comunidades alternativas.

Essa movimentação social e cultural influenciou determinadas camadas das sociedades no Brasil e em outros países da América do

3 Feministas importantes definiram o que entendiam por patriarcado. Em 1970 foi publicado o livro *Política Sexual*, de Kate Millett, que o conceituou como uma instituição pela qual uma metade da população (os homens) dominava a outra (as mulheres). Marcela Lagarde afirmou que a ordem patriarcal é um sistema político público e privado, de domínio dos homens sobre as mulheres e dos mais poderosos sobre os outros homens. Disponível em www.uned.ac.cr/sep/recursos/investigaciones/Violencia/Violenciaintrafamiliar.pdf.

4 Juliet Mitchell destacou que, ao se estudar o período histórico em que surgiu o movimento feminista (aqui a autora refere-se ao feminismo de Segunda Onda), é preciso considerar os movimentos radicais aos quais ele se aliou, como o movimento estudantil, o movimento negro e as lutas do Terceiro Mundo. Cf. MITCHELL, Juliet. *La condición de la mujer*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 11-12.

5 Segundo Jean Claude Guillebaud, “[...] um imenso frêmito libertário atravessou, de 1964 a 1973, todas as sociedades industrializadas. Do Japão à Califórnia, da velha Europa à jovem América, uma mesma insurreição contra a autoridade, a proibição, a repressão, o pessimismo carnal mobilizaram a juventude contra a ‘ordem antiga’, subitamente tornada insuportável”. Cf. GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 44. Esta mesma visão é percebida por Pascal Bruckner, que pontua: “Paris era a vanguarda, oásis de liberdade, em uma França que estava mais fácil de viver, mas ainda era prisioneira dos velhos preconceitos”. E continua: “A sexualidade estava agora incluída num movimento que buscava fabricar um mundo novo, onde o sujeito amoroso podia se imaginar vagueando entre seus desejos sem freios nem penalidades”. BRUCKNER apud NECKEL, Roselane. A “revolução sexual” e o prazer. In: _____. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese de Doutorado em História. PUC: São Paulo, 2004, p. 145.

Sul, como foi o caso da Argentina. Temas de ordem privada foram levados para a esfera do político, tais como a sexualidade e a pornografia, sob diferentes óticas e sentidos e com diferentes intensidades no Brasil e na Argentina. Nesse sentido, pensamos ser necessário analisar a maneira como essas “agitações” culturais e sociais foram apresentadas às leitoras e leitores dos periódicos feministas *Brujas* e *Persona*, publicados na Argentina, e *Nós Mulheres*, editado no Brasil.

Neste capítulo iremos analisar a forma como esses periódicos incluíram o debate sobre a sexualidade e a pornografia. Assim, além de estabelecermos parâmetros de comparação entre a atuação dos três periódicos, objetivaremos perceber em que momentos e de que forma questões ligadas ao corpo – prerrogativa particular da Segunda Onda – foram alvo de atenção ou crítica das feministas no Brasil e na Argentina. Buscaremos também enfatizar as semelhanças e/ou diferenças entre esses diferentes veículos de um tipo de discurso feminista: o da imprensa.

O periódico *Nós Mulheres* foi publicado no Brasil entre 1976 e 1978, somando oito edições, e era organizado por militantes feministas do grupo clandestino Debates. Na Argentina, *Persona* contou com fases diferentes: a primeira com edições mensais a partir de outubro de 1974; a segunda no período pré-redemocratização, a partir de 1980, que intercalava publicações mensais e bimestrais; e a terceira, de 1983 a 1986, que trazia números bimestrais, tornando-se depois um boletim. Na terceira fase, a tiragem de *Persona* ficou restrita ao número de assinantes. Apenas o periódico *Brujas*, lançado em 1983, circula até os nossos dias.

Em momentos distintos e sob formas particulares, *Persona*, *Brujas* e *Nós Mulheres* discutiram a “condição feminina” – categoria datada das décadas de 1970 e 1980, que ainda tinha a “mulher” como sujeito, não problematizando a pluralidade de condições, depois explicitada pelo uso do termo “mulheres” – levando em consideração as especificidades da luta política e do mundo privado no Brasil e na Argentina.

O periódico *Brujas*, por exemplo, mostrava-se preocupado com a aparição de publicações de caráter pornográfico na Argentina em pleno processo de abertura democrática de 1984:

Ha comenzado la apertura hacia la democracia. Esto sin duda abre nuevas posibilidades para al desarrollo del movimiento feminista, la libre expresión de ideas. Pero también ha comenzado a ser utilizada por esa forma de “destape” que constituye la otra cara de la censura, y que se manifiesta fundamentalmente en la aparición de todo tipo de publicaciones de carácter pornográfico, algunos inclusive con pretensiones “culturales” o informativas, en los cuales, el cuerpo femenino es intencionalmente degradado⁶.

96 O editorial de *Brujas* mostrava a preocupação de feministas com o processo de abertura democrática, em termos positivos (a possibilidade de novas articulações do próprio movimento) e negativos (uma liberação da pornografia travestida de pretensões culturais). No Brasil, em meio ao debate pós-militar sobre o fim da censura, uma onda “erotizante” pode ser observada em diversas produções, tais como publicações, anúncios publicitários e telenovelas de grande audiência. Na imprensa brasileira de circulação nacional, esse processo – marcadamente heterossexual e investido sobre o corpo das mulheres – sofreu poucas críticas, tanto dos telespectadores, quanto dos leitores de revistas de grande tiragem, como a *Veja*⁷. Isso se torna visível por conta das novelas com altos índices de audiência, onde figuravam personagens como Gabriela (*Gabriela*), Viúva Porcina (*Roque Santeiro*), Dona Beija (*Dona Beija*), Juma Marruá (*Pantanal*), entre outras, que não sofreram riscos de censura, tanto pelos órgãos governamentais quanto pelos telespectadores, pois não alteravam a heterossexualidade normativa⁸.

Dez anos antes do editorial de *Brujas* que discutia as consequências da abertura democrática argentina, em outubro de 1974, o periódico *Persona* era lançado, trazendo consigo o debate feminista em torno da ideia de uma “nova mulher”. Na capa do primeiro número,

6 *Brujas*. Ano 2, n. 4. Buenos Aires, 1984, p. 1. Acervo do Centro de Documentación e Información de la Cultura de Izquierdas – CeDInCI.

7 Na tese de doutoramento de Luciana Rosar Fornazari Klanovicz há referências sobre algumas produções midiáticas que foram atacadas com veemência por leitores dentro da revista *Veja*, como sendo “afrontas morais”, entre elas o filme *A última tentação de Cristo*. Cf. KLANOVICZ, L. R. F. *Erotismo na cultura dos anos 1980: censura e televisão na revista Veja*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

8 Termo proposto por teóricas feministas que discutem a categoria gênero a partir do final dos anos 1980, como Adrienne Rich, Teresa de Lauretis e Judith Butler.

uma imagem feminina descrita pelas editoras nos seguintes termos: “[...] entre la multitud que puebla nuestras calles se distingue la figura de una nueva mujer. Decidida, estudiosa y trabajadora, ella avanza hacia el porvenir liberada de tabúes y prejuicios, y con la seguridad de ser una PERSONA”⁹. Tratava-se de um exemplo emblemático da mulher em busca de individualidade, em busca de ser uma “pessoa” composta pelas seguintes características: decidida, estudiosa, trabalhadora e livre de tabus e preconceitos, marcas até então pensadas como masculinas. *Persona* era publicado pelo MLF – *Movimiento de Liberación Femenina* –, formado na Argentina em 1972, nos moldes e fundamentos similares aos movimentos feministas surgidos na Europa e nos Estados Unidos na década de sessenta do século vinte¹⁰. As primeiras páginas eram dedicadas a explicar o porquê do nome *Persona* e quais seus objetivos.

97

O periódico *Nós Mulheres*, em sua primeira edição de 1976, trazia na capa uma montagem onde figuravam mulheres de diferentes ocupações (de varredoras de rua a copeiras), etnias, classes sociais e gerações, acompanhada da pergunta “Quem somos?”¹¹ sugerindo a diversidade étnica e social das brasileiras. Entretanto, o que saltava aos olhos na imagem era a “bunda” dentro de um biquíni em uma

9 “Entre a multidão que povoa nossas ruas se destaca a figura de uma nova mulher. Decidida, estudiosa e trabalhadora, ela se dirige a um futuro livre de tabus e preconceitos e com a segurança de ser uma PESSOA” (grifo original). Tradução livre. *Persona*. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 1. Acervo do Centro de Informação da Mulher – CIM – São Paulo.

10 Um dos primeiros movimentos de liberação da mulher foi o norte-americano Women’s Liberation Movement, surgido na década de 1960, e que deu origem pouco depois aos movimentos similares surgidos em vários países europeus. Conforme Anette Goldberg, maio de 1968 “[...] abriu um período de germinação para o ressurgimento das lutas de mulheres na França”. Em outubro de 1968, a partir de um seminário de psicanálise, nasceu o grupo *Psychanalyse et Politique* (Psicanálise e Política) que configuraria uma das tendências do MLF francês. Mas foi em agosto de 1970, com a prisão de manifestantes francesas que haviam colocado uma coroa de flores no monumento do Arco do Triunfo com a inscrição “Em honra à mulher ainda mais desconhecida do soldado desconhecido”, é que o movimento ficou conhecido. “[...] a imprensa noticiou o fato no dia seguinte, batizando o grupo de *Mouvement des Libération des Femmes* (MLF)”. Na Itália, a autora descreve a trajetória do MLD (Movimento di Liberazione delle Donne). Cf. GOLDBERG, Anette. Os Movimentos de Liberação da Mulher na França e na Itália (1970-1980): os primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982, p. 40-47.

11 Além do título do jornal “Nós, mulheres”, a vírgula não estará presente nos números posteriores.

mulher e os seios desnudos em outra. Nesse sentido, sugerimos que a bunda e os seios seriam apenas ironia, já que parte do movimento feminista brasileiro daquela época era totalmente contra a utilização do corpo feminino como objeto de consumo e, mais ainda, contra o uso do corpo da mulher na publicidade.

***Nós Mulheres* – abordagens feministas sobre sexualidade e erotismo no Brasil**

98

Ao folharmos *Nós Mulheres*, pudemos observar muitas matérias (entre elas editoriais, reportagens, crônicas e entrevistas) que abordavam temas relacionados à sexualidade e às conquistas advindas de uma dita “revolução sexual”. Uma de suas colaboradoras defendia um programa de transformações que incluía a liberalização do aborto e o divórcio¹². Contudo, essa missão editorial parece não ter sido cumprida em sua totalidade, pois qualquer leitura superficial do conjunto dessa publicação serviria para afirmarmos que temas como o uso de pílulas anticoncepcionais, o aborto ou o planejamento familiar foram pouquíssimo divulgados.

O jornal *Nós Mulheres* foi a primeira publicação brasileira contemporânea a se declarar feminista¹³. Ele buscou divulgar, em suas oito edições, assuntos ligados à luta feminista em geral, com uso recorrente em seus artigos de expressões como “condição feminina”, “condição da mulher”, “mulher” no singular, “mulheres” no plural.

No editorial do primeiro número, datado de junho de 1976, o grupo organizador apresentava as diretrizes do periódico. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, *Nós Mulheres* apresentava um “tom direto e pouco doutrinário” no que se referia à descrição da opressão da mulher e retratava “[...] com simplicidade o cotidiano da mulher jovem, principalmente de classe média, que brincou de casinha, ficou com inveja da liberdade do irmão mais velho, revoltou-se com a frase que a mãe lhe dizia, enquanto fazia apertadas

12 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte anos de feminismo*. Tese de livre-docência em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP – Campinas-SP, 1996, p. 11.

13 MORAES, Maria Lygia de. *A experiência feminista dos anos setenta*. Araraquara, SP: UNESP, 1990, p. 23.

tranças que arrancavam lágrimas dos olhos: ‘quem quer ser bonita padece!’¹⁴. Maria Lygia Moraes acredita que, mesmo havendo uma conscientização de que as mulheres eram oprimidas e que muitas feministas buscassem entender naqueles anos de 1960 e 1970 quais as razões da opressão feminina, elas mesmas encontravam no patriarcado a razão primeira dessa opressão. A autora reconhece que a dificuldade maior residia na capacidade ou não de as feministas se descobrirem como objeto da opressão. No entanto, o primeiro editorial do *Nós Mulheres* afirmava que “Somos oprimidas porque somos mulheres”. Esse mesmo editorial denunciava a “dupla moral sexual” e a “repressão sexual”, nos seguintes termos:

[...] aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir maridos. [...] E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa¹⁵.

99

Um dos primeiros artigos publicados em *Nós Mulheres*, e que tem relevância para este capítulo, foi a crônica “Procura-se uma esposa”, na edição número 1, de junho de 1976. O texto elaborava uma versão do que deveria ser uma esposa brasileira na década de 1970, num contexto que remetia às questões da sexualidade e do corpo feminino. A crônica, em tom irônico, traduzia o “tipo ideal” de comportamento da esposa: fogosa, boa companheira, esmerada no cuidado da casa e das crianças e, quando necessário, uma excepcional datilógrafa para auxiliar o marido em seu trabalho profissional.

É bom lembrar que, naquela época, reprodução e sexualidade estavam intrinsecamente ligadas e que os métodos contraceptivos quebraram essa dinâmica, na medida em que a maioria das mulheres poderia optar por ter ou não ter filhos, ou ainda decidir

14 Ibidem.

15 *Nós Mulheres*. Editorial. Ano 1, n. 1. São Paulo, junho de 1976, p. 2. Acervo Edgard Leuenroth.

sobre qual o melhor momento para tê-los, observando as novas oportunidades que surgiam no mundo do trabalho como elemento importante na tomada dessa decisão. Uma falácia? É interessante perceber como algumas rupturas vão acontecendo ao mesmo tempo em que a tarefa de evitar a gravidez continuava sob a responsabilidade das mulheres.

Anette Goldberg afirma que a “revolução sexual” e os reflexos do movimento da contracultura no Brasil podem ter facilitado o rompimento de algumas mulheres com o “modelo” que vigia até aquele momento. No entanto, a autora relata que, apesar da pílula anticoncepcional ter sido facilitadora da formação de uma nova mentalidade, as entrevistadas deixavam claro que primeiro era necessário a colaboração de uma médica “mais avançada e moderna”, para depois encontrar coragem suficiente para entrar numa farmácia com a receita e comprar o medicamento¹⁶.

Estudos recentes, como o de Tania Salem “Homem... já viu, né? Representações sobre sexualidade e gênero entre os homens de classe popular”¹⁷, afirmam que grande parte da responsabilidade de evitar a gravidez ainda recai sobre a mulher. Nesse artigo, a autora explora o universo representacional dos entrevistados sobre as sexualidades masculina e feminina, usando da lógica “nós trepamos, elas engravidam”. É interessante constatar que algumas concepções que norteiam o senso comum em relação à sexualidade são corroboradas pelos depoimentos apresentados, como a de que haveria uma diferença radical entre as sexualidades masculina e feminina: a natureza quente e pulsional dos homens se contraporía a um maior controle da sexualidade por parte das mulheres, cabendo a elas a preocupação com os métodos contraceptivos e com os limites na esfera sexual¹⁸.

Na edição número 6 de 1977 novos artigos problematizavam as questões relacionadas ao corpo, mais especificamente ao controle da

16 GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 22-23.

17 SALEM, Tânia. *Homem... já viu, né? Representações sobre sexualidade e gênero entre os homens de classe popular*. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. A autora analisa 41 depoimentos de homens na faixa entre 18 a 24 anos, retirados do material etnográfico da pesquisa Gravada.

18 Ibidem.

reprodução que, com o “advento” da pílula anticoncepcional como um método mais “eficaz”, conseguiria romper o binômio relação sexual-reprodução. Claro que nos números anteriores o periódico veiculava alguns artigos que abordavam a temática da sexualidade, mas quase todos em discussões pontuais, com exceção de um texto que tratava da menstruação e dos tabus ligados a esse período, quando “o sexo não é permitido”. O texto afirmava: “[...] um dos preconceitos mais arraigados em nossa moral sexual é o que não se deve ter relações sexuais durante a menstruação”. No entanto, ressaltava que “[...] o período é aquele em que a mulher pode, com certa margem de segurança, ter relações sexuais com a certeza de não engravidar”. Bem, “certa margem de segurança” unida à “certeza de não engravidar” tornam o argumento da frase um tanto ambíguo. Em seguida, o texto pondera que talvez a proibição que acontecia nas primeiras tribos judaicas de não se poder ter relações sexuais durante o período menstrual advinha do conhecimento de que nele a mulher não tinha condições de engravidar, o que colocava em risco a continuidade das tribos¹⁹ (além de certamente se afastar do objetivo da reprodução).

101

As redatoras do *Nós Mulheres* iniciaram a matéria “Pílulas para milhões” com uma citação do ex-presidente norte-americano Lindom Johnson²⁰ que pontuou exemplarmente a preocupação dos ditos “países desenvolvidos e ricos” com a ameaça populacional dos “países do terceiro mundo e subdesenvolvidos”. Nesse artigo as autoras destacavam o lugar da Sociedade Brasileira de Bem-estar Familiar (BEMFAM) no Brasil e como ela, desde 1965, vinha desenvolvendo uma política de controle de natalidade e distribuindo, sem nenhuma orientação, milhões de pílulas anticoncepcionais (mesmo não havendo por parte dessa organização uma política oficial de controle da natalidade). Logo a seguir, as redatoras questionavam o que estaria por trás dessa “benevolência” de países ricos financiarem uma política de controle de natalidade. Num primeiro

19 *Nós Mulheres*. Menstruação: vamos falar nela? Ano 2, n. 5. São Paulo, junho/julho de 1977, p. 4. Acervo Edgard Leuenroth.

20 “Não se esqueçam, nós somos apenas 200 milhões (falando da população dos EUA) num mundo de 3 bilhões. Eles cobijam o que nós temos – mas nós não vamos dar o que eles querem”. Lindom Johnson, ex-presidente dos EUA.

momento, destacaram que essa preocupação poderia advir de seguidores da teoria malthusiana, que preconizava que com o crescimento populacional exagerado poderia haver uma falta de alimentos no mundo; teoria com a qual as redatoras do *Nós Mulheres* não compactuavam. Segundo elas: “Esta teoria, que muitos defendem ainda hoje, não tem fundamento, pois se a população cresceu, as possibilidades de alimentar um número maior de pessoas também cresceram”²¹.

102 Se a questão da sexualidade aparecia principalmente sob a forma da discussão do controle reprodutivo, artigos específicos sobre o erotismo ou sobre a pornografia não foram encontrados no periódico *Nós Mulheres*. Dentro da pauta de reivindicações, a questão não estava formulada; outras agendas fizeram parte da história de tais periódicos. Isso se deu mesmo em períodos diferenciados de circulação, já que o primeiro circulou na década de 1970 e o segundo na década de 1980. É bom lembrar que durante a redemocratização, nos anos 1980, uma forte erotização pôde ser percebida na mídia, disseminada em diversos segmentos culturais, como já mencionamos. Tal fato foi acompanhado por uma onda de censura que buscava atualizar traços de um passado idealizado, baseado em preceitos morais com relação aos corpos das mulheres e à manifestação de sua sexualidade. Assim, na revista *Veja* podemos observar que a censura era amplificada na medida em que justamente o erotismo estaria “abalando” a sua própria fórmula baseada na centralização de uma heterossexualidade normativa e feminina.

No entanto, nos periódicos feministas brasileiros, as temáticas do erotismo e da pornografia não despertaram preocupação. É provável que tais debates se desenvolvessem em outras esferas ou ainda em outros periódicos que circularam posteriormente. Já na Argentina essa presença foi visível, embora reduzida, mas isso nos permite perceber que as reivindicações se ampliavam para além daquelas tratadas no Brasil.

21 *Nós Mulheres*. Pílulas para milhões. Ano 2, n. 6. São Paulo, agosto/setembro de 1977, p. 12. Acervo Edgard Leuenroth.

***Persona e Brujas* – sexualidade e erotismo pelas feministas argentinas**

Esses dois periódicos compartilhavam a ideia de mobilizar as mulheres para as mudanças na sociedade argentina com relação às questões feministas da Segunda Onda. No entanto, falavam de lugares distintos, ou seja, foram constituídos por grupos diferentes. De acordo com Lucrecia Ollér, a orientação política de tais periódicos era diferenciada, "*Brujas* era esse grupo de esquerda que te disse. *Persona* era um grupo 'intelectualoide', de intelectuais, respeitoso, estudioso, e mantinha uma distância prudente: não te incomoda, mas não me incomode"²².

Leonor Calvera afirma que *Persona* "era" Maria Elena Oddone. Para Calvera, esse periódico "[...] era de direita, mas tinha uma boa linha feminista, e os dois primeiros editoriais de *Persona*, eu os escrevi e os entreguei a Maria Elena, que nesse momento não sabia escrever, depois aprendeu, era professora"²³. Isso mostra também a proximidade e as trocas entre distintos grupos feministas, já que Leonor Calvera pertencia e havia fundado a *Unión Feminista Argentina*.

Persona, assim como os outros dois periódicos analisados, teve um percurso histórico interessante. Foi o primeiro dos três a ser publicado²⁴, com a primeira edição datada de outubro de 1974. Sua periodização era inicialmente mensal, alternando publicações bimestrais e trimestrais nas fases seguintes. A partir de 1983 passou a ser um boletim editado mensalmente, o que demonstra a dificuldade que as militantes tiveram em manter publicações explicitamente feministas. Esse periódico era editado pelo *Movimiento de Liberación Femenina (MLF)*, tendo à frente María Elena Oddone, que imprimia uma forte liderança pessoal às ações do grupo, de acordo com Silvia Chejter²⁵. Em 1973, o *MLF* inaugurou um escritório, uma biblioteca e passou a organizar conferências e debates sobre temas

22 OLLÉR, Lucrecia. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 24.02.2007. Transcrita por Gabriela Miranda Marques. Acervo LEGH/UFSC.

23 CALVERA, Leonor. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01.03.2007. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo LEGH/UFSC.

24 *O Nós Mulheres* foi publicado de 1976 a 1978, na cidade de São Paulo, Brasil.

25 CHEJTER, Silvia. Feminismo por feministas: fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. Cecym – Centro de encuentros Cultura y Mujer. *Travesías* 5: Temas del debate feminista contemporáneo. Año 4, n. 5, 1996, p. 15.

feministas, iniciando contato com um grupo formado em 1970, a *Unión Feminista Argentina (UFA)*. Com o golpe militar argentino e sua fase mais dura, que foi de 1976 até a virada para a década de 1980, o periódico esteve fora de circulação, com a dissolução dos grupos feministas pela repressão. A publicação de *Persona* foi retomada em 1980 – período que antecedeu a redemocratização –, dessa vez pela *Organización Feminista Argentina (OFA)*, também liderada por Oddone. Este periódico pode ser considerado uma publicação dentro dos parâmetros de linguagem do feminismo radical²⁶.

Leonor Calvera, em *Mujeres y feminismo en la Argentina*²⁷ afirma que a inclinação de Oddone tinha origem na “análise existencialista de Simone de Beauvoir”²⁸, enquanto que a *UFA* é que teria sido mais influenciada pelo feminismo “radicalizado” norte-americano.

104 A autora destaca a criação do grupo feminista socialista *Nueva Mujer*, que se formou na Argentina no começo da década de 1970 e foi dirigido por Mirta Henault e Isabel Larguía. Esse grupo teve uma trajetória breve, mas conseguiu publicar *Las mujeres dicen basta*²⁹ e *La mitología de la femineidad*.³⁰

De volta a Persona, é importante lembrar que, para fazer frente aos custos editoriais, muitas vezes a revista trazia anúncios publicitários no seu interior e algumas páginas em branco, pedindo adesão. Em alguns números chegava a solicitar explicitamente a quem tivesse lido *Persona* por empréstimo, que comprasse o próximo número e assim ajudasse na impressão dos próximos exemplares. Essa mesma dificuldade em manter um jornal ou revista feminista foi enfrentada pelos periódicos feministas brasileiros. *Nós Mulheres* conseguiu se manter ativo pelo período de dois anos. O primeiro número, conforme o editorial, teve a colaboração financeira de Ruth Escobar, o que tornou possível a sua impressão.

26 Ibidem.

27 CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editor Latinoamericano. Colección Controversia, 1990.

28 Ibidem, p. 45.

29 HENAULT, Mirta, MORTON, Peggy e LARGUIA, Isabel. *Las mujeres dicen basta*. Buenos Aires: Nueva Mujer, 1970. Foi o primeiro livro feminista escrito na Argentina, de acordo com Mirta Henault (entrevista a Ana Maria Veiga em fevereiro de 2007, Buenos Aires. Acervo LEGH/UFSC).

30 GISSI, Jorge. *La mitología de la femineidad*. Buenos Aires: Ed. E. Ander-Egg, 1972. Edição promovida também pelo grupo Nueva Mujer.

Segundo Rose Marie Muraro, o movimento feminista no Brasil teria conquistado a visibilidade através dos meios de comunicação somente a partir da articulação dos primeiros grupos em 1975, resultantes por sua vez de grupos de consciência que tinham surgido havia três anos, com o retorno ao Brasil de mulheres de classe média, politizadas, a maioria composta de exiladas³¹.

Na Argentina, a *UFA* foi criada na metade da década de 1970 por Nelly Bugallo, Leonor Calvera, María Luisa Bemberg e Gabriella Roncoroni de Christeller. Mas diversas associações feministas surgiam desde 1970, como a mencionada *Nueva Mujer*. O *MLF* foi formado em 1972. Em 1974 surgiram o *Movimiento Feminista Popular (MOFEP)*, agrupamento nascido da *Frente de Izquierda Popular (FIP)* e a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina (ALMA)*, fundada por antigas integrantes da *UFA* e do *MLF*. Em 1975, com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, todas essas organizações se uniram e formaram a *Frente de Lucha por la Mujer (FLM)*. O *MOFEP* ficou de fora dessa reunião e se uniu à *Agrupación de las Mujeres Socialistas (MAS)*³². O aborto legal e gratuito estava entre os onze pontos do programa da *FLM*, que também lutava pela “[...] remuneración para el trabajo hogareño, potestad y tenencia compartida por madre y padre, divorcio absoluto a petición de una de las partes”³³.

De acordo com Karin Grammático, havia uma intensa atividade política e mobilização social na Argentina daquele período, e essas organizações feministas se inseriam no contexto. A autora afirma que a historiografia tem se mostrado resistente em incluir a experiência política do feminismo dos anos 1960 e 1970 entre as manifestações contestatórias da época e que isso é mais uma demonstração do silêncio da história das mulheres e das relações de gênero frente aos estudos econômicos e políticos.

Percebemos que no periódico publicado em 1974 na Argentina havia uma veiculação massiva de artigos de conotação panfletária,

31 MURARO, Rose Marie (org.) *Sexualidade, libertação e fé*. Por uma erótica cristã: primeiras indagações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 9-10.

32 GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: ANDUJAR, Andrea (et al.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

33 Ibidem.

visando divulgar o movimento feminista e de liberação da mulher, mas que não foram escritos necessariamente pensando na difusão de uma das demandas específicas do movimento, expressa no slogan “Nosso corpo nos pertence”. De um total de 15 artigos no primeiro exemplar de *Persona*, nenhum trouxe no seu título palavras que remetesse às temáticas da sexualidade e do corpo³⁴. Se tivermos certa flexibilidade em relação aos títulos, o artigo “¿Ser mujer? ¿destino o decisión?” pode ter sido uns dos primeiros a analisar essa demanda, mais diretamente relacionada à questão da maternidade e dos métodos contraceptivos.

Nos primeiros exemplares do *Persona* as questões relacionadas à sexualidade e ao direito de escolha estavam quase invisíveis, face ao silêncio¹⁷ desse periódico com relação ao tema (a situação não esteve mais favorável à divulgação das demandas relacionadas à sexualidade no brasileiro *Nós Mulheres*). As questões relacionadas ao corpo, ao prazer e à sexualidade começaram a ser publicizadas com maior destaque no *Persona* da terceira etapa, já nos anos 1980. Mesmo assim, essa visibilidade ainda pode ser considerada mínima, se pensarmos que tais assuntos eram vitais para a demanda do movimento feminista da Segunda Onda. Nas duas primeiras etapas do *Persona* não encontramos nenhum artigo que trouxesse de forma explícita em seu título e conteúdo palavras que remetesse às questões do corpo e do prazer; encontramos no interior de um editorial a palavra “sexualidade” e em outro artigo a maternidade contraposta à questão dos contraceptivos e do aborto.

Enquanto *Persona* trazia as questões relativas à sexualidade de forma menos explícita, em *Brujas* as temáticas giravam principalmente em torno da opressão, da exploração³⁵ e da política sexual³⁶. Assim, a sexualidade e o erotismo foram argumentos para uma reivindicação politicamente engajada nessas questões, mais do que em outros periódicos, inclusive os brasileiros.

34 Mas essas temáticas muitas vezes apareciam no interior dos artigos, mesmo não fazendo parte de seus títulos.

35 Cf. BUNCH, Charlotte. Dando luz a un Feminismo Global (II). *Brujas*. Ano 6, n. 12. Buenos Aires, 1985, p. 7-14. Acervo CeDInCI.

36 Cf. FONTENLA, Martha. Apuntes sobre la política sexual. *Brujas*. Ano 6, n. 14. Buenos Aires, 1985, p. 34-39. Acervo CeDInCI.

Em 1984, já em meio à abertura democrática argentina, o periódico *Brujas* publicou o artigo “*Los magros traseros femeninos*”, assinado por Hesperia Berenguer. Nesse artigo, a autora conceituou o corpo das mulheres como objeto passivo da publicidade, analisando especialmente a ênfase dada ao traseiro feminino na sociedade de consumo³⁷. Hesperia Berenguer questionava: se as mulheres também votam nas urnas, “[...] por que esta profusão constante dos glúteos das mulheres? O que significa a hierarquização desta parte anatômica da mulher?”³⁸ A autora criticava a utilização de uma imagem andrógina de um traseiro (que tanto poderia ser de uma mulher como de um homem) pela publicidade, como forma de demonstrar uma “igualdade entre sexos”. Porém, destacava que tal iniciativa era nefasta na medida em que “[...] seria uma de tantas distorções masculinas para desviar e impedir a real luta pela igualdade dos direitos das mulheres com a qual está embandeirado, há tanto tempo, o movimento feminista mundial e que, com diversos resultados, continua sem descanso”³⁹.

107

No mesmo número, outro artigo encarava a pornografia de forma direta em “*La mujer fatal: ¿pornografía finisecular?*” Nesse caso, o longo texto demonstrava preocupação em discutir o uso da pornografia na constituição de uma imagem fragmentada do corpo feminino: “A razão de ler, olhar e pensar o que era a pornografia, começava a ver nossa cultura como grande exemplo da pornografia (mesmo em imagens não sexuais) e a ver a pornografia como algo essencialmente misógino e perigoso para as mulheres”. A autora viu-se obrigada a pensar a pornografia, âmbito eminentemente masculino, por conta do tema que estudava: a “mulher fatal”. Ela constatou em uma pesquisa na Argentina, que “[...] tanto para os homens como para as mulheres, o conceito de mulher era positivo, desejável e interessante. Em nenhum caso se relacionava a mulher fatal como algo antinatural, mitológico, nem fantasioso. Para os dois sexos existia a crença em carne e osso de uma mulher fatal”⁴⁰.

37 BERENGUER, Hesperia. *Los magros traseros femeninos*. *Brujas*. Ano 2, n. 4. Buenos Aires, 1984, p. 11-12. Acervo CeDInCI.

38 *Ibidem*.

39 *Ibidem*.

40 *Brujas*. *La mujer fatal: ¿pornografía finisecular?* Ano 2, n. 4. Buenos Aires, 1984, p. 21-30. Acervo CeDInCI.

De acordo com o texto, a mensagem transmitida pela mulher fatal na pornografia era a de que

antes era incontrolável, selvagem, porém por fim chegou o homem que lhe sabe dominar. [...] E ela, feliz e contente de ser manipulada, dominada e abusada, remete-nos à ideologia pornográfica: incomodamo-nos se não somos assim; a base do mito de masoquismo da mulher é que todas gostamos de um homem que nos domine⁴¹.

108

Ao questionar o que é a pornografia, o texto refletia a tensão provocada pela ideia não muito bem recebida de que “vivemos em uma cultura pornográfica”; assim, ou se sentiram implicados ou ameaçados, ou chamaram-nas de “feministas exageradas que odeiam os homens”. Em meio a tais tensões, o artigo se posicionava de forma contrária à pornografia:

Es encaje negro que a la vez cubre y deja descubiertas partes de la anatomía femenina; es un zapato con tacón exageradamente alto y delgado que no sirve para andar, ni mucho menos para correr; es una boca y unas uñas tan rojas que recuerdan la sangre; es un objeto de cuero, como pueden ser las botas militares, quizás un látigo, que asociamos con el dolor o con la dominación; es un objeto fálico, como puede ser una espada: objeto de dolor, de daño⁴².

Nesse sentido, o texto apontava para a reflexão sobre a pornografia: “[...] como mulher, dói só de olhar esses objetos e símbolos de tortura, porque sabemos que é com nosso corpo que se pode pensar em levar a cabo o jogo sádico”. Em tal jogo, “[...] a pornografia é uma mulher sem cara, nada mais que um corpo, ou fragmentos de um corpo para nos ensinar a ideia principal: todas as mulheres não são mais que um corpo; o corpo de uma pode ser substituído pelo de outra porque carecemos de alma, espírito e inteligência”⁴³.

Por conta da censura, a pornografia estava fora de circulação. No entanto, não existe somente um tipo de pornografia e, de

41 Ibidem, p. 22 e 23.

42 Ibidem, p. 23.

43 Ibidem.

acordo com o artigo, na pornografia atual mundial se distinguem duas correntes: a chamada “dura” (*hard core*) e a “branda” que mostra a fragmentação e exibição do corpo da mulher como objeto (é o que predomina agora na televisão e nas revistas de moda). Para a articulista, muitas vezes essas duas correntes se confundem, porém, ainda que isso não ocorra, “[...] não deixem que digam que a ‘branda’ é menos perigosa, e circula pelas mídias argentinas tranquilamente”. A perspectiva negativa era enfatizada novamente e tomava, para tanto, um exemplo de um anúncio veiculado pela televisão argentina:

Não duvidemos que o objetivo da pornografia não é o ato sexual, nem sensual, mas sim a violência, a dominação, o controle e, sim, a dor. Notaram os anúncios da televisão ultimamente? E chamou *Dop*, por exemplo, para vender seu produto, aponta a câmera a infinitos traseiros femininos, enquanto uma nova geração de meninos vão cantando “Dois por *Dop*...” pela rua, assimilando inconscientemente imagens que buscarão nas mulheres quando forem adultos. O que vocês acham de ver lábios, línguas, pernas e peitos de mulher usados para vender produtos que perpetuam esse ideal pornográfico?⁴⁴

109

Tal questionamento nos lembra o que Denise Bernuzzi de Sant’Anna afirma em *Políticas do Corpo*: que o corpo não cessa de ser (re)fabricado ao longo do tempo. A autora aponta que, em relação aos estudos sobre o corpo, é preciso “[...] tornar questionáveis os gestos e as atitudes que ontem e hoje nos parecem familiares ou não. Pois o corpo é, ele próprio, um processo. Resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, ele pertence menos à natureza do que à história”⁴⁵. Por sua vez, em *Corpos de passagem*, Denise Sant’Anna disserta sobre um corpo sem limites no interior de um totalitarismo fotogênico. Um corpo marcado pela perda da intimidade na demanda por sua exposição. Para ela, essa tendência tem adquirido grande espaço nos anos 1970 e

44 Ibidem, p. 26.

45 SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. (org.) *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p. 12.

1980: “Há uma multidão de corpos que parecem estar literalmente sob o sol do deserto, sem abrigo, sem segredo, sem diferença entre o lá e o aqui, esturricados pela exposição midiática, destituída de pausa”⁴⁶. Ou seja, na exposição publicitária apontada pelo artigo argentino, os corpos femininos estão “esturricados” e sem abrigo, numa “exploração branda” de si.

110 A presença desses artigos nos periódicos aqui mencionados aponta para o fato de que tal problemática estava sendo alvo de investigação das feministas argentinas, ao assinarem ou publicarem textos de feministas que atentavam para a questão de que o privado era político. No primeiro artigo citado, percebemos a influência de Adrienne Rich. Isso se dá não apenas na ênfase da crítica da dominação masculina via crítica ao patriarcado, mas também porque uma citação dessa autora está situada ao lado do título do artigo: “*El cuerpo de la mujer es el terreno sobre el cual se construyó el patriarcado*”.

De acordo com Juraci Andrade de Oliveira Leão, uma das características marcantes de Rich, poeta e ativista norte-americana, é o “[...] uso das imagens do corpo para falar de sua ação política e para descrever as relações de dominação sofridas pelas mulheres ao longo dos anos”. Nesse sentido, na “[...] busca por compreender o processo de discriminação sexual, ela retoma a questão do corpo como uma das principais premissas que justificaram o domínio de um gênero sobre o outro”. Juraci Leão afirma que, “[...] o retorno ao corpo e a análise da construção cultural discursiva em torno dele possibilitam a compreensão do processo que legitimou a relação de dominação na sociedade”⁴⁷.

Em 1985, o artigo “*Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana*”, de Adrienne Rich, anteriormente publicado na revista *No-sotras* em 1980, foi republicado em *Brujas*. De acordo com esse periódico, o texto de Rich desmistificava todo um discurso patriarcal sobre a sexualidade das mulheres, que tinha pesado sobre suas vidas⁴⁸. No número seguinte, o texto foi retomado, em virtude da

46 SANT’ANNA, Denise B. de. *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 66-67.

47 LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. *Escrita, corpo e ação: a poética e a política de Adrienne Rich. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em www.fazendogenero8.ufsc.br.

48 *Brujas*. Ano 3, n. 10. Buenos Aires, 1985, p. 21-29. Acervo CeDInCI.

extensão. Dessa forma, ficaram caracterizados os espaços do poder masculino na imposição da heterossexualidade: 1) de não permitir às mulheres (nossa própria) sexualidade; 2) a imposição da sexualidade masculina sobre elas; 3) de dispor e utilizar seu trabalho para controlar sua produção (maternidade); 4) de controlar ou tirar-lhes os filhos; 5) de confinar-lhes fisicamente e impedir-lhes a liberdade de movimentos; 6) de usá-las como objetos em transações entre homens; 7) de constranger sua criatividade; 8) de negar-lhes o acesso a extensas áreas do conhecimento social e avanços culturais⁴⁹.

Nessa perspectiva, a autora mostrava a pornografia como função de influência para a consciência. Ela afirma que esta é uma questão polêmica na atualidade na medida em que “uma indústria de bilhões de dólares tem o poder de difundir imagens de mulheres cada vez mais sádicas e degradantes”⁵⁰. Porém, a autora incluía também a pornografia branda e a publicidade “[...] que representam as mulheres como objetos de apetite sexual, carentes de contexto emocional ou personalidade ou sentido individual: essencialmente uma mercadoria para ser consumida por homens”⁵¹. Para Rich, a mensagem mais perniciosa da pornografia era

111

que as mulheres são as presas sexuais dos homens e que eles gostam disso; que a sexualidade e a violência são congruentes e que para as mulheres o sexo é essencialmente masoquista; a humilhação, prazer, e o abuso físico, erótico. [...] A pornografia não só cria um clima no qual a violência e o sexo são intercambiáveis, amplia o espectro da conduta considerada aceitável nos homens no coito; conduta que despoja reiterativamente às mulheres de sua autonomia, dignidade e potencial sexual, incluindo o potencial de amar e ser amadas por mulheres mútua e integralmente⁵².

No número 14 de *Brujas* a temática da opressão do patriarcado sobre a política sexual foi retomada no artigo “*Apuntes sobre*

49 *Brujas*. Ano 5, n. 11. Buenos Aires, 1987, p. 20-33. Acervo CeDInCI.

50 *Ibidem*, p. 22.

51 *Ibidem*.

52 *Ibidem*.

la política sexual”, de Martha Fontenla. Na mesma linha de Rich, a autora apontou o poder e o controle dos homens sobre todos os aspectos da vida das mulheres, principalmente por meio do controle de seus corpos:

Nossos corpos são considerados propriedade individual e coletiva dos homens, que cristalizam essas duas diferentes formas de apropriação nas figuras de esposa e de prostituta, ainda que na realidade todas as mulheres – mesmo as chamadas “liberadas” – somos objetos, ao menos, de apropriação coletiva⁵³.

112 Nos EUA, não apenas setores como a direita de política radical (contra o aborto, contra a pornografia, contra o uso de letras obscenas) trabalhavam a favor da censura. Vozes feministas fizeram-se ouvir em relação à pornografia como uma reação justamente a esses grupos. Maria Filomena Gregori mostra que uma retomada moralista ocorreu nos anos 1970, promovida por um movimento intitulado *New Right*. Segundo ela, esse foi um movimento organizado

por políticos republicanos e lideranças religiosas a partir de uma agenda que priorizava questões sexuais. Entre as demandas, medidas e tentativas de alteração de leis estavam a criminalização do aborto, o impedimento de extensão de direitos aos homossexuais, propostas variadas para que as mulheres deixassem de atuar na esfera pública, dedicando-se ao lar e à prole etc.⁵⁴.

A autora afirma que a reação das feministas a esse grupo de “direita” fez surgir paradoxalmente um moralismo feminista contrário à pornografia. Tais grupos identificados como feminismo radical, tinham como composição parte da comunidade feminista lésbica⁵⁵. Esse tipo de feminismo lutava, portanto, contra as instituições heterossexuais como a pornografia, a prostituição, a pedofilia e a promiscuidade

53 FONTENLA, Martha. *Brujas*. Op. cit., p. 34.

54 GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e SM. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria F.; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 237-268.

55 *Ibidem*.

sexual⁵⁶. Somente no início da década de 1980 outras vozes do movimento feminista, também advindas da comunidade lésbica, posicionaram-se para o contra-ataque. O marco desse grupo ocorreu em 1985 numa conferência realizada em Nova Iorque, que reuniu feministas heterossexuais e lésbicas que “[...] apoiavam e tomavam como objeto de reflexão as alternativas sexuais que implicam no prazer dos parceiros, inclusive, aquelas práticas que estavam sob alvo das feministas radicais”⁵⁷.

No Brasil, tais vozes dissonantes do movimento feminista não foram percebidas ao longo da década de 1980 na grande mídia. No espaço da mídia impressa representada aqui pela revista *Veja*, não há evidência de que as feministas brasileiras tivessem se posicionado sobre temas ligados ao erotismo ou à pornografia de filmes e novelas de altos índices de audiência. Talvez porque esses temas não estivessem nas agendas que decidiam os assuntos a ser debatidos e combatidos no espaço público pelo movimento. Esse silêncio pode não ter ocorrido em outros espaços.

Se o movimento feminista brasileiro não se articulou sobre essas questões na imprensa nacional, o artigo de Ângela Zirolodo⁵⁸ publicado na revista feminina *Nova* foi único nesse sentido. Ele mostrou o posicionamento da mulher diante da pornografia de 1980, ou seja, ainda em tempos de ditadura militar. Ângela Zirolodo iniciava sua problemática diante de um “algo novo” no Brasil, o que ela chamou de “massificação da pornografia e do erotismo.” Massificação contida em diversos segmentos como figuras, fotografias, filmes, espetáculos, obras literárias que, segundo a autora, sempre existiram no país, mas de forma mais velada. A diferença residia no fato de que, em 1980, era a “facilidade de acesso do público consumidor a este tipo de material” que incomodava: “Hoje, em qualquer banca de revistas há material erótico e pornográfico para qualquer tipo de gosto”⁵⁹. A autora argumentava que

56 Ibidem, p. 238.

57 Ibidem.

58 ZIROLDO, Ângela. A mulher diante da pornografia. *Nova*. N. 87, dezembro de 1980, p. 79-82.

59 Ibidem, p. 79.

esse fenômeno parecia ser dirigido para um público específico, os homens, pois as empresas não consideravam as mulheres como “consumidoras diretas dos produtos eróticos ou pornográficos”⁶⁰.

Ângela Zirolto colheu alguns depoimentos que, em sua maioria, traziam um repúdio a essas práticas, concordando, dessa forma, com a visão das empresas. Na verdade, segundo o artigo, poucas mulheres demonstravam interesse ou ainda tinham medo de admitir (conclusão tomada pela autora). Interessante perceber a forma como foi diferente a aprovação ou não dos desejos admitidos por elas: “A maioria aprova o erotismo – como uma coisa artística, bonita, ligada ao sexo – enquanto desaprova a pornografia, tida como grosseira, antiestética, simples apelação e vulgarização sexual”⁶¹.

114

A análise da autora do artigo questiona esse quadro descrito acima ao tirar o peso do biológico e mostrar o peso do cultural “[...] a partir da própria programação cultural imposta à mulher para que ela rejeite a pornografia. Criada para manter uma imagem de pureza, a mulher até poucas décadas teve que negar, rejeitar a sua própria sexualidade”⁶². Ela permanecia nesse argumento ao declarar que “A maioria das mulheres rejeita a pornografia ou o erotismo porque isso é o que se espera dela”⁶³. Citou ainda que, baseando-se em outros autores, a pornografia feminina permitida era o romance. A autora sugeria, por fim, que o sucesso desse tipo de literatura entre as mulheres ocorreu por escapar das legislações e agentes repressivos, todos homens, em sua grande maioria, que o excluíram da lista negra da pornografia, possibilitando a circulação de um “produto de excitação erótica permitido, divulgado”⁶⁴.

O artigo era diferente das reportagens publicadas por *Veja*, primeiro pela temática e segundo pela argumentação. O local de onde a autora falava era seguro: como mulher, para leitoras mulheres, em uma revista segmentada, inclusive para uma determinada faixa etária. Ela não falava para a mãe, a dona de casa ou a senhora

60 Ibidem.

61 Ibidem, p. 80.

62 Ibidem.

63 Ibidem.

64 Ibidem, p. 82.

de idade, mas sim para a mulher jovem, possivelmente estudante ou recém-incorporada ao mercado de trabalho. E seu artigo mostrava que tais questões não estavam sendo debatidas na imprensa escrita semanal, entre leitores homens e mulheres, entretanto ocupava outros setores da própria imprensa, o que evidenciava que a setorização de determinados temas era uma forma de silenciar sobre essas práticas e debates mais aprofundados.

Assim, se a imprensa feminina esteve marcada pela presença de feministas, como a jornalista Carmen da Silva na revista *Claudia*⁶⁵, articulando o debate não apenas sobre as questões políticas, mas privadas, *Veja*, por outro lado, não dava voz a outros setores da sociedade, mesmo que a questão passasse pela condição das mulheres, como o uso do erotismo na programação da televisão brasileira. Dessa forma, os argumentos feministas não foram ouvidos ou incorporados ao debate promovido pela revista, o que poderia ter deslocado a discussão para além do senso comum.

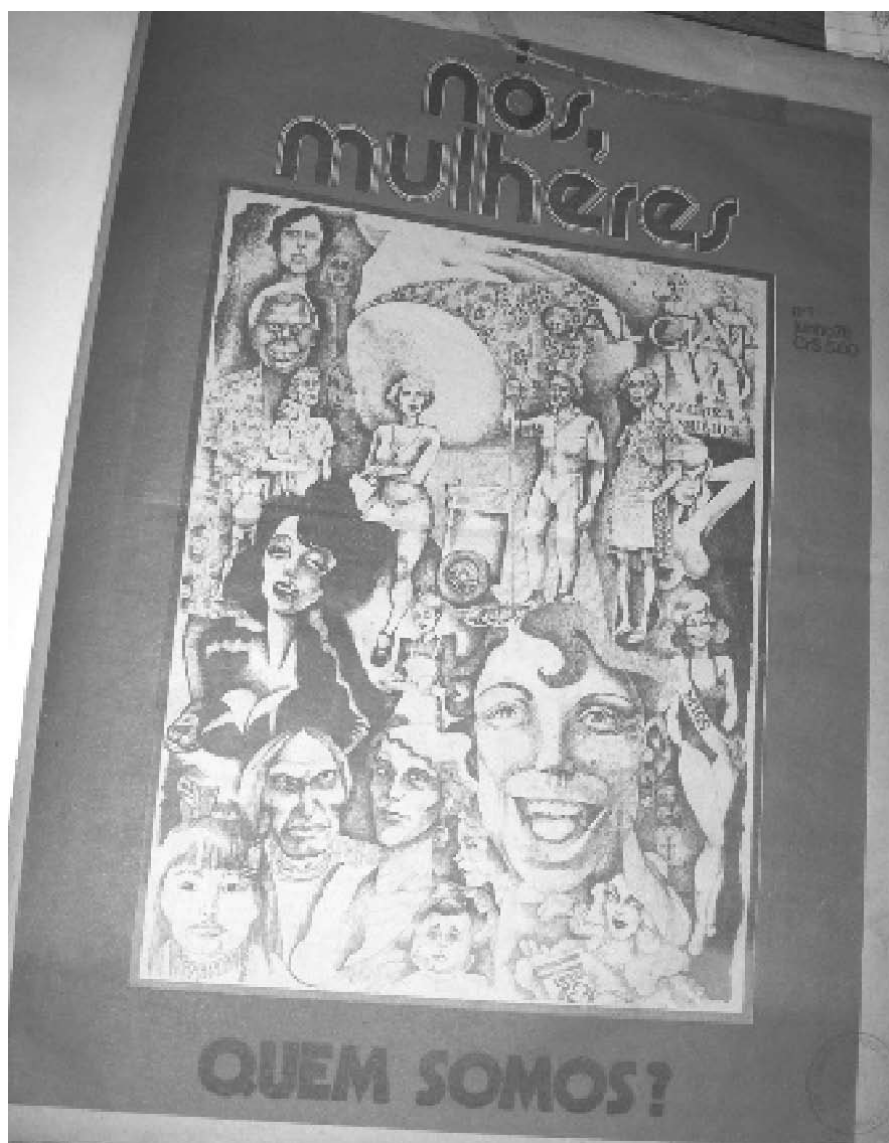
115

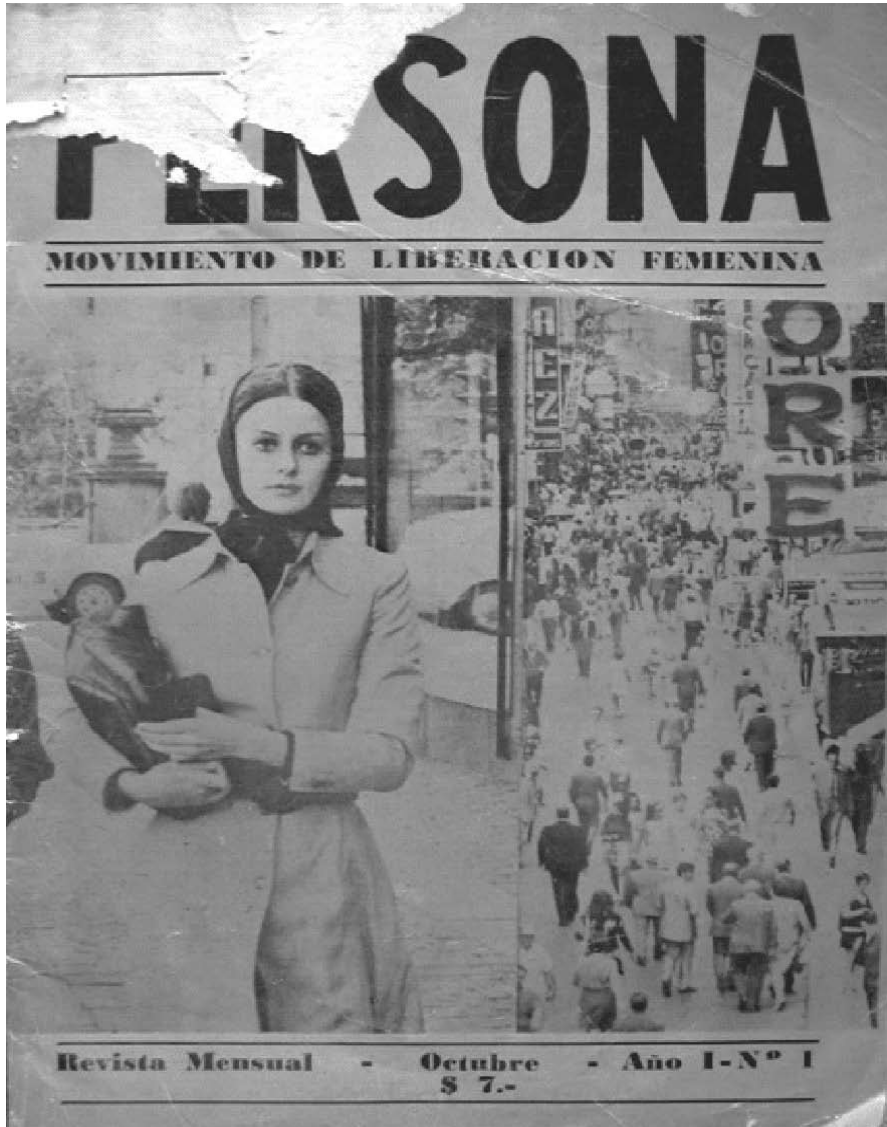
No periódico feminista brasileiro *Nós Mulheres*, as questões ligadas diretamente ao erotismo e à pornografia não foram alvo das suas reivindicações e pautas. Já na Argentina, nos dois periódicos analisados, somente o *Brujas* trouxe com profundidade a discussão sobre pornografia de forma centrada e posicionada. O *Persona* ampliou as questões da sexualidade, porém sem levar a discussão para o campo dos prazeres e desejos, e de erotismo e pornografia nada falou.

Entre silêncios, ausências e deslocamentos, tanto a sexualidade quanto o erotismo/pornografia foram alvo desta investigação, na nossa busca retrospectiva por traços que remontam iniciativas e debates que incluíram ou não tais perspectivas. Mesmo diante da presença de um erotismo disseminado pela cultura da mídia nos dois países, somente um dos periódicos tocou no tema. Porém, lembramos ao leitor e à leitora que este é um exercício de análise ainda inconclusivo. É justamente esse olhar de hoje que nos traz mais indagações do que respostas simplistas, pois outros espaços precisam ser analisados para que essa problemática ganhe espaço e seja pensada na maneira como os movimentos feministas do Cone Sul atuaram e, principalmente, no que eles têm refletido atualmente.

65 Sobre Carmen da Silva, cf. DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

116





LEITURAS FEMINISTAS DE *O SEGUNDO SEXO* NO BRASIL E NA ARGENTINA

Joana Vieira Borges



Este texto propõe uma reflexão em torno das leituras realizadas por algumas feministas brasileiras e argentinas, entre o final dos anos 1950 até os anos 1980, do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, no intuito de pensarmos comparativamente as possíveis ressonâncias delas na constituição dos movimentos feministas nesses países. Para discutir tal questão, proponho um diálogo entre a situação argentina, analisada por Marcela María Alejandra Narí¹ em “*No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir en Argentina, 1950 y 1990*”, artigo publicado na revista *Mora*,² com a situação brasileira, através das conclusões obtidas na minha pesquisa intitulada *Para além do “tornar-se”: ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil*.³ Em ambos os trabalhos, a questão da repercussão desse texto é analisada por meio

-
- 1 Marcela María Alejandra Narí pertenceu ao Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género da UBA – Universidad de Buenos Aires – até seu falecimento, em 2000.
 - 2 NARI, Marcela M. A. *No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir en Argentina, 1950 y 1990*. *Mora* – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. n. 8. Diciembre, 2002, p. 59-72.
 - 3 BORGES, Joana Vieira. *Para além do “tornar-se”: ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

de entrevistas⁴ com mulheres que durante os anos sessenta, setenta e oitenta viviam sua juventude nas universidades e/ou militando em movimentos sociais ou partidos políticos, ou seja, agindo contra a ordem instaurada nos períodos de regime militar, iniciados nesses países a partir dos anos 1960.⁵

O livro

120

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”.⁶ Essa frase, contida em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949 na França, tornou-se um dos *slogans* dos movimentos feministas principalmente a partir dos anos 1960 e 70, período em que se inicia a Segunda Onda do feminismo, marcada por reivindicações de direitos ao corpo e ao prazer.⁷ O livro se tornou uma referência nas leituras das pioneiras feministas a partir desse momento, marcando os estudos sobre as mulheres e, posteriormente, sobre as relações de gênero. Logo, pergunto: de que maneira esse livro foi lido? E quais foram as ressonâncias dessas leituras para as pessoas engajadas nos movimentos feministas?

Em *O Segundo Sexo*, ao analisar minuciosamente a “condição da mulher” na sociedade, Beauvoir concluiu que a “figura feminina” e as posturas que lhes são atribuídas nada mais são do que construções do social produzidas ao longo da história, onde as mulheres não são vistas como iguais ou diferentes, mas sim como inferiores e, dessa forma, o “segundo sexo” em relação aos homens; nunca consideradas

4 É importante frisar que em ambos os trabalhos as entrevistas utilizadas não foram produzidas com a finalidade de refletir sobre as leituras de *O Segundo Sexo*. Elas fazem parte do acervo do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

5 No Brasil o regime militar tem início em 1964 e acaba em 1985 e na Argentina os golpes militares se deram em 1966 e 1976, e as redemocratizações em 1973 e 1983, respectivamente.

6 BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. v. 2. Traduzido por Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961, p. 9.

7 É importante ressaltarmos aqui a variabilidade nas determinações dos períodos e das características que a Segunda Onda feminista alcançou em diferentes lugares do mundo. Nem todos os feminismos se desenvolveram da mesma forma e ao mesmo tempo nos diferentes países. Cf. ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. v.5. O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/Ebrasil, 1995.

“Sujeito” e sim o “Outro”. Opondo-se ao determinismo biológico e criticando as abordagens psicológicas, econômicas, históricas, bem como a representação das mulheres na literatura, a autora impulsionou uma transformação na ideia do “ser mulher”.

Depois da publicação do texto, Simone de Beauvoir recebeu muitas críticas, tanto da direita conservadora quanto da esquerda comunista, causando intensas polêmicas nos meios intelectuais franceses.⁸ As maiores revistas literárias e filosóficas francesas da época dedicaram suas páginas a esse debate e nelas muitas vezes as palavras se tornaram duras e as discussões acaloradas. As críticas partiram principalmente dos meios intelectuais e políticos; a ironia foi o recurso utilizado para atacar Simone de Beauvoir e não as teses de seu livro. Segundo Sylvie Chaperon,⁹ em relação ao debate produzido entre os anos de 1950 e 1960 sobre o ensaio na França,

121

historicamente, *O Segundo Sexo* abriu o debate sobre a sexualidade: o ‘pessoal’ pode se tornar político. O partido comunista e a direita tradicional não se enganaram, portanto. Ridicularizaram e condenaram, mas fugiram à discussão. Longe das mulheres e de seus temores, longe da gravidez indesejada e das sexualidades saqueadas, dissertam sobre a moral e a literatura. A grandeza da nação, a família, o amor ou a classe operária são os protagonistas de seus discursos desencarnados.¹⁰ Em conjunto, recusam que uma palavra crítica de mulher penetre no espaço público onde se debatem as verdadeiras questões da cidade.¹¹

A mobilização contra *O Segundo Sexo* na França dirigiu-se precisamente aos temas referentes à sexualidade, à maternidade e às identidades sexuais, lamentando o que seria a invasão da literatura pelo

8 CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O Segundo Sexo*. *Cadernos Pagu*. n. 12. Campinas-SP: Publicações PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1999, p. 37-53.

9 Historiadora francesa e professora na Universidade Toulouse-le Mirail, é especialista nos movimentos feministas da França de 1945 a 1970 e uma das organizadoras das comemorações em torno do cinquentenário de *O Segundo Sexo* em Paris.

10 Os “discursos desencarnados”, a que se refere Sylvie Chaperon, dizem respeito a uma expressão de Lucien Febvre que Roger Chartier explica como sendo aqueles que postulam o universal, o sujeito universal e abstrato. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Traduzido por Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1990, p. 32-42.

11 CHAPERON, Sylvie. Op. cit., p. 53.

“erotismo”. A direita tradicional e a esquerda comunista francesas, através do sarcasmo e da ironia, fugiram de um debate mais sério. A polêmica, dessa forma, confundiu tudo, misturando temas como a contracepção e o aborto às neuroses, vícios e perversidades; a liberdade sexual à licenciosidade e à libertinagem. Mas isso não aconteceu só na França: o Vaticano pôs o livro no índice; o governo militar grego anunciou, em 1969, a interdição de livros “comunistas e perigosos à juventude”,¹² entre eles *O Segundo Sexo*. Entretanto, o mesmo texto traduzido para o japonês, em 1965, foi um *best-seller*.¹³

As declarações de Beauvoir em entrevistas e escritos sobre o tema da maternidade, analisado em *O Segundo Sexo*, bem como sobre sua intimidante descrença em uma “natureza essencialmente feminina”, provocavam protestos mesmo entre as mulheres; algumas a acharam uma frustrada. A autora as incitava a fugir das falsas amarras do casamento e do ideal de ser mãe e a lutar individualmente por seus direitos e pela ascensão intelectual através do trabalho e da educação. A autora realizou também críticas ao socialismo, que até então não havia trazido a igualdade de condições entre homens e mulheres na sociedade, como ela havia acreditado que aconteceria quando escreveu esse livro. Traduzido para mais de trinta idiomas e publicado em diversos países, o texto de Beauvoir foi considerado por muitos(as) um atentado à família, ao amor, e à classe operária.¹⁴ Em alguns lugares, entretanto, as polêmicas não geraram a dimensão do exemplo francês.

Leituras comparadas: Brasil e Argentina

Segundo Sylvie Chaperon, “[...] jamais uma obra escrita por uma mulher para mulheres suscitara tamanho debate”.¹⁵ Para a

12 FRANCIS, Claude.; GONTIER, Fernande. *Simone de Beauvoir*. Traduzido por Oswaldo Barreto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 461.

13 ROWLEY, Hazel. *Tête-à-tête*. Traduzido por Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 342.

14 MORAES, Maria. Lygia. Q. de. Simone de Beauvoir e o amor americano: Um tributo a Simone de Beauvoir. *Cadernos Pagu*. n. 12. Campinas-SP: Publicações PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1999, p. 93-101.

15 CHAPERON, Sylvie. Op. cit., p. 37.

autora, a polêmica que *O Segundo Sexo* mobilizou na França poderia ser classificada como “longa e áspera”:

Os cronistas jogam com os diferentes sentidos da palavra “sexo”: Armand Hoog intitula seu artigo “Madame de Beauvoir e seu sexo”; Yves Florenne, em *Le Monde*, acentua a alusão: “[...] o tema atual de que constantemente se ocupa *Les Temps Modernes* é o que há de mais ardente: o sexo de Mme de Beauvoir”.¹⁶

Para Colette Audry, escritora francesa, *O Segundo Sexo* foi “um livro muito lido e mal compreendido”¹⁷ na França no momento de sua publicação. Mas e na Argentina e no Brasil, houve um debate? Como teria sido? Como se deram as leituras?

Marcela Narí, que pesquisou sobre a forma como Simone de Beauvoir era mencionada em algumas revistas argentinas nas décadas de 1950 e 1960, sentenciou logo no início de seu artigo: “o escândalo que produziu em Paris não parece ter se reproduzido em Buenos Aires”.¹⁸ Ainda de acordo com a autora, a polêmica que *O Segundo Sexo* gerou quando publicado em espanhol na Argentina, em 1954, pode ser definida como “uma trama um tanto difusa e sinuosa de um embate latente e esquivo”.¹⁹ Neste artigo Narí mostrou como aparentemente *O Segundo Sexo* foi lido, mas não devidamente referenciado nas discussões culturais e literárias travadas em algumas revistas da época que abordavam as teses levantadas por Beauvoir. Ou seja, houve certa difusão do texto nos círculos intelectuais e políticos argentinos que estavam discutindo os sexos naqueles anos de 1950 e 1960. Para a autora, na Argentina dos dias de hoje, parece que Simone de Beauvoir obscureceu Margareth Mead e Virginia Woolf, mas nem sempre teria sido assim.

A través de la lectura de revistas y publicaciones de los años 50 e, incluso, de los '60, parece haber sucedido exactamente lo contrario. Un cuarto propio, por ejemplo, de Virginia Woolf,

16 Ibidem, p. 45.

17 Ibidem.

18 NARI, Marcela M. A. Op. cit., p. 59. Tradução livre.

19 Ibidem.

*publicado en Buenos Aires por Sudamericana en 1935, aparece comentado y citado más asiduamente que Simone de Beauvoir en relación al "problema de la mujer", y no solamente en el esperado ámbito de la intelectualidad liberal de SUR. Sin embargo, años más tarde, de su lectura no se reconocerá un golpe emocional tan fuerte, como el silenciosamente producido por El Segundo Sexo.*²⁰

124

O *Segundo Sexo* causou, mesmo que silenciosamente, um golpe na intelectualidade Argentina. Esta afirmação de Marcela Narí em relação às leituras de Virginia Woolf também foi evidenciada nas falas de algumas das feministas argentinas entrevistadas para o projeto *Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*.²¹ Nas narrativas de Adriana Boria,²² Dora Barrancos²³ e Mirta Henault,²⁴ por exemplo, a leitura de Virgínia Woolf foi citada como uma das leituras importantes do momento em que elas se identificaram com o feminismo, e podemos pensar que isso ocorreu possivelmente por conta dessa repercussão nas revistas argentinas. Dora Barrancos afirmou que recomenda a leitura de Woolf para discutir a crítica cultural na história intelectual, e Mirta Henault defendeu, assim como algumas das feministas brasileiras entrevistadas, a relevância do texto de Beauvoir, embora tenha negado essa influência em seu momento de identificação com o feminismo. Em sua memória, a influência maior foi a de Woolf. “Eu não fui influenciada por Simone de Beauvoir, mas fui por Virginia Woolf. Não sei por que, mas

20 “Percebe-se que, através da leitura de revistas e publicações dos anos 50 e, inclusive, dos anos 60, parece ter acontecido exatamente o contrário. *Um teto todo seu*, por exemplo, de Virginia Woolf, publicado em Buenos Aires pela Sudamericana em 1935, aparece comentado e citado mais assiduamente que Simone de Beauvoir em relação ‘ao problema da mulher’, e não somente no esperado âmbito da intelectualidade liberal de SUR. Entretanto, anos após a sua leitura, não se reconhecerá um golpe emocional tão forte como o silenciosamente produzido por *O Segundo Sexo*”. NARI, Marcela M. A. Op. cit., p. 60. Tradução livre.

21 Coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

22 BORIA, Adriana. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff em Córdoba, Argentina, 27.10.2006. Transcrita por Juliano Malinverni da Silveira, revisada por Yarsan Dambrós. Acervo do LEGH/UFSC.

23 BARRANCOS, Dora. Entrevista a Roselane Neckel. Montevidéu, Uruguai, 2006. Transcrita por Vivian Barbosa Moretti e Margareth Victória Kolb. Acervo do LEGH/UFSC.

24 HENAULT, Mirta. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 23.02.2007. Transcrita por Soraia Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

parecia muito sartreana [...], porém ela teve seu mérito, seu grande valor, principalmente na última época em que Simone de Beauvoir já se dizia feminista”.²⁵

Na Argentina, Narí apresenta um cenário menos conturbado do que o francês da repercussão do texto, ao menos na análise que realiza sobre os debates literários travados nas revistas. A autora argentina procurou perceber se o fator que teria levado as pessoas à leitura de *O Segundo Sexo* na Argentina nas décadas de 1950 a 1990 teria sido a discussão em torno da “natureza” dos sexos presente nas revistas culturais da época. Para tanto, utilizou como fontes revistas culturais e literárias e entrevistas realizadas na década de 1990 com mulheres que participaram de grupos políticos (sindicais, partidários, estudantis, guerrilheiros e feministas) desde 1955 – fins do primeiro mandato de Perón – até os anos 1980.²⁶

Em 1947, dois anos antes da publicação de *O Segundo Sexo* na França, Maria Rosa Oliver,²⁷ escritora argentina e colaboradora da *Sur*²⁸ traduziu o artigo de Simone de Beauvoir, “Literatura e metafísica”, para um número especial da revista dedicado aos escritores e escritoras franceses pouco conhecidos na Argentina.²⁹ Esse artigo,

25 Ibidem.

26 Parte das entrevistas analisadas por Narí foi realizada no ano de 1991, dentro de um projeto de investigação dirigido por Maria Del Carmen Feijóo, denominado “Participación política y movimientos sociales de mujeres en la Argentina (1950-1990)”. Outras entrevistas foram realizadas entre o final de 1994 e o início de 1995 e fazem parte de um projeto de pesquisa pessoal de Marcela Narí sobre a história do feminismo na Argentina do século XX. As entrevistas, neste caso, foram realizadas com mulheres que haviam fundado e participado ativamente de grupos feministas nos anos 1970. Estas informações podem ser encontradas no artigo citado. Cf. NARI, Marcela M. A. Op. cit., p. 70.

27 Escritora nascida em Buenos Aires em 1898 e falecida em 1977. Segundo Narí, Maria Rosa Oliver conheceu e compartilhou interesses em comum com Simone de Beauvoir. Ambas exerceram a memória enquanto gênero literário e foram sensíveis à reflexão sobre o “ser mulher”.

28 A revista cultural argentina *Sur* foi publicada em Buenos Aires de 1931 a 1991, tendo tiragem bimensal até 1970, tornando-se depois bianual. Em sua última etapa, a revista abandonou a busca por novidades e limitou-se a publicar números especiais homenageando colaboradores que haviam morrido e retornando a temas que foram sucesso na história da revista, declinando lentamente até seu fim, em 1991. A esse respeito cf. GRAMUGLIO, Maria Teresa. *Sur: uma minoria cosmopolita na periferia ocidental. Tempo social*. v.19. n. 1. São Paulo. Jun. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100004.

29 MORENO, Maria. La siempreviva. *Página 12*. Suplemento Las 12. Argentina. Disponível em: www.pagina12.com.ar/1999/suple/las12/99-08-13/nota1.htm.

segundo Narí, pode ser tomado como o ponto de partida da polêmica na Argentina em torno da autora francesa.

Posteriormente à publicação de *O Segundo Sexo*, os comentários publicados nas revistas em relação a Beauvoir e ao seu texto se mostraram divergentes e foram classificados por Narí em seu trabalho como “*lecturas fascinadas* e *lecturas furiosas*”. As primeiras parecem ter sido realizadas no âmbito privado, como experiências de leituras feitas particularmente, em momentos a sós. Em relação às *lecturas furiosas*, Narí traz o comentário de Rosa Chacel, escritora espanhola exilada do franquismo no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, onde escreveu para a revista *Sur* durante os anos cinquenta. Neste comentário, publicado em 1956, a comentarista afirmou que sua leitura de *O Segundo Sexo* foi realizada em 1953 e criou uma inibição em relação a outras leituras da mesma autora. Apontou críticas em relação ao livro de Simone de Beauvoir e não concordou com a tese da mulher como o “Outro”, proposta pela autora francesa.³⁰ Nos anos seguintes a revista não voltou a falar de *O Segundo Sexo*; tudo o que publicou foram três resenhas de outros livros de Beauvoir: *Os mandarins*, *Força das coisas* e *A convidada*; a deste último foi escrita por Rosa Chacel. Para María Moreno, autora de um artigo recente publicado na Argentina sobre o cinquentenário de *O Segundo Sexo*, a resenha “parece um pretexto para saldar contas” com a “leitura furiosa” que Chacel havia feito anteriormente.³¹

Enquanto as leituras comentadas nas revistas e apresentadas por Narí foram classificadas entre *lecturas fascinadas* e *lecturas furiosas*, na experiência brasileira das leituras de *O Segundo Sexo*, ao menos nos testemunhos das feministas, observamos uma variação maior nas características das leituras recordadas, que não caberia em determinações tão estreitas. Contudo, devemos levar em conta que os comentários nos periódicos apontam também para uma interpretação datada do texto de Beauvoir, publicada num momento preciso em que a autora não era amplamente conhecida na Argentina e que não havia uma pergunta sobre o tema das leituras feministas que

30 Juan Domingo Perón foi presidente da Argentina por duas vezes: a primeira de 1946 a 1955 e a segunda de 1973 a 1974, ano de sua morte.

31 MORENO, Maria. Op. cit.

estavam sendo realizadas, ao contrário do caso das entrevistas. Ou seja, são propostas distintas para uma reflexão sobre as leituras. O objetivo de Nari, ao menos no artigo aqui analisado, não é perceber a mobilidade e a pluralidade na produção de sentidos em relação às leituras de *O Segundo Sexo*, como sugere a história da leitura³² na qual este capítulo está embasado, mas “reconstituir”, através dos periódicos argentinos, a repercussão, mesmo que silenciosa, do texto de Beauvoir.

Para a análise das entrevistas, a autora argentina dedicou um espaço menor em seu artigo, fornecendo poucas informações sobre as leituras em relação ao que apresenta inicialmente sobre o que denomina de *lecturas publicas y publicadas* nas revistas. Segundo Nari, as entrevistas foram realizadas com mulheres de classe média que nos anos cinquenta e sessenta tiveram alguma participação política e que nos anos setenta e oitenta começaram a se considerar feministas. Uma das hipóteses levantadas pela autora por meio da análise dessas narrativas é a de que o impacto da leitura de *O Segundo Sexo* se intensificou com o passar do tempo, se elaborando e se reelaborando à medida que acontecia uma maturação política e intelectual ou mesmo nas experiências particulares dessas mulheres.

Ao lerem *O Segundo Sexo* nas décadas de 1950 e 1960, as argentinas entrevistadas afirmaram que o texto de Beauvoir lhes despertou, naquele momento, a subordinação feminina como um problema para “as outras”.³³ Para a maior parte delas a militância política era a causa primordial e a desigualdade de gênero seria desarticulada assim que a igualdade de classes fosse alcançada, até mesmo por acreditarem que este era um problema que atingia fundamentalmente as mulheres das classes operárias. Segundo Nari, a discriminação de gênero só foi percebida por essas mulheres depois de passarem por processos de ruptura com os grupos políticos, ainda nos anos 1970, quando então muitas delas se tornaram feministas e leram o livro de Beauvoir.

32 As leituras diferem de pessoa a pessoa, que dão aos textos significações plurais e móveis. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 78.

33 NARI, Marcela María Alejandra. Op. cit., p. 70.

Entretanto, para a feminista argentina Sara Torres, entrevistada para o projeto *Cone Sul*,³⁴ a leitura desse texto foi fundamental ainda no final da década de 1950.

Eu comecei a me relacionar com a problemática, que ainda não tinha o nome de feminismo, desde o ano de 1959, em que li *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Então, bem, isso foi um “clac” que me deu na cabeça – eu tinha dezenove anos – e que a partir daí foi como uma ferramenta para olhar a realidade de um outro ângulo e me dar conta dos papéis definidos.³⁵ [...] E quando começavam os sessenta (refere-se aos anos), o movimento dos Estados Unidos, todo o tempo eu lia o que aparecia ali e em outras partes do mundo e dizia: quando, aqui na Argentina, vamos poder fazer algo assim?³⁶

128

Narí defende em seu artigo uma leitura privada do livro de Simone de Beauvoir, concluindo que não há relatos de leituras coletivas de *O Segundo Sexo* nos grupos de conscientização feministas argentinos. Podemos supor, contudo, que alguma leitura coletiva pode ter ocorrido ao nos depararmos com a fala de Sara Torres sobre suas leituras; ela relatou as dificuldades que tinham no período em que fez parte da UFA (*Unión Feminista Argentina*) para conseguir livros, traduzi-los, datilografá-los, copiá-los através do mimeógrafo, para depois distribuí-los a todas as companheiras que, por fim, faziam as discussões. Além disso, esse trabalho empreendido em grupo deu início a outra proposta de articulação feminista:

Era muito difícil. Alguns deles nós líamos com algumas delas (refere-se às companheiras), lendo e traduzindo simultaneamente. Então aí sim havia outro problema, porque as que falavam outros idiomas os liam diretamente, então

34 *Cone Sul*: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990), coordenado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

35 Esta citação, assim como uma reflexão sobre a circulação de textos feministas entre brasileiras e argentinas, também aparece em VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Fevereiro de 2009, p. 80.

36 TORRES, Sara. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

nas discussões nos faltava, às que não falavam outro idioma, informação. Porque tínhamos que articular esse corpo. [...] Então discutíamos horas sobre o sentido de uma coisa e o assunto tinha uma má tradução. Mas o trabalho mais lindo que fizemos, mais interessante, nesse sentido, foi que começamos a sistematizar [...] sobre os grupos de conscientização.³⁷

Marcela Narí propôs ainda em seu artigo que, em relação às leituras nos anos 1970, a preferência das entrevistadas era por autoras como, por exemplo, Shulamith Firestone e Kate Millet. Entretanto, a autora não problematiza o porquê dessas escolhas que, como veremos adiante, estiveram diretamente relacionadas aos contextos vivenciados no Brasil e na Argentina. Nas entrevistas obtidas com as feministas argentinas para o projeto *Cone Sul* foram citadas também Alexandra Kollontai, Betty Friedan, Germaine Greer e as já mencionadas Simone de Beauvoir e Virginia Woolf.

A situação brasileira se aproxima mais do caso argentino do que da situação francesa. Encontramos nas narrativas das feministas entrevistadas pela professora Joana Maria Pedro para o projeto *Revolução de gênero*³⁸ e por Janine Petersen – para sua dissertação de Mestrado³⁹ – comentários a respeito das leituras de *O Segundo Sexo*. A representatividade desses relatos, todavia, está longe de querer marcar um “senso comum” sobre as experiências de leituras entre uma geração de leitoras. A minha intenção foi observar as narrativas das feministas entrevistadas na capacidade que elas têm de abrir um horizonte de possibilidades para a construção de uma

37 Ibidem.

38 Entrevistas realizadas entre os anos de 2003 e 2005 para o projeto *Revolução de gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*, coordenado por Joana Maria Pedro, da Universidade Federal de Santa Catarina. O roteiro das entrevistas abordaria, entre outras, as seguintes questões: 1) No período de 1964 a 1985, identificou-se com o feminismo? 2) Em que circunstâncias? 3) Como viveu o período da ditadura (o que fazia, e onde)? 4) Que coisas aconteceram para que passasse a se identificar com o feminismo? 5) Quais leituras e/ou pessoas tiveram influência? 6) Divulgou estas ideias? Por que meios? As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas por membros da equipe de pesquisa, sendo algumas delas disponibilizadas pelo site do Instituto de Estudos de Gênero – IEG: www.ieg.ufsc.br.

39 PETERSEN, Janine. *Formação de grupos feministas em Santa Catarina – Década de 1980*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

subjetividade socialmente compartilhada. As entrevistas – mesmo que tenham sido realizadas no intuito de responder a outros objetivos⁴⁰ – não apenas apreenderam as possibilidades de uma época em que o texto de Beauvoir foi lido, como puderam apontar quem foram suas leitoras e como se deram essas leituras. Assim, tornaram plausível, a partir dos elementos que forneceram, a realização de uma história da leitura de *O Segundo Sexo* no Brasil para uma determinada geração que compartilhou trajetórias pessoais e experiências similares, caracterizadas por períodos históricos vivenciados coletivamente.⁴¹

O conhecimento sobre a singularidade de *O Segundo Sexo* e a importância de sua autora no cenário de discussões brasileiras aconteceu inicialmente ainda na década de 1950, com pessoas que tiveram um contato mais próximo com as leituras estrangeiras, e se intensificou durante os sessenta e setenta, quando informações sobre a repercussão do texto em outros países foram difundidas entre os círculos literários, provocando uma procura pela leitura nos meios acadêmicos, intelectuais e de militância feminista. Esse contato também foi se fortalecendo à medida que as informações chegavam através das pessoas exiladas⁴² e pela visita da autora francesa ao Brasil – em 1960.⁴³

Com a anistia, em 1979, as exiladas retornaram ao país trazendo não somente novas experiências e discussões, mas também leituras, arregimentando dessa forma o movimento feminista ainda em fase de fortalecimento no Brasil. Essas mulheres tiveram acesso tanto às mobilizações em benefício de direitos às mulheres em outros países, como também à possibilidade de discutirem

40 O fato de se identificar e, de algum modo, divulgar os pressupostos do feminismo, foram as principais condições levadas em conta pelas duas pesquisadoras quanto à escolha das(os) feministas que seriam entrevistadas(os).

41 Esta análise foi realizada em minha Dissertação de Mestrado. Cf. BORGES, Joana Vieira. Op. cit.

42 TOSCANO, Moema apud COSTA, Cristine. A tradição beauvorista. *Veredas*. v.4, n. 39, p. 23. Março/1999.

43 Em 12 de agosto de 1960, Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre desembarcaram no Brasil, no aeroporto de Guararapes (Recife) e, recepcionados por Jorge Amado, começaram sua trajetória de palestras em universidades brasileiras, passando por Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. Campinas: Mercado das Letras/São Paulo: Fapesp, 2002, p. 96-98.

abertamente as instrumentalizações teóricas que recebiam através de leituras como, por exemplo, *A Mística Feminina*, de Betty Friedan; *Política Sexual*, de Kate Millett; *A Condição da Mulher*, de Juliet Mitchell; *A Dialética do Sexo*, de Shulamith Firestone; entre outras. Quando chegavam ao Brasil, encontravam um movimento feminista formado, porém, ainda em processo de articulação em relação às bases teóricas recebidas e a prática. Segundo Anette Goldeberg sobre este período,

tudo me parecia fora do lugar. As “novas mulheres” não se consideravam feministas e as “novas feministas” tinham uma concepção do político e uma maneira de fazer política vetustas [...]. Nada disso tinha similitude com a ideologia que eu associava aos novos movimentos de liberação surgidos na América do Norte e em países europeus a partir do final dos anos 60 [...]. E, fato mais estranho ainda para o meu olhar vindo de fora, encontrava-se em plena expansão, mas numa complexa relação com o movimento feminista, uma área de pesquisas – os “estudos sobre mulher” – já com certa legitimidade acadêmica e um grau de institucionalização surpreendente, visto de um prisma europeu.⁴⁴

131

Outras feministas brasileiras, embora não exiladas, mantiveram contato com essas pessoas por correspondência. As organizadoras dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, em meados da década de 1970, trocaram informações com o Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris, formado por feministas de esquerda e mulheres autônomas que haviam se exilado na França após a instalação da ditadura militar no Brasil.⁴⁵ Além desse, outros grupos feministas foram fundados por exiladas no exterior durante a década de setenta, como por exemplo o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado no Chile; um grupo de autoconsciência formado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, nos Estados Unidos; e o

44 GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil” In: *Relações de gênero x Relações de sexo*. Departamento de Sociologia. Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989.

45 A este respeito, cf. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira*. *Estudos Feministas*. v.11, n.1, 2003, p. 234-241.

Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França.⁴⁶

Seja emprestado por amigas e irmãs, por intermédio de professores e professoras nas universidades, através dos grupos de mulheres, em português ou francês, as falas indicaram como se deram os primeiros contatos do texto com suas leitoras, mostrando como o debate sobre a “condição da mulher” lançado por Simone de Beauvoir em 1949 começou a circular nos meios acadêmicos, intelectuais e de militância feminista. Suely Gomes da Costa – professora da Universidade Federal Fluminense – leu *O Segundo Sexo*, em português, no ano de 1962, durante a época de faculdade, por sugestão de um professor, e narrou essa experiência:

132

A leitura de *O Segundo Sexo* não teve a menor importância naquela época. Quero dizer que foi um contato. Foi um contato de que eu não me lembro muito; eu ontem peguei o livro; ele é de sessenta e um [...]. Eu acho que é a primeira edição da Civilização Brasileira. Ele está todo grifado. Isso me fez pensar, pois eu não tenho nenhum registro das indagações que fazia quando estava lendo. Estou me debruçando nisso pra poder avaliar qual foi o impacto dessa leitura. Eu acho que não foi nenhum. Foi uma coisa muito cerebral, né? Eu era militante estudantil. Nessa época, fazia o curso de serviço social. Eu me situava como militante de esquerda e como membro da diretoria do Diretório Acadêmico, fazia política universitária o tempo todo [...]. Nada do feminismo pintou em mim com essa leitura.⁴⁷

Apesar de ser comumente citado nas falas como uma das leituras-chaves realizadas neste período de engajamento com a causa feminista, algumas das entrevistadas não situam *O Segundo Sexo* como a leitura de maior relevância, uma vez que viviam outras situações no momento da leitura, como é o caso de Suely. Qualificando-o como “doentio”, “chato”, “cerebral” e “psicanalítico demais”, certas

46 GOLDBERG, Anette (apud CARDOSO, Elizabeth). Imprensa Feminista Brasileira pós-1974. *Estudos Feministas*, v.12, n. especial. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 41.

47 COSTA, Suely Gomes da. Entrevista a Joana Maria Pedro. Transcrita por Maise Caroline Zucco. Florianópolis-SC. 17.02.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

leitoras não atribuíram ao texto de Beauvoir o *status* de “marco histórico” para o movimento feminista. Algumas falas apresentaram as primeiras impressões da leitura de *O Segundo Sexo* como um texto de difícil apreensão: umas começaram a ler e não terminaram; outras afirmam que não gostaram, mas que à medida que o tempo passou retomaram a leitura e se sentiram “encantadas”; e há ainda aquelas que negam toda e qualquer influência do texto para suas vidas. Maria Ignez Paulilo⁴⁸ – professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina –, ao ser questionada sobre sua leitura de *O Segundo Sexo*, argumenta:

Por incrível que pareça, eu não gostei. Eu já era feminista, então não foi uma das minhas primeiras leituras, e achei cerebral demais, intelectual demais. Eu não sei se é porque eu vinha de uma vivência de muita influência do marxismo nas Ciências Sociais, mais preocupada com pobreza, com esse tipo de coisa, mais preocupada com mulheres de periferia. A gente discutia também a situação das operárias. Eu logo me dediquei às mulheres rurais, minha Dissertação de Mestrado foi sobre as mulheres rurais. O livro da Simone de Beauvoir era intelectual demais, frio demais. Inclusive quando ela falava que perda para a mulher ter filhos, eu não era mãe na época, mas aquilo me impressionou muito. Não gostei.⁴⁹

133

Maria Ignez realizou a leitura de *O Segundo Sexo* depois de ter terminado o Mestrado em Ciências Sociais, em meados da década de 1970. Em sua fala, justificou sua impressão sobre a leitura do texto de Simone de Beauvoir como “cerebral demais, intelectual demais” pela influência que o marxismo teve na sua formação e pela experiência pessoal ao se dedicar às mulheres rurais. Para ela, *O Segundo Sexo* teve uma conotação “burguesa” no tratamento que deu à questão das mulheres, uma vez que a influência que recebeu do marxismo a fez “[...] mais preocupada com pobreza, com esse tipo de coisa, mais preocupada com mulheres de periferia”.

48 PAULILO, Maria Inês. Entrevista a Janine Petersen. Florianópolis-SC. 18.08.2003. Acervo do LEGH/UFSC.

49 Ibidem.

Os estudos marxistas para algumas feministas estava mais ligado ao social, às mulheres de baixa renda e, principalmente, a uma ação prática com relação à realidade brasileira no momento, enquanto que *O Segundo Sexo* se mostrava uma leitura mais teórica e intelectualizada.

Se pensarmos o momento político do Brasil vivido pelas feministas entrevistadas, suas experiências individuais e coletivas nos movimentos sociais, teremos diante de nossos olhos um leque de orientações históricas influenciando essas leitoras na produção de sentidos que extraíram de *O Segundo Sexo*. Havia naquela época um interesse maior por leituras que se aproximassem do marxismo e do pensamento de esquerda (a preferência pelos escritos de Juliet Mitchell⁵⁰ e Alexandra Kollontai, apresentadas nas narrativas das feministas brasileiras entrevistadas – e também das argentinas⁵¹ – são exemplos dessa tendência) que se justifica pelo próprio contexto repressivo vivenciado no país nos anos 1960 e 1970.

Os anos de 1960 a 1985 foram significativos na história dos movimentos feministas do Brasil e da Argentina, entre outros países latino-americanos, por apresentarem a particularidade das ditaduras militares.⁵² Nos países em questão, os movimentos sociais, excluídos de sua livre expressão e, conseqüentemente, sem o poder de manifestar-se livremente, sofreram as pressões exercidas pelos regimes de perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos

134

50 As feministas citam o artigo “Mulheres: a revolução mais longa”, de Juliet Mitchell, que foi publicado na *Revista Civilização Brasileira*. Ano 3, n. 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Neste artigo a autora dedica uma parte de seu trabalho, intitulada “O Segundo Sexo”, para fazer críticas às questões levantadas por Beauvoir em seu texto. Apesar de vê-lo, até o momento, como “a maior contribuição sobre a matéria, considerada isoladamente”, Mitchel qualifica as teses da autora francesa como “atemporais”, “de explicação psicológica idealista” e com uma “abordagem econômica ortodoxa”. Importante atentarmos para o fato de que através da leitura deste artigo algumas feministas podem ter tomado conhecimento do texto de Beauvoir. Ou seja, a leitura ou o conhecimento do livro pode ter acontecido por meio de outros suportes; neste caso, o artigo de Juliet Mitchell é um exemplo.

51 Mirta Henault narra, em sua entrevista, que foi o mesmo texto de Juliet Mitchell, “Mujeres, la revolución más larga” que lhe teria despertado a identificação com a causa feminista nos anos 1970. O contato com o texto se deu por intermédio de um colega que lhe pediu para traduzi-lo. HENAUULT, Mirta. Op. cit.

52 No Brasil de 1964 a 1985; na Argentina os golpes se deram em 1966 e 1976 e as redemocratizações em 1973 e 1983, respectivamente; no Chile de 1973 a 1988; no Paraguai de 1954 a 1989; no Uruguai de 1973 a 1985; e na Bolívia de 1964 a 1982, com interrupções no processo ditatorial.

e censura iniciados durante a década de 1960. Inúmeras mulheres e homens que participavam de movimentos sociais foram ameaçados pelo regime militar e tolhidos em quaisquer manifestações públicas, correndo o risco de serem identificados como “comunistas” – adjetivação generalizante, destinada aos opositores do governo repressor.⁵³ Assim, por força de um contexto repressivo, as atuações dos movimentos feministas combinaram muitas vezes a militância política contra os regimes militares com as reivindicações aos direitos humanos.

No Brasil, o feminismo marxista-socialista teve grande recepção entre as feministas ao combater, por exemplo, o ideário patriarcal da família e ao lutar pela emancipação econômica das mulheres.⁵⁴ Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes,

as feministas marxistas brasileiras incluíam em sua bibliografia obrigatória autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo. Urgia enfrentar o discurso conservador que preconizava a conformidade da mulher com seu destino de mãe e esposa.⁵⁵

As formulações marxistas, entretanto, não deram conta inteiramente das questões relativas às mulheres. A crítica feita pelas feministas à tese de Marx era que ela apresentava uma visão da vida humana e da organização social baseada na questão da “produção”, eliminando de seu enfoque teórico todas as atividades básicas para a sobrevivência humana – chamadas pelas feministas de “reprodutivas” –, que se acham fora da economia capitalista e da organização social, como as relações de parentesco.⁵⁶

53 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

54 MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*. n.11, p. 89-97, 2000.

55 Ibidem, p. 92.

56 Cf. NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987, p. 23-37.

Houve ainda outros tipos de leitura, como aquelas que não viram no método de análise beauvoiriano da “condição feminina” um entrave ao entendimento das teses apresentadas. Rachel Soihet relata:

Simone de Beauvoir.. [...] Foi década de 50, 60, quando foi traduzido. Eu li ainda o francês, que tenho até hoje. [...] Ainda não tinha edição em português. [...] Depois eu li outras coisas: a Betty Friedan, a Shulamith (Firestone)... aí já bem mais à frente. A Simone de Beauvoir me impressionou muito. Eu me identifiquei muito com a leitura, que já era uma coisa que estava dentro de mim. Mais tarde eu li *A Mística Feminina*, isso já foi mais tarde. [...] Ela (Betty Friedan) veio lançar o livro, eu sei, aí eu não devo ter lido em 71, li mais ou menos, talvez nessa época que você está colocando (1973). Aí fiz outras leituras, me lembro da Shulamith Firestone, esses livros que saíram na época.⁵⁷

136

De uma forma ou de outra, as leituras de *O Segundo Sexo* no Brasil foram realizadas pelas feministas entrevistadas na medida em que esta leitura se apresentava como uma senha de acesso ao que vinha sendo debatido nos movimentos feministas ao redor do mundo, um meio de legitimação. Ler de forma fragmentada, integral ou até mesmo obter e indicar informações mesmo que esparsas sobre a obra e sua autora, era também mostrar-se inserida em um círculo intelectual feminista que tinha suas ditas “leituras de base”. Para Analba Brasão Teixeira⁵⁸ não eram apenas os partidos de esquerda – com *O Capital* – que tinham suas leituras básicas, mas os outros movimentos sociais também, e entre eles os movimentos feministas. Analba recorda:

Tinha aquelas leituras. A básica que eu li, e que achei muito chato e a gente tinha que ler, era *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, antes de estar no movimento feminista, em 77, 78, mais ou menos. [...] eu li porque era feminista e tinha que ler. Era uma coisa que pra quem

57 SOIHET, Rachel. Entrevista a Joana Maria Pedro. Transcrita por Maria Cristina O. Athayde. Florianópolis-SC. 02.09. 2004. Acervo do LEGH/UFSC.

58 TEIXEIRA, Analba Brasão. Entrevista a Joana Maria Pedro. Florianópolis-SC. 18.03.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

fazia movimento você tinha que ler. *O Capital* era um, *O Segundo Sexo* era outro.

Como vimos, *O Segundo Sexo* estava para os movimentos feministas no sentido de que era importante e até mesmo fundamental, como essas leituras estavam para os grupos. As narrativas mostraram ainda que “[...] não existe compreensão autônoma do que é dado a ler ou a entender, mas articulação em torno de uma biblioteca do que foi lido”.⁵⁹ A constituição do sentido de *O Segundo Sexo* para algumas das feministas brasileiras entrevistadas baseou-se na intertextualidade que elas realizaram desta leitura com outras, comparando-as. Assim, o texto de Simone de Beauvoir ganhava sentido em relação ao que era lido antes dele. Dessa forma, se em cada leitura que efetuamos aquilo que foi lido anteriormente muda o sentido e torna-se uma outra leitura, como um processo de troca, então o que lemos num dado momento é apropriado em grande parte pela carga de leituras que detemos e pelas experiências até então vividas.⁶⁰

Observei, em algumas das narrativas apresentadas, que *O Segundo Sexo* só ganharia uma significação para suas leitoras na medida em que foram feitas outras leituras e realizadas experiências no plano individual, modificando as primeiras impressões. Nesse sentido, para Margareth Rago, as leituras de *O Segundo Sexo* e de *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, pareceram-lhe “um papo um pouco chato”, pela falta de conexão entre a “leitura teórica” e a experiência vivenciada.

Eu não fiz essas leituras, mas eu conhecia, a minha irmã tinha, por exemplo, a Simone de Beauvoir e a Betty Friedan todo mundo lia, todo mundo tinha. Mas eu achava o papo um pouco chato. Naquela época, para mim, é engraçado, porque às vezes eu tenho a sensação de que quando você vive a experiência não necessariamente você faz a leitura teórica daquilo, não é assim que se passa. Porque em geral

59 GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 115.

60 Ibidem, p. 116.

você tem uma experiência e só depois de um tempo é que você se instrumentaliza teoricamente para pensar a experiência que você teve.⁶¹

138

As leituras relatadas pelas entrevistadas passam por uma reflexão retrospectiva e, desta forma, as feministas avaliam historicamente os significados destas leituras e da própria repercussão do livro em suas experiências de vida até o momento da entrevista. Somente a crítica e o distanciamento temporal, assim como suas experiências pessoais e políticas, permitiram os vários tipos de leitura que aparecem em suas narrativas. A mesma pessoa pode fazer leituras diferentes de um mesmo texto em períodos distintos e numa entrevista pode narrar essas mudanças interpretativas. Marcela Narí também observou essa questão, tão pertinente às propostas da história da leitura,⁶² embora não tenha trabalhado sob esta perspectiva ao concluir que *O Segundo Sexo* foi um livro lido de maneiras diferentes, de acordo com o tempo histórico, social e pessoal de suas leitoras.⁶³

Em relação ao contexto político dos países, percebemos que em seu artigo Narí não destaca os períodos de regime militar na Argentina como possíveis determinantes na escolha das leituras. Contudo, Alejandra Ciriza⁶⁴ – feminista argentina entrevistada para o projeto *Cone Sul* – citou Simone de Beauvoir e Alexandra Kollontai, entre outras, como autoras importantes em sua formação. Com a proposta de levantar questões sobre o feminismo em meio à célula de esquerda na qual militava, a entrevistada passou a levar textos de Alexandra Kollontai às reuniões

61 RAGO, Margareth. Entrevista a Joana Maria Pedro. Florianópolis-SC. 19.04.2004. Acervo do LEGH/UFSC.

62 Roger Chartier ressalta que a operação de construção de sentido efetuada na leitura é um processo historicamente determinado, variando de acordo com o lugar, o tempo e os grupos sociais. A este respeito, cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados* 11(5), 1991.

63 NARI, Marcela M. A. Op. cit., p. 71. Tradução livre.

64 Alejandra Ciriza participou ativamente do movimento feminista na Argentina. Doutora em Filosofia, atualmente é professora na Universidad Nacional de Cuyo, em Mendoza, Argentina. Sua principal linha de investigação está nos estudos de gênero.

para que o feminismo socialista fosse debatido conjuntamente a outras leituras do grupo, como os textos de Engels.⁶⁵ Através de sua narrativa podemos perceber não somente quais eram as leituras, mas como se dava sua circulação e em quais contextos elas estavam inseridas.

É bem provável que na Argentina, assim como percebemos no Brasil, existisse um interesse maior por leituras que se aproximassem das teorias marxistas e socialistas, justificado pelo próprio momento político do país. Este interesse apresentava-se inicialmente através de uma “dupla militância”: a atuação nos grupos feministas e nos partidos políticos durante os períodos de ditadura militar, que com os anos foi se desarticulando e se direcionando para o projeto feminista.⁶⁶ Para muitas das feministas brasileiras que vinham da esquerda organizada, no momento de mobilização política iniciado em 1964 o objetivo maior era unir as questões feministas à luta pela democracia e pela implantação de uma sociedade socialista; era unir o movimento feminista às lutas gerais, partindo de uma base teórica marxista. Não havia para as feministas marxistas ou socialistas um único inimigo a ser combatido, mas uma luta simultânea contra a opressão capitalista e a opressão patriarcal.⁶⁷

Segundo Alejandra Vassalo, autoras como Kate Millett, Shulamith Firestone e Juliet Mitchell são recorrentes nas memórias das feministas entrevistadas por ela na Argentina⁶⁸ e mostram essa aproximação com a esquerda. Ressalto, entretanto, que Narí conduz sua análise no artigo mencionado apresentando muito mais as reflexões obtidas em relação ao debate cultural e literário

65 CIRIZA, Alejandra. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Transcrita por Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira. Argentina, 27.10.2006. Acervo do LEGH/UFSC.

66 A esse respeito, cf. GRAMMATICO, Karin. Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: ¿un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.ar.

67 GOLDEBERG, Anette. 1989. Op. cit., p. 11.

68 Alejandra Vassalo realizou uma série de entrevistas com feministas argentinas dos anos setenta entre 2001 e 2002, e também utilizou para sua análise as entrevistas realizadas por Marcela Narí nos anos 1990. A esse respeito, cf. VASSALO, Alejandra. “Las mujeres dicen basta”: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. In: ANDÚJAR, Andrea et al. Op. cit., p. 70.

nas revistas argentinas do que propriamente as obtidas nas entrevistas. O cenário da leitura de *O Segundo Sexo* que a autora argentina fornece não impossibilita, contudo, uma comparação com as situações da leitura do mesmo texto no Brasil.

140 Narí finaliza seu artigo defendendo a hipótese de que o silêncio em relação a Simone de Beauvoir nas revistas argentinas foi possivelmente resultado dos escândalos que as obras literárias da autora francesa produziram no público por trazerem detalhes sexuais e por desnudar a moral privada dos intelectuais franceses que faziam parte de seu círculo de amizades. Segundo ela, foi Ernesto Sábato – escritor, ensaísta e artista plástico argentino – e Victoria Ocampo – fundadora da revista *Sur* – que protagonizaram um dos poucos exemplos do debate argentino nos periódicos em torno dos temas tratados por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, quebrando em parte esse silêncio. Enquanto Sábato defendia que a feminização do mundo não implicava a libertação das mulheres, Ocampo reivindicava a humanidade das mulheres, pois elas não eram apenas corpos portadores de óvulos.⁶⁹ O debate entre eles sobreviveu até 1971, quando *Sur* dedicou um número especial às mulheres. Para a pesquisadora argentina, embora não a tenham referenciado diretamente na discussão, essa atitude “ilumina esse meio de provável recepção e leitura”.⁷⁰ Segundo as propostas da história da leitura, é possível percebermos, através do que estava sendo debatido e publicado nos periódicos, as maneiras pelas quais as pessoas estavam se relacionando com os escritos de Beauvoir, o tipo de diálogo que travaram com as teses da autora.

As revistas argentinas *Centro* e *Contorno*⁷¹ também tiveram participação nesses debates sobre as teses apresentadas em *O Segundo Sexo*, mas igualmente sem citá-lo. Contudo, foi a revista literária *El Grillo de Papel* que Narí escolheu para encerrar sua

69 NARI, Marcela M. A. Op. cit, p. 66.

70 Ibidem, p. 65.

71 A revista argentina *Contorno* foi publicada na Argentina entre os anos de 1953 e 1959, surgindo como uma expressão de um grupo universitário. Cf. GRAMUGLIO, Maria Teresa. Op. cit.

análise sobre o debate argentino a respeito das leituras comentadas nas revistas nos anos 1950 sobre *O Segundo Sexo* e Simone de Beauvoir. *El Grillo de Papel* teve breve duração, de 1959 a 1960, e obteve destaque por publicar uma entrevista exclusiva com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir sobre a viagem por Cuba e outra, apenas com Beauvoir, basicamente sobre literatura.⁷² Em relação a *O Segundo Sexo*, surgiu uma pergunta sobre a razão de ter escrito o livro. Eis a resposta de Beauvoir: “en 1947 [...] *quise escribir un libro sobre mis experiencias personales. En los medios intelectuales que frecuentaba, jamás encontré discriminación respecto a mi sexo. Pero el mirar a mi alrededor me di cuenta de que el problema femenino estaba lejos de ser resuelto*”.⁷³

Algumas observações

De acordo com a comparação realizada entre as duas pesquisas sobre a repercussão de *O Segundo Sexo* no Brasil e na Argentina, vimos que a situação brasileira de leitura do texto se assemelha mais ao caso argentino do que propriamente ao francês, isto é, percebemos um impacto que foi se intensificando com o passar do tempo. A compreensão e a repercussão da leitura partiram de uma maturação intelectual e política das leitoras em relação aos movimentos feministas que passou, também, muito provavelmente, por aquilo que elas liam nos periódicos e/ou em outros textos. Ou seja, passou por outros suportes de leitura como em resenhas, jornais, conversas informais, grupos de estudos, aulas nas universidades, etc., que atestam as marcas da circulação não somente pela leitura do livro em si, isoladamente, mas também por práticas coletivas.

Na Argentina, segundo Marcela Narí, as teses levantadas por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* foram discutidas nas páginas

72 NARI, Marcela M. A. Op. cit., p. 69.

73 “Em 1947 [...] quis escrever um livro sobre minhas experiências pessoais. Nos meios intelectuais que frequentava, jamais encontrei discriminação com respeito ao meu sexo. Mas ao olhar ao meu redor me dei conta de que o problema feminino estava longe de ser resolvido”. Entrevista con Simone de Beauvoir. *El grillo de papel* (apud NARI, Marcela M. A). Ibidem. Tradução livre.

das revistas (embora não tenham sido referenciadas diretamente à autora), em meio a um debate nacional maior sobre os sexos durante as décadas de 1950 e 1960. Nos periódicos brasileiros de grande circulação na época há poucas referências a Simone de Beauvoir.⁷⁴ Luís Contatori Romano, entretanto, realizou uma extensa pesquisa nos periódicos brasileiros dos anos cinquenta aos anos noventa na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, mapeando as reportagens sobre Beauvoir e Sartre. Neste levantamento há apenas duas reportagens dedicadas exclusivamente às palestras de Simone de Beauvoir; a primeira do dia 26 de agosto de 1960: “Simone de Beauvoir, sem Sartre. No mundo do homem, mulher ainda é um objeto”; e no dia 4 de setembro do mesmo ano: “Simone quer mulher no plano do homem”, ambas publicadas no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro).⁷⁵ Assim, percebemos que no Brasil, ao menos no que se refere aos periódicos de grande circulação, não houve o debate como o travado nas revistas argentinas.

Através do horizonte de possibilidades de uma história da leitura de *O Segundo Sexo* no Brasil e na Argentina, aberto tanto pelas entrevistas realizadas quanto pelas revistas argentinas analisadas por Narí, compreendemos a importância de refletirmos a respeito das ressonâncias que essa e outras leituras tiveram na formação do movimento intelectual e na história do movimento feminista brasileiro entre as décadas de 1960 e 1990. É importante observarmos estes vestígios, levantados tanto nas falas como nos demais suportes de leitura, no sentido de compreendermos as maneiras pelas quais as obras como *O Segundo Sexo* foram lidas, em quais circunstâncias, e quais os impactos que produziram na constituição dos movimentos feministas desses países. Nesse sentido, podemos refletir sobre a história do feminismo e das gerações de feministas que tiveram uma participação social significativa em momentos políticos cruciais nas histórias de seus países por meio das suas leituras.

74 Em minha dissertação não trabalhei com periódicos.

75 Cf. ROMANO, Luiz A. C. Op. cit., p. 366.

Tomando as leituras de *O Segundo Sexo* através da observação de uma comunidade específica de leitoras, como as feministas brasileiras e argentinas, o que pretendemos foi perceber os sentidos atribuídos a essa leitura em contextos determinados, e assim pensar sobre uma história da leitura possível para o texto de Simone de Beauvoir.

ENTRE O FEMINISMO E A ESQUERDA: contradições e embates da dupla militância

Isabel Cristina Hentz
Ana Maria Veiga



Durante o período das ditaduras militares no Cone Sul (que vai de meados da década de 1950 até o final dos anos 1980) diversos movimentos sociais que contestavam o *status quo* eclodiram em todos os países desse espaço geopolítico. Entre eles destacamos neste capítulo a resistência à ditadura por parte da esquerda política (armada ou não) e também os movimentos feministas que começaram a se constituir nos países latino-americanos nesse mesmo momento. Pretendemos analisar como as demandas e prioridades dos grupos de esquerda e dos grupos feministas no Brasil, no Chile e na Argentina, influenciaram as mulheres que exerceram a chamada dupla militância e como elas transitaram entre esses grupos. As fontes utilizadas para a análise dessa problemática são entrevistas com algumas dessas protagonistas e textos que falam sobre as relações entre o feminismo e a esquerda.¹

No contexto do terrorismo de Estado na América do Sul – considerado por essas mulheres a expressão máxima do machismo

1 As fontes primárias utilizadas nesse capítulo foram adquiridas e tratadas conjuntamente pela equipe de professores e alunos do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina. Essas fontes são parte do acervo do LEGH e foram reunidas durante a realização da pesquisa do projeto *Os feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1980)*, coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

–, buscamos compreender e refletir sobre como elas se encontraram e como lidaram ao mesmo tempo com o feminismo e com a paixão pela liberdade, pela igualdade e pela resistência aos regimes, vivida intensamente por elas e por seus companheiros e companheiras de luta dentro dos grupos de esquerda. Seus testemunhos evidenciam que o feminismo sul-americano está inserido tradicionalmente no campo da esquerda, com seu histórico de resistência às ditaduras no nosso continente. É sobre esse conjunto de relações que pretendemos refletir.

146

No contexto dos regimes militares e dos movimentos organizados de esquerda no Cone Sul surgiram também os primeiros grupos do chamado feminismo de Segunda Onda nesses países. Diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, onde o movimento feminista encontrava um amplo espaço de manobra para suas reivindicações, na adaptação dos países sul-americanos eles tiveram que conviver com outras correntes ideológicas e abrir um lugar próprio dentro do campo da esquerda, ou seja, ao lado das ideias feministas estava a luta pela liberdade de expressão, pela democracia e pela própria vida, sempre ameaçada pela repressão militar.

Esses movimentos, porém, não estavam isolados uns dos outros, assim como não estavam as pessoas que deles participavam. Havia diálogo tanto entre os diferentes grupos de um mesmo país quanto entre grupos de países diferentes. Em alguns casos, isso acontecia porque um grande número de pessoas militava simultaneamente em mais de um movimento. Tal situação foi comum a muitas das feministas desse período que, além de atuarem em organizações feministas (ou com ações isoladas), militavam em grupos e partidos de esquerda.

Mas como eram as relações entre esses grupos? Como cada grupo percebia a si próprio e aos outros? E quais eram suas demandas e prioridades? Com essas perguntas e suas possíveis respostas vamos buscar chegar aos dilemas das duplo-militantes – mulheres divididas e cobradas por suas atuações paralelas e muitas vezes conflitantes.

As relações entre o feminismo e os grupos de esquerda no Chile, no Brasil e na Argentina serão analisadas a partir da perspectiva comparativa proposta inicialmente por Marc Bloch. Seu modo de comparar sociedades torna-se claro na introdução do livro *Brasil e*

Argentina: um ensaio de história comparada, de Bóris Fausto e Fernando Devoto. Segundo eles, o modo mais legítimo de análise comparativa na concepção de Bloch seria entre “[...] sociedades próximas no tempo e no espaço que exercessem influência mútua”. Essa escolha pode evitar o risco das falsas analogias e do anacronismo, embora traga consigo outros problemas como, por exemplo, o perigo de se supervalorizar situações semelhantes ocorridas em locais diferentes, correndo-se o risco de identificar mútuas influências ilegítimas.² Devemos, portanto, dispensar atenção redobrada aos caminhos que as fontes nos oferecem, perceber situações gerais e singulares nos discursos aqui privilegiados e tentar contornar as possíveis armadilhas que possam conduzir a uma comparação generalizante.

Argentina, Brasil e Chile: contextos de repressão

Falar sobre o contexto das ditaduras no Cone Sul é algo, por si só, de grandes proporções, considerando que devemos dar especial atenção às especificidades de cada região. Mesmo assim, para entender o fenômeno da existência e da convivência de diversos governos militares ditatoriais é preciso inserir a região no contexto político mundial.

Desde o final da Segunda Guerra teve início a chamada Guerra Fria que, grosso modo, dividiu o mundo em duas partes: de um lado estavam os aliados da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os adeptos ao regime socialista; de outro, os aliados dos Estados Unidos da América, com sua potência econômica voltada para o desenvolvimento do capitalismo. Tanto os EUA quanto a URSS buscavam constantemente o fortalecimento por meio de novos aliados, e na América Latina isso não foi diferente, com o agravante de a região ser considerada “quintal” dos Estados Unidos e, simultaneamente, berço da Revolução Cubana. Ambas as potências interferiam nos países da região, oferecendo ajuda e benefícios a diversos grupos, fossem eles de esquerda (URSS) ou de direita (EUA).

2 FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Introdução. In: _____. *Brasil e Argentina*: um ensaio de história comparada. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 14.

A influência que a URSS exercia sobre grupos de esquerda da América Latina e seu sucesso em Cuba começaram a preocupar tanto as camadas sociais e políticas mais ricas da região quanto o governo estadunidense, que temia o surgimento de “novas Cubas” ao longo de todo o território. Esse medo do comunismo foi utilizado como justificativa para a tomada do poder político pelos militares, que alegavam como objetivo o combate à ameaça comunista internacional e a defesa de seus países; para isso foram auxiliados e instruídos pelo governo dos EUA. Foi o que aconteceu no Brasil em 1964, com Castelo Branco; na Argentina em 1966, com Juan Carlos Onganía, e em 1976, com Jorge Rafael Videla; e no Chile, em 1973, com Augusto Pinochet.³

148

Nesses três países, com a ascensão dos governos anticomunistas, passou a ser sistematizada uma forte repressão aos movimentos sociais contrários aos governos e uma perseguição aos grupos de orientação política de esquerda, no intuito de desestruturá-los e liquidá-los. Por isso, em muitos locais, os Partidos Comunistas, assim como outros grupos de esquerda, foram proibidos de atuar, passando a se organizar na clandestinidade. Nesses movimentos, somou-se à pauta da revolução socialista o combate aos governos militares, fazendo com que muitos dos grupos de esquerda se tornassem guerrilhas armadas que se autodenominavam, em alguns casos, “exércitos populares”.⁴

Assim como a formação de diversos grupos de orientação política de esquerda no Cone Sul não foi um fenômeno isolado – já que eles estavam inseridos em uma conjuntura política mundial –, os grupos feministas que surgiram na região também faziam parte de um movimento mais amplo. Também a partir do final da Segunda Guerra Mundial o feminismo começou a se organizar em movimentos que se levantaram como uma Segunda Onda⁵ de reivindicações, movida pelas transformações sociais, culturais e políticas que

3 COGGIOLA, Oswaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

4 Como foi o caso argentino do Ejército Revolucionario del Pueblo – ERP – que depois se uniu ao Partido Revolucionario de los Trabajadores, formando a sigla PTR-ERP, sob a qual atuaram muitas mulheres argentinas que depois se tornaram feministas.

5 Considerando a luta pelo voto das mulheres sufragistas a Primeira Onda levantada no começo do século XX.

tiveram como marco as manifestações ocorridas no ano de 1968. Como temas principais o corpo, a sexualidade e o prazer entravam em cena nesse segundo momento, que privilegiava também a luta contra o patriarcado.⁶

Simone de Beauvoir (1908-1986) foi um dos nomes emblemáticos para as feministas de Segunda Onda a partir da publicação da obra *O segundo sexo*, em 1949 na França. Nos Estados Unidos, Betty Friedan (1921-2006), inspirada nas ideias de Beauvoir, publicou em 1963 *A mística feminina*, apelando diretamente à insatisfação e às demandas das estadunidenses.⁷ Depois delas, várias outras autoras se inseriram no debate que buscava colocar a opressão sobre as mulheres como questão central.⁸

Mas o interessante foi que esse movimento, de caráter revolucionário e contestatório, apareceu nos países do Cone Sul exatamente no período da instauração dos regimes autoritários e conservadores. Certamente já havia mulheres identificadas com o feminismo nesses países antes das ditaduras, já que algumas ações isoladas podem ser observadas entre as “ondas” feministas, mas o fenômeno decorrente justamente da instauração de governos ditatoriais e dos exílios políticos que eles provocaram fez com que o feminismo surgisse, em vários desses países, de dentro dos grupos de resistência.

Quando os militares tomaram o poder no Brasil, na Argentina e no Chile (e ao longo de suas ditaduras), muitas mulheres diretamente vinculadas a grupos de esquerda, ou companheiras e filhas de militantes, se exilaram em outros países. Várias delas tiveram contato com as ideias e reivindicações feministas no exterior, onde passaram a participar de grupos de consciência criados para discutir os problemas específicos relacionados às mulheres. Ao retornarem do exílio, muitas delas passaram a organizar grupos

6 Esta informação aparece em alguns capítulos deste livro justamente por sua importância explicativa do termo que optamos por utilizar: Segunda Onda feminista.

7 PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. Franca, v. 24, n. 1, 2005, p. 79-80. Disponível em: www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf.

8 No Brasil, temos como pioneira nesse debate Heleieth Saffioti, que escreveu, em 1966, a tese *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicada em livro em 1969.

de consciência em seus países de origem, reproduzindo a ideia de que cada nova companheira deveria trazer outra companheira, fazendo com que a rede de mulheres nesses grupos aumentasse e as propostas feministas circulassem por esses meios.⁹

É importante destacar, no entanto, que o feminismo não pode ser visto como algo trazido “na bagagem” das ex-exiladas, já que grande parte das feministas brasileiras, argentinas e chilenas nunca deixou o país e muitas delas já haviam formado seus grupos de reflexão mesmo antes do retorno das que foram exiladas. Um bom exemplo é a formação inicial da *UFA – Unión Feminista Argentina* –, em 1970, pois suas criadoras não foram exiladas e acabaram tendo contato com as ideias europeias e estadunidenses por meio de viagens e da circulação de textos feministas.¹⁰ Outra parte das mulheres que se identificaram com o feminismo, as marxistas, iniciou suas discussões a partir dos textos de Engels, dentro de seus próprios países. Além disso, muitas das que passaram a reivindicar contra a opressão de gênero (termo ainda não utilizado) naquele momento já haviam lido obras feministas em sua juventude, como *O segundo sexo*, de Beauvoir.¹¹

Outra situação da conjuntura mundial teve importância no aumento dos grupos feministas nesse período. De 1975 a 1985, a ONU instituiu a Década da Mulher. Mesmo que os países do Cone Sul estivessem em regime repressivo, as informações circulavam e esse evento suscitou diversas discussões acerca da “condição feminina” (como podemos observar nas temáticas dos periódicos feministas do período, analisadas em outros capítulos), promovendo a conscientização de muitas mulheres – o que permitiu uma maior organização do movimento feminista, sua ação efetiva e sua consolidação.

9 PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007, p. 58-59.

10 Cf. VEIGA, Ana Maria. Um mosaico de discursos: redes e fragmentos nos movimentos feministas de Argentina e Brasil. Neste livro.

11 Para maior detalhamento, cf. neste livro. BORGES, Joana Vieira. Leituras feministas de *O segundo sexo* no Brasil e na Argentina.

A relação esquerda-feminismo e o feminismo marxista

Até agora tratamos dos grupos de esquerda e dos grupos feministas separadamente, cada qual com suas características. É importante ressaltar, mais uma vez, que esses movimentos estavam inseridos em um mesmo contexto (dos regimes militares) e que cada um, a seu modo, contestava a ordem social estabelecida. Esses grupos não estavam isolados uns dos outros, pelo contrário, suas ideias entravam em contato com as dos outros grupos, a ponto de existirem pessoas que circulavam simultaneamente nesses dois ambientes: a esquerda e o feminismo. A luta política da esquerda contra as ditaduras militares, como afirmamos, esteve na base da constituição dos feminismos que emergiram nos países do Cone Sul.

Os grupos de esquerda dos quais falamos aqui, por mais distintos que pudessem ser, tinham no marxismo seu pressuposto teórico; era o pensamento de Marx (e de Engels) que, em última instância, os unificava (se é que podemos usar esse termo). Engels já havia destacado a questão da posição inferior ocupada pelas mulheres na sociedade e de como a família era um espaço de dominação dos homens sobre elas e sobre seus filhos.¹² Para este pensador, a família não era uma forma natural de agrupamento humano, mas sim uma instituição historicamente produzida, que surgiu simultaneamente à propriedade privada. Desde a criação da família, os homens teriam assumido as atividades públicas, enquanto às mulheres teria sido atribuída a responsabilidade sobre o lar, assim como a produção doméstica, socialmente desvalorizada. Dessa maneira, às mulheres restava o espaço privado, enquanto os homens dominavam o espaço público, palco dos conflitos e das mudanças sociais. A família seria, então, a princípio, a causa primordial da opressão feminina.¹³

Além de ser o substrato teórico para os grupos de esquerda do Cone Sul, o marxismo também foi utilizado como teoria por

151

12 ENGELS, Frederick. A origem da família, da propriedade privada e do Estado (apud MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte anos de Feminismo*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1996, p. 15).

13 MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marx e Engels: a opressão da mulher como produto histórico. In: _____. *Vinte anos de Feminismo*. Op. cit., p. 15-18.

muitas feministas. Desde autoras dos chamados “textos fundantes” do feminismo, como Simone de Beauvoir, até as feministas do Cone Sul, houve uma forte corrente do movimento denominada feminismo marxista/socialista (segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, essa corrente foi mais forte em países da Europa do que nos Estados Unidos¹⁴). Para essas feministas, a obra de Engels sobre a subordinação da mulher era importantíssima, como já mencionamos, e a libertação das mulheres não poderia ser completa no contexto do capitalismo.

Assim, os grupos de esquerda do Cone Sul defendiam a extinção da propriedade privada e da família burguesa e muitos reconheciam a existência da opressão feminina e também apoiavam a libertação das mulheres. Mas na visão da esquerda o problema da opressão feminina pertencia ao contexto do capitalismo e era uma preocupação secundária. As preocupações principais desses grupos eram a resistência às ditaduras militares e a queda do capitalismo como resultado da revolução socialista. A opressão feminina, por vir atrelada à família burguesa e à propriedade privada, seria resolvida de forma gradual, quase que automaticamente, na nova ordem política e social – o socialismo. De acordo com Maria Lygia Moraes, os grupos de esquerda do Cone Sul, “[...] apesar de reconhecerem a divisão sexual do trabalho e suas consequências para as mulheres, postergavam para uma futura sociedade socialista a superação das discriminações de gênero”¹⁵.

Mesmo relegando as lutas feministas para um segundo plano, podemos dizer que a visão desses grupos de esquerda sobre as mulheres representava um avanço em relação ao que defendia a III Internacional Comunista.¹⁶ Em algumas das atas dos congressos da III Internacional (entre 1919 e 1923) ficava clara a visão desta vertente do comunismo sobre a participação das mulheres na luta comunista. As atas diziam que a principal função das organizações comunistas em relação às mulheres seria trazê-las para a causa comunista, para

14 Ibidem, p. 3.

15 MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro Marxismo-Feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. v.6. Campinas: Unicamp, 2007, p. 348.

16 Ibidem, p. 349.

que não fossem parar “nas mãos dos inimigos”, já que elas seriam mais inclinadas ao conservadorismo e, por essa razão, poderiam se tornar anticomunistas e reacionárias. “Ao falar dos riscos da inconsciência feminina, os documentos sugeriam que as mulheres eram, ao mesmo tempo, produtos inferiorizados da sociedade burguesa e reprodutoras dessa mesma ideologia”.¹⁷

Ainda que a presença feminina fosse extremamente importante nos movimentos de esquerda, sua maioria era composta de homens. As organizações de luta armada, por exemplo, eram âmbitos majoritariamente masculinos. Os ideais guerrilheiros constituíam um modelo de masculinidade, na medida em que as características e virtudes valorizadas na guerrilha eram vinculadas ao que socialmente se entendia como masculino: “coragem, honra, orgulho, força, resistência, dignidade”.¹⁸ Levando isso em conta, a simples presença de mulheres em ambientes de luta armada já pode ser considerada uma contestação ao modelo de feminilidade socialmente aceito no período – de mãe, esposa e dona de casa.

Justamente por estarem em um ambiente predominantemente masculino e impregnado de machismo, era difícil para as mulheres defender reivindicações específicas femininas nos grupos de esquerda no Cone Sul, ainda mais quando quem fazia essas reivindicações eram aquelas identificadas com o feminismo, sendo que além de serem mulheres querendo participar de um ambiente “masculino”, estavam contestando os papéis considerados femininos pela sociedade. Não raramente suas ideias eram desvalorizadas simplesmente por serem defendidas por mulheres. “[...] a palavra masculina muitas vezes tinha mais peso – o peso da teoria”;¹⁹ para os líderes das organizações, não era tarefa feminina pensar sobre os rumos da luta. Era também muito difícil que mulheres atingissem cargos de comando dentro de uma organização de esquerda e quando atingiam a cobrança sobre elas era maior do que

17 Ibidem.

18 WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. *Revista Brasileira de História*. Dossiê História e Gênero. v.27, n. 54. São Paulo, dezembro de 2007, p. 17. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&nrm=iso.

19 Ibidem, p. 14.

sobre os líderes homens; diante de qualquer erro que cometessem poderia ser utilizada a justificativa de que esse não era um “trabalho de mulher”. Frequentemente as atividades de limpeza e de secretariado eram dadas como atribuições femininas. Além disso, questões relacionadas ao corpo e à sexualidade (como o aborto, o uso da pílula anticoncepcional, o amor livre, etc.) eram geralmente questões espinhosas, pois a moral de alguns grupos de esquerda era tão conservadora quanto à da sociedade em geral. Isso mostra como as organizações de esquerda (por mais revolucionárias que fossem suas ideias) não estavam isoladas da sociedade, pelo contrário, seus integrantes reproduziam modelos e relações de gênero, muitas vezes impregnados de machismo.

154

As feministas que participavam desses grupos de esquerda percebiam neles a reprodução da opressão social feminina e por isso já não viam mais o socialismo como uma panaceia; pelo menos para os problemas específicos das mulheres, o socialismo puro e simples não seria a solução. Por terem essa experiência dentro das próprias organizações das quais participavam, ou em alguns casos nas experiências de exílio em países cujos governos eram socialistas, as feministas socialistas, diferentemente do que afirmavam os grupos de esquerda, não acreditavam que a revolução socialista traria automaticamente a libertação das mulheres. Por isso deveriam ter sua luta própria, com reivindicações específicas, mas sem deixar totalmente de lado os ideais da luta socialista.²⁰

Mesmo assim, as feministas marxistas não acreditavam que fosse possível a plena libertação das mulheres separada do socialismo, ou seja, mesmo que as mulheres conseguissem atingir alguns de seus objetivos no sistema capitalista, seria somente no socialismo, com a extinção da sociedade de classes e da propriedade privada, que a libertação feminina poderia ser completa. “Esse é um ponto crucial das divergências entre feminismo liberal e feminismo

20 Luciana Seminara e Cristina Viano relatam a história de duas mulheres argentinas que viram no feminismo “uma nova opção no horizonte de suas vidas”. SEMINARA, Luciana e VIANO, Cristina. Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009, p. 69-86.

socialista. Enquanto as liberais advogam a bandeira da igualdade entre os sexos, sem referência às hierarquias de classe, as socialistas entendem que a emancipação das mulheres exige a superação do patriarcalismo e do capitalismo”.²¹

A antropóloga feminista e ex-militante de esquerda Sônia Weidner Maluf confirma que nos anos 1970 e início dos 1980 eram constantes as discussões sobre a luta geral e a luta específica das mulheres, mas avisa que “[...] não é possível reduzir essa tensão a uma versão homogênea nem sobre as organizações de esquerda quanto ao feminismo nem dos grupos feministas quanto à chamada luta mais geral”. De acordo com ela, isso poderia levar a pensar em uma política feminista pouco articulada com outras questões que não se referem à especificidade de gênero. Além disso, grupos e partidos de esquerda acabaram por incluir essas demandas à sua plataforma política,²² o que nos leva a refletir sobre certa fluidez que nos afasta certamente de generalizações.

155

Baseadas em sua experiência de participação nos grupos de esquerda, muitas mulheres identificadas com o feminismo perceberam que, se elas quisessem que sua condição na sociedade mudasse, não poderiam esperar que a revolução socialista resolvesse seus problemas; deveriam elas próprias lutar por seus ideais. Por essa razão, começaram a participar também de grupos feministas, constituindo, dessa maneira, uma dupla militância (diversas delas chegaram a substituir uma militância pela outra). Essa dupla atuação foi bastante conflitante; essas tensões podem ser percebidas na análise das fontes, tanto orais quanto escritas, produzidas por essas mulheres.

Para Geoff Eley, as feministas teriam colocado em questão as reais prioridades da esquerda. Com estilo político subversivo, segundo ele, constituíram uma identidade coletiva em torno de problemas que a política convencional ignorava e passaram a atuar nas bases sociais, lutando por salários iguais junto aos operários e fazendo ações coletivas de apoio às mulheres pobres.²³ Eley afirma que as questões comunitárias que fizeram parte de suas reivindicações

21 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *O encontro...* Op. cit., p. 369.

22 MALUF, Sônia W. Brazilian feminisms: central and peripheral issues. *Feminist Review*. 2010. No prelo.

23 ELEY, Geoff. 2005. Feminismo: a esquerda e as novas questões relativas a gênero. In: _____. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 424-427.

eram desprezadas pela esquerda tradicional e que elas conseguiam ter uma intensa atividade mesmo sem os recursos dos partidos ou sindicatos.²⁴ Embora seu argumento enfoque o feminismo de origem europeia, buscamos nele pontos convergentes com o que encontramos nas fontes referentes aos feminismos dentro do Cone Sul, com sua especificidade de resistência aos regimes militares, lembrando que muitas mulheres se autodenominaram feministas apenas no exílio, onde essas ideias circulavam mais livremente e onde encontravam ressonância.

A argentina Karin Grammático denuncia a exclusão da experiência do feminismo como elemento de contestação pela historiografia que estuda o período do último regime militar na Argentina. Para ela, a aproximação de diversas militantes de esquerda com os problemas das mulheres foi um caminho curto no sentido do projeto feminista.²⁵

156

O feminismo marxista no relato das duplo-militantes

As duplo-militantes do período das ditaduras do Cone Sul, quando entrevistadas, antes de se referirem a como era “ser feminista” nos grupos de esquerda, falam de como era “ser mulher” nesses grupos. As narrativas em alguns momentos parecem se repetir, tal a semelhança entre os relatos dessas mulheres. Abordaremos a seguir testemunhos de algumas argentinas, brasileiras e chilenas.

Quando questionada sobre como eram vistas as mulheres dentro dos grupos de esquerda dos quais participou, a argentina Adriana Boria, militante em pequenas organizações estudantis de Córdoba, afirma: “nós, as mulheres, nos parecíamos com os homens. Havia um abandono da nossa condição feminina em positivo, e a gente assumia uma série de atitudes que tinham a ver com o masculino”.²⁶

A necessidade de masculinização é um tema recorrente nas entrevistas dessas mulheres, principalmente quando se trata das que

24 Ibidem, p. 431.

25 GRAMMÁTICO, Karin. 2005. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: un diálogo (im)posible. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, p. 19-38. Disponível em: www.feminaria.ar.

26 BORIA, Adriana. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff em Córdoba, Argentina, 27.10.2006. Transcrita por Juliano Malinverni da Silveira, revisada por Yarssan Dambrós. Acervo do LEGH/UFSC.

assumiram algum cargo de liderança dentro de sua organização de esquerda. Os atributos esperados de quem assumisse algum cargo de maior importância eram, geralmente, ligados ao que se considerava masculino – como liderança, austeridade e firmeza. Sobre isso, Adriana Boria relata: “as mulheres que tinham cargos importantes eram as mulheres que tinham, nesse ponto de vista de modelo, uma certa masculinização, no sentido de racionalização, equilíbrio, que eram qualidades vistas como masculinas”.²⁷ Percebemos então que isso era necessário para que fossem respeitadas por seus companheiros, o que significava abrir mão da vaidade, abdicar de uma vida afetiva, entre outros aspectos; situações que algumas delas relembram com ressentimento.²⁸ Como afirma Cristina Scheibe Wolff, “[...] a guerrilheira perde muitas vezes o seu gênero para reconstruí-lo em outros parâmetros, é certo, mas trata-se de uma grande mudança necessária à sua aceitação enquanto ‘companheira’”.²⁹

157

Um exemplo de uma mulher (feminista) que chegou a assumir cargos de liderança dentro de uma organização de esquerda, e que para isso teve que adotar uma postura mais masculinizada, foi o da chilena Gladys. Ela militou no *MIR* (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), uma grande organização do Chile e, embora não tenha atuado em nenhum movimento feminista, afirma sempre ter sido feminista e sempre ter lutado pelos direitos das mulheres. Sobre masculinização, ela fala:

Eu cheguei a ser uma alta dirigente do MIR. [...] Eu digo: eu me movi em um mundo de homens para conseguir conquistar espaços de decisão. E nesse caminhar perdi parte de minha feminilidade. [...] Eu me converti em uma pessoa que batia na mesa, que insistia... digamos... Eu me pus de “igual para igual” com os homens. [...] No campo da política, quando se está com os homens, isso é inevitável, senão se perde o espaço, senão não te respeitam.³⁰

27 Idem.

28 Cf. SCHLATTER Jr, Sergio Luis. Sujeitos e amores: relações pessoais e revolução. Neste livro, pp. 391-407

29 WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit., p. 17.

30 GLADYS. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro em Santiago, Chile, 2007. Transcrita por Lilian Back. Acervo do LEGH/UFSC.

Ainda sobre como era difícil para uma mulher se manter em posição de direção numa organização de esquerda (no caso mais específico, na militância estudantil), Lorena Fries, outra chilena, comenta:

Super difícil, sobretudo porque eu já vinha com vontade de colocar temas de mulheres. E cada vez que eu tentava, companheiros meus de partido, que agora estão no governo, me diziam que se eu tinha problemas pessoais e psicológicos, que fosse à terapia! (risos) Não! Isso era muito desqualificador.³¹

158 Em sua fala percebemos também a resistência dos grupos de esquerda em incorporarem, ou simplesmente aceitarem, as demandas feministas. Isso é recorrente nas entrevistas com as duplo-militantes do período. Era sempre difícil incluir reivindicações feministas dentro das organizações de esquerda e uma das razões era o fato de o feminismo ser visto por homens e mulheres militantes como algo “pequeno-burguês”, “[...] uma reivindicação menor de mulheres de classe média que não tinham ‘mais o que fazer’”.³² Ou seja, eram vistas como discussões supérfluas frente à grandiosidade e à urgência das “verdadeiras lutas”: o combate à ditadura e a instauração da revolução socialista.

Outra duplo-militante argentina, Alejandra Ciriza, que entrou no *Partido Revolucionario de los Trabajadores* – PRT – em 1975 e que já era feminista quando iniciou sua militância de esquerda, fala sobre como era difícil trazer essas demandas para dentro dessas organizações:

Recordo a discussão de que ser feminista não era necessariamente ser burguesa e que havia feministas burguesas, mas que havia feministas socialistas e que, para mim, com o nascimento da propriedade privada se formava a família burguesa, e que as feministas socialistas deveriam lutar pela igualdade com os homens e contra toda a forma de opressão que a burguesia havia organizado nas relações familiares.

[...] lembro que a resposta sistemática que eu recebia frente às demandas a incorporar, porque não eram somente

31 FRIES, Lorena. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro em Santiago, Chile, 2007. Transcrita por Gabriela Miranda Marques. Acervo do LEGH/UFSC.

32 WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit., p. 19.

discussões teóricas, mas demandas a incorporar, demandas feministas [...] bom, a resposta era que não, que era uma contradição secundária, e que eu ia ver que quando chegássemos ao socialismo... “companheira, tem que ter paciência”, esse era o argumento. [...] a especificidade da elaboração feminista tinha uma escuta muito limitada e as (questões) colocadas recebiam a resposta clássica do marxismo, que eram contradições do capitalismo e teríamos que esperar.³³

Ciriza fala de uma mesma justificativa, utilizada pela esquerda para a existência do machismo nas organizações: “[...] frente às atitudes machistas dos companheiros era a mesma coisa, que tínhamos que ter paciência, isso, estávamos num momento que não era socialismo e que era lógico que os companheiros fossem machistas, porque a sociedade capitalista também é uma sociedade machista”.³⁴

O depoimento de Alejandra Ciriza aproxima sua militância política de esquerda e sua prática feminista. Ele nos fala sobre uma tensão inevitável entre sonhos, esperança e utopia, de um lado, e a experiência vivida por ela, de outro: “para mim se trata de uma posição incômoda; eu pertencço a uma dupla tradição: sou de esquerda, não posso ser outra coisa, e sou feminista. Ser feminista e ser de esquerda são coisas complicadas e difíceis de sustentar simultaneamente”.³⁵ Esta fala dá exemplo da dificuldade encontrada por essas mulheres, discriminadas dentro das organizações e partidos de esquerda, e muitas vezes também dentro das organizações feministas.

A chilena Lorena Fries fala sobre a questão da incorporação de discussões feministas nos grupos de esquerda. Quando entrou no Partido da Esquerda Cristã já trabalhava com mulheres, portanto quis continuar seu trabalho dentro da nova militância, mas encontrou resistência.

33 CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff em Córdoba, Argentina, 27.10.2006. Transcrita por Veridiana Bertelli, revisada por Yarssan Dambrós. Acervo do LEGH/UFSC.

34 Ibidem.

35 CIRIZA, Alejandra. Mesa redonda “Trajetória de mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul”. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 07.05.2009. Registro em DVD.

Então eu queria trabalhar com mulheres dentro da Esquerda Cristã, e a verdade é que não eram espaços muito amigáveis para o feminismo. [...] E mais, tudo isso se considerava uma questão secundária frente à relevância que tinha derrotar a ditadura, e ideologicamente o projeto de ter uma república democrática de trabalhadores, e/ou do proletariado, como se chamava nessa época. Então militei, [...] até chegar a democracia.³⁶

A pouca importância e o pouco espaço dado às feministas nas organizações de esquerda foi o motivo de muitas duplo-militantes abandonarem essa militância para assumir somente a atuação feminista.

160 No caso brasileiro, encontramos exemplos de como era a relação entre a esquerda e o feminismo nos textos de Maria Lygia Quartim de Moraes,³⁷ militante feminista e de esquerda no período da ditadura militar no Brasil. Muito do que essa autora diz em suas obras coincide com o que pudemos observar nas fontes da Argentina e do Chile. Maria Lygia Moraes afirma que, em grande medida, o feminismo brasileiro nasceu dentro da esquerda, no exílio.³⁸ De acordo com ela, foram as mulheres vinculadas às lutas de esquerda que, exiladas na França e em outras partes, entraram em contato com as ideias feministas e passaram a discutir, por meio de publicações dos grupos de esquerda, questões relacionadas à chamada “condição feminina”, na maioria das vezes utilizando textos marxistas como fundo teórico.³⁹

Foi o fato de não terem espaço nem liberdade suficientes para discutir questões específicas das mulheres que, semelhante ao que aconteceu com as feministas chilenas e argentinas, fez com que as marxistas brasileiras se separassem dos grupos de esquerda para formar suas próprias organizações e editar seus próprios periódicos (o que não significa que tenham deixado de lado completamente os ideais e a

36 FRIES, Lorena. Op. cit.

37 “O encontro Marxismo-Feminismo no Brasil” e “Vinte anos de Feminismo”, por exemplo.

38 Afirmção contestada por feministas que não se exilaram, conforme comentamos acima.

39 Certamente é preciso relativizar a questão do exílio como fator definidor do feminismo, pois, apesar da sua importância, sabemos por outras pesquisas e fontes que os contatos com o feminismo se deram também por outros meios (como viagens e leituras), mesmo para aquelas que não puderam ou não quiseram sair de seus países e que também formaram ou participaram de grupos feministas.

atuação no campo da esquerda, independentes de grupos). A própria Maria Lygia, e isso ela deixa claro em seus escritos, é um exemplo dessas feministas. Por esse motivo sua obra, como fonte, deve receber a devida crítica documental, já que está marcada pela subjetividade da memória de alguém que vivenciou ativamente o período da ditadura militar e a militância na esquerda e no feminismo.

Vamos agora para outra brasileira, Maria Amélia de Almeida Teles, criada em uma família de operários sindicalistas e desde cedo envolvida com o Partido Comunista. Sua posição foi radicalizada a partir do golpe militar brasileiro de 1964 e pela entrada na clandestinidade no ano seguinte. A partir de 1968, com a dura resposta do regime militar frente às manifestações sociais, políticas e culturais que movimentaram boa parte do mundo, muitos(as) jovens da esquerda brasileira decidiram “pegar em armas” como meio de resistir. Amelinha, como é conhecida, participou de um dos núcleos que se formavam inspirados pela vitória da Revolução Cubana.⁴⁰

Ela conta que trabalhava com a gráfica do PC em São Paulo e que, de 1964 a 1968, não lidou com nenhuma mulher dentro do partido. Diz que as únicas notas que saíam sobre mulheres no jornal *Classe Operária*, que ela editava, foram escritas por ela e que isso não era tarefa fácil diante dos companheiros, que criticavam a falta de importância dessas notícias.⁴¹ Quanto ao feminismo, o depoimento de Amelinha ressalta os ataques que sofria por parte de uma concepção comum sobre o movimento.

Era coisa de burguês, era coisa de quem não tem o que fazer, era coisa de “sapatona”. [...] Eu defendia e acreditava que os partidos tinham que ser feministas, eu era muito ingênua! Hoje eu tenho certeza que não são e não vão ser. Eu briguei muito dentro do partido para que ele assumisse a bandeira do feminismo e acabei sendo expulsa... sem uma razão política.⁴²

40 TELES, Maria Amélia de Almeida. Mesa redonda “Trajetória de mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul”. Florianópolis – Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, maio de 2009. Registro em DVD.

41 Ibidem.

42 Ibidem.

A razão política, a nosso entender, estava implícita e naturalizada. A desqualificação das reivindicações específicas das mulheres partia não apenas da esquerda, que no sentido do preconceito e da moral estava mais próxima da direita do que gostaria de admitir.

Uma delicada relação

162 A relação entre feminismo e esquerda sempre foi conflituosa. Podemos observá-la como uma analogia das relações de gênero na sociedade, em muitos aspectos conservadora, do período das ditaduras militares no Cone Sul. Os grupos de esquerda, majoritariamente masculinos, desvalorizavam e relegavam para segundo plano as demandas das mulheres, enquanto que as feministas tentavam levar essas discussões para o seu interior, com o intuito de mostrar a relevância de sua luta específica e a importância das mulheres para a luta geral das esquerdas.

A resistência da esquerda em considerar o feminismo como uma luta importante, e não subordinada à revolução socialista, fez com que muitas duplo-militantes abdicassem da militância nesse campo. Esse fato é percebido com ressentimento em seus discursos pois, para elas, a libertação das mulheres passou a ser tão importante quanto a revolução, uma vez que as feministas marxistas viam a libertação feminina plena apenas por meio da concretização do socialismo.

É interessante perceber como os discursos das mulheres que participaram tanto da militância feminista quanto da militância de esquerda trazem semelhanças entre si, apesar de suas origens em países diferentes. Seus objetivos estiveram próximos e os conflitos causados por suas propostas dentro do campo da esquerda também foram semelhantes. Isso mostra como tanto a esquerda quanto o feminismo desses países fizeram parte não de um movimento espontâneo, nascido independentemente em cada lugar, mas da integração de movimentos localizados (no referente às ditaduras do Cone Sul) e ao mesmo tempo de uma ampla contestação da ordem social, cultural e política estabelecida.

Essas coincidências em âmbito transnacional nos fazem refletir sobre até que ponto os países do Cone Sul, considerando suas

constituições históricas específicas, apresentam semelhanças ou diferenças e como se influenciam mutuamente. Mais do que “coincidências”, podemos chamá-las “construções” sociais, culturais e políticas.

As mulheres com formação feminista e de esquerda acabaram autonomamente se inserindo em trabalhos de base popular e, como “formigas”, foram disseminando suas ideias e atuando em conjunto. Fizeram e fazem lentamente uma transformação (“a revolução mais longa”⁴³), uma subversão de valores, de fato revolucionária e libertária, com um alcance imprevisto pelos grupos de esquerda de onde grande parte delas saiu.

Nossa intenção aqui não é sugerir que seu trabalho foi melhor ou mais bem feito do que o planejado por esses grupos, mas propor uma reflexão e uma (auto)crítica para que possamos pensar se a mentalidade que gerou essa separação ainda permeia a esquerda (e o que é esquerda?) nos dias de hoje e se o mesmo desperdício e não reconhecimento continua acontecendo, mesmo que com outras máscaras ou outros nomes.

Um contraponto é oferecido pelos atuais supostos⁴⁴ governos de esquerda nos países sul-americanos, que contam com a participação ativa de um grande número de mulheres, alguns deles mantendo órgãos próprios para que as políticas para as mulheres possam ser efetivadas como ações afirmativas que conduzem a um ainda polêmico caminho para a igualdade.

43 Parafraseando o título do artigo de Juliet Mitchell traduzido em 1967 no Brasil como “Mulheres: a revolução mais longa” e que influenciou a maioria das feministas marxistas em diversos países.

44 Utilizamos o termo “supostos” governos de esquerda, pois sabemos que na maioria das vezes as alianças que mantêm um partido ou grupo no poder não são tão “puras” quanto somos tentadas a considerar.

MULHERES OPERÁRIAS NA ARGENTINA E NO BRASIL: uma análise de jornais da década de 1970

Gisele Maria da Silva



Na América Latina, a segunda metade do século XX foi marcada pela intransigência dos governos ditatoriais e pela resistência a eles por parte de alguns setores da sociedade civil. Em resposta à censura, à repressão e à perseguição, diversos movimentos sociais emergiram para tentar garantir a ampliação dos direitos humanos, denunciando a situação de injustiça e discriminação em que vivia grande parcela da sociedade, mas principalmente propondo a mobilização e politização das grandes massas. A implantação do socialismo era a meta de boa parte dos grupos que surgiram naquele momento.

Dentre os diversos movimentos sociais que se destacaram nesse contexto, apontamos neste capítulo as organizações feministas e de mulheres que participaram ao longo da década de 1970 da edição dos periódicos brasileiros *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, e dos argentinos, *Persona* e *El descamisado*. Analisando e comparando estas fontes, buscaremos verificar de que maneira seus discursos articularam ou não aproximações, mobilizações, práticas de politização e ações junto às mulheres operárias.

Ao relacionar os periódicos escolhidos com os depoimentos de ex-militantes desses movimentos e ainda com os discursos de outros autores que estudam o tema, procuramos traçar alguns paralelos entre as discussões feitas pelos diferentes jornais e as organizações que

os editavam, verificando quais práticas discursivas e quais ações foram comuns entre os periódicos, bem como as que foram peculiares à formação e à proposta de trabalho de cada organização.

A abordagem aqui proposta traça uma análise comparativa entre Brasil e Argentina, sociedades próximas geograficamente que, dentro do recorte temporal sugerido, sofreram a ação repressora dos regimes ditatoriais. Para tanto, utilizo a perspectiva de Marc Bloch de se fazer uma história comparada, na qual o autor propõe “estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido à sua proximidade e à sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas e, remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum”.¹

166

Mas o fato de se tomar uma mesma temática para dois países com certas proximidades não indica que as informações obtidas tendam a convergir num mesmo sentido. É importante lembrar que a história comparada não busca somente as semelhanças, mas também as diferenças, já que “[...] cada sociedade tem seu dinamismo próprio, inerente a um processo de transformações que se estabelece em uma diacronia (no decurso de uma temporalidade)”.² Este dinamismo também pode ser observado dentro de uma mesma sociedade ou no interior das organizações aqui abordadas.

Os jornais usados neste capítulo como “fontes de sua própria história” tornaram-se veículos de expressão de diferentes grupos num mesmo tempo e espaço.³ *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Persona* foram publicações de organizações da chamada Segunda Onda⁴ do feminismo, formadas ao longo da década de 1970. Já o jornal *El descamisado* foi uma publicação do grupo *Montoneros*, um movimento de luta armada que contava com ampla participação da classe operária. *Montoneros* possuía um “braço” feminino, a *Agrupación Evita*,

1 BLOCH, Marc (apud BARROS, José D’Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer história. *Revista de História Comparada*. v.1, n. 1. Rio de Janeiro, 2007, p. 13. Disponível em: www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/vol1-n1-jun2007/mododever.pdf).

2 BARROS, José D’Assunção. *Ibidem*, p. 25-26.

3 CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

4 Termo já explicado em outras partes deste livro.

uma organização de mulheres não vinculadas ao feminismo, mas que muito incentivou e contribuiu com a mobilização das mulheres da classe operária, forjando mais um dos documentos pertinentes a esta análise.

A ação dos regimes ditatoriais e as particularidades históricas de cada país também são elementos fundamentais na compreensão da construção ideológica e dos discursos dessas organizações. Entre as particularidades que envolveram Brasil e Argentina durante o período ditatorial, Boris Fausto e Fernando Devoto destacam a cronologia dos regimes, já que no Brasil tivemos um regime militar contínuo entre 1964 e 1985, enquanto na Argentina os governos militares que iniciaram em 1955, com a queda de Perón, tiveram interrupções entre maio de 1958 a março de 1962, outubro de 1963 a junho de 1966, e entre maio de 1973 a março de 1976.⁵ O último regime militar naquele país se estendeu de 1976 a 1983.

167

Os processos de redemocratização desses países também tiveram suas distinções. No Brasil, foi resultado de um longo processo político, podendo-se datar diferentes momentos de seu início; já na Argentina, com a Guerra das Malvinas, a transição foi mais abrupta. Os autores também destacam a maior abrangência de ação repressiva na Argentina, o que reflete o acirramento dos embates sociais, a amplitude das ações de guerrilha urbana e a maior fragilidade institucional do regime militar.⁶

Além dessas diferenças, também encontramos proximidades que merecem ser consideradas. Registros indicam que tanto o regime militar do Brasil quanto o da Argentina impuseram uma política de organização e dominação da classe trabalhadora em favor do governo e da burguesia, excluindo todo o setor popular por meio de violência, censura e o fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo.⁷ A ditadura via com desconfiança qualquer manifestação popular ou de classe, e não foi diferente com o movimento feminista e de mulheres, uma vez que muitas delas estavam engajadas ou tinham afinidades com grupos de esquerda.

5 FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 396-397.

6 Ibidem, p. 396-399.

7 Ibidem, p. 395.

Em tal contexto político, qualquer associação ou influência dos movimentos feministas e de mulheres sobre as trabalhadoras não foi bem vista por dirigentes políticos e empresários, e muitas vezes pelos próprios sindicatos e partidos de esquerda, que rejeitavam a ideia de uma luta que não fosse, segundo seus princípios, pela libertação nacional. Para essas organizações, o movimento feminista foi entendido muitas vezes como um desvio pequeno-burguês que dividiria e enfraqueceria a luta pela redemocratização.

Os 1970 na Argentina e o surgimento dos periódicos *El descamisado* e *Persona*

168

Na Argentina, o contexto político e cultural desenvolveu uma ampla politização civil. A classe operária começou a estabelecer seus laços com Juan Domingo Perón desde 1943, quando o coronel assumiu o cargo no Departamento Nacional de Trabalho. Durante seu governo, com a organização e a outorgação de benefícios sociais e trabalhistas, Perón foi construindo cuidadosamente seu poder frente a diferentes setores, principalmente a classe operária. A conquista de direitos antes negados foi, para a grande massa, um legado do governo que os representava e não o resultado de lutas concretas empreendidas pelo povo ao longo da história. Como consequência dessa visão, o sindicato peronista tornou-se um dos mais importantes veículos de transmissão das políticas do partido frente aos trabalhadores.⁸

O período de crises políticas, com a queda de Perón, abriu espaço para diversas vias insurrecionais de ação política; as organizações se multiplicaram e intensificaram sua luta por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.⁹ Teve início na Argentina “[...] *un proceso silencioso de crecimiento, organización y politización de la clase trabajadora; inaugura una nueva forma de participación a través de la movilización,*

8 GABARRA, Mabel; ZAGNI, Carlos; HAIEK, Mariem. Democracia y exclusión en la Argentina. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo A. (org). *La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. San Pablo: Instituto Polis, 2004, p. 51-63.

9 GIL LOZANO, Fernanda. Feminismos en la Argentina de los 70 y los 80. *Agenda de las mujeres*. (Texto apresentado na I Jornada de Reflexión Historia, Género y Política en los '70, 2005. Disponível em: <http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=771>).

consolida su ciudadanía política y define su identidad, sellando con Perón un acuerdo que ya no se romperá".¹⁰ Dentre essas múltiplas e heterogênicas mobilizações surgiu a organização guerrilheira *Montoneros* que, segundo a ex-militante Susana Sanz,¹¹ se destacou pelo forte apoio popular, estudantil e da classe trabalhadora.

Com a volta de Perón do exílio e ao poder em 1973, os *Montoneros* passaram a reorientar suas estratégias. O abandono da luta armada levou-os a criar frentes de massas, engajando e aprofundando seu trabalho político com os setores populares.¹² Assim, neste mesmo ano foi criada a *Agrupación Evita (AE)*, uma organização de mulheres estruturada em sedes regionais que contou com a participação da classe operária feminina. A imagem de Evita Perón, símbolo de força e humildade, "mãe dos pobres", ideal de mulher que permeava o imaginário da população, contribuiu para a identificação e incorporação de uma tradição cultural de luta para muitas mulheres nos movimentos peronistas.

Os *Montoneros* tinham o apoio do jornal *El descamisado* para divulgar sua ideologia. Este jornal era destinado às mulheres e aos homens que compartilhassem da mesma proposta revolucionária do grupo, sendo difundido principalmente entre outras organizações de tendência peronista. *El descamisado* era uma publicação semanal que começou a ser editada no ano de 1973, com tiragem média de 100.000 exemplares¹³ – um número bastante grande se compararmos com os jornais feministas abordados.¹⁴ Neste capítulo foram

-
- 10 “[...] um processo silencioso de crescimento, organização e politização da classe trabalhadora; inaugura uma nova forma de participação através da mobilização, consolida sua cidadania política e define sua identidade, selando com Perón um acordo que não se romperá”. Tradução livre. GABARRA, Mabel; ZAGNI, Carlos; HAIEK, Mariem. Op. cit., p. 51.
- 11 Devido à sua formação em direito trabalhista, Suzana Sanz passou a ter maior contato com os setores sindicais e operários. Como militante dos *Montoneros*, fez parte e trabalhou na *Agrupación Evita* desde sua criação. Cf. ANDÚJAR, Andrea. Historia, memoria y género: testimonios de militancia. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 495-502.
- 12 GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im) posible? In: ANDÚJAR, Andrea et al. Op. cit., p. 28.
- 13 ESQUIVADA, Gabriela. Entrevista realizada por Pablo Montanaro com a escritora do El diario Noticias. *Los Montoneros en la prensa argentina*. Disponível em: www.elortiba.org/monpren.html.
- 14 As tiragens dos jornais feministas do período variavam entre 5.000 e 10.000 exemplares, em média.

utilizados números editados durante os anos de 1973 e 1974 que continham informações relevantes à pesquisa, sobretudo sobre a *Agrupación Evita*.

As questões enfocadas nesse periódico envolvem principalmente atuações, encontros, denúncias, campanhas e militância do grupo dos *Montoneros*. As questões trabalhistas e as ações empreendidas por esse setor são temas recorrentes nos exemplares analisados. Neles, a *Agrupación Evita* aparece participando, organizando e atuando junto aos companheiros em manifestações, greves, encontros, passeatas e reivindicações por melhores condições de trabalho e salários.

170

Apesar de a *Agrupación Evita* apresentar um espaço limitado de expressão dentro do periódico, percebe-se que seu discurso não desvirtuava da luta geral dos *Montoneros*. Seus membros entendiam que: “[...] *la clase trabajadora es la columna vertebral del Movimiento, que éste es un Movimiento de Liberación Nacional y Social, y que los objetivos finales de esta doctrina son la construcción de la Patria Grande Latinoamericana y en el marco del Socialismo Nacional*”.¹⁵ Nos jornais encontramos registros da *Agrupación Evita* desenvolvendo um trabalho que visava discutir com as mulheres o pensamento político peronista, conscientizando-as do seu papel na reconstrução e na libertação nacional, e difundindo a necessidade da defesa do governo popular junto de seus companheiros. Esperavam que com a libertação nacional e social os problemas enfrentados pelas mulheres se resolveriam no conjunto dos problemas do povo.¹⁶

Analisando os discursos transmitidos pelos jornais, percebemos que a formação da *Agrupación Evita* não foi pensada como um espaço de discussão e reflexão sobre as lutas específicas das mulheres, mas deveria ser um espaço em que se continuasse o trabalho iniciado por Eva Perón de conduzir as mulheres à vida política, pois, apesar de dizerem sentir-se iguais aos homens, não tinham

15 “[...] a classe trabalhadora é a coluna vertebral do Movimento; este é um Movimento de Libertação Nacional e Social, e os objetivos finais desta doutrina são a construção da Pátria Grande Latino-Americana e o marco do Socialismo Nacional”. Tradução livre. Conclusiones y Propuestas (Resoluções do I Congresso Nacional da Agrupação Evita). *El descamisado*. Ano 1, n. 39. Buenos Aires, 12.02.1974, p. 18. (Imagem concedida pela professora Augustina Cepeda ao LEGH/UFSC).

16 Idem.

o mesmo nível de atividade política que eles possuíam devido às suas tarefas como trabalhadoras, mães e donas de casa.¹⁷

Apesar de não encontrarmos nos jornais discussões e questionamentos sobre a subordinação das mulheres em relação aos homens na sociedade e no espaço de militância, vemos que a *AE* também tinha entre suas propostas organizar as mulheres em torno da luta pela garantia dos seus direitos sociais, como pela saúde de seus filhos, por creches e pela alimentação, para que pudessem trabalhar, e o direito a salários iguais aos dos homens.¹⁸

Ao analisar o depoimento de Susana Sanz, por sua vez, verificamos que sua experiência na *Agrupación Evita* possibilitou a ela perceber e discutir com outras integrantes sua condição de mulheres e militantes dentro do partido:

*Yo creo que las mujeres vamos reconociendo nuestra discriminación dentro de contextos socio-económicos y culturales más amplios y dentro de estos procesos vitales. Ineludiblemente teníamos que llegar a cuestionar una serie de aspectos que nos limitaban como mujeres en cuanto a nuestra militancia. Y fuimos acordando y discutiendo una nueva visión de ser mujer y de ser militante. Esto a nivel de los barrios.*¹⁹

Esta é a experiência que Susana Sanz guardou em sua memória. Mas, além disso, a ex-militante também lembra que nem todas as integrantes se viam da mesma maneira. *“Para muchas compañeras era ese frente de trabajo como podría haber sido el de la JP (Juventude Peronista) o el de la JTP (Juventude Trabalhadora Peronista). Exactamente igual. Era un lugar donde se militaba”*.²⁰ Contudo, não se pode negar que a militância na *AE* tenha sido um espaço de integração e conhecimento político, ampliando para muitas mulheres suas noções de militantes, trabalhadoras, esposas e mães.

17 *El descamisado*. La mujer presente. Ano 1, n. 19. Buenos Aires, 26.09.1973, p. 25.

18 Ibidem.

19 “Acredito que nós mulheres vamos reconhecendo nossa discriminação dentro de contextos sócio-econômicos e culturais mais amplos e dentro destes, processos vitais. Inevitavelmente tínhamos que questionar uma série de aspectos que nos limitavam como mulheres enquanto militantes. Fomos acordando e discutindo uma nova visão de ser mulher e de ser militante. Isto em nível dos bairros”. Tradução livre. ANDÚJAR, Andrea. Op. cit., p. 499.

20 “Para muitas companheiras essa frente de trabalho era como poderia ter sido a da JP, ou a da JTP. Exatamente igual. Era um lugar onde se militava”. Tradução livre. Ibidem.

As instabilidades e perseguições políticas vividas nesses conturbados anos também dificultaram a formação e o reconhecimento dos movimentos feministas na Argentina. O governo peronista foi muito repressivo diante de certos temas relacionados ao aborto e à sexualidade. Maria Estela Martínez de Perón – conhecida por seu nome artístico Isabelita –, ao assumir a presidência em 1974 como vice-presidente após a morte do marido, manteve a mesma postura governamental, inclusive apoiando o decreto que proibia a venda de anticoncepcionais e as atividades relacionadas ao controle da natalidade. A tensão entre governo e feminismo apresentou-se claramente quando, em 1975 – declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher –, Isabelita organizou um encontro de mulheres no *Centro Cultural General San Martín*, em Buenos Aires, sem a participação das feministas, que queriam incluir a discussão desses temas na agenda.²¹

Apesar das críticas, a Segunda Onda do feminismo, com influência direta das norte-americanas e europeias, possibilitou a um grupo de mulheres argentinas tornarem pública a luta pelos direitos ao corpo e ao prazer. Em 1970 foi formado o primeiro grupo argentino, a *Unión Feminista Argentina (UFA)*, por Nelly Bugallo, Leonor Calvera, María Luisa Bemberg e Gabriella Roncoroni de Christeller, mulheres que são referências na história feminista da Argentina.²² A *UFA* foi uma das organizações mais numerosas e representou diferentes grupos de mulheres. Todavia, devido a divergências políticas internas causadas pela heterogeneidade ideológica, em 1973 houve a saída de boa parte das integrantes da organização. Nesse período outras organizações feministas surgiram,²³ entre elas o *Movimiento de Liberación Femenina (MLF)*, em 1972, dirigido por María Elena Oddone, que em 1974 passou a editar a revista *Persona*.

Diferentemente dos outros periódicos aqui analisados, *Persona* manteve a mesma coordenação editorial também em sua fase dos anos 1980. Em todas as publicações Odone foi a editora responsável e a autora de muitos artigos. Além de Buenos Aires, *Persona*

21 GIL LOZANO, Fernanda. Op. cit.

22 GRAMMÁTICO, Karin. Op. cit., p. 20.

23 Nueva Mujer em 1970, Frente de La Lucha por la Mujer em 1974, ALMA em 1975.

circulou e foi distribuído em algumas cidades do interior. Como toda imprensa independente, enfrentou problemas financeiros que impossibilitaram o cumprimento da proposta inicial de fazer da revista uma publicação mensal.

Outra característica peculiar desse periódico é que seus discursos procuravam mostrar que a forma das mulheres participarem da transformação nacional seria lutando pelas demandas feministas. “*Por primera vez, no ayudamos a causas masculinas extrañas a nosotras, sino que luchamos por nosotras mismas. Ya no nos dejamos convencer por los que hablan de democracia, cambio, y liberación si todo eso no parte de nosotras y con nosotras*”.²⁴ Seu objetivo principal era conscientizar as mulheres de que quaisquer mudanças e conquistas dependiam somente da luta empreendida por elas. Os temas mais debatidos em *Persona* estavam relacionados ao sexismo, ao patriarcado, à liberação das mulheres, à sexualidade, à maternidade, ao corpo e aos métodos anticonceptivos.

A proposta apresentada na edição de número 1 era de romper as barreiras que se levantavam contra o feminismo, esclarecendo quais eram suas demandas, alertando as mulheres sobre o caráter separatista da política sexista imposta pelo patriarcado e como ele se manifestava nos vários âmbitos da sociedade. Procurava conscientizar as mulheres da sua força e da importância de sua organização em torno das lutas específicas, principalmente a luta contra o patriarcado.

O discurso empreendido pela revista *Persona* não se dirigia à classe operária nem à luta de classes. Temas referentes às mulheres operárias não tiveram grande destaque neste periódico. O debate que mais enfocou a questão das mulheres operárias ocorreu no *Persona* número 2. Tratava-se da tradução de uma parte do livro *Política Sexual*, de Kate Milet, que discutia as limitações impostas às mulheres no mercado de trabalho pelo sistema patriarcal. A vertente feminista difundida por *Persona* propunha um movimento libertário para as mulheres, de contestação ao patriarcado e ao sexismo, e não um

24 “Pela primeira vez, não lutamos por causas masculinas estranhas a nós, mas sim lutamos por nós mesmas. Já não nos deixamos convencer pelos que falam de democracia, mudanças e liberação se tudo isto não partir de nós e conosco”. Tradução livre. ODDONE, María Elena. Editorial. *Persona*. Ano 2, n. 6. Buenos Aires, 1975.

feminismo ligado à luta de classes, como no caso dos periódicos brasileiros que serão analisados a seguir.

Os 1970 no Brasil e o surgimento dos periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*

174 A efervescência das lutas empreendidas pelas mulheres na década de 1970 e a conseqüente declaração da Década da Mulher também repercutiram bastante no Brasil. O projeto, que visava superar a situação de inferioridade vivida pelas mulheres na sociedade, forneceu às feministas, aos grupos de mulheres e às operárias mais um elemento de luta. A partir desse apelo internacional foi inegável a abertura de um maior espaço para discussão sobre as reivindicações específicas das mulheres.

Os movimentos feministas que se organizavam no Brasil nesse período também enfrentaram obstáculos durante sua formação. Segundo Joana Maria Pedro, o feminismo retomado no Brasil tem histórias entrecruzadas e conflituosas que podem ser observadas nas narrativas da sua origem.²⁵ Além das resistências que encontraram diante da repressão ditatorial e da minimização de sua luta diante da esquerda, essa retomada do feminismo enfrentou e empreendeu disputas de poder entre as diferentes organizações e no próprio interior delas.

Algumas mulheres reivindicam-se feministas desde a década de 1960, enquanto para outras o Ano Internacional da Mulher, com a formação do Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, foi a data fundadora do movimento feminista organizado; a partir daí teriam surgido novas organizações em outras regiões do país. Entretanto essas disputas de poder não são exclusividade do Brasil nem das organizações de mulheres e feministas. Podemos considerá-las conflitos que ocorrem no interior de todos os movimentos sociais que buscam preservar sua ideologia e alcançar reconhecimento.

25 PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. v. 26, n. 52. São Paulo, 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882006000200011&lng=&nrm=iso.

Sem querer aprofundar a discussão já realizada por Joana Pedro, é inegável que a declaração da ONU tenha dado visibilidade e oportunidades para novos debates em relação à subordinação e à discriminação das mulheres na sociedade. Os eventos, reuniões e encontros que se seguiram após essa abertura indicavam uma grande conquista já que, desde a instalação do regime militar, qualquer manifestação social estava passível de repressão. Essa intensificação das atividades também aumentou a circulação de novos materiais (periódicos, folhetos, artigos) que questionavam a situação das mulheres na sociedade e os que já existiam passaram a diversificar suas abordagens.

No mesmo ano foi lançado o número 0 do *Brasil Mulher*, editado pela Sociedade Brasil Mulher (SBM), que publicou 16 edições regulares e 4 números especiais entre os anos de 1975 e 1980, com tiragens que oscilaram entre 5.000 e 10.000 exemplares. O primeiro número foi editado em Londrina, no Paraná, sendo a base depois transferida para São Paulo. Foi um periódico de considerável circulação nacional. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles, uma das colaboradoras do *Brasil Mulher* e autora do livro *Breve história do feminismo no Brasil*, o jornal chegava até Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e Maranhão.²⁶

A repercussão internacional foi pouca e aconteceu através de suas correspondentes no México e em Paris. Já com a Argentina parece não ter havido contato. Segundo Leonor Calvera, uma das fundadoras da *UFA*, os periódicos brasileiros não chegavam até lá. “Não nos chegava material. Este é um dos defeitos que sempre existiu. Tínhamos alguma coisa sobre as peruanas que faziam algo semelhante, mas de fato não chegava”.²⁷

O *Brasil Mulher*, além de ser o primeiro jornal feminista de Segunda Onda do Brasil, também se destacou como imprensa de oposição ao regime militar. O coletivo era formado em sua maioria por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário

26 TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Coleção tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 89.

27 CALVERA, Leonor. Entrevista a Ana Veiga em Buenos Aires, Argentina, 01.03.2007. Transcrita pela autora e revisada por Luana Lopes. Acervo do LEGH/UFSC.

8 de Outubro (MR-8).²⁸ Provavelmente esse periódico pretendeu ser uma porta de acesso para as feministas nas fábricas e nos bairros populares, sendo que seus temas prestigiavam principalmente o debate das mulheres operárias e da luta de classes:

Compreendendo que as reivindicações específicas da mulher se inserem nas lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros; o Brasil Mulher tem se proposto a apoiar e divulgar as mobilizações femininas, pois tem claro que a sua participação é fundamental na construção de uma sociedade mais justa.²⁹

176

Outra publicação feminista brasileira que se destacou entre 1976 e 1978 foi o jornal *Nós Mulheres*, editado pela Associação de Mulheres. Grande parte de suas colaboradoras também foi de militantes vindas da esquerda, algumas do exílio, vítimas da repressão e perseguição militar. Este coletivo publicou oito edições e sua tiragem, segundo informação do *Brasil Mulher* número 4, iniciou com 10.000 exemplares. Tanto o *Nós Mulheres* quanto o *Brasil Mulher* enfrentaram problemas financeiros que resultaram na irregularidade de sua periodicidade. Muitas de suas matérias dirigiam-se a questões pertinentes à sociedade e reforçavam a importância da união de homens e mulheres: “nós Mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar. E por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação”.³⁰ Entendiam que a luta geral e as lutas específicas deveriam caminhar juntas, pois só assim se alcançaria a plena libertação nacional.

Brasil Mulher e *Nós Mulheres* foram veículos de expressão de uma confluência de lutas: de um lado a bandeira feminista de Segunda Onda, com a luta pela emancipação feminina; de outro as demandas das mulheres operárias e das classes populares pela garantia de direitos sociais. Entendemos essa aproximação como

28 LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*. v.11, n. 1. Florianópolis, 2003, p. 235-236. Disponível em: www.ieg.ufsc.br.

29 *Brasil Mulher*. Editorial. Ano 3, n 10. São Paulo, dezembro de 1977.

30 *Nós Mulheres*. Editorial. Ano 1, n. 1. São Paulo, junho de 1976.

intencional, devido à tendência marxista das feministas que viam no proletariado a força capaz de mudar as estruturas:

A SBM combate vigorosamente a visão de um feminismo distanciado da luta de classes, pois entende que, embora sejam todas as mulheres que sofram algum tipo de discriminação nesta sociedade, em função de seu sexo, isto não significa que todas sofram pressões idênticas, nem que possuam os mesmos interesses em função de sua classe.³¹

Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe.³²

Percebemos que as discussões dos dois periódicos se fundamentavam nos elementos teóricos da doutrina marxista e da questão de classe. Diferentes da revista *Persona*, os periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* dirigiam grande parte das suas discussões à situação das mulheres operárias. Enfatizavam a importância de não se desvincular as lutas específicas das gerais, para que, além da conquista de direitos, pudessem assumir responsabilidades na sociedade.³³

Entre os temas mais recorrentes abordados nos periódicos brasileiros estavam anistia, feminismo, libertação das mulheres, falta de creches, custo de vida, trabalho feminino e sindicato, corpo e sexualidade, educação, economia e política brasileira. Apesar de propostas semelhantes, as mulheres que compunham esses dois coletivos possuíam tendências feministas diversas.

Rosalina Leite, em um estudo sobre a imprensa feminista no Brasil, aponta que as integrantes do *Nós Mulheres* tinham contato com as publicações do *Brasil Mulher* no exterior, mas “preferiam garantir sua ‘autonomia’, fundando um jornal próprio, o *Nós Mulheres*, a se integrar no já existente *Brasil Mulher* reproduzindo, desse modo, a heterodoxia tão presente nas organizações de esquerda”.³⁴

31 *Brasil Mulher*. Editorial. Ano 5, n. 15. São Paulo, abril de 1979.

32 *Nós Mulheres*. Editorial. Ano 3, n. 7. São Paulo, março de 1978.

33 *Nós Mulheres*. Editorial. Ano 1, n. 1. São Paulo, junho de 1976.

34 LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. cit., p. 236.

Outras indicações da heterogeneidade do feminismo podem ser percebidas no interior das organizações a partir das acirradas discussões sobre os temas a serem debatidos nos jornais. Os debates em relação às pautas dos jornais podiam durar dias, e essas discussões tornavam-se cada vez mais desgastantes, principalmente com a entrada de novas tendências políticas nas organizações.³⁵

Esse desgaste levou à saída de muitas integrantes dos coletivos, o que pode ser observado no *Brasil Mulher* número 8 quando se lê a seguinte nota: “em assembleia geral do dia 21.08.77 da Sociedade *Brasil Mulher*, desligou-se da mesma um grupo de pessoas que participou da elaboração deste número 8 e que por esse motivo pediram que seus nomes não constassem do expediente”.³⁶ Nesse racha tivemos a saída de Joana Lopes, uma das principais editoras do periódico.

178

As articulações junto às mulheres operárias

Apesar dos discursos que reforçavam a importância das lutas específicas e gerais seguirem juntas, e das várias iniciativas de aproximação com as camadas populares e trabalhadoras, o feminismo continuou sendo entendido como um movimento exclusivo da classe média e intelectualizada, que dividiria a luta principal. Mesmo com a prática adotada por algumas organizações, tanto brasileiras quanto argentinas, de discutir textos e propostas feministas com as mulheres nas fábricas e nos bairros, o contato se fez, para muitas trabalhadoras, de forma receosa. Não era fácil nem para algumas feministas se reconhecerem como tal, já que a maioria das mulheres via o feminismo de forma distorcida, enquanto outras nunca ouviram falar ou não se sentiam incluídas em suas propostas.

A emancipação é um mal, porque o sexo feminino é um negócio delicado. Acho que a mulher deve ser tudo, mas principalmente companheira do homem. Deve participar, mas não da mesma forma que o homem participa.

35 Ibidem, p. 236-237.

36 *Brasil Mulher*. Ano 2, n. 8. São Paulo, agosto de 1977, p. 2.

Politicamente, acho que a mulher só entra para fazer figura. Ela participa, mas não deve dirigir.³⁷

A maioria entende errado este movimento feminista. A maioria entende que o movimento feminino é gostar de outra mulher. Então tá todo mundo indo pra trás.³⁸

Mas não só as mulheres das camadas populares tinham uma visão distorcida das demandas feministas ou consideravam que essas propostas desvirtuariam as mulheres do seu caminho. María Elena Oddone, diretora do *Persona* e formadora de opinião, promoveu um debate com seis jornalistas da imprensa de grande circulação na Argentina sobre questões referentes ao feminismo, machismo e subordinação das mulheres. Assim, buscou mostrar que existia todo um preconceito em relação ao movimento nas diversas estruturas sociais. Uma das convidadas, Alicia Gallotti, ao ser questionada sobre o que pensava do feminismo, respondeu:

*En principio, estoy en contra del feminismo, incluso creo que es nocivo para la mujer porque le vende una imagen tipo Hollywood, una imagen rosada, de una realidad en la cual los derechos y obligaciones se comparten, y a través de eso la mujer accede a ser persona, porque está sojuzgada.*³⁹

Continuou sua resposta, afirmando que o feminismo trazia muitos danos à classe média porque só aparecia nela. A entrevistada dizia não ver nas classes populares mulheres reclamando de seus empregos, pois estavam preocupadas era com o sustento de seus filhos. No decorrer do debate, disse ainda que não acreditava na possibilidade de um movimento minoritário mudar a sociedade.⁴⁰ Os

37 *Brasil Mulher*. Emancipação: a procura da igualdade perdida (depoimento de Maria Ângela). Ano 1, n. 0. Londrina, outubro de 1975, p. 3.

38 *Nós Mulheres*. Nós mulheres: operárias (depoimento de Olga). Ano 1, n. 1. São Paulo, junho de 1976, p. 9.

39 “De um modo geral, sou contra o feminismo, inclusive, acredito que é nocivo à mulher porque lhe vende uma imagem tipo Hollywood, uma imagem rosada, de uma realidade na qual os direitos e obrigações são compartilhados, e através disso a mulher passa a ser pessoa, porque está subjugada”. Tradução livre. *Persona*. Disparen sobre Persona (resposta de Alicia Gallotti, da ex-satiricón). Ano 2, n. 3. Buenos Aires, 1975, p. 6.

40 *Ibidem*, p. 6-7.

comentários que resultaram dessa entrevista reforçavam as visões do feminismo que se propagavam entre as grandes massas, levando muitas mulheres a ignorar e até mesmo temer as consequências de um possível contato com feministas.

180 A necessidade de uma nova prática política, a emergência da conscientização e a denúncia da situação de discriminação enfrentada pelas mulheres estimularam as organizações de mulheres e feministas a desenvolver novas formas de trabalho e de aproximação com moradoras de bairros populares e mulheres trabalhadoras. Nos periódicos, pudemos destacar algumas das articulações que estimularam a organização e a politização de muitas mulheres. Algumas práticas comuns apareciam em todos os periódicos pesquisados, outras foram peculiares à formação e à proposta de trabalho da cada organização.

Os grupos de reflexão foram uma das experiências mais valiosas utilizadas pelos feminismos de Segunda Onda. Essa prática consistia em reunir pequenos grupos de mulheres para lerem e discutirem textos feministas e ainda relatarem suas experiências pessoais acerca de diferentes temáticas indicadas por uma coordenadora. A partir dos relatos, destacavam elementos que aproximavam suas experiências, estimulando o processo de reflexão comum. Ouvindo de outras mulheres os mesmos problemas, elas dialogavam e sentiam que não estavam sós, que seus problemas eram os mesmos de muitas outras.⁴¹ No periódico *Persona* encontramos uma matéria explicando como o *Movimiento de Liberación Femenina* desenvolvia e pensava este método e a importância de sua prática:

La concientización es una forma de desarrollar un análisis político, basado en información considerada por nosotros como verdadera. Esa información es nuestra experiencia. Es difícil comprender cómo nuestra opresión es política (organizada) sin antes separarla del área de nuestros problemas personales y si no hablamos entre nosotras de los llamados problemas personales, y cuántos de estos problemas son compartidos con otras

41 PEDRO, Joana Maria. *Narrativas...* Op. cit.

*mujeres, no podremos ver como estos problemas están enraizados en lo político.*⁴²

A conscientização era o passo fundamental para a mobilização e politização das massas. Esse método nem sempre foi utilizado em sua forma original; percebemos certos desdobramentos em relação a essa prática, ou seja, o método foi adequado a diferentes situações, mas com o objetivo comum de proporcionar um espaço de discussão e conscientização dos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, no mercado de trabalho, na família e na militância.

Maria Amélia de Almeida Teles conta que levava o jornal *Brasil Mulher* para discutir com as mulheres em clubes de mães. Realizava as reuniões num espaço da igreja, emprestado pelo padre que a conhecia e sabia que as mulheres gostavam das discussões. Amelinha conta que, dentro da sua experiência, percebia que as mulheres das classes populares não liam o *Brasil Mulher*.⁴³ Consciente de que muitas vezes esses periódicos nem chegavam às mãos das mulheres, a prática das reuniões, com leituras e discussões sobre as matérias do jornal, tornou-se uma forma de politizar e conscientizar as mulheres⁴⁴ tanto quanto os grupos de reflexão.

Outra experiência de reunir-se em grupos para reflexão e discussão pode ser observada nos encontros das mulheres da *Agrupación Evita*. Susana Sanz descreveu o que essa experiência coletiva significou para muitas integrantes em termos de conscientização:

[...] la Agrupación Evita fue una experiencia colectiva de crecimiento colectivo, de conocernos y reconocernos, de discutir

- 42 “A conscientização é uma forma de desenvolver uma análise política, baseada na informação considerada por nós como verdadeira. Esta informação é nossa experiência. É difícil compreender como nossa opressão é política (organizada) sem antes separá-la da área dos nossos problemas pessoais, e se não conversarmos entre nós sobre os chamados problemas pessoais e quantos destes problemas são compartilhados com outras mulheres, não poderemos ver como estes problemas estão enraizados no político”. Tradução livre. *Persona*. Concientización. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 39.
- 43 TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista a Joana Maria Pedro em São Paulo, 24.08.2005, transcrita por Soraia Mello, Maria Cristina O. Athayde e Veridiana Bertelli de Oliveira, revisada por Luciana F. Klanovicz e corrigida pela entrevistada. Acervo LEGH/UFSC.
- 44 Podemos questionar se havia algum tipo de hierarquia ideológica ou intelectual nessa proposta de “conscientizar” outras mulheres, por parte das feministas, já que muitas vezes as relações de poder se dão de forma sutil ou despercebida.

*entre nosotras, con las compañeras de los barrios, los problemas que iban surgiendo como madres, como esposas, como militantes, como trabajadoras. Fuimos viendo que teníamos reivindicaciones.*⁴⁵

182

Essas reuniões aqui destacadas mantinham uma das características fundamentais dos grupos de reflexão praticados nos movimentos feministas de Segunda Onda, que era sua formação exclusivamente de mulheres. Era uma forma de sentirem-se mais à vontade para falar, se expressar, discutir e participar, sem medo de ser repreendidas ou simplesmente ignoradas. Independentemente da forma como aconteceram, as reuniões entre mulheres mostraram-se um instrumento importante de reconhecimento e politização, abrindo caminhos para novos debates e ações concretas. É pouco o que encontramos sobre o funcionamento dessas reuniões nos jornais, porém as resoluções e propostas vindas desses encontros tornaram-se temas presentes nas edições pesquisadas.

Outra prática era a da união e organização de mulheres, enfatizada pelos periódicos, que destacavam sua importância e força na luta pelas reivindicações específicas. No *Persona* as mulheres eram chamadas a se unir; o periódico ressaltava que essa era uma das formas mais eficazes de se conquistar os objetivos pretendidos.

*Si todas las mujeres nos diéramos la mano... formaríamos un frente de unión para lograr el objetivo de que se nos reconozcan los derechos que, como seres humanos nos corresponden y evitar de esa manera que solo se nos trate de conformar con algunas "concesiones" que no mejoran el fondo de los problemas que nos atañen.*⁴⁶

45 “[...] a Agrupação Evita foi uma experiência coletiva de crescimento coletivo, de nos conhecermos e nos reconhecemos, de discutir entre nós, com as companheiras dos bairros, os problemas que surgiam enquanto mães, esposas, militantes, trabalhadoras. Fomos vendo que tínhamos reivindicações”. Tradução livre. SANZ, Susana (apud ANDÚJAR, Andrea. Op. cit., p. 499).

46 “Se todas as mulheres nos déssemos às mãos... formaríamos uma frente de união para alcançar o objetivo de que nos reconheçam os direitos que, como seres humanos, nos pertencem e dessa maneira evitar que tentem nos conformar com algumas concessões que não chegam ao fundo dos problemas que nos atingem”. Tradução livre. PICHETTO, Berenice A. Si todas las mujeres nos diéramos la mano... *Persona*. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 43.

Já *El descamisado* chamava as mulheres a participar e lutar junto com os companheiros homens pela libertação nacional. Em declaração ao jornal, Luisa Montaldo, integrante da *Agrupación Evita*, dizia que esse chamado: “[...] responde a la necesidad que muchas veces enunciáramos: la de participar activamente en la reconstrucción y la liberación nacional, tratando de superar la escasa participación política que tiene la mujer en nuestro país”.⁴⁷

Também no *Brasil Mulher* encontramos o chamado de união na luta pela conquista dos direitos que homens e mulheres almejavam. No encarte especial, elaborado pelos grupos femininos de São Paulo e publicado pelo periódico a partir dos resultados obtidos nos debates do Dia Internacional da Mulher, registrou-se uma série de reivindicações e direitos negados a mulheres e homens. Como conclusão para a concretização dessas reivindicações, o jornal afirmou ser: “[...] necessário que a população lute organizada em torno delas, nas suas comunidades, buscando a união de todos os setores organizados como os clubes de mães, associações de bairros, igrejas, [...]”.⁴⁸ É importante lembrar que para o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* as lutas gerais e específicas deveriam acontecer juntas; uma dependia da outra para uma efetiva realização.

Essa contribuição, extremamente eficaz da noção de grupo e da força que possui o trabalho coletivo, também era reforçada no trabalho de campo realizado pelas integrantes de algumas das organizações. As visitas às fábricas, o contato através de entrevistas e os encontros também foram elementos que estimularam e possibilitaram a identificação e a troca de conhecimento entre as organizações de mulheres e feministas com as mulheres operárias.

Conhecer as condições e o espaço de trabalho na fábrica, uma realidade vivida por grande parte da população, incrementou o debate das organizações. Muitas das discussões do *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *El descamisado* foram elaboradas a partir desse contato.

47 “[...] responde a la necesidad que muchas veces enunciáramos: la de participar activamente en la reconstrucción y liberación nacional, tratando de superar a la escasa participación política que tem a la mujer en nuestro país”. Tradução livre. *El descamisado*. Que no nos ocurra como en 1955. Ano 1, n. 39. Buenos Aires, dezembro de 1974, p. 16-17 (Imagem concedida pela professora Augustina Cepeda ao LEGH/UFSC).

48 *Brasil Mulher*. Por liberdades democráticas: encarte especial. Ano 4, n. 12. São Paulo, maio de 1978, p. 2.

Destacamos alguns trechos das entrevistas realizadas pelas integrantes dos periódicos que foram utilizados em matérias sobre as condições de trabalho de muitas mulheres nas fábricas:

Aurora e sua mãe, por exemplo, nunca foram registradas e quando reclamam, o patrão ameaça: ‘se não querem assim podem ir andando. Eu sei que vocês sem este emprego vão parar debaixo das pontes pois são umas pobres coitadas [sic].⁴⁹

Fazemos o mesmo trabalho mas não ganhamos igual; os homens são registrados como prencistas e as mulheres como práticas de injetora. Isso não tá certo. Pelo mesmo serviço tem que ganhar a mesma coisa, a não ser que o homem faça um serviço que a mulher não tem condições de fazer [sic].⁵⁰

184

Denunciar a situação precária que enfrentavam as mulheres nas fábricas não foi uma particularidade dos periódicos feministas. Mesmo não havendo ligação entre as bandeiras de luta da *Agrupación Evita* com a dos movimentos feministas aqui estudados, também encontramos a preocupação do jornal *El descamisado* em denunciar a discriminação que ocorria especificamente contra as mulheres:

Con capataces que a menudo abusan de las operarias, insultándolas y amenazándolas con represalias. Ese es también el caso del gerente de personal FASCIO, que cuenta entre sus “costumbres” la de llamar a las obreras a su despacho y hacerlas llorar intimándolas con el despido o reprochándoles alguna supuesta falta en su trabajo.⁵¹

As recorrentes discussões sobre a negação de direitos enfrentada pelas camadas populares pressupõem que estes periódicos

49 *Nós Mulheres*. O Salário. Ano 2, n. 5. São Paulo, junho de 1977, p. 7.

50 *Brasil Mulher*. Pesquisa (entrevista com participantes do I Congresso da Mulher Metalúrgica). Ano 4, n. 11. São Paulo, março de 1978, p. 7.

51 “Com capatazes que a cada instante abusam das operárias, intimidando-as e ameaçando-as com represálias. Esse é também o caso do gerente pessoal FASCIO (fascista), que tem como costumes chamar as operárias em seu escritório e fazê-las chorar, ameaçando-as com a demissão ou recriminando-as por alguma suposta falta com seu trabalho”. Tradução livre. *El descamisado*. Así se hacen las galletitas. Ano 1, n. 30. São Paulo, 11.12.1973, p. 26 (Imagem concedida pela professora Augustina Cepeda ao LEGH/UFSC).

identificavam-se como porta vozes dos silenciados (nesse contexto as mulheres e o proletariado). Percebemos que as organizações viam seus periódicos como um importante espaço de denúncias e expressão para as mulheres das diversas camadas sociais. Mas não podemos identificar se o público-alvo que atingiram foi realmente o pretendido. Devemos considerar que muitos fatores dificultavam às mulheres das classes populares o acesso a esses materiais (educação, dinheiro, tempo, etc.).

As ações empreendidas e registradas nos jornais, junto com os depoimentos de algumas integrantes das organizações estudadas, são indicadores de certas aproximações entre o setor operário feminino e as organizações de mulheres e feministas. A partir desses contatos e diálogos, os periódicos procuraram enriquecer seus debates, levando ao conhecimento público as diversas manifestações de desrespeito aos direitos das mulheres e também discutir os direitos trabalhistas desconhecidos por grande parte das trabalhadoras.

O medo do desemprego e o conhecimento da impunidade que possui ainda hoje a classe empresarial calaram e dominaram grande parte da população trabalhadora. Numa entrevista realizada pelo *Brasil Mulher* com as operárias de uma fábrica metalúrgica, ficava perceptível o medo de falar e de sofrer algum tipo de represália por parte do empregador. Em meio ao silêncio das operárias frente às perguntas sobre suas condições de trabalho, uma jovem de 18 anos descreveu a situação dela e de suas colegas na empresa:

Não dá pra ninguém vivê [sic] assim. É serviço pesado pra todo mundo. Não tem segurança nenhuma, falta hignena [sic], falta respeito. Qualquer um chega na gente falando palavrão, convidando pra sair. Que significa o trabalho? Significa tudo, ué! Sem trabalho a gente não é nada. Se faltar sem justificativa ganha gancho e fica sem receber 3 dias, se reclamar vai pra rua sem direitos.⁵²

Este depoimento também mostra que muitas trabalhadoras sofreram diversas formas de pressão e discriminação. “Existe todo um sistema fiscalizador, repressivo montado nas fábricas para intimidar

52 D’ANDRÉA. Marina. Precisa-se: Maria salário mínimo. *Brasil Mulher*. Ano 1, n. 1, 12/1975, p. 9.

as mulheres. Desinformadas, são levadas a acreditar no que dizem os encarregados, chefes de seção ou outras pessoas ligadas ao zelo da produção patronal”.⁵³ O local de trabalho torna-se um espaço opressor, cercado pelo medo da demissão, dos acidentes e da própria sindicalização.

Os periódicos analisados mostravam a importância da sindicalização, apontando este como o passo fundamental para a estruturação de um movimento seguro, forte e politizado. Os jornais brasileiros enfatizavam que grande parte do desconhecimento dos direitos resultava da não sindicalização. Mesmo com o crescimento da força feminina no mercado de trabalho industrial, proporcionalmente maior que a masculina,⁵⁴ esse aumento não se refletiu nos sindicatos. O *Brasil Mulher* destacava que: “sem dados concretos, o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo estima em cerca de 10 mil operárias o contingente feminino engajado na metalurgia da região. No entanto – e aí se trata de dados concretos –, apenas 1.171 são sindicalizadas em total de 29 mil sócios da entidade”.⁵⁵

Segundo afirmações de Heleieth Saffioti ao *Brasil Mulher*, as mulheres operárias não cogitavam a libertação feminina, pois a questão mais grave para si era o excesso de trabalho que eram obrigadas a executar no emprego e em casa, e que seria preciso re-educar, conscientizar as mulheres do seu papel social para que elas não se opusessem ao movimento de emancipação.⁵⁶ Antes de avaliar a importância da emancipação feminina, da sindicalização e da mobilização, muitas mulheres estavam preocupadas em assegurar seus direitos básicos – como o sustento, a moradia e a saúde da sua família; para isso se submetiam, sem reagir, ao quadro discriminatório imposto pelos empresários e por boa parte da sociedade. Também encontramos nos periódicos brasileiros um questionamento

53 Ibidem.

54 Comparando os dados dos recenseamentos demográficos de 1970 e 1980, Elizabeth Lobo confirmou um crescimento do emprego de mulheres nas indústrias de transformação no Brasil. Durante este período o número de homens dobrou, enquanto o de mulheres quase triplicou. LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense & SMC, 1991, p. 18.

55 D’ANDRÉA, Marina. Precisa-se: Maria salário mínimo. *Brasil Mulher*. Ano 1, n. 1. São Paulo, dez. de 1975, p. 8.

56 *Brasil Mulher*. Afirmações. Ano 1, n. 0. Londrina, outubro de 1975, p. 11.

sobre a não sindicalização estar ligada à intimidação que as mulheres sentiam pela estruturação masculina do sindicato.

[...] existe a falta total de interesse da maioria dos sindicatos quanto ao problema do trabalho feminino, quanto à sua participação na vida sindical. [...] A maioria dos sindicatos não possui dados referentes à mulher, e em relação a seus problemas, alguns incluem em suas reivindicações a estabilidade para gestante. E só.⁵⁷

Combater essa situação e repensar junto com as operárias uma proposta de renovação sindical foi um dos temas do I Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado em São Paulo no ano de 1978. O evento contou com a colaboração e a ampla cobertura das atividades pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, como destacamos. Dentre as discussões e propostas, elaborou-se um documento que destacava a importância da criação de um departamento feminino dentro do sindicato dos metalúrgicos.

Grande parte das congressistas considerou a criação do departamento feminino fundamental, pois queriam e sentiam a necessidade de ir mais além da luta geral. “Mas o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, acha ‘que um Departamento Feminino viria dividir a luta dos trabalhadores’. Para ele ‘O importante é trazer a mulher para dentro do sindicato, fazê-la participar da vida sindical’”.⁵⁸ Apesar de a proposta ter sido recusada pelos sindicatos, o congresso foi essencial na identificação, discussão e organização das metalúrgicas em relação aos problemas que enfrentavam. Esse evento também colaborou e impulsionou a realização de novos encontros em outras regiões e segmentos.

Na Argentina, *El descamisado* também cumpriu seu papel de imprensa alternativa, apoiando os encontros e divulgando as resoluções do I Encontro Nacional da *Agrupación Evita* no ano de 1973. O periódico apoiou e divulgou as discussões e os planos de ação da agrupação frente à sua militância *montonera*. Esse encontro foi um chamado à participação das mulheres na luta, surgiu da necessidade

57 *Brasil Mulher*. Mulher não dá trabalho. Ano 2, n. 2. São Paulo, 1976, p. 7.

58 *Brasil Mulher*. Na mesa nenhuma mulher. Ano 4, n. 11. São Paulo, março de 1978, p. 6.

de ampliar, organizar e estimular a participação política das mulheres nos movimentos de libertação e na reconstrução nacional. Na edição que registrou a cobertura do evento foi publicado o documento elaborado pelas integrantes da *Agrupación Evita* a partir das discussões feitas em pequenas oficinas. As participantes dividiram-se em grupos e discutiram sobre a situação enfrentada pelo país e o papel que as mulheres peronistas deveriam assumir na luta contra o imperialismo por uma sociedade livre e justa.⁵⁹

Considerações sobre um “desvio pequeno-burguês”

188

Considerando as peculiaridades que envolveram os sindicatos nos dois países, percebemos que muitas mulheres e homens da Argentina e do Brasil viam as lutas feministas como um desvio da luta geral. Discutir sobre os problemas específicos das mulheres era difícil, já que isso foi minimizado e considerado pelos setores da esquerda como um desvio pequeno-burguês. A necessidade de estimular a participação das mulheres na vida política, nas lutas por seus direitos e por melhores condições de trabalho impulsionou o surgimento de organizações de mulheres e feministas que desenvolveriam formas de trabalho e aproximação com as mulheres das camadas populares.

Neste capítulo procuramos destacar nos periódicos algumas das articulações que propunham estimular a organização e a politização das mulheres operárias. Algumas práticas foram comuns, como as reuniões em grupos – um método fundamental no processo de conscientização – e a troca de experiências e questionamentos sobre o papel das mulheres na sociedade, no mercado de trabalho e nas organizações das quais participavam. Conscientizar-se de sua situação e condição na sociedade foi o passo fundamental para o início da mudança comportamental de muitas integrantes dessas organizações.

Outras práticas adotadas pelas organizações foram peculiares à sua formação e proposta de trabalho, como no caso das matérias

59 *El descamisado*. Que no nos ocurra como en 1955. Op. cit., p. 16-18.

elaboradas a partir das visitas às fábricas e entrevistas com operárias que ocorreram nos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *El descamisado*, mas que não aconteceram no *Persona*, que tinha uma proposta de trabalho mais voltada à discussão e à conscientização do feminismo para as feministas.

Os jornais utilizados neste estudo possibilitaram uma reflexão acerca dos diferentes pensamentos políticos da militância feminina numa mesma época e a contribuição ideológica que resultou dessa pluralidade. Eram jornais de diferentes organizações, e mesmo os que eram feministas tinham suas peculiaridades, já que tratamos de movimentos heterogêneos, com particularidades e diferentes percepções em relação ao setor operário e às lutas pela emancipação das mulheres. Na comparação entre os dois países foi possível perceber que o periódico feminista *Persona* praticamente não abordou o tema das mulheres operárias. Esse assunto foi mais tratado nos periódicos feministas brasileiros *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*. Na Argentina, foi *El descamisado*, um periódico de esquerda, não vinculado ao feminismo, que nos trouxe uma maior discussão sobre esse assunto.

No conjunto desta análise, observamos a existência de uma diversidade de ações realizadas pelas mulheres no Brasil e na Argentina; algumas se sindicalizaram, outras participaram de organizações políticas armadas ou não. O fato de serem mulheres nem sempre fez com que lutassem pelas mesmas causas. A discriminação na sociedade não foi necessariamente discutida dentro de todas as organizações, contudo todas possibilitaram a muitas integrantes o conhecimento político e a ampliação da noção de militantes, trabalhadoras, esposas e mães.

Muitos dos encontros entre grupos de mulheres e feministas com as operárias pontuaram problemáticas que resultaram em espaços de debates que propunham, acima de tudo, o comprometimento na realização de projetos que modificassem a sociedade em que viviam. Estudar esses debates e entender como essas discussões vêm se projetando até os dias atuais são formas, ainda que teóricas, de contribuir com as propostas que tinham esses movimentos sociais de lutar por uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

MOVIMENTOS FEMINISTAS E IGREJA CATÓLICA: uma análise comparativa de periódicos



Gabriela Miranda Marques

Este capítulo pretende focar a relação entre o movimento feminista e a Igreja Católica tanto no Brasil como na Argentina. O período escolhido não poderia ser mais conturbado, pois as ditaduras militares assolavam ambos os países, o que influenciou tanto a igreja como instituição, quanto os feminismos. Por ser uma relação multifacetada, busquei na imprensa feminista minha principal fonte, recorrendo aos discursos dos periódicos *Persona*¹ (publicado na Argentina) e *Brasil Mulher*² (publicado no Brasil), para neles observar proximidades e conflitos com essa tão poderosa instituição religiosa/social. Não pude deixar também de analisá-los comparativamente a partir de um ponto de vista historiográfico, tratando de suas diferenças e semelhanças.

Os regimes militares no Brasil e na Argentina se caracterizaram pela utilização da doutrina de segurança nacional, com a

1 *Persona* é um periódico feminista argentino publicado em Buenos Aires a partir de 1974 pelo grupo MFL, liderado por María Elena Oddone. Sua circulação foi interrompida em 1976, com o golpe militar naquele país, e retomada em 1980, seguindo até 1986, tendo se tornado um boletim informativo de poucas páginas no último período.

2 *Brasil Mulher* é um periódico feminista brasileiro publicado inicialmente em Londrina (número 0) e, a partir do segundo número (número 1), em São Paulo. O periódico circulou de 1975 a 1985.

implementação do terrorismo de Estado,³ reprimindo e censurando qualquer ideia propagada que pudesse representar uma ameaça à ordem estabelecida. Entre essas ideias consideradas “subversivas” estavam aquelas que pregavam a necessidade de se instalar outro sistema governamental e econômico, mas também as que ameaçavam a moral imposta pelo sistema vigente e que fossem contra o conjunto de crenças ditado pelo regime. As práticas do Terrorismo de Estado impunham grande responsabilidade àqueles que se envolviam com movimentos sociais; entre os riscos enfrentados estavam as prisões, torturas e até a execução.⁴ No entanto, muitos movimentos que lutaram contra essa lógica de governo foram organizados durante o período.

192

Entre aqueles que emergiram em muitos desses países estavam os movimentos feministas de Segunda Onda,⁵ os quais tinham como prioridade as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o “patriarcado”. Devido à conjuntura de falta de liberdade democrática vivenciada pelos países da América Latina, os feminismos que surgiram ou foram adaptados naquele momento traziam também as marcas da resistência contra as ditaduras militares. Suas demandas específicas envolviam temas como o trabalho doméstico, a legalização do aborto, os contraceptivos, a violência contra as mulheres e os vários outros tipos de discriminação sofridos por elas,⁶ mas muitas vezes tinham que tangenciar preconceitos dentro da própria esquerda e de setores da direita, como abordaremos a seguir.

Cabe ressaltar que tanto as ditaduras quanto os movimentos feministas eram heterogêneos em ambos os países. Havia pontos comuns entre eles e diversas trocas aconteciam, porém as características

3 COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina: a era das ditaduras no Chile, Argentina e Brasil: luta armada e repressão*. São Paulo: Contexto, 2001.

4 Ibidem.

5 Adotamos aqui a periodização sugerida por Joana Maria Pedro e outras autoras que compreendem o feminismo como dividido em duas grandes ondas: a primeira relativa às lutas sufragistas do início do século e a segunda correspondente às lutas travadas a partir da década de 1960, que tinham o direito ao corpo como tema central. É importante lembrar que as temporalidades são múltiplas e que elas variam ao cruzar as fronteiras de cada país. Cf. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. v. 24. São Paulo: UNESP, 2005, p. 77-98.

6 PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. v. 26, n. 52. São Paulo: Anpuh, 2006, p. 249-272.

principais se deram de acordo com a cultura, com o histórico de organização e com as conjunturas locais. Mesmo os períodos ditatoriais foram diferentes para Brasil e Argentina; enquanto o primeiro esteve sob o domínio militar entre 1964 e 1985, a Argentina tem sua história entrecortada por períodos ditatoriais, sendo o anterior comandado pelo general Onganía, de 1966 a 1976, e o último deflagrado em 1976, seguindo até 1983. A última ditadura argentina, apesar de durar menos tempo que a brasileira, se constituiu como uma das mais sangrentas em número de mortes da América Latina.⁷ Os países aqui abordados, apesar de sua proximidade, têm francas diferenças que merecem ser destacadas. Trataremos especificamente da Igreja Católica e suas relações com os regimes e os movimentos de resistência a eles em ambos os lados da fronteira.

A Igreja no Brasil e na Argentina

No fim da década de 1960 a Igreja Católica foi abalada por um movimento nascido em seu interior que buscava uma nova prática da instituição, bem como outra leitura da teologia e uma aproximação com o mundo dos leigos (fiéis). Esse movimento ficou conhecido em toda a América Latina como Teologia da Libertação.⁸ Esta teologia não se formou, obviamente, na alta hierarquia, mas envolveu padres, bispos e todos os que estavam mais próximos das camadas populares. No Brasil, por exemplo, para colocar em ação essa nova teoria e prática católicas, foram formadas inúmeras Comunidades Eclesiais de Base (CEB), localizadas majoritariamente nas periferias das grandes cidades e nas áreas rurais, onde se aglutinavam grandes setores da população católica. Essas “comunidades” foram práticas constantes da chamada “esquerda católica” e ocorreram em diferentes proporções em toda a América Latina. Nesses espaços a população, além de receber conforto espiritual, era instruída politicamente com teorias bastante influenciadas pelo marxismo.⁹

7 COGGIOLA, Osvaldo. Op. cit.

8 REJÓN, Francisco Moreno. *Desafios à teologia moral na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1990.

9 MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de gênese: o povo das comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

É importante lembrar que nem toda a igreja esteve envolvida nesse movimento. No mesmo período, sua alta cúpula era acusada de compactuar com os regimes militares emergentes em toda a região, sendo também reacionária no que se referia às diversas demandas feministas, como o direito de definir, por meios artificiais, o número de filhos que as famílias queriam ter e a questão do aborto. Simone de Beauvoir observou criticamente esse posicionamento e teve seu discurso publicado em 1975 pelo periódico feminista argentino *Persona*: “[...] es notable que la Iglesia autorice em ciertas ocasiones el homicidio de hombres hechos, como en la guerra, o cuando se trata de condenados a muerte pero que reserve para el feto un humanismo intransigente”.¹⁰ Podemos perceber, então, a existência de um conflito constante entre igreja e feminismo. Na encíclica *Humanae Vitae*, promulgada em 1968, o papa Paulo VI argumentava:

Em conformidade com estes pontos essenciais da visão humana e cristã do matrimônio, devemos, uma vez mais, declarar que é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas (14).¹¹

Essa visão humana e cristã do matrimônio afirmava que todo ato sexual deveria estar aberto à geração de uma nova vida e deveria estar, antes de tudo, dentro de um casamento abençoado por Deus.¹² As feministas discordavam da igreja em ambos os pontos, mas é importante lembrar que em momento algum (dentro do período abordado – 1974 a 1985, de acordo com a datação dos periódicos escolhidos) as feministas que publicavam os periódicos analisados defenderam a prática do aborto enquanto meio de contracepção, mas somente como uma questão de saúde pública que deveria ser tratada pelo Estado sem interferência da religião.

10 “[...] é notável que a Igreja autorize em certas ocasiões o homicídio de homens feitos, como na guerra, ou quando se trata de condenados à morte, mas que reserve para o feto um humanismo intransigente”. Tradução livre. BEAUVOIR, Simone de (apud *Persona*. Ano 2, n. 6. Buenos Aires, 1975).

11 Papa Paulo VI. Carta encíclica *Humanae vitae* sobre a regulação da natalidade. 1968. Disponível em: www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html.

12 *Ibidem*.

Com relação ao tema do aborto, cabe ressaltar que a esquerda católica, neste ponto, é tão conservadora quanto a mais alta hierarquia da instituição, salvo raros grupos, como o das Católicas pelo Direito de Decidir,¹³ que não fazem parte dos interesses específicos desta investigação.

As proporções de inserção social e institucional da esquerda católica diferiram nos países analisados, assim como sua postura frente à ditadura. O mesmo aconteceu com a igreja tradicional, que agiu de acordo com as necessidades específicas de cada realidade social e econômica dos países.¹⁴ O legado católico, portanto, sua influência social e sua postura frente às ditaduras foram diferentes nos dois países aqui observados. O Brasil pode ser considerado como o mais progressista no campo católico e foi onde surgiram alguns dos maiores teóricos dessa nova teologia e os grupos populares e as CEB tiveram maior alcance e quantidade de fiéis.¹⁵ Por outro lado, também houve grupos católicos reacionários na defesa da ditadura deste país. Como aponta Kenneth Serbin, existiram diversos encontros entre eclesiásticos e militares na busca de pontos e apoios mútuos.¹⁶ Podemos mencionar também as diversas “Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade”, de grande apelo popular que, além disso, juntavam os ideais cristãos a uma defesa da ditadura, contando com apoio de figuras importantes do episcopado e do clero¹⁷ e mobilizando centenas de mulheres.

A Argentina pode ser vista como o oposto do Brasil na questão eclesial. A igreja argentina é citada como a mais conservadora da região, aliada ao poder dos militares, não aceitando uma abertura católica e a nova práxis.¹⁸ O periódico *Persona* denunciou essa postura eclesial em seu conteúdo, dizendo que a igreja guardou

13 Cf. <http://catolicasonline.org.br>.

14 Sobre a divisão das práticas eclesiais que convivem até hoje em toda a América Latina e as diferenças que aparecem de região para região, cf. BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 1-38.

15 PARENTELLI, Gladys. *Mujer, Iglesia y liberación*. Caracas, Venezuela: G. Parentelli, 1990.

16 SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

17 Para uma visão parcial das marchas cf. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. São Paulo: Vozes, 1985. Para um exemplo de notícia das marchas cf. São Paulo parou ontem para defender o regime. *Folha de São Paulo*, 20.03.1964. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm.

18 DUSSEL, Enrique D. *Caminhos da libertação latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985.

silêncio frente aos métodos da ditadura militar e da violação dos direitos humanos, além de ocupar seu lugar ao lado dos generais;¹⁹ é preciso, porém, compreender que isso não significa que não houve posturas de enfrentamento e de abertura eclesial, que certamente aconteceram isoladamente.²⁰

O mesmo periódico publicou a carta de uma feminista católica que afirmava que “[...] *no es conveniente atacar a la Iglesia (por más que su jerarquía sea machista), pues es alejar del movimiento muchas mujeres cristianas*”.²¹ *Persona* mencionou também, em outra edição, alguns bispos que assumiram uma postura mais à esquerda com relação à questão da liberação das mulheres.²² Com isso podemos notar que as feministas reconheciam as divergências internas do catolicismo e suas tentativas de abertura, contudo, como sinaliza o teólogo argentino Enrique Dussel,²³ elas foram minoritárias.

Ao analisarmos mais atentamente a dinâmica desses países e de suas igrejas, observamos inúmeras similitudes, seja na forma de ação da esquerda católica, seja na mais alta hierarquia. Não devemos perder de vista que uma igreja “progressista” no campo político não o é necessariamente no campo dos costumes e da moral. E é nesse ponto específico que encontramos as maiores divergências entre feminismo e igreja. A igreja fez uma opção pelos pobres, campo bem delimitado pelas obras da Teologia da Libertação,²⁴ mas não o fez pelas reivindicações feministas. A igreja e o feminismo podiam ser aliados na chamada “luta geral”, mas na “luta específica”, da liberação feminina, os conflitos eram inevitáveis.

Os movimentos feministas

Para que possamos traçar as relações dos movimentos feministas com a Igreja Católica nos diversos países, é necessário

19 *Persona*. n. 1, 1983, p. 12.

20 DUSSEL, Enrique D. Op. cit., p.108.

21 “[...] não é conveniente atacar a Igreja (por mais que sua hierarquia seja machista), pois isso significa afastar do movimento muitas mulheres cristãs”. Tradução livre. *Persona*. Correo. Ano 1, n. 3, dez 1974, p. 27.

22 DALY, Mary. Religión: dimensión espiritual de la liberación femenina. *Persona*. Ano 2, n. 6, 1975, p. 17

23 DUSSEL, Enrique D. Op. cit.

24 BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

compreendermos um pouco mais a dinâmica interna desses movimentos. O feminismo de Segunda Onda emergiu na América Latina em meados da década de 1970,²⁵ influenciado em grande parte pelos feminismos estadunidense e francês, bem como pela declaração da Década da Mulher (1975-1985) pela Organização das Nações Unidas – ONU.²⁶ Quanto às reivindicações e conquistas feministas, é importante lembrar que os marcos históricos diferem em cada país. No Brasil, o feminismo de Primeira Onda teve seu auge em 1932, com a conquista do voto pelas mulheres, o que só aconteceu na Argentina em 1947. Existiam – e existem até hoje – diferenças muito marcantes entre os diversos grupos feministas, seja nas questões teóricas, seja nas práticas.

O contexto ditatorial acarretou outras questões para o feminismo. A militância contra o governo imposto tornou-se uma questão “obrigatória” para que fosse reconhecido enquanto movimento de relevância social. Muitas mulheres eram duplamente militantes, isto é, além de atuar no movimento feminista, estavam nos quadros dos partidos políticos e de outras organizações de esquerda. Lembramos que o termo “feminista” era extremamente mal visto na época, sendo usado inclusive para desqualificar as mulheres em diversas situações. “Feminismo” era tomado como sinônimo de “lesbianismo”, com suas militantes sendo chamadas de “sapatões” ou “machonas” e também sendo constantemente acusadas de divisionismo, ou de serem mulheres pequeno-burguesas.²⁷

Era nesse contexto que o feminismo se inseria na luta geral, em maior ou menor grau, visando ser reconhecido dentro da esquerda. Para além dos problemas com outros grupos, o movimento feminista possibilitou novos debates e a incorporação de outras temáticas na militância de esquerda e na sociedade como um todo. Nesse sentido, seus periódicos foram fundamentais na propagação de suas ideias.

Esses periódicos da imprensa feminista trouxeram algumas especificidades que podem ser observadas na sua forma constitutiva e

25 Esse movimento já existia desde o início da década de 1960 em países como França e Estados Unidos.

26 TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 5.

27 SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/02/374178.pdf>.

no seu conteúdo. Suas autoras e editoras eram quase que invariavelmente mulheres de classe média e brancas, que tentavam, por meio desses instrumentos, dialogar com as questões gerais e trazer à tona os debates do feminismo sob o ponto de vista da igualdade ou da diferença, ligados às lutas específicas ou às gerais, de acordo com cada publicação.

198 O periódico argentino *Persona* chegou a apontar as mulheres da classe média como as responsáveis pela revolução feminista.²⁸ Como já dissemos, o movimento feminista não foi nem é homogêneo, muito menos único. Isso fica explícito na análise dos periódicos, nas dissidências dos grupos e nas narrativas das mulheres que deles participaram na época. Em um trabalho de mulher para mulher, os jornais eram vendidos pelas próprias militantes; alguns poucos chegaram às bancas, mas tinham circulação restrita, pois se tratava de uma imprensa alternativa, com características de esquerda e de oposição ao regime.²⁹ Por esse motivo a confecção do material era feita de modo artesanal, com um número de exemplares restrito e pouca circulação comercial.

Um modo de divulgar jornais feministas como o *Brasil Mulher* era a sua difusão em trabalhos realizados nas periferias ou nos grupos de consciência, onde as militantes estavam presentes, ao lado principalmente das mulheres pobres e trabalhadoras.³⁰ *Brasil Mulher* ganha relevância neste capítulo pois, além de ter sido o primeiro periódico feminista brasileiro da Segunda Onda,³¹ teve uma boa tiragem de exemplares. Suas editoras mantiveram uma aproximação com campos da igreja, trazendo às páginas do jornal alguns claros sinais dessa relação.

28 *Persona*. Sobre *Persona*, Disparen. Ano 1, n. 3, dez 1974, p. 10.

29 Neste ponto faz-se necessário o questionamento do argentino *Persona*, já que Oddone, sua principal editora, é apontada como feminista “de direita” por algumas feministas argentinas entrevistadas para o projeto *Cone Sul*.

30 TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista a Joana Maria Pedro em São Paulo, 24.08.2005, transcrita por Soraia Carolina Mello, Veridiana Bertelli de Oliveira e Maria Cristina de Oliveira Athayde. Acervo LEGH/UFSC.

31 Sobre a discussão de qual seria o primeiro periódico feminista brasileiro cf. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Estudos Feministas*. v. 11, n. 1, Florianópolis, 2003. Disponível em: www.ieg.ufsc.br.

Já o periódico *Persona*, publicado em Buenos Aires, foi escolhido como fonte desta investigação devido à data de sua publicação, que coincide em parte com a do *Brasil Mulher*, e por ter sido publicado (em sua terceira etapa – a partir de 1980) ainda no período da ditadura argentina. Nele, chamam a atenção algumas capas que falavam explicitamente sobre religião. Outro periódico feminista argentino que mencionaremos mais adiante é o *Brujas*, lançado em 1983 e que continua a ser publicado até os dias de hoje.

Para esta análise foram utilizados 16 números do periódico *Brasil Mulher*, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, referentes aos anos de 1976 a 1979. Do argentino *Persona*, publicado em Buenos Aires pelo *Movimiento de Liberación Femenina*, utilizamos 11 exemplares datados entre 1974 e 1983.

As questões presentes nesses jornais foram diretamente ditadas e fomentadas pelos grupos que os editavam e publicavam. Em *Brasil Mulher* temos relatos que apontam suas militantes como mulheres de classe média branca, com alguma experiência política. Muitas delas faziam parte das fileiras comunistas e militavam no PC do B, na Ação Popular Marxista Leninista (APML) e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).³² A tiragem do jornal era de 5 mil exemplares, porém algumas edições saíram com 10 mil.

Maria Amélia de Almeida Teles, antiga militante do PCB, depois do PC do B, narra em entrevista o trabalho que fazia com os exemplares do jornal *Brasil Mulher*: “eu o distribuía e o discutia com 18 clubes de mães”.³³ Conta que lia com esses grupos de mulheres trechos do jornal e em seguida debatiam os temas abordados por ele.³⁴ Assim, como se pode observar, o jornal servia como passaporte do movimento feminista para atuação nos meios populares. Em alguns casos era usado como equipamento didático para aquilo que as militantes consideravam ser um processo de “conscientização da mulher”. Muitos dos clubes de mães foram fundados com o apoio da Igreja Católica, que os incentivava e oferecia muitas vezes espaço para as reuniões.

32 LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. cit.

33 Grupos de mulheres que se reuniam em bairros para reivindicar questões que diziam respeito a todas elas, em sua maioria mães, como creches e o fim da carestia.

34 TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista. Op. cit.

Convém então destacar que em 1975, sob o patrocínio da Cúria Metropolitana e da ONU, reuniram-se grupos de mulheres no evento que se intitulou “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, realizado na Câmara Municipal de São Paulo.³⁵ Este contexto certamente tornou a crítica feminista à Igreja Católica no Brasil bem menos contundente, pois a igreja fazia um tipo de ponte entre as feministas e o chamado movimento de mulheres. Não podemos esquecer que toda essa movimentação estava sob a égide da repressão e que os movimentos sociais não tinham condições de agir livremente para conquistar seus ideais; entendemos, portanto, como fundamental para o feminismo a “proteção” exercida pela igreja naquele momento.

200

A igreja era, na época, uma das poucas instituições capazes de se posicionar frente ao Estado militar e obteve o papel de mediadora entre os grupos de mulheres e o governo.³⁶ Foi nesse mesmo ano que saiu o primeiro número do jornal *Brasil Mulher*, que ainda não se definia claramente como feminista. Conforme mencionamos, o termo feminismo esteve cercado das mais diversas conotações pejorativas. A mudança no caráter do jornal tornou-se visível após se intitular feminista, a partir do segundo número. Na edição de estreia não vemos matérias relacionadas a questões de fôlego do feminismo – como contraceptivos, sexualidade ou saúde, por exemplo. Vemos um jornal voltado para a luta pela anistia, para as questões de classe e para a emancipação financeira das mulheres e, em meio a isso tudo, um texto de caráter feminista, intitulado “Mulher”, aparece justificado por uma citação da bíblia,³⁷ o que deixa mais claro ainda a influência da Igreja Católica sobre a publicação.

O reconhecimento da igreja enquanto campo institucional de poder e influência social foi um fato marcante e extremamente relevante,

35 MORAES, Maria Lygia Quartim. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara/SP: UNESP, 1990, p. 14-15.

36 DABOIT, Pedro Carlos. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996, p. 23.

37 “A voz do sangue do teu irmão clama na terra por mim” (Gênesis 4:11). *Brasil Mulher*. Anistia. Ano 1, n. 0. Londrina, 1975, p. 8-9.

já que o diálogo que se estabeleceu entre o movimento feminista e esta instituição se deu principalmente no âmbito político da influência social e na disputa por espaços de poder junto às mulheres.

Quanto à questão do reconhecimento de diferenças no interior da igreja, o periódico *Brasil Mulher* trouxe, em 1976, um documento da CNBB intitulado “Comunicação pastoral ao povo de Deus”.³⁸ O documento, endereçado aos religiosos, às comunidades de base, aos grupos de reflexão e a toda gente pobre, discutiu problemas da igreja e a violência na sociedade. Ao longo de todo o texto não se tocou na questão das mulheres; a opção referida aqui foi a “opção pelos pobres”. O documento denunciou o uso da força pelo Estado e os ataques sofridos por alguns “defensores do povo”. Fica claro que a igreja não estava sendo criticada pelo grupo editor do periódico, ao contrário, era apoiada por ele, ganhando espaço em suas páginas para uma comunicação de um órgão oficial – a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Assim, na página 2 do editorial aparecia a visão do grupo Brasil Mulher sobre o documento:

201

O BM diz: este documento respeita a inteligência e a sensibilidade do povo brasileiro. [...] A Igreja brasileira está, nesse momento, desempenhando seu papel cristão, cumprindo suas propostas e compromissos históricos renovados a partir de João XVIII, embora nem todos da mesma Igreja estejam de acordo, incluindo entre esses membros da mais alta hierarquia religiosa. A Igreja católica no Brasil não está só [...] as violências denunciadas no documento estão descritas em linguagem simples, direta, mostrando a realidade de forma a não permitir os clássicos sofismas governamentais.³⁹

A citação evidenciava o claro apoio do grupo Brasil Mulher à ala mais à esquerda da Igreja Católica e mostrava o reconhecimento das diferenças teológicas e de práticas dentro da instituição. A igreja ainda foi citada algumas vezes em outros números

38 *Brasil Mulher*. CNBB, Comunicação pastoral ao povo de Deus. Ano 2, n. 6. São Paulo, 1976, p. 8-9.

39 *Brasil Mulher*. Editorial. Ano 2, n. 6. São Paulo, 1976, p. 2.

do mesmo periódico em questões como o uso da pílula e o controle da natalidade. Em alguns artigos argumentavam que a igreja ainda era impassível em muitas de suas resoluções. De qualquer maneira, esse periódico se esforçou por colocar em destaque as opiniões de bispos ou padres ligados à Teologia da Libertação, ou que tenham feito uma opção pelos pobres.

202 Em momento algum, nos números analisados, foram discutidas diretamente as reivindicações das mulheres ou do feminismo sob a ótica da Teologia da Libertação. O jornal *Brasil Mulher* narrou diversas atividades em conjunto com a esquerda católica e os grupos organizados⁴⁰ pelas mulheres. É importante lembrar aqui que a igreja manteve o apoio a inúmeras organizações de mulheres e também aos clubes de mães; esses “movimentos de mulheres” eram bem aceitos dentro da esquerda eclesial, dado que suas lutas convergiam para o campo do público, isto é, das demandas sociais em geral, estando, portanto, em sintonia com a luta em prol dos pobres travada pela Teologia da Libertação. O mesmo não se dava com o feminismo, que queria interferir em questões de foro privado e que até os dias atuais são tabus na discussão teológica, como a sexualidade, por exemplo. Isso é curioso e nos faz pensar sobre a postura ambígua das feministas que levavam as edições do *Brasil Mulher* para serem discutidas pelos grupos de mulheres, visando atrair parte delas para os ideais e a militância feminista. Dentro desses grupos, muitas mulheres de fato se tornaram feministas, sendo que alguns grupos inteiros posteriormente reivindicaram para si o feminismo.⁴¹

A igreja foi tema recorrente no periódico *Brasil Mulher* visto que, de 204 matérias pesquisadas, 46 se referiam à igreja e oito eram sobre algum aspecto da instituição. As matérias do

40 *Brasil Mulher*. Pela justiça e libertação. Ano 2, n. 9. São Paulo, 1977, p. 7; *Brasil Mulher*. Anistia é liberdade. Ano 3, n. 10, São Paulo, 1977, p. 12; *Brasil Mulher*. 8 de março. Ano 2, n. 12. São Paulo, 1978, p. 2 e 12.

41 MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da abertura. *Revista Santa Catarina em História*. v.1, n.1, 2007. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/35/42>.

jornal tinham uma profunda ligação com seu público-alvo, uma vez que estava direcionado a uma camada da população ainda predominantemente católica e pouco letrada no feminismo. Procurava utilizar uma linguagem mais popular e se aliava a setores da igreja que já tinham aceitação e reconhecimento social. O jornal dessa forma pôde, ao longo dos anos, aprofundar seus debates e angariar mais militantes à causa feminista, sem deixar de lado as lutas sociais que iam ao encontro, no contexto da ditadura, das diversas lutas travadas pelas liberdades sociais, contra os arrochos econômicos e pelos direitos humanos.

Diferentemente de *Brasil Mulher*, o periódico argentino *Persona* se dirigia a uma classe média “intelectualizada”, fato percebido através da linguagem utilizada em seus primeiros números. Entretanto, seu discurso teórico, rico em citações e bastante culto, foi sendo alterado gradativamente a partir de 1980. Juntamente com a mudança na linguagem observamos uma alteração na formatação do próprio periódico, que ficou menor, aproveitando melhor seu espaço e possibilitando uma leitura mais rápida e um suporte que fornecia uma compreensão mais fácil. Essa mudança foi significativa, pois a alteração da linguagem e do suporte pode ter permitido ao jornal atingir um público mais amplo, para além da classe média. O jornal se dispôs a dialogar com as operárias e trabalhadoras em alguns momentos. Sua tiragem, maior do que a do *Brasil Mulher*, era de 10.000 exemplares e através da sessão de cartas, presente na maior parte das edições, podemos verificar que, devido à circulação das cópias, o número de leitoras/es atingido passou a ser bem maior.

Persona se caracterizava por matérias longas, com debates de fôlego sobre os diversos temas; dentre eles, algumas discussões sobre a igreja e a religiosidade merecem atenção, como veremos a seguir.

Em seu primeiro número, o editorial apresentava o objetivo do periódico: “salimos a la calle con nuestra revista *Persona* con el propósito de informar, analizar e testimoniar sobre la condición de la mujer en nuestra sociedad”.⁴² Além disso, as editoras indicavam que o nome

42 “Saímos à rua com nossa revista *Persona* com o propósito de informar, analisar e testemunhar sobre a condição da mulher em nossa sociedade”. Tradução livre. *Persona*. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, 1974.

havia sido escolhido por negarem o direito das mulheres de serem pessoas (*personas*)⁴³ na sociedade argentina.

Sobre a questão do reconhecimento da “mulher” enquanto pessoa, Leonardo Boff destacou que o texto eclesiástico “[...] traz a carga de discriminação presente ao reservar a palavra *persona* somente ao varão, permitindo concluir que a mulher, por ser incapaz do sacramento da ordem, não é *persona*”.⁴⁴ Deixamos claro que não podemos correlacionar diretamente estas duas últimas citações, dado que não existem registros que comprovem que as participantes do grupo editorial do *Persona* tenham lido sobre a Teologia da Libertação. Contudo, percebemos que o tema mulher/*persona* também correspondia a uma crítica à teologia católica e, mesmo não havendo ligação, é interessante notar a sintonia entre as colocações.

204 Em uma análise quantitativa, o número de matérias do jornal argentino que se referiam à igreja foi menor do que o do periódico brasileiro *Brasil Mulher*. No *Persona* encontramos, em meio às 142 matérias pesquisadas, 33 que mencionavam de alguma forma a Igreja Católica e apenas cinco específicas sobre ela. É relevante salientar que as matérias sobre a igreja se caracterizavam por ser longas e por promover duros ataques à instituição, abrindo um espaço ínfimo para mencionar os movimentos de transformação eclesiásticos. Alguns trechos bíblicos foram citados ao longo dos diversos exemplares pesquisados; as menções demarcavam um discurso católico ultrapassado e serviam de base para as críticas feministas. Uma citação em especial nos chamou a atenção:

*Las casadas estén sujetas a sus propios maridos, como al Señor; porque el marido es cabeza de la mujer, así como Cristo es cabeza de la iglesia, la cual es su cuerpo, y él es su Salvador. Así que, como la iglesia está sujeta a Cristo, así también las casadas lo estén a sus maridos en todo. Efesios 5:22-24.*⁴⁵

43 *Persona*. Editorial. Ano 1, n. 1. Buenos Aires, 1974, p. 3.

44 BOFF, Leonardo. Op. cit., p. 89.

45 “As casadas estão sujeitas a seus próprios maridos, como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher, assim como Cristo é a cabeça da Igreja, a qual é seu corpo, e ele é seu Salvador. Assim que, como a Igreja esta sujeita a Cristo, assim também as casadas estão a seus maridos em tudo”. Efésios 5:22-24. Tradução livre.

Este mesmo versículo é citado em três diferentes edições do periódico.⁴⁶ A exortação refletia a visão de uma parcela da hierarquia católica sobre as mulheres e foi também utilizada pelo discurso feminista para demonstrar o quanto a igreja estava contra a liberação da mulher,⁴⁷ especialmente por pregar claramente sua subordinação. A citação foi tomada pelas editoras para demarcar sua contrariedade às práticas da hierarquia e da teologia predominantes até aquela época na Argentina.

Chamamos a atenção para uma reportagem intitulada “*Religión: dimensión espiritual de la liberación femenina*”, publicada em 1975.⁴⁸ O texto era de uma feminista radical estadunidense, teóloga por formação; nele, a igreja era tratada como autoritária e precursora de uma sociedade patriarcal. A autora dizia que existiam alguns teólogos que admitiam o sexismo da igreja, porém nada faziam a respeito. Observamos que esse discurso pode estar alinhado ao feminismo da diferença,⁴⁹ mas é importante salientar que, para feministas que acreditavam que as mulheres seriam melhores do que os homens para governar ou dirigir instituições, a igreja, com sua hierarquia completamente masculina, representava tudo o que havia de mais prejudicial a elas na sociedade.

Contudo, uma citação num artigo de 1975 do *Persona* demonstrava que já existiam vozes católicas críticas e dissonantes, como a de um Arcebispo (Roderts), que dizia: “*se se hubiera bombardeado Japón con anticonceptivos en lugar de bombas que solamente matan, mutilan y marchitan a miles de vivientes, se hubiera escuchado el grito de furiosa protesta del vaticano hasta el más remoto lugar de Ásia*”.⁵⁰

46 *Persona*. Ano 2, n. 6. Buenos Aires, 1975, p. 18; *Persona*. Ano 2, n. 7. Buenos Aires, 1975, p. 5; *Persona*. N. 1. Buenos Aires, 1983, p. 12.

47 *Persona*. Los métodos de la iglesia católica. n. 1. Buenos Aires, 1983, p. 12.

48 DALY, Mary. Religión: dimensión espiritual de la liberación femenina. *Persona*. Ano 2, n. 6. Buenos Aires, 1975, p. 14-20.

49 Sobre as diferentes vertentes feministas, entre elas o feminismo da igualdade e o da diferença, cf. GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo de gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. Caderno *Relações de gênero x Relações de sexo*. São Paulo: USP, 1989, p. 1-45.

50 “Se houvessem bombardeado o Japão com anticoncepcionais no lugar de bombas que só matam, mutilam e entristecem milhares de vivientes, haveríamos escutado o grito de protesto furioso do vaticano até no mais remoto lugar da Ásia”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 17.

É interessante perceber que este arcebispo não dizia que o protesto viria da igreja como um corpo único, mas sim do vaticano, onde estava e está concentrada a cúpula da hierarquia eclesiástica. Podemos inferir com esta citação que o periódico estava atento a alguns eclesiásticos que se mostravam mais abertos às discussões ligadas à sexualidade e que pregavam uma alteração dos enunciados católicos. A matéria destacava também que o caminho para as mulheres que lutavam pela liberação poderia ter duas vertentes: existiam aquelas que, ao se tornarem feministas, se distanciavam da igreja, lembrando dela somente diante de questões como o aborto; enquanto outras continuavam na estrutura eclesial, pois acreditavam na possibilidade de se mudar as leis e os costumes da igreja. Em ambos os casos, a dimensão espiritual não era deixada de lado. A matéria lembrava a dimensão espiritual do próprio feminismo e da noção de irmandade feminina, a qual ajudaria na libertação das mulheres. O conceito de irmandade foi substituído posteriormente na linguagem feminista pelo de “sororidade”,⁵¹ que vinha ao encontro de uma proposta menos excludente. A possibilidade de uma nova igreja, talvez não mais a católica, ou uma nova religiosidade, aparecia com força nesse texto.

Podemos perceber que, mesmo citando um arcebispo católico, a posição de expor o pensamento eclesial era muito diferente da do periódico *Brasil Mulher*, que podia apresentar, por exemplo, um texto elaborado dentro da igreja, e não para criticá-lo. *Persona* usou palavras de um religioso, porém para criticar a estrutura da igreja; nenhum elogio foi feito, nenhuma defesa, também não houve qualquer reconhecimento de posturas a favor dos ideais feministas ou em prol dos pobres, como encontramos no *Brasil Mulher*. Ou seja, na Argentina, por meio do material analisado, não encontramos alianças entre os grupos feministas e a Igreja Católica.⁵²

51 A noção de “sororidade” tem a conotação de fraternidade (que vem do termo latino “frater” – irmão), no entanto, deriva do termo “soror” – irmã; e foi bastante utilizada para designar uma “irmandade feminina”. Para mais informações, cf. GEBARA, Ivone. *O que é teologia feminista*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

52 O que não significa que vestígios de tal relação não possam surgir de outras fontes.

Duas espécies de crítica à igreja podem ser encontradas no *Persona*: a questão da Inquisição e a da não ocupação de cargos eclesiásticos pelas mulheres. “*El antifeminismo en la Iglesia*” era o título de uma matéria de quatro páginas na edição de número 2, de 1974;⁵³ nela foram apresentadas algumas resoluções do IV Sínodo de Bispos no Vaticano sobre o caráter da “mulher” na igreja. O periódico traçou uma crítica embasada nos documentos eclesiais e perguntava se a cúria romana não teria “senso de ridículo”, pois ainda apontava o caráter específico da mulher como sendo somente mãe e cuidadora. A ocupação de cargos eclesiásticos por mulheres foi apresentada também na edição seguinte do jornal.⁵⁴ O outro tipo de crítica se referia ao tema da Inquisição, presente em três diferentes matérias nas edições pesquisadas do *Persona*.⁵⁵ Esse tema foi mais amplamente abordado em outro periódico argentino: *Brujas*.

207

A Inquisição foi também conhecida como Caça às Bruxas, e este foi o título de uma discussão que se enveredou pela união da igreja com a política. O texto indicava que a imprensa era responsável também pelo grande massacre das mulheres tidas como bruxas, uma vez que a ampla reprodução dos manuais de caça às bruxas, como o *Malleus Maleficarum*, possibilitou que mais pessoas se empenhassem nessa perseguição.⁵⁶ A união de imprensa, política e igreja é bastante antiga, porém tornou-se relevante como tema ainda presente na época de publicação do periódico.

A igreja foi apontada como grande influenciadora da televisão argentina em 1981. “*La presencia de miembros del clero católico (na televisão argentina) parece ser obligatoria por la asiduidad que debemos verlos*”.⁵⁷ O texto ainda diz que esses eclesiásticos que aparecem na televisão defendem um pensamento fossilizado das questões sociais,

53 *Persona*. El antifeminismo en la iglesia. Ano 1, n. 2. Buenos Aires, 1974, p. 27-30.

54 *Ibidem*, p. 42.

55 *Persona*. La mujer y la la ciencia. Ano 2, n. 6. Buenos Aires, 1975, p. 5-7; *Persona*. La caza de brujas. Ano 2, n. 5. Buenos Aires, 1975, p. 23-24; *Persona*. El gran miedo al cambio. Buenos Aires, n. 1, 1983, p. 14.

56 *Persona*. La caza de brujas. Ano 2, n. 5. Buenos Aires, 1975, p. 23.

57 “A presença de membros do clero católico parece ser obrigatória pela assiduidade com que devemos vê-los”. Tradução livre. *Persona*. La televisión argentina. Ano 2, n. 7. Buenos Aires, 1975, p. 17.

com diversos pontos ligados à luta feminista. A crítica à televisão Argentina como meio alienador e de baixa qualidade foi justificada pelo periódico com a seguinte afirmação: “*es necesario recordar que, además de sacerdotes, nuestra edificante televisión está asesorada por las ligas de Padres y madres de familia, y dirigida por militares obviamente*”.⁵⁸

208 Com esta citação vemos explicitamente que a igreja era colocada como aliada dos militares e ambos eram responsáveis por manter um sistema de comunicação em massa que remetia ao *modus vivendi* católico, com seus costumes e preceitos patriarcais, cujo discurso reforça o papel de mulher como mãe, cuidadora e mulher essencialmente feminina. Dentro desses papéis estabelecidos e propagados havia séculos pela cúria romana, enquadrava-se a justificativa da lei de *pátria potestad* (pátrio poder). Essa lei argentina vigorava sobre os direitos e obrigações dos pais para com seus filhos e seus bens e dava o poder de decidir sobre as/os filhas/os somente ao pai, já que este era reconhecido como chefe da família. Toda a argumentação para não se permitir que a proposta feminista de indistinção entre pai e mãe na questão da *pátria potestad* fosse implementada foi amplamente embasada no direito canônico, na Bíblia e na citação de diversos “santos” como, por exemplo, São Tomas de Aquino.⁵⁹ Essa união da igreja com o Estado foi outro ponto de embate do feminismo com a igreja argentina.

No último periódico analisado, datado de agosto de 1983, portanto no período final da ditadura que acabou oficialmente em 10 de dezembro de 1983,⁶⁰ o conselho editorial de *Persona* tratou pela primeira vez abertamente do tema ‘ditadura militar’. Ao falar do assunto, falava também do apoio dado a ela pela igreja,

58 “É necessário lembrar que, além de sacerdotes, nossa edificante televisão está assessorada pelas ligas de pais e mães de família, e dirigida por militares, obviamente”. Tradução livre. *Persona*. Ano 2, n. 7. Buenos Aires, 1975, p. 17.

59 ROSTAND, Jean. La superioridad de la madre. *Persona*. Terceira etapa, n 2. Buenos Aires, 1980, p. 23-24; VIDAL, Isabel Fernandez. Patria potestad: la ley de cuidado con los hijos. *Persona*. Terceira etapa, ano 2, n. 7. Buenos Aires, 1981, p. 4-6.

60 Disponível em: www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html.

afirmando, inclusive, que o Estado e a igreja na Argentina não estavam separados. Atacava efusivamente a igreja, dizendo que “durante los años de la represión la Iglesia Católica guardó silencio oficialmente. Sin por eso dejar de ocupar su lugar de siempre al lado de los generales y bendiciendo cualquier cosa, desde armas hasta estadios de fútbol”.⁶¹

Em “*Los métodos de la iglesia católica*” a igreja era apontada como oportunista por se aliar aos militares que estavam no poder, e se alia-ria também a qualquer outro grupo que estivesse nessa situação, de acordo com a autora do referido artigo, que seguia afirmando que, com a conjuntura apontando para uma derrocada do regime ditatorial, a igreja argentina teria começado a se converter a um discurso em prol dos pobres.

Notamos aí uma diferença crucial com o Brasil, onde mesmo os órgãos oficiais da igreja, como a CNBB, se posicionaram contra as violações dos direitos humanos e em prol dos pobres muito antes da abertura política ter despontado. A contradição da igreja, no caso argentino, estava clara para as editoras do *Persona*, as quais apresentavam documentos internos da instituição apontando suas ambiguidades e contradições, além de questões econômicas e a perseguição religiosa. Na Argentina, até aquele momento, o ensino religioso católico era obrigatório em todas as escolas e isso se devia, sobretudo, na visão de *Persona*, à existência de somente católicos nos governos, nos meios de comunicação e na publicidade.⁶² É importante situar esse discurso em seu contexto, visto que estava marcado por três questões essenciais: a visita do Papa à Argentina, o enfraquecimento do poderio dos militares e as manifestações ocorridas no país relativas à crescente pobreza da população. Possivelmente os ataques não teriam sido tão duros se o Papa não tivesse visitado o país e mais uma vez reforçado as tão criticadas ideias da cúria romana para a população; e isso também não teria vindo à tona se os militares, e sua aliada igreja,

61 “Durante os anos da repressão, a Igreja Católica guardou silêncio oficialmente. Sem por isso deixar de ocupar seu lugar de sempre ao lado dos generais, benzendo qualquer coisa, desde armas até estádios de futebol”. Tradução Livre. *Persona*. Los métodos de la iglesia católica. Op. cit.

62 Ibidem.

estivessem no auge de seu poder. Nesse caso, as consequências de tal ato de afronta poderiam ter sido drásticas.

Algumas reflexões sobre um campo de alianças e inserções

210

Podemos perceber como as dinâmicas locais, mesmo sendo semelhantes em alguns pontos nos dois países, influenciaram de forma importante as relações do feminismo com a igreja. Não é possível ignorar o fato de que a própria constituição e os posicionamentos da igreja demarcaram a forma como o feminismo se colocou frente a ela. No Brasil, país tido como de vanguarda na questão da Teologia da Libertação, muitos elogios e atividades em conjunto com campos eclesiais apareceram. Talvez a visibilidade desse campo da esquerda católica tenha possibilitado às feministas um diálogo mais aberto nas discussões políticas e de caráter social. Todavia, as críticas permaneceram duras em quesitos como sexualidade e corpo.

O discurso dos periódicos feministas brasileiros dos anos 1970 esteve situado num “entre-lugares”, já que as principais reivindicações do movimento de Segunda Onda tiveram que ser silenciadas em suas páginas. Os grupos feministas alcançaram seus limites de expressão tanto nas fronteiras da aliança com a Igreja Católica, como no não reconhecimento de suas propostas pelos grupos de esquerda com regras de conduta tão moralistas quanto as da direita, fosse ela religiosa ou leiga.

Na Argentina, a prática do discurso se entrelaçou à busca de uma experiência religiosa diferenciada daquela hegemônica em sua sociedade. A Teologia da Libertação não conseguiu muito espaço, organização e visibilidade nesse contexto. Isso influenciou o discurso feminista, que travou um embate mais ferrenho com a cúpula eclesial aliada dos militares. Mesmo assim, houve a distinção entre a cúria romana e alguns posicionamentos de eclesiais que foram, em certos momentos, elogiados pelas feministas. Tal panorama nos ajuda a pensar como as experiências locais influenciaram a constituição do próprio feminismo, da Igreja e de suas relações em ambos os países, assim como em outros do Cone Sul.



REPRESSÃO, REVOLUÇÃO E CULTURA



OS *NUNCA MÁS* NO CONE SUL: gênero e repressão política (1984-1991)

Mariana Joffily



Nas décadas de 1960 e 1970 vários países do Cone Sul sofreram golpes militares e viveram sob regimes ditatoriais.¹ Em abril de 1964 foi derrubado no Brasil o presidente civil João Goulart e instalado um período de exceção que duraria 21 anos. Em junho de 1973, no Uruguai, um golpe militar rompeu com seis décadas de democracia política, às quais se seguiriam 12 anos de ditadura militar. Pouco tempo depois, em setembro de 1973, o general Augusto Pinochet, apoiado de forma ostensiva pelo governo dos Estados Unidos, derrubou o presidente socialista do Chile, Salvador Allende, e manteve-se no poder por 17 anos. Em março de 1976 uma junta militar assumiu o comando político da Argentina e mergulhou o país num banho de sangue que durou sete anos. Esses regimes tiveram vários aspectos em comum: todos foram comandados por militares, possuíam orientação política de direita, violaram sistematicamente os direitos humanos, contavam com o apoio dos Estados Unidos, afirmavam-se abertamente anticomunistas e deixaram marcas profundas na história política de seus respectivos países.²

1 Informações como esta sinalizam o eixo comum das pesquisas que este livro engloba; aparecerão, portanto, algumas vezes no correr de seus capítulos.

2 O Paraguai não foi incluído por duas razões: os marcos cronológicos de sua ditadura militar destoam consideravelmente daqueles dos outros países abordados e o governo ditatorial de Alfredo Stroessner possuiu características muito específicas, que combinavam a doutrina de Segurança Nacional com elementos associados ao populismo.

O objetivo deste capítulo é levantar algumas questões envolvendo a temática da repressão política e do gênero sem, contudo, respondê-las completamente. Para refletir sobre a repressão dentro de uma perspectiva de gênero, partiremos dos relatórios das comissões de verdade e justiça, que trazem muitos dados sobre a violação dos direitos humanos nesses períodos autoritários. Em seguida, faremos uma discussão sobre a participação feminina na resistência – armada ou não – aos governos ditatoriais. Por fim, serão apresentados alguns elementos que parecem importantes para o desenvolvimento de uma reflexão mais geral sobre gênero e repressão nas ditaduras militares do Cone Sul.

O tema das ditaduras militares tem estado bastante em voga, em função da eleição de presidentes de tendências políticas de esquerda em diversos países da América Latina³ e da inserção, na agenda política desses governantes, da complicada questão de como lidar com os crimes perpetrados pelos militares nos períodos de exceção. Uma vasta bibliografia tem procurado contemplar temas importantes, como os arquivos “sensíveis”,⁴ a Operação Condor,⁵ o aparelho repressivo,⁶ a transição democrática,⁷ a

3 Para citar alguns exemplos: no Brasil o presidente Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 e reeleito em 2006; na Argentina o presidente Néstor Kirchner, eleito em 2003 e Cristina Fernandez Kirchner, eleita em 2007; no Chile a presidente Michelle Bachelet, eleita em 2006; no Uruguai o presidente Tabaré Vázquez, eleito em 2004. Mas apesar disso, acompanhamos recentemente a retomada do poder pela direita em alguns desses países, como o Chile e o Uruguai.

4 CATELLA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. QUINTANA, Antonio Gonzáles. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Disponível em: <http://portal.unesco.org>. Os “arquivos sensíveis” são aqueles que reúnem documentos relativos à repressão de governos autoritários. Recebem essa designação por conter documentos que podem dar margem a processos judiciais – contra os repressores – e por envolver, em certos casos, indivíduos que ainda desempenham funções públicas.

5 CALONI, Stella. *Operación Condor: pacto criminal*. México: La Jornada, 2001; DINGES, John. *Os anos do condor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

6 FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. HERSHBERG, Eric; AGÜERO, Felipe (orgs.). *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

7 CRENZEL, Emilio A. *La historia política del Nunca Más: La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. MARCHESI, Aldo et al. *El presente de la dictadura*. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Trilce, 2004.

participação das mulheres na resistência às ditaduras militares,⁸ entre vários outros.

Para aqueles que trabalham com o tema da repressão, os informes elaborados por organizações de defesa dos direitos humanos ou encomendados pelos próprios governos no período do retorno à democracia permanecem como uma referência fundamental. Nos quatro países aqui considerados houve a iniciativa de se fazer um balanço da repressão política nos anos ditatoriais como um processo de revisão indispensável para a transição democrática. Esse processo ocorreu de maneiras distintas em cada país, mas os informes foram unânimes em sua palavra de ordem: “Nunca Mais!” A ideia central nesse esforço de fazer uma radiografia da violação dos direitos humanos durante as ditaduras militares é a de que não se pode construir um sistema democrático digno desse nome fazendo tábula rasa de um passado de mortes, desaparecimentos e torturas. A busca de verdade e justiça, manifestada nos informes, tinha um objetivo muito mais ambicioso do que estabelecer fatos e vítimas; tratava-se de impedir, através das denúncias dos horrores cometidos pelos governos militares, que tais eventos pudessem ocorrer novamente.

Como afirma Emilio Crenzel a respeito do *Nunca más* argentino, esse relatório foi assumido como “*el legado que sintetizaba una interpretación canónica y compartida sobre lo ocurrido*”.⁹ Esses informes constituem, portanto, uma fonte privilegiada não apenas para conhecer o que foi a repressão política nesses países, uma vez que elaboraram uma primeira visão sistemática do que foram as ditaduras

8 Para citar apenas alguns, ARAUJO, Ana Maria. *Tupamaras*. Des femmes de l’Uruguay. Paris: Des femmes, 1980; DIANA, Marta. *Mujeres Guerrilleras*. La militancia de los setenta em el testimonio de sus protagonistas femininas. 2 ed. Buenos Aires: Planeta (Espejo de la Argentina), 1997; WOLFF, Cristina Scheibe. Le genre de la résistance: représentations de genre dans la lutte armée contre la dictature militaire au Brésil – 1968-1973. In: *Cahiers du Brésil Contemporain*. n. 55/56, Paris: Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (EHESS), Institut des Hautes Études d’Amérique Latine (Paris III), 2004, p. 55-67; FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

9 “[...] o legado que sintetizava uma interpretação canônica e compartilhada sobre o ocorrido”. Tradução livre. CRENZEL, Emilio. El Nunca Más en fascículos: el infierno resignificado. In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. v. 17, n. 2, jul-dez de 2006, p. 2. Disponível em: www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=40.

militares, mas também para investigar como se construiu a memória histórica a respeito dos anos de autoritarismo. Abordando, entre outros temas, o fenômeno importante da participação feminina na militância política e, conseqüentemente, da repressão que se abateu também sobre as mulheres, os *Nunca más* trazem elementos interessantes para levantar alguns pontos de discussão a respeito das estratégias repressivas permeadas pelo gênero.

Os *Nunca Más*

216

As formas como as comissões encarregadas de redigir esses informes foram criadas dizem muito a respeito do processo de transição democrática vivido por cada sociedade. Na Argentina, onde a ditadura acabou em grande parte devido à derrota do país para a Grã-Bretanha na impopular Guerra das Malvinas (1982), houve uma espécie de colapso e a saída dos militares do poder ocorreu através de uma “retirada quase incondicional”.¹⁰ Nesse país foi constituída pelo poder executivo, através do Decreto 187 do dia 15 de dezembro de 1983, uma Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), com o intuito de esclarecer as circunstâncias relacionadas com o desaparecimento de pessoas, buscando identificar seu destino e, se possível, localizar seu paradeiro.¹¹ A Comissão, composta por um grupo de “notáveis” argentinos e encabeçada pelo escritor Ernesto Sábato, recolheu os depoimentos de inúmeros familiares de vítimas, sobreviventes e testemunhas, percorreu centros clandestinos de detenção e tortura, investigou registros de diversos necrotérios, cárceres e unidades de polícia, inspecionou unidades militares, estabelecimentos psiquiátricos e de ajuda social na busca de documentos que esclarecessem o destino dos desaparecidos.

No Brasil, cuja transição democrática foi lenta, iniciada e tutelada pelo próprio governo militar – sob intensa pressão da

10 D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 8.

11 COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). *Nunca más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. 8. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2007, p. 447.

sociedade civil – a confecção do *Nunca Mais* foi clandestina. O projeto teve sua origem no trabalho dos advogados de presos políticos que preparavam as petições de anistia – proclamada no dia 28 de agosto de 1979 – para seus clientes ainda presos ou exilados. Os advogados tinham o direito de consultar os arquivos dos processos da Justiça Militar durante o período de 24 horas. Um grupo ligado à defesa dos direitos humanos decidiu copiá-los. Seus membros sabiam que nos processos estavam contidos os depoimentos dos presos políticos perante as auditorias militares, quando, muitas vezes, denunciavam as torturas a que foram submetidos.

Possuir uma cópia desses depoimentos significava ter a prova da utilização sistemática da tortura pelo regime militar, pois aqueles que a denunciavam, ao fazê-lo, corriam o risco de sofrer novas sevícias. Além disso, essa documentação mostrava uma série de irregularidades e atos ilegais, sendo a prova irrefutável dos abusos cometidos pelo governo militar brasileiro. De 1979 a 1984 uma equipe de especialistas ocupou-se de fotocopiar, microfilmear e tratar as informações contidas nos processos políticos que transitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 a março de 1979. O projeto foi financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas, então dirigido por Philip Potter, e contou com grande apoio do cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Seu objetivo consistia em apresentar uma “radiografia” da repressão política, bem como uma “anatomia da resistência”, além de garantir que “nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas”.¹² A fim de proteger não apenas a integridade física daqueles que o desenvolviam, como também para salvaguardar a documentação recolhida, o informe foi realizado em grande sigilo.¹³ Uma vez copiada a quase totalidade dos processos, seus dados foram minuciosamente compilados e cruzados, sendo

12 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 21-26.

13 Para conhecer essa com detalhes, cf. WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Em 1988 foi publicado um segundo volume: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, que corresponde ao Tomo III dos 12 volumes.

apresentados em 12 volumes. Uma versão reduzida foi publicada em livro, no ano de 1985, causando grande impacto na opinião pública.

A transição uruguaia para a democracia iniciou-se com a derrota do governo no plebiscito de 1980, convocado para legitimar sua permanência. Também nesse caso transcorreram alguns anos até que fosse eleito o primeiro presidente civil, em março de 1985, Julio Maria Sanguinetti.¹⁴ O Serviço Paz e Justiça (SERPAJ) guiou-se, para a elaboração de seu informe, pela necessidade de “*nutrir la memoria colectiva*”.¹⁵ Trata-se assumidamente de um projeto de memória, evitando que o esquecimento daquele período levasse à sua relativização e, sem seguida, à sua negação como evento histórico. O projeto, filiando-se à matriz de seus predecessores argentino e brasileiro, visou também impedir a repetição dos fatos relatados, reforçando a defesa dos direitos humanos: “[...] *no se investiga y se juzga el pasado sólo para castigar o condenar, sino para aprender. En eso estamos*”.¹⁶ A ditadura militar uruguaia é assim descrita:

Fue una represión callada, progresiva en su gradación, “dosificada”, perfectamente selectiva hasta llegar a un control perfecto y total de la población. Logró clasificar a los tres millones de habitantes en tres categorías: A, B y C, según el grado de peligrosidad que les asignaban las “Fuerzas Conjuntas”. Nuestro país estaba ocupado por nuestro propio Ejército. Todos estábamos fichados, clasificados y vigilados. Un “Certificado de Fe Democrática” conseguido según la categoría o casillero en que cada uno estaba, regla los destinos de esa persona para conseguir empleo o perderlo, salir o entrar en el país, tener más o menos vigilada su vida y sus pasos... Llegó un momento en que hasta para celebrar una reunión familiar de cumpleaños había que pedir permiso a la autoridad competente. Todos los uruguayos fuimos sometidos al

14 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). Op. cit., p. 185.

15 “[...] *nutrir a memória coletiva*”. SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. *Uruguay: nunca más*. Informe sobre la violación de los Derechos Humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989, p. 12. Tradução livre.

16 “[...] *não se investiga e se julga o passado apenas para condenar, mas para também aprender. É disso que se trata*”. SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. *Uruguay: nunca más*. Ibidem, p. 6. Tradução livre.

*doloroso sentimiento de estar Impotentes e Inermes ante una voluntad despótica y sin control.*¹⁷

O *Nunca más* uruguaio é resultado de esforços diversos e de fontes de informação variadas. Parte do material foi recolhida com verba do Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura, com vistas a redigir um “livro branco da ditadura”. Também foram utilizados documentos testemunhais de diversos tipos arquivados no SERPAJ. O informe contou, ainda, com os resultados da pesquisa “A prisão prolongada no Uruguai: a versão dos presos”, realizada pela Equipe Consultores Associados por encomenda do SERPAJ, a partir de testemunhos de 257 homens e 55 mulheres processados pela Justiça Militar – no período de 14 de abril de 1972 até 1985. Por fim, foram utilizadas denúncias de violação dos direitos humanos apresentadas a órgãos intergovernamentais (ONU, OEA) e artigos de imprensa. O texto final foi produzido coletivamente, sob a direção de Francisco Bustamante, e o Serviço Paz e Justiça foi a entidade institucionalmente responsável pelo informe.

219

No caso do Chile, a transição para a democracia, depois da derrota do governo no plebiscito de 1988, fez-se sob a sombra da Constituição autoritária de 1980, cujo texto continuou a regular a vida do país a despeito da transferência do poder para as mãos dos civis. Essa ambiguidade reflete, em certo sentido, a profunda divisão da sociedade chilena – no plebiscito, o governo militar obteve a expressiva votação de 43% – que, por sua vez, se expressa na coexistência de memórias históricas muitas vezes contraditórias acerca do passado autoritário.¹⁸ O *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y*

17 “Foi uma repressão calada, progressiva e gradativa, ‘dosada’, totalmente seletiva, até chegar a um controle perfeito e total da população. Conseguiu classificar os três milhões de habitantes em três categorias: A, B e C, segundo o grau de periculosidade que lhe atribuíam as ‘Forças Conjuntas’. Nosso país estava ocupado por nosso próprio Exército. Todos estávamos fichados, classificados e vigiados. Um ‘Certificado de Fé Democrática’ obtido de acordo com a categoria ou classificação em que cada um estava, regulava os destinos dessa pessoa para conseguir emprego ou perdê-lo, sair ou entrar no país, ter seus passos mais ou menos vigiados... Chegou um momento em que até para fazer uma reunião familiar de aniversário era preciso pedir permissão à autoridade competente. Todos os uruguaios foram submetidos ao doloroso sentimento de estar Impotentes e Inermes diante de uma vontade despótica e sem controle”. SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. *Uruguay: nunca más*. Ibidem, p. 6. Tradução livre.

18 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). Op. cit., p. 14-15.

Reconciliación foi primeiramente distribuído em fascículos pelo jornal *La Nación*. Em seguida, foi publicado em três tomos pelo Ministério da Secretaria Geral do Governo e amplamente difundido.

A Comissão de Verdade e Reconciliação foi criada pelo então presidente da República Patricio Aylwin por meio do decreto número 355, de 25 de abril de 1990, com o intuito de “[...] *contribuir al esclarecimiento global de la verdad sobre las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas en los últimos años, con el fin de colaborar a la reconciliación de todos los chilenos*”.¹⁹ Partia-se do princípio de que a exposição das violências cometidas pelos militares provocaria na sociedade chilena a condenação de tais atos, mostraria a necessidade de se evitar sua repetição e teria por consequência a produção de um consenso – em torno desse dever – que possibilitaria a reconciliação nacional. As tarefas atribuídas à comissão, presidida pelo jurista Raúl Rettig Guissen,²⁰ giraram ao redor de quatro eixos:

220

*establecer un cuadro lo más completo posible sobre las más graves violaciones a los derechos humanos con resultado de muerte y desapariciones cometidas por agentes del Estado o por particulares con fines políticos; reunir antecedentes que permitieran individualizar sus víctimas y establecer su suerte o paradero; recomendar las medidas de reparación y reivindicación que se creyeran de justicia y aquéllas que debieran adoptarse para impedir o prevenir la comisión de nuevas violaciones.*²¹

19 “[...] contribuir ao esclarecimento global da verdade sobre as violações aos direitos humanos mais graves cometidas nos últimos anos, a fim de colaborar com a reconciliação de todos os chilenos”. COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional de verdad y reconciliación*. 2. ed. 3 volumes, Santiago do Chile, 1996, p. 1. Tradução livre.

20 Entre seus membros – nove, no total – a comissão contava com juristas ligados às organizações de vítimas e ex-ministros da ditadura. De acordo com Jorge Magasich, a comissão cedeu às pressões dos partidários de Pinochet e teve um campo de atuação bastante restrito. MAGASICH, Jorge. La commission de vérité et de réconciliation au Chili. *La Revue Nouvelle*. n. 11, t. 117, nov. 2003, Bruxelas, p. 63-64.

21 “[...] estabelecer um quadro o mais completo possível das violações aos direitos humanos mais graves, com resultado de morte e desaparecimentos, cometidas por agentes do Estado ou por particulares com fins políticos; reunir antecedentes que permitam individualizar suas vítimas e estabelecer seu destino ou paradero; recomendar as medidas de reparação e reivindicação consideradas justas e aquelas que devem ser adotadas para impedir ou prevenir a ocorrência de novas violações”. COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional de verdad y reconciliación*, p. XV. Tradução livre..

Seguindo o exemplo da comissão argentina, foram recolhidos depoimentos de norte a sul do país e reunidos os dossiês de organizações de defesa dos direitos humanos. Documentos oficiais de órgãos públicos e privados também foram requeridos para complementar as informações.

Todas as comissões encarregadas, nos países citados, de redigir informes de violação dos direitos humanos durante os governos ditatoriais militares demonstraram a preocupação em reproduzir uma informação verdadeira e autêntica, livre de dados incertos ou não verificados. Tomados como fonte documental, esses informes não estiveram livres da crítica que se deve proceder na análise de todo documento histórico. Entretanto, justamente pelo caráter plural e oficial de que se revestiu o trabalho das comissões de verdade e justiça, seu resultado apresentou-se como fonte privilegiada para compreender não apenas como se constituíram os aparelhos e práticas repressivas das ditaduras militares, mas também como a memória sobre a violação dos direitos humanos foi construída nesse momento-chave da elaboração do passado recente.

221

Gênero e repressão política

Nas organizações de luta armada de esquerda que foram criadas nesses países e que combateram governos militares havia um contingente importante de mulheres lutando lado a lado com os homens, num terreno antes prioritariamente masculino.²² Marcelo Ridenti estimou, a partir dos processos movidos pela Justiça Militar contra os militantes da esquerda, a participação feminina nos grupos armados brasileiros entre 15% e 20%. Para o autor, esse dado

reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem

22 WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul (1968-1985). *Revista Brasileira de História*. v. 27, n. 55, São Paulo, dez. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&nrm=iso&tng=pt.

explicitamente um caráter feminista, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outras conjunturas.²³

222 Segundo o informe da CONADEP, o percentual de mulheres desaparecidas na Argentina foi de 30%, sendo que 10% destas – ou seja, 3% do total de desaparecidos – estavam grávidas.²⁴ No caso do Uruguai, a estratégia repressiva concentrou-se, em grande medida, no encarceramento – muitas vezes prolongado – dos opositores políticos. De acordo com Graciela Sapriza, de 1972 a 1984 aproximadamente 60.000 pessoas foram detidas, sequestradas, torturadas e processadas pela justiça militar. Numa população de apenas 3 milhões de habitantes, 6.000 indivíduos passaram à condição de prisioneiros políticos.²⁵ Do total de pessoas entrevistadas pelo SERPAJ, dentro de uma amostragem que procura ser representativa da população atingida pela repressão política no Uruguai, 18% eram mulheres.²⁶ Entre os desaparecidos, as mulheres representavam 24%.²⁷ Já no Chile o número de mulheres assassinadas pelo governo ditatorial chileno, de acordo com a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, representava 6%.²⁸

Como podemos observar, tratamos de elementos díspares: no Brasil, as mulheres processadas pela Justiça Militar; na Argentina, as mulheres desaparecidas; no Uruguai, as mulheres presas e,

23 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unicamp, 1993, p. 198. Para Olívía Rangel Joffily, esses dados não fornecem um retrato da participação feminina, uma vez que muitas mulheres não se envolveram diretamente em ações armadas, mas trabalharam nos seus bastidores. JOFFILY, Olívía Rangel. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005, p. 146.

24 COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). Op. cit., p. 298.

25 SAPRIZA, Graciela. Memórias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 48. Disponível em: www.feminaria.com.ar/coleccion/temascontemporaneos.

26 SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. Op. cit., p. 23.

27 Os dados não são precisos: segundo o informe, a Comissão de Investigação sobre a Situação de Pessoas Desaparecidas e dos Fatos que o Motivaram, criada no seio da Câmara de Deputados, registrou 160 denúncias de desaparecimentos no período que vai de 1971 a 1981, dos quais 118 são homens, 38 mulheres e 8 crianças. *Ibidem*, p. 285. A somatória desses valores dá o resultado de 164 pessoas e não 160. Para o cálculo da porcentagem de mulheres, considerei o total de 156 adultos.

28 COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Op. cit., p. 1364.

no Chile, as mulheres assassinadas. Ainda que provenham de situações dificilmente comparáveis, essas porcentagens testemunham uma participação importante do universo feminino na população de perseguidos políticos.

Sendo o ingresso feminino nas diversas esferas da vida pública um fenômeno recente nas décadas de 1960 e 1970 e considerando que dentro do projeto político dos atores que deflagraram os golpes militares ou os sustentaram o lugar da mulher estava claramente restrito aos cuidados domésticos ou às obras de caridade,²⁹ há espaço para supormos que os agentes da repressão política tenham identificado nas mulheres militantes um inimigo com um potencial subversivo ainda mais destacado. Principalmente se tomarmos o conceito de repressão de modo mais extensivo, como sugere Antonio González Quintana, abarcando não apenas as ideias políticas, como o âmbito da ideologia e das condutas pessoais.³⁰ Claudia Hasanbegovic afirma que a mulher “ideal” para a ideologia militar é aquela que se aproxima da imagem de mulher objeto, muito mais do que a de um sujeito livre, ativo, com participação social e política.³¹

No caso brasileiro, pode-se citar a fala do general Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do Rio de Janeiro. Indagado se havia admirado em sua trajetória alguém como inimigo, o general citou o caso da militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Aurora Maria do Nascimento Furtado, que diante de uma interpelação policial pegou um revólver na bolsa e, sem hesitação, atirou no agente, para que seu companheiro de

-
- 29 De acordo com Dharana Pérola Sestini, mesmo quando as mulheres dos setores conservadores da sociedade brasileira resolveram ir às ruas manifestar seu apoio ao golpe militar de 1964, fizeram-no em defesa de uma visão do mundo que representava a mulher como “destinada às funções domésticas: cuidado com o lar, educação dos filhos e zelo pelo marido”. SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 2008, p. 45. Para Débora D’Antonio, a ditadura argentina utilizou-se de instrumentos simbólicos que reforçavam os valores associados a Deus, à pátria, ao lar, à família e à maternidade. A mulher devia desempenhar um papel essencial, garantindo esse modelo no âmbito privado. Cf. D’ANTONIO, Débora C. *Lo viril como garantía de victoria y la erotización de la dominación. Mujeres carceleras durante la última dictadura militar argentina*. In: ANDÚJAR, Andrea et al. Op. cit., p. 243.
- 30 QUINTANA, Antonio González. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Disponível em: <http://portal.unesco.org>.
- 31 HASANBEGOVIC, Claudia. *La ideología militar y las relaciones de género en Argentina*. *L’Ordinaire Latino-Americain*. IPEALT/Le Mirail, Toulouse, n. 183:41-44, 2001, p. 42.

organização pudesse fugir. Capturada, foi assassinada, através da aplicação da “coroa de Cristo”, um instrumento de tortura que provoca o afundamento da caixa craniana. Após relatar esse episódio, o ex-chefe do CODI acrescentou:

Eu conheço vários casos desses, geralmente de mulheres. Porque as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes do que os homens. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, enquanto estavam agindo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia – pode perguntar a eles –, porque se excediam.³²

224 Nesse trecho é possível percebermos um conjunto de representações sobre as mulheres que se envolveram com a militância política que se encontra nos antípodas da imagem mulher/esposa/mãe de família, frágil e subserviente. Ainda que parta de uma expressão de admiração diante do inimigo, os elementos associados à mulher guerrilheira são “crueldade” e “ferocidade”, características que evocam desumanidade e irracionalidade. Ao mesmo tempo, nota-se no discurso uma infantilização das militantes de esquerda que, por se “excederem”, tinham que ser “postas de castigo” por seus superiores – implicitamente pertencentes ao sexo masculino.

Em sua tese de Doutorado, Olívia Rangel Joffily enumera duas formas diferenciadas que a tortura política teria assumido, segundo a autora, quando dirigida às mulheres. Em primeiro lugar, o uso da tortura de cunho sexual, preferencialmente utilizada contra as mulheres, situação na qual “[...] o prazer da dominação do torturador sobre sua vítima [...] é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto”.³³ Em segundo lugar, a tortura psicológica, envolvendo ameaças aos familiares mais próximos – filhos, maridos, irmãos, pais.³⁴ A preferência pela aplicação da tortura de natureza sexual contra as mulheres também aparece no informe da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, do Chile:

32 D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 77.

33 JOFFILY, Olívia Rangel. Op. cit., p. 139.

34 Idem.

“para las mujeres detenidas, la tortura era sexual y revestía múltiples y aberrantes formas”.³⁵ Outros autores vão ainda mais longe ao afirmar que não apenas houve torturas específicas de gênero, como as violações ou torturas de mulheres grávidas, como seu objetivo era “destruir la identidad de género y sexual de la mujer”. Essa prática seria resultado da exaltação “patriarcal” e misógina, própria ao regime militar.³⁶

Já Fernando Gabeira, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), afirma que os métodos eram definidos em função do que constituía a fragilidade do preso político: “a tortura sexual só existia na medida em que sentiam em você um pavor específico em relação a esse tema. Fazem a tortura de acordo com os elementos que dão mais informações. Se for o estupro, estupram a pessoa”.³⁷

O relatório do *Servicio Paz y Justicia*, do Uruguai, também sugere que havia uma avaliação das características de cada preso político para definir as modalidades de tortura que seriam aplicadas, o que induz a pensar que a característica de gênero não estava ausente desse cálculo:

*La heterogeneidad de tipos [de tortura] es otra prueba más de que la tortura era empleada por los militares y policías uruguayos, no como castigo brutalmente aplicado al azar, sino de acuerdo a normas planificadas y metódicamente ejecutadas. Los entrevistados declararon intuir una interrelación entre los diversos tipos de tortura a que eran sometidos, que induce a pensar que los militares tenían estudiados varios ciclos de gravedad creciente y que los empleaban de acuerdo a circunstancias específicas, como ser las características personales del detenido.*³⁸

35 “Para as mulheres detidas, a tortura era sexual e se revestia de múltiplas e aberrantes formas”. Tradução livre. CORPORACIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. v.1, p. 100.

36 HASANBEGOVIC, Claudia. Op. cit., p. 42.

37 Entrevista com Fernando Gabeira. *Pasquim*. n. 490, 17 jul. 1978, p. 12.

38 “A heterogeneidade de tipos [de tortura] é uma prova adicional de que a tortura era empregada pelos militares e policiais uruguaios, não como castigo brutalmente aplicado ao azar, mas de acordo com normas planificadas e metodicamente executadas. Os entrevistados declararam intuir uma inter-relação entre os diversos tipos de tortura a que eram submetidos, o que induz a pensar que os militares tinham estudado vários ciclos de gravidade crescente e que os empregavam de acordo com circunstâncias específicas como, por exemplo, as características pessoais do detido”. Tradução livre. SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. Op. cit., p. 152.

Esse mesmo relatório informa, contudo, que a porcentagem de entrevistados que sofreu violações foi a mesma entre homens e mulheres: 7%.³⁹ No entanto, faz uma ressalva importante. Além de ser uma modalidade de tortura especialmente difícil de comunicar, por seu caráter estritamente íntimo, há muitos tipos de abusos sexuais – carícias forçadas, agressões verbais, violências atingindo os órgãos genitais – que nem sempre são computadas nesse item.

226 No Brasil, diferentemente do Uruguai, a porcentagem de vítimas de abusos sexuais é diferenciada. Segundo o Projeto *Brasil: nunca mais*, entre as pessoas que denunciaram, no Tribunal Militar, as sevícias pelas quais passaram, 0,39% de homens sofreram violências sexuais contra 1% das mulheres, o que parece um percentual extremamente baixo.⁴⁰ As violências computadas como “sexuais” são: amarrar pênis para não urinar – introdução de bastão elétrico no ânus – introdução de cabo de vassoura no ânus – introdução de objeto não identificado no ânus – enfiar vela acesa no ânus – enfiar cigarro aceso no ânus – introdução de barata no ânus – órgãos genitais furados com agulha – pendurado pelos testículos – enfiar estilete no pênis – presilha nos órgãos genitais – amarrar o pênis e arrastar – beliscar os seios – puxar os testículos – testículos amarrados – testículos esmagados – bater nos testículos – enfiar cabo de madeira na vagina – estupro de mulher presa – violência sexual a mulheres – violência sexual com esposa presa – violências nos órgãos genitais.⁴¹

Uma vez que as relações de gênero constituem, como aponta Joan Scott,⁴² uma das formas pelas quais o poder na sociedade é exercido, parece bastante plausível supor que a repressão política não apenas se estabelece de maneira diferenciada – tanto no discurso, quanto na prática –, como é sentida de forma distinta por homens e mulheres. As relações de gênero são elas mesmas resultado de um exercício de poder, acrescido, no contexto estudado, pelo exercício de imposição do poder político por parte dos agentes de repressão sobre os militantes de esquerda e membros da oposição aos governos militares.

39 Ibidem, p. 151.

40 *Brasil: Nunca Mais*, Tomo V, v.1, A tortura, p. 74. O universo de denunciadores de torturas é de 1.461 homens e 382 mulheres, ou seja, as mulheres constituem 21% desse total.

41 Ibidem, p. 72.

42 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.

Não parece, portanto, inadequado formular a hipótese de que as mulheres foram alvo privilegiado de torturas sexuais, mesmo que isso nem sempre apareça claramente nas estatísticas. O informe argentino relata que na *Superintendencia de Seguridad Federal* “[...] las mujeres eran obligadas a bañarse delante de los guardias y constantemente sometidas a manoseos y violaciones”.⁴³ No Uruguai, segundo uma carta escrita por um militar em 1976, denunciando à Anistia Internacional os fatos que testemunhara,

*las mujeres son un tema aparte: los oficiales, suboficiales y la tropa comentan con regocijo la llegada de detenidas jóvenes. Algunos de éstos han llegado a venir los días francos para participar en los interrogatorios. [...] He presenciado personalmente las peores aberraciones cometidas con mujeres ante otros presos por varios interrogadores.*⁴⁴

227

Outras autoras chamam a atenção para essa problemática. A uruguaia Graciela Sapriza indaga: “¿existió una tortura específica hacia las mujeres?” e, como Olívia Rangel Joffily, tende a responder afirmativamente à questão levantada:

*En la tortura, se puso de manifiesto, al extremo, la asimetría de poderes de varones y mujeres. Se planteó en crudo la reacción entre poder, cuerpo, género femenino e ideología. Allí se “jugó” el abuso sexual, la violación a los cuerpos, se practicó la seducción como un programa de avasallamiento y como la conquista de un trofeo.*⁴⁵

Para além da hipótese aqui construída sobre a existência de uma diferenciação de gênero na estratégia repressiva, há uma percepção

43 “[...] as mulheres eram obrigadas a tomar banho diante dos guardas e eram constantemente submetidas a bolinações e violações”. Tradução livre. COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). *Nunca más*, p. 156.

44 “[...] as mulheres são um tema a parte: os oficiais, sub-oficiais e a tropa comentam com regozijo a chegada de detidas jovens. Alguns deles chegavam a vir nos dias de folga para participar dos interrogatórios. [...] Presenciei pessoalmente as piores aberrações cometidas contra mulheres diante de outros presos por vários interrogadores”. Tradução livre. SERPAJ. Op. cit., p. 159.

45 “Houve uma tortura específica contra as mulheres?”; “Na tortura se evidenciou, ao extremo, a assimetria de poderes de homens e mulheres. Expôs-se a nu a relação entre poder, corpo, gênero feminino e ideologia. Ali se praticou o abuso sexual, a violação dos corpos, se praticou a sedução como um programa de sujeição e conquista de um troféu”. Tradução livre. SAPRIZA, Graciela. *Memorias del cuerpo*. In: ANDÚJAR, Andrea et al. Op. cit., p. 45.

diferenciada nos relatos de ex-torturadas sobre como a repressão incidia em relação às mulheres. A brasileira Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), assim descreve a maneira como foi recebida:

Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações da luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo que dispensavam aos meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e a intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher: atrevimento duplo.⁴⁶

228 Reflexão semelhante é tecida pelos autores do informe uruguaio, os quais afirmam que havia dois tipos de presos políticos que atraíam especial atenção entre os torturadores: as mulheres e os judeus. Uma das entrevistadas relata que: *“parecia como que se ensaíaran especialmente porque no aceptaban que una mujer estuviera metida en cosas impropias de su sexo”*.⁴⁷ Havia, além disso, situações nas quais as diferenciações de gênero se impunham, como os casos em que mulheres – principalmente na Argentina – pariram seus filhos em centros de detenção e tortura. Nesses casos, criava-se um flagrante paradoxo, pois se impedia que as militantes exercessem o papel de mães que, segundo a visão de mundo defendida pelos repressores, era a função essencial da mulher na sociedade.⁴⁸

Mesmo que a participação das mulheres no espaço público ainda não fosse um fenômeno generalizado e que, portanto, a repressão política fosse exercida em sua maioria por homens – acentuando a dessimetria nas relações de poder – partilho da posição adotada por Débora D’Antonio, segundo a qual uma perspectiva de gênero deve nos conduzir a deixar de *“[...] entender a las mujeres y sus agencias sólo como víctimas del poder masculino”*.⁴⁹ Nesse sentido,

46 FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 99.

47 “Parecia que se enfureciam especialmente porque não aceitavam que uma mulher estivesse metida em coisas impróprias ao seu sexo”. Tradução livre. SERPAJ. *Uruguay: nunca más*. Capítulo 2.

48 D’ANTONIO, Débora C. Op. cit., p. 244.

49 “[...] entender as mulheres e suas entidades apenas como vítimas do poder masculino”. Tradução livre. Ibidem, p. 241.

é preciso deslocar-se do frequente registro da vitimização das mulheres e enfrentar a questão de uma maneira mais equilibrada.⁵⁰

Invertendo a problemática aqui apresentada, Fernanda Gil Lozano indaga “*¿por qué el terrorismo de estado de los ‘70 fue tan igualitario en esta función represiva?*”⁵¹ e complementa: “[...] *para que las mujeres recibieran un trato tan brutal como el de los varones, también tiene que haber una visualización diferente desde el punto de vista de los opresores*”.⁵² O termo “igualitário” parece um tanto quanto equivocado, pois o fato das mulheres terem sido tratadas com o mesmo nível de violência dirigido aos homens não as eleva enquanto categoria social. Entretanto, a questão colocada pela autora tem sua pertinência e revela a complexidade de se lançar um olhar de gênero para a repressão política das ditaduras militares.

De certa maneira, D’Antonio dialoga com essa pergunta ao afirmar que a virilização da guerrilheira ou da militante, por parte do discurso repressor, tinha por função facilitar os crimes por eles – os homens – perpetrados contra essas mulheres, principalmente no que tange à maternidade.⁵³ Essa operação permitiu deslocar as oponentes políticas dos lugares de possível identificação da mulher como ser frágil, a ser protegido e com as figuras familiares: mãe, irmã, mulher, namorada. Por outro lado, podemos inferir que a situação do encarceramento e da tortura tendia a feminilizar o homem, na medida em que o colocava num lugar de submissão e de vulnerabilidade diante dos agentes repressivos que naquele momento impunham seu poder pela força. Nesse caso, também poderíamos falar em “igualitarismo”, pois se tomarmos o conceito

-
- 50 Algumas pesquisas vêm sendo desenvolvidas no sentido de melhor compreender a participação das mulheres na repressão política. A esse respeito, cf. D’ANTONIO, Débora C. Op. cit., p. 241-259; GILBERTI, Eva. Mujeres carceleras. Un grupo en las fronteras del poder. *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, v.11, n. 1, abr. 1988; ELTIT, Diamela. Cuerpos nómadas. *Debate Feminista*, México, Año 7, v.14, out. 1996.
- 51 LOZANO, Fernanda Gil. Mujer y dictadura. In: WOLFE, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p. 78.
- 52 “[...] por que o terrorismo de estado dos anos 1970 foi tão igualitário nessa função represiva?”; “[...] para que as mulheres tenham recebido um tratamento tão brutal quanto o dos homens, também tem de haver uma visualização diferente do ponto de vista dos opressores”. Tradução livre. LOZANO, Fernanda Gil. Op. cit., p. 79.
- 53 D’ANTONIO, Débora C. Op. cit., p. 247. A autora trabalha com o importante tema da participação das mulheres na repressão política argentina.

de gênero como uma relação de poder, tanto as presas quanto os presos eram postos num lugar simbólico de passividade e sofrimento diante da potência dos agentes repressivos – fossem eles homens ou mulheres.

Neste capítulo não pretendemos oferecer uma resposta definitiva sobre se havia ou não uma estratégia repressiva diferenciada, mas levantar questões, invocar a complexidade da problemática, oferecer “paradoxos”.⁵⁴ Afinal, como bem define Boris Fausto, “o ofício do historiador é chamar a atenção para a complexidade, muito mais que descobrir verdades gerais”.⁵⁵ Dentro dessa proposta, é preciso ter em conta o fato de que os informes e os relatos neles contidos – de homens e mulheres vítimas da repressão – constituem-se, eles mesmos, dentro de uma visão de gênero própria da época. Assim, o SERPAJ conclui que no Uruguai “[...] se aplicaron métodos especialmente vejatorios con las mujeres”.⁵⁶ No mesmo informe, temos a reprodução da imagem de mulheres como seres frágeis e indefesos: “Y está la impunidad. La de los criminales y los violadores, no sólo de mujeres Indefensas sino también de todo tipo de derechos humanos”.⁵⁷ No *Nunca mais brasileiro*, um capítulo é reservado à “Tortura em crianças, mulheres e gestantes” e coloca as três categorias dentro de um mesmo nível de vulnerabilidade.⁵⁸ No informe chileno, assim é descrita uma das consequências dos desaparecimentos no seio da família:

El encarcelamiento, la desaparición o la muerte de un miembro de la familia, generalmente jefe de hogar o hijo, produce un cambio en

-
- 54 Joan Scott, em seu artigo “O enigma da igualdade”, faz uma ampla discussão sobre os conceitos de igualdade e diferença entre os gêneros, bem como entre as identidades individuais e de grupo, evocando a fala de Olympe de Gouges, uma das primeiras feministas de que se tem notícia, autora da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, de 1791, durante a Revolução Francesa. Em seu discurso, De Gouges afirmava ter somente “paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos”. Cf. SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. v. 7, n. 1-2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 1999, p. 11.
- 55 FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 25.
- 56 “[...] aplicaram-se métodos especialmente vexatórios contra as mulheres”. Tradução livre. SERPAJ. *Uruguay: nunca más*. Introdução.
- 57 “Eis aí a impunidade. A dos criminosos e dos violadores, não apenas de mulheres indefesas, mas também de todo tipo de direitos humanos”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 7.
- 58 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Op. cit., p. 43.

*los roles habituales al interior de la familia; las mujeres deben asumir la búsqueda, huir o iniciar trabajos remunerados de jornadas largas para mantener el hogar; los hijos deben abandonar los estudios para trabajar, las hijas mayores, los familiares cercanos y los vecinos, sustituyen a las madres en el cuidado de los hermanos menores.*⁵⁹

Ao mesmo tempo em que esse trecho se refere a uma situação concreta – o ingresso forçado no mercado de trabalho de mulheres que antes se dedicavam exclusivamente a atividades domésticas – essa situação é tomada dentro de uma perspectiva de “inversão de papéis”.

Percebemos, portanto, nos informes, um reforço do gênero como categoria ou, mais ainda, uma estratégia de gênero, uma vez que determinadas situações de violência que atingiam as mulheres eram apresentadas como possuindo um grau maior de gravidade. Como podemos observar, tocamos três problemáticas que se interpenetram. A primeira diz respeito a uma abordagem diferenciada da repressão política quando esta incidia sobre as mulheres ou sobre os homens. A segunda se refere à maneira como a repressão foi vivenciada pelas vítimas e transmitida pelas comissões de verdade e justiça. A terceira, enfim, versa sobre a situação de gênero provocada num contexto de relação opressor/subjugado.

A proposta deste artigo foi mostrar como o tema do gênero e da repressão precisa ser abordado sob múltiplos aspectos. Seria um equívoco afirmar que a desigualdade de gênero inexistiu durante as ditaduras militares. Entretanto, é preciso evitar uma abordagem simplista que, ao colocar as mulheres como duplas vítimas – dos opressores homens e dos agentes repressivos –, termine por reforçar os preconceitos de gênero, situando as mulheres mais como objetos do que como sujeitos de suas próprias histórias. Eis o poder desconcertante dos paradoxos, que deixam pouco espaço para conclusões definitivas...

59 “O encarceramento, o desaparecimento ou a morte de um membro da família, geralmente chefe do lar ou filho, produz uma mudança nos papéis habituais no interior da família; as mulheres devem assumir a busca, fugir ou iniciar trabalhos remunerados de longas jornadas para manter o lar; os filhos devem abandonar os estudos para trabalhar, as filhas maiores, os familiares próximos e os vizinhos substituem as mães no cuidado dos irmãos menores”. Tradução livre. COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe*. Op. cit., p. 1151.

MULHERES EM GUARDA CONTRA A REPRESSÃO



Ana Rita Fonteles Duarte

Na peça escrita pelo grego Sófocles, entre 496 a.C. e 406 a.C., uma mulher, Antígona, desafia o tirano Creonte que havia proibido o sepultamento do corpo do irmão dela, Polinice, acusado de atacar a pátria e seus deuses. Interrogada por ele sobre o porquê de desafiar a sua determinação, ela invoca a obediência a “leis não escritas”, datadas nem de hoje nem de ontem, de origem desconhecida e que estariam sempre vivas. As leis de caráter divino a que ela se referia diziam respeito à defesa das pessoas de mesmo sangue. A ousadia custou-lhe a vida, mas ela em nenhum momento demonstrou arrependimento por seus atos. Parecia investida de total legitimidade.

É quase imediata a associação entre a força do mito de Antígona e as práticas de resistência civil protagonizadas por mulheres em diversos momentos históricos, especialmente quando houve a demanda de ações públicas de personagens acostumadas a reservarem-se ao mundo do privado. O que ocorreu foi que, em muitos casos, a atuação pública acabou transformando essas mulheres, fazendo com que elas desafiassem a ordem estabelecida e fossem além do mito, estimulando e envolvendo outros segmentos sociais e, dessa forma, transformando também a própria vivência política. Essa experiência foi compartilhada por mulheres latino-americanas entre as décadas de sessenta e oitenta do século XX.

Entre elas estavam brasileiras organizadas através do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

Mas por que elas, afinal, se converteram em protagonistas de práticas de resistência civil em momentos de crise, arbítrio e negação das liberdades individuais? Analisando sua atuação na cena pública na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, e na América Latina, durante os anos 1970, Luc Capdevila observa que as ditaduras destruíram os organismos de interlocução e essas situações impuseram novos mediadores.¹ Estes são dados pela nova conjuntura, em que não valem hierarquias institucionais como sexo, idade, títulos, favorecendo o aparecimento de novas elites e interlocutores sociais, selecionados a partir de variáveis como o espírito de iniciativa, o senso de oportunidade, etc.

234

As guerras e as ditaduras impuseram agressões às esferas pública e privada, com sanções econômicas e sociais mas, sobretudo, através de ameaças à célula familiar, com a separação de homens e mulheres, pais e filhos, colocando civis na linha de tiro, transformados em inimigos da nação. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fizeram a interface entre o privado e o público em contato direto com o agressor. Acabaram saindo da defesa exclusiva do lar e passaram a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demandou uma ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica num movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose foi sentida através de uma mutação identitária.

As mulheres passaram a atuar utilizando, consciente ou inconscientemente, as representações tradicionais de uma ideologia centrada na família que caracterizaria os regimes reacionários no Ocidente do século XX, com objetivo de interferir na dinâmica ditatorial. Jogaram o que Capdevila chama de “jogos de gênero”,² compreendendo-se o gênero como máscara, parte da *mise-en-scène*

1 CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine, Deuxième Guerre mondiale/années 1970-1980). *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.103-128.

2 Gênero está compreendido neste trabalho como uma construção cultural que estabelece a diferença entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas para cada sexo. Numa fase ainda recente, no imaginário social ocidental, onde todos os países referenciados em nosso texto estão localizados, a esfera masculina está associada ao espaço público e a feminina ao espaço privado, sendo as mulheres consideradas autoridades em matéria de cuidado com os filhos e gestão do lar. Cf. CAPDEVILA, Luc. Op. cit.

(dramatização). Como num jogo de xadrez, em que os atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando como instrumento de intervenção e visibilidade política o “eterno feminino” e o “eterno masculino”. Como atrizes/atoras, as mulheres instrumentalizaram o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentaram uma situação de vulnerabilidade maior diante da repressão.

Agiram assim politicamente, próximas do que Judith Butler³ chamou de performances de gênero, na medida em que a repetição de características consideradas naturalmente femininas, como o amor materno, o cuidado e a defesa da família, foram exageradas, de forma parodística, com o propósito de atingir um objetivo político. Isso não quer dizer que uma boa parte delas não concordasse, ou mesmo não se identificasse, com elementos utilizados nessas paródias, mas que naquele momento histórico essas características reivindicadas, através dos discursos proferidos ou assumidos corporalmente, funcionaram como ferramentas úteis para as necessidades do presente.

Embora haja singularidades com relação a essa questão, é possível estabelecer pontos de conexão entre os países do Cone Sul no que diz respeito às relações de gênero. Mais homens do que mulheres, de maneira geral, foram vítimas diretas dos desaparecimentos, assassinatos e torturas, uma vez que ocupavam mais postos no funcionalismo público, nos partidos e agremiações políticas, nos movimentos estudantis e guerrilheiros.⁴

A repressão sobre as mulheres foi sentida de forma direta e indireta. As militantes de esquerda, assim como os seus companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhos sequestrados, foram mortas e também foram os alvos preferenciais da violência sexual praticada pelos militares.⁵ Algumas mulheres foram sequestradas simplesmente por sua relação afetiva ou de parentesco com militantes homens.

3 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

4 Ibidem.

5 Cf. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 121-128. Outras formas de torturas específicas contra as mulheres foram relacionadas por COLLING, Ana Maria em *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. A violência sexual não atingiu somente as mulheres. No Uruguai, por exemplo, o relatório Servicio Paz y Justicia afirma que a porcentagem de entrevistados que passaram pelas prisões e afirmam ter sofrido violência sexual é a mesma entre homens e mulheres: 7%. Observando a realidade em outros países como Chile, Argentina e Brasil, no entanto, é possível formular a hipótese de que as mulheres eram alvos preferenciais desse tipo de tortura. Cf. JOFFILY, Mariana. “Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”, neste livro, p. 213-231.

Dado seu papel tradicional de “cuidadoras” e de responsáveis pela família, elas sentiram duramente o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar – presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento dos demais membros da família e buscar ou atender a seus parentes capturados pelos regimes. Lidaram diretamente, e por longos períodos, com sentimentos como o medo, a rejeição e as acusações por parte do Estado e mesmo dos familiares e vizinhos, que as viam como responsáveis pelos caminhos traçados pelos filhos.

Foram elas que se postaram diante do poder constituído para cobrar a soltura ou a volta de seus filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de seus paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias. O início do “trabalho” em geral ocorria de forma espontânea, não organizada, para posteriormente ser verificada a necessidade da criação de associações ou entidades civis.

O compromisso da maioria delas não teve origem em conhecimentos ideológicos ou democráticos, nem em estratégias políticas antiditatoriais. Sua lógica, nesse primeiro momento, não era política, mas uma “lógica de afetos”, como nos diz Elizabeth Jelin.⁶ Elas eram fundamentalmente mulheres tocadas diretamente como mães, avós, irmãs, sobrinhas, reclamando seus familiares, dramatizando seu papel feminino de cuidadoras da família. Suas associações demonstram isso, pois a maioria delas faz alusão à primazia dos vínculos de parentesco.

Em alguns países do Cone Sul a ação dessas mulheres por sua coragem, estratégia de luta e persistência teve maior destaque e visibilidade. Neste capítulo serão focalizados especialmente os movimentos de resistência empreendidos na Argentina e no Brasil, numa tentativa de compreensão da utilização dos chamados “jogos de gênero” em suas formas de ação política e organizativa.

A força do lenço branco

A compreensão sobre a luta e a organização das mulheres em movimentos contraditórios não pode ser completa sem a análise da

6 JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, 1994.

atuação daquelas que utilizaram os jogos de gênero, em seu sentido mais amplo, na intervenção política contra os militares e na defesa de seus parentes perseguidos e desaparecidos: as mães argentinas no contexto pós-1976. Elas alcançaram repercussão maior na sua luta por justiça e punição dos culpados pelos desaparecimentos e mortes, transformando-se numa das entidades políticas de maior força ainda hoje na Argentina: a *Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo*. Basta sabermos que a atividade mais característica do grupo das mães, as rondas realizadas todas as quintas-feiras, a partir das três e meia da tarde ao redor da pirâmide da Plaza de Mayo, no centro de Buenos Aires, completou trinta e três anos em 30 de abril de 2010.

Além de estratégias inovadoras e marcantes como a da ronda semanal, a atuação tão longa no tempo deve-se, entre outros fatores, ao impacto da repressão ditatorial sobre a sociedade argentina. Segundo dados da própria *Asociación de las Madres*, 30 mil argentinos/as foram considerados desaparecidos/as durante o último regime militar (1976-1983),⁷ um número diferente do apresentado pela Comissão Nacional pelo Desaparecimento de Pessoas (Conadep) que trabalha com registros de 8.961 mortos e desaparecidos, embora já tenha admitido que esse número possa ser bem maior.

Os números apontam ainda o sequestro de 230 filhos⁸ de militantes políticos/as de esquerda. Sabe-se que muitos deles foram oferecidos para a adoção por casais que apoiavam a ditadura, ainda bebês, fazendo com que muitas pessoas tenham se tornado adultas sem conhecer sua verdadeira história e identidade. O trabalho de investigação das entidades de direitos humanos, liderado principalmente por associações como a das *Abuelas de la Plaza de Mayo*, possibilitou até o momento a descoberta e revelação de mais de noventa casos, promovendo uma verdadeira reviravolta na vida das pessoas encontradas. A busca por esses netos é um dos combustíveis da luta cotidiana de centenas de avós e outros parentes.

A mobilização das mães iniciou-se ainda antes do golpe de Estado de 1976, afinal, a repressão e o desaparecimento de pessoas

7 MARIANO, Nilson C. *Operación Condór: terrorismo de estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998, p. 36.

8 Usaremos aqui a denominação adotada pelas *abuelas*, mas consideramos que muitas mulheres/filhas fazem parte deste grupo.

ligadas a movimentos de esquerda e guerrilhas, como os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, havia começado ainda no final da década de sessenta. Mesmo depois de desbaratados, os movimentos guerrilheiros serviram como justificativa para a tomada do poder, em março de 1976, pela *Junta Militar*.

Naquele momento, as mães integravam a gama de pessoas que em agosto de 1976 passou a se denominar *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. Segundo Gorini, a atuação mais autônoma das mães como movimento, ainda que espontâneo, se deu a partir de discordâncias com as formas de ação empreendidas pelos *Familiares*.⁹ Este movimento não adquiria sentido amplo, as reuniões discutiam tarefas, mas as principais ações ficavam nas mãos de poucas pessoas. Havia uma mediação que incomodava às mães, dispostas a fazer de tudo para localizar seus parentes desaparecidos.

Os códigos utilizados nas votações sobre como proceder não eram conhecidos dessas mulheres, em grande parte donas de casa, sem maior formação política. Tornava-se difícil serem ouvidas ou fazer valer suas opiniões em um grupo que possuía pessoas com longo tempo de militância política, fosse no *Partido Comunista*, no *Partido Obrero* ou no peronismo. A derrota em algumas discussões ou votações poderia implicar em tempo perdido na busca de informações ou na solicitação a determinadas autoridades.

O fato fundamental para o desencadeamento de uma luta autônoma foi a decisão de algumas mães de comparecerem à *Plaza de Mayo*. A ideia não era fazer uma manifestação, pelo menos formal, mas mostrar ao poder constituído que elas não desistiriam de procurar seus filhos, apesar das constantes negativas, e que ficariam postadas na praça, em grande número, até que o próprio chefe da *Junta Militar* decidisse recebê-las e prestar informações. A escolha da *Plaza de Mayo* se fez por conta de sua localização privilegiada como espaço de reunião de variados ministérios, da Casa Rosada, além da Catedral Metropolitana e do *Cabildo*, prédio que foi sede da administração colonial espanhola.

9 GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres: Historia de las madres de Plaza de Mayo* – Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

A presença das mães naquele primeiro momento e naquele local se constituía como uma tentativa de sair do labirinto de descaso e desinformação construído nos corredores de ministérios, antessalas de políticos e de autoridades religiosas. Queriam saber de uma vez por todas o paradeiro e a situação de seus filhos. Num momento em que estavam proibidas todas as manifestações políticas, sociais e sindicais, essa presença desafiou o terror, contrastando com o silenciamento generalizado da sociedade argentina, revestindo-se de uma força mais que numérica, simbólica. Elas haviam compreendido que não conseguiriam muita coisa agindo individualmente e tampouco através dos recursos disponibilizados pelo próprio regime, que durante anos negou o problema dos desaparecidos, atribuindo os sequestros aos grupos paramilitares de direita, por exemplo. Também não admitiam mais que falassem por elas.

239

O caráter espontâneo, sem premeditação, foi responsável pelo surgimento da ronda ao redor do monumento da Pirâmide de Maio. Diante da ordem para “circularem”, no sentido de se dispersarem, elas resolveram realmente caminhar em círculos, traçando a trajetória hoje ainda feita por elas e seguida por integrantes dos movimentos sociais, estudantes e até mesmo turistas. Outra peça identificadora da presença das mães, o lenço branco, usado de forma tradicional sobre a cabeça, surgiu a partir da necessidade de se identificarem em meio às multidões em atos públicos, missas, procissões.

O lenço foi o objeto de mais fácil disseminação, afinal, qual mulher não teria guardado em casa uma fralda de filho ou neto que pudesse usar como lenço? A peça foi sendo gradualmente adotada durante as rondas. A fralda transformada em lenço de cabeça foi a primeira transformação sofrida por esse objeto de identificação das mães. Pouco tempo depois o tecido foi usado para registrar o nome do desaparecido e a data da ocorrência do fato. Após o conflito que terminou num racha no movimento, esses escritos deram lugar à consigna: “Aparição com vida”. O fato é que sua utilização naquele contexto adquiriu um novo significado. Como explica Vázquez, embora guardasse correlações com formas de usos similares, não estava sendo usado para proteger as mulheres do sol, recolher os

cabelos ou realçar o rosto, mas, em sua plenitude significativa de símbolo, indicava a presença de uma mãe de desaparecido.¹⁰

Ganharam a denominação “*las locas*” dos militares, epíteto disseminado pela imprensa. Nos primeiros momentos, os representantes do regime pareciam impotentes diante daquela manifestação tão inusitada. As mães ali postas, circulando pela praça, encarnavam a figura de um paradoxo para o regime: afinal, como enfrentar mulheres que utilizavam publicamente sua condição de mães, figura exaltada pelos discursos oficiais? Alegavam que a única coisa que queriam era encontrar seus filhos e cuidar deles.

Jogavam com o gênero, interpretando o mito da guardiã do lar, com suas características de fragilidade, emotividade, sua ignorância política – já que naquele primeiro momento o mito da “virgindade política” também era uma importante estratégia de defesa, abertamente utilizada pelas madres. Sua força, segundo Capdevila, repousa justamente sobre essa atitude de confundir as outras facetas de sua identidade: mulheres corajosas, determinadas, animadas por um pensamento político, sobre as quais desliza o estereótipo do feminino doméstico.¹¹

Ainda assim elas não estariam a salvo. A repressão se tornou mais complexa na medida em que os atos das madres foram se tornando mais ousados, fugindo do esperado para mães tradicionais, ganhando maior adesão e repercussão, principalmente com a colaboração dos correspondentes estrangeiros que trabalhavam no país e cobriam sistematicamente suas reuniões. As mães eram entrevistadas, ouvidas. Suas histórias de dor e ausência chegaram a vários lugares do mundo.

Além de tentar caracterizá-las como um braço disfarçado da “subversão”, “fantoques dos *Montoneros*”, os militares empreenderam diversas tentativas de deslocá-las da praça. Às batalhas físicas campais, as mães respondiam com tentativas de esquivamento e com a permanência na praça. O descontentamento dos militares com a audácia de “*las locas*” aumentou quando elas apelaram para

10 VÁZQUEZ, Inés. *Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco*. Disponível em: www.rebellion.org/sociales/vazquez070402.htm.

11 CAPDEVILA, Luc. Op. cit.

a pressão internacional, realizando manifestações diante de locais do encontro entre autoridades estrangeiras e membros do governo argentino. Muitas vezes não logravam ser vistas, mas as fotos de sua agonia percorreram o mundo inteiro. A iniciativa de publicar solicitações de informações direcionadas ao governo e subscritas por centenas de mães nos jornais, mediante pagamento, também foi uma estratégia que repercutiu e serviu de estopim para a ação violenta mais marcante contra as *Madres*: o sequestro e desaparecimento de três de suas representantes, entre elas a líder Azucena Villaflor de Vicentini.

A tentativa clara do regime foi de desarticulá-las, calando sua principal liderança, assustando-as, mostrando-lhes que elas não estavam imunes à perseguição e podiam provar do mesmo que seus filhos. Houve certamente um impacto após o acontecimento, afinal, como mães, realmente se acreditavam menos vulneráveis por invocarem a presença da vida a partir da própria maternidade, sem outras bandeiras. Mas as *Madres* já haviam ocupado um importante espaço político e não seria mais possível retroceder.

Sofreram uma intensa campanha de desqualificação por parte do governo e da mídia aliada a ele. Foram chamadas de antiargentinas e acusadas de fazerem propaganda negativa do país. Peças publicitárias veiculadas em jornais, revistas e televisão enfatizavam a responsabilidade materna no cuidado e educação dos filhos, culpabilizando-as indiretamente pelos “maus” caminhos escolhidos por eles.

O que havia começado de forma espontânea, sendo sempre lembrado como um movimento de mães em busca do direito legítimo de saber o paradeiro de seus filhos, tornou-se um movimento social impregnado de novas estratégias de atuação e um léxico político diferenciado, que foi se transformando ao longo do tempo. Nesse caminho, a denúncia pública, feita à luz do dia, foi o componente mais original e impactante, assim como o conteúdo simbólico de suas manifestações.

As madres viveram radicalmente a solidariedade como experiência política, na medida em que sua luta e suas reivindicações se davam sempre de forma coletiva. A elas não interessava saber apenas sobre o paradeiro de um ou outro desaparecido, mas o de

todos. Essa experiência é tratada por estudiosos do fenômeno das *Madres* como “socialização da maternidade”. Este conceito é complementado de forma metafórica pelos dizeres da atual presidente da *Asociación de Las Madres*,¹² Hebe de Bonafini: “*a nosotras nos parieron nuestros hijos*” (“Fomos paridas por nossos filhos”).

A frase é um importante ponto de partida para se pensar a possibilidade da existência de um fenômeno como o das mães argentinas, embora não sirva para explicar todos os movimentos encabeçados por mulheres na luta contra as ditaduras do Cone Sul. Não há dúvida de que as mães ingressaram no espaço público, com sua nova ação política, investidas de um papel tradicional e respaldadas pelo imaginário coletivo que, entre outras coisas, prescreve a defesa da família e a manutenção da memória de seus próximos como uma de suas atribuições sociais, mas esse foi apenas um dos fatores que permitiu sua existência.

A condição de “simples” donas de casa na Argentina superpolitizada dessa época, fossem elas de extratos de classe média ou de camadas populares, como os operários, implicava algum nível de informação sobre o que acontecia ou, como afirma Dora Barrancos, alguma dose de “contaminação”, a partir das discussões familiares, da compreensão da luta dos filhos, da necessidade de defendê-los em detenções já antes do golpe ou do próprio fato de que muitas delas haviam trabalhado quando solteiras ou recém-casadas em alguma atividade extra-lar, mantendo vínculos laborais no momento de desaparecimento dos filhos, o que permitiu o contato com demandas classistas.¹³ Trabalhar fora de casa, dessa forma, funcionou como uma espécie de habilitação para a atuação na esfera pública, ampliando

12 Em 1986, a partir de divergências políticas internas, houve um racha no movimento das mães. Um grupo autodenominado Madres de la Plaza de Mayo – Línea Fundadora – passou a existir. Entre os motivos apontados para a dissidência estão divergências com a condução do movimento por parte de Hebe de Bonafini (falta de democracia interna e personalismos), além de visões diferenciadas sobre medidas reparatorias para as vítimas da repressão. As madres da Línea Fundadora respeitam as mães e familiares que recebem as reparações e aceitam a Lei 24.231, que cria a figura do detido-desaparecido, o que se contrapõe diretamente a uma das insígnias da *Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo* “*Nuestros hijos viven*”. Cf. CATELA, Ludmila da Silva. *Situación-límite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

13 Cf. BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad Argentina: una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamérica, 2007.

sua socialização política e contrariando o mito da “virgindade política” dessas mulheres.

O fundamental a se compreender é que as mães, ao saírem do prescrito para suas atuações na busca dos filhos, enfrentando abertamente o regime, entendendo suas artimanhas, sofrendo com a repressão, guerreando contra seus policiais em praça pública, denunciando-o em âmbito internacional, recusando-se a aceitar leis de anistia e a listas de mortos – a partir da compreensão de que aceitação da morte poderia servir ao regime como ponto final na obrigação de prestar contas à sociedade – transformaram-se em sujeitos políticos poderosos.

No Brasil, o MFPA

243

O golpe de 1964, no Brasil, provocou uma constante e progressiva perda das liberdades democráticas. A implantação dessa nova ordem veio seguida de prisões, torturas e da suspensão de garantias legais como o *habeas-corpus*. A arbitrariedade expandiu-se e todos os grupos sociais foram atingidos: estudantes, trabalhadores, políticos, sindicalistas, religiosos. As torturas passaram a fazer parte do cotidiano. Assassinatos e desaparecimentos tornaram-se comuns.¹⁴

Nas décadas de sessenta e setenta, homens e mulheres sofreram duplamente esse processo de repressão, eles/as próprios/as detidos/as ou vendo seus familiares desaparecerem ou serem presos.¹⁵ A maior parte dos livros de memórias e biografias publicados sobre o período enfoca somente prisões e suplícios de militantes homens.¹⁶ No entanto, várias mulheres foram reprimidas e mortas

14 Cf. *Brasil Nunca Mais*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986; assim como *Direito à memória e à verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

15 De acordo com a Comissão Especial criada pela Lei 9.140, de 1995, 366 pessoas foram mortas ou desaparecidas durante o regime. Cerca de 2 mil pessoas foram vítimas de tortura, 130 foram banidas (proibidas de morar no país), dezenas foram cassadas por atos institucionais e centenas demitidas ou obrigadas a se aposentar. Dados extraídos de *Direito à memória e à verdade*. Op. cit.

16 Entre os que ganharam projeção nacional e são bastante utilizados como base de pesquisa para contar a história do período, inclusive em registros audiovisuais, estão GABEIRA, Fernando *O que é isso, companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 5. ed. São Paulo: Global, 1980.

por sua participação em organizações de esquerda,¹⁷ mesmo que esse dado seja desprezado pelos próprios autores de seu campo ideológico, como constatou Teles.¹⁸

A vida diária das famílias desses perseguidos e perseguidas se transformava em um pesadelo. Ironicamente, a família tradicional contra a qual se rebelavam os jovens imersos na revolução dos costumes e na esperança da revolução social passou a ser o grande apoio, principalmente após a destruição das organizações revolucionárias. “Era à família que se recorria em busca de abrigo, dinheiro, providências para sair do país, além de afeto e solidariedade”.¹⁹

244 Blay esclarece que esses papéis eram assumidos basicamente pelas mulheres que, dentro da tradição patriarcal brasileira, tinham posição social definida de guardiãs da família. Mesmo subordinadas aos homens, a sociedade lhes cobraria um comportamento social de defesa familiar.²⁰ Assim, quando em 1964, e principalmente após 1968, famílias brasileiras começaram a perder seus membros, as mães, esposas e filhas começaram a se postar diante das autoridades no poder, cobrando o paradeiro de seus familiares, como no caso da estilista Zuzu Angel, que teve o filho morto no Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) em 1973, no Rio de Janeiro.

À medida que se avolumavam as prisões e banimentos, as mulheres, movidas por relações de parentesco com pessoas prejudicadas pelo regime e também por solidariedade e compromisso político, começaram a se comunicar em busca de uma solução coletiva. Em 1975, em pleno governo Geisel, foi criado em São Paulo o

17 Cf. COLLING, Ana Maria. *A resistência...* Op. cit. e FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Entre as biografias podemos citar MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1989; PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. Entre os relatos jornalísticos, podemos citar CARVALHO, Luiz Maklouf. Op. cit.

18 TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 64.

19 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares e WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 408.

20 BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. *Encontros com a Civilização Brasileira – Mulher Hoje*. v.3, n.8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), o primeiro movimento organizado a lutar pela anistia aos perseguidos políticos após 11 anos do regime de exceção.

O MFPA foi fundado por Therezinha de Godoy Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964, e iniciado por dez mulheres de classe média, entre elas profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA se difundiu por todo o país, criando vários núcleos e atingindo outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes que conseguiu agregar, mas à repercussão que provocou por ser um movimento de contestação, numa época em que essas manifestações eram estritamente proibidas.

A primeira ação do Movimento foi justamente a elaboração de um manifesto em defesa da anistia. O breve texto explicitava a concepção de luta ambicionada pelo MFPA que pretendia “[...] a pacificação da família brasileira, que seria indispensável para a recomposição do pacto social”.²¹ O documento pode ser lido como um instrumento marcado pela cautela e que se utiliza de um léxico que enfatiza a busca da ordem, da harmonia, o fim dos conflitos e do clima de medo, pelo bem da sociedade brasileira. A utilização de estratégias para evitar a repressão era bastante clara. O próprio ano de 1975 foi emblemático para uma série de movimentos capitaneados por mulheres, inclusive o feminista. No caso específico do MFPA, ele se aproveitou da proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, cujas palavras de ordem eram: “igualdade, desenvolvimento e paz”. As mulheres se colocam em cena no MFPA propondo uma ação política nova, mas não transgressora em termos discursivos.

245

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz se for concedida a anistia ampla

21 Trecho extraído do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia. Arquivo Therezinha Zerbini.

e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação.²²

246

O Manifesto serviu como espinha dorsal para a organização e constituição dos núcleos do MFPA por todo o país. O texto era enviado, acompanhado de cartas, para mulheres em vários estados, numa campanha pela coleta de assinaturas e de arregimentação de pessoas para a organização do Movimento. Os contatos eram feitos via igreja, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e familiares de pessoas afetadas pelo regime. Paralelo à constituição desse movimento, as mulheres do recém-criado MFPA decidiram ocupar espaços, mesmo que de forma discreta e cuidadosa.

O marco dessa empreitada foi a participação de Therezinha Zerbini no Congresso Internacional da Mulher, no México, em 23 de junho de 1975, sendo a única brasileira a participar da Tribuna Livre. O resultado da intervenção foi a inclusão da reivindicação de anistia no documento final do encontro, onde dezesseis itens propunham mudanças e exigiam soluções para a libertação feminina e a política da mulher latino-americana. No item quinze do documento pode ser lida a seguinte exigência: “Anistia para todos os presos políticos do mundo; repudiamos toda a perseguição por causas ideológicas”.

A constituição dos núcleos em todo o Brasil passou a ser então uma das prioridades do Movimento. Os eventos de fundação aconteciam em escolas, associações de moradores, universidades e casas legislativas. Nessas últimas, buscava-se aprovar moções de apoio à anistia por parte dos parlamentares, apelando para o discurso de “pacificação da família brasileira”.

Dentro da lei

22 Texto do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia, lançado em março de 1975. In: RAMOS, Andressa Maria Vilar. *A liberdade permitida: contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, fevereiro de 2002, p. 54.

A consciência sobre a possibilidade real de repressão, prisão, tortura e risco de morte fez com que fossem tomadas precauções na condução do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Em 15 de dezembro de 1975 foi realizada a Assembleia Geral de fundação do Movimento, que vinha funcionando desde março como Comissão Provisória. A ata da fundação registra a realização, durante a assembleia, de um relatório de atividades da Comissão, a leitura e aprovação “por aclamação” dos estatutos do Movimento, elaborados previamente, e a eleição do Conselho Geral e da diretoria executiva.²³

Ao Conselho Geral, constituído por sete membros, competia a eleição da diretoria executiva e a aprovação da ampliação de núcleos distritais na capital paulista e em municípios do interior de São Paulo. Já à diretoria, formada por quatro membros com mandato de dois anos, caberia administrar todas as ações para a consecução dos objetivos do MFPA. Assim, o Movimento foi registrado no Cartório Medeiros, em São Paulo, como entidade civil “isenta de fins políticos, religiosos e ideológicos ou lucrativos”.

A tentativa de livrar-se de acusações de ação política não foi privilégio das integrantes do MFPA. As mães argentinas da *Asociación de las Madres de La Plaza de Mayo* expressaram posição semelhante em seu documento de registro, além de também utilizarem o discurso de defesa dos direitos humanos como um instrumento de legitimação. O documento, no entanto, só chegou três anos depois do início de sua ação pública.²⁴ O medo de aniquilamento físico e do esquecimento das atividades já realizadas foi o principal impulsionador do registro pelas mães argentinas. Mais do que as brasileiras, elas sofreram tentativas de articulação de seu nome a grupos radicais de esquerda e tiveram sua atividade acusada de encobrir a militância proibida desses grupos.

Mas apesar das tentativas de desvinculação do MFPA, os serviços de informação brasileiros acompanharam sua movimentação desde o

23 O documento pertence ao acervo pessoal de Therezinha Zerbin. Cópia cedida para a pesquisa.

24 Cf. GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2006, p. 315.

início, através da imprensa e da vigilância sobre seus membros.²⁵ Por vezes buscaram caracterizá-lo como braço político de entidades de esquerda, algumas delas até sem registro e em articulações pouco prováveis ou grotescas. Num dossiê elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) com data de agosto de 1978, concluiu-se que o Movimento era relacionado ao Partido Comunista Brasileiro por apresentar “uma atuação em perfeita consonância com as diretrizes emanadas do PCB”. A apresentação do mesmo documento, no entanto, diz que o MFPA é “[...] tutelado pelo Comitê de Defesa dos Prisioneiros Subversivos, recebendo contribuição das entidades Anistia Internacional e Tribunal Bertrand Russel, organismos de frente do MCI”.²⁶

248

A utilização de tutela como forma de definir a ação política do MFPA faz pensar sobre a não aceitação por parte dos órgãos de informação e repressão da existência de um movimento desenvolvido de forma independente por mulheres naquele momento. As tentativas de proteção, portanto, se tornam compreensíveis a partir dessa busca constante pelos órgãos de repressão de responsáveis sobre aquela ação.

25 A agência paulista do Serviço Nacional de Informações (SNI) registrou a fundação do MFPA em documento datado de 23.06.1975, mesmo dia em que Therezinha Zerbini realizava sua fala sobre a anistia no Congresso Internacional das Mulheres, na Cidade do México. O documento não se remetia à divulgação do Manifesto da Mulher Brasileira, feita em março daquele ano, mas ao registro de matéria jornalística publicada na revista *Visão* em 09.06.1975. A nota da revista foi anexada como prova e dava conta da fundação do MFPA como parte da programação do Ano Internacional da Mulher da ONU. “Elas consideram o Ano Internacional da Mulher um momento oportuno para a concessão da anistia ‘ampla e geral’ a todos aqueles atingidos pelos atos de exceção”, diz o texto da revista. ACE 84588/75, Banco de Dados do SNI, Arquivo Nacional. Em outro documento, elaborado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), datado de 11.10.1976, são identificadas 25 mulheres de integrantes do MFPA e discriminados seus “antecedentes” na atividade política. O mesmo é feito em anexo, mas com a tentativa de separação por núcleos em todo o país. ACE 10317376. Banco de Dados SNI, Arquivo Nacional.

26 As declarações estão contidas em ACE 114085/78, p. 65, Base de Dados SNI, Arquivo Nacional. A referência ao MCI (Movimento Comunista Internacional) aparece com frequência em documentos da comunidade de informações do regime militar como clichê, a exemplo de expressões como “infiltração ideológica comunista” e “aliciamento subversivo”. Avaliava-se com exagero as influências e repercussões do que se entendia por esse movimento entre os estudantes brasileiros. Referências ao Tribunal Bertrand Russel, instância que se reuniu em 1974 em Bruxelas para simbolicamente julgar e condenar a tortura no Brasil, também o relacionava como uma das diversas formas de atuação do movimento comunista internacional, assim como a Anistia Internacional, que chegou a protestar publicamente em 1976, na Alemanha, contra a tortura a presos políticos brasileiros. In: FICO, Carlos. *Como eles agiam* – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

O discurso de pacificação da família, o enfrentamento mais brando com as autoridades militares e a constante negação da vinculação com a esquerda são características de um comportamento defensivo. A restrição nos objetivos e nas formas de atuação do MFPA pode ser explicada ainda pela própria composição do MFPA, integrado inicialmente, em grande parte, por mães e esposas de presos políticos e punidos pela ditadura. As reivindicações estavam situadas sobre valores como justiça e liberdade, sob pena de extrapolarem a luta pela libertação de filhos e maridos, colocando em perigo a segurança deles e a sua própria.

Essa cautela só pode ser compreendida se levarmos em consideração as difíceis condições dadas para essa luta. Daniel Aarão Reis nos lembra que naquele momento não havia a certeza de que o fim da ditadura estava próximo. As pessoas não sabiam como se daria a transição para o regime democrático, já que os generais gostavam de dizer que “suportariam” a oposição, mas não a contestação à ordem.²⁷

A estratégia de proteção contra a repressão do MFPA fica clara a partir não só da visibilidade pública dada ao trabalho, mas a partir da fonte de elaboração do texto dos Estatutos. O modelo escolhido foi nada mais, nada menos que o do Estatuto das “marchadeiras”, o grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964.²⁸

O apelo humanitário feito a partir da identidade de gênero, ou seja, “mães cumprindo o seu papel designado pela sociedade”, assim como a sensação de proteção que essa situação trazia no esboço de uma reação possível naquele momento são apontados por

27 REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 132.

28 A informação está contida em reportagem feita sobre Therezinha Zerbini pela revista *Repórter*, de junho de 1978. É importante salientar que as mulheres também tiveram participação decisiva nos surtos anticomunistas na década de 1960. Várias entidades adquiriram importância central nas movimentações que levaram ao golpe de 1964. Sua presença política era uma novidade, mas sua atuação se dava em nome da preservação de valores tradicionais, como a defesa da família, da religião e da propriedade. Segundo MOTTA, Rodrigo Patto de Sá, Op. cit., sua participação provocou bastante impacto, na medida em que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente, além de fortalecerem a impressão de que a sociedade como um todo tinha se levantado contra o comunismo.

Ana Flávia Arruda Lanna²⁹ como um dos fatores que atraíram tantas mulheres em alguns estados do Brasil. O núcleo mineiro foi um dos mais numerosos, chegando a congregar um total de trezentas mulheres.

Como possíveis integrantes do Movimento, somente mulheres eram permitidas, entre elas as profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras. Embora não se vetasse a presença de homens nas reuniões, somente a elas cabia voz e voto, como afirmou Therezinha Zerbini: “se eles queriam estar lá para servir café, fazer uma compra enquanto a gente estava reunida, podiam. Eles não podiam votar e nem dar palpite. Eu dizia: muito bem, escreve e entrega, depois nós vamos discutir porque senão vira uma anarquia”.³⁰

250

A presença somente de mulheres no MFPA não foi algo espontâneo, como no movimento das *madres* argentinas, mas obrigatório, desde o início. Essa característica é apontada por Therezinha Zerbini como “estratégia de guerra” e deve ser considerada de fundamental importância para a compreensão do protagonismo dessas mulheres e suas transformações diante da experiência política inédita que se deseja analisar aqui.

Um movimento feminino fundado no Ano Internacional da Mulher não incomodaria tanto ao regime e ainda daria proteção com relação à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, naquele período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas poderiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganhariam credibilidade por sua “neutralidade” e “ausência de objetivos políticos”, estando prontas para argumentar, articular, como se pode interpretar a partir da fala de Zerbini:

Onde o homem vai, ele inibe. Você vai numa reunião de operários, de estudantes, tem lá um grupinho de mulheres. Se tem homens, eles inibem. Porque a mulher não foi treinada,

29 LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1996.

30 ZERBINI, Therezinha de Godoy. Entrevista realizada para esta pesquisa, em 31.08.2006, em São Paulo. Arquivo pessoal.

ela não tem a velocidade mental, porque sempre foi o homem que mandou. Ele sempre foi o chefe e patrão. As mulheres ficavam com medo de falar bobagem. Foi arte da guerra mesmo, era treino. E mulher com mulher se entende. E meu forte nunca foi mulher. Sempre foi homem (fala enfaticamente). E eu não sabia lidar bem com elas. Mas olha, Deus dá o frio conforme o cobertor. E a coisa foi muito bem. Tanto é que quando nós começamos o Movimento, diziam – a turminha do PT,³¹ a turma do PCdoB – que eram eles que tinham feito. Eles queriam abocanhar. Eu dizia: não me venham fazer política dentro do Movimento, que nunca houve, viu. Tanto é que conquistada a anistia, que era o objetivo, acabou. Foi cada um fazer o que queria, porque isso era o certo.³²

Além de se apropriar de um espaço de certa forma “protegido” por essa identificação humanitária e materna, é possível pensar nas tentativas de militantes, homens e mulheres ligados a organizações de esquerda, de ingressar no MFFPA como uma forma de acompanhar e direcionar os termos pelos quais seria reivindicada ou “negociada” a anistia, sendo que isso teria implicações políticas para a esquerda. Há relatos sobre a insatisfação de alguns presos com relação à forma de atuação das mulheres do MFFPA, o que poderia camuflar o caráter político da oposição ao regime. Um ex-presos político argumenta: “não queríamos que o povo achasse que éramos coitadinhos. Nossa intenção era que os brasileiros entendessem que estávamos travando uma luta política”.³³

A preocupação virava irritação confessa quando métodos de protesto, como as vigílias em igrejas, eram preparados como forma de denúncia e solidariedade aos prisioneiros pelo MFFPA, prática registrada em vários núcleos estaduais; afinal, muitos eram materialistas, portanto contra a igreja, e ainda defendiam a luta armada.

31 Ela refere-se ao grupo que originaria o Partido dos Trabalhadores, que só foi fundado em 1980, depois da aprovação da Lei da Anistia e do dissolvimento do MFFPA.

32 ZERBINI, T. G. Op. cit.

33 Depoimento do ex-presos Theodomiro, em reportagem intitulada ‘Não éramos coitadinhos’ do *Diário de Pernambuco*, publicado em 27.08.2004. Disponível em: www.pernambuco.com/diario/2004/08/27/especialanistia5_0.html.

A ação política

Mesmo agindo com cautela, o MFPA empreendeu ações políticas importantes num primeiro momento para a promoção de um movimento mais amplo em torno da anistia. A articulação com o MDB (único partido de oposição naquele momento), com a igreja progressista e os contatos mantidos com mulheres de vários estados para o estabelecimento dos núcleos estaduais do MFPA foram algumas delas.

O número de mulheres envolvidas diretamente como sócias dos núcleos é estimado em milhares por Therezinha Zerbini em entrevista de 1977.³⁴ Em outra entrevista, em 1978,³⁵ ela contabiliza quinhentas mulheres em todo Brasil. Os dois dados são passíveis de verdade, uma vez que foram instalados núcleos em todos os estados brasileiros, à exceção do Amazonas e dos territórios – à época Roraima, Amapá e Fernando de Noronha. No primeiro ano de existência do MFPA também foram coletadas 16 mil assinaturas de pessoas pró-anistia.

Audiências com a presidência do Senado e da Câmara, assim como contatos com a Casa Civil da Presidência da República para a entrega do documento, foram realizadas. Nessas ocasiões as integrantes do MFPA apelavam para o acolhimento da ideia da anistia como um “imperativo de consciência”. A campanha de assinaturas lançada em 1975 prosseguia à medida que os núcleos eram montados. Em julho de 1977, por exemplo, era lançada em Salvador e, em julho de 1978, no Rio Grande do Norte.

Visitas a câmaras municipais e assembleias legislativas para estabelecer contato com parlamentares de todo o país também foram uma constante, com ou sem a presença da presidente do MFPA. O acolhimento dos políticos e a repercussão na imprensa eram sempre motivo de registros em documentos e boletins do Movimento. Nas universidades, a liderança do MFPA era chamariz para palestras, debates e conferências. Nesses momentos, novos apoios eram recebidos e acalorados debates aconteciam com a presença de estudantes militantes de esquerda. O centro da discussão era a eficácia da con-

34 Vivemos no país do Medo. *O Pasquim*. n. 418. 8 a 14.06.1977.

35 Bem-vinda, dona Anistia! *Repórter*, junho de 1978.

ciliação e da democracia como via mais adequada para a conquista da anistia e o fim da ditadura.

Na atuação conjunta com a igreja, há busca da legitimidade social e de proteção. Assim como as *madres* argentinas, as mulheres do MFPA enviaram correspondência ao papa Paulo VI, narrando a situação de repressão no país e rogando sua bênção ao movimento que encabeçavam. Propalavam assim a ideia da anistia como imperativo de consciência, em especial a cristã, e afastavam a associação com a “subversão”. A aliança com a igreja, no entanto, se fez mais fácil aqui do que na Argentina. O apoio de padres, bispos e arcebispos às ações se deu de forma implícita e explícita em todo o país. Esse apoio foi fundamental no combate às torturas generalizadas, à impunidade e na defesa de melhores condições de vida para os presos políticos brasileiros.

253

Ações que rendessem repercussão midiática também eram estratégias de visibilidade do Movimento Feminino pela Anistia. O mais célebre deles foi protagonizado por Therezinha Zerbini. Durante a visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil, em 1977, ela enfrentou o aparato de segurança em Brasília para entregar uma carta denunciando as arbitrariedades do regime e a situação dos presos políticos à primeira dama dos Estados Unidos, Rosalyn Carter. Naquele momento o governo do general Geisel sofria pressões dos EUA para que revisse sua política voltada para os direitos humanos.

O caráter apartidário do Movimento Feminino pela Anistia, a sua própria forma de composição – constituída em grande parte por mulheres e familiares de presos políticos – e a sua trajetória de busca de conciliação, além do rígido controle da ação programática, fizeram com que a concepção de anistia que predominava no MFPA fosse associada à ideia de liberdade, justiça e pacificação da família.

Esse posicionamento não era compartilhado por todos que naquele momento já haviam compreendido a importância da anistia. Várias militantes percebiam no MFPA a possibilidade de exercer uma ação mais politizada, o que acabou influenciando no próprio perfil do núcleo em determinados estados, como o Ceará. Os registros mais importantes dizem respeito a Minas Gerais, onde o MFPA incorporou ao longo do tempo, além de bandeiras da anistia política e do fim da violação dos direitos humanos, discussões sobre

menores abandonados, melhoria das condições de vida, racismo, etc.³⁶ Algumas pesquisas chegam a apontar uma polarização entre as figuras de Therezinha Zerbini e de Helena Grecco (presidente do núcleo mineiro), consideradas referências nacionais e internacionais do Movimento.³⁷

A ampliação da luta e a vontade de encaminhar a discussão e as ações de outra maneira foram responsáveis pela criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em 1978. Numa estrutura semelhante, em forma de núcleos, ele se espalhou pelo Brasil, agregando pessoas sem distinção de sexo e de posicionamento ideológico, embora pessoas com orientação de esquerda fossem majoritárias entre seus membros.

254

Com a atuação dos comitês houve uma radicalização no discurso na luta pela anistia, com a sistemática denúncia de torturas, prisões e desaparecimentos. A bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita que se espalhou pelas ruas – e deu o tom na forma de se relacionar com o projeto elaborado pelo governo Figueiredo – é fruto da hegemonia conseguida pelos CBAs dentro do movimento mais geral pela anistia. Esse discurso cobrava a punição dos torturadores, a investigação das mortes e do paradeiro dos desaparecidos.

Segundo Ramos, embora o MFPA tenha sido o primeiro grupo organizado na luta pela anistia a ter alcançado repercussão, seu caráter limitado fez com que ele perdesse a liderança e o poder de agregar pontos de vista plurais. A defesa da anistia ampla, geral e irrestrita, por exemplo, não aconteceu de imediato, consolidando-se apenas no decorrer da luta, a partir das disputas nos congressos brasileiros pela anistia. Os punidos por “crimes de sangue”, por exemplo, não estavam entre os que deveriam ser anistiados num primeiro momento no discurso do Movimento.³⁸

A atuação conjunta entre CBAs e MFPA acontecia, mas de forma pontual e permeada por conflitos que marcaram a memória da líder Therezinha Zerbini. Ela explica o surgimento do CBA como

36 Cf. LANNA, Anna Flávia Arruda. Op. cit.

37 Cf. GRECCO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2003.

38 RAMOS, Andressa. M. V. Op. cit.

um fracasso da esquerda na tentativa de controlar o Movimento que ela dirigia. O machismo também é apontado como fator de discordância que teria estimulado os homens de esquerda a fundarem seu próprio movimento.

As disputas e tensões se davam principalmente no decorrer dos encontros nacionais que passaram a acontecer depois da criação do CBA. Desde a sua fundação, o Comitê deixava claro seu projeto político de transformar a campanha pela anistia numa luta popular, avaliando a necessidade de se tornar um movimento de massa para acuar o Estado autoritário. As bandeiras da anistia eram associadas a outras mais amplas e o princípio de que a anistia só deveria ser concedida aos que foram alvos da perseguição do regime, condenando e punindo os que serviram à repressão, tornou-se mais forte.

A tentativa de barrar o aparelhamento político do MFPA também teria feito com que a líder Therezinha Zerbini dissolvesse a entidade civil tão logo a Lei da Anistia fosse aprovada, o que aconteceu em agosto de 1979. Os conflitos sobre a continuidade do Movimento e sobre as formas de condução política, no entanto, não se dariam somente com os homens representantes dos grupos de esquerda, mas com integrantes do próprio MFPA.

Durante reunião nacional dos núcleos do MFPA, realizada após a aprovação da Lei da anistia, em 1979, foi lançada a proposta de reestruturação da entidade em outros moldes, o que incluía a mudança de nome, passando cada núcleo a adotar um estatuto próprio. Os núcleos, ou parte deles, no Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, não aprovaram a proposta e se desligaram, buscando fundar uma entidade própria, o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (MFPALD), reforçando a luta pela anistia, mas incorporando outras causas consideradas urgentes para a sociedade brasileira, como os direitos fundamentais da pessoa humana, a democracia, a elevação cultural, social, cívica e política da mulher brasileira e a defesa de seus direitos.³⁹

39 Cf. CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia. *X Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: Anpuh, 2002, anais eletrônicos. Disponível em: www.uff.br/icfh/anpuhrio/anais/2002/comunicacoes/ciambarella%20Alessandra.doc.

Provocando a reflexão

A observação da organização e da dinâmica de atuação política das *Madres de la Plaza de Mayo*, na Argentina, e do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Brasil, nos leva a pensar nas diversas configurações assumidas pelos movimentos de resistência às ditaduras militares empreendidos por mulheres nos países do Cone Sul e em sua complexidade. Guardando as profundas diferenças entre as duas organizações e os contextos históricos e políticos em que elas surgiram com os diferentes impactos da perseguição aos opositores pelos regimes nos dois países, é possível observar pontos de confluência.

256

Os dois movimentos surgiram a partir de iniciativas baseadas em papéis “tradicionais” de gênero que definem mulheres como responsáveis e defensoras de suas famílias. Pelo menos no início de suas atuações houve constantes tentativas de se desvincular de qualquer organização política tanto de esquerda quanto de direita (embora ambas tentassem angariar o apoio da Igreja Católica), o que levou tanto um movimento como o outro a registrar suas atividades para que fossem reconhecidos por atuar dentro da legalidade e com objetivos bem definidos: obter informações sobre o paradeiro de seus familiares e/ou libertá-los. No caso do Brasil, a anistia aos supostos “crimes” se colocou como questão de primeira ordem, o que foi rejeitado e eticamente problematizado pelas *Madres*.

A dramatização e a instrumentalização do gênero também foram uma prática constante, usada como forma de se protegerem de possíveis ataques, mesmo que com isso não tenham conseguido evitá-los, assim como a vigilância às suas principais líderes.

O encontro com demandas próprias do mundo político tradicional, a necessidade de responder a elas, o protagonismo que acabaram por assumir em momentos de repressão e silenciamento das respectivas sociedades em que estavam inseridos atraíram grupos sociais e políticos diferenciados e forjaram novas formas de atuação e reivindicação. Além disso, a tomada de consciência por parte dessas militantes de seu poder de mobilização acabou por trazer transformações tanto para os seus movimentos – fortalecidos, no

caso das *Madres* – como para a própria subjetividade das integrantes em questão. E nesse aspecto a atuação do gênero teve um papel fundamental não só na construção de estratégias de visibilidade e proteção, mas na própria forma de encarar a política e o ser mulher nessas sociedades.

TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: comparações entre Brasil e Paraguai (1960-1989)



Larissa Viegas de Mello Freitas

Os países do Cone Sul viveram, entre fins da década de 1950 e os anos 1980, sob a vigência de regimes militares, o que trouxe à tona uma série de reivindicações políticas e o surgimento dos mais diversos tipos de organizações e de movimentação social, dentre os quais destaco os movimentos sociais que ocorreram na área rural.

Neste capítulo procuro pensar, de forma comparativa e dentro de uma perspectiva de gênero,¹ a participação de mulheres em movimentos sociais no campo no período de ditaduras a partir das trajetórias de três mulheres: duas do Brasil e uma do Paraguai. Além disso, busco observar os contatos que ocorreram entre algumas dessas organizações sociais e o feminismo de Segunda Onda, que também emergia naquele momento. Esses dois países foram escolhidos, pois neles houve grupos que se organizaram de forma significativa no meio rural e porque uma série de semelhanças e

1 Os estudos de gênero enquanto categoria de análise histórica, nesta pesquisa, buscam fazer: a) uma apreciação que evidencie que as práticas sociais e culturais dos sujeitos são historicamente constituídas e que isso interfere na construção de suas subjetividades e nas suas práticas discursivas; b) uma análise que observe as relações de gênero que se configuravam dentro das redes de movimentos sociais que existiam naquele momento histórico. Cf. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. v.24, n. 1. 2005, p. 77-98. Disponível em: www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf.

também de particularidades relevantes para este estudo podem ser rastreadas.

Além da comparação entre países, faz-se necessária também uma comparação que focalize as diferenças, semelhanças e particularidades entre movimentos ocorridos no meio rural e aqueles ocorridos no meio urbano, já que a maior parte dos estudos sobre este período é voltada para movimentos sociais e para a trajetória de mulheres oriundas das cidades, o que deixa os estudos sobre relações de gênero em movimentos sociais no campo dessa época um pouco em desvantagem, favorecendo armadilhas recorrentes de generalizações históricas.

260 Nesta análise são utilizadas entrevistas realizadas nos anos de 2007 e 2008 com as brasileiras Rosalina Nogueira da Silva e Elizabeth Teixeira e com a paraguaia Magiorina Balbuena Cardozo. Essas mulheres relataram suas experiências de militância dentro dos movimentos sociais dos quais fizeram parte e podemos encontrar em suas falas questões notavelmente interessantes sobre o tema. Nesta perspectiva, os estudos metodológicos ligados à memória² a partir da subjetividade, da resignificação do passado e dos múltiplos significados que podem estar presentes nessas entrevistas embasam toda esta pesquisa. Quando observamos os relatos memorialísticos dessas mulheres a partir de uma leitura analítica, podemos entender melhor como se deram os processos de formação das identidades³ e dos discursos que foram se construindo a partir da inserção dessas pessoas em movimentos rurais.

2 Baseio-me nas ideias propostas por JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XX, 2002; e por OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, p. 45-62.

3 Este conceito é utilizado de acordo com Stuart Hall, que afirma que a identidade é "[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos". HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 13.

Movimentos sociais rurais e participação da Igreja: breve contextualização

Paraguai e Brasil possuem algumas características semelhantes quando se evidencia a questão dos movimentos sociais⁴ (mistos ou compostos unicamente por mulheres) ocorridos no campo na época das ditaduras militares. Um ponto em comum foi a atuação de uma ala “progressista” da Igreja Católica e de algumas igrejas evangélicas (no caso do Brasil) ligadas à Teologia da Libertação⁵ que foram num primeiro momento as grandes propulsoras desses movimentos a partir de fortes atuações nas áreas de base.⁶ Maria Helena Moreira Alves observou que “[...] em termos políticos, o aspecto mais significativo de atuação da Igreja foi talvez sua capacidade de superar a defasagem entre a política formal e a política de base”,⁷ ou seja, em âmbitos mais locais, em comunidades espalhadas por todo o país – em áreas urbanas e rurais – a igreja desenvolveu um trabalho de aproximação de fiéis das questões políticas e sociais que estavam ocorrendo na época.

261

Desde a década de 1950 a Igreja Católica passou a reestruturar sua atuação perante a sociedade, mostrando-se mais sensível aos problemas sociais da população, e isso vinha acontecendo

-
- 4 Sobre movimentos sociais são utilizadas as conceituações propostas por TOURAINE, Alain. *Movimientos sociales hoy*. Barcelona (Espanha): Hacer, 1990. E por BERTRAND, Alvin Lee. *Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1973.
- 5 A teologia da libertação foi, de modo geral, uma corrente teológica de inspiração marxista que se desenvolveu inicialmente na América Latina nos anos setenta, e possuía uma doutrina voltada para a atuação de membros da igreja nas áreas de base. Propunha, dentre outras coisas, o engajamento político dos cristãos. Cf. DABOIT, Pedro Carlos. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.
- 6 As áreas de base podem ser entendidas como espaços de concentração de pessoas num povoado ou num bairro, como grupos de pessoas que, morando numa mesma localidade, se encontram para reivindicar melhorias em suas comunidades. Cf. CASAGRANDE, Jacir Leonir. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1991; e MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de Gênesis: o povo das comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 7 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 243.

em grande parte da América Latina.⁸ Entre 1961 e 1965 ocorreu o Concílio Vaticano II, que de modo geral definia uma atuação mais popular de orientação pastoral da igreja, propondo a realização de trabalhos sociais com as comunidades em que estava inserida. Muitos desses trabalhos se desenvolveram nas Comunidades Eclesiais de Base.⁹ As chamadas CEBs se fundamentaram, em larga medida, nas reflexões difundidas pelas Conferências de Medellín (ocorrida na Colômbia em 1968) e de Puebla (sediada no México em 1979) que defendiam, entre outras questões, novos rumos religiosos para a América Latina, baseados na libertação e na opção pelos pobres.¹⁰

262

No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – passou, no decorrer da década de setenta, a defender com mais veemência causas em prol da defesa dos direitos humanos, denunciando muitas das arbitrariedades que ocorriam com a forte repressão do Estado em vários domínios da sociedade.¹¹ Neste contexto, a Comissão Pastoral da Terra se formou em 1975, ligada à CNBB, em uma conferência ocorrida em Goiás, com propostas que envolviam ações diretas com a população. Ainda no decorrer da década, várias dessas Comissões Pastorais foram se constituindo no país, auxiliando em trabalhos de orientação cristã que estimulavam uma participação maior da comunidade em questões referentes à realidade em que viviam.¹²

Naquele momento, a participação da Igreja poderia garantir três condições fundamentais para as pessoas engajadas nesses movimentos: maior proteção frente à repressão existente; reconhecimento dos movimentos que se organizavam; e uma espécie de “mediação” entre comunidade e governo. Mas apesar de prover de certa autonomia perante o Estado e de ter podido, em muitos casos, denunciar e

8 É preciso ressaltar, no entanto, que a atuação da Igreja Católica ocorreu de formas variadas no Cone Sul e que outros setores da instituição, em vários momentos, apoiaram os regimes militares instalados nesses países.

9 MACEDO, Carmen C. Op. cit.

10 MORENO, Francisco Rejon. *Desafios à teologia moral na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1990.

11 ALVES, Maria Helena M. Op. cit.

12 Esse tema pode ser observado no site da Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional. Disponível em: www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26.

lutar contra a repressão e a omissão por parte dele, essa intercessão da igreja não conseguia impedir que a perseguição a muitos desses movimentos ocorresse.

No Paraguai também repercutiram as ações de cunho mais popular e pastoral por parte da igreja. No decorrer da década de setenta, grupos ligados à Igreja Católica, como as *Ligas Agrarias Cristianas* e a *Acción Obrera Católica*, se articulavam em várias zonas rurais do país.¹³ Magiorina Ballbuena Cardozo, uma das lideranças camponesas dessa época, nos fala sobre esta atuação:

A Igreja Católica organizava também movimentos sociais como a associação de mães, a associação dos obreiros e a CACL,¹⁴ que era a agrária; havia outros grupos, mas a CACL dependia da Igreja. Mas como nós nos relacionamos com a Igreja pela Teologia da Libertação, pelo sacerdote que estava na minha família, então muito rápido foi nosso desenvolvimento político e ideológico, nós trabalhamos muitíssimo pelo desenvolvimento da consciência no Paraguai.¹⁵

Esses movimentos agrários cristãos atuaram na defesa dos direitos civis e ofereceram forte resistência à ditadura militar no decorrer das décadas de sessenta e setenta. No início dos anos 1970 ocorreu uma abrupta desarticulação desses movimentos quando as tropas do ditador Stroessner¹⁶ descobriram onde se concentravam as organizações e atuaram em violenta repressão, perseguindo, prendendo, torturando e dizimando a maior parte dos integrantes, entre eles membros da igreja, bispos e padres, além de muitos civis.¹⁷ Magiorina Balbuena também nos fala sobre este período:

13 ALCALA, Guido Rodríguez. Testimonio de la Represión Política en Paraguay 1975-1989. *Serie Nunca Más*. v.3, Asunción: Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1990, p. 3-20.

14 Centro Agrário Católico.

15 CARDOZO, Magiorina Balbuena. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22.02.2008. Acervo do LEGH/UFSC.

16 Diferente do que ocorreu durante a ditadura no Brasil, que teve alternância de presidentes, Stroessner governou o Paraguai desde o golpe militar, ocorrido em 1954, até 1989, quando foi deposto.

17 Esse tema pode ser observado no site Eurosur – Organizaciones Sociales de Mujeres. Disponível em: www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm.

Em 1976, depois de eu estar quase um ano vivendo no exílio no Brasil, houve outra repressão terrível, e aí já foram desarticuladas as organizações campestinas e as ligas agrárias; em 1976 houve massacres de comunidades, opressão, desapareções, torturas, encarceramentos. As pessoas que foram presas em 76 foram sair no final de 1979. [...] Quando voltei do exílio continuei a luta fundando o movimento que se desarticulou; as Ligas Agrárias Campestinas e as Ligas Agrárias Católicas se desfizeram totalmente, nossos companheiros do movimento, alguns tinham sido assassinados, alguns desaparecidos, outros mortos, outros estavam no cárcere.¹⁸

264

Muitos dos movimentos que foram desarticulados e que eram antes fortemente ligados à Igreja Católica, quando voltaram a se organizar objetivavam uma atuação política mais autônoma e desvinculada. A esse respeito Magiorina comenta:

Em 1977 consolidamos um comitê de organização campestina nacional; trabalhamos e em 1980 se fundou um Movimento Campestino Paraguaio, em plena ditadura. Todavia, fundamos uma organização com uma diferença das Ligas Agrárias, que nós já não dependíamos de nenhum partido político da direita, nem tampouco da Igreja Católica, definimos nossa autonomia porque tudo o que ocorreu, os massacres ocorreram com o campesinato e não com a Igreja... Houve sacerdotes que foram expulsos ou perseguidos, mas não foram assassinados como ocorreu com os camponeses; então definimos uma linha autônoma de organização.¹⁹

A Igreja Católica foi muito importante na formação inicial do movimento campestino²⁰ no Paraguai, porém, a partir de um determinado momento da repressão, sobre o qual Magiorina destaca a

18 CARDOZO, Magiorina B. Op. cit.

19 CARDOZO, Magiorina B. Op. cit.

20 Há uma discussão teórica sobre os termos campesinato, camponesa, agricultora, campestina, etc. A escolha na utilização de um termo ou de outro indica optar por palavras carregadas de significados históricos. Aqui são utilizados os argumentos de MARTINS, José Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984; AUED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004; SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

repressão diferenciada que sofreram os camponeses em relação aos membros da igreja também inseridos nesses movimentos, os camponeses se reorganizaram, definindo uma linha de atuação mais autônoma, desvinculada da influência da instituição católica.

Formação de movimentos de mulheres no campo: alguns apontamentos

No Brasil, o período de formação de grande parte dos movimentos de mulheres no campo está inserido num contexto de abertura política, iniciado a partir da segunda metade da década de 1970, mas que se consolidou a partir dos anos 1980. No Paraguai, o momento não era necessariamente de abertura, já que a ditadura militar terminou um pouco mais tarde por lá, em 1989; mas no começo dessa década o governo militar paraguaio já mostrava fortes sinais de desgaste, tanto político como econômico.²¹

265

A reorganização de muitos movimentos no campo foi ocorrendo de forma gradativa; eram reuniões, em muitos casos grupos de consciência ou de reflexão, que aconteciam ainda, em sua grande maioria, no espaço da igreja, de forma mista ou não. Nelas, eram discutidos variados temas voltados para a realidade cotidiana da região onde as pessoas viviam: dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores com relação à expropriação crescente de terras; dificuldades com o plantio; discussões sobre a falta de auxílio do governo; reflexões em torno das transformações que estavam ocorrendo diante da campanha governamental de modernização do campo; crescimento do latifúndio em detrimento da pequena propriedade; reforma agrária; entre outras. Muitas mulheres da área rural também passaram a participar desses debates e reflexões (que eram predominantemente compostos por homens) propostos por clérigos ou agentes pastorais.²²

Devido à grande extensão territorial brasileira, podemos observar que houve a formação de vários grupos de mulheres provenientes da

21 ALCALA, Guido R. Op. cit.

22 A esse respeito cf. CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. cit.; e DABOIT, Pedro Carlos. Op. cit.

área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região, mas que muitas vezes se assemelhavam nas pautas reivindicativas. Os grupos pesquisados, pela maior disponibilidade de bibliografia, são alguns que se organizaram em Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Goiás e Santa Catarina. Celecina de Maria Veras Sales, em um estudo sobre a atuação de mulheres em grupos sociais rurais no Ceará, afirma:

O despertar pela luta coletiva do reconhecimento do trabalho das mulheres data da década de 1980. Um conjunto de eventos e de lutas das mulheres no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, no período de 1974 a 1985, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975-1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres.²³

266

Assim como no Ceará, esse despertar pela luta coletiva por parte das mulheres rurais ocorreu em várias outras partes do Brasil. Em Pernambuco foi fundado, em 1982, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), por um grupo de mulheres rurais no sertão do estado. “O MMTR organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca e pelo direito das mulheres de participar de seus sindicatos em pé de igualdade”.²⁴

Jacir Casagrande, em sua pesquisa sobre movimentos sociais no campo enfocando as mulheres agricultoras de Santa Catarina, observou:

Em Santa Catarina, o Movimento de mulheres agricultoras surge motivado por dois fatores que podemos considerar como sendo determinantes. Por um lado a

23 SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*. v.15, n. 2, 2007, p. 445. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf.

24 THAYER, Millie. Feminismo transnacional: relendo Joan Scott no sertão. *Estudos Feministas*. v.9, n. 1, 2001, p. 104. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf ou www.ieg.ufsc.br.

problemática vivida pela pequena produção, no que diz respeito à sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam, embora de forma anônima.²⁵

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) surgiu em Santa Catarina no início da década de 1980. Foi um movimento em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) exerceram importante papel na estruturação deste e de outros grupos de mulheres.²⁶ Sobre essa questão, Rosalina Nogueira da Silva, integrante do MMA na época, nos fala:

A partir das Comunidades Eclesiais de Base, surgiu e despertou nas mulheres o interesse em se organizar em grupo para ter mais força de lutar em busca dos seus direitos. Isso aconteceu em 1983, no distrito de Itaberaba; o primeiro grupo teve 28 participantes. [...] A gente nunca esquece que nosso primeiro passo foi graças às CEBs, ligando a fé com a vida e a conscientização, nos mostrando o rumo da organização.²⁷

267

Podemos perceber, a partir da fala de Rosalina, que há uma forte valorização do papel das Comunidades Eclesiais de Base para o desenvolvimento do MMA; e que a fé e o início da luta política estavam fortemente relacionados, o que demonstra de certo modo que na memória dessas mulheres a religião ocupou um papel muito importante para o seu “despertar” político.

Sem dúvida, a atuação das CEBs em Santa Catarina foi fundamental para a organização do Movimento de Mulheres Agricultoras, mas talvez não tenha sido a única motivação existente naquele momento. Partindo das reuniões nos moldes de grupos de reflexão²⁸ as mulheres passaram a entrar em contato com outros

25 CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. cit., p. 37.

26 DABOIT, Pedro Carlos. Op. cit.

27 SILVA, Rosalina Nogueira da. Entrevista a Gabriela Miranda Marques (por e-mail). Chapecó, Brasil, 09.05.2007. Arquivo pessoal.

28 Os grupos de reflexão ou de conscientização apareceram originalmente como estratégia dos primeiros grupos feministas nos Estados Unidos e na Europa, reunindo mulheres que compartilhavam e discutiam suas experiências pessoais.

campos de ideias e, a partir das experiências compartilhadas, foram observando a necessidade de se posicionar criticamente diante da realidade que viviam, passando, desta forma, a observar a necessidade de organização em um movimento de mulheres para defender seus direitos.

Rosalina Nogueira da Silva também comenta que “a mulher se despertou em busca da libertação, de se organizar, de buscar espaço, de se valorizar, de ter sua identidade e buscar seus direitos perante a sociedade [...]”. Ao mesmo tempo em que conferiu às CEBs o “despertar” político das mulheres do MMA, Rosalina também atribuiu às próprias mulheres essa busca por organização, que ocorreu quando elas passaram a se valorizar em outros espaços – não apenas naqueles ligados ao privado – e quando buscaram firmar uma identidade de mulheres agricultoras, algo que fortaleceria sua luta.

268

De acordo com Gabriela Miranda Marques,²⁹ “[...] essas mulheres assumiram primeiro a defesa de sua classe, assumindo a identidade de agricultoras (camponesas), para depois buscarem também a libertação no campo do gênero,³⁰ ou seja, essa busca por uma maior participação política se deu primeiramente para defender certas condições, como o anseio de reconhecimento da profissão de agricultoras – o que daria a elas direito à aposentadoria, por exemplo – e para defender espaços que estavam sendo ameaçados diante da crescente campanha governamental de modernização do campo, ligado a um processo de crescimento do agro-negócio e, conseqüentemente, do latifúndio, que praticamente excluía desse planejamento a questão da agricultura familiar.³¹

Mais do que uma iniciativa da igreja e dos agentes pastorais, a emergência desses movimentos sociais de mulheres foi algo sintomático ao contexto da época; em vários outros lugares do país surgiam naquele momento movimentos de mulheres no campo que

29 Cf. também neste livro seu capítulo Movimentos feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa dos periódicos do Cone Sul.

30 MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da abertura. *Santa Catarina em História*. v.1, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2007, p. 17. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewPDFInterstitial/35/42>.

31 DABOIT, Pedro Carlos. Op. cit.

traziam reivindicações semelhantes quando exigiam a ampliação da participação das mulheres em espaços públicos para lutarem, entre outras coisas, por melhorias e garantias sociais.³²

No Paraguai, Magiorina Balbuena Cardozo nos conta que “[...] nos centros (espaços católicos) se promovia muito a participação das mulheres e por isso eu tinha um grupo de companheiras na CACL que eram pessoas muito boas, valentes”. Podemos perceber, a partir da sua fala, que a Igreja Católica naquele país, assim como no Brasil, também teve uma participação inicial importante na formação de grupos de mulheres nos anos setenta.

E após a organização do *Movimiento Campesino Paraguayo*, a necessidade de se articular ali dentro uma participação mais representativa da “mulher” foi um ponto importante de discussão. “Em 1982, em plena ditadura, começamos a trabalhar com as mulheres, porque todos que se aglutinavam ao movimento na nova organização – a MCP – eram homens e havia ali tão poucas mulheres que começamos a trabalhar pelas mulheres, pela organização das mulheres”.³³

Após o processo de aglutinar mulheres para aumentar a participação delas dentro do MCP, se formou, em 1985, a *Coordinación de Mujeres Campesinas*.³⁴ Na entrevista de Margiorina, este momento inicial fica bem explicitado:

[...] era muito pouca a participação das mulheres na organização. E como eu e meu companheiro também éramos anteriormente das CACL, que eram organizações mistas, ou seja, havia mulheres e havia homens, em nossa organização, então usamos o critério de que era importante a participação das mulheres, a organização das mulheres, então começamos a trabalhar com outras companheiras na organização das mulheres, nós envolvemos várias comunidades em várias regiões; e em 1985 fundamos a *Coordinación de Mujeres Campesinas*.³⁵

32 CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. cit.

33 CARDOZO, Magiorina B. Op. cit.

34 Este tema também está no site do MCP. Disponível em: www.okaraygua-paraguai.org/es/conozcanos.html.

35 CARDOZO, Magiorina Balbuena. Op. cit.

A *Coordinación de Mujeres Campesinas* era um organismo interno do *Movimiento Campesino Paraguayo* voltado para questões específicas das mulheres e pretendia articular campesinas de todas as partes do país para formar redes de militância fortalecidas por reivindicações conjuntas que buscassem alternativas frente às graves situações de pobreza, discriminação e exclusão por razões de classe, etnia e gênero.³⁶ Esta coordenação reivindicava, entre outras coisas, espaços igualitários de atuações dentro de organizações mistas, para que pudessem lutar de forma conjunta em defesa de direitos civis, melhores condições de vida, por liberdade de atuação e organização política, democracia social e reforma agrária,³⁷ itens semelhantes àqueles presentes nas pautas reivindicativas de grupos de mulheres rurais do Brasil.

270 Podemos observar que houve forte esforço em promover a maior participação das mulheres dentro desses movimentos. A busca por um lugar de atuação igualitário entre homens e mulheres foi aumentando na medida em que as militantes percebiam o quanto seus espaços na sociedade eram reduzidos.

Lideranças de mulheres em movimentos sociais no campo

As mulheres tiveram um papel importante como militantes não unicamente em movimentos de mulheres, mas também em outros movimentos sociais que não tinham em suas pautas de luta questões específicas das mulheres. A participação feminina dentro de movimentos sociais no campo ocorreu no Brasil muito antes do período de abertura democrática que foi anteriormente destacado. Espera-se que geralmente as lideranças no campo sejam masculinas; mesmo que não fiquem muito evidenciadas as lideranças de mulheres em movimentos não especificamente compostos por elas, e voltados para suas reivindicações, não significa que não tenham existido lideranças femininas nesses movimentos sociais.

36 A esse respeito ver site da Coordinación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI). Disponível em: <http://conamuri.org.py/>; e O CAMPO, Genoveva. *Mujeres campesinas y estrategias de vida: el caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA)*. Asunción: RP Ediciones; Base Ecta, [s.d.], cap. 1.

37 Observação feita a partir de informações coletadas no site Eurosur – Organizaciones Sociales de Mujeres. Disponível em: www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm.

Na Paraíba, por exemplo, Elizabeth Teixeira era líder das Ligas Camponesas³⁸ na época do golpe militar, nos anos 1960, mas ainda pouco se estudou sobre sua trajetória. Em uma entrevista realizada durante o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fala de Elizabeth levanta algumas questões interessantes.

Eu participei das ligas camponesas porque meu marido, João Pedro Teixeira, foi quem fundou a Liga Camponesa em Sapé, na Paraíba. Ele fundou em 1958. Na época, o homem do campo [sic] dos engenhos, das fazendas estavam todos se associando. E porque ele foi tomando conhecimento da situação do homem do campo, foi assassinado barbaramente.³⁹ O homem do campo vivia uma situação muito difícil. Próximo à casa que a gente morava, tinha o engenho Melancia, e o Sapucaia, e o João Pedro foi tomando conhecimento da sobrevivência daqueles trabalhadores, pai de filhos, a situação dos filhinhos passando fome, analfabetos, sem ter direito a ir a uma escola. O João Pedro foi conversando com eles, fazendo reuniões, até que fundou a Liga Camponesa e eles foram se associando e o número da liga, crescendo. Passou para dois, três mil e um latifundiário mandou tirar a vida de João Pedro numa emboscada, em 2 de abril de 1962, numa estrada que ligava João Pessoa, Sapé e Café do Vento. [...] Eu assumi a liderança dele na Liga, lutava na Liga Camponesa o dia todo. Aconteciam muitas prisões a minha pessoa, até que chegou o golpe militar e com ele eu tive que ser presa. Passei seis meses presa no Exército. Quando me liberaram, o Exército já me disse que a polícia ainda ia me prender. Eu tive que fugir para um estado, o Rio Grande do Norte, no qual ninguém me conhecia e fiquei lá todo o tempo da ditadura militar. Trabalhei como lavadeira de roupa. Lá o sol era muito quente e eu era Marta Maria da Costa e não Elizabeth Teixeira.⁴⁰

271

- 38 As Ligas Camponesas eram, de modo geral, associações rurais que se formaram principalmente na região Nordeste do Brasil, sob influência do PCB, entre as décadas de 1940 e 1960; reuniram trabalhadores/trabalhadoras rurais e camponeses/camponesas que objetivavam lutar, entre outras coisas, pela reforma agrária e contra a exploração de trabalho feita por grandes proprietários de terras. A esse respeito cf. MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; e AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- 39 A trajetória de João Pedro Teixeira é narrada no filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, de 1985, que traz relatos de Elizabeth e a coloca como figura central.
- 40 TEIXEIRA, Elizabeth. Entrevista a Mayrá Lima e Marina Costa. Brasília – DF, junho de 2007. Disponível em: www.mst.org.br/node/867.

Por meio da fala de Elizabeth é possível perceber que sua trajetória de militância dentro das Ligas Camponesas se divide basicamente em duas fases: na primeira, acompanha o marido na formação da Liga Camponesa na Paraíba; na segunda, assume a liderança do movimento após a morte dele. A expressão “homem do campo” aparece repetidas vezes em sua fala; a construção de sua memória possui um discurso político ligado a questões que, por vezes, dão a impressão de que Elizabeth se exclui de sua própria história quando ela, como mulher que teve participação de liderança, fala do sujeito do campo no masculino, se colocando em um papel secundário e excluindo também de sua fala outras mulheres, líderes ou militantes. O discurso, nessa entrevista, foi construído a partir da memória que Elizabeth tinha de seu companheiro; a atuação dele aparece muito mais do que a dela; sua fala se direcionou em torno da liderança dele e de sua luta pela reforma agrária. Mas, e a luta dela? No trecho seguinte, isso aparece um pouco:

Ele, como meu esposo, e eu, como mãe de 11 filhos, a minha luta era em casa, mas nos sábados acontecia de eu chegar até lá na Liga Camponesa e era justamente o dia dos companheiros do campo irem se associar. Eu ia escrever o nome deles, ia fazer a carteira deles para entregar. Com o João Pedro, o número de associados cresceu tanto que ele dizia pra mim que iam tirar a vida dele, mas que a reforma agrária ia ser implantada em nosso país. Já fez 45 anos da morte dele, agora, no dia 2 de abril, e ainda não foi implantada a reforma agrária [sic].⁴¹

A luta de Elizabeth ainda aparece de modo secundário; sua liderança se deu, de acordo com ela, para continuar o trabalho de seu marido. Mas ainda assim há uma sutil indicação da importância de seu trabalho quando, segundo ela, “os companheiros iam se associar” e ela estava presente, fazendo os registros e as carteiras; e quando comenta que “sua luta era em casa”, o que demonstra o quanto um discurso pode conter de múltiplas significações,⁴² pois observar que o “estar em casa” também era uma luta indica dar valor a um espaço que é muito

41 Ibidem.

42 Cf. OBERTEI, Alejandra. Op. cit., p. 45-62.

pouco reconhecido quando comparado às lutas em movimentos sociais, por exemplo. Essa valorização do privado é pouco comum em espaços políticos, e reconhecer isso confere à significação que Elizabeth construiu de sua trajetória um sentido muito mais complexo e de certa forma paradoxal, pois destaca uma questão que inicialmente não parecia ter recebido qualquer acuidade, mas que em seguida foi sutilmente exaltada.

A área rural possui uma lógica própria, com costumes, tradições e paradigmas diferenciados dos grandes centros urbanos. Muitas práticas e representações de trabalhadores e de trabalhadoras rurais eram guiadas por valores da chamada “campesinidade”; esses valores, de acordo com Maria Inês M. Marques, seriam honra, hierarquia, reciprocidade e tradição.⁴³ Com relação à hierarquia, por exemplo, podemos observar que a figura do homem enquanto chefe da família estava (e na maioria dos casos ainda está) acima da figura da mulher⁴⁴ dentro da esfera familiar. E quando a mulher participava de grupos políticos, essa hierarquia acabava se estendendo para a esfera pública. Existia, e ainda existe em muitos desses lugares, um predomínio e uma perpetuação de costumes e de ideias machistas ligadas ao patriarcado que vêm de longa data; e esta reprodução ocorre, muitas vezes, por parte das próprias mulheres, como pode ser observado em alguns momentos da fala de Elizabeth.

No meio rural paraguaio, Magiorina Balbuena Cardozo também foi uma liderança muito antes da formação da *Coordinación de Mujeres Campesinas*: “[...] eu fui também fundadora do movimento campesino paraguaio e ocupo também a direção nacional há vários anos”.⁴⁵ Ao discorrer sobre quando começou a trabalhar em movimentos sociais no campo, Magiorina destacou:

No campo não havia organização (de movimentos sociais na década de 50). Já na década de 60, começaram a organizar-se nas Ligas Agrárias Campesinas e na Juventude

43 MARQUES, Maria Inês M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen (org). *Os significados da terra*. Brasília: UNB, 2004, p. 255-289.

44 PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*. v.5, n. 28. Rio de Janeiro, 1987, p. 64-70.

45 CARDOZO, Magiorina Balbuena. Op. cit.

Agrária Católica. Eu, quando tinha 21 anos, comecei a participar na Juventude Agrária Católica. [...] Em 70 ou 71, eu fui a Missiones e em seguida falei com meu tio, que era sacerdote, e me propus a trabalhar na organização, porque ele apoiava as ligas agrárias; já havia o grupo de sacerdotes da teologia da libertação aqui que apoiava muito as organizações campestinas. Então ele me perguntou um dia: “Minha sobrinha, não quer ir trabalhar comigo, me ajudar na paróquia e participar das reuniões?” Eu não entendia nada, achava, como todos, que era um povo aventureiro, então eu disse que queria ir; então disse ao meu pai que eu queria ir e fui. E comecei a participar da organização na mesma tarde em que cheguei, com o grupo de jovens. E nos três meses que havia participado já me elegeram como secretária da mesa departamental [sic].⁴⁶

274

A ocupação de um cargo de liderança ocorreu bem cedo para Magiorina, como pode ser notado. E a partir da entrada nesse grupo campestino católico, sua atuação começou a contribuir, em grande medida, para que o movimento campestino paraguaio se organizasse politicamente. É perceptível também a semelhança da atuação da Teologia da Libertação no campo paraguaio e no campo brasileiro. Essa iniciativa da igreja, que deu “início” à trajetória de militância política de Magiorina, também ocorreu com a brasileira Rosalina Nogueira da Silva, anteriormente citada. Embora essas trajetórias de militância tenham ocorrido de formas distintas, a importância da Teologia da Libertação foi um ponto em comum e relevante para que a participação política dessas mulheres ocorresse nas comunidades em que viviam.

Observar a atuação das mulheres nos movimentos sociais no campo e as formas de resistência e de organização por elas empreendidas durante as ditaduras militares no Cone Sul, a partir de um olhar direcionado para as relações de gênero que existiam na dinâmica desses movimentos, significa uma tentativa de dar voz a sujeitos e a contextos sócio-políticos que ainda não possuem lugar na história. As trajetórias de mulheres em cargos de comando dentro de organizações no campo é algo ainda pouco explorado pela historiografia e carece de estudos mais detalhados.

46 Ibidem.

Talvez a dificuldade de se encontrar fontes que esclareçam melhor como se deram esses processos seja um agravante nas lacunas que ainda existem neste tipo de estudo. Participações de outras mulheres como Magiorina em movimentos campestres paraguaios certamente ocorreram, mas não são conhecidas, não aparecem nos livros nem nos estudos que foram consultados sobre o Paraguai. Essa ocultação pode ocorrer por vários motivos; um deles talvez seja a predominância e a continuidade de ideias – presentes em discursos de homens e de mulheres – que valorizam muito mais militâncias que ocorreram nas cidades e não no campo e que, além disso, dão mais relevância a trajetórias masculinas do que a femininas. De qualquer forma, mais iniciativas de pesquisas nesta área são necessárias para aprofundar essas discussões.

275

Movimentos de mulheres no campo e a Segunda Onda do feminismo

O chamado feminismo de Segunda Onda⁴⁷ estava em evidência no período de formação de muitos dos movimentos de mulheres rurais naquele período. As ideias discutidas por movimentos feministas existentes em vários lugares do Brasil e do mundo chegavam ao meio rural através do rádio, dos jornais, das revistas, por meio da leitura em grupo de livros sobre essa temática e também pelos contatos com mulheres que vinham de outros lugares, como os centros urbanos, onde essas questões estavam em debate já há algum tempo.⁴⁸

A segunda onda do feminismo brasileiro surgiu no fim da década de 70, à sombra da ditadura, como um movimento de mulheres educadas e de classe média e alta ligadas aos grupos de esquerda. Nas duas décadas seguintes, porém, esse núcleo se diversificou, o feminismo se tornou feminismos, enquanto outros movimentos de mulheres foram sendo criados por lésbicas, sindicalistas, operárias, empregadas domésticas, negras, trabalhadoras rurais e outras.⁴⁹

47 Termo já explicado em outros capítulos deste livro.

48 CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. cit.

49 THAYER, Millie. Op. cit., p. 104.

Em Pernambuco, após a formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, começaram a ocorrer, de 1985 a 1990, vários contatos entre as organizadoras deste movimento e as ONGs feministas de centros urbanos da região Nordeste, como a SOS Corpo.

A SOS Corpo, assim como outras instituições feministas profissionalizadas em todo o Brasil, queria muito estabelecer uma relação com trabalhadoras, membros de organizações populares de mulheres como o MMTR. Em boa parte isso tinha por base a origem da SOS em movimentos de esquerda na resistência à ditadura e o contínuo comprometimento do pessoal com a construção de um movimento feminista inclusivo.⁵⁰

276

Esses contatos com ONGs foram um dos principais meios pelos quais as ideias do feminismo adentraram os movimentos de mulheres rurais no interior do Nordeste brasileiro. Boa parte das mulheres que participavam de movimentos de mulheres no campo, no Paraguai e no Brasil, quando entraram em contato com as ideias do feminismo de Segunda Onda, em muitos casos simpatizou com seus conceitos, pois percebeu que muitas das reivindicações feministas estavam presentes em vários aspectos de suas vidas. Apesar disso, em entrevistas feitas nos dias de hoje com algumas dessas mulheres, elas narram que a autoidentificação como feministas não ocorreu num primeiro momento; dizem que aconteceu numa fase posterior ao período das ditaduras. Magiorina também respondeu a essa questão:

Cristina: – E hoje você diz que é feminista?

Magiorina: – Sim, eu sou feminista.

Cristina: – E desde quando?

Magiorina: – Bom, nesta época (de ditadura) praticamente não se discutia esse problema, eram outros problemas muito mais graves, quando voltei do exílio continuei a luta fundando o movimento que se desarticulou. [...] Trabalhamos pelas organizações campestinas, em 1977 conformamos um comitê de organização campestina nacional, trabalhamos e em 1980 se fundou um movimento campestino paraguaio, em plena ditadura.⁵¹

50 Ibidem, p. 120.

51 CARDOZO, Magiorina Balbuena. Op. cit.

O discurso construído por Magiorina para falar sobre a época da ditadura militar em seu país possui um viés de militância que procura colocar o Movimento Campesino Paraguaio sempre em primeiro plano, antes de outras questões, inclusive de sua luta como feminista. E, apesar de nos dias de hoje se dizer feminista, quando é questionada “desde quando”, sua fala é enfática ao dizer que na época da ditadura essa questão praticamente não era discutida no grupo campesino do qual fazia parte.

Além disso, é perceptível a desqualificação que Magiorina faz das lutas do movimento feminista na época ao dizer que existiam “outros problemas muito mais graves”; esse pensamento está diretamente ligado a uma tradição e a um ideário marxista presente em muitos movimentos sociais de esquerda no Cone Sul naquele período. Cristina Scheibe Wolff nos fala que muitos desses grupos de esquerda partilhavam de “matrizes discursivas” baseadas nas correntes político-ideológicas do marxismo, leninismo, trotskismo, etc.⁵² Essas correntes consideravam o feminismo como sendo “pequeno-burguês” e, talvez por ter em seu discurso questões que claramente nos remetem a uma inclinação marxista, Magiorina considere que a luta feminista era algo a ser colocado em segundo plano, já que o projeto socialista ou a luta contra a repressão da ditadura deveriam ser priorizados. Wolff também nos fala que

Embora a incorporação de mulheres nos grupos de esquerda armada não possa ser vista apenas como uma decorrência ‘natural’ do feminismo, é certo que não se pode pensar esses dois acontecimentos (o feminismo da Segunda Onda e a luta armada) como totalmente isolados um do outro.⁵³

A própria inserção das mulheres dentro dos movimentos de esquerda está muito relacionada, entre outras coisas, com a influência das ideias propagadas por muitos movimentos feministas da época, mesmo que esta não tenha sido muito evidente. Mas, de

52 WOLFE, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. *Revista Brasileira de História*. v.27, n. 54. São Paulo, dezembro de 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf.

53 Ibidem, p. 22.

qualquer forma, como já indicado, a identificação com o feminismo de muitas das mulheres provenientes da área rural ocorreu, de fato, num período posterior, ligado à reconstrução da democracia nesses países em questão.

Essa passagem, presente na entrevista de Magiorina, também se articula de certa forma com o pensamento de Millie Thayer, quando observou o contato das mulheres provenientes da área rural com questões ligadas ao gênero e ao feminismo: na área rural o acesso a essas ideias ocorreu em processos diferenciados daqueles ocorridos nas cidades. Se as ideias do feminismo de Segunda Onda se espalharam pelo mundo no decorrer da década de sessenta e se difundiram nos meios urbanos do Brasil mais fortemente na década de setenta, nas áreas rurais elas só foram influenciar a maior parte dos movimentos de mulheres em meados dos anos oitenta e no decorrer dos noventa;⁵⁴ tal processo ocorreu de forma semelhante no Paraguai.

278

* * *

As componentes dos movimentos de mulheres rurais cujas trajetórias foram brevemente abordadas neste capítulo passaram por processos de conscientização e identificação como camponesas/campesinas e de autorreconhecimento como sujeitos ativos da história que deveriam lutar por seus direitos. Essas mesmas mulheres passaram, de modo geral, a partir da consciência da opressão feminina, a inserir em suas pautas políticas reivindicações específicas das mulheres. Essas reivindicações eram contra a discriminação que sofriam nos espaços políticos de predominância masculina, pela participação nas definições e igualdade de atuação dentro dos movimentos sociais rurais por direitos trabalhistas, entre outras. Podemos dizer, portanto, que de certa forma o feminismo inspirou algumas dessas lutas que, no contexto dos movimentos rurais, poderiam se traduzir em lutas por espaços mais igualitários de atuação política das mulheres perante os homens.

Muitos dos movimentos sociais que ocorreram no campo foram, de modo geral, organizações mistas de pessoas que reivindicavam direitos ligados a questões próprias do ambiente rural,

54 THAYER, Millie. Op. cit.

com lutas relacionadas a questões de direitos pela terra; contra a exclusão social que acometia nesse meio; pela autonomia sindical; a liberdade política; a democracia participativa; contra a repressão sofrida quando um movimento se organizava e se engajava em uma militância política mais incisiva; e acima de tudo pela reforma agrária. Era uma luta política e social pelo direito à terra que estava sendo tirada dos agricultores e das agricultoras devido ao aumento dos latifúndios ligados a um projeto governamental de modernização do campo que, na prática, quase excluía de seu planejamento a questão da pequena propriedade.

Há, evidentemente, uma contradição intrínseca entre o campo e a cidade que precisa ser enfatizada; os valores que regem essas duas sociedades são diferenciados em muitos aspectos, inclusive nas lutas sociais que ocorreram e que ocorrem nesses ambientes. Todavia, a repressão por parte dos governos militares – que de um modo geral buscavam por meio de mecanismos de controle e coerção social a defesa de uma suposta segurança nacional e a manutenção da ordem pública – se deu, sob essa ótica, de forma aproximada nas cidades e nos meios rurais. No campesinato ou no meio urbano a repressão agia contra as organizações coletivas, grevistas, sindicais, partidárias e religiosas que se formaram ao longo dos anos de ditadura; as formas de atuação, organização, militância e resistência contra essas ações repressivas é que se diferenciavam de acordo com o contexto vivido por cada grupo social.

Havia naquele período ditatorial uma tendência por parte do governo militar brasileiro de ver em qualquer problema agrário a possibilidade de uma insurreição interna⁵⁵ e isso aumentava a repressão dirigida a muitos dos movimentos sociais que se formaram na época – no campo. O Paraguai era uma sociedade bastante agrária durante a ditadura e por este motivo a repressão enfrentada pelas populações que viviam e que se organizavam no meio rural foi intensa.

Ao observar a participação de mulheres em movimentos sociais no campo e a formação de movimentos especificamente de mulheres nesta área, numa perspectiva comparativa entre os dois países podemos perceber que esses movimentos surgiram em

55 MARTINS, José Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

conjunturas semelhantes, mas tiveram proporções e características variadas; existem algumas aproximações de práticas sociais quando analisadas de forma comparada, mas também muitas particularidades no que diz respeito à formação, às formas de atuação política, à repressão enfrentada e aos processos de identificação com o feminismo. Esse rico campo de pesquisa ainda aguarda outras investigações que instiguem novas reflexões que contemplem as relações de gênero e a participação das mulheres nos movimentos e nas lideranças do meio rural.

AS MULHERES NA LUTA ARMADA NO CONE SUL

Andrei Martin San Pablo Kotchergenko



Ao focar o contexto histórico referente ao período entre as décadas de 1960 e 1980, percebemos que a ditadura militar brasileira não foi um acontecimento único na história da América Latina, mesmo porque outros regimes semelhantes surgiram nos países do Cone Sul neste mesmo período com a implantação de regimes políticos repressivos e com as Forças Armadas assumindo o poder, ocasionando um rompimento nas suas Constituições: no Brasil (1964), na Argentina (1976), no Uruguai (1973), no Chile (1973) e no Paraguai (já em 1954).

A participação das mulheres nos grupos de esquerda armada, atuantes no Brasil e no Chile durante suas respectivas ditaduras, a forma como essa participação era vista e considerada pelos guerrilheiros atuantes nessas mesmas organizações e o sentimento das mulheres militantes em relação às dificuldades enfrentadas em suas trajetórias como guerrilheiras é a temática deste artigo.

Utilizaremos para tanto uma abordagem comparativa entre os conteúdos produzidos pelas organizações de esquerda armada desses dois países, principalmente os da ALN (Ação Libertadora Nacional), do Brasil, e os do MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), do Chile, como manuais, memórias, relatos autobiografados e bibliografia referente ao assunto.

Contexto histórico, político e social: Brasil e Chile

É importante ressaltar que a existência de um governo ditatorial militar caracteriza-se pela supressão de direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão aos que se opõem ao regime militar. Portanto, neste contexto, podemos identificar que o período em que o regime militar atuou no Brasil e no Chile foi marcado pelo autoritarismo e pelas desigualdades sociais, relegando as questões especificamente femininas a um plano secundário.

282

No Brasil, o regime militar (1964-1985) atravessou pelo menos três fases distintas: a primeira em 1964, quando a direita, apoiada pelas Forças Armadas, aplicou o golpe de Estado, retirando João Goulart da presidência; a segunda teve início em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), originando os chamados Anos de Chumbo, com a repressão atingindo seu ápice; e a terceira parte com a posse do general Ernesto Geisel em 1974, marcada pelo frequente desaparecimento de seus opositores.¹

Todos esses acontecimentos geraram certa inquietude quanto ao futuro do Brasil, desencadeando um descontentamento que motivou a reunião de diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos – de forma clandestina. Alguns grupos de esquerda mobilizaram velhos e novos militantes na adesão de organizações como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e muitas outras à luta armada.² Essa adesão não era só uma forma de resistir à opressão mantida pela ditadura, mas de caminhar rumo ao fim de uma exploração de classe.³

O governo militar chileno (1973-1990) foi considerado um dos mais violentos da América Latina. A política do general Augusto

1 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 21. Disponível em: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf.

2 *Ibidem*, p. 27.

3 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 63.

Pinochet era baseada na repressão e no medo, utilizando-se frequentemente de discursos e ações que acuavam a população. Seu governo deixou marcas profundas na população, que vivenciou inúmeras perseguições, desaparecimentos, prisões, assassinatos e torturas, obrigando milhares de pessoas – inclusive de nacionalidade brasileira lá acolhidas em função do golpe de Estado de 1964 – a deixarem o Chile, partindo para a Europa, principalmente para a França, como única solução para os problemas e crises que começavam a se desencadear. Para auxiliá-lo na implantação de seu governo, em 1973 Pinochet criou a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), sua polícia secreta, mas em 1977 a substituiu pela *Central Nacional de Inteligencia* (CNI).⁴

Assim como no Brasil, para combater a repressão que se instalava o Chile contou com diferentes organizações, entre elas o *PS* (*Partido Socialista*), o *MIR* (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), o *PC* (*Partido Comunista*), o *MAPU* (*Movimiento de Acción Popular Unificado*), a *FPMR* (*Frente Patriótico Manuel Rodríguez*), o *PR* (*Partido Radical*), a *Democracia Cristiana*, a *Izquierda Cristiana* e outros grupos.⁵

É interessante destacar que a participação das mulheres nos grupos de esquerda armada, atuantes tanto no Brasil quanto no Chile, representou uma marcante transgressão, um rompimento com os padrões que a família e a sociedade esperavam delas nessa época. Seus papéis femininos tradicionais foram rompidos duplamente: ao se tornarem militantes, opondo-se à repressão militar, e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem discutir, participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos. Esse momento é definido por Ridenti como sendo o início de um rompimento com “[...] o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa que vive em função do mundo masculino”.⁶

4 COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe de la comisión nacional de verdad y reconciliación. *Estudios públicos* – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 41. Santiago, 1991, p. 326. Disponível em: www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1183.html.

5 Ibidem, p. 301.

6 RIDENTI, M. S. Op. cit., p. 198.

Podemos dizer que algumas mulheres, ao atuarem como militantes, saíram dos seus espaços privados, relegados a elas pela sociedade, e ingressaram no espaço público, marcando presença significativa. Analisando as ações políticas e as lutas das mulheres no período da ditadura militar, podemos perceber que elas, além do combate à repressão, tiveram que enfrentar também a discriminação e a desigualdade por parte da sociedade e dos seus companheiros de organizações.⁷

A ditadura militar chilena, assim como a brasileira, impôs uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, marcados por um machismo exacerbado, e atribuía aos homens um papel autoritário, ressaltando o conservadorismo e o patriarcado – agravados por interpretações errôneas sobre os conceitos de valentia, sensatez e êxito social. Essas relações, onde as diferenças sociais são tão afloradas, se tornam assimétricas sobre o ponto de vista das discriminações e subordinações tanto institucionais quanto culturais, vivenciadas pelas mulheres chilenas, resumindo as suas principais ocupações à educação de seus filhos e ao bem estar de seus lares.⁸

É interessante ressaltar que a resistência das mulheres à ditadura no Brasil, segundo Cynthia Sarti, teve como consequência o surgimento do feminismo militante a partir dos anos 1960, embora a eclosão do feminismo brasileiro tenha ocorrido só nos anos 1970, devido ao impacto do movimento internacional e às mudanças efetivas na situação das mulheres no país, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero.⁹

Histórico, tradições revolucionárias e ideologias da ALN e do MIR

Com o rompimento das relações da China com a Rússia, com a disputa pela hegemonia do socialismo e com a constante interferência

7 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 43-44.

8 GARRAO, Andrea Zamora. La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2008. Disponível em: www.nuevomundo.revues.org/index27162.html.

9 SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*. v.12, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 37. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38112203.pdf>.

do governo dos EUA, oferecendo auxílio logístico às forças militares para instalarem suas respectivas ditaduras, as organizações de esquerda do Cone Sul passaram por um período de intensos debates e inúmeros conflitos, provocando separações e reelaborações sistemáticas nos seus programas e teorias de base.¹⁰

A ALN (Ação Libertadora Nacional) brasileira era uma organização revolucionária comunista surgida no final do ano de 1967, fundada por Carlos Marighella,¹¹ que defendia a luta armada e a guerrilha como sendo os principais instrumentos de combate à ditadura militar, tendo como lema principal a frase “A ação faz a vanguarda”. Para que isso fosse alcançado era necessária uma estruturação de autonomia tática dos grupos armados.¹² De acordo com Marighella, o guerrilheiro urbano que atua contra a ditadura no Brasil é

um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras.¹³

285

O historiador Jacob Gorender comenta que, com essa atitude tomada pelas organizações revolucionárias, a história já estava traçada:

O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com ‘braços armados’, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada.¹⁴

10 COMISION NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACION. Op. cit., p. 314.

11 Iniciou sua militância em 1932 na Juventude do Partido Comunista. Ficou preso de 1939 a 1945. Elegeu-se deputado federal da Bahia em 1946. Em 1967 rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando a ALN. Morreu em São Paulo, em 1969, durante uma emboscada de agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS, líder de um grupo de extermínio de marginais conhecido como o Esquadrão da Morte. BRASIL. Op. cit., p.108.

12 Ibidem, p.469.

13 MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano*. 1969, p. 2.

14 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 167.

Essa viagem à luta armada tinha início na clandestinidade, com codinomes, com aparelhos escondendo as pessoas e as armas, nos submundos, nos jornais, com adrenalina correndo pelo corpo, nas trevas, na escuridão. São essas as palavras de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, comandante militar da ALN no Brasil¹⁵ após a morte de Marighella.

286 O MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionária*) chileno foi criado em agosto de 1965, quando ex-membros da FJS (*Federación Juvenil Socialista*), juntamente com a VRM (*Vanguardia Revolucionaria Marxista*), unidos a ex-militantes das JJCC (*Juventudes Comunistas*) se juntaram com alguns trotskistas e resolveram formar um novo grupo de esquerda, com o objetivo de conduzir o movimento popular a uma esquerda tradicional e levar o socialismo ao Chile; para isso elegeram como secretário geral o médico Enrique Sepúlveda.

Em 1967, no entanto, Miguel Enríquez assumiu o cargo de secretário geral, já dando início a uma política de enfrentamento contra o governo através de uma intensa propaganda de luta armada e com diversas operações para arrecadar fundos chamados de *recuperaciones*, que nada mais eram do que assaltos a bancos.¹⁶ Entre 1968 e 1969 ele inicia um programa de definições de tarefas e características que marcariam definitivamente a fisionomia dos militantes do MIR.

Los militantes deberán aceptar las reglas de una rigurosa clandestinidad. El tipo del militante que ingresará al MIR debe ser diferente al de antes. Los aficionados deberán abandonar la organización [...]. No se ingresará ni se hará abandono del partido de cualquier forma. La entrega de sí mismo deberá ser total. La organización decidirá si un militante debe trabajar o estudiar, o donde habitar, etcétera. [...] Y para el período 1973-1974 la meta táctica era [...] fortalecer y acerar [...] el partido, constituir la fuerza social revolucionaria y dar origen al ejército revolucionario

15 ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

16 PÉREZ, Cristián. Historia del MIR: "Si quieren guerra, guerra tendrán". *Revista Estudios Públicos* – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago. n. 41. Santiago, 2003, p. 14. Disponível em: www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3208.html.

*del pueblo. A partir de ello derrocar a la dictadura y conquistar el poder.*¹⁷

Com as implantações dos governos ditatoriais nos países do Cone Sul, várias discussões têm início no interior das organizações de esquerda armada sobre a necessidade da construção social de um “novo homem”, que de acordo com Brienza seria um “[...] indivíduo moral capaz de sacrificar tudo em função do mundo que se aproximava”.¹⁸ Para as organizações de esquerda, esse “novo homem” seria um indivíduo perfeito para constituir o grupo dos “verdadeiros revolucionários”, capaz de se opor tanto aos burgueses quanto aos reformistas, constituídos pelos pró-soviéticos, pelos partidos socialistas e comunistas tradicionais, pela velha esquerda, pelos trotskistas e pelos militantes de esquerda contrários a ações violentas.

287

E foi nessa busca que as organizações de esquerda armada do Cone Sul associaram a figura de Ernesto Che Guevara a essa imagem concreta do “novo homem”, o modelo a ser seguido tanto pelas ideias que expunha quanto pelas ações que tomava para alcançar seus objetivos. É interessante ressaltar que, para o MIR, essa construção social do “novo homem” era um disciplinamento dos revolucionários que deviam seguir como exemplo de luta e formação militante a vida e os pensamentos de Che, exemplo de “revolucionário responsável até a morte”.¹⁹ Ernesto Che Guevara acreditava que “[...] ‘el hombre nuevo’ o ‘el hombre del siglo XXI’ seria el individuo que ha roto las cadenas de la

17 “Os militantes deverão aceitar as regras de uma rigorosa clandestinidade. O militante que ingressará no MIR deve ser diferente dos que antes ingressavam. Os amadores deverão abandonar a organização [...] Não ingressará e nem haverá abandono do partido de qualquer forma. Deverá haver uma total devoção. A organização decidirá se o militante deverá trabalhar ou estudar, ou onde morar, etc. E para o período de 1973-1974 a meta tática era [...] fortalecer e converter [...] o partido, constituir a força revolucionária e dar origem ao exército revolucionário do povo. Para derrotar a ditadura e conquistar o poder”. Tradução livre. AMBIADO, Carlos Sandoval. *MIR: Una Historia*. Santiago, 1990, p. 46-47.

18 BRIENZA, Hernán. *Mario R. Santucho: la guerrilla de izquierda*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006, p.18.

19 SECRETARIADO NACIONAL MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONÁRIA. El MIR frente al aniversario de la muerte del CHE. *CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile*. Santiago, 8 de outubro de 1972. Disponível em: www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_68_a_10_sept_73/mir68a730015.pdf.

enajenación, y que se relaciona con los demás con lazos de solidaridad real, de fraternidad universal concreta".²⁰

A definição de guerrilheiro ideal, chamada de "verdadeiro" guerrilheiro, foi constituída a partir de características que faziam parte de um modelo constitutivo apresentado em manuais, cartilhas e outros tipos de documentações produzidos por grupos de esquerda armada. As características necessárias para o perfeito desempenho do guerrilheiro e da guerrilheira privilegiavam a coragem, a valentia, o espírito de sacrifício, a dignidade e a honra, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas.²¹

288

O ser "violento" e ser "terrorista"²² tornaram-se características importantes e significativas na formação do "verdadeiro revolucionário", enobrecendo-o, transformando-o em uma pessoa honrada. Utilizar essas características como um complemento de suas ações e atitudes dentro da luta armada, no enfrentamento das atrocidades da ditadura militar, era considerado um ato muito digno. Desta forma, uma preocupação constante para os militantes em todas as suas manifestações foi a de diferenciarem-se dos delinquentes e bandidos para não serem nunca confundidos com eles. Esse sentimento pode ser observado no relato da ex-guerrilheira Iara Xavier Pereira, da ALN: "*nós fomos a geração que optou por enfrentar o regime militar em um momento em que isto era absolutamente necessário. Não éramos loucos nem terroristas sanguinários. Éramos jovens comprometidos com um ideal*".²³

É válido ressaltar que para serem considerados bons e "verdadeiros" guerrilheiros, a partir dos requisitos propostos no *Manual do guerrilheiro urbano*, os guerrilheiros deveriam apresentar certas

20 GUEVARA, Ernesto. El socialismo y el hombre en Cuba. In: *Obras*. t. 2. Cuba: Casa de las Américas, p.375. "[...] 'o homem novo' ou 'o homem do século XXI' seria o indivíduo que quebrou as correntes da alienação e que se relaciona com os demais com laços de solidariedade real, de fraternidade universal concreta". Tradução livre.

21 WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). *IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias*. Florianópolis, novembro de 2007. Anais eletrônicos. Disponível em: www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf.

22 MARIGHELLA, Carlos. Op. cit., p. 1.

23 CARVALHO, Luiz Maklouf de. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 297.

qualidades e características: “[...] que possa caminhar bastante; que seja resistente à fadiga, fome, chuva e calor; conhecer como se esconder e vigiar, conquistar a arte de ter paciência ilimitada; manter-se calmo e tranquilo nas piores condições e circunstâncias; nunca deixar pistas ou traços”²⁴

Ao analisarmos essas características propostas, percebemos que elas não geravam discriminação quanto à participação das mulheres na militância, mesmo porque destacavam o valor da paciência ilimitada e da tranquilidade, que de certa forma são qualidades e características de destaque associadas à representação da feminilidade. Partindo de uma perspectiva analítica sobre os quesitos citados, o *Manual do guerrilheiro urbano* sugere que os guerrilheiros (ou guerrilheiras), ao reconhecerem problemas com relação às características descritas, renunciem a seus postos, pois lhes faltam qualidades básicas para ser “verdadeiros” guerrilheiros.

No entanto, no livro *O crepúsculo do macho*, Fernando Gabeira relata que em Cuba, durante o treinamento das guerrilheiras e guerrilheiros brasileiros, as mulheres, ao serem escolhidas para fazer parte dos grupos de treinamento, eram vistas como um “peso” por apresentarem um rendimento inferior nos exercícios físicos, atrasando o desempenho do conjunto.²⁵ Este comentário, no entanto, deixa claro que, apesar da existência de certa igualdade nas características comentadas anteriormente, a definição do guerrilheiro ideal privilegiou muito mais o que constituía a masculinidade, tornando a atuação das mulheres nas guerrilhas, de certa forma, mais difícil e suas trajetórias políticas com mais “empecilhos do que a dos homens”.²⁶

289

Militância feminina

O período da ditadura brasileira (1964-1985), marcado por um significativo aumento no número de mortos, presos e desaparecidos,

24 MARIGHELLA, Carlos. Op. cit., p. 3.

25 GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 75.

26 WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p. 95-114.

levou algumas mulheres a se tornarem pioneiras na busca de seus familiares, além de ter motivado outras a optarem por ingressar em organizações de esquerda, pegando em armas e lutando, “comportando-se como homens”.²⁷ Refletindo sobre essa expressão usada por Sarti, se pensarmos que para se romper os padrões sociais impostos na época e se integrar aos movimentos de esquerda era necessário ter coragem, força e honra – que são de certa forma qualidades vinculadas socialmente aos valores masculinos²⁸ – então essa expressão deixa de ter uma conotação discriminante e passa a ter uma conotação comparativa.

No entanto, após analisar entrevistas feitas com mulheres ex-militantes e livros que discorrem sobre as militantes na época das ditaduras, observamos que termos pejorativos, como mulher leviana, “à procura de macho” e “mulher-macho”²⁹ eram frequentemente utilizados pela sociedade e pelas forças militares ao se referirem às mulheres militantes, na tentativa de desestimularem as suas lutas e de forçá-las a retornarem aos seus espaços domésticos. Sabe-se que esse mesmo tipo de discriminação ocorreu com as militantes chilenas, pois sofreram fortes pressões e a discriminação da sociedade, das Forças Armadas e do CNI por representarem modelos de mulheres que deixaram os espaços privados e adentraram os espaços públicos que não lhes pertenciam. Eles não estavam dispostos a tolerar essas transgressões, pois com essas atitudes “[...] *las mujeres que sobrepasaban el límite señalado fueran consideradas enemigas y tratadas como tales*”.³⁰

Com base nessas observações é importante evidenciar que a sociedade e os órgãos repressores do Brasil e do Chile utilizaram um discurso ideológico de valorização da família tradicional na tentativa de reconduzir as mulheres militantes aos espaços privados dos lares,

27 SARTI, Cynthia A. Op. cit.

28 WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul (1968-1985). *Revista Brasileira de História*. v.27, n. 55, São Paulo, dez. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

29 FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 155.

30 “[...] as mulheres que ultrapassaram o limite assinalado foram consideradas inimigas e tratadas como tais”. Tradução livre. OLAVARRIA, José. *El sexismo que tortura y mata*. Política de género y represión política hacia las mujeres en Chile. Chile: Editorial FLACSO, 2003, p. 3. Disponível em: www.flacso.cl/flacso/biblos.php?code=620.

para que se ocupassem apenas os papéis de mães e esposas. É imprescindível mencionar, no entanto, que se esse retorno das mulheres ao espaço privado não fosse logrado, elas seriam combatidas severamente como inimigas.

Convém ressaltar também que algumas mulheres militantes, mesmo lutando lado a lado com seus colegas das organizações de esquerda, muitas vezes não foram bem aceitas por alguns deles, o que as obrigou a lutar contra o machismo que ao mesmo tempo as discriminava tanto pelo excesso de proteção como por subestimar suas capacidades físicas e intelectuais. Podemos perceber que essa discriminação era reforçada pelos valores masculinos e masculinizantes, tão associados ao modelo de guerrilheiro, que levaram os homens a acreditar que esse papel de guerrilheiro dizia respeito apenas a eles.³¹ Esse tipo de discriminação sobre a mulher militante é enfatizado no depoimento de Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira, quando afirma que o comando guerrilheiro esperava que as mulheres tivessem

291

a mesma força física, os mesmos costumes e a mesma frieza para lidar com as emoções, e duvidavam de nossa capacidade para desempenhar as tarefas militares. Os homens entraram para os movimentos guerrilheiros com algum conhecimento prévio de estratégias militares e outras atividades similares. [...] e nós mulheres experimentávamos pela primeira vez as ações militares.³²

Entretanto, analisando o depoimento acima e verificando os registros das estatísticas dos militantes processados judicialmente, pertencentes às organizações de esquerda do Brasil e do Chile, observamos que o maior contingente de militantes masculinos era de estudantes na faixa etária até 25 anos.

No Brasil, dos 4.124 militantes processados judicialmente nos anos sessenta e setenta, apenas 3.698 militantes apresentaram ocupações definidas, dos quais 906 (24,5%) eram estudantes. Na ALN

31 CARBONARI, Márcia. *A atuação da mulher na resistência à ditadura militar*. Passo Fundo, 2005. Disponível em: www.2csh.clio.pro.br/marcia%20carbonari.pdf.

32 DIREITOS HUMANOS. *A Luta Armada: um aprendizado para a mulher*. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/amelinha/feminismobrasil/luta.html.

verificou-se um total de 134 estudantes, correspondendo a 29,3% do número dos integrantes (Quadro 1).³³ Quanto aos militantes correspondentes à faixa etária até 25 anos, totalizaram 2.868, dos quais 364 pertenciam à ALN, representando 53,3% do total de seus integrantes (Quadro 5).³⁴ No Chile, de setembro de 1973 a março de 1990 registrou-se 4.144 (15,3%) estudantes detidos.³⁵ E na faixa etária dos 21 aos 30 anos foram contabilizadas 12.060 (44,2%) pessoas.³⁶

Mesmo reconhecendo que o grupo estudantil representou uma grande força contra a repressão, sabemos que boa parte dessa força foi empregada em greves, passeatas e invasões de universidades contra o projeto de reforma educacional da ditadura e os que aderiram à luta armada, por serem bem jovens, apresentavam pouco conhecimento de estratégias militares ou de outras atividades similares; necessitavam também, portanto, de um treinamento específico. É com base nesta perspectiva que o depoimento citado acima merece uma ressalva quando coloca que todos os homens ingressaram nas organizações de esquerda armada com algum conhecimento prévio de estratégias militares e de outras atividades similares.

O contexto ideológico das organizações de esquerda e a grande influência exercida pelas características masculinas e masculinizantes sobre o modelo do “verdadeiro” guerrilheiro acabaram levando algumas mulheres militantes a negar suas posições e condições femininas, na tentativa de obter uma igualdade dentro das organizações em que militavam e de apresentarem um melhor desempenho nas suas ações táticas. Ana Maria Colling comenta que algumas mulheres, para não ser discriminadas e sim aceitas e bem vistas como militantes, “[...] assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher. As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral”.³⁷

33 RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 68.

34 Ibidem, p. 123.

35 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Op. cit., p. 473.

36 Ibidem, p. 472.

37 COLLING, A. M. Op. cit., p. 75.

Essa citação pode ser bem exemplificada na entrevista realizada com a chilena Gladys³⁸ (ex-militante do *MIR*) ao comentar como chegou a ser alta dirigente da organização, conquistando espaços de decisões. Ela relata que teve que transitar em um “mundo de homens”, onde se colocou “de igual para igual” com eles, usando os mesmos métodos para ser respeitada e conquistar espaço.³⁹

Outra forma marcante de discriminação pela qual passaram muitas mulheres militantes no interior das organizações guerrilheiras foi relativa às funções atribuídas a elas. O comando raramente coube a alguma mulher, sendo ocupado apenas por homens. As funções que lhes restavam, embora importantes para o andamento das missões, eram mais simples, tais como o levantamento de informações, as observações de campo, o apoio logístico e as estratégias de emboscadas. O testemunho de Maria do Amparo Almeida Araújo (ex-guerrilheira da ALN, fundadora do Movimento Tortura Nunca Mais) confirma bem isso.

293

Com o nome falso de Eunice Maidana, durante anos minhas tarefas foram preparar documentos falsos, montar e desmontar bombas caseiras, limpar e lubrificar as armas. Era estrategista, estudava os planos, esquematizava e organizava as ações. Nunca atirei nem matei ninguém. Mesmo assim andava armada, caso houvesse alguma necessidade.⁴⁰

É interessante destacar o comentário feito pela chilena Lucía Sepúlveda Ruiz (jornalista e ex-militante do *MIR*) dizendo que, desde o princípio, em todas as tarefas políticas e militares do *MIR* havia mulheres; nos anos oitenta, entretanto, havia apenas quatro dirigentes mulheres no seu comitê central. Acrescenta ainda que, no nível coletivo, nunca foi discutido politicamente as relações de gênero dentro do *MIR*, no entanto, Gladys Díaz (ex-militante chilena) complementa

38 Este mesmo trecho da entrevista com Gladys é analisado por Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga no capítulo “Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância”, deste livro, p. 145-163.

39 GLADYS. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Santiago, Chile, 27.06.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

40 Diário de uma guerrilheira. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, 03.04.2004. Disponível em: http://amparo_araujo.blog.uol.com.br.

dizendo que Lumi Videla (ex-militante do *MIR*) apresentou um documento à direção em 1969, em que questionava o “porquê” das mulheres não terem uma equivalente representação na direção do grupo.⁴¹

Não se pode ignorar que na *Declaración de Principios del MIR* de 1965, documento que regia a organização, não existia nenhuma referência à parte da população constituída pelas mulheres, assim como não havia também em outras organizações de esquerda existentes na época. Observando esses fatos, fica claro que essas organizações não tiveram tanta consideração com o provável potencial revolucionário das mulheres militantes.⁴²

294

Refletindo sobre o contexto político e social do Brasil e do Chile, observamos que, na ocasião do rompimento da legitimidade de suas democracias, esses países apresentavam condições políticas semelhantes, mesmo que cronologicamente distanciadas. Ambos tiveram seus governos eleitos legitimamente e substituídos por ditaduras militares, refletindo claramente a existência do medo nas classes dominantes de perderem o poder ou até mesmo de terem o poder dividido. Para que isso não ocorresse, ambos os países se utilizaram das forças militares para implantar o terror de Estado contra os seus opositores através dos mecanismos de tortura e dos desaparecimentos de seus oponentes políticos, garantindo desta forma o papel de dominância sobre os revoltosos.

Ao combater a forte repressão exercida pelas ditaduras militares, mulheres e homens militantes tiveram que permanecer na clandestinidade, adotando codinomes como uma forma de segurança para eles e para seus familiares. Foi exigido de cada militante o desprendimento de qualquer laço que facilitasse a sua identificação, num total rompimento afetivo e social que gerava nervosismo, solidão e muito medo, quando qualquer engano poderia custar a vida. É importante destacar que nesse contexto as mulheres foram responsáveis, muitas vezes, por dar certa legitimidade aos locais

41 RUIZ, Lucía Sepúlveda. Presentan un libro sobre tres militantes del MIR asesinadas por la dictadura. *Correo Semanal*. Santiago, 26.01.2007. Disponível em: <http://correosemanal.blogspot.com/2007/01/presentan-un-libro-sobre-tres.html>.

42 VITALE, Luis. Contribución a la Historia del MIR (1965-1970). Instituto de Investigación de Movimientos Sociales “Pedro Vuskovic” CEME – Archivo Chile, Santiago, 1999, p. 10.

escolhidos para abrigar guerrilheiros, armas e materiais de apoio – os “aparelhos”.

As forças militares brasileiras ou chilenas prenderam e mataram inúmeras mulheres e homens militantes na tentativa de reprimir e enfraquecer as ações das organizações de esquerda armada, mas é válido mencionar que, depois de detidas, as mulheres militantes eram tratadas sob um tipo de disciplinamento social, executado através de um instrumento central, que nada mais era do que o “poder-terror” durante as seções de tortura.

Algumas mulheres, ao serem submetidas aos interrogatórios, tanto no Chile quanto no Brasil, sofreram em suas torturas uma violência de gênero por parte de seus agressores⁴³ uma vez que para eles as mulheres militantes cometiam dupla transgressão: “a de serem terroristas e a de serem mulheres”.⁴⁴ Nessa busca de obtenção de informações, utilizaram a violência sexual ou as violências psicológicas, explorando principalmente a relação da mãe com seus filhos, uma vez que muitas delas na época de suas detenções estavam grávidas. Estas relações de poder são confirmadas por Maravall, quando diz que a mulher militante era vista

*como un elemento trasgresor y rupturista con el tradicional sistema patriarcal chileno y por onde, con los roles genéricos socialmente asignados. Este es un elemento fundamental para comprender en qué medida las presas políticas sufrieron las prácticas llevadas a cabo por los órganos estatales a la hora de reprimir la subversión.*⁴⁵

Os dados estatísticos sobre o número de mulheres militantes vinculadas às organizações de esquerda no Brasil são muito difíceis de precisar, visto que foram computados somente os casos que

43 Cf. também JOFFILY, Mariana. “Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”, neste livro.

44 FERREIRA, Elizabeth. F. X. Op. cit., p.155.

45 “[...] como um elemento transgressor e rompedor com o tradicional sistema patriarcal chileno e com as relações de gênero socialmente designadas. Este é um elemento fundamental para compreender em que medida as presas políticas sofreram as práticas realizadas pelos órgãos estatais na hora de reprimir a subversão”. Tradução livre. MARAVALL, Javier. *La mujer en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria chileno: movilización política, represión y sobrevivencia bajo la Dictadura Militar (1973-1990)*, Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Madrid, 2004, p. 7.

passaram por processos judiciais.⁴⁶ O projeto *Brasil Nunca Mais*⁴⁷ salienta que dos 707 processos judiciais militares relativos ao período ditatorial 1964-1979, somente 695 puderam ser submetidos ao cruzamento de informações, totalizando 4.124 militantes, sendo 88% pertencentes ao sexo masculino e 12% ao feminino. No entanto, para Marcelo Ridenti, a estatística considera 84 % para o sexo masculino e 16 % para o feminino, totalizando 660 militantes mulheres. Integrando a ALN constam 492 militantes, sendo 416 (84,6%) homens e 76 (15,4%) mulheres.⁴⁸

No Chile, a *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura* recebeu testemunhos de 35.868 pessoas, sendo qualificadas após o cruzamento de informações 27.255 vítimas durante o período ditatorial (1973-1990).⁴⁹ São 23.856 (87,5%) homens e 3.399 (12,5%) mulheres.⁵⁰ Pertencentes à oposição armada, como *MIR*, *FER*, entre outros, são 1662 (6,1%) militantes.⁵¹

Embora os dados acima não esclareçam o número específico dos militantes chilenos de cada organização de esquerda armada, podemos observar que o número de homens e mulheres que militaram no Chile é bem superior se comparado ao Brasil. Entretanto, devemos considerar que esses dados estatísticos, sejam eles de quaisquer dos dois países, registram apenas o número de militantes processados judicialmente, o que dificulta o conhecimento do real número de mulheres e de homens que colaboraram no combate à repressão ditatorial.

Demarcando algumas considerações

Nesse contexto comparativo entre o Brasil e o Chile podemos ressaltar que as ditaduras militares ocorridas nos dois países, assim como a sociedade da época em que elas ocorreram, impuseram

46 RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 197-198.

47 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 31.

48 RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 204-205.

49 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Op. cit., p. 491.

50 Ibidem, p. 481.

51 Ibidem, p. 475.

uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, reforçando de certa forma as diferenças sociais entre mulheres e homens e colaborando com a ocorrência de discriminações, tanto institucionais quanto culturais, vivenciadas tanto pelas mulheres brasileiras quanto pelas chilenas.

O constante esquema repressivo que atingia as organizações da esquerda armada, sua ideologia constituída por ideias conservadoras, particularmente a respeito das mulheres, e o distanciamento dessas organizações com vários segmentos sociais levam a crer que estes tenham sido fatores determinantes na falta de compreensão da importância da participação das mulheres na transformação da sociedade.

Apesar das discriminações sofridas pela maioria das mulheres em relação à sua participação nos grupos de esquerda armada, seja no Brasil, seja no Chile, devemos ressaltar que elas foram personagens importantes e muito significativas no projeto coletivo que objetivava a derrubada do governo militar e, sobretudo, na busca de alternativas na resolução dos problemas sociais e políticos de seus países.

Ao lado dos homens, as mulheres militantes lutaram, deixando de lado os medos que essa oposição trazia consigo – como o da morte, da tortura, do desaparecimento e da prisão. Também colaboraram através de suas ações nas organizações de esquerda armada, organizando passeatas e inúmeras atividades de apoio que lhes permitiram lutar tanto pela liberdade quanto por seus direitos na resistência contra as forças opressoras.

Todas as mulheres atuantes na guerrilha viveram intensamente suas vidas, mesmo sob condições adversas e clandestinas. Para expressar esse sentimento, nada mais convincente do que as palavras da ex-guerrilheira da ALN, Sônia Lafoz:

Não massageio meu próprio ego, mas tiro o chapéu para os homens e mulheres que tiveram a coragem de enfrentar aquela situação. No que diz respeito a nós, mulheres, as que pegaram ou não pegaram em armas, foi um momento singular de participação histórica. Devo dizer que eu faria tudo de novo.⁵²

52 CARVALHO, Luiz. M. Op. cit., p. 295.

Analisando também as mulheres participantes da luta armada no Chile, captamos a mesma expressão de sentimento na valorização de suas atividades como militantes na luta armada. Esta relação aparece claramente nas palavras Gladys, ex-militante do *MIR*:

Quero que saibam de uma coisa: não sei quanto tempo de vida me resta, mas jamais poderei fazer algo tão importante quanto foi a minha militância. De longe, minha militância foi a coisa mais importante que fiz em minha vida. Mais importante que minha profissão, que os amores, que a universidade.⁵³

298

É certo que muitas dessas mulheres, ao enfrentarem a oposição da família, dos próprios colegas de guerrilha, da sociedade e ao optarem por esse caminho, lutaram permanentemente contra a discriminação, a submissão e, principalmente, a desigualdade social. É imprescindível ressaltar, no entanto, que deixaram para trás, como todos os que atuaram nesse palco da história do Brasil e do Chile, sonhos, amores, trabalhos, enfim, uma vida inteira para lutar por seus ideais com muita disciplina, dedicação e, sobretudo, paixão. Porém, ao retornarem à situação de legalidade e ao resgatar suas trajetórias individuais, algumas mulheres militantes passaram por um momento crítico na reconciliação com a vida cotidiana, tendo que contar com seus familiares e amigos na reconstrução emocional e profissional nessa nova etapa de suas vidas.

53 GLADYS. Op. cit.

FALAR DE SI, FALAR DE NÓS:
performances e feminilidades alternativas
no teatro sul-americano (1975-1984)



Gabriel Felipe Jacomel

¿DONDE TERMINO YO?

María está cansada, ha lavado, planchado y su marido la ayuda poco; ella es afectuosa y solícita.

Yo me siento María y me pregunto sí, cuando representamos La Escoba arriba en el escenario estoy actuando, o sólo estoy hablando de mi misma: mostrando cómo en un momento determinado sentí afecto, rabia, o me quedé sin respuesta. No me resulta difícil ser María, Carmen o Juana para representar cualquier situación de la mujer. Sólo tengo que buscar mis propias vivencias. Pero una pregunta entonces queda vigente; ¿dónde comienza el personaje y dónde termino yo?

Por ahora seguirá siendo confuso, pues mientras el tema de nuestro teatro sea la mujer, los personajes serán también un poco yo misma. Después de todo soy una mujer que quiere hablar de si haciendo teatro.

Silvia Pérez¹

1 “Onde termino eu? – Maria está cansada, lavou, passou e seu marido a ajuda pouco; ela é afetuosa e solícita. Eu me sinto Maria e me pergunto se, quando representamos La Escoba acima, no palco, estou atuando ou só estou falando de mim mesma: mostrando como em um momento determinado senti afeto, raiva ou fiquei sem resposta. A mim não é difícil ser Maria, Carmem ou Joana para representar qualquer situação da mulher. Só tenho que buscar minhas próprias vivências. Mas uma pergunta então fica vigente:

I

300 “*La Escoba*” foi apresentada ao público pela primeira vez em fins de 1982. A peça referida teve a construção de suas cenas baseada nas experiências pessoais de mulheres vinculadas à oficina de teatro promovida pelo *Círculo de Estudios de la Mujer* chileno, uma organização de caráter feminista cuja intensa atividade durante o período aqui focalizado salta aos olhos. Foram muitas as colaboradoras que, desde o segundo semestre de 1981, contribuíram com os relatos de suas vidas para que o “todo coeso” – no caso, as noções específicas de feminilidade atribuídas às personagens elaboradas em “*La Escoba*” –, fosse forjado. Um todo coeso cuja historicidade e produção remontam a um momento em que a coletividade, bem como as práticas políticas de então, vinham sendo constantemente repensadas por movimentos sociais que galgaram visibilidade no decorrer do contexto pós-Segunda Guerra Mundial. É em relação a essas novas noções de coletividade que os escritos de Silvia Pérez acima citados puderam se conformar, por meio de uma categorização identitária diferenciada, de um “feminino” diferenciado que pôde ser comunicado através do “falar de si”, numa narrativa de cunho pessoal. Fez-se possível então, no palco, a dramatização de variados episódios individualizantes que, em sua amarração contextual, buscaram uma relação de aproximação com o cotidiano plural das mulheres, tema – e em boa parte alvo prioritário no que se refere à recepção – das produções aqui analisadas. É sobre esse panorama de reformulação teatral que pretendo discorrer durante este capítulo.

Percebemos em tal cenário as reivindicações de cunho feminista como tendo grande relevância para o debate político suscitado à época em diferentes meios de comunicação. Esse debate dialogou com os múltiplos contextos de países situados no Cone Sul que, através de variados processos de identificações e apropriações das teorias feministas, construíram, em meio às limitações de cada realidade ditatorial, movimentos singulares de resistência e militância. Configuraram-se assim complexas redes

onde começa o personagem e onde termino eu? Por enquanto seguirá sendo confuso, pois enquanto o tema de nosso teatro for a mulher, os personagens serão também um pouco eu mesma. Depois de tudo, sou uma mulher que quer falar de si fazendo teatro – Silvia Pérez”. Tradução livre. PÉREZ, Silvia. “¿Donde termino yo?” Teatro feminista. *Boletín*. n. 11. Santiago, Chile, 1983, p. 25.

de trocas em relação ao ativismo particular dos diversos grupos feministas que atuavam no período. Dessa forma, compreendo os feminismos como práticas sociais heterogêneas que, no dado momento, visaram valorizar e afirmar politicamente especificidades femininas em suas lutas, modeladas por uma infinidade de performances multimidiáticas, diga-se de passagem.

Esse diálogo conflituoso com os governos protagonizados e dirigidos por militares gerou uma cena peculiar para os feminismos no Cone Sul entre as décadas de sessenta e noventa: fortemente matizados por abordagens marxistas e por grupos de esquerda que se articulavam na resistência às ditaduras, os feminismos praticados nesses países também trouxeram à tona discussões concernentes à “luta geral” contra o capitalismo representado pelas ditaduras militares, bem como as reivindicações do chamado feminismo de Segunda Onda, categorizado como uma nova interpretação das ideias feministas no período pós-Segunda Guerra Mundial.

301

A instituição de 1975 como Ano Internacional da Mulher, a partir de uma proposta da Organização das Nações Unidas, possibilitou a legitimação e o impulso das lutas travadas por grupos feministas que propagandearam suas reivindicações nos mais diversos espaços da sociedade. Ao mesmo tempo, organizações esquerdistas se aproveitavam da visibilidade conquistada pelos eventos feministas para divulgar suas lutas específicas contra as ditaduras militares e o capitalismo internacional.

É no entremeio dessas influências que situamos as análises deste texto sobre os movimentos feministas que alargaram cada vez mais seus debates através de mecanismos de divulgação e crítica. A importância creditada às realizações levadas a cabo em decorrência do Ano Internacional da Mulher e da década que ele inaugurou acaba sendo narrada de diferentes formas por militantes e acadêmicas, há de se convir. Sua aceitação na época também não foi homogênea entre as ativistas feministas, sendo que várias dessas militantes viram a proposição com desconfiança ou reivindicaram outros enfoques para as discussões formuladas. Essas frequentes contendas dão o tom da ampla gama de anseios que figuravam no jogo político da época em muitos países.

Percebemos, porém, nestes últimos anos da pesquisa, que a circulação de informações sobre o tema foi bastante intensificada,

tornando os debates em torno dos feminismos cada vez mais recorrentes, inclusive em diversos veículos da chamada grande mídia, cuja abrangência e estruturação corporativa diferem enormemente das limitações de recursos enfrentadas por uma crescente rede midiática de cunho militante que se configurava através da articulação dos grupos de resistência ao *status quo*. Nesse sentido, levando-se em conta que o teatro pensado naquele momento também se apropriou do contexto de discussão em torno das causas feministas, transformando profundamente as sociedades que questionavam no palco, torna-se importante a compreensão das minúcias e especificidades próprias dos processos criativos feministas na produção teatral, percebendo as diferentes ferramentas políticas utilizadas para engendrar uma discussão relativa às “mulheres” como sujeitos políticos atuantes em suas realidades. Dessa forma, encaramos as lutas feministas como constantes produtoras de feminilidades alternativas, organizando signos sensoriais diversos em torno de determinada coletividade. Alternativas em relação às performatividades hegemônicas que frequentemente impunham severas restrições às vidas de sujeitos reconhecidos socialmente como mulheres.

A própria categoria de análise “mulheres” ganhou fôlego no período estudado, assim como ocorreu a uma multiplicidade de significados cambiantes em constante disputa. A ambientação cênica é aqui encarada como um *locus* de empoderamento e as performances de comunicabilidade que ali se concretizaram podem ser pensadas como poderosas armas. Contudo, queremos lembrar que a ideia de uma identidade sexual fixa, baseada no binarismo masculino/feminino, tem sido constantemente problematizada pelos recentes estudos de gênero, que postulam a invenção social dessas noções fixas de significação sexuada. As “mulheres” e o “feminino” aqui debatidos estão sendo (re)formulados a cada expressão posta em foco.

Assim, não faz parte da proposta escrevermos nestas linhas uma nova “História das mulheres no teatro”, coisa que em tempos de frequente difusão e questionamento do “ser mulher” me parece uma tentadora armadilha. Pretendemos, sim, através de uma perspectiva vinculada às relações de gênero, tecer uma análise das performatividades teatrais que, na Década da Mulher, forjaram alegorias sexuadas para compor suas formas de ativismo feminista.

II

El discurso de las haches

*No usaré esta tribuna para hablar de la mujer.
¿soy yo alguien acaso para deciros quiénes sois vosotras mismas?*

¿No tenéis acaso oídos para escuchar el llamado de vuestras propias conciencias?

¿O es que acaso no tenéis conciencia porque aún no os habéis procurado vuestra propia ciencia?

¿Y no tenéis acaso ojos para miraros por dentro?

¡En este encuentro! ...¡miraros por dentro!

¿Y no tenéis un cuerpo para sentir el rugir de vuestras emociones que como torrentes de aguas diáfanas se precipitan hasta el paladar?

303

*Si he llegado aquí desde tan lejos no es para hablar de la mujer.
Es para hablaros del hombre.*

¿Pero de qué hombre diréis vosotras?

¿Del hombre de las cavernas o del hombre de Wall Street?

¿Del siervo o del hombre medieval?

¿Del hombre de las pirámides o del conquistador de América?

Nada de eso.

Yo os hablaré del hombre de hoy.

¿Pero de qué hoy diréis vosotras?

¿Del hoy del pobre o del hoy del rico?

¿Del hoy del obrero o del hoy del burgués?

¿Del hoy donde se dicta blando o del hoy donde se dicta—dura?

Nada de eso.

Yo os hablaré de un hoy sin HACHE.

Y en ese hoy sin hache yo os hablaré del hombre también sin hache.

No es una tarea fácil.

Hace más de 2000 años que el hombre se apropió la hache.

Y desde ese día el hombre hace y deshace.

Hace más de 2000 años que la hembra se quedó sin su hache.

Y desde ese día la mujer no hace ni nace.

La mujer no nace porque es el hombre quién la hace.

¿Y cómo la hace?

¿La hace hermosa como a una rosa o la hace feliz como a una

codorniz?

¿La hace fría como a la virgen María o la hace caliente como el aguardiente?

¿La hace mueble como a una silla tal vez espejo de su costilla?

¿O es que la hace gansa a su imagen y semejanza?

No me detendré a analizar aquí los resultados de lo que él hace.

Porque hay algo peor aún.

Junto con apoderarse de las hachas el hombre se apropió de las hachas.

Y desde ese día la mujer vive una muy mala racha.

Pero hay algo peor aún.

Junto con apoderarse de las hachas, el hombre se apropió de los hechos.

Y así construyó la historia... justo por el lado derecho.

Pero hay algo peor aún.

Junto con apoderarse de las hachas y de los hechos, el hombre se apropió de los lechos.

Y eso sí que no hay ningún derecho.

Patricia Crispí²

- 2 “O discurso dos hagás – Não usarei esta tribuna para falar da mulher / Por acaso eu sou alguém para vos dizer quem são vocês mesmas? / Por acaso não têm ouvido para escutar o chamado de vossas próprias consciências? / Ou por acaso não têm consciência porque ainda não procuraram sua própria ciência? / E por acaso não têm olhos para se olharem por dentro? / Neste encontro! Olhem-se por dentro / E por acaso não têm um corpo para sentir o rugir de vossas emoções como torrentes de águas diáfanas que se precipitam até o paladar? / Se cheguei aqui desde tão longe não é para falar da mulher / É para vos falar do homem / Mas de que homem dirão vocês? / Do homem das cavernas ou do homem de Wall Street? / Do servo ou do homem medievo? / Do homem das pirâmides ou do conquistador da América? / Nada disso / Eu falarei do homem de hoje / Mas de que hoje dirão vocês? / Do hoje do pobre ou do hoje do rico? / Do hoje do operário ou do hoje do burguês? / Do hoje de onde se dita brando ou do hoje de onde se dita-dura? / Nada disso / Eu falarei de um hoje sem AGÁ / E nesse hoje sem agá eu também falarei do homem sem agá / Não é uma tarefa fácil / Faz mais de 2000 anos que o homem se apropriou do agá / E desde esse dia o homem faz e desfaz / Faz mais de 2000 anos que a fêmea ficou sem seu agá / E desde esse dia a mulher não faz nem nasce / A mulher não nasce porque é o homem quem a faz / E como a faz? / A faz formosa como uma rosa ou a faz feliz como uma codorniz? / A faz fria como a virgem Maria ou a faz quente como a aguardente? / A faz móvel como uma cadeira talvez espelho de sua costela? / Ou é que a faz gansa como sua imagem e semelhança? / Não me prenderei a analisar aqui os resultados do que ele faz / Porque há algo pior ainda / Junto com se apoderar dos agás, o homem se apoderou dos machados / E desde esse dia a mulher vive um período muito ruim / Mas há algo pior ainda / Junto com se apoderar dos machados, o homem se apoderou dos feitos / E assim construiu a história... justo pelo

De acordo com a escritora Patricia Crispi, o monólogo *“El discurso de las haches”* teve sua primeira apresentação em 1980, em um encontro de mulheres na Argentina cujo nome a depoente não recorda. Participavam do encontro Patricia, as economistas Rosa Bravo e Rosalba Todaro, além da prestigiada ativista feminista chilena Julieta Kirkwood. Todas elas estavam de alguma forma ligadas ao *Círculo de Estudios de la Mujer*, sendo que algumas delas foram ao evento apresentar comunicações das pesquisas que realizavam desde a década de 70.

Na peça, Patricia Crispi critica em palavras cáusticas e irônicas os rumos da história construída pelo “homem”. Essa utilização de noções universalizantes de masculinidades e feminilidades é uma estratégia discursiva constante nas relações generificadas do período. Nesse sentido, o uso no texto das categorias “homem” e “mulher” (no singular) acentua ainda mais essa binarização presente no monólogo. As palavras ferinas proferidas por Patricia Crispi em tom de “discurso político de palanque” (segundo a autora, simulando trejeitos do ditador Augusto Pinochet) eram um convite para que as próprias mulheres valorizassem sua história, sua ciência sobre as coisas, sua autoconsciência – palavra de enorme força política nesses anos e que se tornou um mote no interior de muitos grupos ligados a movimentos contestatórios. *“El discurso de las haches”* bradava, com ares de denúncia, que os valores associados à “mulher” foram traçados pelo “homem”, sendo urgente uma tomada de rédeas das mulheres no que concerne ao direcionamento de suas vidas. O fechamento do monólogo dava o tom do quanto as problematizações sobre a sexualidade se tornaram um dos debates centrais dos feminismos vivenciados nas décadas que coincidiram com os anos de ditadura militar no Brasil e no Chile. Pretendia-se a democracia tanto nas ruas quanto no lar.

São, portanto, do início dos anos oitenta os primeiros indícios de experimentação teatral por parte do *Círculo de Estudios de la Mujer*. Patricia Crispi será uma figura constante no decorrer desta análise

lado direito / Mas há algo pior ainda / Junto com se apoderar dos machados e dos feitos, o homem se apoderou dos leitos / E isso sim que não tem nenhum direito – Patricia Crispi”. Tradução livre. CRISPI, Patricia. “El discurso de las haches”. Monólogo cedido em formato digital para esta pesquisa por Eliana Largo em 06.10.2008.

por sua extensa atividade durante essa década em prol de um movimento feminista mais lúdico e criativo. Conforme sua narrativa contemporânea, o contato com o teatro se deu através do convite de uma cunhada para que participasse de uma oficina de teatro em meados dos anos setenta, antes de exilar-se voluntariamente na Espanha em decorrência do golpe militar.

306

Depois do golpe eu perdi o trabalho, como vários de meus amigos, e então estivemos um tempo fazendo artesanato para ganhar algum dinheiro. E além disso eu tinha um bebê pequeno. Quando veio o golpe eu estava grávida. Meu filho nasceu em 74 e nesse tempo bordávamos blusas, desenhávamos blusas bordadas e túnicas e vestidos com os amigos da universidade. E no entremeio que comecei isso, eu acho que comecei a fazer teatro em 74, 75... E me alucinei com o teatro. Então quando fui à Espanha veio a detenção, invadiram minha casa, meu apartamento, levaram meu marido detido... Bom, mais medo, não? Começas a viver no espiral do medo. [...] havia muitas possibilidades, porque ele tinha nacionalidade espanhola, era também de família espanhola e podia ser que a Embaixada da Espanha o levasse à Espanha. Mas finalmente não aconteceu isso, o soltaram aqui no Chile e fomos à Espanha. Primeiro parti eu, sozinha. E depois seguiu ele com a criança. E cheguei à Espanha.³

Ao voltar do exílio, onde teve um intenso e variado preparo na atividade teatral, Patricia entrou em contato com um recém-formado *Círculo*: “quando eu cheguei de volta da Espanha o *Círculo* estava começando. Tinha poucos meses que havia se instalado o primeiro núcleo. E cheguei curiosamente por essa mesma cunhada, essa que me levou ao teatro, ela me levou às reuniões”.⁴ A partir desse momento Patricia Crispi foi figura central nas incursões teatrais da organização feminista, sendo inclusive reconhecida por isso pelos relatos contemporâneos das militantes desse período.

A partir das desventuras vivenciadas no encontro feminista na Argentina, as quatro chilenas resolveram montar uma pequena

3 CRISPI, Patricia. Entrevista concedida a Gabriel Felipe Jacomel. Santiago, Chile, 09.10.2008. Transcrição de Gabriel F. Jacomel. Acervo do LEGH/UFSC.

4 Ibidem.

peça teatral relatando suas peripécias estrangeiras, à qual deram o nome de “*El viaje de las rosas*” (trocadilho com o nome de Rosa Bravo e Rosalba Todaro), que tinha “*El discurso de las haches*” como *gran finale*. A repercussão dessa atividade motivou a manutenção de uma oficina de criação cênica que culminou na encenação de “*La Escoba*” (referida no início deste capítulo) e de outras peças chilenas, como veremos a seguir.

Nesse sentido é possível inferir que parte desse exercício de revisão dos referenciais de feminilidade pôde ser feita através da organização coletiva das próprias interessadas em debater o “ser mulher”. Chega a impressionar a similaridade estrutural de algumas peças aqui analisadas com os chamados grupos de reflexão da tradição feminista radical. Formados geralmente por mulheres de classes mais abastadas, os grupos de reflexão estavam bastante ligados com o que veio a ser conhecido como “feminismo da diferença” ou, segundo o periódico das feministas latino-americanas publicado em Paris, *Nosotras*, feminismo “ginecoide” (denominação utilizada pelo teórico francês Edgard Morin, na obra *La femme majeure*).⁵ Esse “feminismo da diferença” se opunha ao denominado “feminismo da igualdade” ou, segundo a designação de Morin, feminismo “androide”. Defendendo a teoria de que a tendência “androide” do feminismo seguia em direção a uma assimilação das mulheres à sociedade machista e sexista, impregnada dos valores impostos por homens, o feminismo da diferença procurava ressignificar a identidade feminina e a posição das mulheres na sociedade, deixando de reclamar uma improvável igualdade entre os “sexos” (nesse caso, uma masculinização da mulher) que, segundo algumas defensoras de tal corrente, nunca existiu e nunca vai existir. O livro de Rosiska Darcy de Oliveira, *Elogio da diferença*, explicita os anseios desse feminismo da diferença de forma bastante objetiva. “O que defendem é uma igualdade inédita entre os sexos, o primado da diferença sem hierarquia e sem ambiguidade”.⁶ Isto é, uma sociedade igualitária que respeite as especificidades existentes em ambos os “sexos”. Mas para que isso

5 COLLIN, Françoise. Nuevo feminismo, nueva sociedad o, el advenimiento de otra. *Nosotras*. Grupo latinoamericano de mujeres. Año II, n. 21-22. Septiembre-October. Paris, 1975, p. 9.

6 OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 17.

pudesse acontecer, seria necessária uma completa reavaliação da maneira como as mulheres se encaixam na sociedade contemporânea e que papel elas teriam na sociedade futura. É nesse sentido que as reuniões de mulheres se tornaram importantes, por mais informais que fossem, assim como os já citados grupos de reflexão. Mabel Alicia Campagnoli, no artigo “*El feminismo es un humanismo – la década del 70 y ‘lo personal es político’*”, disserta de maneira bastante interessante sobre o diferencialismo como estratégia política:

Esta preocupación por la especificidad y la reconstitución del sujeto femenino tuvo su resonancia en la praxis que, con asombrosas semejanzas, desarrollaran los movimientos feministas en muchos países. La praxis de separación y distinción, cuyos elementos reaparecieron con modificaciones de un movimiento a otro, llamaba a un mundo de mujeres en pugna con el medio, diseñado para reconstituir la subjetividad femenina y al mismo tiempo promover las facultades y las capacidades femeninas. Lo mismo que el separatismo, la concienciación produjo disensión entre las feministas; no obstante, surgió como una técnica fundamental alrededor de la cual se construyeron los feminismos contemporáneos. Se trataba de buscar un discurso desde las mujeres, sobre las mujeres y para las mujeres y de reconocerse en él. La idea que guiaba este objetivo era de que las mujeres habían estado pensadas, habladas, representadas desde los varones; se buscaba un posicionamiento como mujeres desde un lugar de mujer. Dado que este punto de interpelación nunca había existido, había que crearlo.⁷

7 “Esta preocupação pela especificidade e a reconstituição do sujeito feminino teve sua ressonância na práxis que, com assombrosas semelhanças, desenvolveram os movimentos feministas em muitos países. A práxis de separação e distinção, cujos elementos reapareceram com modificações de um movimento a outro, chamava a um mundo de mulheres em pugna com o meio, desenhado para reconstituir a subjetividade feminina e ao mesmo tempo promover as facultades e capacidades femininas. O mesmo que o separatismo, a conscienciación (sic) produziu dissenso entre as feministas; não obstante, surgiu como uma técnica fundamental ao redor da qual se construíram os feminismos contemporâneos. Se tratava de buscar um discurso a partir das mulheres, sobre as mulheres e para as mulheres e de reconhecer-se nele. A ideia que guiava este objetivo era de que as mulheres haviam sido pensadas, faladas, representadas a partir dos homens; se buscava um posicionamento como mulheres a partir de um lugar de mulher. Dado que este ponto de interpelação nunca havia existido, havia-se de criá-lo”. Tradução livre. CAMPAGNOLI, Mabel A. *El feminismo es un humanismo. La década del 70 y “lo personal es político”*. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los ‘70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 155-156.

Essa comunicação constante entre todas as presentes nessas experimentações grupais acabou marcando a maneira como o teatro do período foi pensado por diversos grupos. De acordo com Joana Maria Pedro, no Brasil,

desde o início dos anos setenta começam a surgir, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, grupos de reflexão. Esses grupos eram formados por mulheres que já se conheciam há mais tempo, eram amigas ou possuíam alguma afinidade. [...] Eram formados por mulheres de camadas médias, intelectuais de esquerda.⁸

Juliet Mitchell pontuou essa vinculação dos “grupos de reflexão” com uma tradição esquerdista, calcada em experiências de camponeses chineses à época da tomada socialista: “[...] subjulgados por métodos violentos de coerção e por uma miséria abjeta, deram um passo adiante ao deixar de pensar que seu destino era algo natural, pelo único fato de falar disto em voz alta”.⁹ Esses grupos, que tinham na partilha das experiências das mulheres o seu foco, construíram uma interessante correlação com as experiências cênicas vivenciadas em ambos os países destacados, nos anos aqui investigados.

A partir da estreia em palcos cariocas no ano de 1975 (ponto de partida da Década da Mulher), “Homem não entra” passou a ter uma extensa repercussão em diversos meios de comunicação brasileiros, em decorrência de suas características: 1. O radicalismo no que diz respeito ao título; 2. O interessante fato de que nessa peça todas as presentes no recinto eram consideradas “atrizes”, incentivadas pela protagonista Cidinha Campos, sozinha no palco, a discorrer sobre suas vidas enquanto mulheres:

Estou vivendo uma aventura mágica. Eu, que sempre me relacionei melhor com homens do que com mulheres, não imaginava que o que atrapalha o comportamento da mulher é a presença dominadora do homem. Já no saguão do teatro se estabelece um clima de cumplicidade

8 PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. *Revista Brasileira de História*. v.26, n. 52. São Paulo, 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lang=pt.

9 MITCHELL, Juliet. *La condición de la mujer*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 66.

e amizade entre espectadoras estranhas. Elas se falam sem apresentações formais. O primeiro *slide* é projetado e faz-se um silêncio total. Eu as cumprimento: “Senhoras, sem seus senhores...” Elas riem. Sabem que, lá, são suas próprias donas.¹⁰

310 O texto acima, publicado no início de 1975 na revista *Fatos e Fotos*, seguia um tendencioso (e não menos curioso) subtítulo: “A guerra aos maridos”. Cidinha Campos, a autora do relato acima, talvez nem soubesse do tom belicoso que seria atribuído pelos veículos midiáticos a seu mais novo empreendimento no teatro. A peça “Homem não entra”, desde a sua estreia, foi alvo constante de incursões jornalísticas que trouxeram para a mídia de grande circulação um debate inédito sobre o ambiente cênico, bem como acerca das relações de gênero veiculadas nesses espaços de discussão.

Em todas as grandes cidades brasileiras, mulheres que nunca puderam pagar um analista tiveram a oportunidade de se reunir e, pelo preço de um ingresso, discutirem [sic] livremente os seus grilos a respeito dos homens. [...] Uma espectadora confessou que trocava seu marido por um boneco de soprar. Outra admitiu que seu melhor amigo era um homossexual, com quem tinha muitas coisas em comum, “inclusive o mesmo esmalte de unhas”. Algumas mulheres na plateia fizeram declarações patéticas: “meu marido me provoca urticária”. Ou então: “olhem para mim, cheia de estrias, pelancas e celulite, marcada pela maternidade. E agora, ele, o causador de tudo, diz que estou um bofe”.¹¹

Tais afirmações se fizeram possíveis tanto pela estrutura descentralizada da peça quanto pelo importante fato da entrada de homens ser vetada – no palco, na plateia e nos bastidores. No entanto, com menos de um ano em cartaz a peça foi censurada pelo governo

10 FILHO, Pedrosa. Onde homem não entra e a mulher conta tudo. *Fatos e Fotos*. n. 698. 06.01.1975, p. 59.

11 ORBAN, Francisco. Cidinha Campos – Sai ‘Homem não entra’, entra ‘Agora entra tudo’. *Fatos e Fotos*. n. 745, p. 24.

militar brasileiro, seguindo a alegação de desrespeito à Constituição Nacional, com seu conteúdo sexualmente discriminatório. Mas o que foi considerado pela Censura Federal do Brasil discriminação sexual, em fins de 1975, adquiria outras dimensões nas discussões feministas efetivadas internacionalmente através de múltiplos meios. Para as práticas de reuniões em que só era permitida a presença de mulheres buscavam-se então diferentes legitimações discursivas que eram postas em debate, como podemos notar nesse trecho do periódico feminista *Nosotras*:¹²

*[...] la presencia del macho frena sus iniciativas y tomas de palabra. Es para escapar a ese círculo vicioso que con frecuencia los movimientos feministas no aceptan las reuniones mixtas. "Abandonadas" a ellas mismas, las mujeres están obligadas a desplegar inventiva y talento y se atreven al fin hacerlo. Juntas hacen la experiencia de lo que se ha llamado su identidad.*¹³

311

É possível entender essa “identidade” mulheres como algo em constante produção nas interações sociais. Observamos que, por mais que o espaço cênico proposto na peça “Homem não entra” preconizasse uma polifonia discursiva, por meio das diferentes falas de pessoas envolvidas na peça, tal proposta ainda acabou por delimitar a formação de enunciados no jogo cênico – pautando-se no referencial de uma “experiência feminina” como primeiro aglutinador das vivências apresentadas. Essa noção de “experiência” é discutida pela historiadora Joan Scott em um texto que leva o mesmo nome. Para ela, trata-se de um evento linguístico, passível de mutabilidade, constituinte de

12 De acordo com Joana Maria Pedro, a denominação *Nosotras* foi compartilhada por diversos periódicos feministas espalhados pelo mundo, como o *Noi Donne* em Roma, o *Nós Mulheres* em São Paulo, o *Nosotras que nos queremos tanto* em Madri e o *Nosotras* publicado pelas latino-americanas exiladas em Paris e também na cidade do México. Cf. PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne*. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. Oliveira (orgs.). *Leituras em rede – gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

13 “[...] a presença do macho freia suas iniciativas e tomadas de palavra. É para escapar desse círculo vicioso, que com frequência os movimentos feministas não aceitam as reuniões mistas. ‘Abandonadas’ a elas mesmas, as mulheres estão obrigadas a demonstrar criatividade e talento e se atrevem enfim a fazê-lo. Juntas fazem a experiência do que se tem chamado sua identidade”. Tradução livre. COLLIN, Françoise. Op. cit., p. 10.

subjetividades;¹⁴ diferentes vozes tecendo o que seria pertinente ou não para o que estava sendo forjado como “feminino”. Notamos então um conjunto de performatividades identitárias que no dado momento visavam uma ruptura com as noções machistas de feminilidade propagandeadas no meio social (por exemplo, a mulher-objeto, a mulher submissa, etc.), contudo ainda se baseando em uma noção binária de identidades de gênero. Essa noção identitária calcada em um modelo binário se faz presente em todas as peças aqui analisadas.

III

312 Constituído a partir de “*Un Taller de Teatro Popular con y para mujeres*”,¹⁵ o grupo *Ochagavía* vinha desenvolvendo em 1984 pequenos *sketches* (peças dramáticas de tamanho reduzido, geralmente com poucos minutos de duração) no intuito de questionar o cotidiano de dupla opressão – classe e sexo, nas palavras do periódico *Nosotras* chileno – vivenciado pelas mulheres. “*La idea es que mediante la representación de aspectos de su vida cotidiana también otras mujeres puedan analizarla críticamente, incorporando su propia experiencia.*”¹⁶ Aqui aparece novamente a valorização e o empoderamento de falas diversas daquelas mulheres envolvidas no processo de criação cênica. Tobar, Catalán e Caviedes complementam com uma reflexão sobre os objetivos do grupo:

Los colectivos de feministas populares definen su identidad por su pertenencia de clase. Sus objetivos se orientan a la generación de una conciencia de género y de clase, vinculando ambos conceptos para, a partir de ahí, avanzar en el cambio en sus condiciones de vida. Sus estrategias son de carácter interno, en cuanto están orientadas al trabajo con otras mujeres de sectores populares:

14 SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da et al. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 42-43.

15 “[...] uma Oficina de Teatro Popular com e para mulheres”. Tradução livre. Teatro popular de mujeres. *Nosotras*. n. 1. Santiago, Chile, 1984, p. 14.

16 “A ideia é que mediante a representação de aspectos de sua vida cotidiana, também outras mulheres possam analisá-la criticamente, incorporando sua própria experiência”. Tradução livre. *Nosotras*. n. 1. Op. cit., p. 14.

*formación a través de talleres y jornadas de concientización, así como vinculación y alianza con otras feministas. La visibilidad pública, sin embargo, no es central en sus objetivos.*¹⁷

Os temas dos dois *sketches* (“*La Chela*” e “*Dueña de casa, no más*”) apresentadas no periódico mencionado são centrados principalmente nos conflitos relacionados ao lar. Em uma das pequenas peças o drama enfatiza os desentendimentos de um casal, causados pelo fato da mulher em questão demonstrar vontade em participar de uma organização de base em sua comunidade. O marido exige que ela se dedique exclusivamente a ele, aos filhos e a casa – situação recorrente nos núcleos familiares da época e questão extremamente pertinente no que se refere às discussões que apontavam modificações estruturais vivenciadas nas relações humanas desse período tanto no Chile quanto no Brasil.

313

Já no outro *sketch* divulgado pelo periódico chileno, o enredo se caracteriza pela desvalorização social do trabalho doméstico e sua “invisibilidade” no interior da organização laboral. Eliana Largo relata: “toda semana tínhamos reuniões periódicas e também contato corporal, falávamos das coisas que se viviam cotidianamente, seus problemas nos povoados, que estavam sempre muito desvalorizadas, os problemas que as mulheres tinham com os maridos...”. Ela relata que encenaram esses dois *sketches* durante dois anos.

[...] uma que se chamava “*Dueña de casa, no más*”, porque, pense você, que a problemática dela era que, durante décadas, ser mãe, esposa, dona de casa era a maravilha e depois se sustentava que não valia nada. Então, a resposta era “Dona de casa, não mais, não vale nada!” Então houve uma mudança no modelo. E a partir disso então começava o questionamento delas, do que viviam todos

17 “Os coletivos de feministas populares definem sua identidade por seu pertencimento de classe. Seus objetivos se orientam à geração de uma consciência de gênero e de classe, vinculando ambos conceitos para, a partir daí, avançar na mudança em suas condições de vida. Suas estratégias são de caráter interno, enquanto estão orientadas ao trabalho com outras mulheres de setores populares: formação através de oficinas e jornadas de conscientização, assim como vinculação e aliança com outras feministas. A visibilidade pública, contudo, não é central em seus objetivos”. Tradução livre. TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *¿Un nuevo silencio feminista? – la transformación de un movimiento social en el Chile pos-dictadura*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003, p. 128.

os dias. Era também “autoconsciência”, mas feito com o teatro. Era interessante... havia outro, mas que não me lembro.¹⁸

314 A reflexão acerca do trabalho doméstico e suas implicações tornou-se uma constante nos espaços feministas de teorização a partir de então. Percebemos, dessa forma, a intensa circulação de temáticas específicas pertinentes às estreitas aproximações entre as reivindicações feministas e o desejo de mudança social baseado em apropriações marxistas. Esse exemplo chileno é uma tentativa de “teatro popular” que adotou outras estratégias de recepção em relação às do intento brasileiro visto há pouco. Por mais que os enunciados sobre “Homem não entra” destaquem a preocupação em atingir as classes mais empobrecidas da população, a peça brasileira estava situada em outro circuito de veiculação, de maior porte e estruturação (inclusive financeira). A grande cobertura midiática da produção brasileira é outro ponto que nos ajuda a ilustrar as desiguais dimensões dessas peças.

É de certa forma paradoxal que um intento com tamanha repercussão na crítica periodística da época tenha tido pouco espaço na bibliografia que até agora produziu as histórias do feminismo no Brasil. Uma das únicas publicações, a obra *A revolução das mulheres*, de Moema Toscano e Mirian Goldenberg, situa a peça como um “grito primordial” referente a determinadas práticas teatrais no país.

Em 1975, na onda dos grandes debates públicos sobre a relação homem-mulher, Cidinha Campos, com a colaboração das feministas Heloneida Studart e Rose Marie Muraro, montou a peça de teatro ‘Homem não entra’. A partir de um enredo que levantava os principais problemas vivenciados pelas mulheres brasileiras, o público, exclusivamente feminino, era convidado a se manifestar à vontade, longe da censura e repressão dos homens, fossem eles pais, namorados, maridos ou irmãos. [...] A partir daí, tornou-se comum entre nós a promoção de debates

18 LARGO, Eliana. Entrevista a Joana Maria Pedro, Karina Janz Woitowicz e Gabriel Felipe Jacomel. Santiago, Chile, 06.10.2008. Transcrita por Isabel Cristina Hentz e Priscila Carboneri de Sena. Acervo do LEGH/UFSC.

públicos acompanhando a estreia de peças de teatro e de filmes centrados na temática feminista. Outro momento de grande mobilização foi a apresentação, em 1976, do show “Amélia já era”, com roteiro de um grupo de feministas que discutiu a imagem da mulher na música popular brasileira a partir da conhecida composição de Mário Lago que deu nome ao show.¹⁹

Frisamos novamente que tais montagens que percorreram o território brasileiro pouco se assemelhavam às peças chilenas que abordamos neste capítulo, em se tratando de custos de produção. Em parte porque estas últimas não dispunham das ambições mercadológicas de intentos como “Homem não entra” ou “Amélia já era”. As peças chilenas abordadas situavam-se em um circuito de ativismo sumariamente movimentado por grupos feministas. Isso também implicava em diferenças de forma/conteúdo, visto o compromisso maior dos intuitos chilenos com questões mais urgentes da pauta feminista (inter)nacional. Entretanto, ambos os países aqui visitados dialogaram com as oportunidades de visibilidade postas pela Década da Mulher nas diversas mídias, questionando uma opressão tida como específica através de frequentes generalizações que, baseadas em relatos pessoais, eram propostas vistas como concernentes a determinado grupo. Entretanto, as montagens chilenas aqui discutidas demonstram o esforço contínuo de um grupo de ativistas que, desde o início dos anos 1980, compôs significativas obras teatrais de forte ênfase feminista, continuidade pouco observada no Brasil.

315

Porque hace más de muchísimos años que María limpia, cose, cocina, cría, cuida y lava pañales mientras Roberto goza y sufre en la guerra de los partidos. Muchos años en que a María la peñan, pintan, desvisten y visten para hacer de ella un “buen partido”.

Así comenzó la escoba. Dos vivencias de opresión que Tomi Romeo y Isabel Gannon aportaran al Taller de teatro en noviembre de año 1981. Dos vivencias personales que entre todas las que ahí participábamos (Tomi e Isabel, Rosa Bravo, Ester

19 TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 33-34.

*Arriagada, Kirai de León, Rosalba Todaro, Luz María Opazo y Cristina Larraín) fuimos convirtiendo en escenas.*²⁰

No comentário acima, Patricia Crispi enuncia alguns detalhes sobre a concepção da peça chilena “*La Escoba*”, um dos primeiros frutos das experiências promovidas pelas oficinas teatrais do *Círculo de Estudios de la Mujer*, como mencionado acima. Podemos identificar interessantes aspectos da composição cênica dessa peça, os quais remetem às experiências brasileiras; é explícita a valorização de uma identidade feminina altruísta, arquitetada em práticas que visavam à escrita coletiva do texto teatral.

316

Chama-se criação coletiva. Claro, depois dessas intervenções com “*El discurso de las haches*” e com “*El viaje de las rosas*”, eu organizei uma oficina de teatro para que as pessoas que se interessassem em fazer teatro com conteúdo feminista se reunissem. Estive um ano... e logo vieram as Jornadas Culturais da Mulher, fizeram no ano de 82. [...] essas Jornadas foram a primeira coisa mais pública a colocar o feminismo e haviam convocado cerca de duzentas, quinhentas pessoas... E nós fomos muito requisitadas para que fizéssemos algo, para que apresentássemos algo nesse dia. Nessa oficina de teatro que eu tinha, havíamos feito pequenos *sketches* que partiam sempre da vivência. Como tomar alguma experiência pessoal e aí ir transformando em um *sketch*. E então, quando vieram essas Jornadas, já tínhamos espaço para fazer uma apresentação, dois ou três *sketches* que tínhamos e as costumamos através de uma personagem que fazia uma espécie de relato com uma vassoura. Então varria, varria o palco e ia falando, monologava, movendo o cenário, mas também fazendo uma paródia do que é o papel a dona de casa, estava com a vassoura. Então parecia uma dona de casa ou uma empregada doméstica, [...] que tem as queixas e a

20 “Porque há mais de muitíssimos anos que Maria limpa, costura, cozinha, cria, cuida e lava fraldas enquanto Roberto goza e sofre na guerra dos partidos. Muitos anos em que a Maria penteiam, pintam, desvestem e vestem para fazer dela um ‘bom partido’. Assim começou ‘La Escoba’. Duas vivências de opressão que Tomi Romeo e Isabel Ganón trouxeram à oficina de teatro em novembro do ano 1981. Duas vivências pessoais que entre todas as que ali participávamos (Tomi e Isabel, Rosa Bravo, Ester Arriagada, Kirai de León, Rosalba Todaro, Luz María Opazo e Cristina Larraín) fomos convertendo em cenas”. Tradução livre. CRISPI, Patricia. “Y así comenzó La Escoba”. Teatro feminista. *Boletín*, n. 11. Op. cit., p. 23.

lucidez também de olhar a vida desse lugar, do lugar de máxima marginalidade. Porque é o lugar do que limpa, do que está limpando para que os senhores vivam e desfrutem a vida. Por isso se chamou “*La Escoba*”. Porque era uma vassoura que ia... Entre cada cena entrava essa personagem com uma vassoura e varria e movia as coisas de lugar. E no final dizia: “Deixo-os a vassoura!” Porque aqui “deixar a vassoura” é quando tu deixas uma desordem.²¹

Destacavam-se, no caso, os aspectos tidos como comuns a uma opressão especificamente direcionada às mulheres, como é o caso do serviço doméstico (limpar, lavar, costurar e cozinhar), majoritariamente encarado dentro de uma “divisão sexual do trabalho” que, de modo predominante, considerou o trabalho doméstico como tarefa estritamente feminina. Também se faz presente a crítica em relação à vocação matrimonial usualmente atribuída às mulheres na época, um importante referencial na constituição de discursos dominantes que pautaram o que era socialmente aceito para as mulheres durante tanto tempo. As transformações sociais que acompanharam a produção desses enunciados denunciavam a diluição das noções de “espaço público” e “espaço privado”, redimensionando o “feminino” e seus espaços de atuação.

É importante notar que o conflito colocado em cena foi narrado com base nas experiências pessoais de duas atrizes que compunham o grupo. Partindo da socialização de tais relatos o grupo pôde, então, adaptar estas narrativas de opressão para o jogo cênico. Nas próprias falas das integrantes da oficina o teatro é visto como uma valiosa alternativa de militância, almejando-se abranger questões pertinentes à sensibilidade de qualquer mulher.

Corrían los últimos días de octubre de 1982. Integrada desde abril en el Círculo de Estudios de la Mujer, decidí un buen día integrarme al Taller de teatro. Me habían cansado las tertulias teóricas, quería algo concreto que hacer, y qué mejor que participar en una obra. Ingresé al grupo compuesto por cuatro mujeres muy entusiastas, en el momento más

21 CRISPI, Patricia. Entrevista. Op. cit.

oportuno: en mediados de noviembre en el Centro Cultural Mapocho se realizaría un Encuentro de Mujeres y el Taller de teatro quería hacerse presente.

Empezamos a trabajar; teníamos poco tiempo y muchas ideas en mente, pero afortunadamente existían dos pequeños sketches anteriormente presentados, los cuales utilizamos como punto de partida. La idea era montar algo que representara a cualquier aspecto de la vida y problemática de las mujeres. Algo serio, irónico, trágico o divertido que llegara al público, que sensibilizara a cualquier mujer. [...] Esa noche quisimos demostrar que existe teatro de mujeres, que las mujeres se organizan en distintos frentes y de diversas maneras, y que cualquier actividad que nos ayude a reunirnos, organizarnos y conocernos, es valiosa.²²

318 Foi através da costura destes sketches que a obra “La Escoba” foi gerada. Por meio de variadas enunciações de variadas participantes. Até mesmo a maneira como a matéria sobre a peça foi organizada no periódico traz à tona a intenção do Círculo de Estudos da Mulher de empoderar as múltiplas vozes que compunham o processo. Essa multiplicidade e polifonia acabaram por tecer um efeito de veracidade discursiva, assim como construir uma ideia de democratização da fala no interior do grupo, uma prática de desconstrução hierárquica em meio ao *status quo* ditatorial que tanto o Chile quanto o Brasil perpassava.

Sentí una intensa corriente de comunicación entre el público y nosotras. Me convencí que el tema de la opresión de la mujer y su condicionamiento pueden expresarse en otro lenguaje, a

22 “Corriam os últimos dias de outubro de 1982. Integrada desde abril no Círculo de Estudos da Mulher, decidi um belo dia participar da oficina de teatro. Havia me cansado das tertúlias teóricas, queria algo concreto para fazer, e o que seria melhor do que participar de uma peça? Ingressei no grupo composto por quatro mulheres muito entusiastas, no momento mais oportuno: em meados de novembro, no Centro Cultural Mapocho, se realizaria um Encontro de Mulheres e a oficina de teatro queria fazer-se presente. Começamos a trabalhar; tínhamos pouco tempo e muitas ideias em mente, mas afortunadamente existiam duas pequenas sketches anteriormente apresentadas, as quais utilizamos como ponto de partida. A ideia era montar algo que representasse qualquer aspecto da vida e problemática das mulheres. Algo sério, irônico, trágico ou divertido que chegasse ao público, que sensibilizasse qualquer mulher. [...] Essa noite quisemos demonstrar que existe teatro de mulheres, que as mulheres se organizam em distintas frentes e de diversas maneiras, e que qualquer atividade que nos ajude a reunir-nos, organizar-nos e conhecer-nos, é valiosa” – Paloma Parrini (a tia). Tradução livre. PARRINI, Paloma. Sobre una actuación. Teatro feminista. *Boletín*. n. 11. Op. cit., p. 24-25.

*través de otro medio como es el teatro, y posibilitar una vivencia colectiva como la que ahí se produjo, en donde afloró lo emocional y lo afectivo más que la intelectualización del problema.*²³

“*La Escoba*”, logo no início dos anos oitenta, continuava a pôr em questão as noções de interação e coletividade – como fizeram outras peças de teor feminista nas décadas anteriores, lutando pela legitimação de um “espaço teatral de mulheres”, tendo a(s) feminilidade(s) como tema do debate. Nesse caso, adjetivações que procuraram localizar o alcance da prática teatral em um âmbito mais emocional e afetivo acabaram por fazer parte dessa estratégia de legitimação social ao reivindicar visibilidade para o tema colocado em cena. Mas mesmo assim os referenciais hierárquicos, por tantas vezes criticados, também apareciam nas práticas coletivas destas agrupações. A horizontalidade defendida em diversas falas de ativistas dos movimentos feministas via-se abalada pelos descompassos e divergências interpessoais das integrantes desses grupos. Outras posturas afirmativas se configuraram, transformando os modelos de liderança criticados no debate político dessas décadas.

319

*Que yo sin querer queriendo tal vez he hecho de palo en el que las ideas se amarran (por no decir coordinadora o directora que, asociadas al poder – al igual que palo – tampoco me gustan nada) pero que sólo un palo no hace la escoba y en cambio es fácil que se haga astillas. En fin, que lo que ahí ha sucedido es una creación colectiva mucho más colectiva de lo que aparece a primera vista.*²⁴

Em depoimento recente, Eliana Largo, antropóloga de formação, afirma que “[...] a criadora de ‘*La Escoba*’ era Patricia Crispi,

23 “Senti uma intensa corrente de comunicação entre o público e nós. Convenci-me que o tema da opressão da mulher e seu condicionamento podem expressar-se em outra linguagem, através de outro meio como é o teatro, e expressar uma vivência coletiva como a que aqui se produziu, onde aflorou o emocional e o afetivo, mais que a intelectualização do problema” – Eliana Largo (a mãe). Tradução livre. LARGO, Eliana. Más que denuncia. Teatro feminista. *Boletín*. n. 11. Op. cit., p. 25.

24 “Que eu sem querer, querendo talvez, tenha sido o pau em que as ideias se amarraram (para não dizer coordenadora ou diretora que, associadas ao poder – da mesma forma que pau – também não me agradam nada), mas que só um pau não faz uma vassoura e em mudança é fácil que se tenha hastes, enfim, que o que se sucedeu é uma criação coletiva, muito mais coletiva do que aparece à primeira vista”. Tradução livre. CRISPI, Patricia. Y así comenzó la escoba. Teatro feminista. *Boletín*. n. 11. Op. cit., p. 23-24.

principalmente”.²⁵ A fala de Crispi traz à tona as questões referentes à hierarquia nos grupos feministas que frequentemente criticavam a estrutura burocrática e “vertical” de outros agrupamentos e partidos de esquerda buscando formas de romper com a estrutura hierárquica associada ao modo patriarcal de atuar coletivamente.²⁶

Por mais que várias agrupações de cunho feminista estivessem, durante esse período, buscando uma maior “horizontalidade” nas relações de poder travadas no interior destas organizações, outras intrincadas relações de poder acabavam por ocorrer na estruturação desses coletivos de mulheres.²⁷

Essa contenda se figurava em uma ampla conversa com as organizações esquerdistas de resistência aos governos militares. Essa relação é explicitamente um dos pivôs do trecho da peça chilena “*La mano*”,²⁸ a que tive acesso, também um trabalho de criação coletiva do grupo de teatro do *Círculo de Estudios de la Mujer*. Com “direção” de Mónica Echeverría, a peça estreou em abril de 1983 e quando foi publicada no periódico da organização ainda estava em processo de escrita “conjunta”.²⁹ No texto, as dramaturgas se utilizaram de interessantes figuras de linguagem para esquematizar o jogo cênico, de modo que cinco das seis personagens que compõem o fragmento analisado da dramaturgia são designadas no texto com os nomes usualmente dados aos dedos da mão. Essas cinco personagens compõem a cena de uma reunião de mulheres em que o tema de discussão seria o teatro. A sexta personagem é caracterizada como o Fantasma e destoa claramente das outras.

25 LARGO, Eliana. Entrevista. Op. cit.

26 TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. Op. cit., p. 124.

27 Ibidem, p. 125.

28 Encenada por Patricia Crispi, Consuelo Castillo, Lilian Letelier, Eliana (não cita o sobrenome), Silvia Perez, Paloma Parrini e por vezes Maria Soledad. CRISPI, Patricia. Entrevista. Op. cit.

29 Sobre a escrita coletiva, Patricia Crispi confessa: “meu processo de escrita é bastante solitário. Pode ser que tires as ideias ou recorras a frases, mas no momento mesmo da escrita estás sozinha”. Ibidem.

Se abre la puerta y entra el Fantasma, libro en mano, se alcanza a leer "La dialéctica..."; se sienta soberanamente y se pone los lentes.

Índice: – Bueno, empecemos, ya estamos todos.

Todos se miran, las caras se contraen; silencios espesos; todos miran al Fantasma, el cual saca un block de apuntes y se dispone a tomar notas.³⁰

Como se pode ver nesta e em outras passagens da dramaturgia, o Fantasma está fortemente ligado a uma ortodoxia de viés marxista que frequentemente é posta como um destacado referencial para as demais personagens. O espectro não possui nenhuma fala no decorrer da peça, mas é constituído como um elemento chave do jogo cênico proposto na encenação feminista chilena. Várias ações das cinco personagens mencionadas são visivelmente influenciadas pela presença angustiada do Fantasma de uma esquerda viciosa.

321

Grande: – Lucho y lucharé por los que sí tienen hambre. Ese es mi lugar, compañeras. Y mi posición adquiere aún más valor porque justamente no me toca en lo personal, porque yo nunca he tenido hambre.

Anular (gritando un poco fuera de sí): – Basta. ¿Hasta cuándo nos van a seguir negando?

Índice: – Orden y calma por favor. ¿Cómo puede decirse que lo que tiene más valor es lo que no nos toca en lo personal? A mi no me cabe en la cabeza que una persona pueda luchar por algo que no le toca en lo personal. ¿No habrá detrás de tu gran sacrificio social un interés personal de poder? ¿No radicará ahí tu valor en la cosa? (Fantasma se pone blanco).

Grande: – Compañera, perdóneme, pero en ese tono yo no estoy dispuesta a seguir discutiendo. Yo no voy a permitir que

30 “Abre-se a porta e entra o Fantasma, livro em mão, inicia a leitura de *A dialética*. Senta-se soberanamente e põe as lentes. / Indicador: – Bom, comecemos, já estamos todos aqui. / Todos se olham, as caras se contraem; silêncios espessos; todos olham ao Fantasma, o qual puxa um bloco de apontamentos e se dispõe a tomar notas”. Tradução livre. La mano abierta. Teatro feminista. *Boletín*. n. 12. Chile, 1983, p. 22.

un asunto de trascendencia política se vea reducido a términos personales.

Anular: – Es que lamentablemente (irónica) lo personal es político. (Fantasma desaparece).³¹

Talvez esteja no trecho acima o momento de maior tensão do texto, culminando justamente no desaparecimento do mencionado Fantasma. A questão do âmbito pessoal passa a ser novamente o tema de abordagem, assim como nas outras peças aqui apresentadas, temática que tem o seu platô na fala de Anular, parafraseando um dos principais lemas dos chamados feminismos de Segunda Onda: “o pessoal é político”.

322

Em uma dinâmica semelhante aos já tratados grupos de reflexão, as personagens encontram-se no meio de uma reflexão política bastante frequente no período tematizado. As falas da peça, nesse sentido, valem-se da discussão acerca das hierarquias estabelecidas em organizações militantes para problematizar as práticas teatrais e feministas através de um enredo extremamente bem pensado. A simpatia de Grande por teorias marxistas engessadas em práticas tidas como “arcaicas” por muitas das ativistas feministas da época torna-se, assim, um dos principais temperos das acaloradas discussões ocorridas na sala que figura como cenário de “*La mano*”. Contudo, parece interessante o fato de que, se por um lado o criticismo frente às burocracias dos mecanismos políticos de então se fazia presente, por outro as práticas da oficina parecem ter, sobretudo nesse momento, um apego maior à cristalização hierárquica das ações.

31 “Grande: – Luto e lutarei pelos que sim têm fome. Esse é meu lugar, companheiras. E minha posição adquire ainda mais valor, porque justamente não me toca no pessoal, porque eu nunca tive fome. / Anular (gritando um pouco fora de si): – Basta. Até quando nos vão seguir negando? / Índice: – Ordem e calma, por favor. Como pode dizer-se que o que tem mais valor é o que não nos toca no pessoal? A mim não cabe na cabeça que uma pessoa possa lutar por algo que não a toca no pessoal. Não haverá por detrás do teu grande sacrifício social um interesse pessoal de poder? Não radicarás aí teu valor na coisa? (Fantasma fica branco) / Grande: – Companheira, perdoa-me, mas nesse tom eu não estou disposta a seguir discutindo. Eu não vou permitir que um assunto de transcendência política se veja reduzido a termos pessoais. / Anular: – É que lamentavelmente (irônica) o pessoal é político. (Fantasma desaparece)”. Tradução livre. *La mano abierta*. Teatro. *Boletín*. n. 12. Op. cit., p. 24-25.

Grupos militantes brasileiros e chilenos partilharam de práticas semelhantes para difundir imagens emancipatórias de feminilidades, utilizando-se dessas ferramentas para criticar a opressão humana em diferentes níveis. Da mesma forma em que se criticava uma opressão generizada, foi possível notar, nas peças analisadas, um profundo diálogo com os amargos contextos ditatoriais vivenciados nos países aqui problematizados. Dessa forma, vêm à tona outras opressões, localizadas tanto nas práticas vinculadas aos Estados ditatoriais, quanto na contrapartida de algumas organizações de afrontamento a esses regimes que, se utilizando de perceptíveis restrições em relações às mulheres, foram então criticadas e transformadas através das peças aqui analisadas. “Não se podia evitar o sofrimento, o medo, a dor toda, mas também se podia buscar o espaço para a solidariedade e a retroalimentação do positivo”.³² Buscar lampejos de luz em meio à tamanha escuridão que cobria os palcos chilenos e brasileiros.

323

32 LARGO, Eliana. Entrevista. Op. cit.

NAS RUAS E NA IMPRENSA: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile



Karina Janz Woitowicz
Joana Maria Pedro

“Não se pode ter uma revolução sem a imprensa”, disse uma participante da *National Organization for Women (NOW)* em 1996.¹ De fato, o movimento feminista desde cedo reconheceu o papel da mídia na produção de representações de um padrão feminino baseado na ideologia hegemônica que motivou a elaboração de críticas ao modo como os meios de comunicação, em especial as revistas femininas, tratavam as mulheres.²

Uca Silva lembra que as primeiras ações comunicacionais das mulheres organizadas tinham como foco a denúncia e a crítica aos conteúdos dos meios de comunicação de massa. “*De esta forma, se estableció entre ambos sectores una conexión marcada por la desconfianza*

-
- 1 FARRELL, Amy Erdman. *A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular*. São Paulo: Barracuda, 2004, p. 42.
 - 2 Amy Erdman Farrell (2004), em seu estudo sobre a *Ms. Magazine* – primeira revista comercial americana a assumir a perspectiva feminista, publicada entre 1971 e 1989 – revela que as práticas de contestação às tradicionais revistas femininas publicadas nos Estados Unidos faziam parte das ações de militantes feministas. A autora ilustra esta concepção em torno da grande mídia como fonte de opressão da mulher através do episódio da ocupação do *Ladies' Home Journal* por centenas de feministas nos anos 1970 que exigiam posturas não sexistas nas matérias da referida revista.

y el desinterés”,³ analisa. Diante disso, o movimento de mulheres sente a necessidade de produzir um discurso próprio. Nas palavras da autora,

De la crítica de los contenidos, los grupos de mujeres modificaron su estrategia y pasaron a crear y mantener un circuito paralelo a los medios de comunicación masiva teniendo un importante papel en la generación de la comunicación alternativa. En ese momento, era la forma más enérgica y radical de enfrentarse a los poderosos sistemas de comunicación dominantes: crear potentes espacios discursivos donde las mujeres organizadas inventaban y hacían circular contradiscursos.⁴

326 Mas, enfim, como a imprensa participou das lutas que marcaram o movimento feminista? No contexto da América Latina, o feminismo se organizou diante da necessidade de resistir à opressão imposta pelas ditaduras militares que se estabeleceram em diversos países. E, juntamente com a militância política nas ruas, a criação de veículos alternativos esteve associada à necessidade de lutar pela democracia e defender os direitos das mulheres. O “inimigo principal”, o regime político, estava declarado. Mas as feministas resistiam também a outro tipo de opressão, sustentada na desigualdade entre homens e mulheres. A “revolução” anunciada pela imprensa conjugava então o fim da ditadura militar com a conquista de direitos específicos para as mulheres.

Essas lutas acontecem em temporalidades distintas e com contornos próprios em países como Brasil e Chile. Contudo, guardam algumas semelhanças que evidenciam a vinculação do feminismo com os grupos de esquerda e a presença da comunicação alternativa

3 “Desta forma, se estabeleceu entre ambos os setores uma conexão marcada pela desconfiança e pelo desinteresse”. Tradução livre. SILVA, Uca. Nuevos escenarios, nuevas propuestas. Reflexiones de intervención desde el género. In: TORRES, Carmen (ed). *Género y comunicación: el lado oscuro de los medios*. Ediciones de la Mujer. n. 30. Santiago de Chile: Isis Internacional, 2000, p. 11-22.

4 “Da crítica dos conteúdos, os grupos de mulheres modificaram sua estratégia e passaram a criar e manter um circuito paralelo aos meios de comunicação de massa, tendo um importante papel na geração da comunicação alternativa. Nesse momento, era a forma mais enérgica e radical de enfrentar os poderosos sistemas de comunicação dominantes: criar potentes espaços discursivos onde as mulheres organizadas inventavam e faziam circular contradiscursos”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 12.

como porta-voz das demandas do movimento e, ao mesmo tempo, como meio de articulação e afirmação política.

Com base em um diálogo sobre feminismo, ditadura militar e imprensa alternativa,⁵ este capítulo traz a proposta de recuperar alguns elementos para compreender as lutas e os embates protagonizados pelos movimentos feministas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990), buscando traçar algumas aproximações e distinções no que diz respeito às lutas gerais e específicas das mulheres e ao uso da imprensa como um espaço de contrainformação e de fortalecimento do feminismo.

A partir da indagação sobre como os movimentos feministas no Brasil e no Chile articularam as lutas políticas com as lutas pelos direitos das mulheres e da comunicação alternativa, observaremos o contexto em que se desenvolve o feminismo nos referidos países e o lugar estratégico ocupado pela imprensa alternativa. Desse modo, buscaremos identificar as particularidades e as proximidades do feminismo nos dois países, recuperando um cenário marcado por enfrentamentos, agenciamentos e resistências.

327

(Re)nascimento do feminismo em tempos de ditadura

Brasil, Chile e outros países da América Latina vivenciaram o início do processo de organização do movimento feminista – conhecido como Segunda Onda – a partir da experiência de militância nos partidos de esquerda. O feminismo ressurge no Brasil na década de 1970, em meio à luta contra a ditadura militar – um período marcado pela violação dos direitos humanos, pelas práticas de tortura, pelo controle informativo, pela perseguição e pela repressão política – contando com a participação de mulheres que passaram pela experiência

5 A imprensa alternativa (também conhecida como imprensa nânica ou imprensa de oposição) compreende as publicações produzidas durante a ditadura militar que lutavam pela democracia do país e pela liberdade de expressão. Para um mapeamento e uma classificação dos jornais alternativos que circularam entre os anos 1960 e 1980, cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

do exílio e começaram a organizar, também aqui, os primeiros grupos de consciência.⁶

Joana Maria Pedro destaca que a prática destes grupos de reflexão era vista com hostilidade por determinados setores de esquerda, que apostavam em outras frentes de luta e consideravam inúteis tais discussões: “[...] os grupos de reflexão, as lutas pelo controle e autonomia do corpo, sexualidade, as manifestações pela liberação da mulher, eram consideradas ‘ideias específicas’ e, portanto, divisionistas da luta geral que consideravam ter prioridade: pela democratização, pela anistia, pelo socialismo”.⁷

Nesta mesma perspectiva, Céli Pinto mostra que a luta contra a opressão da mulher era um assunto controverso também nos partidos de esquerda e nos meios de orientação anarquista e comunista: “[...] por um lado, diferentemente do pensamento dominante na época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária. Por outro, entretanto, tinha muita dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe”.⁸

Nesse processo, os anos 1970 registraram uma série de conquistas relacionadas à participação das mulheres no meio social e ao comprometimento com as reivindicações e causas feministas, diante da criação de grupos autônomos de mulheres.⁹

6 Segundo Elizabeth Cardoso, “[...] com os ‘anos de chumbo’ da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alembert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 1970; o grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976 por um grupo de mulheres brasileiras; e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972”. Cf. CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V.12, n. especial, 2004, p. 41.

7 PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. v.26, n. 52. São Paulo: Anpuh, 2006, p. 249-272.

8 PINTO, Céli R. Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 34.

9 Surgiram vários grupos de consciência e, em 1975, estimulados pela instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, ocorreram reuniões no Rio de Janeiro e em São Paulo, que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira (Rio) e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (São Paulo). Em 1979 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e na década de 1980 já existiam dezenas de grupos feministas por todo país.

Do mesmo modo, no Chile, o movimento feminista nasceu durante a ditadura militar, produto da necessidade de resistir às formas de opressão impostas pelo governo autoritário do general Augusto Pinochet. A tomada de poder pelos militares se traduziu em práticas de tortura, assassinatos, repressão armada, perseguições, violação dos direitos humanos, exaltação dos valores patriarcais e controle da liberdade de expressão. Carmen Torres oferece alguns elementos importantes a respeito da relação da ditadura com o controle dos meios de comunicação:

En Chile, una de las primeras medidas del régimen militar (1973-1989) fue la expropiación de todos los medios de información de los partidos de izquierda. En 1976, un decreto-ley permitía suspender hasta seis ediciones de cualquiera de ellos. ¿Los motivos? Deformación de la verdad e incitación a la inquietud, incluyendo el pánico y el respeto de las instituciones del Estado chileno. [...] En 1977, otro decreto establecía que la fundación, edición, circulación y comercialización o distribución bajo cualquier forma de los nuevos diarios, revistas, periódicos, libros o impresos debían ser autorizadas por el jefe militar de la zona de emergencia.¹⁰

329

Foi nesse cenário de crise política que as mulheres se organizaram em torno da luta pela democracia, à qual foram incorporando, gradativa e tardiamente, outras reivindicações. É importante considerar que as mulheres dos presos e desaparecidos (familiares e esposas) foram as primeiras a fazer uma manifestação pública contra a ditadura, revelando sua capacidade de organização. De acordo com informações publicadas na *Fempres*¹¹ em 1983, ano em

10 “No Chile, uma das primeiras medidas do regime militar (1973-1989) foi a expropriação de todos os meios de informação dos partidos de esquerda. Em 1976, um decreto-lei permitia suspender até seis edições de qualquer um deles. Os motivos? Deformação da verdade e incitação à inquietação, incluindo o pânico e o respeito às instituições do Estado chileno. [...] Em 1977, outro decreto estabelecia que a fundação, edição, circulação e comercialização ou distribuição sob qualquer forma dos novos diários, revistas, jornais, livros ou impressos deveriam ser autorizados pelo chefe militar da zona de emergência”. Tradução livre. TORRES, Carmen. Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (orgs.). *Por todos los medios: comunicación y género*. Ediciones de las Mujeres. n. 23. Santiago de Chile: Isis Internacional, 1996, p. 67.

11 *Fempres*. Santiago, Chile, 1983, p. 33.

que os protestos se intensificaram, reuniram-se mais de onze mil mulheres no maior teatro de Santiago, em um ato de resistência. Neste mesmo ano, em sete de novembro, o governo chileno declarou estado de sítio, o que significou a soma de dez mil presos políticos em poucos dias. A participação das mulheres neste quadro foi expressiva.

Frente a tan apremiantes situaciones, las mujeres han redoblado las manifestaciones callejeras en Santiago, Valparaíso, Arica, Concepción y otros lugares; bloquean los supermercados protestando por las alzas incontroladas de los alimentos; desfilan vestidas de negro y depositan en la sede de la CEPAL en Santiago, un documento dirigido a la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, denunciando los excesos cometidos por la represión y vigencia del estado de sitio; grupos de mujeres distribuyen en los buses de transporte colectivo, llamados, volantes e "indicaciones" que contienen preposiciones de acción para las mujeres no organizadas; manifestaciones juveniles estallan en las calles, recintos universitarios, escuelas secundarias, barrios populares, clamando por sus derechos a la educación, la salud y el trabajo. Sus consignas sirven a la movilización y a la concientización: "En la calle y donde sea, la mujer a la pelea", "Potente y valiente, la mujer está presente", "La mujer tiene una voz que alzar y derechos que conquistar", "Democracia en el país y en la casa".¹²

De maneira semelhante ao que ocorreu em outros países do Cone Sul, a maioria das mulheres integrantes do movimento feminista no Chile vinha de uma militância ou proximidade pessoal e política com os partidos de esquerda e, portanto, com as lutas que

12 "Diante de tão alarmantes situações, as mulheres redobram as manifestações nas ruas em Santiago, Valparaíso, Arica, Concepción e outros lugares; bloquearam os supermercados protestando pelas altas incontroladas dos alimentos; desfilaram vestidas de negro e depositaram na sede da CEPAL em Santiago um documento dirigido à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, denunciando os excessos cometidos pela repressão e vigência do estado de sítio; grupos de mulheres distribuíam, nos ônibus de transporte coletivo, informes, panfletos e textos que continham proposições de ação para as mulheres não organizadas; manifestações de jovens ganharam as ruas, recintos universitários, escolas secundárias, bairros populares, clamando pelos seus direitos à educação, à saúde e ao trabalho. Seus lemas servem à mobilização e à conscientização: 'Na rua e onde esteja, a mulher na luta', 'Poderosa e valente, a mulher está presente', 'A mulher tem uma voz a lançar e direitos a conquistar', 'Democracia no país e em casa'". Tradução livre. *Fempres*, 1983, p. 33.

tiveram início com a instalação do regime militar. De acordo com Marcela Tobar, Lorena Catalán e Elizabeth Caviedes,

Muchas habían tenido que refugiarse fuera del país, en los primeros años de la dictadura, y recién retornaban luego de transitar por países donde habían tenido la oportunidad de conocer y interactuar con un movimiento feminista que se consolidaba en diversas regiones del mundo desarrollado de la época.[...] Las feministas chilenas de finales de los setenta buscaban entender y reaccionar tanto frente al autoritarismo impuesto por la dictadura, como al fracaso del proyecto político de izquierda y su incapacidad para incorporar a las mujeres en su utopía revolucionaria.¹³

O feminismo que se desenvolveu no Chile foi herdeiro de uma tradição política de esquerda, marcada por uma “vocação opositora”, em que as lutas específicas permaneceram obscurecidas por bastante tempo.¹⁴ Um pouco diferente do que ocorreu no Brasil, em meio aos rigores da ditadura chilena não havia muito espaço para as causas das mulheres ainda no início dos anos 1980. Conforme analisam Tobar, Catalán e Caviedes:

[...] es un feminismo que se plantea en oposición al autoritarismo militar, pero también a las formas tradicionales de hacer política, al estatismo de los actores políticos

- 13 “Muitas haviam tido que se refugiar fora do país, nos primeiros anos da ditadura, e recém retornavam de transitar por países onde haviam tido a oportunidade de conhecer e atuar com um movimento feminista que se consolidava em diversas regiões do mundo desenvolvido da época. As feministas chilenas do fim dos anos setenta buscavam entender e reagir tanto frente ao autoritarismo imposto pela ditadura, como ao fracasso do projeto político de esquerda e sua incapacidade para incorporar as mulheres em sua utopia revolucionária”. Tradução livre. TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile pos-dictadura*. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003, p. 44.
- 14 Sobre a ausência de reivindicações específicas das mulheres nos anos 1980, Julieta Kirkwood observa: “inclusive as mulheres mais conscientes política e socialmente não se percebem a si mesmas como mulheres, sujeitos de reivindicação própria, mas como cidadãs e como membros de uma classe social determinada. Esta é uma das razões pelas quais a discriminação feminina aparece disfarçada ou diretamente negada: as próprias mulheres nem sempre visualizaram a si mesmas como objetos de uma discriminação específica, não se reconhecendo como sujeitos reivindicando sua própria opressão”. Tradução livre. KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago de Chile: FLACSO, 1986, p. 40.

*y al reduccionismo economicista que sesgaba los discursos de izquierda y que relegaba las aspiraciones de igualdad de género a un lugar secundario en la lucha para transformar la sociedad.*¹⁵

332

Paulatinamente, junto com a luta contra a opressão sofrida com a ditadura, as mulheres chilenas iriam somar o combate à opressão no espaço doméstico, através do slogan criado por Julieta Kirkwood: “*Democracia en el país y en la casa*”.¹⁶ Contudo, o reconhecimento da dupla dimensão do autoritarismo contra o qual lutavam implicou em conflitos na distinção entre “feministas” e “políticas”, ou seja, entre os limites e possibilidades do feminismo autônomo e o ativismo feminista nos partidos e grupos políticos. A este respeito, Julieta Kirkwood assim apresenta os dois posicionamentos presentes no debate entre “feministas” e “políticas”:

Uno, resumido en la frase “No hay feminismo sin democracia”, que significa, en otros términos, que la única movilización posible para las mujeres, ahora, es el apoyo o el acto de la lucha opositora al gobierno autoritario; que los problemas singulares de la discriminación de la mujer son secundarios a esta prioridad y pueden ser tratados después o sólo si no entorpecen dicha prioridad. Esta afirmación es sostenida por las mujeres políticas. El segundo aserto, opuesto al anterior, invierte los términos y pasa a afirmar que “No hay democracia sin feminismo”. Descartando las prioridades o contradicciones primarias o secundarias, afirma la naturaleza

15 “[...] é um feminismo que se afirma em oposição ao autoritarismo militar, mas também às formas tradicionais de fazer política, ao estatismo dos atores políticos e ao reducionismo economicista que rodeava os discursos de esquerda e que relegava as aspirações de igualdade de gênero a um lugar secundário na luta para transformar a sociedade”. Tradução livre. TOBAR, Marcela et al. Op. cit., p. 44.

16 A referência a Julieta Kirkwood e à famosa frase “Democracia no país e em casa” são fundamentais para compreender o feminismo chileno tanto pelos escritos quanto pela militância política da feminista. De acordo com Alejandra Castillo, Kirkwood define o feminismo como um projeto de transformação social, não como uma política de interesse de um grupo em particular: “neste sentido indicará que o feminismo pode se identificar pela concorrência de três princípios básicos: um princípio de identidade, um de oposição ou definição de seus adversários e um princípio totalizador ou de formulação do projeto alternativo global”. CASTILLO, Alejandra. *Julieta Kirkwood: Políticas del nombre propio*. Santiago de Chile: Palinodia, 2007, p. 43.

*constitutiva de toda opresión que implica la dominación, discriminación y subordinación de las mujeres en el mundo privado y publico.*¹⁷

Seguindo a caracterização das fases do movimento de mulheres no Chile proposta por Sandra Palestra,¹⁸ utilizadas no estudo de Carmen Torres sobre as publicações feministas durante a ditadura militar, são considerados quatro momentos:

*El primero (1973-1976) está marcado por la denuncia de la violación de los derechos humanos, denominado período de defensa de la vida. El segundo período (1977-1981) se caracteriza por el inicio de la reflexión sobre los temas específicos de las mujeres. El tercero (1982-1986) se distingue por la formulación de demandas específicas de las mujeres en un clima de movilización política. Finalmente, durante los últimos años de dictadura (1987-1989), el movimiento de mujeres se caracteriza por la presentación de proposiciones específicas al futuro gobierno civil.*¹⁹

333

O desenvolvimento do feminismo no Chile envolveu a criação de centros de estudos sobre a mulher, organizações de mulheres, encontros e atos públicos realizados no período da ditadura

17 “Um, resumido na frase ‘não há feminismo sem democracia’, que significa, em outros termos, que a única mobilização possível para as mulheres, agora, é o apoio ou o ato da luta opositora ao governo autoritário; que os problemas singulares da discriminação da mulher são secundários a esta prioridade e podem ser tratados depois ou só se não desvirtuam dita prioridade. Esta afirmação é sustentada pelas mulheres políticas. O segundo, oposto ao anterior, inverte os termos e passa a afirmar que ‘não há democracia sem feminismo’. Descartando as prioridades ou contradições primárias ou secundárias, afirma a natureza constitutiva de toda opressão que implica a dominação, discriminação e subordinação das mulheres no mundo privado e público”. Tradução livre. KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: los nudos de la sabiduría feminista*. 2. ed. Santiago de Chile: Editorial Cuarto Propio, 1990, p. 222.

18 A autora faz referência à seguinte obra: GAVIOLA, E.; LARGO, E.; PALESTRA, S. *Una historia necesaria*. Mujeres en Chile: 1973-1990. Santiago de Chile, autoedición, 1994.

19 “O primeiro (1973-1976) está marcado pela denúncia da violação dos direitos humanos, denominado período de defesa da vida. O segundo período (1977-1981) se caracteriza pelo início da reflexão sobre os temas específicos das mulheres. O terceiro (1982-1986) se distingue pela formulação de demandas específicas das mulheres em um clima de mobilização política. Finalmente, durante os últimos anos de ditadura (1987-1989), o movimento de mulheres se caracteriza pela apresentação de proposições específicas ao futuro governo civil”. Tradução livre. TORRES, Carmen. *Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile*. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (orgs.). *Op. cit.*, p. 69.

militar.²⁰ Entre as organizações de mulheres chilenas, destacaram-se nos anos 1970 a criação de *Isis Internacional*,²¹ principal centro de documentação feminina (em 1974), e o *Círculo de Estudios de la Mujer* (em 1977), primeira organização declaradamente feminista que iria desenvolver uma ampla discussão a qual influenciou outras organizações durante a década seguinte.

De acordo com informações do *Centro de Estudios Miguel Enriquez*,²² durante a década de 1980 surgiram no Chile diversos grupos feministas: o *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena (MENCH)*,²³ *Mujeres de Chile (MUDECHI)*, *Comité de Defensa de los Derechos de la Mujer (CODEM)*, *Mujeres por la Vida*, *Movimiento de Mujeres Independientes (MMI)*, *Mujeres por el Socialismo*, *Movimiento de Mujeres Pobladoras (MOMUPO)* e *Coordinador Político de Mujeres de Oposición*. Além disso, as mulheres foram as responsáveis pela *Agrupación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos*, organização que teve um papel fundamental na luta pela democracia.

Ao passo que o país presenciou o surgimento e o fortalecimento dessas organizações, nesse mesmo período no Brasil vivia-se uma realidade distinta, pois o feminismo já havia passado por um processo de expansão e consolidação, resultado da atuação dos grupos de mulheres e feministas desde os anos 1970 que tratavam de questões sobre custo de vida, baixos salários, creches para atender às mães

20 No documentário *Calles caminadas*, baseado em entrevistas com mulheres que atuaram no movimento feminista durante a ditadura militar chilena, são apresentados elementos históricos sobre o processo de organização do movimento, as manifestações nas ruas e a representatividade das lutas das mulheres no período, no enfrentamento ao regime político. Também são mostradas as rupturas causadas no momento de abertura democrática, com a divisão entre o feminismo “autônomo” e o feminismo “institucional” e as transformações pelas quais o movimento passou. Cf. *Calles caminadas*. Direção de Eliana Largo e Verónica Qüense. DVD. 72 min. 2006.

21 A Isis Internacional, entidade criada em 1974 em Roma, na Itália, por um coletivo de mulheres feministas da Europa e da América do Norte, nasceu para satisfazer a necessidade de criação de um serviço próprio de informação e comunicação. A organização se estabeleceu na América Latina em Santiago (Chile) em 1983, como um serviço de informação das mulheres da América Latina e do Caribe, promovendo a formação de redes e canais de comunicação.

22 Informações disponíveis no portal do Archivo Chile, do Centro de Estudios Miguel Enriquez (CEME): www.archivochile.com.

23 O MEMCH é a mais antiga organização de mulheres do Chile, criado em 1935, tendo um importante papel na conquista dos direitos das mulheres chilenas ao voto. O movimento foi retomado no período da ditadura, em julho de 1983, contando com a participação de duas importantes fundadoras do antigo MEMCH: Elena Caffarena y Olga Pobrete.

trabalhadoras, violência sexual e doméstica, além de temas como sexualidade e direito ao corpo.

Assim, enquanto no Chile as mulheres continuavam a luta pela democracia, conjugada com lutas específicas, vivenciava-se no Brasil o processo de abertura democrática e a consequente institucionalização das demandas das mulheres. Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que se destacou por sua atuação junto à Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de lutar pela incorporação dos direitos das mulheres a partir de lutas envolvendo diversos temas – como violência contra mulheres e direito ao corpo. Como resultado dessa mobilização dos grupos de mulheres, a Constituição de 1988 assegurou um conjunto de direitos, sendo os mais significativos a existência do PAISM (Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher) no Ministério da Saúde, a multiplicação de delegacias da mulher e os conselhos estaduais e municipais. De acordo com Céli Pinto,

335

a presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional aponta para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980.²⁴

Diante da ação sistemática do movimento feminista no atendimento às demandas das mulheres, surgiram no Brasil, ao longo dos anos oitenta, diversos grupos temáticos, como os que tratavam da violência contra a “mulher” e da saúde da “mulher”, além do desenvolvimento do feminismo acadêmico e da criação de organizações não governamentais. Conforme observa Céli Pinto, muitas ONGs tiveram sua origem nos movimentos sociais, sendo formadas por mulheres que já militavam no movimento e buscaram associar

24 PINTO, Céli R. J. Op. cit., p. 76.

suas profissões ao comprometimento com as causas feministas.²⁵ Este processo, entretanto, foi marcado por tensões e questionamentos, diante da preocupação com a perda da autonomia do movimento – questão que entrará em pauta no Chile de maneira intensa nos anos noventa, provocando rupturas irreparáveis.

Esse aspecto, que revela que o reconhecimento das lutas feministas, bem como a conquista dos direitos das mulheres, ocorreu em temporalidades distintas no Brasil e no Chile em função dos processos políticos em vigor nos dois países que configuraram o movimento a partir das experiências das mulheres em suas lutas pela democracia “no país e em casa”. Nessa trajetória, o movimento contou, nos dois países, com um importante instrumento para dar voz às suas reivindicações: a imprensa alternativa, que não apenas acompanhou, mas participou ativamente das ações políticas do feminismo.

336

Páginas de resistência feminista no Brasil e no Chile

Em meio às disputas e enfrentamentos protagonizados pelo movimento feminista, as mulheres reconheceram a necessidade de se fazer ouvir, apostando em um discurso de contrainformação que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos.²⁶ Durante a ditadura militar brasileira, quando a imprensa alternativa²⁷ atuou como uma importante aliada na luta pelas liberdades democráticas, surgiram as publicações feministas que discutiam aspectos e tendências

25 De acordo com Céli Pinto, “[...] com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação”. PINTO, Céli R. J. Op. cit., p. 68.

26 É importante lembrar que o surgimento da mídia alternativa feita por mulheres aconteceu ainda no século XIX, com a publicação de jornais que discutiam principalmente a participação política das mulheres e as mudanças de costumes. Ou seja, as experiências de produção de veículos (inicialmente femininos, depois feministas) acompanharam as lutas das mulheres por direitos, inclusive o direito à escrita, e lançaram as bases do que seria, décadas mais tarde, uma imprensa assumidamente feminista.

27 Entre os anos de 1960 e 1980 surgiram centenas de publicações criadas por movimentos sociais e grupos de resistência, conhecidas como imprensa alternativa. Segundo Chinem, entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos. CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

do movimento a partir de temáticas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras.

As experiências dos grupos feministas e de mulheres apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças. Em um Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1981, entre as temáticas discutidas ganhava destaque a comunicação.²⁸ Ao abordar a importância da criação ou apropriação da mídia, Leila Linhares observou que na década de 1970 novos espaços foram surgindo para dar voz às mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins, jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do cinema. Para ela, “[...] os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história”.²⁹

Entre as experiências de imprensa alternativa feminista destacaram-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno dos direitos das mulheres. Além destes veículos, muitas outras experiências do movimento feminista e de mulheres foram logradas, como os jornais *Maria Quitéria* (1977), *Correio da Mulher* (1979), *Chanacomchana* (do grupo de ação lésbico-feminista, 1982), o goiano *Mariação*, as revistas *Fotochoq* e *Maria Sem Vergonha*, o programa de rádio *Mulher em 360º* (Rádio Capital/SP), o programa *Elas e mais elas* (Rádio Solimões) e diversos outros criados por grupos feministas em diferentes regiões do País.

Além de experiências de criação de veículos, o que pode ser destacado no período são as iniciativas de produção de jornais

28 O evento discutiu o papel educativo dos meios de comunicação, considerando, segundo Leila Linhares Barsted, que cumprem “[...] não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas ideias e valores”. LINHARES, Leila. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983, p. 13.

29 Ibidem, p. 16.

como uma prática comum de diversos grupos feministas. Muitas vezes de forma artesanal e com poucos recursos, esses veículos eram publicados com o firme propósito de divulgar as causas feministas dentro e fora do movimento. Exemplos dessas experiências foram os jornais *Agora é que são elas*, do Círculo de Mulheres Brasileiras, publicado em 1975 em Paris por exiladas brasileiras e o *Nosotras*, publicado também em Paris por Danda Prado e outras companheiras latino-americanas que mostravam a força do movimento feminista a partir das vivências de mulheres no exterior.

338

Percebemos que o feminismo, na medida em que se constituiu como um espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, passou a incorporar em suas ações diversas práticas relacionadas aos processos midiáticos. Os jornais, a partir de orientações distintas (que circulavam entre o enfoque político, a luta de classes e as questões ligadas à desigualdade entre homens e mulheres), promoveram o debate sobre as causas das mulheres a partir da publicização de determinados assuntos na esfera pública. Lamentavelmente, a maioria dos jornais feministas não oferecia informações no expediente sobre a tiragem, a circulação e até mesmo a periodicidade das publicações – dados que poderiam apresentar mais elementos para caracterizar a sua abrangência no período considerado. Contudo, é possível encontrar algumas pistas nos textos dos jornais que indicavam as conquistas e as dificuldades encontradas para manter as publicações, bem como as orientações editoriais que as identificavam.

Em sua análise das origens da imprensa feminista brasileira, com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, Rosalina de Santa Cruz Leite assim descreve o contexto em que os jornais se desenvolveram.³⁰

Mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o

30 LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. v.11, n. 1. Florianópolis, 2003, p. 235-236.

papel desempenhado pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* nessa conjuntura.³¹

A autora observa que as feministas que participaram dos referidos jornais eram majoritariamente militantes oriundas da esquerda, que atuaram no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Partido Comunista do Brasil (PC do B), na Ação Popular Marxista Leninista (APML), no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros. “[...] O *Brasil Mulher* já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris. A correspondência e o diálogo eram frequentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas”.³² Daí teria vindo grande parte das militantes do *Nós Mulheres*. Rosalina Leite observa que os dois jornais refletem um período histórico muito intenso, marcado por transformações rápidas e profundas e destaca como características das publicações as marcas da autonomia e da contestação à ordem social da época, colocando-se de maneira independente do Estado e dos partidos políticos:

339

O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política, refletindo o pensamento político da militância feminista.³³

Para compreender o modo como os grupos feministas se expressavam por meio dos jornais, torna-se interessante recuperar os editoriais publicados nas primeiras edições, onde o comprometimento com as causas do movimento se revelava. No *Brasil Mulher*, primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres, publicado pela Sociedade Brasil Mulher,³⁴ o destaque é para o discurso

31 Ibidem, p. 238.

32 Ibidem, p. 237.

33 Ibidem, p. 235.

34 O jornal foi fundado por Joana Lopes em Londrina-PR. Pago com o salário da jornalista, o *BM* foi impresso nas oficinas da *Folha da Manhã* e levado para São Paulo dentro de uma mala de viagem. Cf. KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 125. Lançado com o apoio do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), criado no mesmo ano (1975) por Therezinha Zerbini, o jornal foi transferido, a partir da sua segunda edição, para São Paulo.

da igualdade e da luta pela democracia que envolviam homens e mulheres.³⁵ Segundo Elizabeth Cardoso, o *BM*

é o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980. Editado bimestralmente, em formato tabloide, contendo 16 páginas em preto e branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas, livrarias e por assinatura. Sua publicação cessa em março de 1980.³⁶

340 O enfoque nas questões de classe era a tônica do jornal e se revelava na maior parte das suas edições. As contradições ou impasses da dupla militância se manifestaram logo na primeira edição, diante de um editorial que causou polêmica ao anunciar que o *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher”. O editorial esclarecia sobre esta postura:

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos apoiar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental. Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes: no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. [...] Finalmente, *Brasil Mulher* deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir. Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente da participação daqueles que com ela se identificarem.³⁷

35 Ao longo da existência do *Brasil Mulher*, foram publicadas 16 edições regulares e mais quatro ‘extras’. O jornal informa uma tiragem inicial de 5.000 exemplares e, em março de 1979, anuncia a publicação de 10.000 exemplares.

36 CARDOSO, Elizabeth. Op. cit., p. 43.

37 *Brasil Mulher*. Ano 1, n. 0. Londrina, 09.10.1975, p. 2.

Tal postura do *Brasil Mulher* foi alvo de críticas de outros grupos assumidamente feministas, que cobravam um maior comprometimento do jornal com as causas das mulheres. Na segunda edição do *BM* foi publicada uma carta assinada com as iniciais E.M., reproduzida do jornal *Opinião*: “é decepcionante, pois, que esse jornal – bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) – coloque a mulher como mais uma engrenagem do sistema sócio-econômico-político, em vez de procurar valorizá-la mais do que outros órgãos de imprensa”. Para E.M., *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher”, conforme afirmou a primeira frase de seu editorial de apresentação. Das 16 páginas da edição número 0, apenas cinco realmente tratavam diretamente da mulher – argumentava a leitora. O jornal respondeu, dizendo que E.M. não fazia uma crítica ao *Brasil Mulher*, mas sim propunha sua extinção, pois pretendia que ele negasse todas as suas propostas em prol de uma defesa feminista e inconsequente, superior ao homem.³⁸

341

O reconhecimento como um jornal feminista ocorreu mais tarde, quando reivindicações específicas passaram a ser enfatizadas no periódico. Ângela Borba assim menciona os impasses presentes no período de reformulação do movimento, quando temas como a sexualidade assumiam sua importância:

O jornal *Brasil Mulher* era uma espécie de elo que nos articulava. O último jornal saiu em março de 1980. Passávamos por um outro processo de questionamentos de nossas concepções sobre o feminismo. A discussão era principalmente sobre a ligação do específico, a questão específica da mulher, com as questões gerais da sociedade. Passávamos nesse momento, também, por uma reformulação que a meu ver tinha relação com o próprio crescimento do movimento de mulheres no Brasil, que nos permitia avançar e assumir com mais destaque questões tais como a sexualidade da mulher.³⁹

Já o *Nós Mulheres*,⁴⁰ lançado um ano depois, tendo como jornalista responsável Anamárcia Veinsecher, se assumia como feminista

38 *Brasil Mulher*. Ano 1, n. 1. São Paulo, dezembro de 1975, p. 13.

39 BORBA, Ângela. Sociedade Brasil-Mulher. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Instituto de Ação Cultural, 1983, p. 199.

40 Foram publicadas oito edições do jornal no período de 1976 a 1978, mantendo a periodicidade bimestral.

e enfatizava o comprometimento com questões específicas das mulheres, a partir das quais desenvolveu, ao longo da sua existência, um importante trabalho com mulheres de classes populares. De acordo com Bernardo Kucinski, o jornal possuía “[...] uma base de ativismo mais ampla do que a do *Brasil Mulher*, incluindo membros de clubes de mães engajadas em lutas por creches na zona sul de São Paulo”. Sua matriz ideológica, segundo o autor, era “[...] o paradigma clássico das esquerdas, mas com autonomia clara para a luta feminista”.⁴¹

Nas páginas de *Nós Mulheres* revelava-se o comprometimento contra a opressão de sexo e de classe e a defesa do feminismo da igualdade. A proposta do jornal foi assim apresentada no primeiro editorial:

342

Desde que nascemos, NÓS MULHERES ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. [...] NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.⁴²

A respeito da linguagem do *Nós Mulheres*, Rosalina Leite destaca que se trata de um formato pessoal e afetivo, que revela intimidade: “[...] rompe com o tratamento dado às mulheres pela imprensa feminina tradicional, em que um editor impessoal e assexuado dita regras e ‘aconselha’ uma leitora chamada de ‘você, mulher’”.⁴³ Este era o tom presente no editorial citado, que projetava a identificação com um sujeito coletivo – (nós) as mulheres.

O jornal, que circulou de 1976 a 1978, não informava sua tiragem, porém sabe-se que sua circulação era voltada para os grupos de mulheres de São Paulo. No editorial abaixo, o *Nós Mulheres* revelava seu comprometimento com as trabalhadoras:

41 KUCINSKY, Bernardo. Op. cit., p. 128.

42 *Nós Mulheres*. Ano 1, n. 1. São Paulo, junho de 1976, p. 2.

43 LEITE, Rosalina S. C. Op. cit., p. 239.

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada a incipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos.⁴⁴

Nós Mulheres sofria para se manter diante das dificuldades econômicas e em alguns momentos chegou a anunciar campanhas para conseguir doações e assinaturas, contando com a colaboração de outros veículos da imprensa alternativa. Esse aspecto é mencionado por Rosalina Leite, que analisa que a periodicidade do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* foi prejudicada pelas dificuldades de conciliar a publicidade com os objetivos de militância.⁴⁵ Além das campanhas de apoio aos jornais, ambos propagandeavam os demais órgãos da imprensa alternativa, o que denotava o esforço para fortalecer esses espaços comuns entre os veículos que circularam durante a ditadura militar: “leia a imprensa democrática”, anunciavam os jornais.⁴⁶

Rosalina Leite destaca que os dois jornais se assemelhavam em sua orientação política, tentando conciliar as lutas gerais e as específicas que marcaram a trajetória do feminismo como um movimento social que se consolidou em um período de crise política.

44 *Nós Mulheres*. Ano 3, n. 7. São Paulo, março de 1978, p. 2.

45 LEITE, Rosalina S. C. Op. cit., p. 237.

46 É importante lembrar que, embora houvesse uma corrente de colaboração e solidariedade na imprensa alternativa, o feminismo não era visto com seriedade pela esquerda brasileira, principalmente em seus primeiros anos. As observações de Bernardo Kucinski confirmam este aspecto: “enquanto um novo movimento feminista explodia na Europa desde o começo dos anos de 1970, no Brasil a questão da mulher era desprezada por diversos jornais alternativos importantes. [...] No Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por *O Pasquim*, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral ‘anticlasse média moralista’, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente associavam feminismo à frustração sexual”. KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 124.

Durante o tempo de sua existência, os dois jornais reafirmam constantemente sua identidade feminista, porém o fazem geralmente na defensiva, argumentando que o feminismo não separa a luta pela emancipação das mulheres da luta pela emancipação humana, que a luta das mulheres não é contra os homens, mas a favor de novas relações igualitárias, etc.⁴⁷

344 Em uma conjuntura política um pouco mais aberta ao diálogo sobre as questões específicas das mulheres e menos marcada pela militância de esquerda, surgia em São Paulo, no início de 1981, o jornal *Mulherio*, como a concretização de um antigo projeto de algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que se dedicavam ao estudo da “condição feminina” no Brasil.⁴⁸ Fundado por Adélia Borges⁴⁹ e conhecido como “[...] o mais duradouro e o mais feminista dos jornais feministas”,⁵⁰ *Mulherio* fugia do modelo organizativo da imprensa alternativa dos anos 1970, contando com o suporte de uma entidade.

Mulherio assumiu as questões de comportamento e sexualidade como assuntos centrais de suas páginas.⁵¹ Perpassando também a militância acadêmica, os textos publicados questionavam os modelos de sexualidade, defendiam o direito ao corpo e debatiam como o movimento feminista se posicionava sobre estes temas. Com uma caracterização feminista menos amarrada às reivindicações de esquerda, foram publicados diversos textos sobre aborto, sexo e planejamento familiar – temas menos frequentes nos demais periódicos, mais focados nas relações de classe.⁵² Em

47 LEITE, Rosalina S. C. Op. cit., p. 239.

48 Em 1988 o jornal *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura* foi criado em substituição ao *Mulherio*.

49 Bernardo Kucinski lembra que Adélia Borges havia trabalhado em *Movimento* “[...] e posta na lista negra das grandes empresas jornalísticas, depois de participar da greve dos jornalistas de 1979, como dirigente sindical”. KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 129.

50 Ibidem.

51 O jornal não era ligado a nenhum grupo feminista em particular e dava destaque para questões relacionadas a comportamento e sexualidade, sendo publicadas 39 edições.

52 Para um maior aprofundamento no assunto, cf. WOITOWICZ, Karina Janz. *Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa*. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

um texto assinado por Adélia Borges, o jornal anunciou diversas apoiadoras em todo país.

Era apenas um folheto, desprezioso, anunciando o lançamento de um jornal. Mas a repercussão que o número zero de *Mulherio* alcançou surpreendeu-nos, como a demonstrar que a mulher brasileira precisa realmente de um veículo de comunicação que divulgue suas coisas de uma forma nova, nossa.⁵³

Diante dessas e de outras experiências de comunicação feminista que marcaram a história do movimento no Brasil, é possível pensarmos a mídia alternativa como um lugar de resistência que integrou o projeto político dos grupos, uma vez que o discurso projetado nos veículos constituiu também uma forma de ação do feminismo, que conquistou espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade.

Essa reflexão sobre a ação da imprensa ao longo da trajetória dos movimentos de resistência também pode ser verificada no Chile, onde era preciso dar voz às lutas contra a ditadura através de veículos alternativos.⁵⁴ Foi em meio ao processo de articulação e enfrentamento que o movimento feminista viu surgir experiências de comunicação alternativa que serviam como espaços de contrainformação no contexto das lutas pela democracia. Carmen Torres mostra esta sintonia entre o desenvolvimento do feminismo e da imprensa alternativa ao apontar que, assim como outros movimentos de mulheres na América Latina, “[...] *las chilenas organizadas buscan crear sus propios medios de expresión, formando parte de lo que se llamó la corriente alternativa en comunicación*”.⁵⁵ Segundo a autora, as

345

53 *Mulherio*. Ano 1, n. 1. São Paulo, maio/junho de 1981.

54 Virginia Nuñez destaca as lutas dos movimentos populares pela democracia e assinala o papel da comunicação alternativa no fortalecimento destas lutas: “fechadas as possibilidades de recorrer aos meios tradicionais de comunicação, surgem a difusão porta a porta, bairro a bairro: a folha impressa, ou apenas manuscrita, circula com seu efeito multiplicador, conseguindo, ainda que com dificuldade, muitas vezes ainda com alto custo humano, orientar e fortalecer a batalha diária pelas liberdades, pela vida, pela justiça”. Tradução livre. NUÑEZ, Virginia. *La mujer presente en el combate por la democracia. Fempress – Unidad de Comunicación Alternativa de la Mujer*. Especial Mujer, 1986, p. 32.

55 “As chilenas organizadas buscan criar seus próprios meios de expressão, formando parte do que se chamou a corrente alternativa em comunicação”. Tradução livre. TORRES, Carmen. Op. cit. 1996, p. 68.

publicações das mulheres oscilam entre dois pólos: os temas políticos e os feministas: “[...] *las mujeres de las organizaciones editoras de estos boletines o revistas son confrontadas al autoritarismo político y al autoritarismo de la sociedad chilena, dos elementos cotidianos bajo el régimen militar*”.⁵⁶

346

Na análise de Torres, os grupos de mulheres existentes no Chile apresentavam três objetivos: “[...] *defensa de los derechos humanos, reivindicaciones de género y la apertura de espacios de expresión en la prensa*”.⁵⁷ Das organizações cujo objetivo é a participação das mulheres na luta geral contra a ditadura, Torres identifica os seguintes grupos e suas respectivas publicações: *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos (¿Dónde están?)*, *CODEM (Vamos Mujer e Tu voz mujer)*, *MUDECHI (Boletín de Mujeres de Chile)* e *MEMCH’83 (La Boletina Chilena)*. Entre as organizações que apresentavam reivindicações de gênero e demarcavam uma consciência feminista, destacam-se na análise da autora: *Círculo de Estudios de la Mujer (Boletín del Círculo de Estudios de la Mujer)*, *Frente de Liberación Femenina (Testimonio)*, *Las Domitilas (Palomita)*, *MOMUPO (Inquietudes de la lucha)*, *Centro de Estudios de la Mujer (Rulpa Dungun)*, *Casa de la mujer La Morada (Boletín de La Morada)* e *Coordinadora de las Mujeres de la Zona Oriente (Caracolas)*. E, segundo Torres, entre os grupos criados a partir da necessidade de publicar um veículo que tratasse especificamente das lutas das mulheres, incluíam-se a *Federación de Mujeres Socialistas (Fúria)*, *Unidad de Comunicación Alternativa de las Mujeres (Mujer-Fempres)*, *Isis Internacional (Mujeres en Acción)* e o grupo de mulheres que publicou *Nos/otras*.

Viviana Erazo,⁵⁸ jornalista que editou a *Fempres* durante os vinte anos em que foi publicada (1981-2001), relata que a revista nasceu do seminário “*La Comunicación Alternativa de la Mujer en América Latina*”, que aconteceu no México em 1982 e que reuniu

56 “As mulheres das organizações editoras destes boletins ou revistas são confrontadas com o autoritarismo político e o autoritarismo da sociedade chilena, dois elementos cotidianos sob o regime militar”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 78.

57 “Defesa dos direitos humanos, reivindicações de gênero e a abertura de espaços de expressão na imprensa”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 71.

58 ERAZO, Viviana. Entrevista a Karina Janz Woitowicz. Santiago, Chile, 26.08. 2009. Arquivo do LEGH/UFSC.

experiências de comunicação alternativa feminista de diversos países.⁵⁹ A *Fempress*, editada no Chile, representou a formação de uma rede do movimento feminista que buscava fortalecer as lutas das mulheres, constituindo-se como o principal canal de comunicação do movimento feminista em nível internacional.

*La revista tenía un número mensual, con circulación por toda América Latina y España y llegaba a las organizaciones de mujeres, a las mujeres que actuaban dentro de los gobiernos, o sea, en los lugares más recónditos de la América Latina. Teníamos un grupo de colaboradoras en 14 países de la América Latina – feministas y periodistas – que escribían una vez al mes un artículo y notas cortas, y recibían un valor para hacer eso.*⁶⁰

Viviana Erazo conta que as estratégias de comunicação foram se ampliando, de tal forma que, além da revista e do trabalho de agência, com envio periódico de textos para serem reproduzidos nos veículos de comunicação da América Latina, também era produzido mensalmente um programa de rádio que era enviado para 400 emissoras latino-americanas. “*Eran tres instrumentos de comunicación para una estrategia, porque a nosotras no nos interesaba solamente inter-relacionar el movimiento de mujeres en la América Latina, sino que nos interesaba penetrar a los medios tradicionales con lo que estaban haciendo las mujeres*”,⁶¹ observa.

Pelo que representou enquanto um meio alternativo profissional, com elevada qualidade técnica e riqueza de conteúdo, periodicidade regular (mensal) e distribuição em toda América Latina,

347

59 Viviana Erazo conta que a proposta da revista surgiu ainda antes desse encontro, com a realização de uma pesquisa sobre revistas femininas em cinco países da América Latina, que resultou no livro *Comprolitan – El orden transnacional y su modelo femenino* (Ilet, 1980). Diante dos resultados da análise, as autoras perceberam a necessidade de criar um canal de contrainformação para as mulheres.

60 “A revista tinha um número mensal, com circulação por toda a América Latina e Espanha e chegava às organizações de mulheres, às mulheres que atuavam dentro dos governos, ou seja, nos lugares mais recônditos da América Latina. Tínhamos um grupo de colaboradoras em 14 países da América Latina – feministas e jornalistas – que escreviam uma vez por mês um artigo e notas curtas e recebiam um valor para fazer isso”. Tradução livre. ERAZO, Viviana. Entrevista. Op. cit.

61 “Eram três instrumentos de comunicação para uma estratégia, porque para nós não interessava somente inter-relacionar o movimento de mulheres na América Latina, mas nos interessava penetrar aos meios tradicionais com o que as mulheres estavam fazendo”. Tradução livre. *Ibidem*.

Fempres é considerada uma experiência bem sucedida de imprensa alternativa que marcou a trajetória do movimento feminista.

María Virginia Quevedo relata as experiências de comunicação popular e alternativa desenvolvidas pelo movimento de mulheres, apontando um caminho construído historicamente pelo feminismo, que envolveu as práticas de comunicação como parte integrante das lutas das mulheres:

Durante la dictadura militar trabajamos en las comunicaciones populares de mujeres: boletines, talleres sobre contenidos de los medios; estudios de publicidad sexista, investigaciones de comunicaciones a través de las ONGs; producción de noticias de mujeres y por mujeres donde Fempres es la gran pionera; revistas de análisis como son las producidas por Isis Internacional; participación débil pero existente de mujeres en la radioemisoras populares; denunciábamos el sexismo en el lenguaje de los medios, levantamos esa especie de obsesión de un nosotras que nos diferencie del mentado nosotros. La Morada se lanza en la banda AM con un programa de radio semanal en un medio comercial, y junto a otras instancias se crea el lamentablemente discontinuo Premio Julieta y Estropajo.⁶²

348

Percebemos, a partir desses elementos, que as distintas temporalidades em que se desenvolvem os feminismos chileno e brasileiro evidenciam singularidades e regularidades no processo de conquista dos direitos das mulheres e na criação de espaços de comunicação. Enquanto nos anos 1980 o Brasil vivenciava o processo de abertura política e a transformação nas formas de militância, no mesmo período a luta pela democracia no Chile era a questão central trabalhada pelos movimentos sociais, entre eles o feminismo. Podemos dizer que o percurso realizado pelas feministas brasileiras, que

62 “Durante a ditadura militar trabalhamos nas comunicações populares de mulheres: boletins; oficinas sobre conteúdos dos meios; estudos de publicidade sexista; investigações de comunicações através das ONGs; produção de notícias de mulheres e por mulheres em que *Fempres* é a grande pioneira; revistas de análises de mulheres que são as produzidas por Isis Internacional; participação frágil mas existente de mulheres nas emissoras de rádio populares; denunciávamos o sexismo na linguagem dos meios, levantávamos essa espécie de obsessão de um ‘nosotras’ que nos diferencie do ‘nosotros’. La Morada se lança na banda AM com um programa de rádio semanal em um meio comercial, e junto a outras instâncias cria o lamentavelmente descontinuado Prêmio Julieta e Estropajo”. Tradução livre. QUEVEDO, María Virginia. Una relación diferente. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (orgs.). Op. cit., p. 128.

incluiu a autonomia em relação aos partidos políticos, o processo de institucionalização e o uso da imprensa alternativa como espaço de articulação política, seria trilhado mais tardiamente pelo movimento feminista chileno.

Se no Chile somente no período que compreendeu o final dos anos oitenta as questões específicas das mulheres foram tomadas como referência para a ação feminista, o lugar para temas como o direito ao corpo e a sexualidade, que marcaram o que seria uma “outra geração” de direitos impulsionada pelo feminismo, apresentou-se bastante limitado no interior do movimento.⁶³ O silenciamento em torno dessas questões evidencia a existência de um contexto político no Chile em que, assim como em outros países da América Latina, o feminismo de Segunda Onda foi marcado pelo conservadorismo da sociedade, pela influência da Igreja Católica e pela prevalência das chamadas “lutas gerais” que cercavam a resistência à ditadura.

A década de 1980 foi no Chile o período da criação de diversas organizações não governamentais (ONGs) de mulheres, que produziram a profissionalização do movimento e, em consequência deste processo, a década de 1990 aparece marcada por uma institucionalização das demandas das mulheres através de organismos do Estado. Diante do processo de democratização do país, no período pós-ditadura, o que se discute – à semelhança de outros cenários latino-americanos – é a desarticulação dos movimentos sociais. Este processo, denominado “silêncio feminista”, teve a desmobilização e a institucionalização como principais características.

Em relação às novas formas organizativas que emergiram a partir dos anos 1990, Tobar et al. destaca o surgimento de meios de comunicação feministas:

En 1991 se crea Marea Alta, como un periódico de distribución mensual de información, sobre temas relevantes para las mujeres y difusión de sus actividades. Esta publicación se termina

63 Mesmo depois da redemocratização daquele país, o debate a respeito da sexualidade e do direito ao corpo continua pendente, sendo prolongado ao longo dos anos 1990. É importante lembrar que a ditadura de Pinochet acabou com ações de planejamento familiar: desestimulou o uso de contraceptivos, ordenou nos consultórios que se retirassem os DIUs das mulheres e derrubou a lei do Aborto Terapêutico, que existiu até 1989. E, mesmo com a abertura democrática, esta situação permaneceu inalterada.

*en 1994, y parte de su equipo crea el periódico Puntada con Hilo. En agosto de 1991, sale al aire Radio Tierra, proyecto de la Casa de la Mujer La Morada, que se plantea como la primera radio feminista en el ámbito nacional, que hace una propuesta cultural desde el feminismo, tanto en su programación como administración. En 1992, se crea Con-spirando, revista latinoamericana de ecofeminismo, espiritualidad y teología.*⁶⁴

350

Observamos que o movimento feminista no Chile apostou na criação de espaços de expressão como meio de articulação e visibilidade de suas causas tanto num contexto de ditadura como diante da abertura (ainda que gradual e limitada), em tempos de democracia. Mesmo com condições de produção precárias, problemas de financiamento (que afetavam a regularidade das publicações) e a distribuição reduzida, a imprensa feminista se configurou como um meio de reflexão e luta política do movimento que iria traduzir suas tensões, avanços e perspectivas durante e logo após a ditadura militar.

Feminismo e imprensa alternativa: algumas aproximações

Conhecer alguns momentos que marcaram o cenário político em que o movimento feminista se desenvolveu, nos dois países considerados, significa conferir historicidade às lutas das mulheres, principalmente no que se refere às reivindicações “específicas” que foram se consolidando em meio a um contexto de resistência ao regime militar, tanto no Brasil quanto no Chile.

Em uma abordagem comparativa entre os dois países do Cone Sul, observamos que as reivindicações específicas, principalmente as voltadas ao direito ao corpo e à sexualidade, se deram em um contexto marcado por embates com setores conservadores, cujo discurso se baseava na preservação dos modelos hegemônicos

64 “Em 1991 é criado *Marea Alta* como um jornal de distribuição mensal de informação sobre temas relevantes para as mulheres e difusão de suas atividades. Esta publicação termina em 1994, e parte de sua equipe cria o jornal *Puntada con Hilo*. Em agosto de 1991, entra no ar *Radio Tierra*, projeto da Casa de La Mujer La Morada, que se apresenta como a primeira rádio feminista em âmbito nacional, que faz uma proposta cultural a partir do feminismo, tanto na sua programação como na administração. Em 1992, é criada *Con-spirando*, revista latinoamericana de ecofeminismo, espiritualidade e teologia”. Tradução livre. TOBAR, Marcela R. et al. Op. cit., p. 76.

de feminino, e com os partidos de esquerda, que entendiam que as lutas específicas estariam desvirtuando a luta principal contra a ditadura.

Através de referências sobre o movimento feminista e a imprensa alternativa, podemos perceber que as formas de resistência operadas pelo movimento feminista foram incorporando a necessidade do movimento construir sua autonomia, para enfrentar questões voltadas exclusivamente às mulheres. Conquistar este espaço representou o repensar dos movimentos sobre seu papel e a sua atuação, durante a ditadura e mesmo depois da conquista da democracia, quando algumas marcas do autoritarismo do período permaneceram presentes.

As experiências de imprensa alternativa aqui relatadas revelam que, ao inserirem as práticas comunicativas como mecanismos de ação política, os grupos feministas reconheceram a importância de se criar canais contra-hegemônicos, capazes de produzir discursos contrastantes e legitimar direitos ainda não conquistados pelas mulheres.

Desse modo, ao percorrer o processo de fortalecimento e transformação do feminismo no Brasil e no Chile através de uma leitura histórica do período, podemos vislumbrar os embates e as conquistas vivenciadas pelas organizações de mulheres, em meio à repressão política, na luta pela democracia conjugada com a gradativa visibilidade das questões específicas. Neste contexto, as vozes da imprensa alternativa apresentavam as dissonâncias, as bandeiras e a necessidade das mulheres se fazerem ouvir, reivindicando uma efetiva democracia política e uma plena igualdade de direitos, nos seus países e em suas casas.

FÉ E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS ESQUERDAS CRISTÃS: Brasil e Chile no contexto das ditaduras latino-americanas



*Priscila Carboneri de Sena
Vivian Barbosa Moretti*

Neste capítulo pretendemos analisar a influência cristã no combate à ditadura e a configuração das relações de gênero existentes em cada uma das organizações de esquerda abordadas: Ação Popular (AP), no Brasil, e *Movimiento de Acción Popular Unitária (MAPU)*, no Chile. Ambos os grupos têm origem em segmentos liderados pela Igreja Católica. Está aí uma justificativa para a escolha dos países e das organizações em pauta. Para esta análise, usaremos documentos produzidos pelas organizações, assim como uma bibliografia básica e entrevistas realizadas com participantes dos movimentos sociais em questão.

As igrejas cristãs, particularmente a católica na América Latina, em toda sua trajetória histórica, sempre se mostraram como uma força social significativa, influenciando o estilo de vida, o comportamento e a ideologia de seus fiéis. Durante o regime militar isso não foi diferente; parte da força opositora ao governo foi influenciada por discursos cristãos, assim como inúmeros cristãos foram influenciados por discursos de cunho socialista. Por outro lado, também houve setores da Igreja Católica que apoiaram a ditadura, a exemplo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade,

ocorrida no Brasil,¹ que consistiu em diversas manifestações públicas encabeçadas por setores conservadores da sociedade que se opuseram ao comício ocorrido no Rio de Janeiro em março de 1964, quando o então presidente João Goulart apresentou seu programa de reformas de base.

E aqui devemos ter clareza ao entender que o apoio de setores das igrejas cristãs às esquerdas latino-americanas foi dado, com maior vigor, após a percepção de agressão aos direitos humanos por parte dos militares.² As torturas físicas e psicológicas a que os militares submetiam os cidadãos considerados “subversivos” fizeram com que membros eclesiásticos, que de início eram favoráveis ao regime por medo da “ameaça comunista”, se voltassem contra o governo e atuassem em favor da oposição em vários países da América Latina.

354

Os diversos golpes militares dentro desse espaço geográfico se deram em decorrência de uma conjuntura internacional. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido entre duas orientações políticas: o capitalismo, encabeçado pelos EUA, e o comunismo, organizado pela URSS. Todo o mundo vivia o conflito intenso entre as duas potências. Ideologias comunistas se alastravam pelos países latinos, fato que preocupava aqueles que se guiavam pela cartilha estadunidense e que fez com que se disseminasse uma frenética propaganda anticomunista. Agassiz Almeida³ lembra que se falava em uma Terceira Guerra Mundial que seria deflagrada pelo comunismo. Assim, em defesa da liberdade e da Segurança Nacional, os golpes militares foram justificados e tiveram amplo apoio da sociedade civil e da hierarquia eclesiástica, inicialmente.

No Brasil, o golpe militar foi deflagrado em 1964, com a deposição do então presidente João Goulart. Maria Helena Moreira Alves,⁴ em seu livro intitulado *Estado e oposição no Brasil*, lembra

1 Sobre isso cf. CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. Marcha, o terço e o livro: catolicismo e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100011&script=sci_arttext.

2 ALMEIDA, Agassiz. *A ditadura dos Generais*. Estado militar na América Latina. O calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

3 Idem.

4 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: EDUSC, 2005, p. 137-271.

que, logo nos anos iniciais do governo, a política econômica voltada para o capital internacional gerou lucros que não foram repassados para os trabalhadores; pelo contrário, houve um arrocho salarial que agravou a situação de empobrecimento dos brasileiros e resultou num grande descontentamento da classe média e de membros da Igreja Católica, que antes haviam apoiado o regime vigente. Os militares, diante dessa situação, prepararam a ofensiva com a outorga do AI-5. Este Ato Institucional, decretado em dezembro de 1968, dava direito pleno ao governo de punir todos os suspeitos de “subversão” e de suspender o direito ao *habeas corpus*. Essa arbitrariedade gerou maior insatisfação e os grupos de resistência, sobretudo armados, passaram a atuar com mais intensidade, culminando num quadro de violência generalizada.

Entre os anos 1968-1973, conhecidos como “anos de chumbo”, no Brasil foram inúmeros os assassinatos, as torturas e os exílios dos denominados “terroristas” pelas Forças Armadas. Um dos destinos dos exilados brasileiros foi o Chile, país próximo e com grandes perspectivas de manutenção de um governo democrático com a presidência socialista de Salvador Allende, a partir de 1970. Porém, essa esperança foi frustrada quando em 1973 o general Augusto Pinochet deflagrou o golpe militar chileno, dando início a uma das mais severas ditaduras da América Latina.

A presidência de Allende foi conturbada economicamente;⁵ o contexto em que se inseriu era bastante desfavorável. Na América do Sul, o Chile era um dos poucos países que não havia se submetido a um regime militar e o único que tentava implantar uma democracia socialista nos anos de 1970 – momento em que a luta entre comunismo e capitalismo estava no auge. Portanto, é fácil entender por que o governo estadunidense impediu que a economia chilena se desenvolvesse, sabotando empréstimos de organismos internacionais, necessários à estabilidade do país.⁶ A

5 Para maiores informações sobre a economia chilena e sobre as demais economias na América Latina, cf. COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina: a era das ditaduras*. Chile, Argentina e Brasil. Luta armada e repressão. São Paulo: Contexto, 2001, p. 38-40.

6 GUIMARÃES, Samuel Pinheiros. *Cuba, Chile, Venezuela (Prefácio a “fórmula para el caos”)*. Disponível em: www.amersur.org.ar/PolInt/Guimaraes0902.htm.

estagnação econômica sofrida pelo Chile gerou descontentamento das classes médias que haviam apoiado a candidatura de Allende e que se voltaram a favor do golpe de Estado. Dessa forma, o golpe militar chileno saiu vitorioso e a ditadura de Augusto Pinochet perdurou ininterruptamente durante 17 anos, quando um plebiscito o retirou do poder em 1990, momento em que as ditaduras dos países sul americanos já haviam se desintegrado.

A luta contra essas ditaduras de Segurança Nacional, aqui abordadas, foi travada principalmente pelos grupos de esquerda que se formaram no período. Consolidaram-se, então, como estratégias para que fosse possível enfrentar o regime instaurado no país, as práticas de guerrilha rural e urbana que desenvolveram ações armadas e representaram os setores mais radicais,⁷ como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e também a adoção de uma política revolucionária (como a da Ação Popular – AP) com determinações de se ligar ao povo e fazer com que as lutas sociais adormecidas despertassem.⁸

O período das ditaduras militares no Brasil e no Chile também se caracterizou por momentos de agitações populares. Vivia-se no mundo ocidental uma profunda transformação nos comportamentos de mulheres e homens, provocada em parte pelo feminismo da Segunda Onda e pelos questionamentos e manifestações da juventude. A presença significativa de mulheres nas organizações da chamada “nova esquerda” contrastava com sua pequena participação em outras organizações políticas, mesmo dentro da esquerda, trazendo assim a possibilidade do debate sobre essas normas de comportamento voltadas para o masculino e sobre como elas foram vivenciadas por mulheres e homens que já conviviam com os questionamentos das formas tradicionais de organização e hierarquia entre os sexos.

Ao propor uma análise dos/as militantes da Ação Popular e do *Movimiento de Acción Popular Unitaria* como sujeitos políticos,

7 “[...] uma violência revolucionária, embora desligada das massas, respondendo à violência da contrarrevolução”. Cf. LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p. 80.

8 MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: Uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989, p. 14.

sob uma perspectiva de gênero, encontramos em seus discursos e formas de ação as maneiras como iam “criando” estes sujeitos: a/o militante; a/o guerrilheira/o; vítima de tortura; a/o exilada/o. A importância de se pesquisar as redes de relações entre a Ação Popular e o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* pareceu necessária a partir do momento em que nos deparamos com a situação de clandestinidade vivida pelos/as militantes da Ação Popular, principalmente após 1968, com a instauração do AI-5 no Brasil.

Entre os documentos desse e de outros grupos apreendidos pela polícia política nos anos da ditadura militar, hoje disponíveis em alguns arquivos, encontram-se vários regulamentos, estatutos, atas de reuniões e jornais das organizações de esquerda que contêm diversas recomendações e representações acerca da conduta esperada dos militantes e guerrilheiros. Essas recomendações deveriam servir para homens e mulheres e eram expressas em comportamentos e valores que faziam parte dos regulamentos e normas internas.⁹ Dentro das organizações de esquerda encontramos a participação de homens e mulheres executando diferentes tipos de tarefas. Masculinidades e feminilidades são cada vez mais estudadas como definidoras de subjetividades, com roteiros distintos em diferentes culturas ou subculturas, englobando linguagem, gestos, roupas e formas de comportamento sexual.¹⁰

357

A Ação Popular (AP) foi uma organização de esquerda que diferiu das outras. Sua raiz foi o cristianismo, particularmente na ala mais radical da Juventude Universitária Católica (JUC)¹¹ no final dos anos 1950 e início dos 1960. Movimentos católicos como

9 WOLFF, Cristina Scheibe; MORETTI, Vivian Barbosa; KOLB, Margareth Victória. O que é ser um guerrilheiro? Subjetividades de gênero nos documentos, regulamentos e boletins das organizações da esquerda armada brasileira (1968-1974). *Anais Eletrônicos do III Simpósio Nacional de História Cultural – GT Nacional de História Cultural/ANPUH – Mundos da Imagem: do texto ao visual*. Setembro de 2006 – Florianópolis/SC. Disponível em cd.

10 BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 108.

11 Setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja Católica em todo o mundo, a partir dos anos 1930. Cf. RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: _____ RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas: Unicamp, 2002, p. 214.

os da JUC,¹² JEC, JOC, JAC e JIC¹³ estavam ligados à Ação Católica brasileira e forneceram quadros para a AP.¹⁴ A sua origem, porém, não esteve exclusivamente ligada ao catolicismo, mas também à presença de estudantes independentes de esquerda.¹⁵

O *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), por sua vez, originou-se de dissensões de grupos da *Democracia Cristiana* (DC) no ano de 1969.¹⁶ A formação do *Movimiento de Acción Popular Unitaria*¹⁷ deu início à cisão da DC e em 1970 o MAPU ingressou na *Unidade Popular*. Com o golpe de Estado de 1973, o grupo se dividiu em duas correntes: o MAPU, com tendência marxista-leninista, e o MAPU *Obrero Campesino*, ligado ao Partido Comunista e com tendências mais moderadas.

358 Nascida sob o signo cristão e implantada principalmente no movimento estudantil, a brasileira AP, após um processo de maturação e de concepção ao trilhar um caminho que não se guiava mais pelos preceitos da igreja,¹⁸ foi influenciada crescentemente por ideias marxistas, até chegar ao maoísmo.¹⁹ Com características

-
- 12 Questionada pelo episcopado e impulsionada por um movimento social que já não cabia nos limites da igreja, a ala mais radical da JUC criou a Ação Popular (AP) em 1962. Cf. RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (orgs.). Op. cit., p. 223.
- 13 Associações que compunham a Ação Católica, assim como a Juventude Universitária Católica: Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica, Juventude Agrária Católica, Juventude Independente Católica. Ibidem, p.224.
- 14 LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. Op. cit.
- 15 Marcelo Ridenti cita o depoimento de Duarte Pereira (31.01.2001) que esclarece isso. Ibidem, p. 227-228.
- 16 Resenha do livro *La "Iglesia" que resistió a Pinochet*. Historia desde la fuente oral, del Chile que no puede olvidarse. Davis Fernández, Madrid. IEPALA, 1996. Disponível em: www.archivochile.com/Mov_sociales/iglesia_popular/MSiglepopu0010.pdf.
- 17 Processo onde se encontravam os fundadores da DC como Rafael Gumucio e outras personalidades também importantes como Jacques Chonchol. Cf. ROUQUIÉ, Alain. *L'État Militaire en Amérique Latine*. Paris : Éditions du Seuil, 1982, p. 302.
- 18 SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2006, p. 45.
- 19 Alterações das influências ideológicas da organização foram salientadas pelo autor, pois essas influências provavelmente interferiam em sua forma de ação. Primeiramente, o autor mostra o catolicismo como raiz dessas influências; posteriormente, mostra a sua adesão ao marxismo-leninismo em 1968 a partir da versão do maoísmo pós-revolução cultural. Sobre a trajetória da AP cf. RIDENTI, Marcelo. Op. cit. p. 213-282.

de uma organização de esquerda não armada,²⁰ propunha que a revolução somente seria possível com a participação do povo e, dessa forma, buscou outras ligações com os movimentos populares, entre os quais se destacavam o camponês e o operário, ou seja, pretendia que se fizesse um longo trabalho de preparação.²¹ Isso a diferenciava de outras organizações de esquerda do período, que propunham a guerra revolucionária imediata. Por outro lado, para a AP, a guerrilha era uma questão de tempo. A organização exigia de seus militantes espírito de sacrifício, estrita obediência aos desígnios da direção nacional, e que colocassem a revolução acima de todos os seus objetivos pessoais ou laços familiares.²²

A ideia não era impor e armar as pessoas, mas transformar o cidadão através da consciência, das discussões sobre os problemas do Brasil e como solucioná-los. A solidariedade era fundamental – lembra o aposentado Ivo de Jesus, 67 anos (em 2005), um trabalhador rural de Itajaí que aderiu ao movimento.²³

Ao avançar no processo de embate e amadurecimento de seu pragmatismo nas experiências de proletarização de sua militância até a disputa pela ideologia e concepção doutrinária de poder, a AP acabou por se aproximar do Partido Comunista do Brasil (PC do B), à medida que se desfazia das concepções essencialmente cristãs, sendo incorporada a este em 1972.²⁴ O MAPU chileno sofreu um processo semelhante: seus laços cristãos foram abandonados e a força armada popular valorizada no combate aos regimes ditatoriais.

O *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) também foi uma organização de esquerda diferenciada das demais. No ano de 1965, alguns militantes “*democratacristianos*”, como Jacques Chonchol e Julio Silva Solar, formaram um núcleo crítico dentro do PDC

20 A organização percorreu caminhos que levavam, já nos anos 1970, uma parte de sua militância a apregoar a luta revolucionária armada, embora não tenha reivindicado ações. Cf. LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. Op. cit.

21 MANFREDINI, Luiz. Op. cit., p. 14.

22 Este discurso fica muito claro na obra da Derlei Catarina de Luca e nos históricos de militância encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo *Brasil: Nunca Mais* – Anexos.

23 *Diário Catarinense*. Siglas e facções contra o regime. Editorial n. 6921, 28.03.2005.

24 SOUSA, Deusa Maria de. Op. cit., p. 43-44.

que, com um perfil revolucionário e anticapitalista, constituiu a primeira tentativa de conciliar cristianismo e marxismo. Inserido no momento de agitações na sociedade chilena, em que até mesmo a Igreja Católica passava por transformações, o PDC esteve, em março de 1969, sob um período de crise ideológica e de fracasso do seu projeto reformista.²⁵

Podemos perceber a origem cristã das duas organizações através dos dizeres de Paulo Krischke, ex-militante da AP que viveu exilado no Chile e lá manteve contato com militantes do MAPU:

Porque tinha semelhanças, tinha uma origem também religiosa do pessoal que fundou o MAPU, do pessoal que saiu da Democracia Cristã e tinha também... bom... era muita recepção para nós, o pessoal gostava da AP, era uma organização anterior à deles e eles queriam, eu acho, aprender algo com a gente.²⁶

Paulo Krischke declarou que foi exilado e permaneceu durante esse tempo no Chile. No Brasil fez parte da Ação Popular e no Chile foi membro do *Movimiento de Acción Popular Unitária*. Esse fato pode ser tomado como indício das semelhanças que permeiam ambas as organizações. Nesse caso, o exilado aproximou-se de um grupo não totalmente desconhecido que, ao contrário, apresentava ideias parecidas com as suas.

Na AP, segundo Derlei de Luca,²⁷ a representação de seus integrantes foi construída através dos valores de disciplina e dedicação à causa, que teriam que estar acima de tudo. Principalmente quando se “caía na clandestinidade”, pois se perdia nome, profissão, classe social, aparência, tudo precisava ser moldado às necessidades da organização e do anonimato.²⁸

25 ROUQUIÉ, Alain. Op. cit., p. 305.

26 KRISKE, Paulo José Durval da Silva. Entrevista ao grupo de pesquisa do LEGH/UFSC em Florianópolis, 16.08.2007. Transcrita por Vivian Barbosa Moretti. Acervo do LEGH/UFSC.

27 Sobre Derlei Catarina de Luca e as normas de comportamento da AP, cf. também SCHLATTER JÚNIOR, Sergio Luis. *Sujeitos e amores: relações pessoais e revolução*. Neste livro.

28 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora Do Autor, 2002, p. 36.

Esses valores são também encontrados nos Históricos de Militância da Ação Popular, documentos redigidos pelos próprios militantes da AP e que, aparentemente, eram instrumentos de autocrítica.²⁹ Nesses documentos, que seguiam um modelo com perguntas e respostas, podemos perceber até que ponto as normas e as condutas presentes nos regulamentos e manuais eram levadas a sério. Tudo deveria estar voltado à causa, a ponto de um militante escrever, em seu histórico de militância, uma espécie de autocrítica e de declaração de seus princípios:

Logo depois do AI-5, novo golpe da Ditadura para tentar fazer recuar o avanço do povo brasileiro e oprimir cada vez mais, passei por uma fase muito difícil, devido à grande inatividade em que estávamos. Antes, havia colocado para o Partido a minha ida ou não até a casa dos meus pais. Decidiu-se que seria muito importante a minha permanência na Z-8, devido às tarefas que tínhamos que realizar nas férias. Concordei perfeitamente, apesar das enormes pressões, pois só via o pessoal de ano em ano. Sem uma prática correta, devido a sérios abandonamentos [sic] do pessoal que não tinha uma diretriz para o nosso trabalho, passava os dias sem fazer absolutamente nada, surgindo daí gestos de indisciplina dos quais o maior foi um noivado sem nenhum significado, já que a garota não tinha nenhuma perspectiva política. Logo tive uma visão mais clara a respeito, fazendo autocrítica na prática, aceitando as críticas dos meus companheiros e desfazendo o compromisso. Fora essa fase crítica, sempre fui muito disciplinado.³⁰

361

Mesmo um noivado teria que obedecer aos desígnios da revolução. Família, amigos, tudo era posto em segundo plano. Assim,

29 Os “históricos de militância” podem ser encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/IFCH, no Fundo *Brasil: Nunca Mais* – Anexos. Esses históricos são documentos redigidos pelos(as) próprios(as) militantes da Ação Popular. Era uma espécie de “diário” onde relatavam as funções realizadas; a reavaliação da sua militância como uma autocrítica em que relacionavam suas ações com os objetivos da organização; aferição de nível, para saber a classificação dos(as) militantes através de critérios ideológicos, políticos e organizacionais, entre outros relatos.

30 Código: 104. Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo: *Brasil: Nunca Mais* – Anexos. Identificação do CD: Foto 537.jpg e Foto 538.jpg. Número do documento: 2537. Título do documento: Histórico de Militância (José da Penha). Fonte: 2dt,507,1,279. Classificação: AP5. Número de páginas: 2. Data: [s.d.].

como mencionamos anteriormente, as relações se emaranhavam às exigências políticas da AP e eram transpassadas pelos valores de sacrifício, de provas constantes, do amor primordial à organização, de abnegações e disciplina – que também se encontravam extremamente entranhados. Derlei relata:

Os homens vão para o campo. As mulheres vão para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos. [...] a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tse Tung. Para lá são mandados os melhores quadros militantes, separando noivos, namorados, casais.³¹

362

Nesse ponto, Derlei de Luca acaba por mostrar em exemplos que a representação do militante também estava ligada a valores atribuídos ao masculino, ao colocar em relevo a menção de que os melhores quadros de militantes iam para o campo e a suposta maior resistência física dos homens. Com as mulheres indo para as fábricas, nas cidades, e os homens para o campo, a representação revelada é a de que os homens eram vistos, naquele momento, como os melhores. Assim como na clandestinidade, novos sujeitos se constituíam à imagem e semelhança do que apregoava a organização. Seres cem por cento militantes, sem nome, sem história (a não ser a história de militância), sem espaço para sentimentos e para amores, mas generizados, pois “[...] as representações existentes sobre o ‘bom militante’ estão associadas a um tipo de militância masculina”.³²

Não se pode negar a existência de mulheres nos quadros das organizações de esquerda. Conforme o “sexo” dos processados judicialmente nos anos de 1960 e 1970, a participação feminina na Ação Popular estava em torno de 27%, ou seja, 127 de um total de 470 pessoas eram mulheres.³³ É claro que esses números referem-se somente às mulheres e aos homens que foram processados. Dessa

31 DE LUCA, Derlei C. Op. cit., p. 36-37.

32 GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*. v. 5, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/IFICS, 1997, p. 354. Disponível em: www.ieg.ufsc.br. [grifo nosso].

33 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 204.

forma fica oculta a militância daqueles e daquelas que escondiam os guerrilheiros, dos/as que faziam tarefas miúdas, que não chegaram a ser presos ou processados.³⁴ Ao contrário da AP, no que se refere ao *MAPU*, não foram encontrados os números aproximados de militantes, tanto homens como mulheres. Mesmo assim, não podemos descartar a presença das mulheres nessa organização, pois elas também eram chamadas a participar da luta em favor de um governo mais justo, como podemos observar nos dizeres de Jaime Gazmuri, ex-militante do *MAPU*:

*[...] no sólo los proletarios en nuestra sociedad serán una fuerza social activa en la lucha por la democracia y el socialismo, sino también amplias capas populares: juventud estudiantil, mujeres no ligadas al trabajo productivo directo, productores independientes de la ciudad y del campo...*³⁵

363

A militância feminina, todavia, estava mais voltada às causas da organização. Essas causas vinculavam-se ao envolvimento com as massas, principalmente as massas operárias. Percebemos isso na fala de Teresa Valdés, citada por Vivian Moretti, que iniciou sua militância no *MAPU*, ao entrar para a universidade, por influências de amigos/as e parentes:

Neste tempo não tínhamos nenhuma consciência de gênero na noção de militância, éramos todas militantes, nada mais, e muito boas militantes. Eu fui uma boa militante, por isso que fui presa. E não tínhamos nenhuma consciência de gênero por estarmos na luta pelo socialismo e todas essas coisas.³⁶

34 Ibidem, p. 196-205.

35 “[...] não só os proletários em nossa sociedade serão uma força social ativa na luta pela democracia e pelo socialismo, mas também amplas camadas populares: juventude estudantil, mulheres não ligadas ao trabalho produtivo direto, produtores independentes da cidade e do campo...” Tradução livre. GAZMURI, Jaime. Acerca de una acción comun y convergencias políticas entre el MAPU Obrero Campesino, el MAPU, y el I.C. *Revista Chile América*, 1980. Fondo Documental “Eugenio Luiz-Tagle”, FLACSO. Disponível em: <http://fondo.flacso.cl>.

36 VALDÉS, Teresa. Entrevista a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff em Santiago, Chile, em 25.06.2007 apud MORETTI, Vivian Barbosa. *Gênero nas esquerdas em tempos de ditaduras: História Comparada entre Ação Popular (Brasil) e Movimiento de Acción Unitaria (Chile)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2009.

Em seu artigo, *Mulheres e militantes*, Mirian Goldenberg relata que eram identificados alguns elementos para reforçar a ideia do que seria uma boa militante; características como coragem, sacrifício, dedicação e abnegação estavam relacionadas a isso.³⁷ Dentro dos discursos nos documentos da AP, porém, esses elementos eram colocados de maneira mais generalizante, pois englobavam o que era esperado de todos/as os/as integrantes da organização, mesmo ao serem associados à militância masculina.

364 Mesmo havendo dados, relatos e documentos que confirmem a existência de mulheres nas organizações de esquerda, o texto de Mirian Goldenberg relata um caráter de invisibilidade, pressupondo que as mulheres teriam ocupado uma posição percebida como secundária ou inferior nas organizações, sendo “ocultadas” pelo o rótulo de “mulher de...”, “companheira de...” ou “filha de...”; as mulheres apareciam como meras coadjuvantes.³⁸ Esse elemento é, de certa forma, perceptível nos documentos apreendidos pela polícia política, principalmente em cartas de militantes. Entretanto, não podemos afirmar que elas tiveram um papel totalmente secundário, sendo que mesmo que poucas tenham chegado a cargos de direção, algumas mulheres participaram de ações de preparação e reuniões, como se pode notar através do trecho a seguir, escrito por uma militante da AP:

Camarada Zi,
Fiquei bastante surpresa com o seu bilhete
1. Não fui eu que faltei ao ponto que marcamos juntos.
Nem fui eu a responsável por não ter passado o material
que (?) julgamos necessário a nossa discussão. Mandei
um bilhete ao cam. questionando isso e o cam. *nem se
refere* ao ponto furado por você. *O cam. não faz nenhuma
autocrítica* em saber sobre o ponto [...] por quê?³⁹

37 GOLDENBERG, Mirian. Op. cit.

38 Idem.

39 Código: 230. Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo: *Brasil: Nunca Mais* – Anexos. Identificação: CD 02 – Mistura: P9294323.JPG e P9294324.JPG. Número do documento: 8528. Título do documento: Cartas AP. Fonte: 634,8,2973-3020. Classificação: AP. Número de Páginas: 2. Data: [s.d.] [grifos do original].

Com essa fonte, percebemos a participação ativa de mulheres nas ações da militância de esquerda – não com responsabilidades menores. Logo, as relações entre homens e mulheres militantes nas organizações contempladas acima não podem ser analisadas de forma simplista.

Mobilização baseada na fé cristã

Os referidos grupos de esquerda, como já mencionado, conservaram muitos traços do cristianismo: renúncia aos prazeres e bens materiais, espírito de sacrifício, entre outros; constatações como essas servem para destacar a existência de processos vividos no Brasil que não foram isolados e, igualmente, a possibilidade de se cruzar trajetórias com os demais países do Cone Sul, sem esquecer as suas particularidades.

365

Recordemos que a Igreja Católica, por ocasião do golpe militar brasileiro, oficialmente estava de acordo com a instauração do regime por temer a sublevação de um governo comunista, como pode ser constatado nas passeatas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que ocorreram em várias cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras, no ano de 1964. Membros da igreja e fiéis, em sua maioria, pareciam apoiar e legitimar o governo dos generais. Porém, as generalizações, nesse caso, devem ser evitadas. Houve sacerdotes que se opuseram ao governo desde o início, como foi o caso dos dominicanos Freis Betto, Tito, Fernando, Ivo, entre outros. No Chile, o panorama era bem parecido:⁴⁰ a Igreja Católica viu-se dividida entre os que apoiavam o governo Pinochet e os que tinham afinidade com a chamada esquerda cristã, da qual fez parte o *Movimiento de Acción Popular (MAPU)*. O apoio dado à esquerda foi visto como uma opção pelos pobres, em defesa dos direitos humanos. Essa característica esteve intimamente ligada ao fenômeno da Teologia da Libertação, surgido na década de 1970; uma corrente cristã que buscava uma sociedade mais igualitária no período conturbado das ditaduras da América Latina.

40 Segundo Alfonso Baeza, numa exposição intitulada Memoria de la inculturación del evangelio, na Facultad de Teología Campus Oriente, Universidad Católica, em 26.04.2007. Disponível em: www.centromanuellarrain.cl/actas/2007/memoria2.html.

Segundo Michael Löwy,⁴¹ tal fenômeno é um conjunto de escritos que fez parte de um “movimento teológico latino-americano” que colocou em destaque nomes como o de Gustavo Gutierrez, Enrique Dussel, Jon Sobrino, entre outros; pessoas que analisaram esse vasto movimento social que se integrou em certa medida aos preceitos do marxismo. A teologia da libertação, ou “cristianismo da libertação”, como denominou Michael Löwy, remeteu-se à descoberta do marxismo pela esquerda cristã.

No Brasil, a pobreza e os desníveis sociais levaram pensadores, como os já citados, a teorizarem sobre uma prática mais humanista por parte das Igrejas Cristãs, de forma geral. Mas tal processo não foi puramente intelectual e universitário; o movimento mobilizou amplos setores da Igreja Católica a lutar em favor dos mais necessitados. Essa proposta desagradou a militares e cristãos católicos conservadores. Foi dessa forma que a Teologia da Libertação teve um papel fundamental para aqueles religiosos, religiosas, leigos e leigas que se propuseram a lutar pelos direitos humanos durante o período em questão.

Frei Betto, em seu livro intitulado *Batismo de Sangue*,⁴² relata trajetórias de pessoas que lutaram clandestinamente contra a ditadura brasileira, de diversas formas. Havia aqueles que combatiam em guerrilhas, os que escondiam os guerrilheiros, os que se infiltravam em ambiente inimigo, como o DOPS, para conseguir informações, e também os que se valiam de suas posições hierárquicas religiosas para auxiliar os clandestinos, embora nem sempre obtivessem êxito. A relação Igreja-Estado foi se tornando cada vez mais difícil com o recrudescimento da repressão. Alguns nomes conhecidos da alta hierarquia eclesiástica no Brasil, como Dom Paulo Evaristo Arns, bispo emérito de São Paulo, Dom Aloísio Loscheider, falecido em 2007, quando ocupava o cargo de arcebispo emérito de Aparecida, e Dom Helder Câmara, arcebispo cearense que viveu até o ano de 1999, foram ferrenhos sujeitos políticos na defesa dos direitos humanos e atuaram fortemente durante a ditadura,

41 LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

42 BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: a luta clandestina contra ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 12. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

momento em que os direitos individuais de cada cidadão eram totalmente ignorados pelas forças do governo. Assim, agiram na proteção de presos políticos, valendo-se da autoridade sacerdotal que possuíam.

Da mesma forma, eclesiásticos chilenos como o Cardeal Raul Silva Henriquez e o Monsenhor Alfonso Baeza lutaram pela vida de muitos cidadãos de seu país. Monsenhor Silva Henríquez⁴³ criou em 1976, no Chile, com o aval do Papa da época, a “Vicaría de la Solidaridad”, uma instituição destinada a oferecer auxílio às vítimas da repressão chilena, prestando serviços sociais e legais. Esse auxílio humanitário era interpretado pelos militares em geral como simpatia ao socialismo; logo, utilizavam esse discurso para desmoralizar o clero que lutava junto às esquerdas contra o regime militar.

Frei Betto, que atuou em favor dos membros das esquerdas, dizia que “[...] esse apoio caracterizava-se, sobretudo, por abrigá-los em locais seguros, transportá-los de uma cidade a outra e tranquilizar suas famílias. Dentro de nossa condição de religiosos, ajudávamos pessoas sob o risco de prisão, tortura e morte”.⁴⁴ Os dominicanos, em geral, e Frei Betto, em particular, não desvinculavam fé cristã de ação política; assim, auxiliavam os militantes a combater um governo ditador e violento. E por isso muitos religiosos foram presos e torturados pela polícia política. Frei Tito⁴⁵ fez parte dessa estatística. Era diretor da Juventude Estudantil Católica (JEC) de Recife que, juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC) e outros movimentos, compôs os quadros da Ação Popular (AP)⁴⁶ e participou também do famoso Congresso de Ibiúna, que reuniu grande número de estudantes e foi duramente reprimido em 1968. Nessa ocasião levaram-no à OBAN (Operação Bandeirantes) para interrogatórios. Por não falar sobre sua atuação junto aos clandestinos e não denunciar ninguém, o frei foi preso e torturado, até sua extradição para o Chile. De lá partiu para a

367

43 Sobre Silva Henriquez, cf. BARRA, Oscar Pinochet de La. *El mundo laico. El Cardenal Silva Henríquez, conciencia moral de Chile*. Disponível em: <http://universum.utalca.cl/contenido/index-98/pinochet.pdf>.

44 BETTO, Frei. Op. cit., p. 66.

45 Idem.

46 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

Europa, onde foi acolhido por dominicanos num convento em Paris; acabou se suicidando por não conseguir esquecer o que viveu nos porões da ditadura.

No Chile, casos como esses se repetiram. Religiosos que acreditavam que a sua fé estava vinculada à atitude social, ao bem estar do povo, lutavam por esse ideal e também sofreram repressão pelas forças do governo. Foi assim que Miguel Woodward Iriberry, sacerdote católico “anglochileno”, morreu por ocasião da tortura sofrida pelos órgãos de repressão. Sobre ele, sabe-se que era um eclesiástico comprometido com a busca por uma mudança social em que os pobres fossem mais respeitados. Para isso vivia em comunhão com o povo durante o governo de Allende.⁴⁷

368

Relatos parecidos com esses são frequentemente citados em ambos os países; nesse contexto, não devemos esquecer que houve freiras que participaram do processo também, mas seus casos não foram muito conhecidos, nem causaram tanto impacto por terem sido consideradas inofensivas. Além de mulheres, eram freiras; logo, as torturas e as perseguições contra esses sujeitos não foram tão intensas. Irmã Valéria Rezende, por exemplo, ajudava clandestinos dominicanos a se esconderem. Uma vez, relata Frei Betto,⁴⁸ essa freira chegou ao apartamento de alguns dominicanos que auxiliavam militantes no momento em que policiais do DOPS faziam um cerco; ela foi questionada e ameaçada de morte se não “colaborasse”. E mesmo não tendo entregado ninguém, não foi levada para a prisão. Aqui podemos nos questionar: e se fosse um sacerdote? Talvez tivesse sido mais facilmente preso e torturado, como tantos outros efetivamente o foram. Enfatizamos aqui que os casos de religiosos oprimidos pela repressão são mais conhecidos e difundidos; isso não exclui o fato de que religiosas também tenham sido presas e torturadas. Como já foi dito, as freiras não eram vistas como pessoas que oferecessem ameaça ao regime, talvez por isso não tenham restado tantas informações sobre elas no contexto abordado.

47 Sacerdotes asesinados en Chile, durante la dictadura militar. Archivo Chile. Centro de Estudios Miguel Enriquez/ CEME. Disponível em: http://www.archivochile.com/Mov_sociales/iglesia_popular/MSiglepopu0004.pdf.

48 COLLING, Ana Maria. Op. cit., p. 176-181.

O sacrifício, valorizado por militantes de esquerda cristãos ou não, não foi verificado no relato sobre Valéria Rezende. Inclusive, os casos das religiosas que participaram da resistência à ditadura são um pouco diferenciados dos de outras mulheres. Elas acabavam sendo submetidas ao gênero masculino duplamente, pois a Igreja Católica possuía, e ainda possui, uma tradição machista. Maurina Borges de Silveira foi oficialmente a única exceção no país; ela foi presa e torturada por permitir reuniões de estudantes considerados subversivos em seu convento. Notamos assim como a participação das mulheres religiosas na resistência à ditadura é ocultada. O interesse agora é retomar as trajetórias desses sujeitos, as quais foram encobertas pelas glórias dos militantes e dos eclesialísticos engajados nessa causa.

A Igreja Católica que, sobretudo na América Latina, sempre manteve relações estreitas com o Estado, nesse momento viu esse relacionamento estremecer. Muitos católicos apoiaram o regime militar, porém uma parcela considerável se opôs a ele e o combateu. Numerosos cardeais, sacerdotes e freiras brasileiros/as e chilenos/as agiram em defesa dos/as perseguidos/as políticos/as e sofreram igualmente a prisão e a tortura, embora as religiosas, em sua maioria, pareçam ter sido poupadas por sua atuação menos evidente e como consequência das relações de gênero estabelecidas. Dessa forma, percebemos o quanto o discurso sobre o “bom militante” vinculava-se aos ideais masculinos e ao espírito de sacrifício propagado pelo cristianismo.

GÊNERO, SACRIFÍCIO E MORAL NOS GRUPOS DE ESQUERDA ARMADA (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980)



Lilian Back

*Resulta difícil, doloroso, tener que despedirlos. Pero es hermoso hablar de sus vidas, de la entrega y el calor revolucionario [...]. El sacrificio, la abnegación, el amor al pueblo y el diario esfuerzo por la construcción del hombre nuevo, son los ejemplos imborrables que nos quedan grabados a fuego en nuestro corazón de revolucionarios [...]. COMPANEROS LAURA, ALEJANDRO, BETO: EL PUEBLO YA RECOGIO SUS FUSILES!*¹

Estrela Roja – Órgano del Ejército
Revolucionario del Pueblo,
noviembre de 1974.

O artigo do qual foi extraído este fragmento intitula-se *Laura, Beto y Alejandro, la bandera que levanta el pueblo*. Trata-se, como se pode notar, de uma homenagem a dois “companheiros” e uma “companheira” mortos em combate, ou seja, em enfrentamentos

1 “É difícil, doloroso, ter que despedir-se deles. Mas é lindo falar de suas vidas, da entrega e do calor revolucionário [...]. O sacrifício, a abnegação, o amor ao povo e o esforço diário pela construção do homem novo são exemplos inapagáveis que ficam gravados a fogo em nosso coração de revolucionários [...]. COMPANHEIROS LAURA, ALEJANDRO, BETO: O POVO JÁ RECOLHEU SEUS FUZIS!” *Estrela Roja* – Órgano del Ejército Revolucionario del Pueblo. M. Laura, Beto, Alejandro: la bandera que levanta el pueblo., noviembre de 1974, n. 44. Tradução livre.

com as forças repressivas da ditadura militar argentina. O aparecimento desse tipo de homenagem nos periódicos da esquerda armada do Brasil e especialmente da Argentina é bastante comum. Mais frequentes ainda que essas homenagens, embora estreitamente relacionadas a elas, são as referências, normativas ou não, aos sacrifícios que envolviam necessariamente a militância naquele contexto.

Meu objetivo neste capítulo é fazer uma análise de aspectos relacionados à chamada “moral revolucionária”, especialmente os que envolviam o “espírito de sacrifício” – o que muitas vezes significava abrir mão da própria vida em função de algo maior. Como uma das ferramentas principais para esta análise, utilizarei a categoria gênero, uma vez que é “[...] um dos componentes da construção social do sujeito masculino e feminino”² perpassando, assim, todas as relações sociais. Como fontes, busquei periódicos, boletins e documentos de circulação interna elaborados pelos grupos guerrilheiros dos dois países e depoimentos orais de ex-militantes.

372

A moral revolucionária das esquerdas armadas brasileira e argentina

Afirma María Matilde Ollier: “não existe identidade política fora da política”.³ Assim, a moral revolucionária e as identidades que se constituíram a partir dela não podem ser compreendidas fora do contexto em que se forjaram.

O período aqui estudado, que vai do início da década de 1960 ao início da de 1980, foi marcado, em sua primeira metade, pelo auge da Guerra Fria, com o mundo dividido em dois blocos antagônicos e em conflito: o capitalista e o socialista, assim como por acontecimentos como a independência da Argélia e as outras

2 WOLFF, Cristina Scheibe; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). *Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias*, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf.

3 OLLIER, María Matilde. *La creencia y la pasión: privado, público y político en la izquierda revolucionaria*. Buenos Aires: Ariel, 1998, p. 14.

lutas pela independência em seu continente, a Guerra do Vietnã e a Revolução Cubana, tendo sido esta especialmente marcante para toda a América Latina. Tais acontecimentos são fundamentais para a compreensão da crise e das cisões pelas quais passou a esquerda naquele momento.

Nos dois países essas cisões tornaram-se mais visíveis e intensas na ocasião dos golpes militares e a respectiva resposta – ou falta dela – da esquerda tradicional. Os golpes militares, que tiveram sua atuação orientada pela Doutrina de Segurança Nacional, tinham como objetivo normalizar a economia e implantar a “ordem”.⁴ Em outras palavras, visavam combater o que consideravam uma “onda esquerdista” que atormentava seus países. Fizeram-no com a implantação da censura, com o fechamento da maior parte dos partidos políticos, dos sindicatos e de outras organizações, com as demissões de funcionários públicos considerados “perigosos” e com o emprego indiscriminado da violência e da repressão.⁵

Fortaleceram-se, nesse contexto, as discussões internas da esquerda e multiplicaram-se, especialmente no Brasil, as organizações e as ações da chamada Nova Esquerda. Se não é verdade que essas organizações surgiram com ou em função dos golpes, com certeza podemos afirmar que está nessa implantação dos regimes autoritários o motivo da intensificação de suas ações. Tal corrente, se é que a podemos chamar assim, era caracterizada por críticas ácidas às esquerdas tradicionais, consideradas em alguma medida responsáveis pelo golpe; pela descrença no caminho pacífico para a revolução; e pelo abandono das formas tradicionais de organização e adoção de modelos revolucionários inspirados nas revoluções cubana e chinesa.

De forma concomitante às discussões sobre a nova esquerda aconteceram os debates sobre o nascimento do “novo homem”, que seria o “indivíduo moral capaz de sacrificar tudo em função

4 FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 396.

5 Exemplos deste último mecanismo são as campanhas de busca e detenção em escala nacional e as *blitzes* – ações nas quais os militares fechavam uma rua ou avenida, por exemplo, e revistavam todos/as que passavam. Qualquer pessoa que não estivesse de posse de seus documentos e/ou que se portasse de forma considerada suspeita era detida e poderia ficar presa por até 20 dias.

do mundo que se aproximava”.⁶ O novo homem constituía o grupo de “verdadeiros revolucionários” que se opunham tanto à burguesia quanto aos chamados reformistas (velha esquerda, pró-soviéticos, partidos comunistas e socialistas tradicionais, trotskistas e militantes de esquerda independentes que se opunham a ações violentas).

374 Na Argentina, a guerrilha – forma de atuação da Nova Esquerda por excelência – desempenhou um papel mais significativo do que no Brasil em termos de duração e de façanhas. Isso se deu, entre vários motivos, porque, além da repressão brasileira ter iniciado antes, os debates dentro da esquerda tradicional daqui não aglutinaram os opositoristas, pelo contrário, pulverizaram-nos. Ou seja, enquanto na Argentina a esquerda armada – ainda que houvesse outras pequenas organizações – foi marcada pela atuação, às vezes inclusive articulada de dois grandes grupos – o *Ejército Revolucionario del Pueblo* e os *Montoneros* –, no Brasil estima-se que havia mais de trinta organizações desse tipo, com tamanhos, tempo de atuação e número de militantes muito menores do que os do país anterior. Entre elas destacavam-se, segundo Maria Helena Moreira Alves, a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR –, Aliança Libertadora Nacional – ALN – e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8.⁷

A repressão e as perseguições políticas generalizadas empreendidas pelos governos ditatoriais dos dois países atingiram a sociedade como um todo, criando um clima não menos generalizado de medo, tensão e violência. Os grupos da esquerda armada, pela natureza de sua atuação e pelos objetivos que a orientavam (combate ao governo estabelecido e derrubada do sistema capitalista para a instalação do socialista) eram alvos prioritários da repressão, tornando a opção pela continuidade da luta armada uma escolha que envolvia conscientemente colocar em risco a própria vida.

Os militantes corriam risco constante de prisão, tortura e/ou morte. As organizações, como consequência, o de desmantelamento. A sobrevivência política e material dependia, portanto, de cuidados

6 BRIENZA, Hernán. *Mario R. Santucho: la guerrilla de izquierda*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006, p.18.

7 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 157.

extremos que envolviam especialmente sua visibilidade e a segurança das informações.

A utilização da violência como meio de transformação da sociedade foi apresentada pela nova esquerda, ou pela esquerda revolucionária como um todo, como uma escolha “historicamente fundamentada”, em resposta à ofensiva militar estatal, portanto justa. Ou seja, a violência foi entendida como um meio de defesa e “[...] ferramenta coletiva viável para a criação de novas formas de relação social”.⁸

As organizações brasileiras e argentinas mantiveram suas lutas dentro de contextos bastante semelhantes, além disso compartilharam leituras, tiveram formações teórica, política e em alguns casos militar, muito próximas; e com o aumento da repressão e da decorrente opção pelo exílio nos países vizinhos, em um primeiro momento, passaram a intercambiar de forma mais intensa informações e apoios.

As preocupações com a formação moral dos membros e com a segurança ficam explícitas nos documentos produzidos pelas organizações dos dois países e podem também ser percebidas em depoimentos de ex-militantes. Acreditamos que haja uma estreita relação entre essas duas preocupações, já que o avanço da ofensiva estatal coincidiu com o enrijecimento do controle das organizações sobre seus membros. Em um contexto em que qualquer informação poderia levar à localização ou à identificação de membros da organização, qualquer militante ou pessoa que se relacionava com ele era um “traidor” em potencial. Segundo a moral revolucionária, como mostraremos mais adiante, era necessário um compromisso incondicional com a causa e a organização. A encarnação do “homem novo” não poderia se dar sem a entrega integral e disciplinada, que permitiria alcançar a vitória da causa revolucionária.

A organização político-militar, por sua vez, era formada por bases compartilhadas, muitas vezes, porém, hierarquizadas e com membros especializados. Era, nos termos de Ana Guglielmucci, como uma cadeia diariamente renovada de tarefas e responsabilidades, amarrada por estreitos laços de confiança. Para a autora,

8 GUGLIELMUCCI, Ana. Dar la vida y la muerte por la revolución. Moral y política en la praxis militante. *Lucha armada en la Argentina*. Año 2, n. 5. Buenos Aires, 2006, p. 74.

“[...] a militância se apresentou como um entretecido de operações, uma combinação de tarefas e dívidas, uma rede de reconhecimentos e direitos. Nela, cada militante – em virtude de sua crença na revolução – abandonava uma vantagem presente ou algo de suas pretensões individuais”.⁹

Cada militante se sacrificava; sacrifício este que, para a autora, utilizando-se de Durkheim, “[...] implicaria a instauração e representação da coletividade”,¹⁰ ou seja, a eliminação da autosuficiência individual e o pesar da existência do outro sobre si. A crença na revolução, nesse sentido, funcionava como uma “prática contratual” de expectativas mútuas. Os membros da organização, em geral, compartilhavam trajetórias comuns (no movimento estudantil ou sindical, por exemplo) e muitas vezes – especialmente nos casos da Argentina – relações políticas, de parentesco, amizade ou amor. Essas últimas, como veremos adiante, foram consideradas em alguns momentos características que poderiam colocar o grupo em risco, e por isso tinham que ser reguladas.

Os grupos de estudo, de treinamento militar, as reuniões de crítica e autocritica e até mesmo as ações armadas ou “pacíficas” contribuía, na maior parte das vezes, para um aumento da unidade do grupo. Dentro dele os “companheiros”, de acordo com Guglielmucci, eram entendidos como aqueles homens e mulheres que compartilhavam das mesmas preocupações, dos mesmos princípios e valores, dos mesmos códigos e com os quais se poderia contar sempre. A simbolização dessa organização como um coletivo poderosamente articulado “[...] se expressou nas diferentes estratégias concebidas para garantir a segurança e a permanência de cada um dos militantes em um contexto de violência política cotidiana”.¹¹

Era justamente a cadeia de responsabilidades que possibilitava o monitoramento e a supervisão de cada militante. As normas de comportamento eram conhecidas por todos (muitas vezes inclusive eram decoradas, devido ao cuidado com a proliferação de documentos escritos) e iam “[...] desde uma moral estrita sobre as

9 Ibidem.

10 DURKHEIM, Émile (apud GUGLIELMUCCI, Ana). Ibidem.

11 GUGLIELMUCCI, Ana. Op. cit.

condutas individuais até uma concepção geral de militante, que estabelecia onde começava a traição e terminava o heroísmo".¹² Essas regras abarcavam a vida dos militantes como um todo, fazendo com que eles se sentissem parte da organização, ao mesmo tempo em que eram invadidos por ela.¹³

A maioria das organizações tinha um sistema bastante eficiente de avaliação de todos os militantes. Na medida em que a repressão avançava e as organizações se verticalizavam, esse método foi se tornando mais invasivo. Os *Montoneros*, que começaram com avaliações informais realizadas no bairro, passaram para a elaboração de planilhas nas quais ficavam registradas todas as tarefas e desempenhos, estruturando-se em bases regionais, dando ênfase à avaliação dos âmbitos técnico e político. Mais tarde passaram a avaliar seus membros utilizando uma série de pautas, agrupadas em três categorias: atitude ideológica frente à organização (esta envolvia principalmente a vida privada do militante, como por exemplo, se estudava, se era bom com seus filhos, se tinha uma boa formação teórica, etc.); vida política; e vida militar.¹⁴ Cada ponto era discutido e avaliado coletiva e intensamente. Já a Ação Popular – AP – tinha um complexo sistema de crítica e autocrítica. Os militantes faziam suas autoavaliações, avaliações dos companheiros e da organização por escrito. Os textos eram lidos e avaliados em reunião.

Todas as formas de avaliação com as quais tive contato eram feitas coletivamente, muitas vezes iguais às descritas por Che Guevara em seu *Diário da Guerrilha Boliviana*. Esses métodos de avaliação nos mostram o que e como os militantes tinham que responder ao grupo por todos os aspectos de sua vida. E isso era perfeitamente compreendido por todos, afinal, toda ação pessoal era considerada também uma ação moral e política.¹⁵ No caso de algumas organizações, como a brasileira Vanguarda Popular Revolucionária,

12 OLLIER, Maria Matilde. Op. cit., p. 189-190.

13 Ibidem.

14 Ibidem, p. 191.

15 Nos depoimentos de ex-militantes recolhidos pela pesquisa *Feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1980)*, algumas pessoas se queixaram da invasão da vida privada pela organização, como a proibição de namoros com pessoas de fora dela, porém, houve consenso em afirmar que essa era uma intervenção justificada, orientada pela necessidade de segurança.

as próprias regras eram discutidas coletivamente, como se pode notar no final do texto “Normas básicas para segurança”:

As presentes normas de militância e de comportamento, obrigatórias para todos os militantes, não são, por certo, completas. Teremos que desenvolver, através de nossas próprias experiências, outras normas, aprimorando as atuais, recebendo sugestões de todos os militantes que deverão transmitir, por escrito, sua experiência.¹⁶

378

Para esta organização, devido à correlação desfavorável de forças, o princípio da clandestinidade é que deveria orientar a atuação diária da organização e dos militantes e era essa prática cuidadosa que os salvaguardaria. Como elementos centrais e inseparáveis da moral dos grupos da esquerda armada, chamamos aqui a atenção para: o princípio da não contradição, o espírito de sacrifício e o caráter político da vida privada. Esses três pilares da moral revolucionária eram comuns aos grupos da Nova Esquerda dos dois países, embora às vezes tenham sido interpretados ou colocados em prática de formas um pouco diversas.

O primeiro elemento consistia em manter práticas correspondentes às ideias revolucionárias e às necessidades da revolução em todos os campos da vida pessoal e social. Ele é percebido, tanto no documento exposto anteriormente – em que a VPR determinava que toda e qualquer ação dos militantes deveria ser orientada pelo princípio da clandestinidade –, quanto em *Moral y proletarización* – documento chave para entender o pensamento “perretista” sobre o assunto. Publicado em 1972, no número 0 da revista *La Gaviota Blindada*, o documento chama a atenção para os esforços que os e as militantes do *Partido Revolucionario de los Trabajadores – PRT* – deveriam fazer para manter uma moral compatível com suas funções revolucionárias e sobre os riscos da reprodução dos “vícios pequeno-burgueses”. Para o PRT, uma das formas que a dominação burguesa assumia era o “sistema-vida” construído por ela. O combate a ele era considerado uma das formas de combate ao capitalismo:

16 VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. *Normas básicas para segurança*. Janeiro de 1970. Acervo DOPS-SP.

*“no podemos ni pensar en vencer en esa guerra, si no nos decidimos a comenzar ya, en la práctica misma de la guerra, la construcción del hombre nuevo, del hombre capaz de luchar y vencer en esta guerra”.*¹⁷ Mais adiante afirma que a prática da guerra tem que ser entendida em um sentido mais amplo do que o que se restringe às ações militares. Ela deveria ser entendida como

*la organización de la totalidad de nuestra vida en torno de la guerra con el pueblo, con nuestros compañeros, con nuestra pareja y nuestros hijos, con la familia y la gente que nos rodea en general, con el enemigo. Sólo así lograremos una moral revolucionaria, una moral de combate que constituye, aquí y ahora, el tránsito necesario a la moral socialista de mañana.*¹⁸

O PRT, assim como uma grande parte dos outros grupos, entendia que da mesma forma que a sociedade socialista só poderia aparecer como superação dialética da capitalista, a moral socialista e seu embrião, a moral revolucionária, somente poderiam aparecer como superação dialética da moral burguesa. Daí a preocupação em eliminar todo e qualquer traço “pequeno-burguês” ou “contrarrevolucionário”.

A “não contradição” não se referia, como demonstrado, exclusivamente a comportamentos mais diretamente relacionados à luta política. Como podemos ver, o princípio da não contradição ultrapassava os limites do tradicionalmente entendido como público-político e se estendia para o campo do privado, politizando-o e, de alguma forma, publicizando-o. Decorre daí o princípio do “caráter político da vida privada”. As organizações, na maior parte das vezes, tinham posições bastante definidas sobre relações de amizade, amor, traição, consumo, etc. Na Argentina, considerava-se necessária para

379

17 “Não podemos nem pensar em vencer esta guerra se não nos decidirmos a começar já, na prática mesma da guerra, a construção do homem novo, do homem capaz de lutar e vencer nesta guerra”. ORTOLANI, Luis. Moral y proletarización (documento). *Políticas de la memoria* – Anuario de Investigación e Información del CeDInCI. Buenos Aires, n. 5, verano 2004-2005, p. 93. Tradução livre.

18 “[...] a organização da totalidade de nossa vida em torno da guerra com o povo, com nossos companheiros, com nossos parceiros e nossos filhos, com a família e as pessoas que nos rodeiam em geral, com o inimigo. Somente assim conquistaremos uma moral revolucionária, uma moral de combate que constitui, aqui e agora, o trânsito necessário à moral socialista de amanhã”. ORTOLANI, Luis. *Ibidem*. Tradução livre.

a “revolução total da personalidade” uma transformação total da vida e das relações sociais dos militantes, através da *proletarización*. Defendia-se que somente a partir de uma prática proletária a consciência proletária poderia se desenvolver integralmente.¹⁹ Assim, muitos militantes foram orientados ou obrigados²⁰ a deixar seus empregos ou estudos para trabalhar nas fábricas.

A prática ideal militante, orientada pelos dois princípios anteriormente apresentados, pressupõe por si só uma dedicação integral da vida para a revolução. Ou seja, o espírito de sacrifício. A morte em combate, expressão máxima dele, era entendida como um risco próprio ou decorrente da opção de permanecer na luta revolucionária. Prisão, tortura e morte eram riscos cotidianos e inerentes à condição de guerrilheiros e guerrilheiras. Muitas vezes aparecem nos documentos da esquerda armada como uma forma de combate ou de protesto por si só.

As mortes, de uma forma geral, são representadas nos periódicos dos grupos como parte do processo e como algo que de alguma forma o fortaleceria, como podemos notar em outra parte do primeiro necrológio citado neste artigo:

*Hoy nuestro ejército reentempla su moral de acero. Hoy nuestra Estrella está más Roja porque incorpora el sacrificio de la sangre a su color de combate. Hoy son bandera, junto a todos los compañeros caídos por la libertad; bandera que sabremos lebar con el puño firme e que jamás caerá por que la sostiene el pueblo, porque su causa es invencible, porque es VENCER O MORIR.*²¹

Um pensamento semelhante foi encontrado em um necrológio brasileiro, elaborado pela VAR-Palmarenses no exílio:

19 SANTIS, Daniel de. *A vencer o morir: historia del PRT-ERP. Documentos*. Buenos Aires: Nuestra América, 2006, p. 97.

20 A proletarização era uma das punições que poderiam receber os militantes com má conduta. Sobre isto, cf. CARNOVALE, Vera. Postulados, sentidos y tensiones de la proletarización en el PRT-ERP. *Lucha armada en la Argentina*. Año 2, n. 5. Buenos Aires, febrero 2006, p. 30-43.

21 “Hoje nosso exército reitera sua moral de aço. Hoje nossa Estrela está mais Vermelha porque incorpora o sacrifício do sangue, a sua cor de combate. Hoje são bandeira, junto a todos os companheiros caídos pela liberdade; bandeira que saberemos levar com o punho firme e que jamais cairá, porque o povo a sustenta, porque sua casa é invencível, porque é VENCER OU MORRER”. M. Laura, Beto, Alejandro: la bandera que levanta el pueblo. *Estrella Roja – Órgano del Ejército Revolucionario del Pueblo*. Buenos Aires, n. 44, noviembre de 1974. Tradução livre.

*El ejemplo dejado por Lamarca es el ejemplo del guerrillero heroico, comandante Ernesto Che Guevara, el ejemplo de Carlos Marighela, de Joaquim Toledo, de Chael Charles, de Joao Domingos y de innumerables otros grandes revolucionarios que cayeron con las armas en la mano combatiendo la represión y la explotación de clase. A un revolucionario caído no se le llora, se le toma el arma y sus ideas y se sigue el ejemplo de valor.*²²

Os companheiros e companheiras caídos são apresentados como “exemplos de combatentes”, como pessoas que conseguiram incorporar bem o “espírito do homem novo”. Sua morte, ainda quando se trata de grandes líderes, como é o caso de Lamarca, não é apresentada como um fim ou como algo que poderia enfraquecer o grupo. Pelo contrário, justamente o exemplo deles que deveria unir mais o conjunto, fortalecer sua moral para seguirem adiante. A esses companheiros sempre se refere como “presentes”. Multiplicaram-se nos periódicos as palavras de ordem a esse respeito, como “*Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera*”, “*Podrán fusilarnos pero no detendrán la lucha del pueblo*”, ou ainda “Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil”.

381

Para o antropólogo Ricardo Melgar Bao, o viver perigosamente da guerrilha colocava seus participantes diante da morte em sua vida cotidiana, “[...] o que os envolvia numa reelaboração simbólica da mesma, mediada, muitas vezes [...] pela construção de uma política de memória frente aos caídos e seus heróis culturais”.²³ Os companheiros considerados mais heróicos são sempre comparados a grandes ícones como Che Guevara e Tupac Amaru, por exemplo.

Esses três elementos da moral revolucionária estavam imbricados, ou seja, a existência de um pressupunha e exigia a dos outros. Da mesma forma que não era possível dedicar-se integralmente sem que fosse envolvida a vida privada, não era possível

22 “O exemplo deixado por Lamarca é o exemplo do guerrilheiro heróico, comandante Ernesto Che Guevara, o exemplo de Carlos Marighela, de Joaquim Toledo, de Chael Charles, de João Domingos e de inumeráveis outros grandes revolucionários que caíram com as armas na mão combatendo a repressão e a exploração de classe. A um revolucionário não se chora, se toma sua arma e suas ideias e se segue o exemplo de valor”. Boletim de agosto de 1971 – VAR-Palmares. Acervo Paris-Nanter. Tradução livre.

23 BAO, Ricardo Melgar. La dialéctica cultural del combate: morir, matar y renacer en la cultura guerrillera latinoamericana. *Lucha armada en la Argentina*. Buenos Aires, 2005, p. 94.

manter práticas coerentes com a teoria revolucionária, no contexto das ditaduras, sem que todos os campos da vida da pessoa estivessem afetados por esta escolha e sem grandes sacrifícios.

Problematizando gênero, sacrifício e moral do “homem novo”

382

Os grupos da Nova Esquerda brasileira e argentina atuaram em um contexto que também foi marcado pela revolução sexual e pelos movimentos feministas de Segunda Onda. Para Cristina Scheibe Wolff, não foi “[...] por acaso que, nas organizações guerrilheiras o número de mulheres militantes ultrapassava em muito o número de mulheres que participavam dos partidos tradicionais de esquerda em décadas anteriores”.²⁴ No Brasil e na Argentina calcula-se, com base nos processos contra os militantes e nos números de mortos e desaparecidos, que o percentual de mulheres nas organizações tenha sido de 18% e 30%, respectivamente.²⁵ Não havia diferenciação formal entre o que se esperava ou exigia de homens e mulheres dentro dos grupos. As normas eram criadas e deveriam ser seguidas por todos, sem qualquer distinção. Entretanto, as representações dos companheiros e companheiras mortos foram elaboradas de formas distintas.

Segundo Melgar, na construção social das “virtudes violentas” das guerrilhas da América Latina exaltou-se “[...] um padrão de simbolização fortemente masculinizado, que jogou com a equivalência entre o viril e o heróico”.²⁶ A violência, o heroísmo e a valentia – características inerentes às práticas centrais da luta armada – foram, dessa forma, associados à masculinidade, independentemente da existência ou não de mulheres combatentes, de comprovada heroicidade.

24 WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. v.27, n. 54. São Paulo, dezembro de 2007, p. 20. Disponível em: <http://redalyc.uamex.mx/redalyc/pdf/263/26305405.pdf>.

25 Cristina Scheibe Wolff, no artigo citado, questiona estes números, argumentando que para as mulheres foi mais fácil escapar da polícia, já que para ela (a polícia) era difícil acreditar que as mulheres seriam guerrilheiras. *Ibidem*.

26 BAO, Ricardo Melgar. *Op. cit.*, p. 91.

Para os homens, de uma forma geral e nos dois países, abusou-se dos adjetivos anteriormente apresentados: heróico, combatente, valente, corajoso, incansável; e, principalmente, de comparações com grandes nomes da luta armada, como se pôde notar nos trechos de necrológios já apresentados. No caso das mulheres, ainda que estas tivessem grandes trajetórias políticas e tivessem igualmente morrido em combate, a situação era diferente. Um número bastante menor delas foi homenageado. Chama-se a atenção para a sua dedicação, mas palavras como heroína, valente ou corajosa e as comparações com o que Melgar chamou de “panteão” da esquerda armada não foram encontradas em nenhum documento. Um exemplo interessante dessa diferença é o necrológio de Iara Iavelberg.

383

Publicado junto com o de Lamarca e o de Zequinha, já começava expondo sua relação com Lamarca e trazia uma boa parte dedicada a isso. Após uma breve biografia, na qual fomos informados que ela foi uma das fundadoras da VPR (em 1968), da VAR-Palmares (quando a primeira se junta com a COLINA) e que ocupou a direção desta em 1970, tendo participado de grandes ações como o sequestro do embaixador suíço no Brasil, sua militância não apareceu como o foco do texto. Quase metade do necrológio é composto de transcrições de pedaços de uma carta enviada por ela a seu irmão. A primeira parte é uma explicação sobre que motivos levaram-os – ela e Lamarca – a militarem no MR-8, a segunda refere-se a “[...] *sus propias condiciones subjetivas y sus relaciones personales con su compañero*”.²⁷ Segue o trecho transcrito:

Personalmente, en cuanto a nuestras relaciones estoy muy bien y contenta conmigo misma, pues siempre he intentado encontrar una relación que debe ser la de dos personas que se quieren. Nuestra vida, juntos en la lucha, madurando políticamente, viviendo la Revolución, ha sido maravillosa. Cid (nombre que usaba Lamarca en la Organización) es en realidad “fuera de serie” – es

27 “Suas próprias condições subjetivas e suas relações pessoais com seu companheiro”. Boletim de agosto de 1971 – VAR-Palmares. Acervo Paris-Nanter. Tradução livre.

*la única persona que conozco que trae en sí mismo el embrión del hombre nuevo.*²⁸

O trecho segue falando que ela acreditava serem essas características, as quais Lamarca conseguira incorporar tão bem, determinantes para o sucesso ou não da revolução. A opção pela transcrição desse trecho da carta no final da homenagem a Iara acaba por deslocar toda a atenção dos leitores novamente para Lamarca (cujo necrológio antecedia o dela), apagando toda sua trajetória política. O texto praticamente a colocava em uma situação de coadjuvante do companheiro, como uma grande mulher por trás de um homem maior ainda.

384

Na Argentina, como se pode perceber no artigo *Norma Arrostito: ejemplo de mujer combatiente*, as mulheres militantes eram homenageadas, quando os necrológios eram individuais, de forma diferenciada da dos homens, porém, de forma diversa da realizada no Brasil: “*el 2 de diciembre de 1976, cayó combatiendo en una emboscada tendida por la policía, la Oficial Primero NORMA ARROSTITO, fundadora de Montoneros. Norma, como tantas mujeres argentinas, luchó y combatió al lado de los hombres por la liberación de nuestra Patria*”.²⁹

Seguiu-se a esse início uma história das mulheres combatentes argentinas, que foi das invasões inglesas, passando pela guerra civil de independência, até os movimentos sindicais. Depois dela, a seguinte frase: “*y Norma Arrostito no se escapa de esta regla. Mujer del pueblo, acompañó e impulsó esta lucha de todo el pueblo peronista*”.³⁰

28 “Pessoalmente, no que diz respeito a nossas relações, estou muito bem e feliz comigo mesma, pois sempre tentei encontrar uma relação entre duas pessoas que se amam. Nossa vida, juntos na luta, amadurecendo politicamente, vivendo a Revolução, tem sido maravilhosa. Cid (nome usado por Lamarca na Organização) é, na verdade, ‘fora de série’ – é a única pessoa que conheço que traz em si mesmo o embrião do homem novo”. Boletim de agosto de 1971 – VAR-Palmares Acervo Paris-Nanter. Tradução livre.

29 “Em 2 de dezembro de 1976 caiu, combatendo em uma emboscada feita pela polícia, a Primeiro Oficial NORMA ARROSTITO, fundadora dos Montoneros. Norma, como tantas mulheres argentinas, lutou e combateu ao lado dos homens pela libertação de nossa Pátria”. Norma Arrostito: ejemplo de mujer combatiente. *Evita Montonera*. Año 3, v.15. Argentina, febrero de 1977, p. 12-13. Acervo do CeDInCI. Tradução livre.

30 “E Norma Arrostito não escapa desta regra. Mulher do povo, acompanhou e impulsionou esta luta de todo o povo peronista”. Norma Arrostito: ejemplo de mujer combatiente. *Ibidem*. Tradução livre.

A partir daí, o artigo passava a discorrer sobre o histórico de militância de Norma. Fundadora dos *Montoneros*, teve uma participação bastante ativa e por sua capacidade política e militar era considerada “*un elemento importante del desarrollo y fortalecimiento*”³¹ do partido e foi, por alguns anos, a mulher mais procurada pela ditadura argentina. Isso, segundo o periódico, “[...] *sin perder ni un instante su condición de mujer, de mujer del pueblo y militante revolucionaria*”.³² O artigo é concluído da seguinte forma: “*Hoy cayó ante las balas de la Dictadura, pero sigue junto a nosotros en sus realizaciones, en su ejemplo, como estuvo tantos años, hasta la victoria definitiva*”.³³

Ainda que as trajetórias políticas das duas militantes, Norma e Iara, se aproximem muito em vários pontos, aquela é apresentada e homenageada de forma profundamente diversa da realizada no periódico da VAR-Palmares. Aqui há uma preocupação grande em relatar a grandeza da participação política da militante e é problematizada, de forma bastante interessante, sua “condição” de mulher. Os *Montoneros* preocuparam-se em provar que militância política e luta armada não eram incompatíveis com a feminilidade.

Essa preocupação fez parte de uma política adotada não somente pelos *Montoneros*, mas pelo PRT-ERP, de motivação da participação de mulheres em seus grupos. Essa política não se limitava ao mero estímulo à entrada delas nas organizações. Os grupos defendiam relações mais igualitárias dentro do partido, das famílias e das *parejas*, o que ficou claro em documentos como o *Moral y proletarización* e até mesmo nas homenagens aos companheiros homens caídos. Neste necrológio, por exemplo, entre as características apontadas como as que fizeram de Marcos um militante, é a de “bom marido”:

Cuando los hijos eran chiquitos – aclara su compañera – afrento su atención tanto como yo. Les dió mamadera, los cambié. Lo que nunca hizo fue lavar ropa o cocinar. Decía que cuando

31 “Um elemento importante do desenvolvimento e fortalecimento”. Norma Arrostito: ejemplo de mujer combatiente. Ibidem. Tradução livre.

32 “Sem perder, em nenhum instante, sua condição de mulher, de mulher do povo e militante revolucionária”. Norma Arrostito: ejemplo de mujer combatiente. Ibidem. Tradução livre.

33 “Hoje caiu diante das balas da Ditadura, mas segue junto conosco em suas realizações, em seu exemplo, como esteve tantos anos, até a vitória definitiva”. Norma Arrostito: ejemplo de mujer combatiente. Ibidem. Tradução livre.

*hay chicos en las parejas siempre es muy difícil el mitad mitad en la atención. Sostenía que, en este sistema, eso es una idealización.*³⁴

Não são raras nos necrológios menções desse tipo. Ainda que, como se pôde perceber, a divisão das tarefas não fosse equilibrada, ela era mais justa do que a da maior parte dos casais argentinos da época, e a preocupação do marido em ajudar no cuidado dos filhos é colocada como algo positivo, um exemplo a ser seguido.

386 Alejandra Ciriza e Nora Llaver, ex-militantes do PRT e dos Montoneros, respectivamente, em entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, afirmam que, apesar das pautas feministas terem sido consideradas secundárias, elas não se sentiram discriminadas dentro da organização. Tais políticas foram possíveis porque o machismo era considerado por ambas as organizações uma “[...] forma de opressão que a burguesia havia organizado nas relações familiares”,³⁵ sendo assim combatido, ainda que em alguma medida tolerado.³⁶ Mesmo coerente com os pensamentos dos grupos, creio que essas preocupações tenham sido, em boa parte, fruto das reivindicações feministas ou não identificadas com o feminismo – feitas pelas militantes mulheres, como Alejandra Ciriza.

Nas duas organizações argentinas, casais com relações estáveis e a família eram muito valorizados. O eixo central dessas relações deveria ser, no entanto, a revolução. Isso significa que as relações que se estabeleciam dentro dessas instâncias deveriam ser, preferencialmente, relações não conflituosas já que, entre outras

34 “Quando os filhos eram pequenos – afirma sua companheira – dedicou sua atenção tanto quanto eu. Deu-lhes mamadeira, os trocou. O que nunca fez foi lavar roupa e cozinhar. Dizia que quando há filhos nos casais sempre é muito difícil o meio a meio na atenção. Sustentava que, neste sistema, isso é uma idealização”. Dos *jefes montoneros caídos*: Marcos Osatinski. *Evita Montonera* – Revista Oficial de Montoneros. Año 1, n. 9. Argentina, nov. de 1975, p. 22-23. Acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina. Tradução livre.

35 CIRIZA, Alejandra e LLAYER, Nora. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Vila Giardino, Argentina, em 27.10.2006. Acervo do LEGH/UFSC.

36 Na mesma entrevista, Nora Llaver e Alejandra Ciriza afirmam que atitudes machistas eram justificadas como vestígios da moral burguesa inevitáveis, já que ainda se vivia dentro do sistema capitalista. Ciriza aponta especificidades e ressentimentos da convivência dentro da organização, frente ao seu posicionamento como militante e feminista no capítulo “Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância”, de Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga, neste livro.

coisas, esses conflitos poderiam gerar problemas para a organização. Os esforços individuais de militantes e do próprio grupo, nesse sentido, eram bastante grandes. Veja no necrológio de Marcos, militante dos *Montoneros*:

*Marcos tenía clara la necesidad del equilibrio entre lo político, lo militar y la vida familiar. Ahí revelaba su madurez. Fue un precursor. Los cumpas le iban a pedir consejo sobre los problemas familiares. Siempre era un ejemplo. Su pareja fue ejemplar. Nunca separó la vida familiar de la militancia.*³⁷

No PRT, manter relações sexuais extraconjugais era infração digna de punições, como a perda da arma. É claro que esta não era apenas uma questão de segurança. Os relacionamentos amorosos e familiares eram pensados como parte fundamental da formação da moral do homem novo. Esta moral era oposta à burguesa que, de acordo com eles, tinha como eixo central o individualismo e como uma das principais características o patriarcalismo.

Se na Argentina as orientações que regiam a vida privada e cotidiana dos militantes combinavam a necessidade de superar a moral burguesa e o sistema capitalista à de manter o grupo seguro, no Brasil esta parece ter sido pensada de forma a se adequar às necessidades imediatas da luta armada e da clandestinidade. A questão do aborto, por exemplo, é bem ilustrativa nesse sentido. Quando uma mulher engravidava, sua gravidez era debatida nas reuniões e muitas vezes se optou por instruir (às vezes, coagir) as militantes a realizarem-no, por considerarem a participação da militante imprescindível e a gravidez incompatível com a prática da organização.³⁸ Na Argentina, o aborto era algo inconcebível para as organizações.

Ao contrário da Argentina, no Brasil sugeria-se aos militantes que não mantivessem relacionamentos amorosos estáveis. Entretanto, como afirmamos, essa não era uma regra fixa. Em carta escrita a

37 “Marcos tinha clara a necessidade do equilíbrio entre o político, o militar e a vida familiar. Ali revelava sua maturidade. Foi um precursor. Os companheiros iam a ele pedir conselhos sobre os problemas familiares. Sempre era um exemplo. Nunca separou a vida familiar da militância”. Dos jefes montoneros caídos: Op. cit., p. 24. Tradução livre.

38 Ver, por exemplo, KRISKE, Paulo. Entrevista à equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis, 16.08.2007. Transcrita por Vivian Barbosa Moretti. Acervo do LEGH/UFSC.

Iara em 6 de julho de 1971 Lamarca, por exemplo, ao falar sobre suas preocupações com a moral dentro do MR-8 no contexto da organização da guerrilha no interior da Bahia, afirmava:

Considero que o tema é importante. Como Trotski coloca: a moral é condicionada, como a política, às necessidades da luta. E, na fase atual de implantação, é necessário respeitar a moral de massa – que sabemos qual é – para termos condições de a transformar. Acho que devemos ser rígidos nisso, ou não transformaremos nada. E você tem razão quando, como Freud, localiza o sexo no centro – e não é só na massa que isso se dá. Mesmo os militantes politizados esquecem a política diante do sexo – há que se entender o sexo dentro da política revolucionária.³⁹

388

Aqui o militante defende a adoção provisória da moral tradicional, a fim aproximar a organização das “massas”, para que elas aderissem à causa do MR-8, ou para que, pelo menos, não desconfiassem de seus integrantes ou os delatassem às autoridades.

Últimas reflexões

Como pudemos notar ao longo do artigo, na clandestinidade, qualquer gesto, postura e atitude corporal tinha que ser pensado – e efetivamente o era – a fim de evitar chamar a atenção da repressão, ser considerado(a) suspeito(a) ou revelar a identidade com a qual se era procurado/a pelo Estado. As pessoas tomavam esse cuidado individualmente e a organização avaliava e regulava a prudência ou não dos militantes.

Em torno dos comportamentos considerados necessários e ideais formaram-se redes e mecanismos de disciplinamento que iam da pedagogia do exemplo (como a dos necrológios) e das reuniões de crítica e autocrítica, até chegar a uma vasta rede de punições, que poderia ir até o fuzilamento, no caso de traições que colocassem a vida de outros em risco. O êxito ou fracasso da adequação aos parâmetros do “homem novo” eram avaliados frequentemente

39 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980, p. 145.

pelo conjunto dos militantes ou, em momentos de burocratização mais extrema, pelos dirigentes da organização. Assim sendo, a organização intervinha constantemente na vida privada dos militantes, inculcava-lhes valores comuns, estimulava ou reprimia determinados tipos de comportamento.

O arquétipo do novo homem, enunciado e encarnado em grande medida por Ernesto Che Guevara, supunha uma ampla capacidade de entrega e compromisso, que muitas vezes chegava à dedicação integral e/ou à entrega da própria vida pela revolução. Além disso, carregava consigo uma série de valores e atributos coincidentes com os socialmente atribuídos aos homens nas sociedades ocidentais. Isso fez com que não se considerasse, por vezes, “natural”, a militância das mulheres. Algumas afirmam que para elas era mais difícil conseguir cargos de “patente” mais alta ou uma boa arma⁴⁰ e que para isso era necessário que elas adotassem uma série de posturas ditas masculinas. Esse tipo de pensamento, que nos pareceu bastante comum no Brasil, foi combatido na Argentina, como se pôde notar ao longo do capítulo. Porém, a preocupação em combatê-lo mostra que ele não era uma coisa tão distante do imaginário revolucionário argentino.

O sacrifício, portanto, no caso das mulheres, envolvia também abrir mão de atributos e práticas que socialmente as caracterizavam como mulheres e a correspondente adoção de traços considerados masculinos. Essa troca, ou substituição por vezes vivida, significada ou ressignificada como dolorosa e/ou como uma perda ou supressão da identidade, colocava empecilhos, como já afirmou Wolff,⁴¹ às trajetórias políticas das militantes. Por outro lado, se entendermos o gênero nos termos de Judith Butler⁴² como performances, cujas ações são públicas, com dimensões temporais e coletivas, e cuja publicidade não pode deixar de ter consequências,

40 Cf. MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista a Marcelo Siqueira Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. Rio de Janeiro, 23.01.1986. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

41 WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. (orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

42 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 199-201.

podemos dizer que essa adoção de traços “masculinos”, se não desnaturalizou as identidades de gênero, tidas como fixas e biológicas, pelo menos contribuiu para a inclusão de possibilidades antes não admitidas para o feminino.

SUJEITOS E AMORES: revolução e relações pessoais



Sergio Luis Schlatter Junior

Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e moveções do que nas democracias.

Maria H. T. de Almeida e Luiz Weiz¹

Esta epígrafe se refere ao contexto das ditaduras militares vividas na segunda metade do século XX no Brasil e nos outros países do Cone Sul. Nosso objetivo aqui é trabalhar, a partir de trajetórias, as “interferências” na vida íntima dos e das militantes por parte dos movimentos ou organizações dos quais faziam parte nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Para isso analisaremos livros publicados, como fontes escritas e como fontes orais entrevistas e depoimentos.

Antes de prosseguir, falaremos um pouco da trajetória de Derlei Catarina de Luca, uma das militantes escolhidas para este capítulo. Derlei nasceu em Içara, Santa Catarina, em setembro de 1946. Atuou na Juventude Universitária Católica (JUC), no movimento

1 ALMEIDA, Maria H. T. de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 327.

estudantil e, de forma mais intensiva, na Ação Popular (AP). Foi presa várias vezes e exilada em Cuba, onde se graduou em História. Derlei de Luca segue uma linha de militância que muitos outros e outras seguiriam durante a ditadura militar no Brasil: começou na Juventude Estudantil Católica (JEC) quando era secundarista, depois entrou na universidade e atuou na JUC e, simultaneamente, no movimento estudantil. Mais tarde seria “ampliada”² para a AP. Essa questão, que também se chamaria de “dupla militância”³ (na JUC e na AP), já foi observada por Marcelo Ridenti no livro *História do Marxismo no Brasil*.⁴

O movimento estudantil e a relação com a Igreja Católica

392

O episódio da “ampliação” de Derlei merece destaque. Ela nos conta que em 1967 foi convidada para numa reunião em Curitiba (Paraná); “[...] a reunião era da JUC, mas estava presente metade da diretoria da UNE, e eram todos militantes da AP”.⁵ Nesse episódio, Derlei conta que foi “ampliada”. Chamo a atenção para este termo, “ampliados”, no sentido de que só o movimento estudantil parecia ser pouco. Para realmente alcançar a revolução, o/a militante necessitava ampliar seus horizontes, tornar ampla sua militância política, estender seus ideais.

Nessa ampliação de Derlei percebemos outra característica do movimento estudantil brasileiro e de outros países do Cone Sul, que era a de estar mesclados com outros segmentos e movimentos sociais. No caso do Brasil, havia a JUC (Juventude Universitária Católica), que foi parceira do movimento estudantil a tal ponto que a trajetória do movimento estudantil mesclou-se com a da JUC e

2 O termo “ampliada” é utilizado por Derlei de Luca indicando o início de sua militância na AP; ela afirma que não ficaria militando só no movimento estudantil, que ampliaria sua militância.

3 Termo usado também para as mulheres que atuavam ao mesmo tempo em grupos de esquerda de resistência à ditadura e nos grupos feministas.

4 RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 223-224.

5 LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, 2008. Acervo do LEGH/UFSC.

vice-versa. Vamos encontrar, por exemplo, militantes da JUC que estiveram na presidência da UNE (União Nacional dos Estudantes): em 1961 Aldo Arantes, em 1962 Vinícius Caldeira Brant.⁶ E após 1962, com a criação da AP, vamos encontrar essa organização no cerne do movimento estudantil, assim como o “Partidão” (PCB – Partido Comunista Brasileiro). Nesse período havia uma disputa entre a AP e o “Partidão”, no sentido de captar militantes. Podemos perceber que essa disputa está presente até os dias atuais. Partidos políticos e organizações captam e cooptam (no intuito de agregar) jovens para militar nos respectivos segmentos.

É interessante observar a participação da Juventude Universitária Católica nesse processo, sendo prudente notar que a Igreja Católica no Brasil, e em outros países do Cone Sul, teve um papel importante na consolidação dos movimentos de resistência à ditadura militar. Atento para a ressalva de que a instituição Igreja Católica é composta por vários segmentos, por isso seu discurso não era unânime.⁷ “Politicamente existia uma divisão nítida dentro da hierarquia e isso se traduzia em participação ou em oposição ao Golpe”.⁸ Essas duas posturas opostas eram lideradas, de um lado, por Dom Helder Câmara, que fazia a oposição direta ao golpe, envolvido com a Ação Católica, e, do outro, por Dom Jaime de Barros Câmara, que de certa forma legitimava o golpe com um discurso de que ele foi um ato necessário para conter os comunistas.⁹

Muitos dos congressos clandestinos da UNE, segundo Daniel Aarão Reis Filho, eram feitos em espaços religiosos, oferecidos geralmente por padres dominicanos. Daniel Reis afirma que

[...] os segmentos progressistas da igreja jogaram um papel fundamental na rearticulação do movimento estudantil depois de 1964. Graças às conexões que a Ação

6 LIMA, Samore. *Zé*. Belo Horizonte: Mazz, 1998, p. 20.

7 “La posición todavía no es unánime”. DUSSEL, Enrique D. (apud KASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964: sua relação com a legitimação do Golpe de Estado*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 159).

8 KASPARY, Alceu. *Ibidem*, p. 159-160.

9 Sobre a relação da Igreja Católica com o movimento feminista no contexto da ditadura militar no Brasil, cf. o capítulo de Gabriela Miranda Marques “Movimentos feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos”, neste livro.

Popular tinha com esses segmentos da igreja progressista. Posteriormente, com a radicalização desses segmentos progressistas, outras organizações vão também ganhar esses contatos, sobretudo, com os dominicanos mais radicais, que vão se aproximar, por exemplo, da ALN, do Carlos Mariguela.¹⁰

Casais e afetividades na Ação Popular (AP)

Amor tanto tempo esperado
Encontrado numa Assembleia de escola
Sentado na mesa do restaurante
Transformado em banco
Pelos estudantes em greve

Amor concreto
Completo,
Vivido dois anos
Dividido nas muitas atividades políticas
Exigências de uma década
De lutas, fracassos, vitórias,
Vividos no Brasil

Amor maior que dava ânimo
Nos momentos mais difíceis
De enfrentamento com o inimigo
Na opção de cada momento
De continuar caminhando adiante.

Amor separado com lágrimas
Por uma exigência política do Partido,
O compromisso MAIOR.

Janeiro de 1969 numa praia do Paraná.¹¹

Em janeiro de 69 meu namorado, Roberto Maciel Cascaes, estava preso no Paraná. Quando fosse libertado, continuaria

10 REIS, Daniel Aarão. Entrevista a Angélica Muller e Ana Paula Goulart. Transcrição e edição: Juliana Franklin. Projeto *Memória do Movimento Estudantil*. 2005, p. 17. Disponível em: www.mme.org.br. Cf. tb. BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

11 LUCA, Derlei Catarina de. Clandestinidade. In: _____. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p. 41.

no movimento estudantil. Foi definida para o movimento operário e, a partir de então, não poderia mais encontrá-lo. [...] Essas separações afetivas, discutidas “politicamente”, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para contornar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung.¹²

A Ação Popular, criada por alguns militantes da Juventude Universitária Católica – JUC –, no ano de 1962, em um congresso ocorrido em Belo Horizonte,¹³ possuía uma prática muito interessante: enviava os homens para o campo e as mulheres para as fábricas. Nesse processo, encontramos a separação de vários casais. Podemos observar no relato de Derlei de Luca o quanto isso era forte; a separação representava um sacrifício muito grande para os/as militantes.

Derlei de Luca afirma que “os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharam seus maridos”,¹⁴ e ainda descreve que elas (as mulheres) até brincavam com eles (os homens) durante os intervalos de trabalho: “[...] pela teoria revolucionária leninista, o operário é a classe dirigente da revolução”;¹⁵ as mulheres militantes estariam, portanto, junto à força dirigente. Podemos perceber com isso certo “estranhamento”, afinal, como as mulheres, que eram comumente condicionadas à submissão, estariam junto à classe dirigente da revolução? É importante, sobretudo, lembrar que essa prática era empreendida no contexto de 1968, início de 1969, e que a AP não sofreu influência apenas marxista-leninista, mas também maoísta.¹⁶ A própria militante relata em seu livro: “[...] a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tse Tung. Para lá são mandados os melhores quadros e militantes, se-

12 Ibidem, p. 37.

13 “Era um grupo novo, nascido da Juventude Universitária Católica em julho de 1962, num congresso que se realizou em Belo Horizonte”. LIMA, Samore. Op. cit., p. 24. “[...] a ala mais à esquerda da JUC criaria a Ação Popular (AP) em 1962”. RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 223.

14 LUCA, Derlei Catarina de. Op. cit., p. 36.

15 Ibidem.

16 Sobre a criação e trajetória da AP cf. RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 213-282; ARANTES, A.; LIMA, H. *História da Ação Popular, da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

parando noivos, namorados, casais”.¹⁷ Ironicamente, por mais que as militantes convivessem com os homens, a estratégia empreendida não estava embasada em Lênin e sim em Mao Tse Tung, ou seja, o campo era o alvo mais importante e para lá seriam enviados os homens – “os melhores quadros e militantes”.

A orientação era clara: “a AP não tem casais de militantes. Tem militante individual”,¹⁸ dizia um dos seus dirigentes. Observamos a renúncia exigida dos/das militantes, renúncia esta que não estaria livre de dor. “Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais”, relatava Derlei.¹⁹

396

Uma trajetória de dois amores: a revolução e a pessoa querida. Em entrevista, Derlei nos relata quão dura era essa exigência da privação afetiva. Nas poesias de Ho Chi Min, que lia muito, ele dizia que: “se você é solteiro, não case nem namore. Se você é casado, não tenha filhos. Se você tiver filhos, tem que decidir o que é prioridade”.²⁰ Essas exigências eram muito duras, segundo Derlei, pois militantes também eram jovens de vinte anos que não queriam se privar de namorar.²¹

Podemos perceber, a partir da narrativa analisada, que as relações afetivas não eram foco de discussão e que funcionavam mais à base de determinações. O amor à AP devia estar acima dos interesses pessoais. Por esse amor ao partido se superava as dores sentimentais, ou melhor, os/as militantes “diziam” superar a dor da separação pela “exigência política do partido”, pelo “compromisso maior”.

Nas memórias de Derlei de Luca encontramos trechos que exaltam a dificuldade de superação da separação. Ela nos conta que nas suas horas livres, que eram poucas, já em São Paulo, designada para trabalhos internos da organização, gostava de passear pela cidade.

17 LUCA, Derlei Catarina de. Op. cit., p. 36.

18 Ibidem.

19 Ibidem, p. 36-37.

20 LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista. Op. cit.

21 Sobre amor e revolução nos grupos de esquerda da Argentina, cf. ANDÚJAR, Andrea. El amor en tiempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los 70. Batallas, telenovelas y rock and roll. In: _____ et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009, p. 149-170.

Na Aclimação, para minha alegria, tinha um lago. Deitava-me na grama, sozinha, e imaginava onde estava Roberto, onde estaria Pedro. O que estariam fazendo minha mãe e meus irmãos. Minha afetividade estava explodindo. A saudade batia e eu chorava sozinha. Se chorasse no “aparelho”, as companheiras prontamente fariam uma reunião para analisar minha debilidade ideológica.²²

Tendo em mente que a organização era composta por outros e outras militantes e não algo externo ou separado, eram as próprias companheiras de Derlei que lhe cobravam a postura revolucionária, que incluía abrir mão das relações afetivas. “Eu nem sabia mais de quem gostava. Minha afetividade era confusa e na prática não existia”.²³ A alternativa era se relacionar com alguém da própria organização, cuja designação do trabalho permitisse o contato mais ou menos frequente.

397

Separados namorados, casais, noivos, por uma definição política de trabalho, alguns estabeleciam novas relações afetivas com companheiros definidos para trabalhar no mesmo setor. A afetividade é psicologicamente importante na clandestinidade, quando se vive o perigo diário de ser preso e morto.²⁴

Derlei recebia incentivo dos companheiros para se relacionar com Zé Carlos, também militante da AP. Seu trabalho permitia que se vissem, mas ela relata um único empecilho: “[...] a gente não pode decidir racionalmente a quem amar”.²⁵ E continua:

Zé e eu discutíamos, magoados um com o outro. Ele discute sobre a relação afetiva. Eu quero amor simples, espontâneo, sem retóricas. Ele acha que tenho ainda “uma concepção pequeno-burguesa sobre a relação afetiva”, tenta me conquistar com teses de Mao Tse Tung, sobre a substituição dos velhos hábitos, costumes e tradições burguesas pelos novos hábitos proletários.²⁶

22 LUCA, Derlei Catarina de. Clandestinidade. Op. cit., p. 69.

23 Ibidem, p. 77.

24 Ibidem.

25 Ibidem.

26 Ibidem, p. 77-78.

Essa conversa aconteceu instantes antes de Derlei de Luca ser presa pela polícia militar. Sobre a questão dos casais, temos outra fala interessante: “naquela circunstância [...] os casais não se constituíam de fato. As pessoas eram presas, e os laços se rompiam ali”,²⁷ relata Jessie, militante de ALN (Aliança Libertadora Nacional). Cotidiano incerto, sobrevivência em jogo, isso se refletia nitidamente na constituição das relações afetivas.

Interferência na vida íntima

398

Boaventura de Souza Santos, em uma análise sobre a subjetividade e cidadania no marxismo, nos incita a pensar que os partidos diluíam a subjetividade dos/das militantes.²⁸ Podemos perceber que de fato isso acontecia, nesse caso com os militantes da AP e, de forma mais ampla, com muitas outras organizações. A partir do momento que um/uma militante ingressasse em determinada organização, deveria agir performaticamente,²⁹ tomando certas atitudes e deixando de tomar outras, vestindo um tipo de roupa e deixando de vestir outro, se alimentando de uma forma que talvez não se alimentasse isoladamente. Não estamos afirmando, contudo, que esses e essas militantes fizessem isso de forma inconsciente ou que as organizações e partidos fossem prejudiciais, mas podemos observar, como Santos, que interferiam de forma direta na subjetividade dos indivíduos.

No livro *Identidade homossexual e normas sociais*, de Teresa Adada Sell, que contém várias entrevistas, encontramos outro exemplo de “intervenção na particularidade”:

[...] durante um período que eu vivi com muita atividade, época de 75, política, estudantil muito agitada, de uma certa

27 SOUSA, Jessie Jane Vieira de (apud GÓIS, João Bosco Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. *Gênero*. v.8, n. 2. Niterói-RJ, 2008, p. 28).

28 Boaventura de Souza Santos refere-se ao partido operário; pensamos isso aqui de forma mais ampla. Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 242.

29 Trabalhamos aqui a ideia de que as identidades são “performativamente constituídas”, utilizando um termo de Judith Butler. Cf. BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

forma, as pessoas começaram a quebrar o meu particular, a invadir minha particularidade, chegavam de madrugada para fazer reuniões clandestinas [...] eles cansaram de entrar na minha casa e me pegarem [sic] com meu caso [sic].³⁰

É nítido o sentimento de invasão, de quebra da privacidade que o entrevistado compartilha. Outro exemplo é o de Herbert Daniel, que foi militante da Polop (Política Operária), do Colina (Comando de Libertação Nacional), da Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) e da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Só no exílio, na França, Herbert assumiu sua homossexualidade; obviamente teve problemas nas organizações referentes a essa questão e em 1979 publicou o documento “Homossexual: defesa dos interesses?”, indicado como o primeiro a discutir a questão da homossexualidade nas esquerdas brasileiras.³¹ Ele nos conta:

399

Meus problemas “pequeno-burgueses” me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade [...] Foi assim que durante todos os meus anos de militância minha homossexualidade nunca foi problema (para os outros).³²

Herbert Daniel ainda nos diz que assim, “esquecendo” sua homossexualidade, o materialismo histórico voltaria a explicar sua existência. Para os incrédulos de sua abstinência sexual, ele responderia: “em verdade vos digo, incrédulos impenitentes: e pra que é que serve a punheta?”.³³

30 O entrevistado é anônimo. O que sabemos dele é que atualmente é professor universitário e é originário do interior. SELL, Teresa Adada. *Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 146-147.

31 Cf. GÓIS, João Bosco Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Nota dos organizadores. *Gênero*. Op. cit., p. 13-14.

32 DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982, p. 96.

33 *Ibidem*, p. 97.

É interessante perceber como o debate sobre homossexualidade foi relativamente tardio nas organizações de esquerda no Brasil. Temos que compreender que esses movimentos revolucionários – e a própria esquerda – estavam alocados na sociedade, que nesse período era extremamente conservadora. Porém, é importante destacar o conservadorismo ao lado do discurso libertário. Olívia Rangel Joffily, militante do PC do B (Partido Comunista do Brasil), sintetiza esse impasse da seguinte forma: “[...] curioso isso, mas você vê como às vezes você pode ter um movimento libertário em um aspecto, e que não é no outro”.³⁴ Essa ambiguidade permeou os grupos de resistência às ditaduras militares no Cone Sul.

Percebemos esse discurso conservador sob a perspectiva da revolução de costumes que se traduziria, na prática, em interferência na vida cotidiana dos e das militantes de esquerda. Zuenir Ventura nos diria que

a esquerda – mesmo a radical, que sonhava com a Revolução geral – olhava para aquele movimento (que viria a contestar os modelos estabelecidos de relacionamento afetivo e sexual) com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obscuro. Manifestava um soberbo desdém ideológico pelas travessuras comportamentais da geração de Leila Diniz.³⁵

Outro militante da AP, Paulo Krischke, que foi expulso da organização por divergências políticas, quando questionado se sua mulher (militante da mesma organização) também havia sido expulsa, respondeu: “pois é... ela saiu também, mas é que ela ficou grávida em 69... e aí tínhamos um outro dilema pessoal que os caras... todo mundo queria que a gente abortasse... todos... porque a gente estava clandestino nessa época”.³⁶ Essa exigência mostra o

34 JOFFILY, Olívia Rangel. Entrevista a Joana Maria Pedro, Joana Vieira Borges e Sergio Luis Schlatter Junior. Florianópolis, maio de 2009. Transcrição e revisão de Larissa Freitas. Acervo LEGH/UFSC.

35 VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 26.

36 KRISCHKE, Paulo. Entrevista coletiva à equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis, 2007, p. 7. Transcrição de Vivian Moretti. Acervo LEGH/UFSC.

grau de interferência do coletivo na vida pessoal; destacamos que a questão do aborto nem era alvo de discussão nessa organização.

Derlei Catarina de Luca conta que “[...] não se conversava sobre homossexualismo, não se conversava sobre aborto, essas discussões não existiam. Essas discussões começaram a existir depois de 79, quando surgem aqueles episódios da Malu Mulher, na época não tinha nada disso”.³⁷ Devemos lembrar que muitas organizações nesse período possuíam forte influência católica, como era o caso da AP, criada a partir da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1962, entretanto, esta mesma organização indicou o aborto como solução. A resposta de Paulo para essa contradição, levantada na ocasião pela entrevistadora Joana Maria Pedro, foi que “[...] na hora do aperto, da pessoa, da vida familiar, os amigos querem ver a solução que parece ser mais fácil”.³⁸ Até entre as presas políticas o conservadorismo era observado.

401

Os nossos valores eram absolutamente conservadores, e eles tinham que ser naquele ambiente, porque havia sobre nós um olhar muito moral. Imagina se alguém pega uma presa política fumando maconha e lésbica? Estavam desmoralizados. Isso era impensável. Naquela circunstância isso se abateria contra nós. É diferente do exílio. Naquele tempo, eu duvido que o Herbert Daniel ia dizer lá na DPE que ele era homossexual. Não falava mesmo. Ele só vai dizer isso no exílio. Aí tudo bem, tudo é permitido. Mas dentro da cadeia, não.³⁹

Essa mesma militante, Jessie, nos fala sobre a importância que era dada às questões de gênero nas discussões da esquerda brasileira: “[...] essa coisa de gênero nem se falava, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês”.⁴⁰ Nesse caso, falar de questões como aborto, homossexualidade, emancipação das mulheres, era praticamente impossível.

37 LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista. Op. cit.

38 KRISCHKE, Paulo. Entrevista. Op. cit., p. 13.

39 SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista. Op. cit., p. 28.

40 Ibidem, p. 23.

Conservadorismo e esquerda

402

Os militantes do grupo de Derlei de Luca, ainda em Florianópolis, eram oriundos, em sua grande maioria, de áreas rurais. Foram basicamente criados como católicos, indo “todos os domingos à igreja”. Derlei afirma que eles (a geração de 1968, retratada nesse seu grupo) foram os que perderam o “medo do inferno”. Eles tinham três frentes de luta: a família, que era extremamente repressora; a igreja, que era monolítica (pouquíssimas pessoas eram de outras religiões e menos ainda se diziam ateias); e por fim a ditadura, que na sua concepção era a mais fácil das três.⁴¹ Poderíamos estranhar que a ditadura fosse a frente de luta mais fácil de ser combatida, mas nesse caso o inimigo era claro: os militares; e o objetivo mais claro ainda: derrubar aquele sistema político e instaurar uma sociedade de cunho socialista/comunista. Diferentemente, a família e a igreja não são representadas assim, pois essas relações acabam sendo dissolvidas no dia a dia e são relações nem sempre “racionais”.

Quando questionada a respeito da revolução de costumes, Derlei afirma: “nós estávamos enfrentando o fogo do inferno, imagina se nós nos atreveríamos a fazer mais alguma coisa. Já era muita coisa para nós”.⁴² A narrativa de que nesse período, quando se lutava contra a ditadura e/ou pelo socialismo, não havia tempo, ou por uma questão de urgência pela revolução se colocava de lado uma infinidade de outras questões (como por exemplo as questões de gênero), não é isolada.

Juliet Mitchell, em seu texto “Mulheres: a revolução mais longa”, ao sistematizar o espaço das mulheres dentro das teorias socialistas, especificamente as de cunho marxista, afirmou (a partir de obras de Engels) que “a libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela”.⁴³ Esse ideal era compartilhado pelas feministas marxistas, frente a uma realidade mais ampla dentro

41 Debate sobre o movimento estudantil em 1968 realizado na Semana de Ciências Sociais, em abril de 2008, na Universidade Federal de Santa Catarina. Acervo pessoal.

42 LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista. Op. cit.

43 MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Traduzido por Rodolfo Konder. *Gênero*. v.6, n. 2 – v.7, n. 1. Niterói-RJ, 2006, p. 207.

dos grupos de esquerda, que pregava a luta geral pelo socialismo, pois com ele não haveria mais a desigualdade entre homens e mulheres (utopia que jamais se concretizou). Podemos notar, *a posteriori*, que se fazia necessária uma luta efetivamente feminista, pois não havia espaços dentro das organizações de esquerda para essas pautas específicas.

Sobre a questão do conservadorismo, Maria Paula Araújo, no livro *Memórias estudantis*, afirma que

o movimento estudantil brasileiro, no final da década de 1960, apresentava alguns paradoxos. O sopro libertário vivido na Europa e nos Estados Unidos era, de certa forma, filtrado quando chegava aqui. As esquerdas que lideravam o movimento estudantil no Brasil tinham forte marca leninista. Um pouco dessa rigidez e desse moralismo se manifestava na vivência daqueles que participavam das entidades estudantis.⁴⁴

403

O “filtro” ao qual Maria Paula Araújo se refere é o do conservadorismo, num momento em que as mulheres começavam a ter mais espaço e maior liberdade sexual em âmbito internacional. Nas organizações, porém, esse espaço ainda estava reduzido, ao mesmo tempo em que a homossexualidade e as drogas eram vistas com um olhar calcado de moralismo. Ela relata que “nos anos 1940 e 1950, a maioria do alunato de nível superior no Brasil era constituída por homens”,⁴⁵ e mesmo assim havia a participação das mulheres nos congressos da UNE, claro que em pequena escala e, geralmente, em “papéis secundários”. Maria Paula Araújo ainda nos lembra que no início do século XX a reivindicação pelo direito ao voto ainda era uma luta não vencida e que mulheres enfrentavam descontentamento das famílias e da própria sociedade quando decidiam ingressar no ensino superior, já que elas abandonariam o lar e não teriam tempo para se dedicar à família.⁴⁶ Nomes como o de Bertha Lutz e Maria Lacerda nas décadas

44 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis – 1936-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 187.

45 Ibidem, p. 74.

46 Idem.

de 1920 e 1930 questionavam essa resistência, “[...] todas elas insistiam na importância da educação e instrução feminina para a emancipação da mulher e de seu papel na sociedade”.⁴⁷

Um dos congressos da UNE onde houve uma grande participação feminina foi o do Rio de Janeiro, em 1948; eram aproximadamente sessenta mulheres, majoritariamente dos cursos de Filosofia e Enfermagem, oriundas de todo o país. Genival Barbosa, entretanto, retrata que precisou ir às casas pedir permissão aos pais e ficar “responsável” por muitas delas.⁴⁸ Mesmo com participação massiva de mulheres nesses congressos, apontada como destaque positivo, é prudente perceber que só em 1982 tínhamos uma mulher como presidente da UNE: Clara Araújo. O congresso que elegeu Clara, segundo ela,

404

foi marcado por um embate em que as questões políticas eram também medidas pelo fato de eu ser mulher. Eu me lembro que as forças que se opunham a minha corrente tentavam me descaracterizar ou me desqualificar, puxando exatamente palavras de ordem, relacionadas com o fato de eu ser mulher. Algo assim: “Clarinha bonitinha”. Ao mesmo tempo em que havia uma repercussão positiva, essa questão ainda era vista com muita desconfiança.⁴⁹

Clara Araújo ainda coloca que essa experiência que vivenciou permitiu a ela uma visão mais crítica dessa história, não só a ela como às outras mulheres que se sentiam com o poder de ser e fazer.⁵⁰ Percebemos que mesmo em 1982 os preconceitos de gênero ainda estavam presentes na UNE.

Sobre a revolução de costumes, Daniel Aarão Reis Filho nos traz muitas contribuições. Ele narra que os congressos da UNE eram espaços de construção, também, de relações afetivas que foram influenciadas pela liberação sexual, ainda que a maioria dos estudantes ainda fosse muito puritana.⁵¹ No Brasil, a onda mundial de 1968

47 Ibidem, p. 76.

48 Ibidem, p. 76-77.

49 ARAÚJO, Clara. Entrevista a Ana Paula Goulart e Tatiana Di Sabbato. Transcrição e edição: Vitrine Comunicação. Projeto *Memória do Movimento Estudantil*. 2004, p. 8. Disponível em: www.mme.org.br.

50 Ibidem.

51 REIS, Daniel Aarão. Depoimento, Op. cit., p. 17.

“sexo, drogas e rock and roll” existiu, porém “[...] era muito cultivado em áreas do movimento estudantil que não era da liderança e dos militantes mais radicais”, que resistiam a essa liberação.⁵² Tratando da homossexualidade, Daniel Reis relata que “o homossexualismo [sic] era muito reprimido” e “visto com muitas reservas”.⁵³ “A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas”.⁵⁴ Ele conclui esse assunto da seguinte forma: “eu vejo o movimento estudantil radicalizado dos anos 1970, depois do golpe, como um movimento muito definido em termos políticos e sindicais, mas ainda muito reservado do ponto de vista da revolução dos costumes”.⁵⁵ Ressaltamos que o próprio uso do termo “homossexualismo” pode ser problematizado, já que o movimento homossexual lutou e insistiu no uso do termo “homossexualidade”, pois o sufixo “ismo” estaria ligado a um rol de doenças ou distúrbios, o que certamente não interessava politicamente a esse movimento.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) aparece aqui como conservador também. “Os comunistas eram extremamente conservadores! A família comunista é a família mais conservadora que existe [...] O meu pai era um velho comunista, e os comunistas são machistas”.⁵⁶ Expressões como “machismo-leninismo” corriam como brincadeira a título de ideologia do PCB, isso em 1967; uma “brincadeira” que saía da boca dos próprios militantes do partido, como nos conta Paulo Krischke.⁵⁷

Invisibilidade e memória: construção de cenários da História

A partir de uma memória coletiva, de uma totalização das experiências das ditaduras militares nos países do Cone Sul, memórias

52 Ibidem

53 Ibidem.

54 Ibidem.

55 Ibidem, p. 18.

56 SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista. Op. cit., p. 26.

57 KRISCHKE, Paulo. Entrevista. Op. cit., p. 3.

individuais são suprimidas; na ânsia de se buscar uma “verdade”, a generalização acaba por “atropelar memórias”. É importante ressaltar que essas memórias estão sempre em disputa: enquanto alguns querem esquecer, outros querem lembrar. Uma frase que ficou famosa por ser geralmente utilizada pelos movimentos de direitos humanos é: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Podemos citar Elizabeth Jelin, que trabalha muito bem com essa questão da memória. Essa autora nos coloca que *“el espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha ‘contra el olvido’: recordar para no repetir [...] Es en verdad ‘memoria contra memoria’”*.⁵⁸ É neste “fogo cruzado” de memórias que o historiador ou a historiadora que trabalha com a História do Tempo Presente traça suas pesquisas e investigações, portanto cabe a ele ou a ela fazer a escolha: que memórias privilegiará, que vozes trará à tona, que sujeitos irá colocar nas páginas da história que propõe contar.

Tratando-se dos estudos de gênero, as mulheres são geralmente esquecidas nessas escolhas, “[...] a bibliografia esconde é que, como diria Elisabeth Lobo a respeito da classe operária, o movimento estudantil de 1968 tinha dois sexos, também”.⁵⁹ Segundo Joana Maria Pedro, a historiografia que trata dos movimentos de 1968 – leia-se aqui de todo o período ditatorial – acaba por esquecer que todas aquelas transgressões tinham dois sexos.⁶⁰ Elizabeth Jelin também constata que “a repressão das ditaduras no Cone Sul teve especificidades de gênero”⁶¹ e que “as vozes das mulheres contam histórias diferentes dos homens”.⁶² Os homossexuais são um capítulo à parte; a bibliografia se torna ainda mais escassa. Eles e elas ainda estavam “invisíveis” nesse período.

58 “O espaço da memória é então um espaço de luta política, e não poucas vezes esta luta é concebida nos termos da luta ‘contra o esquecimento’: *recordar para não repetir* [...] Na verdade ‘memória contra memória’. Tradução livre [grifo da autora]. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XX, 2002, p. 6.

59 PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. n. 26-1. Recife: UFPE, 2009, p. 65.

60 *Ibidem*, p. 76.

61 JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. In: _____. *Los trabajos de la memoria*. Op. cit., p. 100.

62 *Ibidem*, p. 111.

Fazendo essas outras faces de uma mesma história emergirem, estamos em certa medida colaborando com a democratização das memórias. Afinal, como propõe Jacques Le Goff, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a liberação e não para a servidão dos homens”.⁶³ Acrescentaríamos: e das mulheres.

Foi possível observar que a militância nas organizações, nos partidos, no coletivo, interferiu de forma significativa na vida íntima dos e das militantes no período em questão, e a percebemos como uma interferência moralista, calcada no conservadorismo. Trabalhando a partir das subjetividades desses/as militantes, por vezes excluídos da história, e tendo em mente que “[...] a vida pessoal de cada um é politicamente estruturada com lutas viscerais de poder”,⁶⁴ buscamos compreender uma disputa de poder que está impregnada e dissolvida em nosso cotidiano e nas páginas dos livros que lemos tão atentamente. Caminhar pelas narrativas e memórias desses e dessas militantes é uma oportunidade ímpar para percebermos questões da vida pessoal, os constrangimentos vividos e as exigências a cumprir, que não seriam alcançadas de outra forma. Se nos limitássemos a analisar essas mesmas organizações apenas através de registros, jornais e publicações, faltariam algumas páginas e contribuições de militantes, que foram apaixonados pela revolução e que colocaram esse amor acima de seus interesses pessoais, na luta por uma sociedade mais justa.

63 LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1992, p. 477.

64 FARRELL, Amy Erdman (apud PEDRO, Joana Maria. Op. cit., p. 68).

BIBLIOGRAFIA GERAL



AGUIAR, Neuma. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino e casa e modo de produção. In: AGUIAR, Neuma (org). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALBARRACÍN, Jesus. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999, p. 43-61.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALCALA, Guido Rodríguez. Testimonio de la Represión Política en Paraguay 1975-1989. *Serie Nunca Más*. v. 3. Asunción: Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1990, p. 3-20.

ALMEIDA, Agassiz. *A ditadura dos Generais*. Estado militar na América Latina. O calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares e WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005.

AMBIADO, Carlos Sandoval. *MIR: una Historia*. Santiago, 1990.

ANDÚJAR, Andrea. El amor en tiempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los 70. Batallas, telenovelas y rock and roll. In: _____ et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

_____. *Historia, memoria, y género: testimonios de militancia*. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 495-502. Disponível em: www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos.

- ARANTES, A.; LIMA, H. *História da Ação Popular, da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ARAÚJO, Ana Maria. *Tupamaras. Des femmes de l'Uruguay*. Paris: Des femmes, 1980.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis – 1936-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARRIOLA, Elvia R. Desigualdades de gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. *Estudos Feministas*. v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 388-427.
- 410 AUED, Bernardete Wrublewski; PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARRA, Oscar Pinochet de La. *El mundo laico. El Cardenal Silva Henríquez, conciencia moral de Chile*. Disponível em: <http://universum.utalca.cl/contenido/index-98/pinochet.pdf>.
- BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad Argentina: una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamérica, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 219-229.
- BEDREGAL, Ximena. *Con mi feminismo mirando al Sur*. Disponível em: www.creatividadfeminista.org.
- BERTRAND, Alvin Lee. *Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1973.
- BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. *Encontros com a Civilização Brasileira – Mulher Hoje*. v. 3, n. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORBA, Ângela. Sociedade Brasil-Mulher. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Instituto de Ação Cultural, 1983.

BORGES, Joana Vieira. *Para além do "tornar-se": ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil*. UFSC, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. *O Segundo Sexo: leituras no Brasil*. In: *Fronteiras – Revista Catarinense de História, Dossiê História e Gênero*, 15. Florianópolis: ANPUH-SC, junho de 2007, p. 55-67.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf .

BRIENZA, Hernán. *Mario R. Santucho: la guerrilla de izquierda*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER; LACLAU; ZIZEK. *Contingência, hegemonia, universalidad*. Buenos Aires: FCE, 2003.

CALONI, Stella. *Operación Condor: pacto criminal*. México: La Jornada, 2001.

CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. *Colección Controversia*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CAPDEVILA, Luc. *Résistance civile et jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine, Deuxième Guerre mondiale/années 1970-1980)*. *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. n. 2. tome 108. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001, p. 103-128.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARBONARI, Márcia. *A atuação da mulher na resistência à ditadura militar*. Passo Fundo, 2005. Disponível em: www.2csh.clio.pro.br/marcia%20carbonari.pdf.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa brasileira pós-1974*. *Estudos Feministas*. v. 12, n. especial. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2004.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. UFSC, 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CASTILLO, Alejandra. *Julieta Kirkwood: políticas del nombre propio*. Santiago de Chile: Palinodia, 2007.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.

CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O Segundo Sexo*. *Cadernos Pagu*. n. 12. Campinas: Publicações PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1999, p. 37-53.

CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1990.

CHEJTER, Silvia. Feminismo por feministas: fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. *Cecym – Centro de encuentros Cultura y Mujer. Travesías* 5: Temas del debate feminista contemporáneo. año 4, n. 5. Buenos Aires, 1996.

412

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia. *X Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: Anpuh, 2002, anais eletrônicos. Disponível em: www.uff.br/icfh/anpuhrio/anais/2002/comunicacoes/ciambarella%20Alessandra.doc.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. Marcha, o terço e o livro: catolicismo e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100011&script=sci_arttext.

COGGIOLA, Oswaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe de la Comisión Nacional de verdad y reconciliación*. 2. ed. v. 3. Santiago do Chile, 1996.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). *Nunca más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. 8. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

CAMPAGNOLI, Mabel A. El feminismo es un humanismo. La década del 70 y “lo personal es político”. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos.

CRENZEL, Emilio A. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____. El Nunca Más en fascículos: el infierno resignificado. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. v. 17. n. 2., jul-dez de 2006. Disponível em: www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=40.

D'ANTONIO, Débora C. Lo viril como garantía de victoria y la erotización de la dominación. Mujeres carceleras durante la última dictadura militar argentina. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DABOIT, Pedro Carlos. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense*. UFSC, 1996. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1996.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DAVIS, Kathy. *How feminism travels across borders – The making of Our bodies, Ourselves*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora Do Autor, 2002.

DIANA, Marta. *Mujeres Guerrilleras*. La militancia de los setenta em el testimonio de sus protagonistas femininas. 2. ed. Buenos Aires: Planeta (Espejo de la Argentina), 1997.

DINGES, John. *Os anos do condor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão, 2005.

DUSSEL, Enrique D. *Caminhos da libertação latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELTIT, Diamela. Cuerpos nómadas. *Debate Feminista*. ano 7, v. 14. México, 1996.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminino dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.

FARIAS, Zaíra Ary. *Domesticidade: cativo feminino?* Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

FARRELL, Amy Erdman. *A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular*. São Paulo: Barracuda, 2004.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999, p. 62-93.

414

FRANCIS, Claude; GONTIER, Fernande. *Simone de Beauvoir*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

GABARRA, Mabel; ZAGNI, Carlos; HAIEK, Mariem. Democracia y exclusión en la Argentina. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo A. (org). *La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. San Pablo: Instituto Polis, 2004, p. 51-63.

GABEIRA, Fernando *O que é isso, companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GADAMER, Hans Georg. *Verdad y método*. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. 4. ed. Salamanca: Sígueme, 1991.

GARRAO, Andrea Zamora. La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2008. Disponível em: www.nuevomundo.revues.org/index27162.html.

GAVIOLA, E.; LARGO, E.; PALESTRA, S. *Una historia necesaria*. Mujeres en Chile: 1973-1990. Santiago de Chile, autoedición, 1994.

GEBARA, Ivone. *O que é teologia feminista*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GILBERTI, Eva. Mujeres carceleras. Un grupo en las fronteras del poder. *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*. v. 11, n. 1, 1988, [s.l.].

GIL LOZANO, Fernanda. Mujer y dictadura. In: WOLFE, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

_____. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (dir). *Historia de las mujeres en España y América Latina – del siglo XX a los umbrales del XXI*. Madrid: Cátedra, 2006.

_____. Feminismos en la Argentina de los 70 y los 80. *Agenda de las mujeres*. 2005. Disponível em: <http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=771>.

GISSI, Jorge. *La mitología de la femineidad*. Buenos Aires: E. Ander-Egg, 1972.

GÓIS, João Bosco Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. *Gênero*. v. 8, n. 2. Niterói, 2008.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. *Relações de gênero x Relações de sexo*. Departamento de Sociologia. Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989.

_____. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. UFRJ, 1987. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

_____. Os Movimentos de Liberação da Mulher na França e na Itália (1970-1980): os primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (org). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 40-47.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*. v. 5, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/IFICS, 1997.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos. Disponível em: <http://portal.unesco.org>.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres: historia de las madres de Plaza de Mayo – Tomo I (1976-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.com.ar/coleccion/temascontemporaneos.

GRAMUGLIO, Maria Teresa. Sur: uma minoria cosmopolita na periferia ocidental. *Tempo social*. v. 19, n. 1. São Paulo. jun. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100004.

GRECCO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. UFMG, 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e SM. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria F; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 237-268.

GUEVARA, Ernesto. El socialismo y el hombre en Cuba. In: *Obras*. t. 2. Cuba: Casa de las Américas, [s.d.].

GUGLIELMUCCI, Ana. Dar la vida y la muerte por la revolución. Moral y política en la praxis militante. *Lucha armada en la Argentina*. año 2, n. 5. Buenos Aires, 2006.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiros. Cuba, Chile, Venezuela (Prefacio a “fórmula para el caos”). Disponível em: www.amersur.org.ar/PolInt/Guimaraes0902.htm.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASANBEGOVIC, Claudia. La ideología militar y las relaciones de género en Argentina. *L'Ordinaire Latino-Americain*. n. 183. Toulouse: IPEALT/Le Mirail, 2001, p. 41-44.

HENAUT, Mirta. *De la rueca a la red*. La economía sumergida. Buenos Aires: Corregidor, 2001.

HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Las Mujeres Dicen Basta*. Buenos Aires: Nueva Mujer, 1970.

HERSHBERG, Eric; AGÜERO, Felipe (orgs.). *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

HIRATA, Helena et al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presse Universitaires de France, 2000, p. 125-130.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2. ed. Buenos Aires: 2002.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. *Estudos Feministas*. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. PUC, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

KASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964: sua relação com a legitimação do Golpe de Estado*. UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

KEDAR, Benjamin Z. Outlines of Comparative History proposed by practicing historians. In: _____. *Explorations in Comparative History*. Jerusalem: The Hebrew University Magnes Press, 2009, p. 1-35.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago de Chile: FLACSO, 1986.

KLANOVICZ, Luciana. R. F. *Erotismo na cultura dos anos 1980: censura e televisão na revista Veja*. UFSC, 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, 42. feb. 2003, p. 39-44.

KOCKA, Jurgen and HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparison and beyond: traditions, scope and perspectives. In: _____ (eds.). *Comparative and transnational history: Central European approaches and new perspectives*. New York: Berghahn Books, 2009, p. 1-30.

KOSELLECK Reinhard. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. UFMG, 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1992.

LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. Escrita, corpo e ação: a poética e a política de Adrienne Rich. *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em: www.fazendogenero8.ufsc.br

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira. *Estudos Feministas*. v. 11, n.1, 2003, p. 234-241.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LIMA, Samore. *Zé*. Belo Horizonte: Mazz, 1998.

LINHARES, Leila. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense & SMC, 1991.

LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas: UNICAMP, 2002.

MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de gênese: o povo das comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAGASICH, Jorge. La commission de vérité et de réconciliation au Chili. *La Revue Nouvelle*. n. 11, t. 117, Bruxelas, 2003.

MALUF, Sônia W. Brazilian feminisms: central and peripheral issues. *Feminist Review*. Londres, GB. No prelo.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1989.

MARAVALL, Javier. *La mujer en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria chileno: movilización política, represión y sobrevivencia bajo la Dictadura Militar (1973-1990)*. Tesis (Doctoral). Universidad Autónoma de Madrid, 2004.

MARCHESI, Aldo et al. *El presente de la dictadura*. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Trilce, 2004.

MARIANO, Nilson C. *Operación Condór: terrorismo de estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

418

MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da abertura. *Revista Santa Catarina em História*. v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://seer.cfih.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/35/42>.

MARQUES, Maria Inês M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen (org). *Os significados da terra*. Brasília: UNB, 2004, p. 255-289.

MARTINS, José Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELLO, Soraia Carolina de. *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*. UFSC, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Traduzido por Rodolfo Konder. *Gênero*. v. 6, n. 2; v. 7, n. 1. Niterói, 2006.

_____. *La condición de la mujer*. Barcelona: Anagrama, 1977.

_____. Mulheres: a revolução mais longa. *Civilização Brasileira*. ano 3, n. 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro Marxismo-Feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. v. 6, Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago do Chile, julho de 2003.

_____. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*. n. 11, 2000, p. 89-97.

_____. Q. de Simone de Beauvoir e o amor americano: um tributo a Simone de Beauvoir. *Cadernos Pagu*. n. 12. Campinas: Publicações PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1999, p. 93-101.

_____. *Vinte anos de feminismo*. UNICAMP, 1996. Tese (Livre-Docência em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: UNESP, 1990.

MORENO, Maria. La siempreviva. *Página 12*. Suplemento Las 12. Argentina. Disponível em: www.pagina12.com.ar/1999/suple/las12/99-08-13/nota1.htm.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MURARO, Rose Marie (org). *Sexualidade, libertação e fé*. Por uma erótica cristã: primeiras indagações. Petrópolis: Vozes, 1985.

NARI, Marcela M. A. No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir en Argentina, 1950 y 1990. *Mora – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*. n. 8. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, 2002, p. 59-72.

NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. PUC, 2004. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987, p. 23-37.

OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, p. 45-62.

OCAMPO, Genoveva. *Mujeres campesinas y estrategias de vida: el caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA)*. Asunción: RP; Base Ecta, [s.d.].

ODDONE, María Elena. *La pasión por la libertad: memorias de una feminista*. Buenos Aires: Colihue Mimbipa, 2001.

OLAVARRIA, José. *El sexismo que tortura y mata*. Política de género y represión política hacia las mujeres en Chile. Chile: FLACSO, 2003. Disponível em: www.flacso.cl/flacso/biblos.php?code=620.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

OLLIER, María Matilde. *La creencia y la pasión: privado, público y político en la izquierda revolucionaria*. Buenos Aires: Ariel, 1998.

ORTOLANI, Luis. Moral y proletarización (documento). *Políticas de la memoria – Anuario de Investigación e Información del CeDInCI*. n. 5. Buenos Aires, 2004-2005.

PARENTELLI, Gladys. *Mujer, Iglesia y liberación*. Caracas: G. Parentelli, 1990.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PAULILO, Maria Ignês. *O peso do trabalho leve*. *Ciência Hoje*. v. 5, n. 28. Rio de Janeiro, 1987, p. 64-70.

420 PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. n. 26-1. Recife: UFPE, 2009.

_____. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne*. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. Oliveira (orgs.). *Leituras em rede – gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. v. 26, n. 52. São Paulo: ANPUH, jul-dez 2006, p. 249-272.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. v. 24, n. 1. Franca, 2005, p. 79-80. Disponível em: www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

_____. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. *ArtCultura*. v. 9, n. 14. Uberlândia, jan.-jun. 2007, p. 58-59.

PÉREZ, Cristián. Historia del MIR: “Si quieren guerra, guerra tendrán”. *Revista Estudios Públicos – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago*. n. 41. Santiago, 2003, p. 14. Disponível em: www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3208.html.

PETERSEN, Janine. *Formação de grupos feministas em Santa Catarina – Década de 1980*. UFSC, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PINTO, Céli R. Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITE, Rebekah E. ¿Solo se trata de cocinar? Repensando las tareas domésticas de las mujeres argentinas con Doña Petrona, 1970-1983. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009, p. 187-205.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 59-72.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. n. 15. São Paulo: EDUC, 1997, p. 13-49.

PRADO, Danda. *Ser esposa – a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos. Disponível em: <http://portal.unesco.org>.

421

RAMOS, Andressa Maria Vilar. *A liberdade permitida: contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980*. PUC, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, fevereiro de 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

REJÓN, Francisco Moreno. *Desafios à teologia moral na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1990.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: _____. RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas: UNICAMP, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNICAMP, 1993.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 39-50.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *L'État Militaire en Amérique Latine*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

ROWLEY, Hazel. *Tête-à-tête*. Traduzido por Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SALEM, Tânia. Homem... já viu, né? Representações sobre sexualidade e gênero entre os homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (org). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*. v. 15, n. 2. Florianópolis, UFSC/CFH/CCE, 2007.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.com.ar/coleccion/temascontemporaneos.

SANT'ANNA, Denise B. de. *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____ (org). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTIS, Daniel de. *A vencer o morir: historia del PRT-ERP*. Documentos. Buenos Aires: Nuestra América, 2006.

422

SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*. v. 12, n. 2. Florianópolis: UFSC/CFH/CCE, 2004.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da et al. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

_____. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. v. 7, n. 1-2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 1999.

_____. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul-dez, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SECRETARIADO NACIONAL MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. El MIR frente al aniversario de la muerte del CHE. CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile. Santiago, 8 de outubro de 1972. Disponível em: www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_68_a_10_sept_73/mir68a730015.pdf.

SELL, Teresa Adada. *Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida*. Florianópolis: UFSC, 2006.

SEMINARA, Luciana e VIANO, Cristina. Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones – exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009, p. 69-86.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. Uruguay: nunca más. *Informe sobre la violación de los Derechos Humanos (1972-1985)*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. USP, 2008. Dissertação (Mestrado em História). USP, São Paulo, 2008.

SILVA, Uca. Nuevos escenarios, nuevas propuestas. Reflexiones de intervención desde el género. In: TORRES, Carmen (ed). *Género y comunicación: el lado oscuro de los medios*. Ediciones de la Mujer. n. 30. Santiago de Chile: Isis Internacional, 2000, p. 11-22.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. São Paulo: Vozes, 1985.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 5. ed. São Paulo: Global, 1980.

SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/02/374178.pdf>.

SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. UNISINOS, 2006. *Dissertação (Mestrado em História)*. Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Coleção Tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: relendo Joan Scott no sertão. *Estudos Feministas*. v. 9, n. 1. Florianópolis: UFSC/CFH/CCE, 2001.

TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *¿Un nuevo silencio feminista? – la transformación de un movimiento social en el Chile post-dictadura*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003.

TORRES, Carmen. Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (orgs.). *Por todos los medios: comunicación y género*. Ediciones de las Mujeres. n. 23. Santiago de Chile: Isis Internacional, 1996.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TOURAINÉ, Alain. *Movimientos sociales hoy*. Barcelona: Hacer, 1990.

VASSALO, Alejandra. "Las mujeres dicen basta": movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos.

VÁZQUEZ, Inês. *Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco*. Disponível em: www.rebelion.org/sociales/vazquez070402.htm.

VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. UFSC, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WERNER, Michael and ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. *History and Theory* 45. 2006, p. 30-50.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de conta com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa*. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC. Florianópolis, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*. v. 13, 2009, p. 124-130.

_____. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p. 95-114.

_____. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. *Revista Brasileira de História*. Dossiê História e Gênero. v. 27, n. 54. São Paulo, 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&nrm=iso.

_____. Le genre de la résistance: représentations de genre dans la lutte armée contre la dictature militaire au Brésil – 1968-1973. *Cahiers du Brésil Contemporain*. n. 55/56, Paris: Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (EHESS), Institut des Hautes Études d'Amérique Latine (Paris III), 2004, p. 55-67.

WOLFF, Cristina S.; BACK, Lilian; SENA, Priscila C. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). *IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias*. Florianópolis, novembro de 2007. Anais eletrônicos. Disponível em: www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf.

AUTORAS/AUTORES



Ana Maria Veiga - amveiga@yahoo.com.br

É jornalista e doutoranda em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi vencedora do 'I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero' da SPM e CNPq. Atualmente pesquisa o cinema realizado por mulheres na Argentina e no Brasil durante seus regimes militares. Sua dissertação de Mestrado foi sobre a formação de redes feministas entre Brasil e Argentina. É autora de artigos e capítulos publicados em revistas e livros que destacam as relações entre estes dois países, como "Circulación, redes y feminismo: Una historia en tiempos de dictaduras, Argentina y Brasil". In: ANDÚJAR et al. *Hilvanando historias: mujeres y política en el pasado reciente latinoamericano*. Buenos Aires, Argentina: Luxemburg, 2010, p. 83-100.

Ana Rita Fonteles Duarte - anaritafonteles@uol.com.br

É professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora do projeto de pesquisa "Homens e Mulheres contra o Inimigo - a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985)", financiado pelo CNPq e Funcap. Fez Doutorado em História na UFSC e defendeu tese sobre o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, em 2009. Publicou em 2005 o livro *Carmen da Silva - o feminismo na imprensa brasileira*. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História e Gênero (GEPEHG), na UFC, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

Andrei Martin San Pablo Kotchergenko - xuliro@hotmail.com

É graduando do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do grupo de pesquisadores do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Premiado no '4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero' na Categoria Estudante de Graduação com o trabalho: "A Participação das Mulheres na Luta Armada no Cone Sul". Atualmente pesquisa acerca das relações de gênero na resistência às ditaduras do Brasil e do Chile.

Cristina Scheibe Wolff - cristiwolff@gmail.com

É professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de produtividade 1D do CNPq. É doutora em História Social (USP, 1998) e fez Pós-Doutorado na Universidade de Rennes 2, França (2005). É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História e do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. Publicou o livro *Mulheres da Floresta: uma história*. Alto Juruá (AC), 1890-1945, e vários capítulos de livros e artigos. Atualmente pesquisa sobre relações de gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul – do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC e do Instituto de Estudos de Gênero da mesma instituição. Tem publicado capítulos de livro e artigos no Brasil e no exterior versando sobre Gênero, Corpo, História e Erotismo.

Gabriel Felipe Jacomel - gabrieljacomel@hotmail.com

É mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, tendo trabalhado nos últimos anos com a produção teatral feminista em países latino-americanos.

Gabriela Miranda Marques - gabriela_mmarques@yahoo.com.br

É historiadora formada na Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é bolsista de Mestrado do CNPq desenvolvendo pesquisa sobre relações de gênero no Cone Sul (1960 - 1990), dando enfoque a feminismos e Igreja Católica. Publicou um capítulo no livro *Diversificando a escrita: gênero no contexto interdisciplinar II* no prelo. Faz parte do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

Isabel Cristina Hentz – ichentz@gmail.com

Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel e licenciada em História pela mesma instituição. Foi bolsista PIBIC/CNPq, vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História, tendo publicado em anais de eventos os artigos "Ditaduras e exílio: uma história

da identificação com o feminismo” (coautoria com Priscila Carboneri de Sena, 2009) e “Ressentimentos das duplas-militantes das ditaduras no Cone Sul”, 2007. Publicou, ainda, o artigo “A morte do jornalista mártir: reflexões sobre a repercussão do atentado a Crispim Mira” na Revista Santa Catarina em História (2008). Seu Trabalho de Conclusão de Curso (2010) intitulou-se “Filhos legítimos da ciência: a ciência e os homens de ciência nos contos de Machado de Assis (1870-1884)”. Atualmente inicia pesquisa de Mestrado sobre Desterro no Século XIX.

Joana Maria Pedro – joanamaria.pedro@gmail.com

É professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1983. Leciona no Curso de Graduação em História, no Programa de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Fez Doutorado em História Social na USP em 1992 e Pós-Doutorado na França entre 2001 e 2002. É pesquisadora 1B do CNPq e realiza pesquisas em História focalizando questões do feminismo e do gênero. É editora de artigos da “Revista Estudos Feministas” e uma das coordenadoras do IEG - Instituto de Estudos de Gênero, sediado na UFSC. Coordena a pesquisa “Do feminismo ao gênero - Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)”.

427

Joana Vieira Borges – joanavieiraborges@gmail.com

Possui Graduação (UFSC, 2004) e Mestrado (UFSC, 2007) em História. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do CNPQ, sendo que estuda os movimentos feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980) sob uma perspectiva de história da leitura.

Larissa Viegas de Mello Freitas - laryfreitas@hotmail.com

É graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, e atualmente é mestranda do Programa de Pós-graduação em História desta mesma Universidade. Pesquisa relações de gênero, movimentos de mulheres e feminismos nos meios rurais do Brasil e do Paraguai.

Lilian Back - lilianback@gmail.com

É mestranda em História no PPGH-UFSC, sob a orientação da Profa Dra Cristina Scheibe Wolff. É integrante do projeto ‘Relações de Gênero no Cone Sul’ desde 2005 e pesquisa relações de gênero na luta armada e moral revolucionária.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz - lucianarfk@gmail.com

É pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (bolsista PNPd/CAPES). É doutora em História Cultural (UFSC, 2008). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, e do Instituto de Estudos de Gênero da mesma instituição. Tem publicado capítulos de livros e artigos no Brasil e no exterior, versando sobre Gênero, Corpo, História e Erotismo. Atualmente pesquisa sobre Gênero e Ciência/Engenharias.

Maria Cristina de Oliveira Athayde – macrioatha@hotmail.com

É professora substituta da Prefeitura Municipal de Florianópolis, integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Mestre em História Cultural (UFSC, 2010). Publicou capítulos e artigos em livros e periódicos, dentre os quais podemos referenciar: *Feminismos Latino-americanos - entre ditaduras e exílios*. In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis (org). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008; MADUREIRA, Valeria Faganello; ATHAYDE, M. C. de Oliveira; GALLINA, Justina Franchi. A experiência docente no GDE em Concórdia, Santa Catarina. In: MINELLA, Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana (org). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e Diversidade na Escola*. 1. ed. Florianópolis, SC: Mulheres, 2009 e O cartógrafo e as noivinhas. *História Unisinos*, v. 13, 2009. Atualmente pesquisa sobre o feminismo e o gênero e a circulação de teorias e apropriações no Cone Sul.

428

Mariana Joffily - mariana.joffily@gmail.com

É professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. É mestre pela universidade de Paris IV-Sorbonne (2001), doutora em História Social pela USP (2008) e fez Pós-Doutorado na UFSC (2009). Foi uma das vencedoras do Prêmio 'Memórias Reveladas de 2010', promovido pelo Arquivo Nacional. Pesquisa atualmente sobre ditaduras e repressão política no Cone Sul.

Sergio Luis Schlatter Junior - sergiocdb@gmail.com

É estudante de Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Atualmente pesquisa sobre as relações afetivas dos militantes no contexto da ditadura civil militar brasileira.

Soraia Carolina de Mello - soraiaa.mello@gmail.com

É mestre em História Cultural (UFSC, 2010), e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Integrante do Laboratório

de Estudos de Gênero e História da UFSC desde 2005, realiza pesquisas financiadas pelo CNPq e pela CAPES. Possui publicações em revistas acadêmicas na área de História e Estudos de Gênero. Aguarda edição para publicação do livro *Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)*, resultado de sua dissertação. Atualmente pesquisa a questão do trabalho doméstico das mulheres em publicações feministas e femininas.

Karina Janz Woitowicz - karinajw@gmail.com

É jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS) e doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de estudos de gênero. Atua como professora no curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), onde coordena projetos de pesquisa e extensão envolvendo a comunicação alternativa. É organizadora, entre outras publicações, da obra *Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil* (UEPG, 2009) e autora de capítulos de livros e artigos em periódicos especializados. Atualmente desenvolve pesquisas sobre gênero e mídia alternativa.

429

Gisele Maria da Silva - giseledocol@yahoo.com.br

Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Durante a graduação foi bolsista do Laboratório de Estudos de Gênero e História, estudou e pesquisou sobre os temas Gênero, Feminismo, Ditadura, Trabalho e História comparada. O capítulo “Mulheres Operárias no Brasil e Argentina: uma perspectiva comparativa através de periódicos. (Década de 1970)” é parte da pesquisa desenvolvida enquanto integrante do projeto ‘Movimento de Mulheres e Feminismos em Tempos de Ditadura Militar no Cone Sul (1964-1989)’, orientado pela professora Joana Maria Pedro.

Priscila Carboneri de Sena – pcarboneri@yahoo.com.br

Formou-se em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2010 e, durante os anos de Graduação, foi bolsista de iniciação científica, orientada pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff. Trabalhou, naquele período, no Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, ocasião em que pesquisou a participação de mulheres católicas em movimentos de resistência às ditaduras militares dos países do Cone Sul, bem como as relações de gênero presentes em tais movimentos. Possui artigos e resumos publicados em anais eletrônicos. Atualmente desenvolve trabalho de pesquisa e revitalização de uma biblioteca escolar.

Vivian Barbosa Moretti vivianmoretti@gmail.com

Formou-se em História pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2009, foi bolsista de Iniciação Científica, orientada pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff. Foi pesquisadora no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, ocasião em que participou da pesquisa sobre movimentos de resistência às ditaduras militares no Cone Sul. Publicou trabalhos em Anais de eventos nacionais.

Esta obra foi composta em ZapfCalligr BT,
no formato 16 x 23 cm, mancha de 12,8 x 20,2 cm
A impressão se fez sobre papel Off Set 75g,
capa em Duplex 250 g pela Gráfica Copiart
no verão de 2011 para a Editora Mulheres